SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		JOSEFILH
	CN PLEG	VET	00006	2012	19	01	2012	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Autuado como VET 00006 2012, aposto ao PLN 00029 2011.
Este processo contém 01 (uma) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLCN.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		DAIANERS rev. DAIANERS
	CN SSCLCN	VET	00006	2012	19	01	2012	CN SSCLCN	

Recebido nesta Secretaria, na presente data, às 9h28.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		MARCIOUM rev. MARCIOUM
	CN SSCLCN	VET	00006	2012	25	01	2012	CN PLEG	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Ao PLEG para abertura do Volume II.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		MARCIOAS
	CN PLEG	VET	00006	2012	25	01	2012	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Abertura do Volume II.
À SSCLCN.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria Tipo	Número	Ano	Data da Ação Dia	Mês	Ano	Destino	
	CN SSCLCN	VET	00006	2012	25	01	2012	CN SSCLCN	MARCIOUM rev. ANDRESAK ret. MONDIN

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 2 a 230 (Vol. Principal) e fls. 231 a 434 (Vol. II), referentes à Mensagem nº 7, de 2012-CN (nº 12/2012, na origem), comunicando ao Congresso Nacional o Veto Parcial aposto ao PLN nº 29, de 2011.

********** *Retificado em 06/02/2012*********
Onde se lê: "Juntadas fls. 2 a 230 (Vol. Principal) e fls. 231 a 434 (Vol. II), referentes à Mensagem nº 7, de 2012-CN (nº 12/2012, na origem), comunicando ao Congresso Nacional o Veto Parcial aposto ao PLN nº 29, de 2011".

Leia-se: Juntadas fls. 2 a 433 (Vol. Principal) e fls. 434 a 858 (Vol. II), referentes à Mensagem nº 7, de 2012-CN (nº 12/2012, na origem), comunicando ao Congresso Nacional o veto parcial aposto ao PLN nº 29, de 2011.

SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria Tipo	Número	Ano	Data da Ação Dia	Mês	Ano	Destino	
	CN SSCLCN	VET	00006	2012	08	02	2012	CN SEXP	MONDIN rev. MONDIN

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

À SEXP para elaboração do Ofício do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que solicita à Câmara os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de emitir relatório sobre o veto. Ao Ofício, serão anexadas cópias do Aviso, da Mensagem Presidencial e, se for o caso, da Lei, contendo as partes sancionadas, além do autógrafo do projeto. Após anexação da cópia do citado Ofício, o processado será devolvido à Secretaria da Coordenação Legislativa do Congresso Nacional.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria Tipo	Número	Ano	Data da Ação Dia	Mês	Ano	Destino	
	CN SEXP	VET	00006	2012	08	02	2012	CN SEXP	PIERRE rev. PIERRE

Recebido neste órgão às 11:40 hs.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria Tipo	Número	Ano	Data da Ação Dia	Mês	Ano	Destino	
	CN SEXP	VET	00006	2012	09	02	2012	CN SSCLCN	GILSONAN rev. GILSONAN ret. GILSONAN

Anexado o Ofício CN nº 43 de 09/02/12, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados solicitando a indicação dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto (fls.859).
À SSCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		rev. MONDIN
	CN SSCLCN	VET	00006	2012	28	02	2012	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntada fls. 860 (ao Volume II), referente ao Ofício SGM/P nº 149, de 2012, do Presidente da Câmara, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		rev. MONDIN
	CN SSCLCN	VET	00006	2012	06	03	2012	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 861 a 866 (ao Volume II), referentes ao estudo de tramitação da proposição vetada (PLN nº 29, de 2011).

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		rev. MONDIN
	CN SSCLCN	VET	00006	2012	07	11	2012	CN ATA-PLEN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Ao Plenário para leitura, designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	KOCH
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		rev. KISSCAMP
	CN ATA-PLEN	VET	00006	2012	07	11	2012	CN SACM	

Leitura do Veto Parcial nº 6, de 2012, aposto ao Projeto de Lei nº 29, de 2011-CN.
De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, das Resoluções nº 2, de 2000-CN, e nº 1, de 2012-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:
Senadores: Sérgio Souza, Walter Pinheiro, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Amorim e Randolfe Rodrigues.
Deputados: Devanir Ribeiro, Giroto, Carlos Alberto Leréia e Anderson Ferreira.
A Presidência comunica que , nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 27 de novembro de 2012.
O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 7 de dezembro de 2012.

SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SACM	VET	00006	2012	07	11	2012	CN SACM	TNSILVA rev. TNSILVA

STATUS: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Recebido nesta data.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SACM	VET	00006	2012	09	11	2012	CN SACM	TNSILVA rev. MMMELO

STATUS: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Anexado comunicado enviado aos membros da Comissão Mista, com respectivo protocolo eletrônico de entrega, informando a composição dos membros com as respectivas idades e o prazo para apresentação do Relatório (às fls. 434 e 435).

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SACM	VET	00006	2012	28	11	2012	CN SSCLCN	BEDRITIC rev. BEDRITIC

Esgotado o prazo regimental previsto no art. 105 do Regimento Comum sem apresentação do relatório pela Comissão Mista.
Encaminhada à SCLCN.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00006	2012	18	12	2012	CN ATA-PLEN	LUIZS rev. POLLA

STATUS: INCLUIDA EM ORDEM DO DIA

Incluído na Ordem do Dia da Sessão Conjunta de 19 de dezembro de 2012, às 12h.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN ATA-PLEN	VET	00006	2012	19	12	2012	CN SSCLCN	OTAVIOL rev. OTAVIOL

13:22 - A matéria deixa de ser apreciada nesta oportunidade.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00006	2012	29	08	2013	CN SSCLCN	MONDIN rev. LUIZS

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO
VET Nº 6, DE 2012
EM 19.01.12

Ouvidos, os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Justiça, da Saúde, a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Arts 2º e 3º

"Art. 2º As atividades de que trata o art. 1º desta Lei serão exercidas pelos:

I - portadores de diploma do ensino fundamental;

II - portadores de habilitação específica fornecida por entidades públicas ou privadas, legalmente reconhecidas;

III - profissionais que, embora não sejam portadores de diploma ou de certificado na forma dos incisos I e II do caput deste artigo, estejam exercendo a profissão há pelo menos 1 (um) ano, contado da data de publicação desta Lei."

"Art. 3º Para fins de aplicação dos preceitos desta Lei, o órgão competente no Brasil poderá revalidar diploma expedido em país estrangeiro, fornecido por cursos equivalentes aos mencionados nos incisos I e II do **caput** do art. 2º desta Lei."

Razão dos vetos

"A Constituição, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade."

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 12, de 18 de janeiro de 2012.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 29, de 2011 - CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015".

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

No Anexo I:

Meta do Objetivo 0282, do Programa 2037

"Ampliar a oferta de atendimento a pessoas com deficiência por meio da Rede SUAS, prevendo-se acréscimos orçamentários, em relação ao valor orçado para 2011, de 5% para 2012, de 10% para 2013, de 15% para 2014 e de 20% para 2015"

Razão do veto

"A proposição remete à vinculação de despesa orçamentária para os exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015, tratando de matéria estranha ao PPA."

Nos Anexos I e III:

Iniciativa 04B5, do Objetivo 0131, do Programa 2075

"04B5 - Adequação da Rodovia BR-153/SP"

Iniciativa 04CG, do Objetivo 0183, do Programa 2074

"04CG - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santana/AP"

Razões dos vetos

"O custo total dos empreendimentos é inferior ao Valor de Referência necessário para individualização como Iniciativa, o que contraria o art. 10 da proposta."

Iniciativa 04BA, do Objetivo 0144, do Programa 2072

"04BA - Construção de Ferrovia Transcontinental EF 354 de Vilhena/RO a Boqueirão da Esperança/AC"

Iniciativa 04CF, do Objetivo 0751, do Programa 2025

"04CF - Implantação da rede de fibra ótica no trecho de Macapá a Oiapoque"

Iniciativa 04CT, do Objetivo 0131, do Programa 2075

"04CT - Adequação da Rodovia BR-040/MG"

Iniciativa 04AV, do Objetivo 0136, do Programa 2075

"04AV - Construção do Rodoanel Sul e Norte de Belo Horizonte/MG"

Razões dos vetos

"As Iniciativas em questão se sobrepõem a outras já previstas no PPA, não se justificando serem tratadas de forma separada.

No caso da Ferrovia Transcontinental EF 354 de Vilhena/RO a Boqueirão da Esperança/AC, já existe a Iniciativa 00C1 - Construção de Ferrovia EF-354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste.

Para a implantação da rede de fibra ótica no trecho de Macapá a Oiapoque, existe a Iniciativa 02YK - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga.

Já a adequação da Rodovia BR-040/MG está contemplada na Iniciativa 009O - Concessão da Rodovia BR-040/DF/GO/MG, Brasília/DF a Juiz de Fora/MG - 956 km (rodovia integrante do Programa Federal de Concessões Rodoviárias).

Por fim, para a construção do Rodoanel Sul e Norte de Belo Horizonte/MG, há a Iniciativa 00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG."

Iniciativa 04C6, do Objetivo 0676, do Programa 2035

"04C6 - Implantação de infraestrutura para realização da Universíade de Verão 2017 no Distrito Federal"

Razões do veto

"Uma vez que a escolha de Brasília para a realização da Universíade de Verão 2017 não se concretizou, houve perda do objeto da Iniciativa."

Iniciativa 04AO, do Objetivo 0183, do Programa 2074

"04AO - Construção de novo porto em águas profundas no Estado da Paraíba"

Iniciativa 04BZ, do Objetivo 0453, do Programa 2074

"04BZ - Implantação do novo porto na Cidade de Natal/RN"

Iniciativa 04BU, do Objetivo 0137, do Programa 2075

"04BU - Construção do Arco Rodoviário Norte - BR-369/PR"

Iniciativa 04CL, do Objetivo 0136, do Programa 2075

"04CL - Construção do 2º Anel Rodoviário no Estado do Ceará - BR-116/CE, BR-020/CE e BR-222"

Iniciativa 04BE, do Objetivo 0140, do Programa 2075

"04BE - Construção de Ponte Interligando a BR-319 à Rodovia AM-070 no Estado do Amazonas"

Iniciativas 04AN e 04D3, do Objetivo 0141, do Programa 2072

"04AN - Construção de Ferrovia - EF 232/116/225 - Ferrovia Nova Transnordestina - Ramal Paraíba"

"04D3 - Construção e Adequação de Ferrovia - Maringá / Cianorte / Umuarama / Guaíra / Cascavel - no Estado do Paraná"

Iniciativas 04DA e 04BB, do Objetivo 0234, do Programa 2073

"04DA - Construção da Eclusas no Complexo do Rio Madeira"

"04BB - Construção de Eclusa no Estado do Acre"

Iniciativa 04CZ, do Objetivo 0479, do Programa 2051

"04CZ - Implantação de Adutoras para distribuição das águas provenientes do PISF (Eixo Leste) nas Regiões do Cariri, Brejo e Seridó"

Iniciativa 04BX, do Objetivo 0549, do Programa 2051

"04BX - Integração das Bacias do Rio São Francisco com as Bacias da Fronteira Seca do Piauí"

Iniciativa 04DN, do Objetivo 0019, do Programa 2033

"04DN - Implantação da Usina Hidrelétrica do Ribeirão no Rio Madeira."

Razões dos vetos

"Trata-se de empreendimentos de Grande Porte, que não possuem estudos prévios de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social necessários à sua implementação. O início de obras nessas condições aumentaria significativamente o risco de pulverização de recursos, de dilatação dos prazos de execução e de paralisação das obras."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 13, de 18 de janeiro de 2012.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 134, de 2009 (nº 1.627/07 na Câmara dos Deputados), que "Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Incisos I e II do § 1º do art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, inserido pelo art. 87 do projeto de lei

"I - 1% (um por cento) no exercício de 2010;

II - 2% (dois por cento) no exercício de 2011;"

Razões dos vetos

"Os incisos dispõem de percentuais para a dedução de doações no âmbito das declarações de imposto de renda referentes a exercícios e anos-calendário já concluídos e, portanto, processados, não cabendo sua aplicação retroativa."

Já o Ministério da Saúde opinou pelo veto ao seguinte dispositivo:

Caput do art. 63

"Art. 63. As unidades destinadas a internação feminina deverão dispor de dependência adequada para, em caso de emergência, atender adolescente grávida, parturiente e/ou convalescente sem condições de ser levada a unidade do SUS."

Razão do veto

"O atendimento de internas grávidas, parturientes e convalescentes em caso de emergência deve ser realizado na rede do Sistema Único de Saúde - SUS. Na rede SUS há melhores oportunidades de prevenção de agravos e de intervenção em situações agudas ou crônicas que demandem maior complexidade na atenção, possibilitando salvaguarda à mãe e ao bebê. As iniciativas no âmbito do Programa Rede Cegonha reforçam essa diretriz da política de saúde ao permitir o acompanhamento sistemático, com acesso ao pré-natal adequado e avaliação dos riscos e vulnerabilidades."

Os Ministérios da Saúde e da Fazenda, manifestaram-se, ainda, pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

§ 8º do art. 64

"§ 8º Na hipótese da inexistência de programa público de atendimento adequado à execução da terapêutica indicada para o adolescente, o juiz poderá determinar que o tratamento seja realizado na rede privada, a expensas do poder público."

Art. 66

"Art. 66. O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa com comprovada dependência de álcool ou de outras substâncias psicoativas que não o incapacite de cumprir plenamente as atividades previstas no seu PIA deverá ser inserido em programa de tratamento, preferencialmente na rede SUS extra-hospitalar, podendo a autoridade judiciária determinar que esse seja realizado na rede privada se o SUS não dispuser do tratamento adequado, a expensas do poder público."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012011900010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
VET. nº 6 /2012
Fls. 01

À Comissão Mista
Em 07/12/2012

Mensagem nº 12

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 29, de 2011 - CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015".

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

No Anexo I:

Meta do Objetivo 0282, do Programa 2037

"Ampliar a oferta de atendimento a pessoas com deficiência por meio da Rede SUAS, prevendo-se acréscimos orçamentários, em relação ao valor orçado para 2011, de 5% para 2012, de 10% para 2013, de 15% para 2014 e de 20% para 2015"

Razão do veto

"A proposição remete à vinculação de despesa orçamentária para os exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015, tratando de matéria estranha ao PPA."

Nos Anexos I e III:

Iniciativa 04B5, do Objetivo 0131, do Programa 2075

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VET 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
2
SENADO FEDERAL

"04B5 - Adequação da Rodovia BR-153/SP"

Iniciativa 04CG, do Objetivo 0183, do Programa 2074

"04CG - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santana/AP"

Razões dos vetos

"O custo total dos empreendimentos é inferior ao Valor de Referência necessário para individualização como Iniciativa, o que contraria o art. 10 da proposta."

Iniciativa 04BA, do Objetivo 0144, do Programa 2072

"04BA - Construção de Ferrovia Transcontinental EF 354 de Vilhena/RO a Boqueirão da Esperança/AC"

Iniciativa 04CF, do Objetivo 0751, do Programa 2025

"04CF - Implantação da rede de fibra ótica no trecho de Macapá a Oiapoque"

Iniciativa 04CT, do Objetivo 0131, do Programa 2075

"04CT - Adequação da Rodovia BR-040/MG"

Iniciativa 04AV, do Objetivo 0136, do Programa 2075

"04AV - Construção do Rodoanel Sul e Norte de Belo Horizonte/MG"

Razões dos vetos

"As Iniciativas em questão se sobrepõem a outras já previstas no PPA, não se justificando serem tratadas de forma separada.

No caso da Ferrovia Transcontinental EF 354 de Vilhena/RO a Boqueirão da Esperança/AC, já existe a Iniciativa 00C1 – Construção de Ferrovia EF-354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VETO 6/2016
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
3
SENADO FEDERAL

Para a implantação da rede de fibra ótica no trecho de Macapá a Oiapoque, existe a Iniciativa 02YK - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga.

Já a adequação da Rodovia BR-040/MG está contemplada na Iniciativa 009O - Concessão da Rodovia BR-040/DF/GO/MG, Brasília/DF a Juiz de Fora/MG - 956 km (rodovia integrante do Programa Federal de Concessões Rodoviárias).

Por fim, para a construção do Rodoanel Sul e Norte de Belo Horizonte/MG, há a Iniciativa 00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG."

Iniciativa 04C6, do Objetivo 0676, do Programa 2035

"04C6 - Implantação de infraestrutura para realização da Universíade de Verão 2017 no Distrito Federal"

Razões do veto

"Uma vez que a escolha de Brasília para a realização da Universíade de Verão 2017 não se concretizou, houve perda do objeto da Iniciativa."

Iniciativa 04AO, do Objetivo 0183, do Programa 2074

"04AO - Construção de novo porto em águas profundas no Estado da Paraíba"

Iniciativa 04BZ, do Objetivo 0453, do Programa 2074

"04BZ - Implantação do novo porto na Cidade de Natal/RN"

Iniciativa 04BU, do Objetivo 0137, do Programa 2075

"04BU - Construção do Arco Rodoviário Norte - BR-369/PR"

Iniciativa 04CL, do Objetivo 0136, do Programa 2075

"04CL - Construção do 2º Anel Rodoviário no Estado do Ceará - BR-116/CE, BR-020/CE e BR-222"

Iniciativa 04BE, do Objetivo 0140, do Programa 2075

SECRETARIA-GERAL DA MESA
VET 6/2017
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

"04BE - Construção de Ponte Interligando a BR-319 à Rodovia AM-070 no Estado do Amazonas"

Iniciativas 04AN e 04D3, do Objetivo 0141, do Programa 2072

"04AN - Construção de Ferrovia - EF 232/116/225 - Ferrovia Nova Transnordestina - Ramal Paraíba"

"04D3 - Construção e Adequação de Ferrovia - Maringá / Cianorte / Umuarama / Guaíra / Cascavel - no Estado do Paraná"

Iniciativas 04DA e 04BB, do Objetivo 0234, do Programa 2073

"04DA - Construção da Eclusas no Complexo do Rio Madeira"

"04BB - Construção de Eclusa no Estado do Acre"

Iniciativa 04CZ, do Objetivo 0479, do Programa 2051

"04CZ - Implantação de Adutoras para distribuição das águas provenientes do PISF (Eixo Leste) nas Regiões do Cariri, Brejo e Seridó"

Iniciativa 04BX, do Objetivo 0549, do Programa 2051

"04BX - Integração das Bacias do Rio São Francisco com as Bacias da Fronteira Seca do Piauí"

Iniciativa 04DN, do Objetivo 0019, do Programa 2033

"04DN - Implantação da Usina Hidrelétrica do Ribeirão no Rio Madeira."

Razões dos vetos

"Trata-se de empreendimentos de Grande Porte, que não possuem estudos prévios de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social necessários à sua implementação. O início de obras nessas condições aumentaria significativamente o risco de pulverização de recursos, de dilatação dos prazos de execução e de paralisação das obras."

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 18 de janeiro de 2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Sanciono, em parte, pelas razões constantes da Mensagem anexa
18.11.2012

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

O **Congresso Nacional** decreta:

CAPÍTULO I
DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 - PPA 2012-2015, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º O PPA 2012-2015 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:

I - a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero;

II - a ampliação da participação social;

III - a promoção da sustentabilidade ambiental;

IV - a valorização da diversidade cultural e da identidade nacional;

V - a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade;

VI - a garantia da soberania nacional;

VII - o aumento da eficiência dos gastos públicos;

VIII - o crescimento econômico sustentável; e

IX - o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

I - Programa Temático: que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Parágrafo único. Não integram o PPA 2012-2015 os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

Art. 6º O Programa Temático é composto por Objetivos, Indicadores, Valor Global e Valor de Referência.

§ 1º O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: órgão cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa; e

III - Iniciativa: atributo que declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento.

§ 2º O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§ 3º O Valor Global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos, segregadas as esferas Fiscal e da Seguridade da esfera de Investimento das Empresas Estatais, com as respectivas categorias econômicas, e dos recursos de outras fontes.

§ 4º O Valor de Referência é um parâmetro financeiro, estabelecido por Programa Temático, especificado pelas esferas Fiscal e da Seguridade e pela esfera de Investimento das Empresas Estatais, que permitirá identificar, no PPA 2012-2015, empreendimento, quando seu custo total superar aquele valor.

Art. 7º Integram o PPA 2012-2015 os seguintes anexos:

I - Anexo I - Programas Temáticos;

II - Anexo II - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado; e

III - Anexo III - Empreendimentos Individualizados como Iniciativas.

CAPÍTULO III
DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Art. 8º Os Programas constantes do PPA 2012-2015 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

§ 1º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º Nos Programas Temáticos, cada ação orçamentária estará vinculada a uma única Iniciativa, exceto as ações padronizadas.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

§ 3º As vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas constarão nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9º O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

Art. 10. Os empreendimentos plurianuais cujo Valor Global estimado seja igual ou superior ao Valor de Referência são caracterizados de Grande Porte e deverão ser expressos no PPA 2012-2015 como Iniciativas.

§ 1º O Empreendimento de Grande Porte poderá ser desdobrado nas leis orçamentárias em mais de uma ação, para expressar sua regionalização ou seus segmentos.

§ 2º A obrigatoriedade de individualização no PPA 2012-2015 de Iniciativa de que trata o **caput** não se aplica aos Empreendimentos de Grande Porte financiados com recursos provenientes de transferências da União a Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 3º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá regulamentar critérios adicionais para individualização de Iniciativas de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 11. Os orçamentos anuais, compatibilizados com o PPA 2012-2015 e com as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 4º para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO DO PLANO

Seção I
Aspectos Gerais

Art. 12. A gestão do PPA 2012-2015 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:

I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;

II - dos critérios de regionalização das políticas públicas; e

III - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2012-2015.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2012-2015.

Art. 13. A gestão do PPA 2012-2015 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos Programas, Objetivos e Iniciativas.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VOT 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
10
SENADO FEDERAL

Art. 14. O Poder Executivo manterá sistema de informações para apoio à gestão do Plano, que será atualizado permanentemente e abrangerá a execução financeira dos Programas e Iniciativas, o alcance das metas e o acompanhamento dos indicadores.

Parágrafo único. O Poder Executivo disponibilizará de forma estruturada e organizada na Internet informação sobre a implementação e o acompanhamento do PPA 2012-2015, e, de forma consolidada, anualmente.

Art. 15. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório anual de avaliação do Plano, que conterá:

I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II - situação, por Programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas;

III - execução financeira das Iniciativas.

Seção II
Do Monitoramento e Avaliação

Art. 16. O monitoramento do PPA 2012-2015 é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias da administração pública federal.

Art. 17. A avaliação consiste na análise das políticas públicas e dos Programas com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Art. 18. O Poder Executivo promoverá a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação federativa com vistas à produção, ao intercâmbio e à disseminação de informações para subsidiar a gestão das políticas públicas.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. São prioridades da administração pública federal o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Plano Brasil sem Miséria - PBSM e as definidas nas leis de diretrizes orçamentárias.

Art. 20. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período de 2012 a 2015, está incluído no Valor Global dos Programas.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual e seus anexos detalharão os investimentos de que trata o **caput**, para o ano de sua vigência.

Art. 21. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

§ 1º A revisão de que trata o **caput**, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos.

§ 3º Considera-se alteração de Programa a inclusão, a exclusão ou a alteração de Objetivos, Iniciativas e Metas.

§ 4º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

I - alterar o Valor Global do Programa;

II - incluir, excluir ou alterar Iniciativas;

III - adequar as vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas; e

IV - incluir, excluir ou alterar Metas.

§ 5º O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

I - Indicador;

II - Valor de Referência;

III - Meta de caráter qualitativo, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária;

IV - Órgão Responsável; e

V - Iniciativa sem financiamento orçamentário.

§ 6º As modificações efetuadas nos termos dos §§ 4º e 5º deverão ser informadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Congresso Nacional, em 29 de dezembro de 2011.

Senador José Sarney
Presidente

vpl/pln11-029

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
16/01/12
117

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área total utilizada para a produção da agricultura familiar	ha	31/12/2006	80.250.453,00
Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar	R$ bilhão	30/06/2011	16,00
Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar	R$/ha	31/12/2006	1,89
Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar	R$	01/09/2009	337,07
Valor bruto da produção da agricultura familiar	R$	31/12/2006	54.367.701,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**3.955.001**	**13.479.421**
Despesas Correntes	3.366.800	11.563.973
Despesas de Capital	588.201	1.915.448
Outras Fontes	**17.500.000**	**59.000.000**
Valores Globais	**21.455.001**	**72.479.421**
	93.934.422	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária
- Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)
- Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais
- Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar
- Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades
- Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria
- Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar
- Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas
- Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de

SECRETARIA - GERAL
06/6/2012
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
18
SENADO FEDERAL

vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Área de Atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	938.462,00	unidade
Região Norte	61.538,00	unidade

- Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos

- Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo

- Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar

Iniciativas

- 019W - Ampliação da oferta do seguro da produção, mediante novas modalidades / coberturas do Seguro da Agricultura Familiar - SEAF, e do apoio a agricultores familiares prejudicados por eventos extremos

- 01A5 - Ampliação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF como instrumento garantidor de preços de mercado, inserindo novos produtos que atendam às necessidades específicas da agricultura familiar e sua regionalização

- 01A6 - Ampliação e qualificação do Programa Garantia Safra para todo o país, com a revisão do marco legal e monitoramento de macroprocessos

- 01AE - Apoio ao desenvolvimento, financiamento e disponibilização de novos equipamentos e tecnologias apropriadas para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos e aperfeiçoamento de ferramentas da gestão de riscos

- 01AL - Criação e aperfeiçoamento de ferramentas de gestão de riscos, com ampliação do Zoneamento Agrícola e definição de metodologias para sistemas de produção da sociobiodiversidade e de culturas regionais, ampliação e implementação de tecnologias e redes de obtenção de dados agroclimáticos e implementação de sistemas de monitoramento climático e de campo

- 01AO - Disponibilização de insumos produtivos visando ao melhoramento da capacidade de produção da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais

- 01AQ - Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar

- 01BB - Utilização de instrumentos de intervenção no mercado, garantindo o preço, a renda e o abastecimento dos produtos da agricultura familiar (público atendido pela Lei 11.326/2006, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas), bem como formar estoques públicos reguladores e estratégicos

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produção, organização, gestão e comercialização

- Capacitar 17.292 conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável, envolvidos na operacionalização do Garantia Safra, como agentes de controle social das políticas públicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Área de Atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	5.292,00	unidade
Região Norte	12.000,00	unidade

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VST 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.000,00	unidade
Região Nordeste	6.000,00	unidade
Região Norte	4.000,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para este público

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4.000,00	unidade
Região Nordeste	7.000,00	unidade
Região Norte	2.000,00	unidade
Região Sudeste	4.000,00	unidade
Região Sul	3.000,00	unidade

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 10 mil famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco, para a diversificação da produção

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 600 mil famílias utilizando a metodologia do Pronaf sustentável

- Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais

- Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), Casas Familiares Rurais e do Mar (CFR e CFM) a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas

- Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais

- Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres

Iniciativas

- 01BC - Adoção de práticas de convivência com o semiárido nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e apoio a projetos de inovação tecnológica da agricultura familiar no semiárido

- 01BE - Ampliação da diversificação da agricultura familiar no âmbito da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

- 01BI - Apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

- 01BL - Apoio à reestruturação e ao fortalecimento das atividades das Casas Escolas Famílias Agrícolas (CEFAS) e dos centros de tecnologia alternativa para implementação de atividades de educação do campo

- 01C0 - Estabelecimento de parcerias com Universidades e Centros de Ensino para modificação dos currículos de formação profissional

SECRETARIA - GERAL DA
Slot 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
20
SENADO FEDERAL

- 01C4 - Fomento e disponibilização de tecnologias e de conhecimentos apropriados para a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, com componente de educação ambiental

- 01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Ampliar o percentual de acesso do público da reforma agrária às políticas de compras públicas

- Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais

- Apoiar a adequação das legislações sanitária, tributária, fiscal e previdenciária para atendimento das especificidades da agricultura familiar e revisão/elaboração de instrumentos legais relacionados

- Apoiar a ampliação da criação das agroindústrias familiares das comunidades indígenas e sua manutenção, respeitando a dinâmica cultural e divisão do trabalho de cada povo

- Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

- Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado

- Implementação do sistema de monitoramento da comercialização de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/2009, garantindo a visibilidade da participação das mulheres

- Inserir 25 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

- Inserir 25.000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.000,00	unidade
Região Nordeste	5.000,00	unidade
Região Norte	4.000,00	unidade
Região Sudeste	3.000,00	unidade
Região Sul	10.000,00	unidade

- Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel

Iniciativas

- 01CS - Atuar nas principais cadeias produtivas da agricultura familiar por meio de sua identificação, da interação com seus principais atores e da construção e implementação de políticas públicas e instrumentos de fomento adequados visando à melhoria da competitividade dos setores

- 01CX - Diversificação econômica da agricultura familiar por meio da agroindustrialização, de atividades não agrícolas, da produção orgânica, da sociobiodiversidade, das plantas medicinais e fitoterápicos, contribuindo para o fortalecimento de sua imagem perante a sociedade, incluindo o apoio às organizações da agricultura familiar para a

SECRETARIA - GERAL
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

comercialização durante grandes eventos esportivos (Copa, Olimpíadas, Rio +20)

- 01CY - Divulgação para as organizações da agricultura familiar e gestores públicos da educação sobre o processo de compra da agricultura familiar
- 01D1 - Fomento à organização da base produtiva da agricultura familiar para participação nas cadeias de energias renováveis
- 01D9 - Qualificação das organizações da agricultura familiar para fornecimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), especialmente para as capitais e grandes cidades

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	150,00	unidade
Região Nordeste	750,00	unidade
Região Norte	150,00	unidade
Região Sudeste	225,00	unidade
Região Sul	225,00	unidade

- Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	320,00	unidade
Região Nordeste	1.600,00	unidade
Região Norte	320,00	unidade
Região Sudeste	480,00	unidade
Região Sul	480,00	unidade

- Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	7.000,00	unidade
Região Nordeste	35.000,00	unidade
Região Norte	7.000,00	unidade
Região Sudeste	10.500,00	unidade
Região Sul	10.500,00	unidade

- Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	unidade
Região Nordeste	100,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	30,00	unidade

- Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	unidade
Região Nordeste	100,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	30,00	unidade

Iniciativas

- 030A - Garantir Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específica para mulheres, com qualificação dos agentes para adoção de procedimentos metodológicos adequados e para implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais
- 030C - Garantir crédito específico para mulheres rurais, com capacitação dos agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher) para mulheres rurais
- 030H - Promoção comercial de organizações econômicas de mulheres em mercados institucionais, e justos e solidários, com apoio aos processos de organização baseados no cooperativismo e associativismo e na formalização das organizações econômicas, integrando a economia feminista e solidária; e à implantação de procedimentos para a transição agroecológica, à adequação e/ou inovação tecnológica e à certificação da produção das mulheres
- 030J - Promoção da integração de organizações econômicas de mulheres rurais no âmbito dos países do Mercosul, integrantes da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF), com divulgação das políticas para as mulheres rurais nos espaços de integração e cooperação internacional

OBJETIVO: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Articular a inserção do conteúdo da Agroecologia na educação formal e informal
- Aumentar a participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado
- Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)
- Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo
- Elaborar e implementar a Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica
- Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	unidade
Região Nordeste	75,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	40,00	unidade
Região Sul	50,00	unidade

- Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	25.000,00	unidade
Região Nordeste	50.000,00	unidade
Região Norte	250.000,00	unidade
Região Sudeste	75.000,00	unidade
Região Sul	100.000,00	unidade

Iniciativas

- 030N - Apoio e fomento a processos de transição agroecológica; a experiências de produção e redes de promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e a circuitos locais de comercialização, de economia solidária, do mercado justo e da rede de segurança alimentar

SECRETARIA - GERAL
Out 6/2012
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
234
SENADO FEDERAL

- 030P - Articulação de redes de pesquisa, desenvolvimento, transferência de tecnologias e experiências locais, em sistemas de produção de base ecológica, adequadas à realidade da agricultura familiar, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais
- 030Q - Articulação para a adequação das normas de financiamento e ampliação do acesso ao crédito para produção de base ecológica e orgânica
- 030R - Articulação para a inclusão e a ampliação da agroecologia na educação formal e informal
- 030U - Elaboração de metodologias e parâmetros técnicos para um sistema de pagamento de serviços ambientais para os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais
- 030V - Elaboração e implementação da Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica
- 030W - Estabelecimento e fortalecimento, nas políticas públicas, de mecanismos que assegurem a valorização dos produtos de sistemas de base ecológica, orgânicos, sustentáveis e justos
- 0310 - Implementação de estratégias e ações visando à ampliação da participação da produção orgânica e de base ecológica da agricultura familiar nos mercados institucionais e diferenciados

OBJETIVO: 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Promover negociações internacionais e de comércio exterior, projetos de cooperação técnica e propostas de regulamentos do Mercosul que fortaleçam o espaço das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais

Iniciativas

- 0313 - Promoção das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais nas ações de integração regional, cooperação internacional, comércio exterior e nos acordos internacionais negociados pelo país

SECRETARIA-GERAL DA MESA
0016/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
24
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação	ha	30/12/2006	4.453.925,00
Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação	%	30/12/2010	51,00
Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação e drenagem	%	30/12/2006	11,19

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**644.733**	**3.509.391**
Despesas Correntes	109.684	324.491
Despesas de Capital	535.049	3.184.900
Outras Fontes	**575.463**	**2.258.555**
Valores Globais	**1.220.196**	**5.767.946**
	6.988.142	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0128 - Reformular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Plano Diretor Nacional de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Cadastrar 100% dos irrigantes do setor privado
- Cadastrar e manter os dados de 100% dos irrigantes de projetos públicos de irrigação
- Elaborar e aprovar novo marco legal da Política Nacional de Irrigação
- Implantar o Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada e seu Grupo Executivo
- Implantar o Conselho Consultivo para a agricultura irrigada
- Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada

Iniciativas

- 0094 - Elaboração do Plano Diretor Nacional de Irrigação e do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem
- 009A - Implantação do Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada e seu Grupo Executivo
- 009B - Implantação do Conselho Consultivo de apoio à Agricultura Irrigada
- 009C - Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada
- 009D - Instituição do novo marco legal da Política Nacional de Irrigação
- 009G - Promoção do intercâmbio de informações e articulação com as instâncias governamentais, associações de produtores, empresas públicas e privadas, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil por meio do Fórum Permanente de Agricultura Irrigada

MESA COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

- 009H - Reestruturação das instituições responsáveis pela execução da Política Nacional de Irrigação

OBJETIVO: 0163 - Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Disponibilizar R$ 4 bilhões para linhas de crédito destinadas a Agricultura Irrigada

Iniciativas

- 00E9 - Adequação do seguro agrícola, contratável também por associações de irrigantes, aos riscos da agricultura irrigada, que diferem daqueles da tradicional (sequeiro)
- 00EA - Ajuste das normas de crédito às peculiaridades da agricultura irrigada, quanto a montante, prazos, taxa de juros, garantias e eliminação de entraves burocráticos
- 00EE - Criação de linha de crédito específica para investimento, custeio e comercialização em agricultura irrigada, em conformidade com as características regionais e os calendários agrícolas dos cultivos irrigados
- 00EF - Criação de programa de crédito voltado para agricultores de pequeno porte, com ênfase na região Nordeste, mediante a utilização de tecnologias de irrigação e drenagem de baixo custo adaptadas às peculiaridades regionais
- 00EG - Equalização de juros em financiamentos destinados à Agricultura Irrigada
- 00EI - Financiamento à implantação de projetos de irrigação e apoio financeiro às necessidades de investimentos, custeio e comercialização

OBJETIVO: 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Consolidar 05 redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças
- Contratar 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem
- Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem

Iniciativas

- 00EY - Apoio à incorporação de novas culturas, como pastagem, principalmente para pequenos e médios produtores de leite
- 00F0 - Fortalecimento das instituições estaduais de assistência técnica e extensão rural em agricultura irrigada
- 00F2 - Integração de redes institucionais de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia em agricultura irrigada
- 00F3 - Promoção de programas de difusão e transferência tecnológica e ampla divulgação dos benefícios da irrigação, com destaque para ganhos de produtividade e qualidade, em veículos e linguagem acessíveis ao produtor
- 00F7 - Promoção do uso da agricultura de precisão, como ferramenta para a otimização e o uso racional da água
- 00F9 - Realização de estudos e pesquisas direcionadas a redução das perdas de água em sistemas irrigados e a otimização de sua aplicação na agricultura irrigada, com vistas ao aumento de sua eficiência

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação

SECRETARIA - GERAL DA MESA
6/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

ambiental com vista à transferência de gestão.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 193.137 ha

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10.384,00	ha
Região Nordeste	148.253,00	ha
Região Norte	24.000,00	ha
Região Sul	10.500,00	ha

- Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação
- Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação
- Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação
- Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 97.737 ha

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	63.951,00	ha
Região Norte	28.500,00	ha
Região Sudeste	5.286,00	ha

- Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	16,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

Iniciativas

- 00FV - Administração, Operação, Manutenção e Revitalização de Perímetros Públicos de Irrigação
- 00G0 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê/BA
- 00G4 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro/RS
- 00G5 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás/GO
- 00G7 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba/SE
- 00G8 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia/GO
- 00GA - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba/AL
- 00GB - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo/PI
- 00GC - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão/RR
- 00GE - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal/PE
- 00GF - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins/TO
- 00GG - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Bálsamo/AL
- 00GH - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA
- 00GJ - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Sampaio/TO
- 00GL - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação São João/TO
- 00GM - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernado/MA
- 00GP - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa/PB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fl. 27

- 00GQ - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Araras Norte/CE
- 00GR - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú/CE
- 00GS - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Jaíba/MG
- 00GU - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI
- 00GV - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas/CE
- 00GW - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí/PI
- 00GX - Estudos para definição e implementação de modelos de gestão adequados a cada projeto público de irrigação
- 00H7 - Infraestrutura de apoio à produção em projetos públicos de irrigação
- 00H8 - Negociação com os órgãos estaduais e federais de licenciamento para definição de alternativas à averbação de reserva legal dos perímetros que não dispõe de áreas próximas para essa finalidade
- 00H9 - Negociação com os órgãos estaduais e federais de licenciamento para desonerar os perímetros de atendimento a condicionantes referentes à habitação, educação, saúde, saneamento e segurança que se configuram dentro das atribuições dos estados e municípios
- 00HA - Pactuação com os entes federados para o fornecimento de serviços públicos de educação, saúde, saneamento, segurança e transporte nos projetos públicos de irrigação
- 00HD - Promover a regularização ambiental e fundiária em projetos públicos de irrigação com transferência da titularidade dos lotes aos produtores
- 00HO - Revitalização do Perímetro Rio Formoso do Araguaia/TO
- 00HP - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Açu/RN
- 00HQ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro/PE
- 00HR - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Brumado/BA
- 00HS - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá/BA
- 00HT - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Curu-Paraipaba/CE
- 00HU - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Estreito/BA
- 00HV - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Formoso/BA
- 00HW - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba/MG
- 00HY - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba/BA
- 00HZ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós/BA
- 00I0 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho/PE
- 00I2 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo/PB
- 00I3 - Transferência de Perímetros Públicos de Irrigação

OBJETIVO: 0176 - Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Capacitar 20.000 irrigantes para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.000,00	unidade
Região Nordeste	6.000,00	unidade
Região Norte	1.000,00	unidade
Região Sudeste	5.000,00	unidade
Região Sul	6.000,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Capacitar 4.000 profissionais de nível superior para agricultura irrigada

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	750,00	unidade
Região Nordeste	1.000,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	750,00	unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

- Capacitar 6.000 profissionais de nível médio para agricultura irrigada

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	unidade
Região Nordeste	1.500,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	1.500,00	unidade
Região Sul	1.500,00	unidade

Iniciativas

- 00IE - Promoção de cursos de capacitação em agricultura irrigada

OBJETIVO: 0180 - Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Disponibilizar serviços de ATER nas áreas da agricultura irrigada de 8.000 agricultores familiares que se enquadrem na PNATER

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.000,00	unidade
Região Nordeste	1.500,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	2.000,00	unidade
Região Sul	2.000,00	unidade

- Disponibilizar serviços de ATER para 30.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação

Iniciativas

- 00IZ - Aprimoramento dos modelos de prestação de serviços de ATER

- 00J0 - Disponibilização dos serviços de ATER de caráter continuado, orientado para resultados econômicos, sociais e ambientais, nas áreas de agricultura irrigada nos projetos públicos de irrigação

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a produção dos perímetros de interesse eminentemente social visando garantir sua gestão operacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Realizar a transferência de 40 empreendimentos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	40,00	unidade

Iniciativas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse eminentemente social
- 021F - Estudos para redefinição e implementação de modelos de administração, operação, manutenção e de gestão ambiental de empreendimentos de interesse eminentemente social
- 021I - Recuperação das infraestruturas, regularização fundiária e ambiental
- 021J - Transferência da gestão dos empreendimentos de interesse eminentemente social

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Ampliar a área irrigada em 200.000 ha

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	76.000,00	ha
Região Nordeste	25.000,00	ha
Região Norte	16.000,00	ha
Região Sudeste	10.000,00	ha
Região Sul	73.000,00	ha

Iniciativas

- 021K - Construção de barragem para fins de irrigação no Rio Imburuçu/GO
- 021O - Construção do Canal de Irrigação Jaguari/RS
- 021Q - Construção do Canal de Irrigação Taquarembó/RS
- 021T - Estudos e projetos para implantação de perímetros de irrigação
- 021X - Implantação da infraestrutura de apoio à irrigação
- 0223 - Implantação do Perímetro de Irrigação Furamão/PI
- 0225 - Implantação do Perímetro de Irrigação Granja Camocim/CE
- 0229 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro/MT
- 022B - Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio/SE
- 022D - Implantação do Perímetro de Irrigação Mendubim/RN
- 022E - Implantação do Perímetros de Irrigação - Nacional
- 022H - Implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN
- 022M - Implantação do Perímetro de Irrigação Baixada Cuiabana/MT
- 022O - Implantação do Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS
- 022T - Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano/AL
- 04B6 - Implantação do Canal Xingó
- 04BG - Aprofundamento do Canal da Foz do Rio Coreau em Camocim/CE
- 04BW - Construção da Barragem de Castelo

OBJETIVO: 0545 - Incentivar a ampliação da utilização das áreas potencialmente irrigáveis para aumentar a oferta de alimentos, bioenergéticos e fibras de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VOT 6/2012
11.30

Metas 2012-2015

- Ampliar a atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos

Iniciativas

- 022Z - Normatização e aplicação da Portaria do Regime Especial de Incentivo a Infraestrutura (REIDI)
- 0231 - Promoção da implantação de infraestrutura para reservação e distribuição de água que permitam o aproveitamento de 500.000 ha com irrigação
- 0232 - Promoção da implantação de redes de energia elétrica que permitam o aproveitamento de 2.000.000 ha com irrigação

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
OUT 6/2012

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC	ha	01/01/2011	0,00
Área plantada com grãos	ha	31/10/2010	47.415.700,00
Disponibilidade de calorias per capita provenientes de produtos agropecuários brasileiros	kcal/hab.dia	31/12/2010	3.148,00
Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto)	%	01/01/2011	40,00
Evolução da produção de carnes	%	30/06/2010	2,83
Evolução da produção nacional de grãos	%	31/12/2010	10,45
Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional	%	31/12/2009	5,04
Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	%	31/12/2010	7,83
Produção nacional de grãos	tonelada	31/10/2010	149.254.900,00
Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária	milhões de tep	31/12/2009	79,00
Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos	%	31/12/2010	13,19
Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização	%	31/12/2010	11,35
Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos	%	31/12/2010	3,67
Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário	%	31/12/2010	10,00
Taxa média dos juros reais de financiamento da safra	%	31/12/2010	3,37
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte	milhões de toneladas	31/12/2010	9,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**10.226.481**	**32.261.227**
Despesas Correntes	4.123.004	16.287.517
Despesas de Capital	6.103.476	15.973.711
Outras Fontes	**40.127.723**	**134.005.129**
Valores Globais	**50.354.204**	**166.266.356**
	216.620.560	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 3.100 mil toneladas

Regionalização da Meta	Total	Unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	534.400,00	tonelada
Região Nordeste	477.300,00	tonelada
Região Norte	233.900,00	tonelada
Região Sudeste	909.300,00	tonelada
Região Sul	637.600,00	tonelada

- Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional

Iniciativas

- 010Y - Administração do cadastro nacional de unidades armazenadoras brasileiras
- 010Z - Ampliação da capacidade estática da rede armazenadora da CONAB
- 0112 - Aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio à comercialização, da fixação de preços mínimos e divulgação de análises sobre infraestrutura e logística de escoamento da produção agropecuária
- 0113 - Aquisição de produtos agrícolas para a formação de estoques públicos
- 0118 - Disponibilização de mecanismos de suporte de preços e apoio a comercialização de produtos agropecuários
- 0119 - Fiscalização dos estoques, das operações de garantia e sustentação dos preços na comercialização dos produtos agropecuários
- 011E - Modernização e ampliação da Unidade Armazenadora de Itaqui/MA
- 011F - Modernização, Reforma e Certificação das unidades de armazenamento da CONAB
- 011J - Revisão de normativos e procedimentos de fiscalização dos estoques públicos de produtos agroalimentares

OBJETIVO: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 465 para 965 estações
- Digitalizar o acervo de 12 milhões de documentos de registro de dados disponíveis apenas em papel

Iniciativas

- 02C7 - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico (INMET)
- 02C9 - Articulação de esforços com o objetivo de atribuir à União a competência legislativa sobre o setor de meteorologia e climatologia e instituir o Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia para organizar e manter estes serviços em âmbito nacional
- 02CC - Digitalização do Acervo Histórico dos Dados Meteorológicos
- 02CG - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 30 milhões de hectares

SECRETARIA GERAL DA MESA
0816/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	9,00	milhão
Região Nordeste	5,50	milhão
Região Norte	1,00	milhão
Região Sudeste	4,00	milhão
Região Sul	10,50	milhão

- Ampliar de 56 mil para 250 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50.000,00	unidade
Região Nordeste	20.000,00	unidade
Região Norte	5.000,00	unidade
Região Sudeste	35.000,00	unidade
Região Sul	140.000,00	unidade

- Manter abaixo de 20%, a cada ano-safra, o referencial do número de perdas de lavouras de milho e soja causadas por adversidades climáticas em relação ao total de seguros contratados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	%
Região Nordeste	20,00	%
Região Norte	20,00	%
Região Sudeste	20,00	%
Região Sul	20,00	%

Iniciativas

- 02CH - Ampliação e consolidação do mercado de seguro e resseguro
- 02CI - Aperfeiçoamento do processo de fiscalização das operações subvencionadas
- 02CK - Desenvolvimento de novos mecanismos de prevenção aos riscos da atividade agropecuária
- 02CM - Disponibilização de informações e aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento de riscos agroclimáticos
- 02CN - Pagamento da subvenção ao prêmio e cobertura de déficit nas operações de seguro rural
- 02CP - Regulamentação do Fundo de cobertura de catástrofe

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	22,20	R$ bilhão
Região Nordeste	12,30	R$ bilhão
Região Norte	4,40	R$ bilhão
Região Sudeste	48,20	R$ bilhão
Região Sul	53,40	R$ bilhão

- Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	97.000,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	47.000,00	unidade
Região Norte	16.000,00	unidade
Região Sudeste	210.000,00	unidade
Região Sul	460.000,00	unidade

Iniciativas

- 02EH - Ampliação da participação do médio produtor rural nas políticas públicas destinadas à agropecuária
- 02EI - Ampliação e Melhoria da Divulgação dos Programas de Financiamento Agropecuário
- 02EK - Concessão de crédito ao médio produtor rural Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP)
- 02EL - Concessão de crédito aos produtores rurais Bancos Públicos
- 02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial
- 02EQ - Monitoramento e aperfeiçoamento dos instrumentos privados de financiamento da produção

OBJETIVO: 0623 - Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, visando a disponibilização de informações relacionadas ao agronegócio nacional e internacional, para subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização e a tomada de decisão pelos agentes públicos e privados.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)
- Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento
- Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos

Iniciativas

- 02F5 - Aperfeiçoamento e disponibilização das estimativas de safras
- 02F6 - Cooperação técnica com agências e organismos internacionais para intercâmbio de informações agrícolas e de abastecimento
- 02F9 - Estruturação da rede pública de informação agrícola, em parceria com governos estaduais e municipais
- 02FE - Quantificação das perdas qualitativas e quantitativas na pós-colheita de grãos

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé
- Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé

Iniciativas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Vst 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 02GM - Financiamentos ao Agronegócio Café
- 02GN - Fomento da pesquisa, desenvolvimento e inovação em cafeicultura
- 02GO - Informações do Agronegócio Café
- 02GP - Manutenção das Unidades Armazenadoras de Café sob responsabilidade do Funcafé
- 02GQ - Manutenção do contrato de dação em pagamento firmado com o Banco do Brasil, com base no artigo 3º da Medida Provisória nº 2196-3/2001
- 02GR - Promoção do Café Brasileiro no País e no Exterior
- 02GT - Remuneração às instituições financeiras pela operacionalização de recursos do Funcafé nos financiamentos ao agronegócio café
- 0489 - Capacitação dos agentes do agronegócio café

OBJETIVO: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Realizar 10 missões internacionais para promoção do Agronegócio incluindo a participação das cooperativas brasileiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	10,00	unidade

- Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	76,00	unidade

Iniciativas

- 02LV - Missões para negociações agropecuárias internacionais
- 02LW - Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Capacitar 500 técnicos e 100.000 produtores rurais para ampliação de áreas com florestas plantadas para fins comerciais, no contexto do Plano ABC, incluindo a heveicultura
- Capacitar 8.000 técnicos do setor e 250.000 produtores rurais, em práticas e sistemas conservacionistas de produção agropecuária sustentável, conforme previsto no Plano ABC
- Divulgar a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - Plano ABC, realizando 5 campanhas publicitárias
- Elaborar Programa de Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal, no contexto do Plano ABC
- Implantar 900 Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável, previstas no Plano ABC
- Implantar e reativar 2.000 viveiros de mudas de espécies florestais nativas e exóticas, visando atender às demandas do Plano ABC

SECRETARIA-GERAL DA MESA
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Implantar Laboratório Virtual Multi-Institucional para as ações de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) do Plano ABC
- Mapear as áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo por UF, no contexto do Plano ABC
- Mapear as áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis, conforme previsto no Plano ABC
- Promover a elaboração de 15 Planos de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono nos Estados, conforme previsto no Plano ABC

Iniciativas

- 02WK - Concessão de crédito à Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
- 02WL - Desenvolvimento de florestas plantadas comerciais e heveicultura
- 02WN - Elaboração de planos estaduais de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
- 02WO - Implantação de Laboratório Virtual Multi-institucional para monitoramento, reporte e verificação MRV
- 02WP - Implantação de Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável
- 02WS - Mapeamento de áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo, por Estado
- 02WT - Mapeamento de áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis
- 02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC)
- 02WW - Realização de campanhas publicitárias para mostrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais das ações que compõem o Plano ABC
- 02WY - Zoneamento de áreas de Pastagens na Amazônia Legal (ABC)

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	11,00	unidade
Região Nordeste	34,00	unidade
Região Norte	22,00	unidade
Região Sudeste	14,00	unidade
Região Sul	9,00	unidade

- Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial
- Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica
- Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne
- Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	80,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Caatinga	200,00	unidade
Bioma Cerrado	200,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	120,00	unidade
Bioma Pampa	120,00	unidade
Bioma Pantanal	80,00	unidade

- Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica
- Elaborar Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável
- Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	unidade
Região Nordeste	20,00	unidade
Região Norte	15,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	20,00	unidade

- Implantar a Comissão Nacional da Produção Orgânica e garantir o funcionamento das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	1,00	unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Instituir a Política Nacional de Agricultura Orgânica
- Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem estar animal
- Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais

Iniciativas

- 02WZ - Aprovação de normas sobre produção agropecuária sustentável
- 02X0 - Consolidação de Núcleos de Estudo em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica
- 02X2 - Fiscalização dos serviços agropecuários regulamentados
- 02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada
- 02X4 - Formação de bancos comunitários de sementes e/ou mudas de variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes
- 02X7 - Implantação da Comissão Nacional de Produção Orgânica
- 02X9 - Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias
- 02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

SECRETARIA-GERAL
06/12
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.565,00	unidade
Região Nordeste	1.375,00	unidade
Região Norte	1.035,00	unidade
Região Sudeste	2.140,00	unidade
Região Sul	3.285,00	unidade

- Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.600,00	projeto
Região Nordeste	1.900,00	projeto
Região Norte	1.600,00	projeto
Região Sudeste	2.100,00	projeto
Região Sul	8.200,00	projeto

- Apoiar a formação de consórcios entre cooperativas e agroindústrias em 20 cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, por meio da celebração de convênios

- Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20.100,00	km
Região Nordeste	7.100,00	km
Região Norte	8.100,00	km
Região Sudeste	10.100,00	km
Região Sul	20.000,00	km

- Capacitar 360 entre dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social de cooperativas para uma gestão profissionalizada, no âmbito do programa ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa

- Certificar 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.500,00	unidade
Região Nordeste	300,00	unidade
Região Norte	200,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade
Região Sul	3.000,00	unidade

- Elaborar o Plano Nacional de Armazenagem

- Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda

- Promover a capacitação técnica ou gerencial de 3.200 pessoas pertencentes aos quadros de cooperativas e associações rurais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	3.200,00	pessoas

Iniciativas

- 02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário

- 02XJ - Concessão de crédito às Cooperativas e Associações - Bancos Públicos

- 02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola

- 02XO - Elaboração de estudos que visem a redução do custo logístico da movimentação de produtos agropecuários destinados ao abastecimento e à exportação

- 02XT - Promoção da capacitação, intercooperação, acesso a mercados e internacionalização de associações e cooperativas

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética
- Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	unidade

- Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas
- Promover a implantação de 10.000 ha de dendezais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	6.000,00	ha
Região Norte	4.000,00	ha

- Promover a renovação de 6.000 ha de dendezais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	6.000,00	ha

Iniciativas

- 02Y0 - Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau
- 02Y2 - Difusão de tecnologias e capacitação dos agentes produtivos em produção agroenergética
- 02Y3 - Divulgação de estudos relativos ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agroenergéticas
- 02Y6 - Monitoramento das cadeias produtivas agroenergéticas quanto à produção e processamento de matérias primas, comercialização e consumo de seus derivados

OBJETIVO: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 30 para 80
- Ampliar de 10% para 70% o percentual de processos em uso, mapeados e melhorados
- Ampliar de 45% para 95% a Taxa de servidores participantes de comunidades virtuais do ambiente institucional CATIR (Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede)
- Ampliar de 60% para 70% o percentual de notícias positivas veiculadas na mídia sobre o MAPA
- Obter 70% de satisfação do servidor do MAPA
- Passar de 2 para 4 o Índice de Atendimento (acessibilidade, navegabilidade, usabilidade, interface, qualidade das informações, satisfação dos gestores dos sistemas) dos sistemas de informação do MAPA

Iniciativas

- 045W - Consolidação da gestão do conhecimento e da informação por meio do Sistema Nacional de Difusão de Informação para o Agronegócio

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VET 6/2017
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 045X - Desenvolvimento e fortalecimento da gestão institucional do MAPA, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos

- 0460 - Modernização e Manutenção de Soluções e Processos de Tecnologia da Informação no MAPA



PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Cobertura das equipes de agentes comunitários	%	01/01/2010	63,17
Cobertura das equipes de saúde bucal	%	01/01/2010	34,30
Cobertura das equipes de saúde da família	%	01/01/2010	52,75
Cobertura de municípios ao Programa Farmácia Popular - Aqui tem farmácia popular-	unidade	01/01/2010	2.467,00
Cobertura do Programa Saúde na Escola	%	01/01/2010	33,00
Cobertura vacinal contra gripe	%	01/01/2010	80,27
Esperança de vida ao nascer	ano	01/01/2008	73,00
Incidência de sarampo	unidade	01/01/2010	0,00
Incidência de Sífilis Congênita	unidade	01/01/2009	5.836,00
Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)	%	01/01/2010	60,00
Índice de estruturação de redes de urgência e emergência	%	01/01/2010	44,00
Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP)	%	01/01/2010	88,00
Índice de realização de transplantes	%	01/01/2010	133,00
Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)	%	01/01/2010	89,70
Índice parasitário anual (IPA) da malária	razão	01/01/2008	1,63
Número de Academias da Saúde implantadas	unidade	01/01/2010	0,00
Razão de mortalidade materna	1/100.000	01/01/2007	75,00
Regiões de Saúde com Contratos Organizativos de Ação Pública - COAP assinado	%	01/01/2010	0,00
Taxa de incidência de Aids	1/100.000	01/01/2009	20,10
Taxa de incidência de tuberculose	1/100.000	01/01/2009	35,15
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas	1/100.000	01/01/2007	84,00
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2007	20,00
Taxa de mortalidade neonatal precoce	1/1.000	01/01/2007	10,70
Taxa de mortalidade neonatal tardia	1/1.000	01/01/2007	3,30
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	1/100.000	01/01/2007	162,90
Taxa de prevalência de excesso de peso	%	01/01/2003	40,20
Taxa de prevalência de hanseníase	1/10.000	01/01/2009	18,83
Taxa de vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	01/01/2010	93,77
Taxa incidência de dengue	1/100.000	01/01/2009	293,35

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**73.161.588**	**251.747.116**
Despesas Correntes	65.342.186	242.000.755
Despesas de Capital	7.819.403	9.746.361
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**1.687**	**28.000**
Valores Globais	**73.163.276**	**251.775.116**
	324.938.392	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)

SECRETARIA - GERAL
VOT 6/2013
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
11-42
SENADO FEDERAL

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	100.000

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar a área física de 20.000 unidades básicas de saúde, priorizando 5.000 unidades básicas de saúde para o Nordeste
- Ampliar em 5.300 o número de equipes saúde da família, passando de 31.660 equipes em 2011 para 36.960 até 2015
- Ampliar em 50.000 o número de agentes comunitários de saúde, passando de 245.000 agentes em 2011 para 295.000 até 2015
- Ampliar em 7.200 o número de equipes de saúde bucal, passando de 20.400 equipes em 2011 para 27.600 até 2015
- Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800
- Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Identificação e Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional, como estratégia para promoção da equidade no SUS.
- Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde
- Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Disponibilizar 3 U.I. de fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 U.I. de fator IX per capita (hemofilia B) , por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias
- Estruturar 122 unidades de atenção especializada em Saúde até 2015
- Implantação e Estruturação de 2.000 Centros de Reabilitação e Acompanhamento de Dependentes Quimícos, principlamente em capitais e municípios acima de 100.000 habitantes, até 2015
- Implantar 15 centros de alta complexidade em oncologia, passando de 28 centros em 2011 para 43 até 2015
- Implantar 160 novas equipes de saúde no sistema penitenciário, passando de 300 em 2011 para 460 em 2015
- Implantar 187 Complexos reguladores
- Implantar 270 redes loco regionais de serviços de reabilitação, passando de 334 serviços em 2011 para 604 até 2015
- Implantar 3.272 unidades básicas de saúde(UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.164 até 2015
- Implantar 953 centros de especialidades odontológicas, passando de 950 centros em 2011 para 1.903 até 2015
- Implantar as equipes de atenção à saúde domiciliar, chegando a 977 equipes até 2015
- Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias
- Promover a adesão de 5.556 Municípios ao Programa Saúde na Escola
- Qualificar 4 estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário
- Reformar 8.000 unidades básicas de saúde

SECRETARIA - GERAL DA MESA
OUT 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 02P9 - Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável
- 02PA - Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia
- 02PB - Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA
- 02PC - Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular
- 02PF - Apoio e fortalecimento para a inclusão das práticas integrativas e complementares em saúde (PIC) nas Redes de Atenção à Saúde, garantindo sua organização, informação e comunicação, assim como a qualificação e capacitação dos profissionais
- 02PG - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde
- 02PH - Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada
- 02PJ - Desenvolvimento de estratégias diferenciadas de atenção à saúde que busquem ampliar a reinserção social dos usuários do SUS
- 02PK - Elaboração e implantação de uma Política de Comunicação voltada para as Redes de Atenção
- 02PM - Fortalecimento da hemorrede pública nacional visando garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada, e a atenção integral as pessoas portadoras de doenças hematológicas
- 02PN - Fortalecimento de mecanismos de programação e regulação nas redes de atenção à saúde do SUS, e entre os sistemas de saúde público e suplementar
- 02PO - Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA
- 02PR - Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência
- 02PS - Promoção e garantia da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens
- 02PV - Qualificação das ações em saúde para população em situação de privação de liberdade
- 02PW - Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade
- 02PY - Reordenamento do processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde, na perspectiva da oferta da atenção à saúde integrada às políticas prioritárias, garantindo o acesso com qualidade
- 02PZ - Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, passando de 62,39% para 70% dos municípios com 95% de cobertura vacinal
- Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 para as 27 UF até 2015
- Ampliar a cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 64,4% em 2009 para 85% até 2015
- Ampliar a investigação de óbitos, aumentando para mais de 90% a proporção de óbitos com causa básica definida em todas as UF até 2015
- Ampliar de 12 para 100 o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador
- Ampliar o número de amostras realizadas para os parâmetros coliforme total e turbidez passando de 28% (333.962) de realização da análise da qualidade da água para o parâmetro coliformes totais e de 27% (346.443) para o parâmetro de turbidez em 2010 para 50% em ambos os parâmetros até 2015

SECRETARIA - GERAL DA MESA
RECEBIDO 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas a sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental

- Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas

- Construir, reformar e/ou ampliar e equipar 30 Centrais de Rede de Frio até 2015

- Implantar as academias de saúde, chegando a 4800 academias em 2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800,00	unidade

- Implantar na FIOCRUZ Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres Naturais - CEPED

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Implantar o Sistema GAL (Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial) em 50 laboratórios de referência da Fiocruz garantindo 100% de rastreabilidade das amostras em ambiente WEB

- Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências

- Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de doenças em 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Implementar e monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2015

- Implementar Núcleos de Prevenção e Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis

- Qualificar 27 Laboratórios de Saúde Pública para realização de análises de qualidade de produtos e insumos de saúde

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Realizar 400 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015

- Realizar a Pesquisa Nacional de Saúde até 2013

- Reduzir a incidência de Aids de 20,1/100.000 hab. em 2009 para 18,9/100.000 hab. até 2015

- Reduzir a incidência parasitária anual por malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,5/1000 hab. em 2008 para 9,45/1.000 hab. até 2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	30,00	%

- Reduzir em 44% o coeficiente de prevalência da hanseníase até 2015, passando de 1,75/10.000 hab. para 0,98/10.000 hab. em 2015

- Reduzir em 50% o número absoluto de óbitos por dengue até 2015, sendo 10% a cada ano, passando de 671 óbitos em 2010 para 335 óbitos em 2015

- Transferir para estados e municípios tecnologia de monitoramento da infestação do Aedes aegypti desenvolvida na FIOCRUZ

- Validar duas novas tecnologias na Fiocruz para diagnóstico e tratamento da tuberculose

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 02Q0 - Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres
- 02Q2 - Controle sanitário de viajantes, meios de transportes, infraestrutura e prestação de serviços nas áreas portuárias, aeroportuárias, fronteiras e recintos alfandegados
- 02Q3 - Fomento a educação em saúde ambiental para promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos
- 02Q4 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental
- 02Q5 - Fortalecimento da promoção da Saúde
- 02Q6 - Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental
- 02Q7 - Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis
- 02Q8 - Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde
- 02Q9 - Implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador
- 02QB - Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas
- 02QC - Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente
- 02QD - Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária
- 02QE - Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS
- 02QG - Vigilância, prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis
- 02QH - Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreviníveis

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento
- Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 50% até 2015
- Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna, passando de 53% em 2010 para 85% até 2015
- Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde de Adolescentes pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015
- Ampliar de 6.000 para 7.500 o número de gestantes atendidas (com risco fetal)/ano no IFF/FIOCRUZ

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1.500,00	atendimentos

- Ampliar em 513 o número de leitos de unidade de terapia intensiva para adultos localizados em hospitais habilitados em alto risco obstétrico, passando de 2.382 leitos para 2.895 até 2015
- Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015
- Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas
- Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Distribuir 1.000 kits para parteiras tradicionais até 2015
- Distribuir 13,2 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança para todos os estados, incluindo a divulgação da Classe Hospitalar
- Implantar 164 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 200 até 2015
- Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero
- Implantar 249 novos centros de parto normal, passando de 35 centros (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 284 até 2015
- Implantar 50 serviços de diagnóstico mamário
- Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Realizar 15,2 milhões de mamografias bilaterais
- Realizar 48 milhões de exames citopatológicos
- Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha
- Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2015, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha

Iniciativas

- 02QL - Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz
- 02QM - Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz
- 02QO - Fortalecimento, ampliação e qualificação das redes de atenção integral as mulheres, crianças e adolescentes em situação de violências - com destaque para a violência sexual e doméstica, incluindo a distribuição de anticoncepcionais de emergência - e sofrimento psicossocial, situadas próximas às comunidades que exibem estado de maior vulnerabilidade
- 02QQ - Fortalecimento e ampliação da rede de prevenção e controle do câncer de mama e colo de útero
- 02QR - Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis
- 02QS - Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015
- Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015
- Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015
- Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fl. 476

- Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015

Iniciativas

- 02R0 - Ampliação da capacidade resolutiva das Unidades Básicas de Saúde (UBS) nas situações de urgência e emergência
- 02R1 - Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência
- 02R2 - Aperfeiçoamento da gestão hospitalar com enfoque na ampliação e qualificação de leitos em áreas estratégicas
- 02R6 - Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional
- 02R7 - Fortalecer o cuidado ao paciente com doenças circulatórias na urgência
- 02R9 - Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde

OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa, passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015
- Implantar e implementar 2.400 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais, passando de 3.371 em 2011 para 5.771 até 2015
- Implantar e implementar 640 centros de atenção psicossocial (CAPS), passando de 1650 em 2011 para 2290 até 2015
- Implantar e implementar 800 unidades residenciais terapêuticas temporárias (URTT) até 2015

Iniciativas

- 02RC - Promoção da inclusão social dos usuários de saúde mental, crack, álcool e outras drogas, por meio da cultura, redes sociais e fomento às ações intersetoriais
- 02RE - Reestruturação da rede de atenção psicossocial, com responsabilização clara dos diversos pontos de atenção, com priorização para o enfrentamento do Crack, álcool e outras drogas

OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Capacitar 400 profissionais para qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso nos estados e municípios até 2015
- Capacitar 5.000 profissionais em saúde do idoso e envelhecimento na modalidade de ensino à distância até 2015
- Distribuir 8.000.000 de cadernetas do idoso até 2015
- Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente

Iniciativas

- 02RF - Ampliação, fortalecimento e qualificação da assistência oncológica no SUS

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 02RH - Aprimoramento do monitoramento e vigilância das condições crônicas
- 02RI - Definição de linha de cuidado ao portador de doenças crônicas não transmissíveis - DCNT -, garantindo projeto terapêutico adequado, vinculação ao cuidador e à equipe, integralidade e continuidade no acompanhamento
- 02RJ - Fortalecimento da gestão da rede de serviços visando qualificar os fluxos e respostas aos portadores de doenças crônicas
- 02RL - Implantação de um modelo de atenção integral à pessoa com condições crônicas favorecendo a ampliação do grau de autonomia e promovendo independência para o auto cuidado
- 02RN - Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar de 1.100 para 2.000 o número de egressos/ano em programas de qualificação/Fiocruz até 2015
- Ampliar de 240 h para 414h/ano a produção de programas veiculados pelo Canal Saúde até 2015
- Ampliar de 600 para 1000 o número de egressos/ano com formação técnica de nível médio na Fiocruz, em áreas estratégicas do SUS até 2015
- Ampliar e consolidar o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS - Progesus - até 2015
- Ampliar em 4 mil o número de residentes em saúde em todas as especialidades prioritárias do SUS em todas as regiões do país, passando de 2.600 para 6.600 residentes até 2015, com especial atenção a residentes em saúde da família
- Capacitar 360 docentes das Escolas Técnicas do SUS até 2015
- Capacitar 380 mil técnicos de nível médio (agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde indígena, técnicos de vigilância em saúde, técnicos em novas áreas - manutenção de equipamento, órtese e prótese, registro de informação em saúde, técnicos em saúde bucal, auxiliar em saúde bucal e técnicos em laboratório odontológico, entre outros) até 2015
- Disponibilizar o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) com 216 mil bolsas
- Elevar de 4 para 10 o número de programas stricto sensu da Fiocruz com nota de avaliação da CAPES igual ou superior a 6 até 2015
- Expandir de 52 para 62 o número de programas/cursos lato sensu na Fiocruz até 2015
- Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados
- Implantar Pró-Saúde em 1.000 cursos de graduação na saúde até 2015, promovendo a integração ensino-serviço e visando à reorientação da formação profissional
- Inserir 5 mil profissionais de saúde no Serviço Civil até 2015
- Institucionalizar a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS
- Promover o acesso de todos os profissionais de saúde do SUS aos cursos e módulos da UNA-SUS
- Realizar cursos de capacitação para trabalhadores da saúde que incluam o enfoque racial na saúde, especialmente no combate ao racismo institucional

Iniciativas

- 02RT - Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço
- 02RV - Ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS

SECRETARIA - GERAL
0576/2012
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 02RX - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o SUS
- 02RY - Escola de Governo em Saúde da Fiocruz
- 02RZ - Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão do trabalho e da educação na saúde
- 02S0 - Operação do Canal Saúde - Fiocruz

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Capacitar 200 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015
- Disponibilizar o sistema Cartão Nacional de Saúde para 100% das redes assistenciais até 2015
- Elaborar até 2015 a 2ª versão do Mapa da Saúde de Metas visando estabelecer parâmetros para investimentos em saúde
- Elaborar manuais sobre saúde da população negra e combate ao racismo institucional para as secretarias estaduais de saúde dos 26 estados e do Distrito Federal
- Promover a assinatura de contratos de ação pública, com definição de responsabilidades recíprocas na rede interfederativa em relação à população, em 80% dos colegiados de gestão regional (CGR) até 2015
- Realizar 10 seminários envolvendo as 700 comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades
- Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015
- Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde

Iniciativas

- 02S3 - Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS
- 02S5 - Aprimoramento do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS
- 02S6 - Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde
- 02S7 - Implementação da política de informação e informática em saúde para tomada de decisão na perspectiva interfederativa
- 02S8 - Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado
- Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Estaduais de Saúde anualmente
- Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Municipais de Saúde até 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
VST 6/10/16
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Apoiar os processos de monitoramento e avaliação das 27 Secretarias Estaduais de Saúde
- Consolidar o SOMASUS e sistemas associados no apoio à execução de projetos de investimentos em estruturação física e tecnológica do SUS
- Disponibilizar programa de apuração de custos de serviços e ações em saúde até 2015
- Implantar e implementar o Indicador Nacional de Acesso e Qualidade em Saúde
- Implantar e implementar o Portal da Transparência do Ministério da Saúde
- Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015

Iniciativas

- 02S9 - Acompanhamento, avaliação e controle interno da gestão do SUS, com foco em resultados, tendo como referência o Contrato Organizativo de Ação Pública COAP - e a garantia de acesso
- 02SA - Ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria com adequação dos sistemas de informação
- 02SC - Aprimoramento dos mecanismos de gestão do SUS com ênfase no planejamento, monitoramento e avaliação, na racionalização dos gastos, na modernização administrativa e na articulação interministerial
- 02SD - Desenvolvimento e consolidação da política da gestão da informação do SUS para propiciar transparência e subsidiar a tomada de decisão
- 02SE - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde
- 02SG - Fortalecer a capacidade de gestão no SUS por meio do uso de ferramentas de Economia da Saúde, da produção de informações sobre investimentos em estruturação física e tecnológica e apoio à gestão de projetos de cooperação técnica nacional e internacional

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 638 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015
- Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na Fiocruz, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015
- Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 20 até 2015
- Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS

Iniciativas

- 02SP - Estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, com o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica
- 02SQ - Fornecimento de medicamentos hemoderivados para o SUS pela Hemobrás
- 02ST - Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e Saúde não tem Preço
- 02SU - Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica
- 02SV - Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e

SECRETARIA - GERAL
VOT 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015
- Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue
- Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual
- Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil até 2015
- Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde
- Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa
- Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTS - até 2015
- Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015

Iniciativas

- 02SY - Aperfeiçoamento do marco regulatório para o fortalecimento do Complexo Industrial e de Inovação em Saúde (CPIS)
- 02T1 - Aprimoramento do Marco Regulatório para pesquisa, desenvolvimento e inovação em Saúde
- 02T7 - Fortalecimento do Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, como instância do Controle Social
- 02T8 - Implementação de mecanismo de regulação econômica que articule as políticas de acesso a medicamentos com a produção e a inovação no País
- 02T9 - Informação e divulgação em Ciência e Tecnologia em Saúde na Fiocruz
- 02TB - Manutenção do Patrimônio histórico e cultural de ciência e da Saúde na Fiocruz
- 02TD - Modernização e manutenção dos Laboratórios de Pesquisa biomédica e coleções biológicas da Fiocruz
- 02TE - Pesquisa, Desenvolvimento e Avaliação de Tecnologias em saúde para o SUS
- 02TF - Promoção da regionalização da ciência, tecnologia e inovação em saúde com foco nas necessidades do SUS, envolvendo a cooperação entre países do eixo sul-sul
- 02TH - Qualificação da Incorporação/Manutenção de Tecnologias no âmbito do SUS - (Lei nº 12.401/2011)

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Agilizar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS
- Aprimorar a capacidade regulatória (mensurada pelo Índice de Desempenho Institucional)
- Conferir maior poder de escolha ao consumidor de planos de saúde e aprimorar as ações regulatórias
- Otimizar o Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (Programa Parceiros da Cidadania)

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 02TL - Garantia de acesso à informação em Saúde Suplementar
- 02TM - Publicidade de utilidade pública para o aprimoramento da regulação e da fiscalização da saúde suplementar
- 02TN - Regulação e Fiscalização para a geração de saúde em modelos sustentáveis de planos de saúde

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa
- Promover a regulamentação do acesso à saúde em área de fronteira, por meio de constituição ou reativação de comissões de saúde na fronteira, Acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas e promoção da celebração de contratos de prestação de serviços fronteiriços pelos Estados e Municípios
- Realizar cooperação técnica internacional em saúde, priorizando países da América Latina e Caribe e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Iniciativas

- 02TP - Apoio ao fortalecimento, em bases sustentáveis, do Sistema de Saúde do Haiti
- 02TQ - Apoio, no âmbito da saúde, as ações de assistência humanitária do Governo Brasileiro
- 02TS - Coordenação de posições de Governo, para subsidiar a participação do Brasil nas negociações de tópicos de interesse prioritário para a saúde em foros internacionais
- 02TT - Fortalecimento da atuação do Ministério da Saúde na defesa e promoção, no âmbito internacional, dos interesses brasileiros em saúde pública
- 02TU - Fortalecimento da cooperação internacional brasileira, compartilhando e divulgando as experiências do Sistema Único de Saúde, e apoiando o seu desenvolvimento
- 02TV - Fortalecimento, negociação e apoio a mecanismos de integração regional e ações em área de fronteira, no âmbito da saúde

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fl. 53

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	unidade	31/12/2010	201.097,00
Participação da população de 15 a 29 anos no grupo da extrema pobreza	%	26/09/2009	23,00
Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	%	31/12/2009	58,50
Taxa de analfabetismo na população de 15 a 29 anos	%	26/09/2009	2,49
Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar	%	31/12/2009	5,44
Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	%	31/12/2010	16,10
Taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 anos	%	31/12/2009	19,48
Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos	%	31/12/2009	15,26
Taxa de desocupação de jovens de 25 a 29 anos	%	31/12/2009	9,44
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade	1/100.000	26/09/2009	54,49
Taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem Trabalhador no mercado de trabalho	%	31/12/2010	30,00
Taxa de mulheres inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de aprendizagem	%	31/12/2010	45,00
Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte	1/100.000	26/09/2009	24,59
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2010	44,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**313.133**	**969.821**
Despesas Correntes	313.033	969.821
Despesas de Capital	100	0
Outras Fontes	**107.021**	**410.101**
Valores Globais	**420.154**	**1.379.922**
	1.800.076	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Ampliar a participação social, constituindo 10 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude
- Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens
- Aprovar o Estatuto da Juventude

SECRETARIA-GERAL DA MESA
VET 6/2013
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Aprovar o Plano Nacional de Juventude
- Constituir a Seção Nacional da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul
- Constituir o Observatório da Juventude
- Constituir Sistema de avaliação e monitoramento dos programas de juventude
- Coordenar, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, a implementação da Agenda do Trabalho Decente para Juventude
- Criar Portal da Juventude e política de comunicação nas redes sociais
- Elaboração e publicação de diretrizes da política cultural, para promoção da cultura da juventude
- Elaborar proposta e iniciar a implementação do Sistema Nacional de Juventude
- Financiar 200 microprojetos para promoção da cultura da juventude
- Firmar parcerias com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens
- Firmar termos de cooperação com organismos internacionais para fortalecer a política nacional de juventude
- Firmar termos de cooperação em políticas de juventude com países da América Latina, para fortalecer a integração regional
- Formar lideranças das juventudes rurais e urbanas para construção de iniciativas de sociedades sustentáveis
- Implementar Seminário Permanente de Integração Regional Juvensur
- Realizar Conferência Nacional de Juventude
- Realizar cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para gestoras jovens para ampliar a incidência do tema nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero
- Realizar seleções públicas de apoio a 240 órgãos estaduais/municipais de juventude, com seus respectivos conselhos, para estruturação destes órgãos a nível local
- Veicular produção independente sobre a juventude nas redes públicas de comunicação

Iniciativas

- 00UY - Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude
- 00UZ - Apoio e articulação da implementação da Agenda do Trabalho Decente para Juventude
- 00V0 - Apoio e fortalecimento das Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e de Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde como estratégia norteadora das ações em saúde para a população juvenil
- 00V8 - Articulação e apoio à criação de programas estaduais e municipais de juventude e meio ambiente
- 00VD - Articulação para que as redes públicas de comunicação garantam espaços para a produção independente sobre a juventude que contemplem a diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual e a acessibilidade, distribuídos em toda grade de programação
- 00VE - Constituição do Observatório da Juventude para produção de conhecimento, indicadores, monitoramento, avaliação e gestão da informação das políticas públicas de juventude
- 00VF - Desenvolvimento de políticas de cooperação internacional, com ênfase nas integrações sul-sul e latino-americana
- 00VH - Inserção da temática ambiental na formação de lideranças das juventudes rurais e urbanas, visando à construção de sociedades sustentáveis
- 00VJ - Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema estatais e não-estatais para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 00VL - Implementação da política de comunicação da política nacional de juventude
- 00VN - Incentivo a consolidação do reconhecimento das especificidades e potencialidades das juventudes no campo da cidadania e diversidade cultural brasileira

OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Apoiar a consolidação de redes de jovens para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência
- Implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra
- Promover a adesão de todos os estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra
- Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra, em todas as unidades da federação

Iniciativas

- 043K - Construção do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra, com ênfase na elaboração de diagnóstico sobre a mortalidade da juventude negra, no estabelecimento de pacto com os entes federados e na participação da sociedade civil
- 043Q - Realização de campanhas de comunicação e sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com o objetivo de combater o racismo, desconstruir estereótipos e promover valores de igualdade racial

OBJETIVO: 0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	99.153,00	unidade
Região Nordeste	220.645,00	unidade
Região Norte	67.525,00	unidade
Região Sudeste	623.264,00	unidade
Região Sul	210.041,00	unidade

- Elevar o número de mulheres jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem
- Implantar Fóruns Estaduais de Aprendizagem Profissional em todas as unidades da federação
- Implementar o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)
- Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	77.299,00	unidade
Região Nordeste	118.203,00	unidade
Região Norte	49.278,00	unidade
Região Sudeste	312.418,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	86.962,00	unidade

Iniciativas

- 043S - Articulação com os atores envolvidos com a temática para aprimoramento dos mecanismos que permitam o fiel cumprimento da Lei nº 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem) e fomentar a intermediação de aprendizes ao mercado de trabalho via Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 043T - Implementação da aprendizagem como uma política permanente de formação profissional por meio de contratos formais de trabalho, articulando os atores envolvidos com a temática para a execução e monitoramento das ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)
- 043V - Estímulo a pequenas empresas para contratação de aprendizes
- 043W - Execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a aprendizes
- 04AG - Apoio ao primeiro emprego de jovens aprendizes e estagiários no âmbito do Programa Aprendiz-BB

OBJETIVO: 0967 - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando: - as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional; - jovens dependentes químicos em situação de conflito com a lei; e - jovens rurais e de comunidades tradicionais
- Estimular e fomentar a geração de oportunidade de trabalho, emprego e renda, por meio de ações integradas de qualificação direcionadas à gestão e incubação de negócios no âmbito do ProJovem, de forma articulada ao Programa de Microcrédito, priorizando os jovens em situação de extrema pobreza.

Iniciativas

- 044D - Aperfeiçoar os processos de seleção, monitoramento e intermediação de mão de obra dos jovens com o mundo do trabalho via Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 044E - Manutenção, aperfeiçoamento e ampliação das ações de qualificação profissional voltada para juventude.

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Formar 7.500 jovens locais em políticas públicas de juventude
- Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude
- Integrar pontos da Estação Juventude a Equipamentos públicos nos territórios

Iniciativas

- 047F - Implementação do programa Estação Juventude contemplando oferta, aos jovens, de políticas de inserção no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte, inclusão digital, convivência e mobilidade, voltadas para a promoção dos direitos e da participação social, e capacitação em políticas públicas de juventude com foco na liderança e articulação das redes e projetos locais para a juventude

SECRETARIA-GERAL 6/2012 COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO - SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Apoiar 4.000 microprojetos produtivos juvenis
- Capacitação de 50.000 jovens moradores de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável do campo
- Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais

Iniciativas

- 047C - Implementação, por meio de apoio, de microprojetos de empreendedorismo e fomento a cadeias e arranjos produtivos juvenis voltados para a inclusão produtiva e geração de renda, que viabilize a autonomia financeira do jovem e estimule o desenvolvimento e o comércio locais, bem como implantação de cursos de capacitação para juventude rural voltados para a formação cidadã e o estímulo ao intercâmbio de boas práticas
- 047D - Qualificação profissional e capacitação de jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais para o trabalho, cidadania e organização social, por meio de parcerias e articulações institucionais

OBJETIVO: 0996 - Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos

Iniciativas

- 0485 - Coordenar o desenvolvimento e a implementação de ações junto aos sistemas de ensino voltadas à elevação de escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional em nível de formação inicial, ao desenvolvimento da participação cidadã e à ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
VOT 6/10/12
fl. 58

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	bilhões de toneladas	31/12/2010	1,40
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	bilhões de US$ FOB	31/12/2010	45,80
Índice de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens	unidade	31/12/2007	1,48
Índice de eficiência operacional	%	31/12/2009	82,00
Índice de pontualidade	%	31/12/2009	90,00
Índice de regularidade	%	31/12/2009	90,00
Movimentação de aeronaves nos terminais administrados pela Infraero	milhões de unidades	31/12/2010	2,60
Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero	milhões de toneladas	31/12/2010	1,25
Movimentação de passageiros nos terminais administrados pela Infraero	milhões de unidades	31/12/2010	155,00
Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional	bilhões de pax.km	31/12/2010	23,50
Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico	bilhões de pax.km	31/12/2010	70,20
Quantidade de aeroportos com voos regulares	unidade	31/12/2011	130,00
Ranking da Qualidade da Infraestrutura Aeroportuária (Índice de Competitividade Global - GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	93,00
Ranking do Índice de Competitividade Global (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	58,00
Tarifa aérea média nominal	R$	31/12/2009	315,43
Taxa de ocupação (load factor)	%	31/12/2009	62,50
Tonelada quilômetro de carga transportada	milhões de toneladas.km	30/06/2009	396,90
Yield tarifa aérea nominal	R$	31/12/2009	0,47

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**311.130**	**1.700.318**
Despesas Correntes	73.642	291.411
Despesas de Capital	237.488	1.408.907
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**1.801.137**	**10.862.240**
Outras Fontes	**163.000**	**245.000**
Valores Globais	**2.275.267**	**12.807.559**
	15.082.826	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	500.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	500.000

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2012-2015

SECRETARIA - GERAL
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	40.166.680,00	unidade
Região Nordeste	51.575.690,00	unidade
Região Norte	19.221.206,00	unidade
Região Sudeste	158.208.606,00	unidade
Região Sul	35.827.818,00	unidade

- Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	39.000,00	tonelada
Região Nordeste	164.000,00	tonelada
Região Norte	393.000,00	tonelada
Região Sudeste	1.621.000,00	tonelada
Região Sul	183.000,00	tonelada

- Instituir o Plano de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária

Iniciativas

- 006Y - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Brasília
- 006Z - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Campinas
- 0070 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Confins
- 0071 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Fortaleza
- 0072 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Guarulhos
- 0074 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre
- 0075 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional do Galeão
- 0076 - Adequação da capacidade dos aeroportos administrados pela União
- 0078 - Construção, reforma, ampliação e adequação de aeroportos e aeródromos de interesse estadual e regional
- 0079 - Delegação da administração de aeroportos de interesse regional a estados e municípios
- 007B - Fomento dos investimentos privados na infraestrutura aeroportuária
- 04BT - Adequação da Capacidade do Aeroporto Internacional Afonso Pena

OBJETIVO: 0084 - Ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2012-2015

- Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas
- Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	19,00	unidade
Região Nordeste	28,00	unidade
Região Norte	46,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	27,00	unidade

Iniciativas

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VST 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 007J - Efetivação de mecanismos de financiamento de aeronaves
- 007K - Estímulo à concorrência entre os prestadores de serviços de transporte aéreo regular
- 007M - Instituição de plano de incentivos para o desenvolvimento e a expansão do transporte aéreo regular de passageiros em ligações de baixo e médio potencial de tráfego
- 007N - Promoção da expansão das capacidades acordadas por ocasião das negociações dos Acordos sobre Serviços Aéreos

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2012-2015

- Elevar em 89% o número de auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita em relação ao realizado no ano de 2010
- Reduzir em 50% até 2015, com referência ao ano de 2007, o índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens

Iniciativas

- 007S - Adoção de mecanismos para assegurar o atendimento dos requisitos previstos na regulação pelos provedores de serviço de aviação civil
- 007U - Edição e revisão de normas e requisitos relacionados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, operações aéreas e aeronavegabilidade
- 007V - Promoção de programas, vigilância continuada e fiscalização junto aos provedores de serviço de aviação civil e órgãos envolvidos

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2012-2015

- Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo
- Elaborar o planejamento estratégico de longo prazo para o setor
- Formar 1.900 profissionais da aviação civil para obtenção de licença
- Revisar o marco legal do setor de aviação civil

Iniciativas

- 007W - Ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil
- 007Y - Desenvolvimento de requisitos para novas tecnologias da indústria aeronáutica
- 007Z - Elaboração de estudos e projetos para a aviação civil
- 0081 - Elaboração do planejamento estratégico de longo prazo para o setor de aviação civil
- 0084 - Revisão do marco legal do setor de aviação civil

OBJETIVO: 0087 - Formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica civil, com vistas ao atendimento da demanda por transporte aéreo, de forma segura e eficiente.

SECRETARIA-GERAL 0576/2012 COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO - SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2012-2015

- Formular o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira

Iniciativas

- 0085 - Acompanhamento da implementação de novas tecnologias de comunicação, navegação e vigilância para o gerenciamento do tráfego aéreo brasileiro
- 0086 - Coordenação da formulação do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira
- 0087 - Desenvolvimento de estudos voltados ao planejamento da implantação de sistemas e procedimentos visando o aumento da capacidade da infraestrutura aeronáutica civil

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área coberta por unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-Bioma Amazônia	%	01/12/2010	25,50
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Caatinga	%	01/12/2011	7,40
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Cerrado	%	01/12/2010	8,10
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Marinho	%	01/12/2010	1,50
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2010	9,20
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa	%	01/12/2010	3,30
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pantanal	%	01/12/2010	2,90
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Caatinga	%	01/12/2008	53,38
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Cerrado	%	01/12/2008	51,16
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2008	22,25
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pampa	%	01/12/2008	36,06
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pantanal	%	01/12/2008	83,14
Número de contratos ou instrumentos equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios firmados	unidade	01/08/2011	25,00
Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo	%	01/12/2010	33,67

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**345.238**	**731.851**
Despesas Correntes	193.161	695.068
Despesas de Capital	152.077	36.783
Valores Globais	**345.238**	**731.851**
	1.077.089	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira

- Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros
- Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas

Iniciativas

- 00M0 - Apoio à implementação de programa de C,T&I com intercâmbio de conhecimentos entre povos indígenas, populações tradicionais e com redes de pesquisa científica
- 00M9 - Criação de um Programa de Capacitação no âmbito da Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES)
- 00ME - Estruturação de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal
- 00MH - Implantação da Plataforma Nacional de Informações em Biodiversidade
- 00MP - Instituição do Programa Nacional de Inventários Biológicos, incorporando técnicas moleculares e de bioinformática
- 00MR - Modernização e adequação da infraestrutura dos acervos nacionais
- 00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais
- 00MW - Pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas com base em novas moléculas e processos oriundos da biodiversidade
- 00MX - Produção de periódicos científicos e publicação de informações qualificadas sobre a biodiversidade vegetal por meio de diversas mídias
- 00MY - Proteção de bancos ativos de germoplasma de espécies da flora nacional

OBJETIVO: 0504 - Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Avaliar a adequação da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) com vistas a contemplar as novas tecnologias, em parceria com os demais órgãos do Governo Federal
- Avaliar, em articulação com os demais órgãos federais competentes, o Protocolo Suplementar de Nagoya - Kuala Lumpur
- Elaborar e publicar plano decenal de metas para conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira visando promover uma ação efetiva e coordenada entre os diferentes setores da sociedade e entes da federação
- Elaborar instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais
- Elaborar plano nacional sobre espécies exóticas invasoras
- Instituir novo marco regulatório de uso tradicional e popular de produtos da biodiversidade de ação terapêutica
- Propor a ratificação e implementar o Protocolo de Nagoya de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, em parceria com os demais órgãos federais competentes
- Propor novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, em parceria com os demais órgãos federais competentes
- Regulamentar as categorias de manejo e outros dispositivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

Iniciativas

- 01SH - Aperfeiçoamento e implementação dos marcos legais da política nacional da biodiversidade
- 01SP - Elaborar e aprovar marco regulatório e plano nacional sobre espécies exóticas invasoras

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	5,00	unidade
Bioma Caatinga	8,00	unidade
Bioma Cerrado	8,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	9,00	unidade
Bioma Pampa	8,00	unidade
Bioma Pantanal	2,00	unidade

- Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais

- Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	10.000.000,00	unidade

- Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	8,00	sistema
Bioma Caatinga	8,00	sistema
Bioma Cerrado	8,00	sistema
Bioma Mata Atlântica	8,00	sistema
Bioma Pampa	8,00	sistema
Bioma Pantanal	8,00	sistema

- Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	3,00	unidade

- Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	5,00	unidade

- Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de Povos e Comunidades Tradicionais

- Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais

- Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade

- Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	12,00	unidade
Bioma Caatinga	3,00	unidade
Bioma Cerrado	8,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	7,00	unidade

- Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa

- Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	6,00	unidade
Bioma Caatinga	3,00	unidade
Bioma Cerrado	4,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	4,00	unidade

- Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado

- Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	30,00	unidade
Bioma Caatinga	2,00	unidade
Bioma Cerrado	4,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	4,00	unidade
Zona costeira e marinha	4,00	unidade

- Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ

- Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)

- Retirar 50 mil famílias extrativistas da linha de extrema pobreza

Iniciativas

- 01TF - Capacitação de pesquisadores e de agentes que atuam junto às comunidades detentoras do conhecimento tradicional sobre a utilização do sistema de propriedade intelectual com vistas à proteção das invenções que agregam valor à biodiversidade nacional

- 01TG - Caracterização Nutricional das Plantas Alimentícias e Inclusão dessas Espécies em Programas Institucionais do Governo Federal voltados à Segurança Alimentar e Nutricional

- 01TJ - Concessão de direito real de uso para as famílias beneficiárias das unidades de conservação

- 01TL - Definição de áreas prioritárias para o uso e conservação da agrobiodiversidade

- 01TU - Fomento a projetos que visem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade

- 01TW - Gestão territorial e ambiental dos territórios de povos e comunidades tradicionais

- 01TX - Identificação de áreas federais para consolidar sistemas comunitários de conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade

- 01U2 - Implementação de estratégias participativas e coletivas para promover a conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade com ênfase em redes e sistemas comunitários, manejo agroecológico da produção e de sistemas agroflorestais

- 01U9 - Licenciamento e manejo da fauna em vida livre ou com potencial de uso, com foco no uso sustentável e na conservação dos ecossistemas

- 01UB - Pagamento por serviços de conservação de recursos naturais no meio rural prestados no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria

- 01UD - Promoção das cadeias e arranjos produtivos locais da sociobiodiversidade e da conservação e uso sustentável das espécies da agrobiodiversidade

OBJETIVO: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- 60 instituições credenciadas como fiéis depositárias do patrimônio genético

- Credenciar 3 instituições para emissão de autorização de acesso aos recursos genéticos

- Implantar Sistema informatizado de gestão do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados integrado com todas as instituições credenciadas

Iniciativas

- 01UG - Ampliação e aperfeiçoamento da fiscalização do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado

- 01UU - Promoção da repartição de benefícios decorrentes do acesso e uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado

OBJETIVO: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- 80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação

- Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora

- Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção

- Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados

- Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)

- Elaborar Planos de Ação para 100% espécies da fauna ameaçadas de extinção

- Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção

Iniciativas

- 01UZ - Aprimoramento da gestão dos Centros de Triagens de Animais Silvestres

- 01V2 - Avaliação do estado de conservação das espécies da fauna e da flora brasileira, elaboração e implementação de planos de ação para a conservação das espécies ameaçadas de extinção e/ou migratórias

- 01V4 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies Ameaçadas de Extinção

- 01V6 - Elaboração de planos de gestão e recuperação para as espécies aquáticas ameaçadas e espécies sobre-explotadas da pesca marinha e continental

OBJETIVO: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	2,00	unidade
Bioma Cerrado	8,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	15,00	unidade
Bioma Pampa	1,00	unidade
Zona costeira e marinha	4,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco

- Regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas

- Revisar e publicar normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre

Iniciativas

- 01VO - Avaliação do estado de conservação de espécies marinhas sobre-explotadas

- 01VP - Avaliação do potencial sustentável e monitoramento dos recursos vivos marinhos

- 01VT - Controle de espécies sinantrópicas com efeitos deletérios sobre ambientes naturais, urbanos e rurais

- 01VU - Criação da Rede Nacional de Monitoramento da Biodiversidade integrada ao Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade, visando contribuir para a definição e o aprimoramento de políticas pública

- 01W0 - Desenvolvimento de pesquisas e ações em biossegurança

- 01W3 - Fiscalização para a redução do uso, comercialização e transporte ilegal de recursos naturais e da biodiversidade

- 01WF - Monitoramento e controle de espécies invasoras

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio

- Atualizar o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha

- Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	12,00	unidade
Bioma Caatinga	7,00	unidade
Bioma Cerrado	7,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	6,00	unidade
Zona costeira e marinha	8,00	unidade

- Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar

- Elaborar o programa nacional para a conservação dos recifes de coral e de ecossistemas marinhos

- Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público

- Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais

- Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais

- Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação

- Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais

- Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação

- Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais

- Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VOT 6/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	34,00	unidade
Bioma Caatinga	2,00	unidade
Bioma Cerrado	8,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	10,00	unidade
Zona costeira e marinha	4,00	unidade

- Realizar um Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional com revisões anuais

- Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	8,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	2,00	unidade

- Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	115.000,00	unidade
Bioma Caatinga	20.000,00	unidade
Bioma Cerrado	35.000,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	30.000,00	unidade

- Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	15,00	unidade
Bioma Caatinga	5,00	unidade
Bioma Cerrado	5,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	15,00	unidade

Iniciativas

- 01WK - Ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

- 01WP - Apoio e execução de projetos de monitoramento, e geração de conhecimento para a criação, gestão e avaliação da efetividade das Unidades de Conservação

- 01WR - Conservação de ecossistemas aquáticos vulneráveis para manutenção de bens e serviços ambientais para a sociedade

- 01WS - Conservação do patrimônio espeleológico

- 01WT - Conservação in situ da diversidade genética, com ênfase para as variedades crioulas e os parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas, por meio da implementação de reservas genéticas em Unidades de Conservação

- 01WU - Consolidação territorial das Unidades de Conservação Federais

- 01WV - Gestão ambiental e conservação dos biomas brasileiros

- 01WW - Implantação de Corredores Ecológicos

- 01X1 - Implementação e gestão das Unidades de Conservação Federais

- 01X2 - Integração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação a outras áreas protegidas

- 01X3 - Modernização e adequação das instalações dos Centros de Pesquisa e Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

- 01X4 - Ordenamento e estruturação da visitação no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

- 04A3 - Ordenamento e estruturação da visitação nas Unidades de Conservação Federais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Grau de focalização do Cadastro Único	%	31/12/2010	94,00
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação	%	31/12/2010	88,55
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças	%	31/01/2011	69,82
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes	%	31/01/2011	34,50
Taxa de atendimento às famílias pobres	%	31/12/2010	98,33

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**19.264.248**	**64.996.161**
Despesas Correntes	19.257.248	64.974.381
Despesas de Capital	7.000	21.780
Valores Globais	**19.264.248**	**64.996.161**
	84.260.409	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Acompanhar o aumento do acesso das famílias beneficiárias do PBF aos serviços socioassistenciais
- Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas
- Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas
- Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas

Iniciativas

- 0149 - Acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação e monitoramento das famílias com descumprimentos do PBF, oferecendo diagnóstico qualificado e dinâmico da situação dessas famílias e implementação de ações, em parceria, de aperfeiçoamento na oferta desses serviços, bem como articulação de programas complementares

OBJETIVO: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo o recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)
- Aprimorar a atuação da Rede Pública de Fiscalização
- Aumentar o percentual dos municípios brasileiros com Fator de Operação do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) superior a 0,55

Iniciativas

- 014B - Aprimoramento e desenvolvimento de atividades terceirizadas de administração do cadastro único e de benefício do PBF, bem como daquelas atividades de apoio à fiscalização, controle e auditoria da execução do programa Bolsa Família
- 014E - Fortalecimento da capacidade de gestão descentralizada do programa Bolsa Família

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- 100% das comunidades quilombolas certificadas cadastradas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família
- Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- Disponibilização de ferramentas para acesso às informações do Cadastro Único
- Identificar e incluir as famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- Migração dos municípios para o Sistema de Cadastro Único Versão 7
- Qualificar e atualizar as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	87,00	%

- Reformular o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)

Iniciativas

- 014H - Disponibilização de informações de identificação e caracterização socioeconômica qualificadas e atualizadas, de todas as famílias brasileiras de baixa renda, para elaboração de estudos e pesquisas, e para o planejamento e implementação de políticas públicas e ações governamentais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade social

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a Articulação do Programa Bolsa Família com outras Políticas Públicas Promotoras de Emancipação
- Aumentar o impacto do Programa Bolsa Família na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família

Iniciativas

- 02ER - Transferência de Renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
% de processos de execuções fiscais em relação ao total de processos	%	31/12/2009	31,06
Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita	unidade	31/12/2010	378.176,00
Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público	unidade	31/12/2008	32.044,00
Número de processos administrativos relativo à apuração de conduta concluídos pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.	unidade	31/12/2010	88,00
Número de processos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE	unidade	31/12/2010	71,00
Números de Procons municipais integrados ao SINDEC	%	31/12/2010	39,00
Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação	%	31/12/2009	27,60
Taxa de congestionamento das execuções fiscais	%	31/12/2009	90,00
Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida	%	31/12/2009	41,10
Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais	%	31/12/2009	55,60
Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça	%	31/12/2009	43,50
Taxa de resolutividade de conflitos - Procons	%	31/12/2009	69,40
Taxa geral de resolutividade de conflitos	%	31/12/2009	49,20

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**171.680**	**629.523**
Despesas Correntes	128.431	475.094
Despesas de Capital	43.249	154.429
Valores Globais	**171.680**	**629.523**
	801.203	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Digitalizar 100% do acervo da Comissão de Anistia
- Implantar lugares de memória histórica e consciência política em todas as regiões do país

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SF 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Implantar Observatórios de Justiça de Transição: reparação, memória e verdade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Implantar, ampliar e manter o Memorial de Anistia Política do Brasil

- Julgar 10.000 processos de anistia política

- Realizar 20 Caravanas da Anistia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	8,00	unidade
Região Sul	5,00	unidade

- Suprimir no ordenamento jurídico brasileiro normas que violem os direitos humanos e o direito à memória e à verdade

Iniciativas

- 03K9 - Estruturação do Memorial da Anistia Política do Brasil

- 03KA - Gestão do acervo da Comissão de Anistia e implantação de ações para a promoção da cidadania, democracia, direitos humanos e Justiça de Transição: reparação, memória e verdade

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Ampliação da base de procons municipais integrados ao SINDEC

- Ampliar a oferta de cursos da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), para atender e formar 3.080 alunos em cursos presenciais e 34.200 alunos em cursos de ensino à distância, em um total de 37.280 beneficiados diretos

- Criação e implantação da Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor - MJ

- Estruturação e realização de procedimentos de fiscalização relacionados aos temas prioritários de interesse dos consumidores, tais como Proteção de Dados Pessoais, Internet Banda Larga e Planos de Saúde

- Implantação da plataforma própria de Ensino à Distância (EAD) da Escola Nacional de Defesa do Consumidor

- Implantação da versão 2.0 do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC (versão Java, com interfaces para os outros atores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor)

- Implantação do Centro de Inteligência em Defesa do Consumidor

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Implantação do Sistema de Monitoramento de Recall e Acidentes de Consumo

- Mobilização pela aprovação dos principais marcos normativos de interesse dos consumidores, com destaque para a Lei de Proteção de Dados Pessoais e o marco normativo de fortalecimento dos Procons

- Modernização da gestão da Secretaria-Executiva do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) e maior difusão dos resultados dos projetos apoiados com recursos do Fundo

- Realização da 1ª Conferência Nacional de Defesa do Consumidor (I CONDEC)

- Realizar a reestruturação gerencial do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), implantando uma gestão com foco em resultados, transparente, baseada em capital humano e aplicando conhecimentos já acumulados e novas ferramentas tecnológicas

Iniciativas

- 03KB - Estruturação da atividade de produção de estudos e análise de informação, com foco na aplicação ao processo decisório do DPDC e ênfase nas questões consumeristas que envolvem os cidadãos que ascenderam ao mercado de consumo nos últimos anos, a partir da ampliação e constante inovação do SINDEC e do fortalecimento do trabalho de monitoramento de mercado, principalmente em setores regulados

- 03KC - Fortalecimento da articulação institucional do DPDC com os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com os representantes da sociedade civil e com os diversos atores internacionais que atuam na defesa do consumidor

- 03KD - Fortalecimento da atuação preventiva e repressiva do DPDC na defesa do consumidor, por meio do aprimoramento dos diversos procedimentos conduzidos pelo Departamento

- 03KE - Fortalecimento da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, com o aprofundamento de seu papel de foro de discussão dos temas mais relevantes para a defesa do consumidor, ampliação da oferta de cursos para os técnicos e agentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e disseminação da defesa do consumidor junto aos órgãos reguladores e ministérios

- 03KF - Fortalecimento do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos e de sua atividade de análise e acompanhamento de projetos, garantindo a boa aplicação e efetividade dos recursos que transfere

OBJETIVO: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Criação e implantação da Escola de Defesa da Concorrência com rede de ensino a distância

- Implantação de ao menos 5 novos laboratórios de análise e investigação de cartéis garantindo a presença de ao menos um laboratório em cada região do país

- Implantação do Novo CADE

- Implementação do sistema de notificação e tramitação eletrônica dos processos administrativos

- Lançamento e divulgação de publicações e cartilhas para disseminação da cultura da concorrência

- Realização do encontro anual da ICN (International Competition Network) no Brasil em 2012

- Redução de 50% do estoque de investigações nos setores de saúde e combustíveis em instrução na SDE/MJ

- Revisão das normas de tramitação de processos no SBDC para diminuir a duração dos processos, aprimorando a observância dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da razoável duração dos processos administrativos

- Revisão do marco legal dos crimes contra a ordem econômica, com a finalidade de dissuadir a prática de tais delitos e aumentar a eficácia da persecução penal contra crimes dessa natureza

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Revisão dos programas de leniência e de compliance, incentivando a adesão dos agentes econômicos a esses programas com vistas a tornar mais efetiva a prevenção e a repressão de infrações à ordem econômica

Iniciativas

- 03KK - Aumentar a eficácia, eficiência e efetividade do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, com a priorização de setores de grande impacto econômico e social, a institucionalização de parcerias com órgãos da administração pública e organismos internacionais, com o fomento à livre concorrência nos setores regulados e com o fortalecimento da prevenção e do combate às infrações à ordem econômica

- 03KL - Reestruturar o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência com a implantação e funcionamento do Novo CADE provido de corpo técnico e estrutura apropriados ao atendimento das demandas e procedimentos previstos no PL nº 3937/2004, dentre os quais o de análise prévia de atos de concentração econômica

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 1.534.852 documentos arquivísticos preservados
- 120 reuniões técnicas realizadas no âmbito do CONARQ
- 140.000 registros de documentos inscritos e publicados no Banco de Dados Memórias Reveladas
- 2 conferências nacionais de arquivos realizadas em 2013 e 2015
- 2 milhões de usuários atendidos e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento
- 217 instituições e entidades cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ)
- 230 publicações, sítios eletrônicos e eventos culturais realizados para difusão do acervo e de conhecimento
- 50 unidades protocolizadoras da Administração Pública Federal reestruturadas
- 8 pontos de acesso da Rede Memórias Reveladas implantados nos estados
- Ampliar em 100 Tbyte/ano a capacidade de armazenamento de arquivos digitais
- Ampliar espaço de armazenamento físico para o acervo da Administração Pública Federal com a adequação de dois depósitos/ano
- Aprovar marcos legais para os Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP), Sistema de Serviços Gerais (SISG) e Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal
- Aprovar normativas reguladoras das atividades de protocolo da Administração Pública Federal
- Aumentar em 10% ao ano a quantidade de equipamentos de preservação instalados (Sistema de climatização; Sistema de monitoramento ambiental; Sistemas de Arquivos Deslizantes), totalizando 2236 equipamentos
- Fomentar a criação de arquivos municipais em 10% dos municípios brasileiros
- Implantação de serviços de informação ao cidadão nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal
- Inserir 53.573 registros em sistema informatizado de registro de estrangeiros e naturalização
- Integrar mais 20 órgãos e entidades parceiros à Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias Reveladas
- Prédio construído, com moderna tecnologia aplicada à guarda e gestão de documentos produzidos e acumulados pela Administração Pública Federal

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Proteger e preservar mais 15 acervos do período do regime militar (1964-1985) no âmbito da Rede Memórias Reveladas

Iniciativas

- 03KQ - Consolidação da política nacional de arquivos e da rede nacional de cooperação e informações arquivísticas
- 03KR - Modernização e integração sistêmica dos serviços arquivísticos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal
- 03KS - Preservação, acesso e difusão do patrimônio arquivístico nacional

OBJETIVO: 0874 - Assegurar e expandir os direitos dos migrantes por meio da consolidação de mecanismos ágeis de acesso à informação, construção de direitos e prestação de serviços públicos gratuitos, independentemente de sua situação migratória.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Aumentar a quantidade de serviços públicos online prestados a migrantes, reduzindo os custos de atendimento e conferindo maior celeridade no fornecimento de informações
- Implementar uma política de construção e fortalecimento dos direitos dos migrantes
- Realizar a primeira conferência nacional dos migrantes

Iniciativas

- 03KU - Garantia e expansão dos direitos dos migrantes

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento da população em situação de rua
- Apoiar e instituir ambientes específicos à tomada de Depoimentos Especiais no Poder Judiciário
- Apoiar e instituir Casas de Direitos, em parceira com o Sistema de Justiça e Governos Estaduais
- Apoiar e instituir equipamentos públicos de Efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça
- Apoiar e instituir núcleos de execução penal da Defensoria Pública para assistência jurídica integral aos presos, presas e seus familiares
- Apoiar e instituir núcleos de Justiça Restaurativa
- Apoiar e instituir o fortalecimento dos Juizados do Torcedor, com enfoque nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de 2014
- Coordenar os trabalhos de regulamentação do Sistema de Registro Eletrônico dos Cartórios Extrajudiciais, conforme preceituam os Arts. 37 a 45 da Lei 11.977 de 07 de julho de 2009
- Fomentar, articular e instituir políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça, bem como, promover formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos
- Instituir e gerenciar o Portal das Serventias Extrajudiciais do Brasil

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VET 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Instituir núcleos de Justiça Comunitária, com destaque para sua implantação nos Territórios da Paz
- Modernizar e padronizar a tramitação do processo eletrônico de provimento e vacância de magistrados, facilitando a troca de informações entre o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Justiça e a Casa Civil da Presidência da República
- Pesquisar e divulgar experiências exitosas de agilização e desburocratização de processo no sistema de Justiça
- Realizar e apoiar Cursos de Capacitação em Mediação para Operadores do Direito
- Realizar eventos, estudos e pesquisas com vistas a debater, subsidiar e fomentar políticas de aprimoramento do sistema de Justiça
- Viabilizar a aprovação de projetos de lei relacionados aos temas definidos nos Pactos Republicanos de Estado

Iniciativas

- 03KV - Aprimoramento do sistema de Justiça, por meio do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da promoção da interoperabilidade entre sistemas de processos eletrônicos e da modernização da gestão dos registros das serventias extrajudiciais
- 03KW - Desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos

OBJETIVO: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoar e implantar sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos da Advocacia Pública Federal adaptados ao padrão de interoperabilidade adotado
- Consolidar um padrão de interoperabilidade comum aos sistemas da Advocacia Pública Federal e aos órgãos do Poder Judiciário

Iniciativas

- 03KX - Implantação da Advocacia Pública Eletrônica, aumentando o número de processos judiciais eletrônicos tramitados de forma integrada com os sistemas da Advocacia Pública Federal

OBJETIVO: 0877 - Reduzir a litigiosidade no Poder Judiciário, com a racionalização do ajuizamento e prosseguimento de ações judiciais em que a Fazenda Pública Federal figure como parte, mediante a resolução administrativa de conflitos, bem como pela atuação processual e administrativa harmônica com a jurisprudência pacificada nos tribunais superiores.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoar as normas para dispensa de apresentação de defesa e para a desistência ou não interposição de recursos
- Aprimorar as Câmaras de Conciliação e Arbitragem
- Instituir marco legal específico que permita a transação como alternativa para a solução administrativa das lides tributárias
- Instituir o marco legal que racionalize a execução fiscal

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 03KY - Redução da prática de atos processuais e administrativos que contrariem a jurisprudência pacificada no âmbito dos tribunais superiores, bem como do ajuizamento e prosseguimento de execuções fiscais infrutíferas, e criação de mecanismos alternativos para a solução administrativa dos conflitos

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Ampliar para 1.000 o número de vagas do Programa da Residência Jurídica
- Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento de casos de discriminação racial.
- Aumentar a cada ano, em média, 25% das unidades da DPU do total das 200 unidades almejadas até 2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	19,00	unidade
Região Nordeste	42,00	unidade
Região Norte	17,00	unidade
Região Sudeste	75,00	unidade
Região Sul	47,00	unidade

- Criar em todas as unidades de atuação da DPU salas de visita virtual, com destaque para o atendimento em penitenciárias federais
- Definir novo modelo de gestão para a abertura das novas Unidades da Defensoria Pública da União (DPU)
- Estruturar o atendimento da Defensoria Pública da União para as comunidades quilombolas e tradicionais com maiores índices de violência e risco social.
- Implantar em todas as Unidades de atuação da Defensoria Pública da União o projeto DPU-Escolas e DPU-Comunidade
- Implantar em todas as unidades de atuação da DPU uma Câmara de Resolução Extrajudicial de Conflitos
- Instituir autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública da União, nos termos conferidos às Defensorias Públicas Estaduais (Emenda Constitucional nº 45)
- Normatizar a substituição de eixos das embarcações na Amazônia Legal, de forma a erradicar os casos de escalpelamento
- Pactuar com as instâncias do Sistema de Justiça Criminal a implementação de linhas de ação de enfrentamento de qualquer atuação discriminatória e de reforço de estigma em relação a jovens negros
- Realizar 100 edições do Projeto DPU-Itinerante nos Municípios de menor IDH

Iniciativas

- 03L0 - Difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico em conjunto com as escolas públicas do ensino médio e fundamental
- 03L1 - Fortalecimento do atendimento da DPU, com a estruturação das Unidades existentes e criação de novas Unidades, priorizando o atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade social

OBJETIVO: 0879 - Intensificar a cooperação internacional por meio da ampliação do número de acordos e ou tratados em que o Brasil seja parte, efetivação de pedidos de cooperação jurídica e intensificação do relacionamento com organismos internacionais,

SECRETARIA - GERAL COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO - SENADO FEDERAL

contribuindo para a efetividade da justiça dos países signatários.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 32 tratados/acordos internacionais sobre cooperação jurídica internacional assinados
- Modernizar a tramitação de pedidos de cooperação jurídica internacional por meio de integração ao sistema de tramitação digital do Poder Judiciário

Iniciativas

- 03L7 - Intensificação da cooperação jurídica internacional

OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça com ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Criar e estruturar rede de articulação federativa com banco de dados e integração de informações, priorizando todas as capitais e suas regiões metropolitanas, municípios com mais de 100 mil habitantes, além das mesoregiões, regiões integradas de desenvolvimento e consórcios públicos
- Criar e estruturar rede participativa com banco de dados de boas práticas implantadas por gestões locais ou por organizações populares
- Estruturar a Ouvidoria Geral do MJ
- Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça

Iniciativas

- 03L8 - Criação da Ouvidora Geral do MJ e de outros canais de interlocução com a população e sociedade civil organizada
- 03L9 - Implementação da Política Nacional de Justiça e promoção das políticas públicas de Justiça
- 03LA - Intensificação das relações federativas e implantação de Rede de Articulação Federativa

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Concessão de patentes a residentes no país pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	unidade por ano	31/12/2008	529,00
Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB)	%	31/12/2010	0,59
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,57
Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,19
Investimentos privados anuais em pesquisa e desenvolvimento no setor industrial de tecnologia da informação	R$ milhão	31/12/2010	800,00
Número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados pela Thompson/ISI	unidade por ano	31/12/2009	32.100,00
Número de cursos de doutorado	unidade	31/12/2009	1.421,00
Número de cursos de mestrado	unidade	31/12/2009	2.678,00
Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D	unidade	31/12/2008	3.425,00
Número de técnicos e pesquisadores ocupados em atividades de P&D nas empresas brasileiras	unidade	31/12/2008	58.046,00
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Thomson/ISI	%	31/12/2009	2,69
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	%	31/12/2008	47,67
Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país	unidade por ano	31/12/2008	8.056,00
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	%	31/12/2010	27,30

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.575.031**	**16.651.035**
Despesas Correntes	3.501.155	13.472.902
Despesas de Capital	1.073.876	3.178.133
Outras Fontes	**4.636.000**	**20.392.518**
Valores Globais	**9.211.031**	**37.043.554**
	46.254.585	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015

Iniciativas

- 016X - Apoio continuado a grupos de excelência já consolidados, e formação de novos grupos, com foco em temas inovadores
- 016Y - Cooperação nacional e internacional em ciência, tecnologia e inovação
- 0171 - Execução do Plano Nacional de Astronomia (PNA) e expansão da participação brasileira nos telescópios internacionais
- 0174 - Fomento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)
- 0176 - Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos
- 0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores
- 0179 - Pesquisa e desenvolvimento de sistemas e serviços nos centros regionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
- 04CW - Apoio à unidade central de pesquisas do campus do Instituto Internacional de Neurociências de Natal - IINN - Campus do Cérebro

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Aumentar de 113 para 200 o número de bolsas especializadas em inovação em curso no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)
- Aumentar para 4% a contribuição da Região Amazônica para o número de publicações brasileiras no Essential Science Indicators, Thomson Reuters
- Implementar 50 bolsas especializadas em tecnologia e inovação no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM)

Iniciativas

- 017B - Ampliação e modernização da infraestrutura para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais
- 017F - Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da Região Amazônica

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar o Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCT (PcTD) de 0,83 para 0,95
- Ampliar para 117 o número anual de depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de Propriedade Intelectual das criações desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCT
- Aumentar o Índice Geral de Publicações (IGPUB) nas Unidades de Pesquisa do MCT de 1,85 para 2,20
- Conectar 41 campi em municípios médios a 1 Gbps e 681 campi em municípios pequenos a 100 Mbps

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	71,00	unidade
Região Nordeste	216,00	unidade
Região Norte	111,00	unidade
Região Sudeste	186,00	unidade
Região Sul	138,00	unidade

- Criar 5 laboratórios multiusuários no país

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	5,00	unidade

Iniciativas

- 017N - Apoio e expansão do número de Entidades Associadas às Unidades de Pesquisa do MCT
- 017O - Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração
- 017P - Difusão e disseminação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação
- 017W - Expansão do número de laboratórios multiusuários e de redes de ciência, tecnologia e inovação nas unidades de pesquisa do MCT
- 017Z - Expansão e modernização da infraestrutura técnico-científica das instituições científicas e tecnológicas do país
- 0181 - Implantação de rede de Laboratórios Associados ao Inmetro, articulando esforços entre empresas, instituições científicas e tecnológicas e órgãos de fomento do país
- 0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCT
- 0184 - Recuperação, modernização e ampliação da infraestrutura das unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCT
- 04C3 - Interiorização da Nova Rede Nacional de Pequisa

OBJETIVO: 0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Realizar 150.000 serviços anuais de ensaios ou calibração pelas redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos
- Realizar 17.000 atendimentos anuais de extensão tecnológica em micro, pequenas e médias empresas pelas redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica
- Ter em curso 1.200 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as redes SIBRATEC de Centros de Inovação e Empresas

Iniciativas

- 01M6 - Estruturação, implementação e fortalecimento das redes temáticas de centros de inovação e de serviços tecnológicos, das redes estaduais de extensão tecnológica e fortalecimento e expansão do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT)

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

SECRETARIA - GERAL
Fls 6/2012
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados
- Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total

- Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais

Iniciativas

- 01MA - Coordenação e aprimoramento da promoção à pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de TICs
- 01MD - Estruturação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação (PADSTI)
- 01MK - Fomento à pesquisa em Tecnologia da Informação
- 01MN - Promoção do desenvolvimento de bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas

OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos
- Promover o aumento em 40% do número de pedidos de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos depositados no Brasil e no exterior por residentes no país

Iniciativas

- 01NW - Ampliação e consolidação de ações em metrologia biológica, nanometrologia e metrologia de materiais
- 01O4 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia
- 01O5 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Nanotecnologia

OBJETIVO: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento

Iniciativas

- 01OL - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis
- 01OM - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em minerais estratégicos, nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral
- 01ON - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em petróleo e gás
- 01OO - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em saúde
- 01OP - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em transportes, especialmente nos setores aeroespacial, naval e ferroviário
- 01OR - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção agrícola sustentável, defesa agropecuária, aquicultura e pesca
- 01OS - Implantação de sistema de informações sobre políticas de ciência, tecnologia e inovação
- 01OT - Implantação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 01OU - Implementação de parceria entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Saúde na formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em produtos, serviços e tecnologias prioritários para o SUS

OBJETIVO: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Aumentar de 22,3% para 30% o percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas
- Aumentar para 5.000 o número de empresas que fazem pesquisa e desenvolvimento contínuo
- Aumentar para 80.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em pesquisa e desenvolvimento nas empresas

Iniciativas

- 01P6 - Aperfeiçoamento do marco regulatório de incentivo à inovação e à P&D
- 01P9 - Apoio à inovação nas empresas
- 01PD - Conversão da FINEP no Banco Nacional da Inovação e criação da FINEP Participações
- 01PF - Estabelecimento de novos Fundos Setoriais
- 01PK - Fomento à criação e consolidação de empresas inovadoras intensivas em conhecimento, em especial nas incubadoras de empresas e parques tecnológicos

OBJETIVO: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq
- Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq
- Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq
- Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq

Iniciativas

- 01Q0 - Concessão de bolsas para atração, fixação e promoção do intercâmbio de recursos humanos qualificados - Ciência sem Fronteiras
- 01Q1 - Concessão de bolsas para formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, desenvolvimento tecnológico, extensão e inovação

OBJETIVO: 0498 - Promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Alcançar o número anual de 500 empresas apoiadas pelo programa RHAE
- Alcançar o número de 16.000 bolsas de iniciação tecnológica concedidas pelo CNPq para as Engenharias
- Ampliar a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 30%

Iniciativas

- 01Q8 - Priorização da formação e da capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas

OBJETIVO: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar para 300 o número de espaços científico-culturais dos estados brasileiros
- Atingir 1200 municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano
- Aumentar a participação do público elegível na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) para 95%
- Criar o Desafio Nacional de Ciências

Iniciativas

- 01Q9 - Apoio a ações de ciência, tecnologia e de inovação na área de Educação Científica
- 01QD - Apoio a projetos e eventos de divulgação científica, tecnológica e de inovação
- 01QE - Desenvolvimento de espaços e iniciativas científico-culturais

OBJETIVO: 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Apoiar 150 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológia
- Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional
- Apoiar 25 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015
- Apoiar a modernização ou implantação de 120 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015
- Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva

Iniciativas

- 01QG - Apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos
- 01QK - Apoio a projetos de Tecnologia Social e de Tecnologia Assistiva
- 01QN - Fomento a pesquisa e desenvolvimento aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional
- 01QO - Fomento a pesquisa e desenvolvimento em Arranjos Produtivos Locais, Micro e Pequenos Empreendimentos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
Set 6 2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia
- Apoiar 16 projetos de aplicação tecnológica para gestão e desenvolvimento de esporte e lazer

Iniciativas

- 01QS - Apoio ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para as cidades sustentáveis

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Capacidade de armazenamento de derivados - bases de distribuição	m³	31/12/2010	2.906.999,00
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - bases de distribuição	m³	31/12/2010	503.552,00
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - terminais	m³	31/12/2010	325.961,00
Capacidade de armazenamento de petróleo e derivados - terminais	m³	31/12/2010	11.860.032,00
Capacidade de transporte marítimo de derivados	tonelada de porte bruto	31/05/2011	544.835,00
Capacidade de transporte marítimo de gases liquefeitos	tonelada de porte bruto	31/05/2011	40.171,00
Capacidade de transporte marítimo de petróleo	tonelada de porte bruto	31/05/2011	1.449.843,00
Capacidade de transporte marítimo de petróleo e derivados	tonelada de porte bruto	11/07/2011	784.612,00
Capacidade nominal instalada de processamento de petróleo	milhão de barris de petróleo por dia	31/12/2009	2,10
Consumo de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,40
Consumo de etanol hidratado	milhão de m³ por ano	31/12/2010	15,07
Consumo de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	12,56
Consumo de gasolina C	milhão de m³ por ano	31/12/2010	29,85
Consumo de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	49,24
Consumo de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	6,25
Exportações de biocombustíveis	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,76
Extensão de oleodutos: transferência e transporte	km	11/07/2011	7.179,00
Frequência de paridade etanol/gasolina favorável	%	31/12/2010	87,50
Importações de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	3,12
Importações de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	9,01
Importações de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,92
Índice de conformidade da qualidade dos combustíveis	%	31/12/2010	97,64
Participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB	famílias	31/12/2010	100.371,00
Participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos	%	31/12/2010	21,40
Produção de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,40
Produção de etanol	milhão de m³ por ano	31/12/2010	27,96
Taxa de exportação de derivados em relação às exportações do setor de petróleo	%	31/12/2010	27,33

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**48.197**	**166.683**
Despesas Correntes	46.788	153.381
Despesas de Capital	1.409	13.302
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**34.540.367**	**60.269.233**
Outras Fontes	**7.597.916**	**20.802.996**
	42.186.480	**81.238.912**

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FED

Valores Globais	**123.425.392**

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	3.000.000

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd

- Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152x10³m³/dia de óleo diesel

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	39,00	milhar de m³ por dia
Região Norte	3,00	milhar de m³ por dia
Região Sudeste	85,00	milhar de m³ por dia
Região Sul	25,00	milhar de m³ por dia

- Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21x10³m³/dia de Querosene de Aviação (QAV)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	milhar de m³ por dia
Região Norte	1,00	milhar de m³ por dia
Região Sudeste	16,00	milhar de m³ por dia
Região Sul	2,00	milhar de m³ por dia

- Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30x10³m³/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	4,00	milhar de m³ por dia
Região Norte	1,00	milhar de m³ por dia
Região Sudeste	21,00	milhar de m³ por dia
Região Sul	4,00	milhar de m³ por dia

- Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62x10³m³/dia de gasolina

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	8,00	milhar de m³ por dia
Região Norte	2,00	milhar de m³ por dia
Região Sudeste	39,00	milhar de m³ por dia
Região Sul	13,00	milhar de m³ por dia

- Produzir, em padrões adequados de qualidade: - 68x10³m³/dia de óleo diesel S-10 - 18x10³m³/dia de óleo diesel S-500 - 66x10³m³/dia de gasolina S-50

Iniciativas

- 004D - Desenvolvimento de mercados de combustíveis no exterior

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 004E - Implantação da Refinaria Abreu e Lima (PE)
- 004F - Implantação da Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)
- 004G - Implantação da Refinaria Premium I (MA)
- 004H - Implantação da Refinaria Premium II (CE)
- 004I - Implantação de Refinarias
- 004M - Manutenção, modernização e ampliação do parque de refino
- 004R - Modernização e ampliação da Refinaria Duque de Caxias - REDUC (RJ)
- 004S - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR (PR)
- 004T - Modernização e ampliação da Refinaria de Paulínia - REPLAN (SP)
- 004U - Modernização e ampliação da Refinaria Landulpho Alves - RLAM (BA)
- 004V - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC (SP)
- 04A6 - Modernização e ampliação da Refinaria Gabriel Passos - REGAP (MG)
- 04A7 - Modernização e ampliação da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP (SP)

OBJETIVO: 0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Promover a internacionalização da produção e do uso sustentáveis de bioenergia

Iniciativas

- 00KY - Promover a cooperação entre institutos brasileiros com os correspondentes de outros países (preferencialmente em desenvolvimento) para a promoção dos cultivos de culturas agroenergéticas
- 00KZ - Promover cooperação nas áreas de regulamentação e políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento da produção e do uso sustentáveis da bioenergia em terceiros países (preferencialmente em desenvolvimento)
- 00L0 - Promover o desenvolvimento de esquemas internacionais de certificação e padronização da produção sustentável de biocombustíveis que levem em consideração aspectos estritamente técnicos do produto final, em linha com as regras da Organização Mundial de Comércio (OMC)
- 00L1 - Promover o tratamento equilibrado da bioenergia em foros internacionais
- 00L2 - Promover projetos de cooperação técnica para estimular a implantação de usinas produtoras de bioenergia e de frotas piloto de veículos flexfuel em outros países (preferencialmente em desenvolvimento)

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente

Iniciativas

- 00L5 - Implantação e ampliação da capacidade de unidades produtoras de biodiesel, etanol e unidades esmagadoras

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Ampliação da capacidade de armazenamento de petróleo e de derivados - terminais em 630 mil m³

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	28,00	mil m³
Região Nordeste	15,40	mil m³
Região Norte	3,20	mil m³
Região Sudeste	531,90	mil m³
Região Sul	51,80	mil m³

- Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	km
Região Norte	3,00	km
Região Sudeste	337,00	km

- Ampliar a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis, de modo a adicionar 2.994.496 toneladas de porte bruto (tpb)

- Atender a totalidade dos estados brasileiros com a comercialização de GLP em botijões P8 (8kg) e P5 (5kg)

- Aumentar a quantidade de botijões de GLP, de forma a melhorar o atendimento ao mercado consumidor doméstico em: - 1.148.865 unidades de botijões P13 (13kg) - 287.217 unidades de botijões P5 (5kg) e P8 (8kg)

- Aumentar em 305 mil m³/dia a capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis entre as refinarias e os terminais de modo a permitir o suprimento destes produtos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5.000,00	m³/dia
Região Sudeste	300.000,00	m³/dia

Iniciativas

- 00L8 - Expansão da frota marítima e hidroviária para transporte de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e petroquímicos e apoio logístico off-shore

- 00L9 - Implantação do Sistema de Logística de Etanol Jataí - REPLAN - Caraguatatuba

- 00LA - Implantação e expansão da malha dutoviária e de ativos logísticos para ampliação da capacidade de escoamento de petróleo, derivados e biocombustíveis

- 00LC - Modernização, ampliação e adequação da infraestrutura logística de petróleo, derivados e biocombustíveis

- 00LD - Modernizar e ampliar a capacidade logística de distribuição para atender, de forma otimizada, ao crescimento dos diversos mercados e às demandas legais e regulatórias, primando pela segurança, meio ambiente e saúde pública

- 04A8 - Reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo

- 04DM - Implantação do Sistema de Escoamento de Combustíveis - Poliduto - PR/MS/MT

OBJETIVO: 0187 - Ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- 200.000 agricultores familiares participando da cadeia produtiva do biodiesel

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	8.000,00	unidade
Região Nordeste	85.000,00	unidade
Região Norte	6.000,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	6.000,00	unidade
Região Sul	95.000,00	unidade

Iniciativas

- 00LF - Análise e monitoramento do Selo Combustível Social
- 00LG - Fomento à organização da base produtiva da agricultura familiar para a produção de oleaginosas, óleos vegetais e biodiesel
- 00LJ - Revisão e criação de instrumentos legais relacionados

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Atender à demanda de biocombustíveis, tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente
- Garantir o abastecimento do óleo diesel S-10, do óleo diesel S-500 e da gasolina S-50, de modo a atender integralmente o mercado nacional de combustíveis
- Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%

Iniciativas

- 023T - Monitoramento das condições e da evolução do mercado de combustíveis
- 023V - Planejar as ações integrantes da política nacional de combustíveis
- 023X - Regulação e fiscalização o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis

OBJETIVO: 0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%
- Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética

Iniciativas

- 02CU - Promover conscientização sobre o uso eficiente dos derivados do petróleo e do gás natural
- 02CV - Promover estudos e projetos visando a regulamentação da Lei nº 10.295, de 17/10/01, acrescentando novos equipamentos à lista de Indicadores e Níveis Mínimos de Eficiência Energética e promovendo melhorias naqueles já existentes, no que diz respeito aos equipamentos que consomem derivados do petróleo e do gás natural
- 02CY - Realizar estudos e projetos para estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis

OBJETIVO: 0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga

- Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga

Iniciativas

- 037M - Apoiar e fomentar o desenvolvimento de estratégias empresariais de uso sustentável da biomassa florestal como fonte primária de energia

- 037P - Implementar auditoria sobre o uso sustentável de biomassa florestal como fonte primária de energia

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de empregos formais no setor terciário	unidade	31/12/2010	25.637.000,00
Número de estabelecimentos do setor de comércio	unidade	31/12/2008	1.524.895,00
Número de estabelecimentos do setor de serviços	unidade	31/12/2008	879.691,00
Participação do setor terciário no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro	%	31/12/2010	67,40
Variação do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços	%	31/12/2010	3,21

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**24.809**	**166.066**
Despesas Correntes	12.109	158.843
Despesas de Capital	12.700	7.223
Valores Globais	**24.809**	**166.066**
	190.875	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Conceder registro a empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até cinco dias úteis para atos sujeitos a decisão colegiada, na forma da lei
- Conceder registro a micro e pequenas empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até dois dias úteis para atos sujeitos a decisão singular, na forma da lei
- Reduzir, anualmente, em 5% o número de horas para a decisão de processos de empresários individuais e sociedades contratuais

Iniciativas

- 03CW - Implantação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM)
- 03CX - Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores
- 03CZ - Modernização e informatização dos processos de registro mercantil e legalização de empresas
- 03D0 - Monitoramento e avaliação da prestação dos serviços de registro mercantil, bem como da fiscalização dos agentes auxiliares do comércio, executados pelas Juntas Comerciais

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Elaborar o Atlas Nacional de Serviços
- Elaborar o Atlas Nacional do Comércio

Iniciativas

- 03D2 - Desenvolvimento de cadastros nacionais dos setores de comércio e serviços
- 03D5 - Elaboração de pesquisas, estudos e diagnósticos sobre os setores de comércio e serviços
- 03D7 - Elaboração e divulgação do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços
- 03D9 - Mapeamento dos setores de comércio e serviços no país

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Premiar anualmente empresas e profissionais do setor de comércio e serviços
- Realizar 4 Encontros Nacionais de Comércio
- Realizar 4 Encontros Nacionais de Serviços

Iniciativas

- 03DE - Capacitação de empresários, profissionais e representantes de entidades do setor terciário
- 03DF - Desenvolvimento e melhoria da competitividade dos segmentos de comércio e serviços
- 03DG - Instituição de normas técnicas e certificação das empresas de comércio e serviços e aperfeiçoamento da interface empresa-consumidor
- 03DJ - Promoção dos segmentos de comércio e serviços
- 03DK - Proposição de medidas de adequação das legislações tributárias e trabalhistas às especificidades dos segmentos de comércio e serviços

SECRETARIA - GERAL DA MESA
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro	%	01/01/2011	9,70
Corrente de comércio de bens	US$ bilhão	01/01/2011	383,56
Exportação total de bens	US$ bilhão	01/01/2011	201,92
Exportação total de serviços	US$ bilhão	01/01/2011	30,29
Participação brasileira no comércio mundial	%	01/01/2011	1,36
Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais	%	01/01/2011	35,50
Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados	%	01/01/2011	22,70
Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais	%	01/01/2011	15,43
Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras	%	01/01/2011	25,50

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.389.607**	**4.931.437**
Despesas Correntes	582.583	2.000.856
Despesas de Capital	807.025	2.930.581
Outras Fontes	**40.476.877**	**134.795.415**
Valores Globais	**41.866.484**	**139.726.852**
	181.593.336	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	50.000

OBJETIVO: 0795 - Modernizar os sistemas informatizados de controle aduaneiro com vistas à simplificação, agilização, harmonização de rotinas e procedimentos e eficácia no combate às irregularidades e fraudes.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Implementar a emissão e vinculação de documentos necessários às atividades exportadora e importadora por meio eletrônico, com reaproveitamento de dados (exs: e-NF, e-CRT, e-MIC/DTA, e-BL e e-AWB)
- Reduzir o percentual de declarações selecionadas para controle no despacho de importação de 21% para 13%, com aumento da qualidade na seleção pela concentração da ação da fiscalização nas operações de maior risco
- Simplificar e padronizar os procedimentos aduaneiros de importação e exportação, reduzindo os tempos de despacho de importação de 2,22 dias para 1,5 dias e de exportação de 0,51 dia para 0,4 dia

Iniciativas

- 0375 - Desenvolvimento e implantação do Sistema Informatizado de Trânsito Internacional Aduaneiro (SINTIA) para possibilitar a integração entre as aduanas dos países membros do Acordo sobre Trânsito Internacional Terrestre (ATIT), o que resultará em maior agilidade do fluxo de veículos e mercadorias nas fronteiras terrestres e maior

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

controle e segurança

- 0376 - Desenvolvimento e implantação do sistema Sistema de Apoio às Atividades de Retenção e Apreensão (SAARA) para uniformizar os procedimentos e sistematizar o registro, o controle e o acompanhamento das retenções e apreensões

- 0377 - Desenvolvimento e implantação do Sistema de Seleção por Aprendizado de Máquina (SISAM), que visa melhorar a qualidade da seleção fiscal, com redução no número de declarações de importação selecionadas e aumento do acerto na identificação da fraude aduaneira

- 0378 - Desenvolvimento e implantação dos sistemas Siscomex-Carga nos modais aéreo e terrestre, além do aprimoramento do modal marítimo, já implantado, resultando em maior agilidade do fluxo de veículos e cargas e maior controle e segurança (uso de janela única e recepção antecipada de informações)

- 037A - Modernização dos sistemas de despacho aduaneiro Siscomex-Importação e Siscomex-Exportação, com implantação de novas funcionalidade, inclusive com a utilização de documentos digitais, tais como a e-NF e o Certificado de Origem eletrônico

OBJETIVO: 0802 - Intensificar e aprimorar os instrumentos de controle administrativos e de fiscalização aduaneira para o combate às práticas ilegais no comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Aumentar em 40% as apreensões de mercadorias nos portos, aeroportos e pontos de fronteiras

- Aumentar em 40% o número de fiscalizações de zona secundária e, em igual percentual, o crédito tributário lançado

- Aumentar o número de processos simultâneos de investigação de origem não preferencial de produtos importados

- Criar marco legal para instauração de processo administrativo de identificação, apuração e punição, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de práticas ilegais no comércio exterior

- Criar sistema informatizado necessário à atividade de identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior

- Implantar o Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro

- Implantar o Plano de Modernização e de Reestruturação das unidades aduaneiras

Iniciativas

- 038C - Apuração de denúncias de fraudes de origem, de modo a combater a elisão a restrições comerciais e preferências não tarifárias por meio da adulteração da origem do produto importado

- 038E - Criação de sistema informatizado de auxílio ao monitoramento preventivo de importações com vistas à identificação de indícios de práticas ilegais de comércio

- 038L - Fortalecimento dos instrumentos de combate a violações dos direitos sobre marcas e outros ativos de propriedade industrial por parte do produto importado

- 038M - Fortalecimento dos instrumentos de fiscalização do cumprimento de regulamentos técnicos incidentes sobre produtos importados

- 038O - Implantação de metodologia e sistemática operacional, inclusive canal permanente de recebimento de denúncias, para comprovação de práticas ilegais

- 038Q - Implantação de novos equipamentos e sistemas para auxílio às atividades de fiscalização, vigilância e repressão aduaneiras

- 038R - Implantação do Centro Nacional de Cães de Faro e os Centros de Cães de Faro nas principais unidades aduaneiras

- 038S - Implantação do Plano de Fronteiras da Receita Federal para o combate ao contrabando e descaminho de forma mais atuante e eficiente

- 038T - Implantação do Sistema de Comunicação da RFB para atividades de vigilância e repressão

- 038U - Implantação do Sistema de Recepção de Informação Antecipada de Passageiros

- 038W - Instalação de Centro Nacional de Gerenciamento de Risco Aduaneiro

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 038Y - Utilização de inovações tecnológicas para monitoramento de cargas e veículos e detecção de substâncias ilícitas

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Reduzir de 8 para 6 meses o prazo para alcançar determinações preliminares nos casos em que seja necessário proteger a indústria doméstica de práticas comerciais desleais durante o período de investigação
- Reduzir prazo médio das investigações de 15 para 12 meses

Iniciativas

- 0392 - Avaliação do desempenho das importações e seu impacto para utilização preventiva dos instrumentos de defesa comercial, em especial salvaguardas
- 0393 - Criação de núcleo de divulgação dos instrumentos de defesa comercial para orientação do setor produtivo nacional
- 0395 - Desenvolvimento de sistema de monitoramento de importações para detecção de importações atípicas que indiquem práticas desleais
- 0396 - Desenvolvimento de sistema informatizado para processamento de dados relativos ao dumping e aos indicadores da indústria doméstica no contexto das investigações
- 0399 - Facilitação do acesso e agilização dos processos de investigação contra práticas desleais por meio da digitalização dos processos e disponibilização on-line
- 039B - Realização de investigações de defesa comercial

OBJETIVO: 0806 - Simplificar, modernizar e harmonizar normas, procedimentos e exigências relativos às operações de comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Consolidar a legislação de comércio exterior em um diploma central, no nível legal
- Desenvolver Sistema de Desempenho Logístico, no qual serão definidos indicadores qualitativos e quantitativos e ferramentas de auxílio à análise, para fins mensuração da efetividade e eficácia das operações de comércio exterior, antes e após a modernização e simplificação das normas e procedimentos
- Desenvolver sistema para a integração de sistemas de governo de gestão do comércio exterior e suas bases de dados, em uma abordagem de single window, considerando perfis pré-definidos de usuários, segundo o nível de risco, e uso obrigatório de certificação digital
- Elaborar, em cooperação com os órgãos anuentes no comércio exterior e considerando-se as premissas da OMC sobre Facilitação de Comércio, atos normativos infralegais do Executivo destinados a inovar, modernizar, simplificar e harmonizar os procedimentos administrativos e exigências de controle incidentes sobre as operações de comércio exterior

Iniciativas

- 039E - Elaboração de marco legal do comércio exterior, inclusive projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional
- 039I - Implantação de Programa Nacional de Capacitação em Facilitação do Comércio, voltado aos servidores dos órgãos intervenientes no comércio exterior
- 039J - Implantação de Sistema de Desempenho Logístico, para análise e monitoramento da efetividade e eficácia, segundo conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos, dos processos logísticos de fluxo informacional e físico, na exportação, importação e trânsito
- 039M - Revisão de normas, procedimentos desnecessários, duplicidades de exigências e ineficiências nos processos dos órgãos intervenientes no comércio exterior

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 039N - Uniformização da legislação federal, estadual, distrital e municipal relacionada ao comércio exterior

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais e não-oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Aumentar de 31 para 89 as empresas beneficiadas pelo PROEX Equalização
- Aumentar de 35 para 100 as empresas beneficiadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE)
- Aumentar de 371 para 1060 as empresas beneficiadas pelo PROEX Financiamento
- Pôr em operação o PROEX Financiamento à Produção Exportável
- Pôr em operação o Seguro de Crédito à Exportação destinado às operações de micro, pequenas e médias empresas, com cobertura do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)

Iniciativas

- 039O - Alteração da legislação para possibilitar e/ou viabilizar o acesso às linhas de crédito aplicáveis aos exportadores finais, aos vendedores de insumos ao produtor final e exportador, aos exportadores indiretos e às comerciais exportadoras
- 039P - Ampliação da participação de instituições bancárias no comércio exterior, especialmente com vista a aumentar o acesso de micro, pequenas e médias empresas ao financiamento à exportação - Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE)
- 039T - Criação de linhas de crédito pré-aprovadas e aperfeiçoamento das linhas EXIM (BNDES) para exportadores diretos e indiretos e comerciais exportadores
- 039U - Criação de mecanismo para financiar estudos de viabilidade técnica e econômica de projetos de engenharia no exterior
- 039V - Definição de limites, critérios e regras específicas para determinados setores e países no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)
- 039W - Disponibilização de alternativas de garantias para o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX)
- 039X - Divulgação em sítio eletrônico dos dados sobre a utilização do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)
- 039Y - Financiamentos oficiais à exportação
- 039Z - Operações de seguro de crédito à exportação
- 03A1 - Reformulação da legislação do Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) e do Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE), de modo a estender ambos a todos os serviços exportáveis
- 03A2 - Revisão dos critérios para acesso ao Programa de Financiamento às Exportações - equalização (PROEX-Equalização)
- 03A3 - Revisão e atualização de normas e regras em vigor de programas oficiais à exportação com o objetivo de adequá-las às práticas internacionais

OBJETIVO: 0808 - Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA - GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Ampliar para 50 o número de núcleos operacionais do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX)

- Elaborar e implementar, em conjunto com as Unidades da Federação, Mapas Estratégicos de Comércio Exterior
- Elaborar estudos sobre a vocação exportadora de todos os estados brasileiros
- Implementar o Plano Nacional da Cultura Exportadora
- Lançar 8 Aprendendo a Exportar Unidades da Federação
- Lançar o Aprendendo a Exportar Amazônia Ocidental e Amapá
- Lançar o Aprendendo a Exportar para a América Latina
- Lançar o Aprendendo a Exportar Versão 3
- Realizar anualmente, no mínimo, 24 treinamentos de comércio exterior, incluindo aspectos operacionais, financeiros, creditícios e de acesso a mercados, com pelo menos 450 participantes, entre gestores públicos, empresários, estudantes e profissionais de comércio exterior

Iniciativas

- 03A4 - Ampliação dos núcleos operacionais do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX) de modo a atingir mais empresas nos estágios iniciais da maturidade exportadora
- 03A5 - Capacitação de empresários, gestores públicos e profissionais de comércio exterior
- 03A8 - Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais para dar apoio ao Plano Nacional da Cultura Exportadora e às Agendas de Trabalho com os estados
- 03A9 - Divulgação e marketing das ferramentas, sítios e ações de apoio ao comércio exterior
- 03AB - Elaboração de material informativo sobre o comércio exterior de serviços, inclusive série 'como exportar serviços' e mapa geográfico do comércio exterior de serviços no Brasil
- 03AD - Estabelecimento de parcerias com Organismos Internacionais de Cooperação, visando ao apoio às ferramentas de promoção da cultura exportadora e intercâmbio de experiências com outros países em desenvolvimento, em especial, na América Latina
- 03AF - Identificação de entraves à exportação de serviços e elaboração de medidas de estímulo às vendas externas
- 03AG - Implantação do Escritório do Exportador com a finalidade de atuar como centro da difusão da cultura exportadora e de orientação de empresários, gestores públicos e agentes de comércio exterior na área de jurisdição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)
- 03AI - Implementação do Plano Nacional da Cultura Exportadora
- 03AL - Promoção do acesso a mercados internacionais por meio do provimento de apoio à adaptação de produtos às exigências dos mercados importadores
- 03AM - Realização de estudos estratégicos de inteligência comercial que apoiem as empresas brasileiras na sua tomada de decisão com relação à exportação e internacionalização

OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Aumentar de 3,57 para 4,15 o número de eventos realizados por receita disponível em milhões de reais
- Aumentar de US$ 32,50 bilhões para US$ 68,4 bilhões o valor exportado anualmente por empresas apoiadas pela Apex-Brasil
- Aumentar em 10,4% a participação de empresas apoiadas pela Apex-Brasil na base exportadora brasileira
- Aumentar em 27,5% o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil
- Aumentar em 4 vezes a quantidade de empresas cadastradas no Sistema de Registro de Informações de Promoção

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

(SISPROM), com equivalente aumento de registros de promoção, a partir da implementação da nova versão

- Criar mecanismo institucional de auxílio ao setor exportador nacional contra demandas externas excessivas (barreiras comerciais) e de negociação para a resolução de problemas enfrentados pelo exportador e pelo investidor brasileiros

- Elaborar a -Estratégia Nacional de Exportações-, que preveja os mercados e setores prioritários para a promoção comercial brasileira nos próximos anos, além de uma estratégia de atuação por mercado

Iniciativas

- 03AN - Ampliação da divulgação dos exportadores brasileiros em feiras e eventos internacionais

- 03AR - Ampliação, em articulação com o setor privado, dos Projetos Setoriais Integrados para mais setores, dando ênfase a setores de alta tecnologia e incentivando ações de fomento ao design, inovação e sustentabilidade transversais aos setores atendidos

- 03AS - Construção da estratégia de promoção comercial para as exportações brasileiras de serviços

- 03AV - Disseminação das práticas de proteção das marcas e outros ativos de propriedade industrial no exterior e apoio à defesa desses ativos junto às autoridades administrativas competentes e aos tribunais dos países de interesse

- 03AY - Estímulo a participação de trandings no comércio exterior brasileiro como forma de acesso a mercados não-tradicionais e de micro e pequenas empresas no universo de empresas exportadoras

- 03B1 - Implantação da nova versão do SISPROM

- 03B3 - Instituição de mecanismo para investigação e resolução de barreiras comerciais às exportações nacionais

- 03B5 - Organização de eventos de posicionamento e imagem do Brasil, e missões comerciais para mercados e nos setores prioritários indicados pela Estratégia Nacional de Exportações

- 03B8 - Promoção Comercial do Modelo Zona Franca de Manaus e Divulgação das potencialidades regionais

- 03BC - Promoção dos produtos brasileiros no exterior utilizando a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente como diferencial de acesso a mercados de elevada conscientização ambiental

- 03BD - Prospecção e atualização de informações comerciais das empresas relacionadas na Vitrine do Exportador

- 04CD - Recuperação e ampliação do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus

OBJETIVO: 0816 - Ampliar o acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais e da administração dos acordos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Garantir condições para a negociação do acordo de comércio do Brasil com a União Europeia, bem como para as demais negociações que possam surgir

Iniciativas

- 03BV - Elaboração de proposta para aperfeiçoamento da nomenclatura e alíquotas da Tarifa Externa Comum (TEC)

- 03BW - Elaboração de proposta para implantação da nomenclatura comum de serviços no âmbito do MERCOSUL

- 03BX - Elaboração do marco normativo para a negociação de acordos de investimento entre o Mercosul e terceiros países

- 03BY - Elaboração de lista de ofertas para as negociações com a União Europeia

- 03BZ - Representação do Governo Federal nos foros de negociações de novos acordos e administração dos acordos existentes

- 03C3 - Realização de estudo completo sobre a política de tarifas de importação no Brasil

- 03C5 - Realização de estudos exploratórios, de impacto e de grau de aproveitamento para identificação de mercados-alvo prioritários para assinatura de acordos comerciais

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Ver 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento

de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Garantir condições para a implantação e operação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) já aprovadas pelo Conselho das ZPEs que tenham cumprido as exigências legais, técnicas e administrativas

Iniciativas

- 03C8 - Alfandegamento das ZPEs aprovadas que tenham cumprido os requisitos legais, administrativos e técnicos
- 03C9 - Aprimoramento do arcabouço jurídico e administrativo relativos ao funcionamento das ZPEs
- 03CC - Monitoramento de instalação e operação de ZPEs

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Ampliar os serviços disponíveis do Fala Exportador no COMEX Responde, mantendo o padrão de qualidade, tempo médio de resposta de 2 dias úteis e índice de satisfação de 80%
- Aumentar em 20% o número de empresas brasileiras que utilizam o regime aduaneiro especial de drawback
- Criar ambiente-usuário, disponibilizando ferramenta de Business Intelligence (BI) e de análise estatística de comércio exterior
- Desenvolver o módulo Drawback Integrado Isenção Web, informatizando o processo de análise, concessão e controle das operações
- Desenvolver o módulo Licença de Importação WEB, a fim de facilitar o acesso, integrar e harmonizar o sistema com os demais módulos do SISCOMEX e dar maior agilidade às operações de importação
- Desenvolver o sistema Gerencial Drawback, que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento das operações e adoção de medidas de estímulo ao uso desse regime aduaneiro, possibilitando o crescimento das exportações brasileiras
- Desenvolver o sistema Gerencial Registro de Exportação (RE), que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento e adoção das políticas relativas ao crescimento das exportações brasileiras
- Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)
- Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis
- Realizar 48 seminários focados em operações de comércio exterior, sendo 24 internos e 24 externos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	26,00	quantidade/ano
Região Nordeste	4,00	quantidade/ano
Região Norte	1,00	quantidade/ano
Região Sudeste	10,00	quantidade/ano
Região Sul	7,00	quantidade/ano

- Reduzir de dez para cinco dias o prazo de atualização e disponibilização das publicações dos dados do comércio exterior brasileiro e das informações do Sistema AliceWeb

Iniciativas

- 03CI - Ampliação das publicações das estatísticas de comércio exterior, com a inclusão de novos relatórios

SECRETARIA - GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03CJ - Aprimoramento dos Sistemas de Gestão do Comércio Exterior, incluindo novos módulos e funcionalidades para o NOVOEX e para o SISCOMEX

- 03CK - Criação de ambiente-usuário, disponibilizando ferramenta de Business Intelligence (BI) e de Análise Estatística

- 03CN - Estruturação de informação estatística mensal relacionada à exportação e importação de serviços intangíveis, a partir dos dados disponibilizados pelo SISCOSERV

- 03CP - Gestão e atualização do conteúdo dos sistemas on-line AliceWeb, AliceWeb-Mercosul e Portal Brasileiro de Comércio Exterior, com melhorias na navegação e inclusão de mais variáveis de consulta

- 03CQ - Identificação de vantagens e desvantagens da internalização das operações de licenciamento de importação, bem como formas alternativas de garantir maior agilidade e qualidade no desenvolvimento de novas soluções, correções e manutenção dos sistemas de comércio exterior

- 03CS - Implantação e manutenção do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)

- 03CT - Organização de dados, produção de informações e desenvolvimento de serviços de apoio sobre o licenciamento de direitos e a transferência internacional de tecnologia

- 03CV - Realização de seminários sobre operação dos sistemas de comércio exterior

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Déficit anual da balança comercial do setor eletroeletrônico na área de telecomunicações	US$ milhão	31/12/2010	1.529,00
Mínutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel	minuto	31/12/2010	114,00
Número de domicílios com TV por assinatura	unidade	31/07/2011	11.295.511,00
Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado	unidade	31/12/2009	67.900.000,00
Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia	unidade	30/04/2011	18.481,00
Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal	unidade	30/04/2011	69.934,00
Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada	unidade	30/04/2011	44.473,00
Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura	unidade	30/04/2011	6.915,00
Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre	%	30/06/2011	25,00
Percentual da população com cobertura de telefonia móvel	%	31/07/2010	75,00
Percentual de conexões à Internet abaixo de 1Mbps	%	31/07/2011	54,00
Percentual de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	27,00
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural	%	31/12/2008	3,00
Percentual de domicílios com acessofixo à Internet Banda Larga - Área Urbana	%	31/12/2008	23,40
Percentual de domícilios com telefone fixo	%	31/12/2009	43,10
Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga	%	30/04/2011	38,00
Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital	%	14/04/2011	8,63
Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária	%	30/04/2011	46,59
Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada	%	30/04/2011	57,60
Percentual populacional com distribuição postal	%	31/12/2010	82,62
Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país	%	31/03/2011	4,58
Proporção de conexões de Banda Larga dentre o total de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	68,00
Proporção de domicílios com computador	%	30/11/2010	35,00
Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90%	%	31/12/2009	79,60
Satisfação com os serviços postais	%	31/07/2010	95,50
Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico	%	31/12/2010	75,48

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**754.768**	**2.060.487**
Despesas Correntes	379.585	1.148.503
Despesas de Capital	375.182	911.984
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**407.176**	**10.245.716**
Outras Fontes	**88.000**	**320.408**
	1.249.944	**12.626.612**

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Valores Globais	**13.876.555**

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	500.000

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2012-2015

- 90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	90,00	%
Região Nordeste	90,00	%
Região Norte	90,00	%
Região Sudeste	90,00	%
Região Sul	90,00	%

- Alcançar 100% de satisfação com os serviços postais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	%
Região Nordeste	100,00	%
Região Norte	100,00	%
Região Sudeste	100,00	%
Região Sul	100,00	%

- Alcançar, em média, 190 minutos por mês trafegados por usuário de telefonia móvel

- Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais, considerando as suas especificidades históricas e culturais

- Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	%
Região Nordeste	100,00	%
Região Norte	100,00	%
Região Sudeste	100,00	%
Região Sul	100,00	%

- Atender 85% da população com distribuição postal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	88,30	%
Região Nordeste	73,60	%
Região Norte	76,90	%
Região Sudeste	93,10	%
Região Sul	86,10	%

- Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
Fls 6/10/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Atender todas as escolas públicas rurais com Internet Banda Larga

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	%
Região Nordeste	100,00	%
Região Norte	100,00	%
Região Sudeste	100,00	%
Região Sul	100,00	%

- Atingir uma densidade de 32 assinaturas de televisão por assinatura por 100 domicílios no Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	25,40	%
Região Nordeste	18,60	%
Região Norte	20,60	%
Região Sudeste	45,10	%
Região Sul	30,70	%

- Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,80	milhões
Região Nordeste	10,00	milhões
Região Norte	4,00	milhões
Região Sudeste	18,70	milhões
Região Sul	6,50	milhões

- Cobrir 91,5% da população brasileira com o serviço de telefonia móvel

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	93,10	%
Região Nordeste	85,90	%
Região Norte	85,00	%
Região Sudeste	95,60	%
Região Sul	90,00	%

- Disponibilizar conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal - SMP em alta e média capacidade, nas faixas de 1,9 / 2,1 GHz, em pelo menos 75% dos Distrito-Sede de Município do Brasil

- Instalar Telefone de Uso Público em todos os postos de saúde públicos e escolas públicas, ambos localizados em área rural

- Ofertar banda larga fixa a 10 Mbps e móvel em redes 4G nas cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como atender aos requisitos de qualidade necessários à realização dos eventos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Cidades-sede	100,00	%

- Ofertar o acesso individual de telefonia fixa na área rural, nas condições definidas em regulamento específico a ser editado pela Anatel

- Pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet Banda Larga em 95% dos municípios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	97,00	%
Região Nordeste	97,00	%
Região Norte	60,00	%
Região Sudeste	99,00	%
Região Sul	99,00	%

SECRETARIA - GERAL DA MESA
Fls 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 02Y8 - Acompanhamento da implementação da TV Digital e preparação para a desativação da TV Analógica

- 02Y9 - Ampliação de Redes e Serviços de Telecomunicações por meio de outorgas, certificação de produtos e gestão econômica e de recursos escassos
- 02YA - Ampliar a capacidade dos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de distribuição
- 02YB - Ampliar o acesso aos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de atendimento
- 02YD - Aumento da capacidade das redes de suporte para transmissão de internet em alta velocidade
- 02YE - Coordenar os investimentos em comunicações necessários para Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 com as demandas futuras de desenvolvimento do setor
- 02YF - Definição de medidas regulatórias para barateamento de preços e tarifas de serviços de comunicação, bem como para maior competição
- 02YK - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga
- 02YT - Lançamento de satélite para comunicações
- 02YU - Mapear, Supervisionar e Monitorar as infraestruturas de Telecomunicação, Radiodifusão e Serviços Postais, elaborando, assim, Plano de Contingência para situações críticas
- 04CF - Implantação da rede de fibra ótica no trecho de Macapá a Oiapoque

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2012-2015

- 40% das populações da classes D e E fazendo uso da internet (acesso em banda larga e discado)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	40,00	%
Região Nordeste	30,00	%
Região Norte	30,00	%
Região Sudeste	45,00	%
Região Sul	40,00	%

- 70% da população fazendo uso da internet banda larga e discado (seja em casa, no trabalho, em telecentros etc), levando em consideração desigualdades regionais e socioeconômicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	69,00	%
Região Nordeste	65,00	%
Região Norte	65,00	%
Região Sudeste	75,00	%
Região Sul	67,00	%

- 70% das populações da classe C fazendo uso da internet (acesso em banda Larga e discado)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	60,00	%
Região Nordeste	55,00	%
Região Norte	55,00	%
Região Sudeste	75,00	%
Região Sul	60,00	%

- Poder público de 3.700 municípios, dentre aqueles de menor índice de desenvolvimento humano (IDH-M abaixo de 0,800) usando e oferecendo aplicações e serviços de comunicação digital

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	315,00	município
Região Nordeste	1.337,00	município
Região Norte	336,00	município

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1.083,00	município
Região Sul	629,00	município

Iniciativas

- 02YY - Apoio a projetos de conteúdos e aplicações
- 02YZ - Estímulo à inclusão digital com base em modelos criativos e inovadores de cidades digitais e em arranjos institucionais federativos de fomento para massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação
- 02Z0 - Estímulo ao desenvolvimento de aplicações, serviços e conteúdos digitais
- 02Z1 - Formação e capacitação de agentes e prestadores dos serviços de comunicações visando o atendimento de demandas dos cidadãos e de comunidades locais
- 02Z2 - Implantação de Cidades Digitais
- 02Z3 - Implantação de espaços e equipamentos públicos para dar acesso à internet banda larga, com oferta de serviços eletrônicos, no campo e na cidade
- 02Z6 - Integração das ações de inclusão digital às políticas sociais do governo

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2012-2015

- 100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	%
Região Nordeste	100,00	%
Região Norte	100,00	%
Região Sudeste	100,00	%
Região Sul	100,00	%

- 20% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	25,00	%
Região Nordeste	18,00	%
Região Norte	30,00	%
Região Sudeste	20,00	%
Região Sul	18,00	%

- 4,5% dos municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,50	%
Região Nordeste	4,50	%
Região Norte	4,50	%
Região Sudeste	4,50	%
Região Sul	4,50	%

- 48% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	60,00	%
Região Nordeste	40,00	%
Região Norte	55,00	%

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	50,00	%
Região Sul	50,00	%

- 51% dos municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	65,00	%
Região Nordeste	45,00	%
Região Norte	60,00	%
Região Sudeste	52,00	%
Região Sul	50,00	%

- 60% dos municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	70,00	%
Região Nordeste	50,00	%
Região Norte	70,00	%
Região Sudeste	65,00	%
Região Sul	58,00	%

- 65% dos municípios com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	75,00	%
Região Nordeste	58,00	%
Região Norte	80,00	%
Região Sudeste	69,00	%
Região Sul	60,00	%

- 80% dos municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	80,00	%
Região Nordeste	80,00	%
Região Norte	80,00	%
Região Sudeste	80,00	%
Região Sul	80,00	%

- Pelo menos um canal da cidadania implantado em cada unidade da federação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Iniciativas

- 02Z9 - Desenvolvimento de conteúdos e aplicações
- 02ZA - Fortalecimento da ação fiscalizatória
- 02ZC - Implantação dos canais públicos de TV Digital
- 02ZD - Implementação de planos nacionais de outorgas, visando a massificação dos serviços de radiodifusão
- 02ZE - Melhoria dos níveis de qualidade percebida pelos usuários na prestação dos serviços
- 02ZF - Modernização do ambiente regulatório em comunicações

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e

do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2012-2015

- Ampliar a geração de inovação pela indústria nacional de telecomunicação e de serviços, por meio do aumento de 50% (R$1,71 bilhão) no dispêndio do Setor Privado em atividades inovativas
- Aumentar em 40% as exportações de equipamentos e componentes eletroeletrônicos de telecomunicação
- Desenvolver pelo menos dois terminais móveis de baixo custo para acesso à Internet Banda Larga
- Elevar para 70% a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação

Iniciativas

- 02ZG - Apoiar mecanismos de incentivo fiscal para aumentar a competitividade dos equipamentos nacionais de comunicações
- 02ZI - Contribuir para o desenvolvimento da industria nacional por meio do uso dos instrumentos de poder de compra e encomenda tecnológica governamental na área das comunicações
- 02ZJ - Estimular parcerias entre atores nacionais e fortalecer a indústria nacional das áreas das comunicações para aumentar sua competitividade internacional
- 02ZK - Estímulo à promoção de estudos relativos a novas tecnologias que possibilitem a ampliação da oferta de serviços
- 02ZL - Fomentar a capacitação de profissionais da cadeia produtiva do setor de Tecnologias de Informação e Comunicação
- 02ZM - Fomentar a produção de aplicações, serviços e conteúdos digitais interativos, incluindo a TV Digital
- 02ZO - Fomentar o desenvolvimento de equipamentos e terminais de Tecnologias de Informação e Comunicação
- 02ZP - Fortalecer os mecanismos oficiais de fomento à pesquisa e desenvolvimento na área das comunicações

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura da TV Brasil Internacional a, pelo menos, 80 países

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	80,00	unidade

- Ampliar a cobertura do sinal terrestre de radiodifusão, segundo a disponibilidade do Plano Básico de Outorgas, para garantir o acesso de, pelo menos, 50% da população brasileira à programação da TV Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	%
Região Nordeste	11,00	%
Região Norte	3,00	%
Região Sudeste	26,00	%
Região Sul	7,00	%

- Ampliar a produção regional de conteúdos próprios da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, implantando mais 03 (três) canais geradores nas regiões Norte, Nordeste e Sul, para que a TV Brasil tenha ao menos uma geradora em cada região do país

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Ampliar para 100% a cobertura geográfica dos sinais de radiodifusão em Ondas Curtas (OC) e Ondas Tropicais (OT) da EBC para assegurar a recepção radiofônica a todas as localidades das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não alcançadas por outras frequências

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	%
Região Nordeste	100,00	%
Região Norte	100,00	%

Iniciativas

- 0449 - Ampliar e aprimorar a infraestrutura de produção e transmissão, a qualidade dos sinais e da programação, a acessibilidade, interatividade, alcance e abrangência dos veículos do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação

- 044A - Fortalecer os canais de participação direta da sociedade na gestão de conteúdos dos canais da Empresa Brasil de Comunicação - EBC e assegurar as condições de atuação do Conselho Curador como órgão consultivo e deliberativo

- 044B - Implantar o Sistema Operador da Rede Nacional de Televisão Pública Digital

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Percentual do território com comitês interestaduais instalados	%	31/12/2010	13,00
Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados	%	31/12/2010	51,00
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	%	31/12/2010	15,00
Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada)	%	31/12/2010	64,00
Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	%	31/12/2010	18,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**297.723**	**1.554.990**
Despesas Correntes	227.354	893.764
Despesas de Capital	70.369	661.226
Outras Fontes	**623**	**1.223**
Valores Globais	**298.346**	**1.556.213**
	1.854.559	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	2,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	1,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sul	2,00	unidade

- Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH)
- Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Iniciativas

- 02G9 - Apoio ao desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos e dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, em articulação com os planejamentos setoriais
- 02GA - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e definição de estratégias para a sua implementação, em articulação com entes do Singreh e envolvendo a participação da sociedade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 02GB - Gestão das águas subterrâneas em articulação com as unidades federadas
- 02GC - Inserção geopolítica do Brasil nos temas relacionados aos recursos hídricos

OBJETIVO: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados
- Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Paraná	2,00	unidade
Região Hidrográfica São Francisco	1,00	unidade

- Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros
- Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens
- Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	236,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Leste	60,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	35,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	34,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	105,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sul	65,00	unidade
Região Hidrográfica Paraguai	110,00	unidade
Região Hidrográfica Paraná	80,00	unidade
Região Hidrográfica Parnaíba	35,00	unidade
Região Hidrográfica São Francisco	81,00	unidade
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	81,00	unidade
Região Hidrográfica Uruguai	68,00	unidade

Iniciativas

- 02GD - Aprimoramento do monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas
- 02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação
- 02GF - Modernização da Rede Hidrometeorológica
- 02GH - Regulação e fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragem

OBJETIVO: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	1,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1,00	unidade
Região Hidrográfica Paraná	2,00	unidade
Região Hidrográfica São Francisco	1,00	unidade

- Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação

Iniciativas

- 02GU - Apoio à estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)

- 02GV - Promoção da integração federativa para gestão de recursos hídricos

OBJETIVO: 0663 - Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	1,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1,00	unidade
Região Hidrográfica Paraguai	1,00	unidade
Região Hidrográfica São Francisco	2,00	unidade

- Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)

- Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos

Iniciativas

- 02GW - Elaboração e disponibilização de estudos, planos e instrumentos de apoio técnico às Políticas Públicas com interferência nos recursos hídricos

- 02GX - Estabelecimento de estratégias para implementação dos Planos de Recursos Hídricos e integração com as demais Políticas Públicas, planos e programas relacionados a recursos hídricos

OBJETIVO: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes

- Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual

- Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas

SECRETARIA - GERAL DA MESA
- SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
OUT 6/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	15,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	6,00	unidade
Região Hidrográfica Paraguai	9,00	unidade
Região Hidrográfica São Francisco	24,00	unidade
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	6,00	unidade

Iniciativas

- 02GZ - Despoluição de bacias hidrográficas
- 02H1 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em Bacias Hidrográficas
- 02H2 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do São Francisco
- 02H3 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba
- 04C7 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das Bacias do Pantanal Matogrossense e Sul-Matogrossense
- 04C8 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das Bacias dos Rios Taquari e Vermelho
- 04C9 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios da Bacia do Rio da Prata
- 04CA - Revitalização Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba
- 04DT - Preservação, Conservação, Recuperação e Uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do Rio Taperoá

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de dependentes de álcool	%	31/12/2005	12,30
Taxa de dependentes de tabaco	%	31/12/2005	10,10
Taxa de uso na vida de alucinógenos	%	31/12/2005	1,10
Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos	%	31/12/2005	5,60
Taxa de uso na vida de cocaína	%	31/12/2005	2,90
Taxa de uso na vida de crack	%	31/12/2005	0,70
Taxa de uso na vida de de solventes	%	31/12/2005	6,10
Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes	%	31/12/2005	0,90
Taxa de uso na vida de estimulantes	%	31/12/2005	3,20
Taxa de uso na vida de heroína	%	31/12/2005	0,09
Taxa de uso na vida de maconha	%	31/12/2005	8,80
Taxa de uso na vida de merla	%	31/12/2005	0,20
Taxa de uso na vida de opiáceos	%	31/12/2005	1,30
Taxa de uso na vida de orexígenos	%	31/12/2005	4,10
Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco	%	31/12/2005	22,80
Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína)	%	31/12/2005	1,90

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**174.695**	**61.673**
Despesas Correntes	102.986	50.896
Despesas de Capital	71.709	10.777
Valores Globais	**174.695**	**61.673**
	236.368	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	20.000

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas, de forma a informar, desestimular o uso inicial, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Disseminar informações à sociedade brasileira sobre o uso de drogas, a partir de ações educativas, da elaboração de materiais e de campanhas de caráter informativo e educativo em todos os estados e Distrito Federal

- Promover o acesso a atividades culturais, esportivas e ocupacionais aos segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade social, em todos os Estados e Distrito Federal, como forma de prevenção ao consumo abusivo de drogas

Iniciativas

- 03UG - Prevenir o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas na sociedade brasileira

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0920 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Capacitar as lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade
- Capacitar conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades
- Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros
- Capacitar profissionais de saúde, de redes de tratamento e técnicos que trabalham com jovens, populações de risco e em situação de vulnerabilidade social, para a aplicação de técnicas de tratamento e reinserção social e gerenciamento de casos
- Capacitar profissionais de segurança pública com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos envolvidos no enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, políticas e legislações, vulnerabilidades e violência
- Capacitar profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e aconselhamento motivacional
- Capacitar profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas, visando a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas
- Contribuir para o aprimoramento técnico-metodológico e a adequação da ação conjunta entre os operadores do direito, segurança pública e equipes multidisciplinares, visando o cumprimento de penas alternativas e medidas socioeducativas e protetivas para diminuição da reincidência do consumo, por meio da articulação e cooperação com a rede de saúde, de assistência social, e outras organizações comunitárias
- Criar curso técnico em reabilitação de dependência química
- Implantar 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam no âmbito da justiça e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares
- Incluir a temática sobre drogas nos cursos de graduação que possuem interface com ela
- Ofertar capacitação presencial para a rede de saúde, assistência social e Juizados Especiais Criminais, favorecendo o desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre as redes de saúde e assistência social
- Ofertar cursos de capacitação de educadores e áreas afins para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas no contexto escolar e em outros espaços de comportamentos de risco, em especial entre adolescentes e jovens
- Promover especialização de profissionais de educação, saúde e acadêmicos de países da América Central, Caribe, América do Sul e países de língua oficial portuguesa da África em metodologia de pesquisa sobre a temática de drogas, fortalecendo a cooperação internacional e contribuindo para o aprimoramento da produção científica na região e no continente africano

Iniciativas

- 03WY - Capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas

OBJETIVO: 0921 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Apoio à organização dos serviços de acolhimento a usuários de droga e seus familiares oferecidos no âmbito das organizações não governamentais, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social
- Avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país
- Disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios
- Manter a atualização dos arquivos relativos ao mapeamento dos serviços de atendimento e acolhimento de usuários de drogas, disponibilizando-os à sociedade
- Mapeamento e georreferenciamento dos serviços voltados ao atendimento de usuários de crack, álcool e outras drogas

Iniciativas

- 03X0 - Apoio a projetos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas

OBJETIVO: 0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoar os mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), abrangendo a localização de bens dados em perdimento em favor da União, a agilização dos respectivos leilões, a transferência de recursos aos estados e a mitigação da tutela cautelar
- Apoiar a instalação de escritório regional do Escritório sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC/ONU) e sua manutenção
- Articular a disseminação de linhas de pesquisa sobre a temática do crack e outras drogas, incentivando o desenvolvimento de projetos de iniciação científica relacionados ao tema e fomentando a formação de novos pesquisadores nas áreas que apresentam déficits de profissionais trabalhando com a temática de drogas
- Articular a instituição de fundos sobre drogas em todas as Unidades da Federação, assim como fomentar a sua criação no âmbito dos municípios
- Criação de Centros Colaboradores vinculados a hospitais universitários nas diferentes regiões do país
- Desenvolver um sistema integrado de informações voltado para o acompanhamento e monitoramento das ações implementadas no âmbito da política nacional sobre drogas
- Firmar acordos de cooperação do FUNAD com Estados da Federação e Distrito Federal
- Fortalecer a atuação dos conselhos estaduais, distritais e municipais de políticas sobre drogas e incentivar a instalação de órgão ou unidade responsável pela gestão da política sobre drogas nesses três níveis
- Fortalecimento da rede de pesquisa com financiamento sistemático por meio de editais temáticos
- Instalação de um sistema de monitoramento do uso e tráfico de drogas
- Realização de estudos e pesquisas multinacionais com ênfases nos países que estabelecem fronteiras com o Brasil
- Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Revisar e atualizar os marcos legais que dão suporte à operacionalização da política sobre drogas, visando fortalecer a sua institucionalidade e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo para a diminuição da oferta e consumo de drogas

Iniciativas

- 03X4 - Fortalecer o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e aprimorar a gestão da política sobre drogas, com ênfase nas diretrizes oriundas da produção de conhecimento científico

SECRETARIA - GERAL DA MESA
DT 6/01/15
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Livros lidos por leitor/ano	unidade	31/12/2008	4,70
Oferta de equipamentos culturais	índice numérico	31/12/2009	3,19
Proporção dos gastos em cultura no gasto total	%	31/12/2009	2,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.388.809**	**3.559.639**
Despesas Correntes	640.120	1.668.040
Despesas de Capital	748.690	1.891.599
Outras Fontes	**22.600**	**70.000**
Valores Globais	**1.411.409**	**3.629.639**
	5.041.048	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro através da execução de 250 projetos específicos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	60,00	unidade
Região Norte	40,00	unidade
Região Sudeste	80,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

- Implantação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra

- Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 1.635 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	104,00	unidade
Região Nordeste	1.013,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Mat 6/012
1120

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	156,00	unidade
Região Sudeste	232,00	unidade
Região Sul	130,00	unidade

Iniciativas

- 02EW - Apoio e difusão de pesquisas, estudos, mapeamentos e levantamentos sobre a Cultura Afro-Brasileira e Afro-Latina e fortalecimento do Observatório Afro-Latino e Caribenho como rede de pesquisa, desenvolvimento, inovação e difusão de informações sobre cultura negra
- 02EX - Certificação de comunidades remanescentes de quilombos; promoção de Assistência Jurídica para as Comunidades Quilombolas Certificadas e implementação de projetos locais de qualificação e capacitação das comunidades quilombolas e de terreiro
- 02EY - Promoção de iniciativas culturais, preservação de expressões, celebrações, lugares e manifestações afro-brasileiras; e realização de ações e intercâmbio com países da África, América Latina e Caribe

OBJETIVO: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- 100% dos estados integrados ao Sistema Nacional de Cultura
- 30% municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura
- III conferência nacional de cultura realizada em 2013
- Implementação da Plataforma do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
- Plano Nacional de Cultura com seu sistema de monitoramento e avaliação implantados

Iniciativas

- 033M - Implementação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais SNIIC
- 033N - Inserção e difusão da cultura brasileira no mundo e aprofundamento dos processos de integração e cooperação, em especial no âmbito sul-sul
- 033O - Monitoramento da execução das resoluções da I e da II Conferência Nacional de Cultura e organização da III Conferência Nacional de Cultura
- 033P - Plano Nacional de Cultura: formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e difusão do Plano Nacional, dos planos setoriais e da política cultural, além do apoio aos planos estaduais e municipais de Cultura
- 033Q - Promover o relacionamento federativo e institucional da Cultura e a assinatura dos acordos de cooperação federativa com estados e municípios
- 033R - Sistema Nacional de Cultura: implantação de seus componentes, incluindo programa de formação de gestores culturais

OBJETIVO: 0780 - Promover a cidadania e a diversidade das expressões culturais e o acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Elaborar novos instrumentos legais e aperfeiçoar os instrumentos já existentes, no campo da proteção dos conhecimentos e das expressões populares e tradicionais
- Implantação de 20 escolas técnicas de cultura

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 6/2012

- Implantação de 35 núcleos de Cidadania Cultural
- Implantar Central de Atendimento ao proponente, com núcleos descentralizados em todas as representações regionais do MinC
- Implementar plataforma digital de amplo acesso para medição e monitoramento das condições de acesso à cultura
- Realização de 36 seminários ou oficinas, em âmbito nacional, estadual e municipal, para formação, qualificação e capacitação da participação de agentes públicos e da sociedade civil em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural
- Realizar cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes e grupos, instituindo a categoria de micro-territórios como unidades básicas promotoras de singularidades simbólicas e identitárias

Iniciativas

- 033T - Brasil Plural: promover, reconhecer e valorizar os conhecimentos e expressões da diversidade cultural brasileira
- 033U - Cultura Viva: Fortalecer Espaços, Redes e Circuitos Culturais para o exercício da cidadania
- 033V - Sujeito Cidadão: promoção do acesso ao conhecimento, à diversidade cultural e às condições de desenvolvimento simbólico
- 04DU - Promoção, valorização, fortalecimento e fomento às culturas populares circenses e de tradição oral

OBJETIVO: 0781 - Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Concluir e implementar o Plano Nacional de Economia Criativa (PNEC)
- Criação e implantação de Instituição Pública para regulação de direitos intelectuais
- Disponibilização de Linha de crédito específica para os setores criativos ofertada por bancos oficiais
- Implementação de Política Autoral
- Implementar 30 incubadoras de empreendimentos criativos
- Implementar 60 birôs de serviços para suporte, assessoria e consultoria de empreendedores e empreendimentos criativos
- Instalação do Conselho Interministerial para o Desenvolvimento da Economia Criativa
- Mapear e institucionalizar 30 bacias criativas distribuídas nas cinco regiões do país
- Mapear e institucionalizar 30 polos criativos, distribuídos nas cinco regiões do país
- Qualificar 60.000 profissionais criativos
- Realizar 01 circuito nacional de feiras de livros implantado em parceria com o setor produtivo do livro
- Realizar o registro de 160.000 obras intelectuais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 033W - Concessão de crédito e apoio financeiro aos projetos culturais
- 033X - Criação de linhas de crédito específicas e adequação de linhas já existentes para micro e pequenos empreendimentos criativos, em parceria com instituições financeiras, de modo a promover a desconcentração regional de distribuição de recursos financeiros

- 033Z - Elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da economia criativa brasileira e formulação do Plano Nacional da Economia Criativa (PNEC)
- 0340 - Formação para as competências criativas através de cursos para a qualificação de profissionais, empreendedores e gestores de empreendimentos criativos
- 0341 - Formulação e implementação das políticas de cultura digital e de digitalização de bens culturais
- 0342 - Formulação, modernização e gestão da Política de Direitos Intelectuais
- 0343 - Identificação e fomento a polos criativos para geração de novos empreendimentos, trabalho e renda, com fortalecimento dos micro e pequenos empreendimentos criativos, inclusive com alavancagem da exportação de bens e serviços
- 0344 - Mapeamento da economia criativa do Brasil com o objetivo de identificar vocações e oportunidades de desenvolvimento local e regional, gerando conhecimento e informação sobre a economia criativa nacional
- 0346 - Registro de obras intelectuais
- 048A - Ampliação do Programa Banco do Nordeste de Cultura/Parceria BNDES, atendendo a maior numero de proponentes e promovendo a interiorização do patrocínio
- 04DQ - Fomento a projetos de cultura urbana e cidade criativa, com ênfase nas áreas de arquitetura, design e moda

OBJETIVO: 0782 - Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Apoiar 130 projetos sociais de leitura
- Apoiar 2000 pontos de leitura
- Apoiar 400 bibliotecas comunitárias
- Apoio a formação de 12.000 agentes de leitura
- Conceder 400 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário
- Criação da Rede Popular do Livro Acessível
- Criação do Instituto Nacional do Livro e da Leitura
- Criação do programa Livro Popular
- Modernizar ou implantar 241 bibliotecas públicas

Iniciativas

- 034A - Incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário
- 034C - Instalação e modernização de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura e fortalecimento de Sistemas e Redes de Bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura
- 034D - Levantamento, organização e disponibilização de pesquisas socioeconômicas e informações sobre livro, leitura, literatura e bibliotecas
- 034F - Promoção, formação e incentivo ao hábito e às práticas da leitura e da literatura. Fomento à realização de eventos na área do Livro, da Leitura e da Literatura

OBJETIVO: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

SECRETARIA - GERAL DA MESA
Fls. 2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

Metas 2012-2015

- Apoiar 237 projetos sobre patrimônio cultural por meio de ações de fomento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	24,00	unidade
Região Nordeste	71,00	unidade
Região Norte	59,00	unidade
Região Sudeste	59,00	unidade
Região Sul	24,00	unidade

- Autorizar a realização de 45.668 obras e serviços de manutenção, conservação e restauração em bens do Patrimônio Cultural

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6.239,00	unidade
Região Nordeste	17.185,00	unidade
Região Norte	4.329,00	unidade
Região Sudeste	14.033,00	unidade
Região Sul	3.882,00	unidade

- Capacitar 883 profissionais na área de preservação do patrimônio cultural

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	88,00	unidade
Região Nordeste	265,00	unidade
Região Norte	221,00	unidade
Região Sudeste	221,00	unidade
Região Sul	88,00	unidade

- Financiar 240 contratos para projetos de conservação de bens imóveis privados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	24,00	unidade
Região Nordeste	72,00	unidade
Região Norte	60,00	unidade
Região Sudeste	60,00	unidade
Região Sul	24,00	unidade

- Produzir e distribuir 111.383 exemplares de material sobre o patrimônio cultural

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	11.138,00	unidade
Região Nordeste	33.415,00	unidade
Região Norte	27.846,00	unidade
Região Sudeste	27.846,00	unidade
Região Sul	11.138,00	unidade

- Realizar 12.531 procedimentos de fiscalização e monitoramento de bens do patrimônio cultural

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.712,00	unidade
Região Nordeste	4.715,00	unidade
Região Norte	1.188,00	unidade
Região Sudeste	3.851,00	unidade
Região Sul	1.065,00	unidade

- Realizar 140 projetos de intervenção em bens de natureza material

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	14,00	unidade
Região Nordeste	42,00	unidade
Região Norte	35,00	unidade
Região Sudeste	35,00	unidade
Região Sul	14,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VET 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

- Realizar 168 ações de reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	17,00	unidade
Região Nordeste	50,00	unidade
Região Norte	42,00	unidade
Região Sudeste	42,00	unidade
Região Sul	17,00	unidade

- Realizar 314 obras e serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	31,00	unidade
Região Nordeste	94,00	unidade
Região Norte	79,00	unidade
Região Sudeste	79,00	unidade
Região Sul	31,00	unidade

- Realizar 321 ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	32,00	unidade
Região Nordeste	97,00	unidade
Região Norte	80,00	unidade
Região Sudeste	80,00	unidade
Região Sul	32,00	unidade

- Realizar 97 ações de salvaguarda de bens de natureza imaterial

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	unidade
Região Nordeste	29,00	unidade
Região Norte	24,00	unidade
Região Sudeste	24,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

Iniciativas

- 034G - Apoio a projetos no âmbito do patrimônio cultural voltados a ações educativas, de promoção, difusão, gestão da informação, edição e publicação, articulação e fomento
- 034H - Aquisição, preservação, digitalização e difusão de acervos audiovisuais
- 034I - Consolidação e institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
- 034J - Implantação de ações de preservação, salvaguarda e valorização do patrimônio cultural
- 034K - Normatização de procedimentos e implantação de planos de fiscalização e monitoramento do patrimônio cultural brasileiro e normatização dos sítios protegidos
- 034L - Promoção e realização da identificação e reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial, inclusive em meios digitais, visando a valorização da diversidade brasileira

OBJETIVO: 0784 - Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- 120 novos municípios dispondo de ao menos uma unidade museológica
- 15,5 milhões de visitantes anualmente nos museus brasileiros
- Aumentar em 30% o público atendido no acesso aos acervos que compõem o patrimônio bibliográfico e

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VET 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

arquivístico brasileiro

- Modernizar 100 unidades museológicas
- Realização de 800 oficinas de capacitação no setor musical, com 24.000 pessoas capacitadas

Iniciativas

- 034M - Ampliação do acervo da Biblioteca Nacional Digital
- 034N - Apoio e execução de projetos de modernização e instalação de museus, incluindo os dedicados à memória comunitária
- 034O - Captação, identificação e preservação de acervos, documentos e arquivos
- 034P - Fiscalização e gestão técnica e normativa dos bens culturais musealizados
- 034Q - Instalação e funcionamento da Hemeroteca Nacional
- 034R - Promoção do acesso e difusão aos acervos bibliográficos e arquivísticos
- 034S - Promoção e difusão do conhecimento, das redes, das unidades e dos serviços museológicos

OBJETIVO: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- 11% de participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil
- 5 elos da cadeia produtiva do audiovisual - formação, produção, distribuição, exibição e preservação - mapeados e com dados sistematizados
- Ampliar em 1000 unidades os espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais, em todo o território nacional
- Ampliar em 20% a exibição das obras brasileiras no segmento de TV por assinatura
- Apoiar a realização de 4 pesquisas para o setor audiovisual
- Expandir em 20% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste
- Implantar o Canal da Cultura
- Lançamento de média anual de 75 filmes brasileiros no circuito comercial de salas de exibição
- Realizar 10 atividades de formação, capacitação e qualificação do setor audiovisual, de acordo com os potenciais macrorregionais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

Iniciativas

- 034U - Ampliação, modernização, atualização tecnológica e desenvolvimento de atividades do Centro Técnico Audiovisual CTAv e da Cinemateca Brasileira
- 034W - Difusão e desenvolvimento de atividades audiovisuais no Brasil e no exterior, em nível bilateral e multilateral, por meio de acordos, cooperação, parcerias e outros meios, em especial com o Mercosul, Iberoamérica e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

- 034X - Execução do Prêmio Adicional de Renda
- 034Y - Fiscalização do cumprimento da legislação do setor audiovisual e da atividade cinematográfica e combate à pirataria
- 034Z - Fomento à produção, distribuição e comercialização de obras audiovisuais no país e no exterior
- 0350 - Gestão e fortalecimento dos Programas de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro PRODECINE, do Audiovisual Brasileiro PRODAV, da Infraestrutura do Cinema e do Audiovisual PRÓ-INFRA e do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA
- 0351 - Gestão regulatória dos mecanismos de incentivo fiscal à atividade audiovisual previstos na Lei nº 8.685/93 e na Medida Provisória nº 2.228-1/01
- 0352 - Implantação de sistemas de registro, controle de bilheteria, relatórios e dados de acompanhamento e monitoramento do mercado audiovisual
- 0353 - Implantação do Canal de Cultura, cuja transmissão será destinada a produções culturais e programas regionais independentes
- 0354 - Implantação do Programa Cinema Perto de Você
- 0355 - Mapeamento de dados do setor audiovisual e estímulo à inovação e ao desenvolvimento sustentável dos seus segmentos, por meio da implementação de novos processos, formatos, conteúdos e modelos de negócio relativos à produção, distribuição e exibição
- 0356 - Promoção e ampliação das atividades de formação, capacitação e qualificação dos setores do audiovisual
- 0357 - Regulação e normatização do setor audiovisual e da atividade cinematográfica

OBJETIVO: 0786 - Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Acesso de 1,2 milhão de visitantes aos Espaços Culturais da União

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	400.000,00	unidade
Região Sudeste	800.000,00	unidade

- Capacitação de 16,8 mil artistas, técnicos e produtores de arte e cultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.150,00	unidade
Região Nordeste	6.200,00	unidade
Região Norte	3.150,00	unidade
Região Sudeste	2.300,00	unidade
Região Sul	2.000,00	unidade

- Disponibilização do vale-cultura a 6 milhões de brasileiros
- Fomento a 3,6 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	556,00	unidade
Região Nordeste	644,00	unidade
Região Norte	185,00	unidade
Região Sudeste	1.673,00	unidade
Região Sul	551,00	unidade

- Implementação do Programa Nacional de Cultura - PROCULTURA
- Promoção de 521 Eventos de Intercâmbio entre Artistas, Técnicos e Agentes Culturais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	160,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	29,00	unidade
Região Nordeste	65,00	unidade
Região Norte	15,00	unidade
Região Sudeste	201,00	unidade
Região Sul	51,00	unidade

Iniciativas

- 0358 - Aperfeiçoamento, regulamentação e monitoramento dos instrumentos de fomento à produção de bens e serviços culturais, propiciando a melhoria da gestão e acompanhamento do fomento à cultura por meio de patrocínio com incentivo fiscal, conforme Lei de Incentivo à Cultura lei nº 8.313/1991
- 035A - Estímulo e promoção do intercâmbio entre técnicos, artistas e agentes culturais
- 035B - Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público
- 035C - Incentivo à capacitação de artistas, técnicos, produtores, educadores e agentes multiplicadores da arte e da cultura
- 035D - Programação e funcionamento dos espaços e ambientes culturais da União para ampliação do acesso às artes
- 035E - Regulamentação, implementação e monitoramento de instrumento de incentivo fiscal ao consumo de bens e serviços culturais por meio do Programa de Estímulo ao Consumo Cultural do Trabalhador Brasileiro VALE-CULTURA
- 035F - Regulamentação, implementação e monitoramento do Projeto de Lei nº 6722/2010, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura PROCULTURA

OBJETIVO: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Implantar e induzir a gestão 240 Espaços Mais Cultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	240,00	unidade

- Implantar e induzir a gestão de 1000 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	1.000,00	unidade

Iniciativas

- 035G - Implantação e indução da gestão e do uso das Praças dos Esportes e da Cultura em localidades caracterizadas pela baixa presença de equipamentos públicos e pela alta vulnerabilidade social
- 035H - Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso dos Equipamentos e Espaços Mais Cultura e de outros equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural

OBJETIVO: 0788 - Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OUT 6 2012

Metas 2012-2015

- Implementar o Programa Mais Cultura nas escolas

- Produzir e difundir 316 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	316,00	unidade

Iniciativas

- 035I - Cooperação institucional em pesquisas, cursos e em eventos científicos e culturais, em âmbito nacional e internacional
- 035J - Desenvolver e implementar política nacional de integração entre Educação e Cultura que promova o reconhecimento das artes e dos saberes culturais como campo do conhecimento e como elemento estratégico para qualificação do processo cultural e educativo
- 035K - Fomento e produção de estudos e pesquisas no campo da cultura
- 035M - Produção e difusão de conhecimento científico e cultural

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
Ver 6/2012
11-129

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa	%	31/12/2010	58,00
Índice de conformidade de insumos agropecuários	unidade	31/12/2010	0,90
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	unidade	31/12/2010	0,73
Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários	%	30/06/2011	0,00
Índice de fitossanidade	número índice	31/12/2010	6,00
Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves)	%	31/12/2010	82,41
Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA	%	30/06/2011	11,00
Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA	%	30/06/2011	0,00
Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais	%	30/06/2011	85,00
Taxa de atendimento à demanda por validação de método	%	30/06/2011	46,00
Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal	%	31/12/2010	99,83
Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa)	unidade	31/12/2010	0,73
Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)	%	30/06/2011	0,00
Taxa de monitoramento da rede credenciada	%	30/06/2011	62,34
Taxa de monitoramento de resíduos e contaminantes nas áreas de produção de moluscos bivalves	%	30/06/2011	0,00
Taxa de órgãos estaduais de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações em sanidade pesqueira e aquícola	%	30/06/2011	0,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**377.289**	**1.276.912**
Despesas Correntes	250.587	931.303
Despesas de Capital	126.702	345.608
Valores Globais	**377.289**	**1.276.912**
	1.654.201	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.400.000

OBJETIVO: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	240,00	ha
Região Nordeste	481.300,00	ha
Região Norte	95.460,00	ha
Região Sudeste	23.000,00	ha

- Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves

- Elaborar 100 planos de contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças

- Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios para zero

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	14,00	unidade

- Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos

- Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1.518.566,00	km²
Região Norte	1.923.248,00	km²

- Realizar 235 campanhas de conscientização de usuários do transporte aéreo internacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	47,00	número
Região Nordeste	47,00	número
Região Norte	47,00	número
Região Sudeste	47,00	número
Região Sul	47,00	número

- Reduzir de 2% para 1% o índice nacional de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem

- Reduzir o número de municípios com incidência da praga Cydia pomonella de 3 para 0

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	3,00	unidade

Iniciativas

- 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais

- 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

- 012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.000,00	pessoas
Região Nordeste	5.100,00	pessoas
Região Norte	2.800,00	pessoas
Região Sudeste	4.100,00	pessoas

SECRETARIA - GERAL DA MESA
6/7/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	5.000,00	pessoas

- Implantar um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária
- Implementar Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)
- Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	90,00	município
Região Nordeste	350,00	município
Região Norte	60,00	município
Região Sudeste	360,00	município
Região Sul	250,00	município

- Promover a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao SUASA
- Promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30.000,00	pessoas
Região Nordeste	220.000,00	pessoas
Região Norte	40.000,00	pessoas
Região Sudeste	110.000,00	pessoas
Região Sul	100.000,00	pessoas

Iniciativas

- 012U - Automação dos processos operacionais da defesa agropecuária por meio da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)
- 012X - Coordenação, supervisão, apoio às instâncias intermediárias e locais e auditoria do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)
- 012Z - Criação e implementação de um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária
- 0131 - Estruturação de mecanismos de governança e gerenciamento do SUASA
- 0132 - Promoção da Educação Sanitária e Defesa Agropecuária
- 0134 - Revisão e consolidação do marco regulatório do SUASA e das legislações referentes à Defesa Agropecuária

OBJETIVO: 0367 - Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários
- Aumentar de 49 para 147 o número de ensaios (métodos) realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025
- Aumentar de 71 para 142 o número de auditorias realizadas anualmente em laboratórios credenciados

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 132

Iniciativas

- 0136 - Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários
- 0137 - Implantação do Sistema de Gestão Laboratorial (SISLAB)
- 0139 - Mapeamento, identificação da demanda e capacidade instalada dos laboratórios de apoio vegetal e animal no Brasil

OBJETIVO: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de uso veterinário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	708,00	unidade/ano
Região Nordeste	2.227,00	unidade/ano
Região Norte	769,00	unidade/ano
Região Sudeste	869,00	unidade/ano
Região Sul	543,00	unidade/ano

- Aumentar de 4475 para 5345 o número de fiscalizações anuais na área de alimentação animal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	564,00	unidade/ano
Região Nordeste	2.221,00	unidade/ano
Região Norte	653,00	unidade/ano
Região Sudeste	1.329,00	unidade/ano
Região Sul	578,00	unidade/ano

- Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de material genético animal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	159,00	unidade/ano
Região Nordeste	119,00	unidade/ano
Região Norte	20,00	unidade/ano
Região Sudeste	235,00	unidade/ano
Região Sul	516,00	unidade/ano

- Aumentar o número de fiscalizações de 1236 para 1484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	392,00	unidade
Região Nordeste	185,00	unidade
Região Norte	51,00	unidade
Região Sudeste	371,00	unidade
Região Sul	485,00	unidade

- Construir um índice de risco dos insumos agrícolas

- Desenvolver e implantar sistema de auditoria interna

- Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	60,00	unidade
Região Nordeste	40,00	unidade
Região Sudeste	230,00	unidade
Região Sul	110,00	unidade

- Realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas

Iniciativas

- 013D - Ampliar a capacidade de avaliação e registro de agrotóxicos genéricos

- 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas

SECRETARIA - GERAL DA MESA
OUT 1 2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários
- 013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM
- 013K - Integração do sistema de informação de agrotóxicos do MAPA com os dos demais órgãos reguladores

OBJETIVO: 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 72% para 80% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras sorteadas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem animal
- Ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal
- Ampliar de 86,8% para 90% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem vegetal
- Construir e aplicar a metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de inspeção dos estabelecimentos e fiscalização dos produtos de origem vegetal
- Construir e aplicar metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal

Iniciativas

- 0276 - Combate á clandestinidade em produtos de origem animal
- 0277 - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal
- 0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal
- 0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal
- 027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal

OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Credenciar 12 estações quarentenárias para importação e exportação de animais aquáticos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Sudeste	10,00	unidade

- Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 10 enfermidades em animais aquáticos
- Estabelecer o controle do trânsito nacional de animais aquáticos em todas as unidades federativas
- Estabelecer parcerias nas 27 unidades federativas com todos os órgãos de defesa sanitária animal para monitoramento dos sistemas de produção
- Inserir o Ministério da Pesca e Aquicultura como órgão participante do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)
- Monitorar resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 40 áreas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	35,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/10/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
139
SENADO FEDERAL

- Publicar 10 Análises de Risco de Importação de Animais Aquáticos e Derivados
- Publicar 10 planos de Contingência para doenças de Animais Aquáticos
- Reconhecer 10 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos

Iniciativas

- 02ET - Implementação da rede oficial de laboratórios para diagnóstico de enfermidades e análises de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros
- 02EU - Instituição de normas de controle de sanidade aquícola e pesqueira
- 02EV - Prevenção, controle e erradicação de doenças de animais aquáticos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Expansão e consolidação dos espaços de participação da sociedade	%		0,00
Qualidade dos serviços públicos	em definição		0,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**379.495**	**1.418.206**
Despesas Correntes	352.937	1.325.129
Despesas de Capital	26.558	93.077
Valores Globais	**379.495**	**1.418.206**
	1.797.701	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	150.000

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário da União
- Aprovação de mecanismos para a pactuação de resultados, com metodologias de gestão do desempenho, para a Administração Pública Federal
- Fomentar inovações de gestão no âmbito da Administração Pública Federal
- Projetos implementados voltados à melhoria da capacidade institucional de órgãos e entidades públicos
- Proposição de Projeto de Lei sobre a organização e funcionamento da administração pública

Iniciativas

- 029I - Fortalecimento do diálogo do Governo com o Congresso Nacional e com os partidos políticos como instrumento de viabilização de projetos e políticas públicas
- 029J - Aperfeiçoamento do marco institucional legal da organização e do funcionamento da Administração Pública Federal e fortalecimento da gestão por resultados, visando à excelência no atendimento às demandas da sociedade
- 029L - Aprimoramento da gestão do patrimônio da União
- 029M - Aperfeiçoamento da gestão de processos e dos mecanismos para indução e fomento de melhorias e inovações na gestão na Administração Pública Federal
- 029O - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania
- 029P - Ampliação de estudos e pesquisas para o planejamento e a gestão de políticas públicas, inclusive com o intercâmbio de experiências com outros países por meio da cooperação internacional
- 029Q - Coordenação, aperfeiçoamento e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências
- 029S - Aprimoramento do sistema regulatório, da coordenação do processo regulatório no Governo Federal, dos mecanismos de prestação de contas e de participação social e da qualidade da regulação de mercados

SECRETARIA - GERAL DA MESA
05/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 029V - Aprimoramento e fortalecimento do Sistema de Controle Interno Poder Executivo Federal

OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Implementar e disponibilizar a Agenda Brasil Digital de Governo Eletrônico à sociedade
- Implementar Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais
- Massificação do uso de Certificados Digitais da ICP- Brasil
- Melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão
- Proposta de Projeto de Lei regulamentando a defesa do usuário de serviços públicos consolidada e encaminhada ao Congresso Nacional
- Resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicos

Iniciativas

- 02CZ - Implementação de Política Nacional de Atendimento ao Cidadão
- 02D0 - Implementação de ações para melhorar o ambiente de negócios e o atendimento às empresas e às demais organizações da sociedade civil
- 02D1 - Aperfeiçoamento e ampliação dos serviços eletrônicos disponibilizados à sociedade (E-Gov)
- 02D2 - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos
- 02D3 - Implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoamento da política de carreiras do Poder Executivo Federal
- Aperfeiçoamento do planejamento e dimensionamento da força de trabalho, em perspectivas de médio e longo prazos
- Aprimoramento de mecanismos para a gestão por desempenho na Administração Pública Federal
- Consolidação do Sistema de Atenção à Saúde do Servidor
- Democratizar as relações de trabalho do âmbito da Administração Pública Federal
- Diagnóstico das necessidades para recomposição da força de trabalho do Poder Executivo Federal, considerando a quantidade de servidores em condições de se aposentar, em uma perspectiva de médio prazo
- Redirecionamento da Política de Desenvolvimento de Pessoas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/12/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
137

Iniciativas

- 02D4 - Aperfeiçoamento do planejamento, da organização, do dimensionamento e da gestão da força de trabalho, considerando perspectivas de médio e longo prazos
- 02D5 - Desenvolvimento das políticas de atenção à saúde e segurança do trabalho e de previdência dos servidores públicos
- 02D6 - Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal
- 02D7 - Criação e fortalecimento dos instrumentos de democratização das relações de trabalho
- 0483 - Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária e promoção da cidadania fiscal

OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Ampliar a quantidade de serviços atualmente utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública, através da rede INFOVIA Brasília, acrescentando sessenta serviços contratados até 2015
- Aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal
- Consolidar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
- Construir cenários de desenvolvimento nacional para orientar a alocação estratégica no Plano Plurianual e nos Orçamentos da União
- Definição do Modelo de governança e sistemática para alocação e gestão dos recursos públicos, considerando a articulação e a integração entre as diversas funções alocativas
- Desenvolver conhecimentos específicos, na área de gestão de despesas, voltados para a melhoria da qualidade do gasto
- Modernizar o arcabouço jurídico na área de planejamento, orçamento e execução
- Realizar vinte e cinco contratações conjuntas de soluções de TI, até 2015

Iniciativas

- 02D8 - Integração de ações, processos de trabalho e compartilhamento de recursos entre os órgãos da administração pública
- 02D9 - Aperfeiçoamento e disseminação de metodologias para o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação das ações governamentais
- 02DA - Aperfeiçoamento de mecanismos para a gestão e compartilhamento de informações visando à produção de conhecimento e a melhoria do processo decisório
- 02DB - Aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento intensivo dos projetos estratégicos
- 02DC - Aperfeiçoamento dos mecanismos de governança corporativa das empresas estatais
- 02DD - Melhoria da qualidade do gasto público
- 02DE - Aperfeiçoamento dos processos de compras e contratações (ciclo de suprimentos do Governo Federal)

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Agentes públicos municipais, estaduais e federais capacitados
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de articulação e de cooperação federativa
- Implementar e consolidar instâncias de diálogo federativo
- Modernizar a gestão municipal, por intermédio do software público brasileiro, implantando soluções tecnológicas do portal em 100 cidades novas brasileiras

Iniciativas

- 02DF - Aprimoramento dos mecanismos de articulação e cooperação federativa para a melhoria da gestão das políticas públicas no território
- 02DG - Disseminação e compartilhamento de inovações e boas práticas entre a União, os estados e os municípios
- 02DH - Fortalecimento da rede de escolas de governo de forma a aperfeiçoar o desenvolvimento de recursos humanos

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Aprimorar a forma de produzir e armazenar informações
- Assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos Atos Oficiais
- Aumentar a efetividade da participação da sociedade civil em espaços institucionalizados de participação social
- Aumentar a efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais
- Capacitar servidores públicos sobre temas relacionados ao acesso a informações públicas
- Criar e aprimoramento serviços de informação ao cidadão em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal
- Criar e potencializar novas formas, linguagens e instrumentos de participação social
- Criar proposta de Sistema Nacional de Participação Social
- Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas
- Incorporar mecanismos de participação social à metodologia de monitoramento do Plano Plurianual
- Interagir com a sociedade civil e estimular o uso de dados públicos
- Prover assistência aos municípios no sentido do cumprimento da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009
- Realizar ações de capacitação destinadas ao aperfeiçoamento da atuação de gestores públicos
- Reestruturar o Portal da Transparência do Governo Federal

Iniciativas

- 02DI - Fortalecimento dos espaços de participação social e criação de novos mecanismos para ampliar a transparência e a participação da sociedade civil na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas
- 02DJ - Aperfeiçoamento de instrumentos de transparência na Administração pública Federal e de divulgação de informações oficiais para a Sociedade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 02DK - Implementação do Sistema Nacional de Acesso à Informação
- 02DL - Estabelecimento e manutenção de interfaces de diálogo social
- 02DM - Prover maior transparência às ações do Governo, com a divulgação de informações para o Governo e a sociedade
- 02DN - Promoção da participação da sociedade na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ODM

OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Metas 2012-2015

- Adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015
- Ampliar em 10%, anualmente, o número de órgãos correicionados
- Construção do marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais
- Criar mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando a revisão das teses adotadas
- Reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas

Iniciativas

- 03KM - Fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação
- 03KO - Desenvolvimento de capacidades e recursos para atuação nas questões jurídicas internacionais de interesse do Estado Brasileiro
- 03KP - Melhoria dos processos de avaliação, controle, gestão e qualificação dos serviços jurídicos prestados pela Advocacia Pública Federal

OBJETIVO: 0956 - Garantir segura base jurídica na formulação, implementação e defesa das Políticas Públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Metas 2012-2015

- Adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015.
- Ampliar em 10%, anualmente, o número de órgãos correicionados.
- Construção do marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais.
- Criar mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando a revisão das teses adotadas.
- Promover manifestação jurídica em todos os processos administrativos relacionados à formulação de políticas públicas inclusas no PPA.
- Reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
16/6/2011
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 042Z - Desenvolvimento de capacidades e recursos para atuação nas questões jurídicas internacionais de interesse do Estado Brasileiro;

- 0430 - Fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação, bem como o aprimoramento contínuo da defesa judicial dessas políticas públicas;

- 0431 - Melhoria dos processos de avaliação, controle, gestão e qualificação dos serviços jurídicos prestados pela Advocacia Pública Federal;

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
GT 6/2012
2.141

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Dispêndio empresariais (privados e Públicos) em P&D em relação ao PIB	%	31/12/2010	0,59
Idade média da frota - apoio marítimo	ano	31/12/2010	14,67
Idade média da frota - apoio portuário	ano	31/12/2010	22,49
Idade média da frota - cabotagem e longo curso	ano	31/12/2010	18,32
Idade média da frota - navegação interior (autorizadas)	ano	31/12/2010	16,00
Índice de demanda de energia pelas indústrias em relação ao produto Interno Bruto Industrial (PIB industria)	tep/R$ milhão	31/12/2010	150,70
Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação	%	31/12/2009	45,30
Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira	%	31/12/2009	30,10
Taxa de investimento fixo em relação ao PIB	%	01/12/2010	18,40

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**5.666.205**	**19.285.685**
Despesas Correntes	955.629	2.893.350
Despesas de Capital	4.710.576	16.392.335
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**4.202.654**	**9.003.015**
Outras Fontes	**15.838.717**	**48.209.053**
Valores Globais	**25.707.576**	**76.497.752**
	102.205.328	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	150.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	250.000

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Adequação e ampliação do parque produtivo de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS, em especial de centros de pesquisa biomédica responsáveis pela produção de soros e vacinas
- Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015
- Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015
- Ampliar de 20 para 40 o número de projetos de pesquisa clínica realizadas na FIOCRUZ
- Apoiar a modernização produtiva e gerencial de pelo menos oito produtores públicos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Apoiar dois testes clínicos da vacina contra a dengue
- Atender a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose com produção nacional de 2 medicamentos
- Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais com produção nacional de 2 medicamentos
- Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids com produção local de 3 medicamentos
- Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil
- Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015
- Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) até 2015
- Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia
- Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	300.000,00	litro

- Disponibilizar para o SUS um novo modelo de multiteste para diagnóstico de doenças selecionadas (plataformas de micro arranjos líquidos)

Iniciativas

- 00N4 - Adequação e ampliação do parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS
- 00N7 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás
- 00N8 - Expansão da FIOCRUZ através da implantação de centros de desenvolvimento tecnológico e produção de insumos para o SUS
- 00N9 - Instalação de Novas plataformas tecnológicas na FIOCRUZ para o desenvolvimento de insumos estratégicos para o SUS
- 00NA - Modernização das Unidades da FIOCRUZ
- 00NB - Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos
- 047Z - Construção do Polo de Biotecnologia da FIOCRUZ em Fortaleza/CE
- 0480 - Construção do Polo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da FIOCRUZ em Belo Horizonte/MG
- 0481 - Estímulo ao desenvolvimento da cadeia produtiva farmacêutica nacional
- 04AA - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Fabricar o fuzil brasileiro

Iniciativas

- 00ND - Catalogação de materiais e produtos com padrão internacional (SOC/OTAN)
- 00NE - Estímulo aos setores da indústria voltados para a produção de interesse da defesa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 00NF - Fabricação do Novo Fuzil - PPP - IMBEL
- 00NG - Implementação do Acordo de Cooperação Técnica MDIC/MCT do Programa de aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-XBR)
- 00NH - Incentivo à ampliação do conteúdo tecnológico nacional nos produtos para a Defesa Nacional
- 00NI - Provimento às Forças Armadas de material de defesa a partir da cadeia produtiva instalada no país

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Fomentar a construção de 9 estaleiros com recursos do FMM

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	4,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1,00	unidade
Vetor Logístico Sul	2,00	unidade

- Fomentar a contratação de 14 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM)

Iniciativas

- 0304 - Capacitação tecnológica das empresas de construção naval e de navipeças
- 0305 - Fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e à indústria naval brasileira
- 0306 - Revisão da legislação de fomento à indústria naval

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de PPBs
- Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico (PPB)

Iniciativas

- 03GT - Aprimoramento do Processo Produtivo Básico como instrumento de política industrial
- 03GU - Criação do Observatório da Indústria
- 03GV - Fiscalização do Processo Produtivo Básico para bens de informática

OBJETIVO: 0848 - Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 144

Metas 2012-2015

- Criar o Portal do Observatório do Investimento

Iniciativas

- 03H2 - Disseminação de informações de suporte à realização de investimentos fixos - (Observatório do Investimento)
- 03H4 - Revisão e aperfeiçoamento dos regimes especiais de tributação
- 048K - Implantação do Sistema Nacional de Oportunidades de Investimentos

OBJETIVO: 0849 - Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Atrair 100 projetos e centros de P&D

Iniciativas

- 03H5 - Criação de mecanismos de regularização jurídica para plena capacidade de operacionalização do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)
- 03H6 - Criação de projetos para atrair centros de P&D de empresas estrangeiras, visando o desenvolvimento de novos produtos
- 03H8 - Criação e adaptação de instrumentos de apoio à inovação específicos para atração de projetos e centros internacionais de P&D

OBJETIVO: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Aumentar de 4728 para 5328 o número de empresas brasileiras que lançaram produto novo no mercado nacional, segundo a PINTEC.
- Disponibilizar bolsas para 100 Gestores seniores em Inovação, Design e Sustentabilidade (GIDS) em Arranjos Produtivos Locais (APLs)
- Fomentar a especialização de 20 Centros de Inovação, Design e Sustentabilidade (CIDS)
- Fomentar a participação de 100 produtos brasileiros em concursos internacionais de design em mercados prioritários
- Fomentar o desenvolvimento de 2 canais de comercialização para produtos brasileiros com valor agregado pelo design
- Realizar 5 exposições de design em representações brasileiras no exterior

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	5,00	unidade

- Realizar a Bienal Brasileira de Design - 2012 e 2014

Iniciativas

- 03HB - Aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades e potencialidades das empresas, setores e cadeias produtivas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03HC - Disseminação da cultura da inovação
- 03HD - Elaboração de estudos, projetos e sistemas de inteligência e apoio à decisão para inovação
- 03HE - Expansão e aprimoramento do programa brasileiro de design
- 03HG - Geração de projetos de inovação não tecnológica que envolvam empresas brasileiras e estrangeiras, em áreas intensivas em conhecimento/tecnologia
- 03HJ - Proposição de mecanismos para promover e apoiar as oportunidades de negócios relacionadas a grandes eventos

OBJETIVO: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Criar 500 novas vagas nas instituições de ensino e qualificação profissional para os setores identificados e afetados pelos programas de treinamentos

Iniciativas

- 03HM - Programas especiais de qualificação profissionalizante para atender as demandas específicas de setores e cadeias produtivas

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Investir R$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos

Iniciativas

- 03HO - Estruturação e implementação do Plano Estratégico de Software e Serviços de TI
- 03HP - Fabricação de dispositivos eletrônicos e semicondutores
- 048G - Financiamento a produção de componentes e de equipamentos TICs (tecnologias da informação e comunicação) produzidos no país

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Capacitar 2048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	2.048,00	unidade

- Implantar sistema integrado informatizado para concessão de ex-tarifários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	1,00	unidade

- Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

(ASME)

- Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	12.000,00	tonelada

Iniciativas

- 03HU - Aprimoramento da sistemática de concessão de ex-tarifários
- 03HV - Aprimoramento dos mecanismos e programas de modernização para indústria de máquinas, equipamentos e serviços para bioenergia
- 03HW - Desenvolvimento da engenharia nacional para projetar equipamentos pesados para a indústria nuclear
- 03HY - Fabricação de de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia
- 03HZ - Fomento à ampliação da participação da indústria nacional de bens de capital no investimento fixo
- 03I1 - Modernização e adequação da infraestrutura da Nuclebrás Equipamentos Pesados - NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, de forma competitiva, para atender ao programa nuclear brasileiro
- 03I2 - Prospecção de novas rotas tecnológicas estratégicas Agenda Tecnológica Setorial
- 048M - Financiamento a aquisição de máquinas e equipamentos
- 04C4 - Incentivos para Geração de Energia Solar Fotovoltaica

OBJETIVO: 0855 - Promover a competitividade das empresas de base biotecnológica e nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance de economia de escala.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Realização de 2 rodadas de negócios para empresas, academia e governo

Iniciativas

- 03I6 - Atração de empresas-âncora para os núcleos de nanotecnologia e biotecnologia
- 03I9 - Divulgação, junto à sociedade, do papel da biotecnologia e da nanotecnologia como fator de melhoria na qualidade de vida, geração de emprego, renda, produtos, processos e serviços
- 03IA - Fomento à construção de instalações para prestação de serviços de escalonamento industrial e semi-industrial, incluindo produção de lotes piloto

OBJETIVO: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	700.000,00	tonelada

- Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade

SECRETARIA GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	81.000,00	tonelada
Região Sudeste	43.000,00	tonelada

- Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	250.000,00	tonelada

- Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	240.000,00	tonelada

- Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	450.000,00	tonelada

- Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.210.000,00	tonelada

Iniciativas

- 03IC - Fabricação de produtos petroquímicos e de química fina
- 03ID - Apoio a desenvolvimentos em química verde, nanotecnologia e biotecnologia e novos produtos feitos a partir de fontes renováveis
- 03II - Estímulo à ampliação da oferta de produtos químicos, petroquímicos e fertilizantes, bem como de seus intermediários e matérias-primas, inclusive por meio de incentivos fiscais para desoneração do investimento
- 03IK - Estímulo ao desenvolvimento de empresas de engenharia voltadas para o setor químico
- 03IM - Fomento a desenvolvimentos em instrumentação, modelagem e controle de processos, simulação de novas moléculas e demais interações com TICs e serviços de engenharia na indústria química
- 03IN - Fabricação de fertilizantes nitrogenados
- 03IP - Promoção do desenvolvimento da indústria de química fina
- 047L - Desenvolvimento de sinergias entre a cadeia de fertilizantes e outros produtos gás-químicos com ganhos de escala e redução do custo unitário de produção, de modo a viabilizar novos projetos para produção de ureia
- 047N - Proposição de acordos de cooperação internacional para intercâmbios de tecnologias produtivas no setor químico
- 047O - Construção das Unidades de Etilbenzeno e de Estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ
- 047P - Construção de Unidade de Etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ
- 047Q - Construção das Unidades de Polietileno e de Polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ
- 047R - Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA), em Ipojuca (PE)
- 047S - Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE)
- 047T - Implantação da Unidade de Estireno no Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo (RS)
- 047U - Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (período 2011-2017)
- 047V - Implantação de Unidade de Produção de Amônia com capacidade de aproximadamente 520 mil t/ano
- 047X - Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Ureia e 796 mil t/ano de Amônia
- 047Y - Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)

OBJETIVO: 0857 - Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

(APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país

Iniciativas

- 03IR - Apoio ao acesso a novos mercados regionais, nacionais e internacionais e a mercados diferenciados, para empreendimentos organizados em APLs
- 03IS - Apoio ao desenvolvimento de médias empresas nos APLs
- 03IT - Desenvolvimento de redes de empresas, consórcios, e cooperativas de produção, promoção, crédito e/ou comercialização nos APLs
- 03IU - Extensionismo industrial e empresarial em APLs
- 03IV - Fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em APLs
- 03IY - Implantação de projetos integrados em redes de APLs setoriais
- 04DH - Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área da Suframa, com ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas

OBJETIVO: 0858 - Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono

Iniciativas

- 03J0 - Criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono
- 03J2 - Fomento à redução de emissões nos setores industriais
- 03J6 - Realização de inventários corporativos de emissões

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao INMETRO para inovação na empresa
- Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo INMETRO

Iniciativas

- 03J7 - Ampliação da infraestrutura técnica para qualidade
- 03J8 - Aperfeiçoamento das práticas de regulamentação técnica
- 03JA - Apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fl. 143

- 03JC - Promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão

OBJETIVO: 0860 - Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas profundas (profundidade entre 100m e 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)
- Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas rasas (profundidade inferior a 100 m), de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (56%) e desenvolvimento (68%)
- Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas ultraprofundas (profundidade superior a 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)
- Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em terra, de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (75%) e desenvolvimento (82%)
- Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera no pré-sal: exploração (42%) e desenvolvimento (60%)

Iniciativas

- 03JD - Aprimoramento e disseminação de mecanismos e oportunidades de interação entre empresas, centros tecnológicas e universidades, visando o desenvolvimento de projetos cooperativos
- 03JH - Identificação das condições para a viabilização de uma curva de aprendizado da indústria de fornecedores da cadeia produtiva de petróleo e gás
- 03JI - Promoção da equalização de condições tributárias dos fornecedores brasileiros em relação aos estrangeiros

OBJETIVO: 0865 - Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	30,00	unidade

Iniciativas

- 03K6 - Ampliação e aperfeiçoamento da Linha de Financiamento Internacionalização de Empresas com foco na criação/aquisição de ativos estratégicos para a inserção de firmas brasileiras em cadeias globais de maior valor agregado
- 03K7 - Promoção de investimentos empresariais no exterior

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI
- Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual
- Aumentar de 5.786 para 6.250 o número de registros de desenho industrial
- Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem
- Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras
- Reduzir de 2,5 anos, a partir do pedido de exame, para 1 ano o prazo para manifestação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) quanto à viabilidade dos pedidos de patente
- Reduzir de 25 meses para 9 meses o prazo de exame de novos pedidos de registro de marca
- Reduzir de 5,3 anos para 2,5 anos o prazo médio de concessão de patente contado a partir do pedido de exame

Iniciativas

- 03LB - Ampliação da inserção do tema propriedade intelectual e inovação em atividades acadêmicas e empresariais, tais como feiras de negócios, seminários, congressos, oficinas e comitês temáticos
- 03LC - Ampliação da oferta de cursos de curta duração e de pós-graduação em propriedade intelectual e facilitação do acesso da população por meio de novas tecnologias educacionais
- 03LF - Ampliação do acesso e contratação de novos bancos de dados nacionais e internacionais
- 03LG - Aperfeiçoamento da Lei da Propriedade Industrial (LPI) e outras peças legislativas e normativas relativas à propriedade intelectual
- 03LI - Aperfeiçoamento do sistema de depósito online de Marca (e-Marcas)
- 03LJ - Aprofundamento da cooperação com o sistema internacional de propriedade intelectual
- 03LL - Estruturação da rede de autoridades nacionais de propriedade intelectual da América Latina
- 03LN - Implantação de Sistemas de depósito online: e- Desenho Industrial, e-Patentes e e-Contratos
- 03LO - Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico
- 03LP - Implantação do Observatório INPI de Tecnologias Estratégicas para a indústria brasileira
- 03LR - Implantação do plano de criação e promoção de indicações geográficas brasileiras e sul-americanas
- 03LU - Implantação do Programa INPI da Qualidade
- 03LY - Pesquisa em propriedade intelectual e inovação por meio de atividades de aperfeiçoamento do corpo docente e execução de projetos de pesquisa

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100,00
Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	2,20
Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	62,77
Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	26,36
Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	0,00
Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100,00
Maior PIB per capta Estadual/Menor PIB per capta Estadual	%	31/12/2008	8,56
Maior PIB per capta Mesorregional/Menor PIB per capta Mesorregional	%	31/12/2008	21,06
Maior PIB per capta Microrregional/Menor PIB per capta Microrregional	%	31/12/2008	24,17
Número de Colegiados Territoriais Consolidados	unidade	30/06/2011	76,00
Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários	unidade	01/01/2008	1.687.035,00
PIB Centro-Oeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	9,20
PIB Nordeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	13,11
PIB Norte/PIB Nacional	%	31/12/2008	5,10
PIB Sudeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	56,03
PIB Sul/PIB Nacional	%	31/12/2008	16,56

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**6.038.115**	**15.177.657**
Despesas Correntes	483.949	1.391.940
Despesas de Capital	5.554.165	13.785.717
Outras Fontes	**4.605.540**	**19.593.474**
Valores Globais	**10.643.655**	**34.771.131**
	45.414.785	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Aprovar o marco legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial

SECRETARIA - GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Criar 23 fóruns temáticos regionais que promovam o fortalecimento da governança do processo de desenvolvimento regional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	8,00	unidade
Região Norte	9,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	8,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- Reformular e aprovar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Iniciativas

- 035O - Aprovação do novo marco legal da PNDR e do marco legal da PNOT
- 035P - Capacitação e cooperação em desenvolvimento regional e territorial
- 035Q - Elaboração de estudos e planos de desenvolvimento regional e territorial
- 035S - Estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional
- 035V - Implementação do Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional

OBJETIVO: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Avaliar anualmente o desempenho do FINAM e FINOR
- Avaliar anualmente o desempenho dos Fundos de Desenvolvimento Regional
- Avaliar anualmente o desempenho dos incentivos fiscais na Amazônia e Nordeste
- Avaliar semestralmente o desempenho das aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento

Iniciativas

- 035X - Aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento
- 035Y - Aplicações dos Fundos de Desenvolvimento Regional
- 035Z - Criação e aperfeiçoamento de instrumentos de apoio, financiamento, investimento e incentivos fiscais para implementação da PNDR
- 0361 - Incorporação das estratégias e diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico na definição das condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial

OBJETIVO: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais

- Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação da Amazônia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1,00	unidade

- Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade

- Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Nordeste

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade

- Realização de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	8,00	unidade

Iniciativas

- 036O - Desenvolvimento de Programas de Inovação em Arranjos Produtivos Locais - APLs e cadeias produtivas

- 036Q - Desenvolvimento de Redes Regionais de Inovações

- 036R - Difusão de novos produtos e tecnologias de produção, beneficiamento, gestão e comercialização

OBJETIVO: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Cerrado	1,00	unidade

- Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	10,00	unidade

Iniciativas

- 036V - Compatibilização dos projetos de ZEE em diferentes escalas e sua integração ao Zoneamento Agrícola

- 036W - Disponibilização e manutenção do banco de dados sobre zoneamento e gestão ambiental territorial e promoção da elaboração de bases cartográficas

- 036X - Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, em suas múltiplas escalas

- 036Z - Integração do Zoneamento Ecológico-Econômico com os demais instrumentos de planejamento ambiental territorial, em especial as Agendas 21, os planos diretores e os planos de bacias hidrográficas

OBJETIVO: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA - GERAL DA MESA
167 6/20/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Ampliar o acesso aos recursos para construção da infraestrutura logística voltada para a inclusão produtiva
- Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	20.000,00	unidade
Mesorregiões Diferenciadas	22.520,00	unidade
Região Hidrográfica do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim	57.550,00	unidade
Semiárido	6.700,00	unidade

Iniciativas

- 03G1 - Apoio a estruturas educacionais e tecnológicas nos Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas
- 03G2 - Apoio ao adensamento das cadeias produtivas no entorno de grandes empreendimentos, por meio de programas integrados com a metodologia de APLs
- 03G3 - Apoio e institucionalização de associações e cooperativas, inclusive com a consolidação de redes de APLs
- 03G4 - Desenvolvimento de novos modelos de negócios para a atração de investimentos e de acesso ao crédito e à comercialização, voltados ao encadeamento produtivo e à dinamização da economia local
- 03G7 - Promoção e desenvolvimento de canais de comercialização, do encadeamento produtivo e do desenvolvimento de fornecedores fixados no território
- 03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais
- 04AF - Financiamento de cadeias produtivas priorizadas pela política de desenvolvimento territorial do BNB.
- 04AQ - Estruturação da Rota Produtiva do Vale do São Francisco
- 04B9 - Construção de Ponte Sobre o Rio Tocantins em Porto Nacional - To

OBJETIVO: 0971 - Implantação novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga - SP

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Construir 5 instalações militares
- Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais
- Implantação novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga - SP
- Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa-MG

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais

Iniciativas

- 0368 - Apoio a institucionalização das instâncias de governança da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, do GTP APL e dos Núcleos estaduais e dos Comitês Gestores nos APLs
- 036A - Cooperação técnica internacional em políticas públicas de apoio a APLs
- 036B - Desenvolvimento de Programa de Gestores e Articuladores de Arranjos Produtivos Locais
- 036C - Desenvolvimento de Sistema de Gestão do Conhecimento, e de monitoramento e avaliação em APLs
- 036H - Pesquisas, estudos, planos, agendas estratégicas e modelos de gestão e governança de cadeias produtivas e Arranjos Produtivos Locais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 036M - Promover a construção e a consolidação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais
- 044V - Construção de próprios nacionais residenciais
- 044X - Construção e modernização de instalações militares
- 044Y - Desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais

OBJETIVO: 0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	39,00	unidade
Região Nordeste	114,00	unidade
Região Norte	53,00	unidade
Região Sudeste	35,00	unidade
Região Sul	39,00	unidade

- Criar e implementar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural
- Desenvolver ferramentas de gestão que adequem as políticas para territórios rurais às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais.
- Inserir a perspectiva étnico-racial nos programas voltados aos territórios rurais.

Iniciativas

- 0461 - Apoio à articulação das ações das Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura e das instâncias colegiadas territoriais de pesca e aquicultura com outras políticas públicas e instituições
- 0462 - Articulação e integração das ações do MDA e das instâncias colegiadas territoriais com outras políticas públicas e instituições privadas e públicas em territórios rurais
- 0463 - Estruturação da administração pública com normas, processos, sistemas de informação e institucionalidades necessários para a implementação e integração de políticas públicas, tendo como base os territórios rurais

OBJETIVO: 0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Apoiar 165 territórios rurais existentes e respectivos colegiados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	17,00	unidade
Região Nordeste	67,00	unidade
Região Norte	33,00	unidade
Região Sudeste	26,00	unidade
Região Sul	22,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Apoiar a gestão de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável

- Articular 200 processos de Agenda 21 junto aos colegiados territoriais

- Capacitar ou formar 80.000 agentes de desenvolvimento

- Criar mecanismos de garantia da participação de povos e comunidades tradicionais nos colegiados territoriais e outras instâncias colegiadas

- Reconhecer 160 novos territórios rurais e constituir e apoiar os respectivos colegiados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	22,00	unidade
Região Nordeste	47,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	34,00	unidade
Região Sul	37,00	unidade

Iniciativas

- 0464 - Apoio à avaliação de programas de desenvolvimento rural sustentável que visem à redução da pobreza

- 0465 - Apoio à criação, gestão e planejamento de instâncias colegiadas de pesca e aquicultura em territórios de identidade

- 0466 - Apoio a processos de formação e de capacitação de agentes de desenvolvimento

- 0467 - Articulação das redes de Agenda 21 Local e dos Processos de Agenda 21 já consolidados para agregar esforços aos Colegiados Territoriais existentes, na implementação das políticas públicas socioambientais

- 0468 - Gestão social do desenvolvimento territorial por meio da constituição e fortalecimento dos Colegiados Territoriais como instância de organização, planejamento, coordenação e controle social, do apoio às redes de colegiados e da consolidação dos sistemas de gestão, acompanhamento e avaliação

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Apoiar 920 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	128,00	unidade
Região Nordeste	375,00	unidade
Região Norte	174,00	unidade
Região Sudeste	115,00	unidade
Região Sul	128,00	unidade

- Apoiar a organização produtiva de 7.000 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	780,00	unidade
Região Nordeste	3.680,00	unidade
Região Norte	1.060,00	unidade
Região Sudeste	700,00	unidade
Região Sul	780,00	unidade

- Capacitar 2.000 novos agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	279,00	unidade
Região Nordeste	814,00	unidade
Região Norte	379,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	249,00	unidade
Região Sul	279,00	unidade

- Disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6.964,00	unidade
Região Nordeste	20.357,00	unidade
Região Norte	9.464,00	unidade
Região Sudeste	6.251,00	unidade
Região Sul	6.964,00	unidade

- Estruturar 01 rede nacional de 200 Bases de Serviços Técnicos e apoiar diretamente, por meio de seus componentes, 500 empreendimentos associativos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	69,00	unidade
Região Nordeste	203,00	unidade
Região Norte	95,00	unidade
Região Sudeste	63,00	unidade
Região Sul	70,00	unidade

- Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	39,00	unidade
Região Nordeste	114,00	unidade
Região Norte	53,00	unidade
Região Sudeste	35,00	unidade
Região Sul	39,00	unidade

Iniciativas

- 0469 - Promoção da inclusão produtiva dos agricultores familiares nos territórios rurais, por meio da consolidação de empreendimentos econômicos e estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar nos territórios rurais, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza

- 04AM - Promoção da inclusão produtiva dos agricultores familiares nos territórios rurais, por meio da consolidação de empreendimentos econômicos e estruturação de redes socioprodutivas no território Velho Chico/BA

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Ampliar o acesso aos recursos para melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas

- Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	378,00	unidade
Região Nordeste	1.236,00	unidade
Região Norte	612,00	unidade
Região Sudeste	453,00	unidade
Região Sul	456,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls 6/2012

- Beneficiar 2.155 municípios com até 50.000 habitantes com máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais

- Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais

Iniciativas

- 046A - Apoio a projetos territoriais e intermunicipais de infraestrutura e serviços para dinamização econômica e comercialização, inclusão social e produtiva, promoção da cultura e da educação do campo, de logística e de organização da infraestrutura colegiada
- 046B - Articulação para a implantação de Casas Digitais Rurais
- 046C - Melhoria da infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção dos agricultores familiares por meio da aquisição de máquinas e equipamentos
- 04DG - Aquisição de máquinas e equipamentos para produção e comercialização de produtos da Agricultura Familiar

OBJETIVO: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Articular a realização de pesquisa de Amostra Nacional para conhecer a demanda por documentação
- Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais
- Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais
- Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais
- Realizar campanha nacional de mobilização sobre a importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária

Iniciativas

- 046D - Estabelecimento e consolidação de vínculos institucionais com órgãos emissores de documentos, órgãos e entidades cadastradoras e demais instituições que possam contribuir para a consecução dos objetivos do PNDTR
- 046E - Execução de mutirões itinerantes para a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e serviços de apoio à formalização, bem como a execução de ações educativas, visando a assegurar às trabalhadoras rurais o pleno exercício dos seus direitos sociais, econômicos e sua cidadania
- 046F - Fortalecimento das ações de formação em políticas públicas e garantia da participação das trabalhadoras rurais nas instâncias colegiadas e comitês gestores de políticas
- 046G - Integração dos Programas de Documentação da Trabalhadora Rural e Organização Produtiva de Mulheres Rurais, com orientação sobre formalização e políticas de comercialização, por meio de ações educativas e emissão de documentação nos mutirões

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Aprovar o novo marco legal da economia solidária e do cooperativismo de trabalho
- Criar e implantar o Sistema Nacional de Economia Solidária e fortalecer as instâncias de participação
- Implementar a inserção de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário

Regionalização da Meta	Total	Unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	900,00	unidade
Região Nordeste	3.600,00	unidade
Região Norte	900,00	unidade
Região Sudeste	1.800,00	unidade
Região Sul	1.800,00	unidade

- Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.000,00	unidade
Região Nordeste	12.000,00	unidade
Região Norte	3.000,00	unidade
Região Sudeste	6.000,00	unidade
Região Sul	6.000,00	unidade

- Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	unidade
Região Nordeste	40,00	unidade
Região Norte	10,00	unidade
Região Sudeste	20,00	unidade
Região Sul	20,00	unidade

- Realização de campanhas educativas para divulgação da economia solidária e promoção do consumo responsável e solidário

Iniciativas

- 046H - Aprovação do marco legal nacional da Política Pública e do Fundo Nacional de Economia Solidária
- 046I - Atualização e aperfeiçoamento do marco legal do cooperativismo, das cooperativas de trabalho e do cooperativismo social
- 046J - Atualização, manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES
- 046K - Disseminar na sociedade brasileira os princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente
- 046L - Implantação de espaços multifuncionais nos territórios com agentes de desenvolvimento solidário para a promoção de ações integradas de apoio aos empreendimentos econômicos solidários
- 046M - Implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária, incluindo o funcionamento do Conselho Nacional e realização da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária
- 046N - Implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
- 046O - Promoção de ações intersetoriais para o fortalecimento do cooperativismo social

OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	500,00	unidade
Região Nordeste	2.000,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

- Criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	unidade
Região Nordeste	80,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	40,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

- Incluir 200 comunidades nas finanças solidárias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	unidade
Região Nordeste	80,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	40,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

- Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	unidade
Região Nordeste	4.000,00	unidade
Região Norte	1.000,00	unidade
Região Sudeste	2.000,00	unidade
Região Sul	2.000,00	unidade

- Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	150,00	unidade
Região Nordeste	600,00	unidade
Região Norte	150,00	unidade
Região Sudeste	300,00	unidade
Região Sul	300,00	unidade

Iniciativas

- 046P - Certificação de produtos e serviços com garantia de origem social e ambiental
- 046Q - Desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais apropriadas à economia solidária
- 046R - Formação de trabalhadores, agentes, formadores, multiplicadores e gestores públicos da economia solidária
- 046S - Implantação e consolidação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e apoio ao Cooperativismo de Crédito Solidário
- 046T - Incubação, fomento, assessoramento técnico e apoio a empreendimentos econômicos solidários e suas redes e cadeia de produção, comercialização e consumo
- 046U - Promoção da adequação das políticas de crédito às exigências e características dos empreendimentos econômicos solidários
- 046V - Promoção do acesso às compras governamentais para produtos e serviços da economia solidária
- 046W - Promoção e fortalecimento de feiras, espaços fixos e bases de serviço para comercialização de produtos e serviços da economia solidária

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	9,40
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos da região de menor escolaridade do país	ano	01/01/2009	8,30
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos entre os 25% mais pobres	ano	01/01/2009	7,30
Escolaridade média da população do campo de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	7,40
Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,70
Escolaridade média da população negra de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,60
IDEB do ensino médio	unidade	01/01/2009	3,60
IDEB dos anos finais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4,00
IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4,60
Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento	unidade	01/01/2011	0,00
Percentual da população com 15 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	47,60
Percentual da população com 19 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	79,30
Percentual da população com 24 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	77,10
Percentual de pessoas com 19 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	50,20
Percentual de pessoas com 24 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	58,20
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	01/01/2009	9,70
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	%	01/01/2009	20,40
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	01/01/2009	52,70
Taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos)	%	01/01/2009	50,90
Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos	%	01/01/2009	85,20
Taxa de frequência à escola - população de 4 e 5 anos	%	01/01/2009	74,80
Taxa de frequência à escola - população de 6 a 14 anos	%	01/01/2009	97,60
Taxa de frequência à escola/creche - população de 0 a 3 anos	%	01/01/2009	18,40
Taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular	%	01/01/2010	77,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**27.360.523**	**100.178.360**
Despesas Correntes	21.137.570	81.145.922
Despesas de Capital	6.222.954	19.032.438
Valores Globais	**27.360.523**	**100.178.360**
	127.538.883	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

SECRETARIA-GERAL
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da

permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Apoiar a cobertura de 5000 quadras esportivas escolares
- Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas
- Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares
- Construir salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.
- Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Iniciativas

- 02BP - Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Apoiar a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino, em consonância com o PNE 2011-2020
- Elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Incentivar a aproximação entre o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade e o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, em consonância com o PNE 2011-2020

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/6/2012
1163

Iniciativas

- 02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a

educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente

- 02BR - Consolidação e acompanhamento da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério com o fortalecimento institucional dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente e a proposição de diretrizes para a Política Nacional de Formação para Funcionários de Escola, construída em regime de colaboração com os sistemas de ensino
- 02BT - Definir diretrizes para a politica nacional de saúde ocupacional dos profissionais da educação e estabelecer ações voltadas para a prevenção e atenção à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os entes federados
- 02BU - Prestação de assistência técnica aos Estados, Distrito Federal e Municípios na estruturação de planos de carreira e remuneração para os profissionais da educação

OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar o atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica
- Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3
- Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7
- Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2
- Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros
- Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Fomentar projetos e campanhas voltados ao combate à violência e ao "bullying" nas escolas
- Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SF 6/10/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 02BV - Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização
- 02BW - Consolidação das diretrizes curriculares nacionais da educação básica que contemplem a pluralidade, os direitos humanos, as especificidades regionais e locais e a elaboração das expectativas de aprendizagem, que

subsidiem os sistemas de ensino na elaboração de suas propostas curriculares

- 02BX - Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais

- 02BY - Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino

- 02C0 - Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos

- 02C1 - Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação

- 04DP - Fomento a ações que garantam a integridade física, psíquica e emocional da criança e do adolescente no ambiente escolar, por meio de estímulo a atividades de prevenção às ocorrências de acidentes

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica

- Elevar o percentual de diretores de escola com nomeação vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar, em consonância com o PNE 2011-2020

Iniciativas

- 02C2 - Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade

- 02C3 - Fortalecimento do acompanhamento, do monitoramento e de ações que contribuam para o acesso e a permanência na escola, especialmente de estudantes beneficiários de programas de transferência de renda e do benefício de prestação continuada da assistência social

- 02C5 - Prestação de assistência técnica aos Estados, Distrito Federal e Municípios na definição de critérios técnicos de mérito e desempenho para a escolha de diretores de escola, bem como das formas de participação da comunidade escolar na respectiva escolha

- 02C6 - Realização de provas, exames, avaliações nacionais e internacionais, bem como produção de estatísticas, informações, indicadores, estudos e pesquisas que gerem subsídios para a elaboração e a implementação da política pública educacional

SECRETARIA - GERAL DA MESA
OUT 6 2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Matrículas na educação profissional de nível médio	milhar	01/01/2010	1.140,40
Matrículas na educação profissional e tecnológica	milhar	01/01/2009	1.717,62
Matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica	milhar	01/01/2009	240,70

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**5.038.891**	**18.864.622**
Despesas Correntes	2.923.006	11.170.354
Despesas de Capital	2.115.884	7.694.268
Valores Globais	**5.038.891**	**18.864.622**
	23.903.513	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	150.000

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020
- Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 622
- Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020
- Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020
- Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 4 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda

Iniciativas

- 029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica
- 02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão

- 02A3 - Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica

- 02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais

- 02A6 - Realização de estudos, avaliações de impacto e análise do papel do Estado na promoção da educação profissional e tecnológica, levantamentos estatístico-educacionais e habilitação de instituições privadas para fins de expansão da oferta gratuita de cursos de educação profissional e acesso a programa de financiamento estudantil

- 04CX - Implantação de novos campi do Instituro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado da Paraíba

OBJETIVO: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres

- Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em formação inicial e continuada e técnico de nível médio

- Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Iniciativas

- 02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	5,94
Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	20,26
Taxa bruta de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	26,70
Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres	%	01/01/2009	4,00
Taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do país	%	01/01/2009	18,40
Taxa bruta de matrículas na educação superior para a população negra	%	01/01/2009	17,70
Taxa de docentes em exercício com doutorado	%	01/01/2009	26,40
Taxa de docentes em exercício com mestrado	%	01/01/2009	36,20
Taxa líquida de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	14,40
Taxa líquida de matrícula na educação superior, ajustada	%	01/01/2009	17,30

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**11.073.155**	**42.309.070**
Despesas Correntes	7.617.792	29.191.537
Despesas de Capital	3.455.364	13.117.533
Valores Globais	**11.073.155**	**42.309.070**
	53.382.225	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	150.000

OBJETIVO: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino superior, inclusive pós-graduação

Iniciativas

- 02BF - Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior
- 02BH - Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior

OBJETIVO: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Iniciativas

- 0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero
- 0391 - Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.
- Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020
- Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Apoiar Entidades de Ensino Superior Não Federal
- Elevar a relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011-2020
- Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324
- Elevar o número de universidades federais para 63

Iniciativas

- 03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência
- 03GB - Apoio à cooperação internacional das universidades e à ampliação da mobilidade acadêmica em âmbito nacional e internacional, promovendo o intercâmbio científico e tecnológico, a inovação e o enriquecimento da formação de nível superior, garantida a equidade étnico-racial e de gênero
- 03GC - Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre
- 03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade

SECRETARIA-GERAL COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO SENADO FEDERAL

- 03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país
- 03GF - Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino
- 0481 - Implantação da Universidade Federal do ABC
- 0482 - Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
- 0484 - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)
- 049Z - Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
- 04A0 - Implantação da Universidade Federal da Região do Cariri (UFRC)
- 04A1 - Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)
- 04A2 - Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA)
- 04B0 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima
- 04B3 - Implantação da Universidade Federal de Blumenau
- 04B4 - Construção do Campus de Osasco da Universidade Federal de São Paulo
- 04CY - Implantação da Universidade Federal do Sertão da Paraíba (UFSPB)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	MW	25/05/2011	114.858,46
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	hora por ano	31/12/2010	18,35
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	unidade por ano	31/12/2010	11,29
Índice de perdas	%	31/12/2009	16,80
Tarifa Média de Fornecimento de Energia Elétrica	R$/MWh	30/04/2011	272,41
Taxa de importação de energia elétrica	%	31/01/2011	7,80
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Biomassa	%	31/01/2011	6,42
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Carvão Mineral	%	31/01/2011	1,58
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Eólica	%	31/01/2011	0,75
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Hidráulica	%	31/01/2011	65,53
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Gás	%	31/01/2011	10,57
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Petróleo	%	31/01/2011	5,71
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Urânio	%	31/01/2011	1,63
Taxa de universalização do acesso à energia elétrica	%	31/12/2009	98,91

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**88.365**	**282.296**
Despesas Correntes	86.165	273.718
Despesas de Capital	2.200	8.578
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**10.199.941**	**34.784.964**
Outras Fontes	**44.311.752**	**88.577.115**
Valores Globais	**54.600.058**	**123.644.375**
	178.244.433	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	1.000.000

OBJETIVO: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)

Regionalização da Meta	Total	Unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
05/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.280,00	MW
Região Nordeste	326,00	MW
Região Norte	6.950,00	MW
Região Sudeste	75,00	MW
Região Sul	695,00	MW

Iniciativas

- 0001 - Implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (PR)
- 0002 - Implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte (PA)
- 0004 - Implantação da Usina Hidrelétrica Cachoeira dos Patos (PA)
- 0005 - Implantação da Usina Hidrelétrica Colider (MT)
- 0007 - Implantação da Usina Hidrelétrica Estreito (MA/TO)
- 0008 - Implantação da Usina Hidrelétrica Garabi (RS)
- 0009 - Implantação da Usina Hidrelétrica Itapiranga (RS/SC)
- 000A - Implantação da Usina Hidrelétrica Jamanxim (PA)
- 000B - Implantação da Usina Hidrelétrica Jatobá (PA)
- 000C - Implantação da Usina Hidrelétrica Jirau (RO)
- 000D - Implantação da Usina Hidrelétrica Marabá (MA/PA/TO)
- 000E - Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá (PR)
- 000F - Implantação da Usina Hidrelétrica Panambi (RS)
- 000H - Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (RO)
- 000I - Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Jari (AP/PA)
- 000J - Implantação da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós (PA)
- 000K - Implantação da Usina Hidrelétrica São Manoel (MT/PA)
- 000L - Implantação da Usina Hidrelétrica Serra Quebrada (MA/TO)
- 000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RS)
- 000N - Implantação da Usina Hidrelétrica Sinop (MT)
- 000O - Implantação da Usina Hidrelétrica Tabajara (RO)
- 000P - Implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires (MT/PA)
- 000Q - Implantação de Centrais Geradoras Hidrelétricas
- 000R - Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas
- 000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas
- 04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)
- 04DN - Implantação da Usina Hidrelétrica do Ribeirão no Rio Madeira

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	120,00	MW
Região Nordeste	4.900,00	MW
Região Norte	80,00	MW
Região Sudeste	4.150,00	MW
Região Sul	88,00	MW

Iniciativas

- 000T - Implantação da Usina Termelétrica Porto de Pecém II (CE)
- 000U - Implantação da Usina Termonuclear Angra III (RJ)
- 000V - Implantação de Nova Usina Termelétrica em Candiota (RS)
- 000W - Implantação de Usinas Termelétricas
- 04A5 - Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP)

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	480,00	MW
Região Nordeste	125,00	MW
Região Norte	80,00	MW
Região Sudeste	710,00	MW

- Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3.360,00	MW
Região Sul	320,00	MW

Iniciativas

- 000X - Implantação de Parques Eólicos
- 000Y - Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas
- 000Z - Implantação de usinas termelétricas a biomassa

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Avaliar e emitir mensalmente informativos tarifários de Energia Elétrica
- Monitorar a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	65,00	unidade
Região Norte	55,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 125

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	40,00	unidade
Região Sul	60,00	unidade

- Monitorar a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	35,00	unidade
Região Nordeste	70,00	unidade
Região Norte	55,00	unidade
Região Sudeste	45,00	unidade
Região Sul	65,00	unidade

- Realizar inspeção técnica em campo em 180 usinas em construção

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	25,00	unidade
Região Nordeste	45,00	unidade
Região Norte	40,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

Iniciativas

- 0010 - Coordenar as ações de integração elétrica com os países vizinhos
- 0014 - Monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)
- 0015 - Monitorar as ações de comercialização de energia e da política tarifária

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Inventariar 12 rios com potencial de aproximadamente 5.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	9,00	unidade
Região Hidrográfica Paraná	1,00	unidade
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	2,00	unidade

- Realizar 16 projetos e estudos de viabilidade de parques eólicos com potencial de aproximadamente 1.600 MW de capacidade de geração a partir da fonte eólica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	12,00	estudo
Região Sul	4,00	estudo

- Realizar 28 projetos e estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas (UHEs) com potencial de aproximadamente 12.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	24,00	estudo
Região Hidrográfica Paraná	3,00	estudo
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	1,00	estudo

- Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa
- Viabilizar e projetar 4 usinas termonucleares

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 001O - Acompanhamento, avaliação e revisão das concessões do setor elétrico
- 001Q - Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico
- 001R - Realização de Leilões de Energia Elétrica

OBJETIVO: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão para integração de novas usinas e novos mercados, e promover a integração energética entre as regiões do País

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	700,00	km
Região Nordeste	900,00	km
Região Norte	14.500,00	km
Região Sudeste	800,00	km
Região Sul	750,00	km

- Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica pelo SIN

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4.500,00	MVA
Região Nordeste	3.500,00	MVA
Região Norte	6.800,00	MVA
Região Sudeste	4.700,00	MVA
Região Sul	2.500,00	MVA

Iniciativas

- 0020 - Implantação da Interligação Manaus - Boa Vista (AM/RR)
- 0023 - Implantação da Interligação Tucuruí - Macapá - Manaus (AM/AP/PA)
- 0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações
- 0028 - Implantação do Sistema de Integração das Usinas do Madeira (GO/MG/MT/RO/SP)
- 0029 - Implantação do Sistema de Integração das Usinas do Tapajós (GO/MT/PA/SP)
- 002A - Implantação do Sistema de Integração das Usinas do Teles Pires (GO/MT/SP)
- 002B - Implantação do Sistema de Integração do Complexo Belo Monte

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Adicionar 5.100 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes no Sistema Interligado Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	900,00	MVA
Região Nordeste	1.500,00	MVA
Região Norte	350,00	MVA
Região Sudeste	1.100,00	MVA

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	1.250,00	MVA

- Adicionar 600 MW de capacidade de geração nas usinas existentes no Sistema Interligado Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	150,00	MW
Região Sudeste	350,00	MW
Região Sul	100,00	MW

- Revitalizar/recapacitar 2.400 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Interligado Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	600,00	km
Região Nordeste	500,00	km
Região Sudeste	600,00	km
Região Sul	700,00	km

Iniciativas

- 002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação
- 002D - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Atender 495.000 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	65.670,00	domicílio
Região Nordeste	222.000,00	domicílio
Região Norte	174.500,00	domicílio
Região Sudeste	31.450,00	domicílio
Região Sul	1.380,00	domicílio

- Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização

Iniciativas

- 0035 - Ampliação do Acesso à Energia Elétrica na Área Rural (Luz para Todos)
- 0036 - Coordenação das providências para o cumprimento das metas de universalização do acesso à energia elétrica
- 0037 - Fomentar ações de desenvolvimento social e geração de emprego e renda e o uso eficiente, racional e produtivo da energia elétrica
- 0039 - Implantação de Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica e sistemas de geração descentralizada com redes associadas ou individuais
- 003A - Monitoramento dos atendimentos às populações prioritárias do Programa Luz para Todos e das ações de impacto social junto à população atendida

OBJETIVO: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA - GERAL DA MESA
Ver 6/2012
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Reduzir DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 14 horas/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	17,00	hora/ano
Região Nordeste	16,00	hora/ano
Região Norte	35,00	hora/ano
Região Sudeste	10,00	hora/ano
Região Sul	14,00	hora/ano

- Reduzir FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 10 vezes/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	14,00	unidade/ano
Região Nordeste	10,00	unidade/ano
Região Norte	30,00	unidade/ano
Região Sudeste	7,00	unidade/ano
Região Sul	11,00	unidade/ano

Iniciativas

- 003O - Implementação de inovações e atualizações no sistema elétrico visando a sua compatibilização tecnológica
- 003Q - Regulação do Setor Elétrico

OBJETIVO: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação

Iniciativas

- 003U - Fortalecer as atividades de medição e verificação, com vistas a incorporar os resultados nos estudos de planejamento do setor elétrico
- 003V - Incentivar a Substituição e Destinação de Equipamentos Obsoletos
- 003W - Promover a Conscientização Sobre o Uso Eficiente de Energia Elétrica
- 003X - Promover a sinergia entre os programas de eficiência energética existentes no Pais
- 003Y - Promover estudos visando a regulamentação da Lei n.º 10.295/2001, acrescentando novos equipamentos a lista de indicadores e níveis mínimos de eficiência energética e promovendo melhorias naqueles já existentes

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	300,00	km
Região Norte	750,00	km

- Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	150,00	MW

- Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 1,25 pontos absolutos

SECRETARIA-GERAL DA MESA
26/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,50	unidade

Iniciativas

- 01FS - Ampliar, manter e reforçar as redes de distribuição de energia elétrica
- 01FU - Prover a geração de energia elétrica necessária aos Sistemas Isolados
- 01FW - Regularização de ligações de energia elétrica

OBJETIVO: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Promover manutenção em 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	800,00	MW
Região Nordeste	2.000,00	MW
Região Norte	1.800,00	MW
Região Sudeste	1.200,00	MW
Região Sul	1.300,00	MW

- Promover manutenção em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	km
Região Nordeste	2.500,00	km
Região Norte	1.500,00	km
Região Sudeste	1.500,00	km
Região Sul	1.500,00	km

Iniciativas

- 01G1 - Manutenção do parque gerador de energia
- 01G2 - Manutenção do sistema de transmissão

OBJETIVO: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica

Iniciativas

- 01GD - Realização de pesquisas no setor elétrico

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área total dos territórios de comunidades quilombolas tituladas	ha	14/06/2011	987.935,00
Diferença entre a média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade de brancos e negros	ano	30/09/2009	1,70
Número de comunidades quilombolas certificadas	unidade	14/06/2011	1.667,00
Número de comunidades quilombolas com suas terras tituladas	unidade	14/06/2011	189,00
Número de estados com plano de promoção da igualdade racial em execução	unidade	31/01/2011	9,00
Número de municípios com organismos executivos de promoção da igualdade racial	unidade	01/06/2011	175,00
Número de territórios de comunidades quilombolas em processo de regularização fundiária	unidade	14/06/2011	1.067,00
Porcentagem da população brasileira que se declara negra (preta ou parda) em relação ao total da população	%	01/08/2010	51,00
Porcentagem de comunidades com acesso a esgotamento sanitário	%	31/08/2006	24,00
Porcentagem de comunidades com água encanada	%	31/08/2006	56,00
Porcentagem de comunidades com escola	%	31/08/2006	89,00
Porcentagem de comunidades com luz elétrica	%	31/08/2006	84,00
Porcentagem de comunidades quilombolas com postos de saúde	%	31/08/2006	42,00
Porcentagem de famílias quilombolas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	%	31/03/2011	85,00
Razão entre a renda domiciliar per capita média de chefes de domicílio negros e brancos	razão	26/09/2009	0,51
Razão entre a taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 ou mais anos de idade	razão	26/09/2009	0,92
Razão entre a taxa de formalização de negros e brancos ocupados	razão	26/09/2009	0,75
Razão entre a taxa de mortalidade materna por 100 mil habitantes de mulheres negras e brancas	razão	26/09/2009	1,54
Razão entre a taxa de negros e brancos em situação de insegurança alimentar	razão	26/09/2009	1,76
Razão entre a taxa de ocupação de negros e brancos	razão	26/09/2009	0,98
Razão entre a taxa líquida de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) entre negros e brancos	razão	26/09/2009	0,39
Razão entre as taxas de homicídio de negros e brancos de 15 a 29 anos	razão	31/12/2009	2,35
Razão entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra e branca	razão	31/12/2000	0,87
Razão entre o rendimento médio de negros e brancos ocupados com 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	0,57

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**97.615**	**239.498**
Despesas Correntes	34.073	65.590
Despesas de Capital	63.542	173.908
Valores Globais	**97.615**	**239.498**
	337.113	

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero
- Produzir e publicar relatórios periódicos de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a perspectiva de gênero

Iniciativas

- 032J - Articulação com o Ministério da Educação para a implementação do Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino das História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena
- 032K - Construção de novos arranjos de planejamento e ações governamentais que garantam a transversalidade e a intersetorialidade das políticas de promoção da igualdade racial
- 032L - Formulação, implementação e gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), bem como formação e capacitação de gestores públicos e outros profissionais na perspectiva da igualdade racial e de gênero
- 032M - Implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra
- 032N - Implementação de um sistema de monitoramento, de acompanhamento e de incentivo às políticas de promoção da igualdade racial
- 032O - Inclusão e aperfeiçoamento de indicadores desagregados por raça/cor e sexo nos sistemas de informações governamentais, como instrumento de monitoramento e de avaliação de políticas e programas

OBJETIVO: 0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Ampliar a proporção de negros/as em posições valorizadas no serviço público
- Construir cadastro de programas de ações afirmativas no âmbito das três esferas de Governo e da iniciativa privada
- Estabelecer acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho

Iniciativas

- 032Q - Criação e integração de programas de ações afirmativas destinados ao enfrentamento das desigualdades raciais, prioritariamente nas seguintes áreas: educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, mercado de trabalho, habitação, meios de comunicação, financiamentos públicos, acesso à terra e à Justiça

OBJETIVO: 0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Ampliar a capacidade de acolhimento, apuração e resposta a denúncias dando maior efetividade às ações do Estado nos casos de racismo no âmbito das instituições públicas

- Criar rede de atenção integral às vitimas do racismo e da discriminação racial, articulando esforços de diferentes instituições públicas

Iniciativas

- 032T - Articulação entre órgãos e poderes públicos visando à garantia da efetividade dos marcos legais e dos acordos internacionais ratificados pelo Brasil, referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial

- 032U - Difusão da legislação antirracista e de promoção da igualdade racial, bem como dos mecanismos para a defesa e a proteção dos direitos

- 032V - Estímulo e fortalecimento de ações da sociedade civil organizada e outros agentes para o enfrentamento da intolerância religiosa e do racismo, e para a promoção da igualdade

- 032W - Identificação e monitoramento dos casos de racismo denunciados nas instâncias competentes

OBJETIVO: 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Ampliar o número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional

Iniciativas

- 0333 - Articulação de medidas voltadas à formação e à capacitação de servidores(as) no atendimento a pessoas em situação de violência e/ou vulnerabilidade social, de modo a prevenir práticas discriminatórias incidentes sobre a população negra, especialmente mulheres, jovens, crianças, adolescentes e população com privação de liberdade

- 0335 - Difusão de práticas de valorização da pluralidade etnicorracial nas organizações privadas e instituições públicas

- 0336 - Identificação e acompanhamento das ações de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, especialmente de formação e capacitação de agentes públicos e profissionais da iniciativa privada, visando à prevenção de práticas de discriminação racial e de gênero no ambiente de trabalho

OBJETIVO: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a historia e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Adotar medidas que garantam a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado

- Fortalecer organizações de mídia negra

- Realizar e apoiar campanhas de valorização da pessoa negra e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras

Iniciativas

- 0339 - Apoio à incorporação das perspectiva racial e de gênero na formação dos profissionais de comunicação

- 033A - Apoio à produção e difusão de materiais de comunicação com conteúdos antirracistas e antissexistas

- 033B - Articulação junto a empresas de publicidade e comunicação, públicas e privadas, para o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 033C - Promoção, em articulação com outros órgãos, do reconhecimento, valorização e divulgação das datas de referência histórica, da contribuição das personalidades e organizações que expressam a cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras

OBJETIVO: 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras
- Reduzir as mortes por homicídio na juventude negra

Iniciativas

- 033H - Apoio e acompanhamento das ações pela redução da mortalidade materna entre a mulheres negras
- 033I - Apoio e acompanhamento de medidas de proteção a crianças, adolescentes e jovens negros/as em situação de vulnerabilidade social
- 033J - Apoio e acompanhamento de programas e ações de assistência psíquica, social e jurídica às mulheres negras em situação de violência e aos familiares das vítimas de violência e discriminação racial
- 033L - Elaboração e implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra, contemplando estímulo à criação e promoção de ações que revertam a banalização da violência e a morte precoce

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas
- Fortalecer o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas
- Implantar Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas

Iniciativas

- 046Y - Ampliação do acesso das comunidades quilombolas às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável, visando ao etnodesenvolvimento dessas comunidades
- 046Z - Articulação e monitoramento junto à Fundação Cultural Palmares para a certificação de comunidades quilombolas
- 0470 - Criação e fortalecimento de mecanismos intersetoriais e interinstitucionais para assegurar a execução das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas nos estados
- 0471 - Identificação, realização e apoio a estudos e pesquisas das demandas referentes a serviços públicos e de infraestrutura social, bem como mapeamento de alternativas de desenvolvimento local e regional sustentável nas comunidades quilombolas
- 0472 - Implantação de um sistema integrado de informações para o monitoramento e avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas

OBJETIVO: 0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Desenvolver projetos de fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas

Iniciativas

- 0473 - Articulação de parcerias para o desenvolvimento de ações de promoção, proteção e preservação de bens culturais de natureza material e imaterial do patrimônio histórico das comunidades quilombolas, contemplando a identificação, realização e apoio a estudos e pesquisas
- 0474 - Fortalecimento institucional das organizações representativas das comunidades quilombolas, com a participação nos espaços de gestão pública, inclusive nos Colegiados Territoriais
- 0475 - Promoção de parcerias nacionais e internacionais visando aos intercâmbios de experiências e outras ações de fortalecimento das comunidades quilombolas

OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Implantar sistema integrado de informações sobre as ações governamentais para comunidades de terreiro e povos de culturas ciganas
- Mapear as comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas

Iniciativas

- 0476 - Articulação e monitoramento de ações de órgãos governamentais que garantam o acesso aos serviços públicos e programas sociais, contemplando a promoção da segurança alimentar e o fomento ao desenvolvimento sustentável a partir da preservação dos saberes e viveres de comunidades tradicionais
- 0477 - Desenvolver cooperação com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estabelecendo linhas de parceria em ações relacionadas à questão indígena
- 0478 - Mapeamento e levantamento socioeconômico e de demandas por serviços e programas sociais das comunidades tradicionais de terreiro em sua diversidade, bem como acompanhamento de ações de desenvolvimento sustentável nessas comunidades
- 0479 - Proposição de modalidade de tombamento que considere as variadas dimensões que compõem o patrimônio imaterial inerente às comunidades tradicionais de terreiro e acompanhamento dos processos de tombamento, salvaguarda, registro e/ou inventário do patrimônio dessas comunidades

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos
- Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas
- Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas
- Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias.
- Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias
- Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls 6 10/12
11.183

Iniciativas

- 047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação

- 047B - Elaboração e adequação de normativos que facilitem a execução da política de regularização fundiária das comunidades quilombolas

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte	%	31/12/2009	89,45
Proporção de Municipios com calendário de eventos esportivos	%	31/12/2009	65,91
Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte	%	31/12/2009	11,20
Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal	%	31/12/2009	83,22
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2010	11,49
Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE	R$ milhão	31/12/2010	185,10

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.240.024**	**4.189.047**
Despesas Correntes	838.720	2.289.979
Despesas de Capital	1.401.304	1.899.069
Outras Fontes	**1.626.803**	**912.498**
Valores Globais	**3.866.827**	**5.101.545**
	8.968.372	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	200.000

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2012-2015

- Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	241.000,00	unidade
Região Centro-Oeste	505.017,00	unidade
Região Nordeste	2.033.595,00	unidade
Região Norte	887.638,00	unidade
Região Sudeste	2.961.661,00	unidade
Região Sul	804.049,00	unidade

- Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Cidades-sede	12,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	215,00	unidade
Rio de Janeiro	1,00	unidade

- Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	327,00	unidade
Região Centro-Oeste	10,00	unidade
Região Nordeste	42,00	unidade
Região Norte	12,00	unidade
Região Sudeste	122,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

- Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	327,00	unidade
Região Centro-Oeste	10,00	unidade
Região Nordeste	42,00	unidade
Região Norte	12,00	unidade
Região Sudeste	122,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

- Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça

Iniciativas

- 02HW - Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)

- 02HX - Ampliar o financiamento para desenvolvimento de políticas sociais de esporte e lazer, incluindo a lei de incentivo ao esporte

- 02HY - Estruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer

- 02HZ - Fomento à pesquisa, publicação, difusão do conhecimento e desenvolvimento de ações de formação e diagnósticos de políticas de esporte e lazer

- 02I0 - Implantação de Ações de Esporte e Lazer como legado social dos grandes eventos

- 02I2 - Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2012-2015

- Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.

- Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas e à instalação de monitoramento de imagens em arenas esportivas (Torcida Legal).

- Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

- Elevar os indicadores médios de estrutura de gestão e estrutura de governança dos clubes de futebol profissional das séries A, B, C e D

- Estimular a formação de atletas e árbitros em parceria com os clubes esportivos e entidades representativas de árbitros

- Estimular a profissionalização da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte, com ênfase nas entidades dos programas Olímpicos e Paraolímpicos.

- Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6,00	unidade
Região Nordeste	11,00	unidade
Região Norte	9,00	unidade
Região Sudeste	6,00	unidade
Região Sul	5,00	unidade

- Interligar e alinhar Centros de Treinamento nacionais, regionais e municipais - Rede Nacional de Treinamento.

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6,20	%
Região Nordeste	12,50	%
Região Norte	6,20	%
Região Sudeste	50,00	%
Região Sul	25,00	%

Iniciativas

- 02J3 - Ampliação e qualificação do Bolsa-Atleta

- 02J4 - Estímulo a cadeia produtiva do esporte, articulando os agentes públicos e privados

- 02J5 - Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor

- 02J6 - Estímulo e apoio à preparação de atletas e profissionais

- 02J7 - Implantação da Política Nacional de Controle de Dopagem

- 02J8 - Implantação da Rede Nacional de Treinamento e das Cidades Esportivas

- 02J9 - Qualificação da gestão e da governança do esporte

- 04C6 - Implantação de infraestrutura para realização da Universíade de Verão 2017 no Distrito Federal

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2012-2015

- Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Cidades-sede	21.000,00	unidade
Nacional	9.000,00	unidade

- Coordenar o Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014 e garantir o funcionamento do seu modelo de governança com a atuação plena das nove Câmaras Temáticas

- Implementar, conjuntamente com os demais órgãos do Governo Federal, 100% do Plano para promoção dos interesses estratégicos do país como sede do evento

- Monitorar a execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades e outras ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Cidades-sede	12,00	unidade

Iniciativas

- 02LN - Financiar a construção e reforma das arenas da Copa 2014, com observância à critérios de sustentabilidade ambiental e de adequação do entorno, no âmbito do BNDES Procopa Arenas

- 02LO - Garantir a realização e o monitoramento de todas as ações definidas pela estrutura de governança da Copa do Mundo FIFA 2014, a partir da Matriz de Responsabilidades e Câmaras Temáticas, contemplando os legados do evento

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2012-2015

- Garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

- Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo

Iniciativas

- 02LQ - Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais

Veto nº 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
fl. 182

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número anual de focos de calor	unidade	31/12/2010	126.941,00
Participação da produção de base florestal na economia nacional	%	30/12/2008	1,60
Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal	km²	31/08/2010	6.451,00
Taxa anual de desmatamento no bioma Caatinga	km²	31/12/2009	1.921,00
Taxa anual de desmatamento no bioma Cerrado	km²	31/12/2009	7.637,00
Taxa anual de desmatamento no bioma Mata Atlântica	km²	31/12/2008	457,00
Taxa anual de desmatamento no bioma Pantanal	km²	31/12/2008	713,00
Taxa anual de desmtamento no bioma Pampa	km²	31/12/2008	363,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**161.965**	**525.994**
Despesas Correntes	148.689	489.164
Despesas de Capital	13.276	36.830
Outras Fontes	**1.192.300**	**4.021.700**
Valores Globais	**1.354.265**	**4.547.694**
	5.901.959	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável
- Autorizar manejo sustentável de uso múltiplo em 400.000 hectares
- Elaborar programas florestais em 27 unidades da federação
- Firmar acordos de cooperação técnica para a gestão florestal compartilhada com as 27 unidades da federação
- Implementar o inventário florestal nacional em 27 unidades da federação

Veto nº 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
183

Iniciativas

- 00OS - Aprimoramento da estrutura e atuação dos órgãos do SISNAMA
- 00OT - Aprimoramento das normas florestais, legais e infralegais, favorecendo a operacionalidade dos instrumentos de gestão florestal
- 00OU - Aprimoramento de políticas e programas de financiamento do Banco do Nordeste para o setor florestal

- 00OV - Aprimoramento do controle das atividades florestais
- 00OX - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis
- 00P2 - Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional

OBJETIVO: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Estabelecer, para cada bioma, metodologia de recuperação de áreas degradadas e as respectivas análises econômicas
- Implementar 12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) nos biomas brasileiros

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	2,00	unidade
Bioma Caatinga	2,00	unidade
Bioma Cerrado	3,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	3,00	unidade
Bioma Pampa	1,00	unidade
Bioma Pantanal	1,00	unidade

- Instituir plano nacional de recuperação de áreas degradadas e restauração da paisagem
- Promover a recuperação de 20 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais

Iniciativas

- 00P4 - Ampliação da oferta e adequação de instrumentos econômicos e financeiros de estímulo à recuperação da cobertura vegetal nas áreas de preservação permanente, reserva legal e áreas degradadas
- 00P5 - Definição de metodologias para recuperação e restauração de áreas e ecossistemas degradados, contemplando espécies nativas e manutenção da variabilidade genética
- 00P6 - Desoneração de reserva legal mediante doação ao ICMBio de imóveis rurais privados localizados no interior de unidades de conservação federais
- 00P8 - Financiamento de projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas
- 00PA - Implantação do Cadastro Ambiental Rural e de sistema de regularização ambiental em todas as unidades da federação
- 00PB - Implementação de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) e elaboração e execução do Plano Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas

OBJETIVO: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental
- Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento

Voto 26/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 130

Iniciativas

- 00PM - Desenvolvimento e implementação de instrumentos de Pagamento por Serviços Ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento
- 00PP - Financiamento das atividades produtivas sustentáveis, em especial no meio rural
- 00PQ - Fomento às atividades agrícolas sustentáveis nos municípios prioritários da Operação Arco Verde
- 00PT - Instituição de sistemas e cadeias produtivas sustentáveis, como estratégia de prevenção e controle do desmatamento ilegal

OBJETIVO: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Capacitar 200 Técnicos em boas práticas de manejo de espécies de produtos florestais não-madeireiros
- Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	4.000,00	unidade
Bioma Caatinga	1.500,00	unidade
Bioma Cerrado	500,00	unidade

- Elaborar e implementar 4 Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFCs)
- Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	6,00	unidade
Bioma Cerrado	4,00	unidade

- Estabelecer normas e diretrizes técnicas para o manejo florestal sustentável de 27 espécies vegetais de produtos florestais não-madeireiros

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	6,00	unidade
Bioma Caatinga	7,00	unidade
Bioma Cerrado	9,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	5,00	unidade

- Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em 180 mil hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	175.000,00	ha
Bioma Caatinga	5.000,00	ha

- Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em assentamentos do Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 340 mil hectares

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	300.000,00	ha
Bioma Caatinga	40.000,00	ha

- Promover o manejo de 5 milhões de hectares de florestas privadas de forma sustentável

Veto nº 26/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 01IU - Estabelecimento, simplificação e adequação dos marcos regulatórios territoriais e ambientais relacionados

ao manejo florestal sustentável comunitário e familiar

- 01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento

OBJETIVO: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia

Iniciativas

- 01J9 - Planejamento, gestão e monitoramento das Concessões Florestais
- 01JB - Regulamentação da cessão de terras públicas da Secretaria do Patrimônio da União para o Serviço Florestal Brasileiro, para fins de concessão florestal, sem a necessidade de criação de unidade de conservação

OBJETIVO: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Ampliar a área de florestas plantadas em 6 milhões de hectares
- Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial
- Ampliar em 600 mil hectares as florestas plantadas com espécies nativas
- Disponibilizar acesso ao crédito florestal a 250 mil pequenos produtores rurais

Iniciativas

- 01JC - Apoiar a realização de pesquisas sobre o reflorestamento energético em áreas degradadas
- 01JE - Aprimoramento dos instrumentos econômico-financeiros para o plantio de florestas
- 01JF - Desenvolvimento da silvicultura com espécies nativas e de sistemas agroflorestais
- 01JG - Estímulo à certificação florestal, com foco na produção sustentável
- 01JI - Financiamento de projetos de manejo florestal, implantação e manutenção de florestas comerciais e reflorestamento
- 01JJ - Fomento à expansão da base florestal plantada para atividades produtivas

OBJETIVO: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Aumentar em 50% o número anual de atividades e programas interagências na prevenção dos incêndios florestais, com base nas 89 ações executadas em 2010
- Contratar 4500 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais

Veto nº 26/2012
SECRETARIA - GERAL D
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11.192

- Reduzir em 50% a área atingida por incêndios florestais nas unidades de conservação federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	87.919,00	ha
Bioma Caatinga	11.342,00	ha
Bioma Cerrado	733.215,00	ha
Bioma Mata Atlântica	135,00	ha
Bioma Pantanal	20.000,00	ha

Iniciativas

- 01JR - Estabelecimento de parcerias interinstitucionais e implantação de programas interagências nos estados brasileiros
- 01JV - Prevenção e combate aos incêndios florestais e controle de queimadas

OBJETIVO: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Implementar ações de fiscalização em 248 Unidades de Conservação federais

Iniciativas

- 01KD - Aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e combate ao desmatamento
- 01KG - Criação de mecanismos que facilitem a apreensão, decretação de perdimento e destinação de bens, instrumentos ou produtos decorrentes da prática de crimes e infrações ambientais
- 01KK - Formulação, implementação, monitoramento e avaliação de planos e estratégias de prevenção e controle do desmatamento de forma integrada entre os órgãos federais, Estados e Municípios
- 01KN - Instituição por decreto e ampliação das atribuições da Comissão Interministerial de Combate a Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA)
- 01KQ - Policiamento e fiscalização ambiental orientados pelo planejamento estratégico federal de combate ao desmatamento

OBJETIVO: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	4.196.943,00	km²
Bioma Caatinga	844.453,00	km²
Bioma Cerrado	2.036.448,00	km²
Bioma Mata Atlântica	1.110.192,00	km²
Bioma Pampa	176.496,00	km²
Bioma Pantanal	150.355,00	km²

- Implementar o módulo online de emissão de autorizações de queima controlada do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo)
- Implementar sistemas de cadastro de alvos para fiscalização (polígonos de desmatamento a serem fiscalizados)

Veto nº 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
Fl. 183
SENADO FEDERAL

- Implementar sistemas de monitoramento de áreas embargadas

Iniciativas

- 01KU - Monitoramento da cobertura da terra na Amazônia e demais biomas brasileiros por satélite
- 01KW - Monitoramento e controle do desmatamento, das queimadas e dos incêndios florestais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Percentual de CRAS com IDCRAS igual ou superior a 6	%	31/12/2009	53,16
Percentual de CREAS com atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE)	%	31/12/2010	31,00
Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência	%	31/12/2010	77,00
Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social	%	31/12/2010	63,00
Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua	%	31/12/2010	35,00
Percentual de municípios (com 50 mil habitantes ou mais) com Serviços de Acolhimento	%	31/12/2010	62,00
Percentual de Municípios com CREAS	%	31/12/2010	26,00
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa com Deficiência	%	31/12/2010	9,39
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa Idosa	%	31/12/2010	5,32
Taxa bianual de permanência dos técnicos de nível superior nos CRAS	%	31/12/2010	42,80
Taxa de trabalho infantil	%	31/12/2009	5,63
Variação anual da concessão do BPC	%	31/12/2010	3,97

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**32.136.500**	**121.239.295**
Despesas Correntes	31.796.509	120.883.869
Despesas de Capital	339.990	355.427
Valores Globais	**32.136.500**	**121.239.295**
	153.375.795	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para todas as faixas etárias dos serviços tipificados, buscando a universalização da oferta e equalização da cobertura de cofinanciamento

- Ampliar a oferta de atendimento a pessoas com deficiência por meio da Rede SUAS, prevendo-se acréscimos orçamentários, em relação ao valor orçado para 2011, de 5% para 2012, de 10% para 2013, de 15% para 2014 e de 20% para 2015

Vet 6/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 193

- Aprimorar a gestão territorial dos CRAS, de forma a assegurar a articulação entre o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de proteção básica no território

- Construir padrões para execução dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias tipificadas

- Elevar o percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento

- Elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil Sem Miséria

- Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria

- Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a oferta de serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos(as) e suas famílias

- Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a rede pública de serviços de acolhimento

- Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS, visando atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território

- Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipes de referência do CRAS para execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao crack e outras drogas

- Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços

- Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o trabalho com os direitos das mulheres no âmbito do acompanhamento familiar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF

Iniciativas

- 00WM - Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica

- 00WN - Aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão para ampliar e qualificar o atendimento e acompanhamento às famílias

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial - PSE para crianças e adolescentes, em situação de violência, com enfoque na proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária

- Ampliar o número de CREAS Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria

- Construção e remodelação de centros de referencia para pessoas com deficiencia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	50,00	unidade

- Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres

- Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial

Veto 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
196

- Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiências

- Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos municípios com mais de 100 mil habitantes

- Elaborar e difundir orientações técnicas e fluxos intersetoriais para o aprimoramento da gestão do serviço de proteção social para adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)

- Elaborar e difundir orientações técnicas e protocolos intersetoriais sobre atendimento especializado a crianças e adolescentes em situação de violação física, psicológica e abuso e exploração sexual

- Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT

- Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha

- Elaborar protocolo intersetorial, construir e difundir orientações técnicas específicas para o atendimento especializado às famílias e indivíduos com violação de direitos associada ao uso de crack e outras drogas

- Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua nos territórios cobertos pelo Plano Brasil sem Miséria

- Elevar o número de CREAS ofertando serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)

- Elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência

- Elevar o percentual de Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS e de Centros de Referência Especializado para Populações em situação de rua, operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente

- Incluir no Censo SUAS os serviços de acolhimento

- Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nos municípios com populações em situação de rua, com foco no trabalho infantil em suas piores formas e em cidades-sede de grandes eventos e obras

- Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes a organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento

Iniciativas

- 013T - Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial

- 013W - Produção, organização e aperfeiçoamento dos mecanismos de orientações técnicas, normativos, protocolos e fluxos intersetoriais para ampliar e qualificar o atendimento e o acompanhamento especializado às famílias e indivíduos

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar as informações socioeconômicas sobre os beneficiários do BPC, por meio de sua inclusão no CadÚnico, visando analisar a focalização, a cobertura do benefício e o perfil do beneficiário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	%
Região Nordeste	100,00	%
Região Norte	100,00	%
Região Sudeste	100,00	%

Veto 6/12/12
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	100,00	%

- Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	155.772,00	unidade
Região Nordeste	513.701,00	unidade
Região Norte	100.979,00	unidade
Região Sudeste	135.132,00	unidade
Região Sul	455.447,00	unidade

- Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015
- Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015
- Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola
- Elaborar e difundir Orientações Técnicas sobre a utilização da renda do BPC pelos beneficiários idosos em situação de acolhimento
- Estabelecer e implantar novo marco regulatório para reavaliação periódica do BPC
- Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário
- Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Instituir protocolo de integração entre o INSS e a SNAS, definindo fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e o acompanhamento dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais

Iniciativas

- 013X - Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais
- 013Y - Assessoramento aos entes federados na regulamentação dos Benefícios Eventuais
- 0141 - Realização do pagamento dos benefícios (BPC e RMV)
- 04DI - Transferência de Renda Diretamente às Pessoas Residentes no País

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
fl. 198
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Elevar o número de municípios com desempenho satisfatório na gestão do SUAS
- Elevar o número de profissionais capacitados no Programa Nacional de Formação, Qualificação e Capacitação no SUAS
- Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os Estados e no Distrito Federal

- Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os municípios com 50 mil habitantes ou mais
- Integrar todos os municípios ao sistema de notificação de violação de direitos
- Revisar o Pacto de Aprimoramento de Gestão firmado entre os Governos Estaduais e Federal e estendê-lo aos municípios
- Vincular entidades de assistência social ao SUAS

Iniciativas

- 0142 - Aprimorar a regulação do SUAS
- 0144 - Intercâmbio de boas práticas, desafios e perspectivas no âmbito internacional, para fortalecimento da Assistência Social e da gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda no Brasil e em países em desenvolvimento no âmbito da cooperação sul-sul
- 0145 - Promover e apoiar a gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda, bem como construir métodos e processos de trabalho qualificados para essa integração
- 0146 - Qualificar a gestão do SUAS, por meio do acompanhamento, apoio técnico e financeiro às demais esferas federativas, do apoio e fortalecimento das instâncias de pactuação e de controle social, do aperfeiçoamento da tecnologia da informação utilizada, bem como da produção e disseminação de instrumentos para o diagnóstico das situações de vulnerabilidade, risco e violações de direitos e informações sobre os serviços ofertados, incluindo a produção de estatísticas nacionais e subnacionais no âmbito do SUAS, contemplando a realização anual do Censo SUAS

OBJETIVO: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Elevar o número de conselhos municipais com alternância na presidência entre os representantes governamentais e os representantes da sociedade civil
- Elevar o número de conselhos municipais com secretaria executiva
- Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com previsão de recursos específicos no orçamento do órgão gestor, destinados à sua manutenção e funcionamento
- Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com representantes da sociedade civil eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim
- Realizar 2 Conferências Nacionais de Assistência Social

Iniciativas

- 0147 - Assegurar o funcionamento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), realizar as Conferências Nacionais de Assistência Social, incentivar a participação da sociedade civil nos conselhos de assistência social, apoiar e acompanhar o aprimoramento e fortalecimento do controle social no âmbito do SUAS

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11.133

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Dívida Pública (DLSP/ PIB)	%	31/12/2010	40,00
Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco	%	31/12/2010	85,00
FBCF (% PIB)	%	31/12/2010	18,40
PIB (Crescimento)	%	31/12/2010	7,50
Quantidade de Certificados de Garantia emitidos	%	31/12/2010	35,00
Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	%	31/12/2010	78,74
Quota do Brasil no FMI	%	31/12/2010	53,06
Resultado Primário anual do Governo Central	R$ bilhão	31/12/2010	79,00
Taxa de Emissões Primárias da Economia	%	31/12/2010	30,80
Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB	%	31/12/2010	69,92
Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2010	3,24
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	%	31/12/2010	5,91

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**408.987**	**1.036.547**
Despesas Correntes	396.187	895.982
Despesas de Capital	12.800	140.565
Outras Fontes	**30.000**	**90.000**
Valores Globais	**438.987**	**1.126.547**
	1.565.534	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	350.000

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias
- Aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial, de forma a refletir sua participação relativa na economia global
- Implementar diretrizes de política econômica com vistas ao crescimento sustentado e à solidez das contas públicas, com estabilidade de preços e promoção da competitividade

Veto 6/2012
SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Instituir novas diretrizes e/ou modificar a legislação financeira, tributária e creditícia, com ênfase nos aspectos que propiciem a otimização dos recursos alocados na implementação de políticas públicas

- Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN

- Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional às exigências de capitalização

Iniciativas

- 03ML - Análise e elaboração de instrumentos econômicos associados às políticas de meio ambiente e mudanças climáticas

- 03MM - Aperfeiçoamento e gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI

- 03MO - Aprimorar os processos de orientação e atendimento à sociedade em geral

- 03MP - Autorização para funcionamento das instituições componentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e demais atos societários sujeitos a aprovação do Banco Central, bem como dos atos de concentração das instituições integrantes do SFN e seus efeitos sobre a concorrência

- 03MT - Coordenação de ações de política econômica com outros órgãos públicos e demais agentes

- 03MV - Definição, regulamentação, implementação e controle dos instrumentos de política monetária, cambial e de crédito

- 03MW - Desenvolver programa de educação e inclusão financeira com foco na promoção de informação, formação e orientação quanto às políticas monetária e cambial, ao planejamento financeiro, ao meio circulante e aos produtos e serviços disponibilizados pelas entidades

- 03MX - Desenvolvimento de estudos e elaboração de normas relativas ao funcionamento do SFN e do mercado de câmbio e capitais estrangeiros, envolvendo a análise da regulamentação do sistema financeiro internacional, com vistas à adoção de padrões internacionais para a equalização de procedimentos

- 03N0 - Desenvolvimento e gestão dos sistemas de informação necessários à execução das atividades de Supervisão Bancária e Fiscalização do SFN, do Sistema Pagamentos Brasileiro, das Reservas Internacionais, do Sistema de Câmbio e Capitais Estrangeiros, do SML e do Sistema CCR

- 03N1 - Desenvolvimento e negociação de estratégias para redução dos desequilíbrios globais e cambiais, no âmbito do mecanismo de coordenação de políticas macroeconômicas do G-20 Marco para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado"

- 03N2 - Desenvolvimento e negociação de regras e modelos alternativos de governança das Instituições Financeiras Internacionais visando a ampliar a participação acionária brasileira

- 03N3 - Desenvolvimento e negociação no âmbito do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) de instrumentos de aprimoramento da regulação e supervisão do setor financeiro

- 03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas

- 03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União

- 03NE - Realização da supervisão e do monitoramento da atuação das instituições financeiras e das demais sociedades que operam no mercado financeiro, com a devida apuração das infrações às normas legais e regulamentares instituídas, além do monitoramento dos mercados financeiros e atendimento a denúncias e reclamações dos cidadãos e atendimento a demandas dos diversos poderes

- 03NG - Realização de estudos, análises e acompanhamento de indicadores conjunturais e estudos do impacto econômico das políticas públicas com vistas à proposição de alocação das despesas governamentais em programas que promovam o desenvolvimento econômico com inclusão social

OBJETIVO: 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas, ao controle das estruturas de mercado e ao mercado de captação de poupança popular, com a finalidade de promover a livre concorrência e estimular o crescimento econômico sustentado.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Instruir e analisar 2.600 atos de concentração e processos administrativos

- Realizar 2.400 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais

- Realizar 300 manifestações sobre regulação de atividades econômicas

Iniciativas

- 03NR - Instrução e análise de atos de concentração e processos administrativos
- 03NS - Regulação de atividades econômicas em moldes concorrenciais
- 049Y - Homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais

OBJETIVO: 0893 - Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Realizar a inclusão social da população de baixa renda, por intermédio do acesso a produtos e serviços financeiros e capacitar os novos clientes de baixa renda em educação financeira

Iniciativas

- 03OA - Capacitar as pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas
- 03OB - Concessão de Crédito para pessoas de baixa renda com finalidades de consumo ou empreendedoras, com taxas de juros diferenciadas para essa faixa da população
- 03OC - Disponibilizar um portifólio de produtos complementares (consórcio, seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes
- 03OD - Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010
- 0496 - Apoio à abertura de contas simplificadas
- 0498 - Fomento ao Micropenhor

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Direcionar as ações de supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários para a mitigação dos principais riscos relacionados ao desempenho das atribuições legais conferidas à CVM pela Lei nº 6.385/1976, objetivando uma abordagem mais preventiva do que reativa e a racionalização da aplicação dos recursos humanos e materiais. Entre 2012 e 2015, deverão ser elaborados e divulgados: - 2 Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco - 8 Relatórios Semestrais de Execução dos Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco
- Realizar a supervisão das companhias de capital aberto, fundos de investimento, auditores independentes, intermediários e autorreguladores com base em um sistema de supervisão baseada em riscos
- Realizar as atividades de regulamentação com base em metodologias de AIR - Análise do Impacto Regulatório / CBA - Cost-benefit Analysis
- Reduzir o tempo de trâmite dos processos sancionadores por meio do mapeamento de seus fluxos e da definição de indicadores de desempenho

Iniciativas

- 03OG - Disponibilizar canais de comunicação para orientação e atendimento aos investidores e demais participantes de mercado, e desenvolver programa de educação financeira com foco no mercado de valores

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

mobiliários

- 03OH - Impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da própria CVM ou de leis especiais cujo cumprimento lhe incumba fiscalizar
- 03OI - Realizar estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado de capitais
- 03OJ - Regulamentar o mercado de valores mobiliários, e assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários e seus emissores
- 03OK - Supervisionar permanentemente as atividades e os serviços prestados no âmbito do mercado de valores mobiliários, bem como a veiculação de informações relativas ao mercado, às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Desenvolver os Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, buscando a formação de poupança popular e a proteção da sociedade contra prejuízos financeiros, aumentando em 30% as reservas desses mercados corrigidas pelo IPCA ou outro índice que, porventura, venha a substituí-lo no período 2012-2015

Iniciativas

- 03OL - Aprimorar os processos de orientação e atendimento à sociedade em geral
- 03OM - Assegurar o crescimento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, buscando a sua credibilidade, por meio de regulamentação clara e eficaz e de ações de supervisão com foco na prevenção de riscos
- 03ON - Desenvolver e aperfeiçoar produtos destinados à inclusão social e financeira de famílias de baixa renda, que enfrentam maiores riscos e encontram mais dificuldades na superação de crises, por meio dos microsseguros, desenvolvendo e aperfeiçoando novos produtos, menos onerosos (com menores custos administrativos e tributários) e com regras simples e fáceis de entender
- 03OO - Desenvolver programa de educação financeira com foco nos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização

OBJETIVO: 0896 - Propiciar garantia de cobertura por parte da União para segmentos em que o setor privado não está presente ou atua com restrições, de forma a viabilizar a contratação de financiamentos e estabelecer um instrumento para a gestão desta garantia. Assegurar a sustentabilidade do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, promover o desenvolvimento de novas coberturas e viabilizar a recuperação de créditos da União em razão de indenizações pagas pelo FGE ou relativas ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Disponibilizar ao mercado a garantia de cobertura pela União para operações financeiras que não são plenamente atendidas pelo setor privado
- Estabelecer um procedimento de recuperação de crédito em razão do pagamento de indenizações pelo Fundo de Garantia às Exportações - FGE
- Renegociar todos os créditos oficiais soberanos brasileiros em atraso, relativos ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações (ex-FINEX), com vistas à melhor recuperação possível

Iniciativas

- 03OQ - Elaboração de novos produtos relacionados ao seguro de crédito à exportação

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03OR - Aperfeiçoamento do processo de concessão do seguro de crédito à exportação e de recuperação de créditos indenizados pelo FGE
- 03OS - Equacionamento das dívidas em atraso decorrentes do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX)
- 049G - Garantia de cobertura para financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas para Exportação

OBJETIVO: 0897 - Promover o desenvolvimento dos profissionais da área fazendária.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Atingir um grau de satisfação dos contratantes e dos alunos em 90%.

Iniciativas

- 03OW - Promoção da cidadania fiscal.
- 03OX - Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária.

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 204

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas em taludes e encostas sujeitas a deslizamento)	município	01/07/2008	811,00
Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas sem infraestrutura de drenagem)	município	01/07/2008	1.210,00
Municípios com Órgão de Defesa Civil Implementado e Estruturado	município	01/06/2011	458,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.047.939**	**9.974.844**
Despesas Correntes	131.601	389.247
Despesas de Capital	1.916.338	9.585.597
Outras Fontes	**1.480.000**	**2.680.000**
Valores Globais	**3.527.939**	**12.654.844**
	16.182.784	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Contratar R$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas
- Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos
- Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos
- Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	município
Região Sudeste	1,00	município
Região Sul	2,00	município

- Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano
- Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras para a implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca
- Promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente

Voto 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos

Iniciativas

- 00EN - Construção da Barragem Serro Azul (PE)
- 00EP - Elaboração de diretrizes ambientais para o manejo sustentável de águas pluviais à partir do planejamento da bacia hidrográfica, visando à prevenção de desastres associados a inundações, enxurradas e deslizamentos
- 00ER - Execução de estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e recuperação ambiental
- 00ET - Execução de obras emergenciais em situações de risco iminente
- 00EU - Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista (RJ)
- 00EV - Obras de Macrodrenagem em Salvador (BA)
- 00EW - Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos
- 04B1 - Desassoreamento do Rio Tubarão
- 04B2 - Controle de Enchentes do Rio Itajaí-Açu
- 04BD - Urbanização de Macro e Micro Drenagem de Canais em Macapá/AP
- 04BH - Implantação do Sistema de Macrodrenagem na Região Metropolitana de Vitória/ES

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Capacitação de 4.500 pessoas nas atividades de defesa civil
- Estruturação de órgãos estaduais de defesa civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	estado
Região Nordeste	9,00	estado
Região Norte	7,00	estado
Região Sudeste	4,00	estado
Região Sul	3,00	estado

- Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres
- Implementação e estruturação das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Implementação e estruturação de órgãos municipais de defesa civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	104,00	município
Região Nordeste	1.202,00	município
Região Norte	161,00	município

Voto 6/2017
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SF-006
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	528,00	município
Região Sul	861,00	município

- Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

- Promover a participação brasileira nos fóruns e discussões internacionais de modo a permitir o diálogo e a cooperação com outros países em matéria de proteção civil

- Realizar Conferência Nacional de Defesa Civil

- Realizar Conferências Regionais de Defesa Civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

Iniciativas

- 00FA - Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres

- 00FF - Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil

- 00FG - Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

- 00FH - Promover a articulação dos entes federados, da sociedade e de organismos internacionais por meio da organização e participação em fóruns de discussão e da capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Modelos geodinâmicos e hidrológicos calibrados em 50 áreas críticas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	município
Região Nordeste	10,00	município
Região Norte	4,00	município
Região Sudeste	18,00	município
Região Sul	14,00	município

- Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidade para 251 municípios com riscos de deslizamentos de massa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	8,00	município
Região Nordeste	24,00	município
Região Norte	4,00	município
Região Sudeste	176,00	município
Região Sul	39,00	município

- Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidades para 205 municípios com riscos de inundações e enxurradas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	município
Região Nordeste	26,00	município
Região Norte	4,00	município
Região Sudeste	40,00	município

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	132,00	município

Iniciativas

- 00FM - Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais
- 00FQ - Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco
- 04AJ - Implantação de Centros Regionais Integrados de Emergência, Prevenção e Defesa Civil

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Assistir às populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres
- Implementar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil em municípios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	161,00	município
Região Nordeste	1.202,00	município
Região Norte	104,00	município
Região Sudeste	528,00	município
Região Sul	861,00	município

Iniciativas

- 00FS - Implementação e monitoramento da utilização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil
- 00FT - Socorro e assistência às populações vitimadas, reabilitação do cenário de desastres e reconstrução de infraestruturas danificadas por desastres

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	município
Região Nordeste	34,00	município
Região Norte	3,00	município
Região Sudeste	167,00	município
Região Sul	91,00	município

Iniciativas

- 02B2 - Mapeamento de áreas de risco, com foco em inundações, enxurradas e deslizamentos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	município
Região Nordeste	34,00	município
Região Norte	3,00	município
Região Sudeste	117,00	município
Região Sul	91,00	município

Iniciativas

- 02CR - Levantamento e divulgação de informações geológicas-geotécnicas

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11.2013

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Conhecimento geológico do território nacional amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.505.000,00
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:100.000	km²	31/12/2010	1.422.000,00
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.236.800,00
Empregos diretos na Mineração	quantidade	31/12/2010	157.000,00
Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral	quantidade	31/12/2010	847.000,00
Exportações da Mineração	US$ bilhão	31/12/2010	31,60
Exportações da Mineração e Transformação Mineral	US$ bilhão	31/12/2010	50,80
Importação de Fertilizantes (variação)	%	31/12/2010	26,60
Importação de máquinas para a mineração	US$ mil	31/12/2010	547.809,00
Importação de máquinas para siderurgia	US$ mil	31/12/2010	2.679.832,00
PIB da Mineração - Inclui pelotização	US$ bilhão	31/12/2010	17,80
PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia)	US$ bilhão	31/12/2010	41,70
PIB da Transformação de Não-Metálicos	US$ bilhão	31/12/2010	16,30
PIB M&TM	US$ bilhão	31/12/2010	131,00
Produção de insumos da construção civil (1992=100%)	%	31/12/2009	135,12
Saldo Comercial da Mineração	US$ bilhão	31/12/2010	23,90
Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral	US$ bilhão	31/12/2010	26,00
Valor da Produção Mineral	US$ bilhão	31/12/2010	39,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**136.543**	**406.142**
Despesas Correntes	117.070	356.598
Despesas de Capital	19.473	49.544
Outras Fontes	**14.788.952**	**44.393.101**
Valores Globais	**14.925.495**	**44.799.243**
	59.724.738	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	12.000,00	unidade

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	40.000,00	unidade
Região Norte	15.000,00	unidade
Região Sudeste	25.000,00	unidade
Região Sul	20.000,00	unidade

- Concluir a implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais - LAMIN

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Concluir a implantação da Rede de Litotecas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Concluir a implantação da Rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Elaborar mapas da geodiversidade, no entorno de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e de aquíferos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro e o Anuário Metalúrgico Brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	21,00	unidade

- Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos brasileiros

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	150,00	unidade
Região Nordeste	390,00	unidade
Região Norte	200,00	unidade
Região Sudeste	160,00	unidade
Região Sul	100,00	unidade

- Implantar a Rede de Sismologia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.21
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Produzir estudos e mapeamento hidrogeológicos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6,00	unidade
Região Nordeste	10,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	233.000,00	km²
Região Nordeste	147.000,00	km²
Região Norte	506.000,00	km²
Região Sudeste	98.000,00	km²
Região Sul	78.000,00	km²

- Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	680.000,00	km²
Região Nordeste	630.000,00	km²
Região Norte	1.430.000,00	km²
Região Sudeste	690.000,00	km²
Região Sul	379.000,00	km²

- Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	120.000,00	km²
Região Nordeste	180.000,00	km²
Região Norte	90.000,00	km²
Região Sudeste	114.000,00	km²
Região Sul	90.000,00	km²

- Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	108.000,00	km²
Região Norte	270.000,00	km²

- Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15.000,00	km²
Região Nordeste	15.000,00	km²
Região Sudeste	12.750,00	km²
Região Sul	12.750,00	km²

Iniciativas

- 0016 - Implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais - LAMIN

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 0017 - Implantação e operação de redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas
- 0018 - Promoção da gestão e difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral
- 001C - Realização de levantamentos geológicos, geofísicos e de recursos minerais
- 001H - Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade

OBJETIVO: 0035 - Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com vistas à identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Realizar estudos e projetos para definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral - ARIMs
- Realizar o Zoneamento Mineral do Brasil

Iniciativas

- 001U - Implantação do Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados
- 001V - Realização de estudos e projetos para definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral - ARIMs

OBJETIVO: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50.000,00	km²
Região Nordeste	50.000,00	km²
Região Norte	50.000,00	km²
Região Sudeste	50.000,00	km²
Região Sul	50.000,00	km²

- Elaborar programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo
- Realizar 5 estudos da cadeia produtiva de minerais estratégicos

Iniciativas

- 002F - Apoio e incentivo à pesquisa mineral para minerais estratégicos e à abertura de novas minas
- 002G - Criação de grupos de trabalho para o acompanhamento de bens minerais estratégicos e a elaboração de programas de médio e longo prazo
- 002I - Estudos de minerais estratégicos por meio de levantamentos específicos em escala de detalhe
- 002M - Produção de minerais estratégicos
- 002N - Realização de estudos das cadeias produtivas de minerais estratégicos

Voto 6/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 213

OBJETIVO: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Desenvolver projetos internacionais de cooperação técnico-científica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	36,00	projeto

- Fortalecer e ampliar a atuação internacional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
- Promover cooperação internacional para fortalecimento da cadeia mineral com países sul-americanos e africanos

Iniciativas

- 002Q - Celebração de projetos de cooperação internacionais para fortalecimento da cadeia mineral
- 002R - Fortalecimento e ampliação da atuação internacional da CPRM

OBJETIVO: 0042 - Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade

Iniciativas

- 002U - Realização de estudos e projetos de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs

OBJETIVO: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Implantar a Rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (CEDES/CPRM)
- Realizar estudo diagnóstico sobre o conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para a mineração e transformação mineral

Iniciativas

- 002W - Articulação com o setor privado para estímulo à inovação tecnológica na indústria mineral
- 002X - Consolidação do centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de geologia, recursos minerais e hídricos (CEDES/CPRM)
- 0032 - Realização de estudo diagnóstico sobre máquinas e equipamentos para a mineração e a transformação mineral com vistas ao aumento do conteúdo nacional

Visto 6/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
Fl. 214
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para

o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Fiscalizar anualmente 100% das minas subterrâneas brasileiras, das minas com barragens em 4 anos e das concessões de águas minerais e potáveis de mesa em 4 anos

- Fiscalizar anualmente 100% dos projetos/empreendimentos de minerais estratégicos (potássio, fosfato, lítio e terras raras)

- Implementar estudos e projetos de redução de acidentes de trabalho na mineração

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	2,00	projeto

- Realizar estudo sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira

- Realizar estudos sobre sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	12,00	estudo
Região Nordeste	16,00	estudo
Região Norte	8,00	estudo
Região Sudeste	12,00	estudo
Região Sul	12,00	estudo

- Reduzir o tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	258,00	dia
Região Centro-Oeste	220,00	dia
Região Nordeste	134,00	dia
Região Norte	310,00	dia
Região Sudeste	413,00	dia
Região Sul	227,00	dia

Iniciativas

- 003B - Estímulo à ampliação da produção mineral com sustentabilidade, eficiência ecológica e agregação de valor
- 003C - Estímulo à implantação de empreendimentos de produção e transformação mineral
- 003D - Estudos e projetos para otimização do aproveitamento dos recursos minerais
- 003E - Fiscalização da atividade minerária
- 003G - Gestão dos direitos minerários
- 003J - Implantação de empreendimento de mineração com siderurgia e logística portuária no PA e MA
- 003K - Implantação de empreendimento de mineração com logística em MG e RJ
- 003L - Regulação da atividade minerária
- 048N - Implantação de empreendimento de mineração com energia em GO, MT, PA e SP
- 048O - Implantação de empreendimento de mineração com logística em MG e RJ
- 048P - Implantação de empreendimento de mineração com logística em BA, MG, RJ e ES
- 048Q - Implantação de empreendimentos de mineração
- 048S - Implantação de empreendimento de mineração em MG
- 048T - Implantação de empreendimento de mineração com logística e energia em MG e ES

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0478 - Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Faixa de Fronteira
- Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Decreto sobre Recursos e Reservas
- Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Garantia para Financiamento por Direitos Minerários
- Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Terras Indígenas
- Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de revisão da política de participação governamental ("royalties")
- Criar e reestruturar as instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas e Energia em decorrência do novo modelo regulatório
- Desenvolver planos estaduais e municipais de mineração

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	5,00	unidade

- Realizar estudo e implementar a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME em decorrência das mudanças no modelo regulatório

Iniciativas

- 01L0 - Conclusão e implementação do novo modelo regulatório do setor mineral
- 01L1 - Desenvolvimento de planos estaduais e municipais de mineração
- 01L2 - Reestruturação das instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas e Energia

OBJETIVO: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração
- Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6,00	unidade
Região Nordeste	15,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	20,00	unidade
Região Sul	8,00	unidade

- Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	12,00	unidade
Região Nordeste	16,00	unidade

Veto 6/20/12
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11-216
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	8,00	unidade
Região Sudeste	12,00	unidade
Região Sul	12,00	unidade

- Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela RedeAPLmineral

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	12,00	unidade
Região Norte	10,00	unidade
Região Sudeste	13,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Iniciativas

- 01LQ - Apoio e incentivo ao desenvolvimento de APLs e à consolidação da Rede APLmineral

- 01LR - Consolidação, ampliação, fortalecimento e incentivo a programas de extensionismo mineral, formalização, capacitação e financiamento de micro e pequenas empresas de mineração, de cooperativas, associações e distritos mineiros

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
1217

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Indicador de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Agropecuária (número de projetos de P&D e de TT)	unidade	31/05/2011	782,00
Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transferência de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas)	unidade	31/12/2010	292,00
Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	56,00
Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	0,63
Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	1,98
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano	unidade	30/04/2011	93.442,00
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano	unidade	31/05/2011	1.703,00
Participação das Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia Agropecuárias nos Processos de Inovação	%	01/01/2011	17,64
Produtividade agrícola dos grãos	kg por ha	31/12/2010	3.149,80
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R$) aplicado	R$	30/04/2011	9,35
Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	0,10

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**664.974**	**1.767.956**
Despesas Correntes	380.585	1.053.949
Despesas de Capital	284.389	714.007
Valores Globais	**664.974**	**1.767.956**
	2.432.930	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Desenvolver plataforma funcional de validação de novos genes (Programa ABC)
- Estabelecer 2 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
- Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 03GG - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias incrementais para competitividade e sustentabilidade das cadeias de produtos da agropecuária
- 03GH - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para atender a grandes desafios nacionais e promover a competitividade e sustentabilidade setoriais
- 03GI - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para suporte à agricultura familiar e à sustentabilidade do meio rural
- 03GJ - Transferência de tecnologias (TT) para viabilizar o desenvolvimento rural sustentável

OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacaueiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	805,00	tonelada
Região Nordeste	208.818,00	tonelada
Região Norte	116.242,00	tonelada
Região Sudeste	8.402,00	tonelada

- Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	480,00	quilograma por hectare
Bioma Mata Atlântica	480,00	quilograma por hectare

Iniciativas

- 03GK - Desenvolvimento de processos de avaliação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais para as regiões cacaueiras
- 03GM - Geração de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia

OBJETIVO: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Implantar a unidade Embrapa Quarentena Vegetal (DF)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade

- Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa
- Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através do aperfeiçoamento de profissionais via cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa

Iniciativas

- 03GO - Ampliação e modernização da infraestrutura física e laboratorial dos Centros de Pesquisas da CEPLAC nos Estados da Bahia, Pará e Rondônia

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03GP - Desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais, coerentes com as necessidades estratégicas da Embrapa e das OEPA, que resultem no aprimoramento e na melhoria do desempenho e da atuação profissional dos funcionários e empregados, direcionados para a excelência organizacional

- 03GR - Modernização e ampliação da infraestrutura física da Embrapa

- 048X - Ampliação e modernização da infraestrutura, aperfeiçoamento da gestão e integração das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas (OEPAS)

OBJETIVO: 0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacaueiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	138,00	unidade
Região Nordeste	2.393,00	unidade
Região Norte	4.279,00	unidade
Região Sudeste	190,00	unidade

- Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacaueiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.373,00	unidade
Região Nordeste	23.934,00	unidade
Região Norte	42.790,00	unidade
Região Sudeste	1.902,00	unidade

- Ampliar de 649,4 mil ha para 696,4 mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.013,00	ha
Região Nordeste	522.044,00	ha
Região Norte	151.328,00	ha
Região Sudeste	21.005,00	ha

Iniciativas

- 044F - Difusão de tecnologias agrícolas e planos de negócios sustentáveis para as regiões cacaueiras

OBJETIVO: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 1658 para 2298 o número de cultivares protegidas

- Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	35,00	unidade
Região Norte	15,00	unidade
Região Sudeste	35,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	35,00	unidade

- Aprovar o Plano de Ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação - RGAA
- Aumentar de 110 para 150 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares
- Cadastrar 100 empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão - AP
- Capacitar 200 profissionais em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - RGAA
- Capacitar 3.000 técnicos do setor em temas de inovação no âmbito do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA
- Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual, Biotecnologia, Agricultura de Precisão-AP, Recursos Genéticos)

Iniciativas

- 044H - Cadastro de empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão, em cooperação com órgãos públicos e privados
- 044I - Conservação, valorização e uso sustentável dos recursos genéticos para a agricultura e alimentação (RENEAGRO)
- 044J - Consolidação do levantamento nacional de Agricultura de Precisão, em parceria com instituições públicas e privadas
- 044K - Desenvolvimento da biotecnologia agropecuária com foco no fortalecimento da bioindústria nacional
- 044L - Diagnóstico nacional de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação (RGAA), em parceria com instituições públicas e privadas
- 044N - Fomento à Inovação no Agronegócio (INOVAGRO)
- 044O - Implantação de Núcleo Avançado em Agricultura de Precisão (NAAP), em parceria com órgãos públicos e privados
- 044P - Organização de cadeias produtivas para o uso das Indicações Geográficas e marcas coletivas (INDIGRAF)
- 044Q - Proteção, fiscalização e disponibilização de cultivares certificadas (PROTCULTIV)

Jeto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
fl. 22
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Chegada de turistas provenientes da Argentina ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	1.399.592,00
Chegada de turistas provenientes da Bolívia ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	99.359,00
Chegada de turistas provenientes da Colômbia ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	85.567,00
Chegada de turistas provenientes da Guiana ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	5.236,00
Chegada de turistas provenientes da Venezuela ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	51.186,00
Chegada de turistas provenientes do Chile ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	200.724,00
Chegada de turistas provenientes do Equador ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	23.095,00
Chegada de turistas provenientes do Paraguai ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	194.340,00
Chegada de turistas provenientes do Peru ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	81.020,00
Chegada de turistas provenientes do Suriname ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	2.930,00
Chegada de turistas provenientes do Uruguai ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	228.545,00
Corrente de Comércio Brasil-Argentina	US$ milhão por ano	31/12/2010	32.957,00
Corrente de Comércio Brasil-Bolívia	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.396,00
Corrente de Comércio Brasil-Chile	US$ milhão por ano	31/12/2010	8.362,00
Corrente de Comércio Brasil-Colômbia	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.275,00
Corrente de Comércio Brasil-Equador	US$ milhão por ano	31/12/2010	1.035,00
Corrente de Comércio Brasil-Guiana	US$ milhão por ano	31/10/2010	28,40
Corrente de Comércio Brasil-países da América do Sul	US$ milhão por ano	31/12/2010	62.995,00
Corrente de Comércio Brasil-países do MERCOSUL	US$ milhão por ano	31/12/2010	39.221,00
Corrente de Comércio Brasil-Paraguai	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.159,00
Corrente de Comércio Brasil-Peru	US$ milhão por ano	31/12/2010	2.928,00
Corrente de Comércio Brasil-Suriname	US$ milhão por ano	31/12/2010	63,60
Corrente de Comércio Brasil-Uruguai	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.105,00
Corrente de Comércio Brasil-Venezuela	US$ milhão por ano	31/12/2010	4.687,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**5.750**	**6.556**
Despesas Correntes	1.200	3.278
Despesas de Capital	4.550	3.278
Valores Globais	**5.750**	**6.556**
	12.306	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	50.000

OBJETIVO: 0406 - Promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Ampliar a cooperação militar, de pesquisa e de desenvolvimento com os países da América do Sul, colaborando com o fortalecimento do Brasil no cenário internacional, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa
- Consolidar o Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED/CSD)
- Estabelecer acordos com os países da América do Sul que possibilitem a integração das indústrias regionais de produtos de defesa, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa
- Implementar os Planos de Ação definidos no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CSD)

Iniciativas

- 019E - Ampliação das atividades do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)
- 019F - Aprimoramento da produção regional do conhecimento estratégico nos campos do Poder e nas áreas estratégicas definidas na Estratégia Nacional de Defesa
- 019H - Consolidação de mecanismo para ajuda recíproca, em caso de desastres, no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)
- 019I - Consolidação do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)
- 019J - Construção de parcerias entre as áreas de inteligência sul-americanas
- 019K - Cursos sobre Defesa na Escola Superior de Guerra para civis e militares sul-americanos
- 019L - Desenvolvimento de ações regionais de cooperação e intercâmbio no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira
- 019N - Intercâmbio de cultura doutrinária militar com integrantes de Forças Armadas dos demais países da América do Sul
- 019O - Intercâmbio regional na área de interoperabilidade logística entre as Forças Armadas
- 019Q - Promoção da integração regional da indústria de material de defesa

OBJETIVO: 0765 - Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Desenvolver cursos e implementar Institutos de Educação Profissional e Tecnológica ao longo da Faixa de Fronteira brasileira, com oferta compartilhada de vagas entre brasileiros e estrangeiros

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sul	4,00	unidade

- Estruturar e integrar Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, conforme as potencialidades identificadas na Região

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sul	6,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
1223

- 031E - Capacitação de atores locais em elaboração de projetos, cooperação internacional e outros temas afetos à integração fronteiriça
- 031F - Celebração de acordos que permitam ações conjuntas e a compra e venda de materiais, equipamentos e serviços de saúde pública em faixa de fronteira
- 031G - Celebração e implementação de acordos sobre localidades fronteiriças vinculadas, com vistas a melhorar a qualidade de vida e facilitar as atividades cotidianas do cidadão fronteiriço
- 031H - Desenvolvimento de Cursos e Institutos de Educação Profissional e Tecnológica ao longo da fronteira terrestre brasileira, com oferta compartilhada de vagas entre brasileiros e estrangeiros, tendo como base a complementaridade da oferta, a adaptação pedagógica às necessidades locais, o ensino de idiomas e o incremento de pesquisas integradas
- 031I - Estruturação e Integração de Arranjos Produtivos Locais na faixa de fronteira, conforme as potencialidades identificadas na região
- 031J - Estudos e análises para fortalecimento do caráter estratégico da faixa de fronteira
- 031L - Harmonização de políticas públicas mediante articulação institucional de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, com vistas à complementaridade de ações e ao apoio à realização de projetos conjuntos por atores locais brasileiros e de países vizinhos
- 031M - Promoção da formalização de trabalhadores em áreas fronteiriças, com foco no setor de mineração

OBJETIVO: 0796 - Promover a implementação das Áreas de Controle Integrado (ACIs) na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL, por meio da modernização e aprimoramento, dotando-as de adequada infraestrutura, recursos humanos, financeiros e tecnológicos, de forma a simplificar os trâmites aduaneiros.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Implementar efetivamente o controle integrado em 10 ACIs

Iniciativas

- 037C - Aprovação de atos normativos referentes ao aperfeiçoamento e à modernização da atuação dos controles integrados
- 037F - Implementação efetiva do controle integrado nas ACIs (Áreas de Controle Integrado)
- 037H - Pacto entre organismos nacionais intervenientes no controle fronteiriço: Receita Federal do Brasil, Departamento de Polícia Federal, Ministério da Agricultura, ANVISA e ANTT, a fim de possibilitar a atuação coordenada e harmônica no âmbito das Áreas de Controle Integrado
- 037I - Pacto entre os organismos estrangeiros intervenientes no controle fronteiriço, a fim de possibilitar a atuação coordenada e harmônica no âmbito das Áreas de Controle Integrado

OBJETIVO: 0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Desenvolver dois projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no MERCOSUL
- Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas

Iniciativas

- 03M6 - Construção de Sistema Integrado de Conhecimento, com foco no potencial de integração das atividades produtivas do MERCOSUL
- 03M8 - Criação de sistema colaborativo integrado de propriedade industrial na América do Sul

- 03MA - Desenvolvimento de projetos de integração e cooperação internacional em Arranjos Produtivos Locais/Clusters no MERCOSUL
- 03MB - Desenvolvimento de projetos de integração produtiva de caráter bilateral ou regional, que contemplem condições preferenciais de assistência técnica, capacitação e/ou financiamento, em especial para Micro, Pequenas e Médias Empresas
- 03MC - Desenvolvimento de projetos de integração produtiva, no âmbito do Grupo de Integração Produtiva (GIP) do MERCOSUL
- 03MD - Desenvolvimento dos processos vinculados à integração de cadeias produtivas da agricultura familiar
- 03MH - Implementação de projetos de produção, integração industrial e infraestrutura; pesquisa e desenvolvimento, e capacitação de recursos humanos entre a Amazônia brasileira e os países sul-americanos
- 03MJ - Regulamentação e implementação do Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas

OBJETIVO: 0940 - Incentivar a construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul, por meio do adensamento, da convergência, do aprofundamento e da ampliação dos acordos firmados pelo Brasil, em conjunto com o MERCOSUL ou em separado, no marco institucional da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com vistas a conferir fluidez ao intercâmbio de bens e serviços na região.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Aprofundar as preferências tarifárias no ACE-58 e no ACE-59
- Concluir a negociação do Acordo Bilateral sobre Investimentos entre Brasil e Chile
- Concluir a negociação do Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia, no ACE-59
- Incorporar compras governamentais no âmbito dos ACEs ou bilateralmente
- Incorporar investimentos no âmbito dos ACEs ou bilateralmente
- Incorporar o Certificado de Origem Digital nos ACEs ou bilateralmente
- Incorporar o comércio de serviços no âmbito do ACE-58 (MERCOSUL-Peru)

Iniciativas

- 03Z4 - Ampliação da cobertura temática dos acordos de natureza comercial na América do Sul para novas disciplinas: investimentos, serviços e compras governamentais
- 03Z6 - Aperfeiçoamento da normativa dos acordos comerciais com os países da América do Sul: Acordo de Complementação Econômica Nº 35 (MERCOSUL-Chile), Nº 36 (MERCOSUL-Bolívia), Nº 58 (MERCOSUL-Peru) e Nº 59 (MERCOSUL-Colômbia/Equador/Venezuela)
- 03Z7 - Aperfeiçoamento dos marcos regulatórios dos acordos comerciais existentes entre o Brasil/MERCOSUL e os demais países da América do Sul
- 03Z8 - Aprofundamento das preferências tarifárias e das condições de acesso a mercados dos Acordos de Complementação Econômica Nº 58 (MERCOSUL-Peru) e Nº 59 (MERCOSUL-Colômbia/Equador/Venezuela)
- 03Z9 - Incentivo ao Espaço de Livre Comércio (ELC) da ALADI, no âmbito do Tratado de Montevidéu de 1980

OBJETIVO: 0941 - Promover o aperfeiçoamento da União Aduaneira do MERCOSUL, com vistas ao estabelecimento do livre comércio intrazona, à consolidação da Tarifa Externa Comum e à coordenação de políticas econômico-comerciais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Adotar mecanismo de revisão periódica de regulamentos técnicos e de medidas sanitárias e fitossanitárias harmonizados no MERCOSUL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Concluir a negociação para a implementação da 1ª e 2ª etapas da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e do mecanismo de distribuição da renda aduaneira, correspondente a cada etapa

- Concluir o processo de entrada em vigor de versão revista da Tarifa Externa Comum, incluindo nova Tarifa Externa Comum para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações

- Concluir o processo de entrada em vigor do novo Regime Comum de Importação de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL

- Implementar a interconexão em linha dos sistemas informáticos de gestão aduaneira e de base de dados

- Implementar o mecanismo de monitoramento dos impactos econômico-comerciais decorrentes da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC)

- Revisar a Decisão CMC nº 08/94 "Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações e Áreas Aduaneiras Especiais"

Iniciativas

- 03ZB - Aprofundamento do Programa de Liberalização do Comércio de Serviços no âmbito do MERCOSUL

- 03ZC - Celebração de acordo de investimentos no âmbito do MERCOSUL

- 03ZE - Definição de compensação para o Paraguai, por eventual perda de arrecadação decorrente da implementação da eliminação da dupla cobrança da TEC, considerando sua condição especial e específica como país sem litoral marítimo e sua alta dependência das arrecadações aduaneiras

- 03ZF - Elaboração de Política Automotiva Comum

- 03ZG - Elaboração de projeto de norma para a efetiva implementação do Documento Único Aduaneiro MERCOSUL (DUAM) e projeto de sistema de validação de informação aduaneira no comércio intrazona, conforme previsto na Decisão CMC Nº 54/04 Eliminação da dupla cobrança da TEC e distribuição da renda aduaneira

- 03ZH - Elaboração de projeto de regulamentação para a segunda etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC

- 03ZI - Elaboração de proposta de coordenação em matéria sanitária e fitossanitária, com vistas a fortalecer o status sanitário e fitossanitário dos Estados-Partes e a articular ações para erradicar pragas e doenças, em nível regional

- 03ZJ - Elaboração de proposta de harmonização de regimes nacionais de drawback e admissão temporária

- 03ZK - Elaboração de proposta de notificação coordenada junto à Organização Mundial do Comércio de políticas relacionadas a medidas sanitárias e fitossanitárias e a medidas não tarifárias adotadas pelos Estados-Partes do MERCOSUL

- 03ZL - Elaboração de proposta de procedimentos para que os Estados Partes intercambiem anualmente informação sobre incentivos

- 03ZM - Elaboração de proposta de regulamentação da primeira etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC, que inclua um procedimento transparente, ágil e simplificado de transferência periódica dos saldos líquidos de arrecadação tributária (conta corrente), que contemple os procedimentos internos de cada Estado-Parte

- 03ZN - Elaboração de proposta de regulamentação da terceira etapa, incluindo a data para sua entrada em vigência e as ações necessárias para o aperfeiçoamento do mecanismo de distribuição da renda aduaneira

- 03ZO - Elaboração de proposta de tratamento das medidas não tarifárias, à luz do artigo 50 do Tratado de Montevidéu

- 03ZP - Elaboração de proposta para o estabelecimento de Regimes Comuns Especiais de Importação acordados no MERCOSUL

- 03ZQ - Elaboração de proposta sobre procedimentos e regras para investigações "antidumping" no comércio intrazona e para a aplicação de medidas de salvaguardas às importações provenientes de países não-membros do MERCOSUL

- 03ZS - Estabelecimento de procedimentos de intercâmbio de informação para que os Estados-Partes comuniquem a introdução ou modificação de exigências para a entrada de mercadorias importadas em seu território

- 03ZU - Negociação de novo marco normativo que possibilite a ampliação das contribuições regulares ao FOCEM, assim como contribuições voluntárias para projetos específicos

- 03ZV - Negociação de proposta de revisão da Tarifa Externa Comum

- 03ZW - Revisão da Decisão CMC Nº 08/94 Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações e Áreas Aduaneiras Especiais, incorporando a Zona Franca de Manaus à União Aduaneira do MERCOSUL

- 03ZX - Revisão da Decisão CMC Nº 23/06 Protocolo de contratações públicas do MERCOSUL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03ZY - Revisão da Resolução GMC Nº 56/02 Diretrizes para a elaboração e revisão de Regulamentos Técnicos MERCOSUL e Procedimentos MERCOSUL de Avaliação da Conformidade e aperfeiçoamento do sistema de elaboração, revisão e incorporação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias do MERCOSUL
- 03ZZ - Revisão do Regime Comum de Importação de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL constante das Decisões CMC Nº 34/03 e 59/08 Bens de Capital
- 0400 - Revisão do sistema de consultas estabelecido pela Diretriz CCM Nº 17/99 Mecanismo de consultas na Comissão de Comércio

OBJETIVO: 0944 - Fortalecer a institucionalidade dos mecanismos de integração regional, sobretudo a UNASUL e o MERCOSUL, para que seus órgãos tenham instrumentos capazes de impulsionar a integração sul-americana.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Criar o Fundo de Participação Social do MERCOSUL
- Instalar a Secretaria-Geral da UNASUL

Iniciativas

- 040C - Consolidação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH)
- 040D - Consolidação do Instituto Social do MERCOSUL (ISM)
- 040E - Constituição do Fundo de Apoio à Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF)
- 040F - Constituição do Fundo de Promoção de Turismo do MERCOSUL (FPTur)
- 040G - Constituição do Fundo MERCOSUL Cultural (FMC)
- 040H - Constituição do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) da UNASUL
- 040I - Elaboração de Portal no âmbito do SGT-1 (Comunicações) do MERCOSUL como ferramenta de suporte aos trabalhos técnicos necessários aos reguladores dos Estados-Partes do Bloco
- 040K - Estruturação do Parlamento do MERCOSUL segundo os critérios de representação cidadã
- 040L - Fortalecimento institucional da Secretaria do MERCOSUL
- 040M - Incorporação ao ordenamento jurídico nacional da Decisão CMC Nº 29/10, que define as modalidades de contribuição dos Estados-Partes do MERCOSUL à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL (ST)
- 040N - Instalação da estrutura institucional da UNASUL
- 040O - Instalação da estrutura institucional para o Alto-Representante-Geral do MERCOSUL
- 040P - Instituição de uma Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS) e criação de um Fundo de Participação Social do bloco
- 040Q - Integralização de recursos para o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL (FEM)

OBJETIVO: 0946 - Expandir as iniciativas previstas nos Planos de Ação das instâncias subsidiárias da UNASUL nas áreas da saúde, combate à fome e à pobreza, erradicação da extrema pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção social e economia solidária, bem como consolidar e implementar o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), com vistas a reforçar o pilar social da integração regional.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Definir cronogramas para a implementação de ações concretas nos 10 eixos do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Estabelecer programa de cooperação permanente baseado nas metodologias e práticas desenvolvidas pelo Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL

Iniciativas

- 0417 - Ampliação e atualização da Matriz de Cooperação Técnica Horizontal do Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL
- 0418 - Cooperação técnica para o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde
- 041A - Elaboração e implementação do plano sul-americano de combate às drogas
- 041B - Implementação de projetos-piloto de cooperação desenvolvidos pelos Grupos Temáticos de Segurança Alimentar e Luta contra a Fome; Proteção, Promoção e Seguridade Social; e Economia Social, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL
- 041C - Implementação do Núcleo de Articulação e Operacionalização de Sistemas de Informação e Comunicação em Saúde (NUSICS)
- 041D - Implementação do Observatório de Saúde do MERCOSUL
- 041E - Implementação dos objetivos do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)

OBJETIVO: 0947 - Consolidar um conjunto de direitos fundamentais e benefícios em favor dos nacionais dos Estados-Partes do Mercosul, mediante Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, conforme estabelecido pela Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 64/10.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Definir cronogramas para o cumprimento das ações internas necessárias para assegurar a plena implementação, em 2021, dos objetivos definidos pelo Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL

Iniciativas

- 041H - Ampliação dos casos de dispensa de tradução, consularização e legalização de documentos entre os Estados-Partes do MERCOSUL
- 041I - Ampliação dos mecanismos de cooperação consular entre os Estados-Partes do MERCOSUL
- 041J - Aprofundamento do Sistema ARCU-SUL para a equivalência plena de cursos superiores no MERCOSUL
- 041L - Consolidação de uma política de livre circulação de pessoas no MERCOSUL, por meio da simplificação de trâmites, agilização de procedimentos de controle migratório e harmonização gradual dos documentos aduaneiros e migratórios
- 041M - Desenvolvimento, com os outros Estados-Partes do MERCOSUL, de diretrizes sobre emprego e planos regionais em matéria de trabalho infantil, inspeção de trabalho e facilitação da circulação de trabalhadores
- 041N - Estabelecimento de Programa de Educação Previdenciária do MERCOSUL
- 041P - Extensão do tratamento local para serviços de telecomunicações sem fio em zona de fronteira, sobretudo por meio do compartilhamento de redes
- 041Q - Fortalecimento dos órgãos sociolaborais do MERCOSUL, do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL (OMTM) e do Grupo de Alto Nível Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego" (GANEmple)
- 041R - Harmonização das informações para a emissão de documentos de identificação nos Estados-Partes do MERCOSUL
- 041S - Inserção da denominação MERCOSUL nas cédulas de identidade nacionais
- 041T - Integração dos cadastros de informações previdenciárias, no que concerne à concessão de benefícios, e de informações trabalhistas dos Estados-Partes do MERCOSUL para fins de simplificação de trâmites, segurança das informações, formulação de políticas públicas e agilização de concessão de benefícios
- 041U - Medidas para favorecer a redução de preços e tarifas para comunicações fixas e móveis entre os Estados-Partes do MERCOSUL, incluindo o "roaming"
- 041V - Negociação da definição de características técnicas que deverá ter a patente veicular (placa) do MERCOSUL

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 041W - Negociação de um Acordo-Quadro para a consolidação de um espaço de mobilidade (estudantes, professores e pesquisadores) e intercâmbios acadêmicos no MERCOSUL
- 041X - Negociação de um sistema de consultas sobre informações veiculares acessível às autoridades competentes dos Estados-Partes do MERCOSUL
- 041Y - Negociação de um Sistema MERCOSUL de Defesa do Consumidor
- 041Z - Simplificação dos trâmites administrativos para efeitos da equivalência de estudos e títulos de ensino superior no MERCOSUL

OBJETIVO: 0954 - Promover, sobretudo no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL, a integração da infraestrutura física com os países da América do Sul, nos setores de transportes, energia e comunicações, com especial ênfase no componente de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Iniciar a execução da Agenda de Projetos Prioritários do COSIPLAN que envolvam o Brasil

Iniciativas

- 042N - Atualização da carteira de projetos no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da UNASUL e monitoramento da Agenda de Projetos Prioritários (APP)
- 042O - Compatibilização regulatória para a implantação de projetos conjuntos na área de produção de insumos energéticos, de geração e transmissão de energia e do aproveitamento energético pelos setores produtivos na região
- 042P - Consolidação do diálogo institucional entre os Organismos Financeiros que atuam na América do Sul, de forma a fortalecer o suporte financeiro aos países e projetos da região
- 042Q - Construção de engenharias financeiras adequadas ao financiamento dos projetos prioritários da Agenda do COSIPLAN
- 042R - Cooperação para a universalização do acesso à energia elétrica, no âmbito da UNASUL
- 042S - Fomento da infraestrutura básica para o escoamento da produção na Amazônia ocidental e Amapá (área de livre comércio de Macapá e Santana) para reduzir os custos de logística e transporte regional
- 042T - Instituição de instrumentos de cooperação voltados para a integração das redes de fibra ótica na América do Sul, com vistas a massificar o acesso à Internet banda larga na região
- 042U - Produção de mapas cartográficos da América do Sul, em escala adequada, com foco nos recursos minerais, energéticos e hídricos, na infraestrutura logística e na identificação de unidades de conservação e terras indígenas

OBJETIVO: 0957 - Promover a implementação do Banco do Sul como instrumento regional de financiamento de projetos com vistas ao desenvolvimento econômico e social na América do Sul, bem como avançar na negociação de um mecanismo regional de garantias, para facilitar o acesso a diferentes formas de financiamento a empreendimentos na região.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

26/06/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Iniciar o financiamento de projetos-piloto por parte do Banco do Sul

Iniciativas

- 0432 - Definição das diretrizes, normas e políticas operacionais do Banco do Sul, em conjunto com os demais países participantes, para os primeiros anos de funcionamento do organismo
- 0433 - Definição de um mecanismo regional de garantias, que facilite o acesso a diferentes formas de financiamento a empreendimentos na região
- 0434 - Integralização de capital brasileiro ao Banco do Sul

- 0435 - Submissão do Convênio Constitutivo do Banco do Sul à aprovação do Congresso Nacional



PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Licenças de Instalação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	90,00
Licenças de Operação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	85,00
Licenças Prévias emitidas	unidade por ano	30/12/2010	55,00
Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos	%	01/01/2009	1,04
Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados	%	01/01/2009	2,35

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**41.295**	**231.365**
Despesas Correntes	36.844	121.315
Despesas de Capital	4.451	110.050
Valores Globais	**41.295**	**231.365**
	272.660	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Ampliar em 5% o número de operações anuais de fiscalização, visando coibir os ilícitos relacionados às atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	293,00	unidade

- Atualizar o Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas e publicar o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente
- Elaborar e implementar o plano de ação para gestão de estoques e resíduos de agrotóxicos considerados poluentes orgânicos persistentes
- Elaborar e Implementar o plano de ação para redução de emissões de dioxinas e furanos
- Implementar a avaliação do risco ambiental para novos ingredientes ativos registrados como agrotóxicos

Voto 2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11-23
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 01MO - Adequação dos procedimentos de controle do perigo e avaliação do risco de substâncias químicas e produtos perigosos
- 01MR - Aprimoramento da fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos considerados efetivo ou potencialmente poluidores, degradadores e contaminantes
- 01MS - Capacitação de técnicos que atuam nas áreas relacionadas à qualidade ambiental
- 01MT - Elaboração e publicação de relatórios e indicadores sobre a qualidade ambiental, e aprimoramento do Cadastro Técnico Federal

- 01MV - Fomento a estudos e projetos voltados para a melhoria da qualidade ambiental
- 01MW - Fomento aos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) para o aperfeiçoamento de redes de monitoramento de qualidade do ar, assim como para a elaboração de inventários regionais de poluentes atmosféricos e para o aperfeiçoamento de seus processos internos de gestão
- 01N0 - Implementação da Agenda de Segurança Química no Brasil

OBJETIVO: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos e apoiar a elaboração de 4 Planos de Ação Estaduais
- Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo
- Elaborar o Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para as tipologias de empreendimentos e atividades prioritárias
- Elaborar, em parceria com os setores envolvidos, 2 Planos de Área para combate a derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Mapear a sensibilidade ambiental ao óleo nas bacias sedimentares marítimas de Campos e de Pelotas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	informação produzida
Região Sul	1,00	informação produzida

Iniciativas

- 01N3 - Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis a Óleo
- 01N4 - Gestão de Risco de Emergências Ambientais, Preparação e Atendimento à Ocorrência de Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos
- 01N5 - Implementação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta às Emergências Ambientais com Produtos Perigosos (P2R2)
- 01N7 - Prevenção e combate de danos ambientais causados pela Indústria do Petróleo
- 04DR - Promoção da qualidade das águas em portos brasileiros

OBJETIVO: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Ampliar em 50% a capacidade operacional do licenciamento ambiental federal
- Capacitar como especialistas em avaliação de impacto ambiental 300 técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal
- Implantar o Programa de Qualificação Técnica em Avaliação de Impactos Ambientais em 20 órgãos estaduais de meio ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	20,00	unidade

- Implementar sistema informatizado para acompanhamento de custos e prazos do licenciamento ambiental

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

- Implementar sistema informatizado para disponibilização de dados e informações referentes à avaliação de impactos ambientais de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental federal

- Integrar as bases de dados de licenciamento ambiental dos órgãos integrantes do SISNAMA, considerando padrões estabelecidos pelo governo federal no âmbito da Infraestrutura de Dados Espaciais (INDE) por meio do Decreto 6.666/08

Iniciativas

- 01N9 - Aperfeiçoamento de normas e da gestão das informações, e desenvolvimento institucional dos órgãos integrantes do SISNAMA responsáveis pelo licenciamento ambiental

- 01NA - Aprimoramento dos mecanismos de licenciamento de empreendimentos com impactos em terras indígenas e comunidades tradicionais

- 01NB - Fortalecer os órgãos integrantes do SISNAMA para a gestão compartilhada por meio da capacitação de gestores e conselheiros ambientais (Plano Nacional de Capacitação e Gestão Ambiental PNC)

OBJETIVO: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Apoiar a atualização e a implementação de 100 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito municipal, pelos respectivos Fóruns de Agenda 21

- Fomentar a implementação de projetos socioambientais abrangendo 200 municípios brasileiros

Iniciativas

- 01NF - Apoio à implementação das ações prioritárias dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável

- 01NH - Capacitação dos Fóruns de Agenda 21 para atualização dos planos e projetos de gestão sustentável do território

- 01NI - Fomento a planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável

OBJETIVO: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental

- Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental

- Realizar 80 adesões da Agenda Ambiental na Administração Pública, nos órgãos e instituições em todos os poderes e esferas de governo

Iniciativas

- 01NK - Desenvolvimento de ações de formação, comunicação e desenvolvimento de capacidades para a formação de educadores ambientais, lideranças comunitárias, jovens e gestores públicos

- 01NL - Desenvolvimento de estratégias de educação ambiental, participação social e mediação de conflitos para apoio à gestão socioambiental de territórios ocupados por grupos em situação de vulnerabilidade

- 01NP - Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental em parceria com órgãos estaduais, municipais e entes não governamentais

- 01NQ - Implementação e consolidação da Agenda Ambiental na Administração Pública

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 01NS - Pesquisa, divulgação técnico-científica e formação de multiplicadores em educação ambiental

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:1.000.000	%	31/12/2010	10,00
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:100.000	%	31/12/2010	1,00
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:250.000	%	31/12/2010	3,00
Fundos marinhos internacionais com conhecimento geológico de iniciativa brasileira	km²	31/12/2010	0,00
Número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	280,00
Número de graduados anualmente em Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	700,00
Taxa de cumprimento de embarque para atividades práticas (experiência embarcada) destinadas aos graduandos na área de Ciências do Mar	%	01/06/2011	60,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**48.011**	**143.224**
Despesas Correntes	45.681	135.672
Despesas de Capital	2.331	7.552
Valores Globais	**48.011**	**143.224**
	191.235	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Ampliar para 60 o número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos simultaneamente nas Ilhas Oceânicas
- Manter a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) habitada com pelo menos três pessoas durante 365 dias por ano

Iniciativas

- 024Z - Implantação, ampliação e manutenção da infraestrutura necessária à operacionalização das atividades científicas e ambientais nas ilhas oceânicas
- 0250 - Implantação de projetos de pesquisas e gerenciamento das informações de caráter científico no âmbito das ilhas oceânicas

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Ampliar para 1.400 o número de graduados anualmente em Ciências do Mar
- Ampliar para 40 o número de projetos integrados no âmbito das cinco redes de pesquisas multidisciplinares existentes sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha
- Ampliar para 560 o número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar
- Atender 70% dos graduandos na área de Ciências do Mar que necessitam realizar práticas de experiência embarcada (100 horas)

Iniciativas

- 025D - Ampliação e consolidação de uma Base de Dados Oceanográficos multidisciplinar, sistematizada e multitemporal
- 025F - Fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha
- 025G - Implantação, operacionalização e manutenção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao Plano Setorial para os Recursos do Mar, apoio e operação dos navios e embarcações de pesquisa, contratação de serviços de embarcações e promoção de mentalidade marítima
- 025K - Promoção da melhoria na formação de Recursos Humanos na área de Ciências do Mar
- 025L - Estímulo à experiência embarcada na formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Ampliar para 40 o número médio de Dispositivos Fixos de coleta de dados, instalados, previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil
- Ampliar para 60 o número médio de Dispositivos Derivantes de coleta de dados previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil, em operação
- Manter operacional 90% dos Dispositivos Fixos instalados nas Redes de Observação previstas pelo GOOS/Brasil

Iniciativas

- 025N - Geração de séries temporais de dados suficientes para a construção de cenários, julgados essenciais para a redução de vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos e de mudanças climáticas
- 025O - Operacionalização de Redes de Observação de coleta de dados oceanográficos e climatológicos e desenvolvimento de outros projetos de pesquisa que contribuam para o monitoramento dos oceanos e do clima

OBJETIVO: 0562 - Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Delimitar a Plataforma Continental Brasileira

Iniciativas

- 025P - Elaboração da proposta de limite exterior da Plataforma Continental Brasileira para além das 200 milhas, conforme previsto no artigo 76 da CNUDM

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
Fl. 256
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distancia, na metodologia do Projeto Orla

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidades na zona costeira, em escala local
- Elaborar proposta para monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Orla
- Implementar e disseminar Sistema de Modelagem Costeira, adaptado às características da costa brasileira

Iniciativas

- 025Q - Análises de tendências de longo prazo para determinação da vulnerabilidade da zona costeira em distintos cenários de mudanças climáticas, a partir de dados fornecidos pela Rede de Observações do Nível Médio do Mar (NMM)
- 047I - Gestão ambiental territorial da zona costeira

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004, por meio da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), na EACF, atingindo 100% do atendimento dos requisitos do Sistema
- Alcançar o número de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.
- Alcançar o número de 50 trabalhos científicos sobre a região Antártica desenvolvidos no âmbito do Programa Antártico Brasileiro publicados em periódicos e revistas internacionais indexados e de alto índice de impacto no período 2012-2015.
- Alcançar o número de 60 mestres titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.
- Elevar a taxa de atendimento logístico da demanda para pesquisa para 80%
- Elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa para 70%

Iniciativas

- 025T - Fomento a projetos de pesquisa multidisciplinares e multi-institucionais, inclusive internacionais, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro PROANTAR, incluindo seu sistema de avaliação e acompanhamento; e aquisição de equipamentos científicos
- 025U - Implantação, operacionalização e manutenção da infraestrutura necessária à consecução do PROANTAR; realização de missões de apoio logístico às atividades científicas brasileiras na Antártica; e participação de delegações brasileiras nos fóruns do Sistema do Tratado da Antártica
- 025W - Monitoramento dos impactos ambientais no ambiente antártico decorrentes das atividades brasileiras na região; estabelecimento de uma sistemática de monitoramento ambiental para o meio ambiente antártico e seus

Veto 6/2015
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
257

ecossistemas dependentes e associados; e desenvolvimento de instrumentos gerenciais para a melhoria do desempenho ambiental das Operações Antárticas

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Obter direito de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos em águas internacionais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	10.000,00	km²

- Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	90.000,00	km²

- Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROAREA

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	520.000,00	km²

- Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	110.000,00	km²

- Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	280.000,00	km²

Iniciativas

- 047J - Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais
- 047K - Exploração econômica de recursos minerais marinhos

OBJETIVO: 0997 - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Elaborar e aprovar, até 2012, a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, harmonizada com os demais instrumentos jurídicos existentes
- Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (INPO)
- Instalar e implementar o Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos até 2014

Iniciativas

- 0487 - Elaboração e aprovação da Política Nacional de Ciência,Tecnologia e Inovação para os Oceanos
- 0488 - Criação e implementação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (INPO) como instrumento para a execução e fomento de uma Política em Ciência,Tecnologia e Inovação para os Oceanos e apoio à projetos de grande envergadura, objetivando o desenvolvimento de pesquisa científica nas Ciências do Mar

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas	%	01/01/2011	102,10
Número de Micro, Pequenas e Médias Empresas Inovadoras	unidade	31/12/2008	37.100,00
Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal	%	31/12/2010	48,63
Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações	%	31/12/2009	0,86
Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal	%	31/12/2010	55,20
Taxa de sobrevivência de micro e pequenas empresas com até 2 anos de existência	%	31/12/2005	78,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**46.774**	**53.676**
Despesas Correntes	33.274	52.036
Despesas de Capital	13.500	1.639
Outras Fontes	**14.588.674**	**67.412.908**
Valores Globais	**14.635.448**	**67.466.584**
	82.102.031	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0836 - Regulamentar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Regulamentar a Cédula de Crédito Microempresarial - art. 46 da Lei Complementar 123/2006
- Regulamentar a Fiscalização Orientadora - art. 55 da Lei Complementar 123/2006
- Regulamentar a Sociedade de Propósito Específico - art. 56 da Lei Complementar 123/2006
- Regulamentar o acesso simplificado à justiça - art. 73, 74 e 75 da Lei Complementar 123/2006
- Regulamentar o apoio à inovação - art. 65 da Lei Complementar 123/2006
- Regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito - art. 60-A da Lei Complementar 123/2006

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 03EK - Aprimoramento dos mecanismos de articulação, deliberação e normatização do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
- 03EL - Atualização de instrumentos legais que versam sobre micro e pequenas empresas de forma a consolidar o tratamento favorecido e diferenciado a esse segmento

- 03EP - Formulação de políticas públicas integradas entre os Fóruns Regionais e o Fórum Permanente de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte
- 03EQ - Implementação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas nos Estados, no DF e nos Municípios
- 03ER - Regulamentação dos dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas)

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15.000,00	unidade
Região Nordeste	20.000,00	unidade
Região Norte	5.000,00	unidade
Região Sudeste	40.000,00	unidade
Região Sul	20.000,00	unidade

- Elevar o montante de crédito disponibilizado pelo BNDES para micro e pequenas empresas de R$ 5 bilhões em 2010 para R$ 21,2 bilhões.

Iniciativas

- 03F1 - Apoio técnico a projetos de fortalecimento do encadeamento produtivo da rede de micro e pequenos fornecedores de grandes ou médias empresas
- 03F2 - Apoio técnico a projetos de Implantação de sociedades garantidoras de crédito e do Sistema Nacional de Garantias de Crédito
- 03F3 - Apoio técnico a projetos de implantação e consolidação de ambientes de inovação voltados às micro e pequenas empresas, inclusive às artesanais e às organizadas em APLs
- 03F4 - Apoio técnico a projetos de Inserção de micro e pequenas empresas nos mercados nacional e internacional, inclusive as organizadas em APLs e as de produto artesanal brasileiro
- 03F5 - Apoio técnico a projetos de integração, associação e cooperação entre micro e pequenas empresas, inclusive entre artesanais e as organizadas em APLs
- 03F6 - Apoio técnico a projetos individuais e coletivos de fomento à inovação e capitalização de micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs
- 03F8 - Capacitação de micro e pequenas empresas e empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais - APLs
- 03F9 - Criação da Rede Nacional de Apoio ao Desenvolvimento e Consolidação de Empreendedores Individuais
- 03FA - Criação da Rede Nacional de Fortalecimento da Cultura Inovadora nas Micro e Pequenas Empresas
- 03FB - Desenvolvimento de metodologia para o aproveitamento de resíduos na produção artesanal
- 03FC - Disponibilização de linhas de crédito favorecidas às micro e pequenas empresas que vencerem licitações públicas federais, com antecipação dos valores a serem contratados
- 03FD - Disponibilização de linhas de crédito para micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs, e a empreendedores individuais
- 03FE - Disseminação e capacitação para o uso adequado de recursos financeiros e creditícios por micro e pequenas empresas e empreendedores individuais
- 03FF - Identificação e apoio a obtenção de funding para linhas de crédito para micro e pequenas empresas e empreendedores individuais
- 03FG - Identificação e apoio a obtenção de garantia para crédito às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais

Veto 6/2011
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03FI - Promoção do desenvolvimento e difusão de novos produtos, processos e tecnologias de produção, gestão e comercialização para micro e pequenas empresas organizadas em APLs e para o setor artesanal

OBJETIVO: 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Incluir a agenda brasileira de desenvolvimento das micro e pequenas empresas nas principais instâncias internacionais de cooperação (União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial, CAF)
- Realizar cooperação técnica internacional em melhores práticas com União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial e CAF

Iniciativas

- 03FL - Apoio à instalação do Fórum Intrarregional Mercosul-Chile de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
- 03FM - Promoção à cooperação técnica e financeira internacional em melhores práticas de apoio e gestão do conhecimento em micro e pequenas empresas, inclusive nas artesanais e nas organizadas em APLs
- 03FO - Realização de encontros e fóruns internacionais de debates sobre APLs e estratégias de desenvolvimento, micro e pequenas empresas e artesanato
- 03FR - Realização de projetos de desenvolvimento de micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs, em parceria com organismos internacionais

OBJETIVO: 0839 - Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Criar a rede nacional de disseminação de conhecimentos e boas práticas em gestão empreendedora de micro e pequenas empresas e artesanato
- Elaborar diagnósticos regionais sobre as tipologias de produção artesanal no Brasil

Iniciativas

- 03FT - Criação de rede nacional de disseminação de conhecimentos e boas práticas em gestão empreendedora de micro e pequenas empresas e artesanato
- 03FU - Desenvolvimento de sistema de cadastramento de informações do artesanato brasileiro
- 03FV - Desenvolvimento de sistema de monitoramento e acompanhamento de indicadores de desempenho econômico e social para micro e pequenas empresas
- 03FW - Desenvolvimento e atualização de Sistemas de Informações sobre micro e pequenas empresas organizadas em APLs
- 03FY - Elaboração e difusão da Agenda de Políticas Horizontais e de melhores práticas em micro e pequenas empresas organizadas em APLs
- 03G0 - Mapeamento da produção artesanal brasileira

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	28,96
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	6,07
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público	%	01/01/2010	64,98
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	38,93
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	25,17
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público	%	01/01/2010	35,89
Índice de mobilidade	viagens ao dia/habitante	01/01/2009	1,59
Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,10
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	18,30
Tempo médio de viagem no sistema de transporte individual motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15,00
Tempo médio de viagem no sistema de transporte não-motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	16,00
Tempo médio de viagem no sistema de transporte público coletivo em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	36,00
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades acima de 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	26,00
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15,00
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes	minuto	31/12/2009	17,00
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	19,00
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 60 mil e 100 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15,00
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	22,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.312.029**	**9.843.863**
Despesas Correntes	155.388	704.551
Despesas de Capital	1.156.641	9.139.313
Outras Fontes	**12.061.000**	**13.698.000**
Valores Globais	**13.373.029**	**23.541.863**
	36.914.892	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	500.000

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Veto 6/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Belo Horizonte	230.000,00	pessoa x dia
Fortaleza	190.000,00	pessoa x dia
João Pessoa	33.000,00	pessoa x dia
Maceió	40.000,00	pessoa x dia
Natal	61.000,00	pessoa x dia
Porto Alegre	283.236,00	pessoa x dia
Recife	420.000,00	pessoa x dia
Salvador	200.000,00	pessoa x dia

- Investir R$18,5 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Municípios entre 1 e 3 milhões de habitantes	1,70	R$ bilhão
Municípios entre 700 mil e 1 milhão de habitantes	1,70	R$ bilhão
Municípios-sede de Regiões Metropolitanas acima de 3 milhões de habitantes e Distrito Federal.	14,60	R$ bilhão

Iniciativas

- 027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos
- 027X - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS
- 027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte MG
- 0280 - Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA
- 0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife PE
- 0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE
- 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos
- 04AX - Implantação do Trecho Eldorado-Betim do Sistema de Trens Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG
- 04CK - Implantação do Trecho Maracanaú-Maranguape do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE
- 04CV - Implantação do Trecho Savassi-Lagoinha do Sistema de Trens Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG

OBJETIVO: 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Implantar e requalificar sistemas de mobilidade urbana pactuados na Matriz de Responsabilidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Belo Horizonte	8,00	projeto
Brasília	1,00	projeto
Cuiabá	3,00	projeto
Curitiba	9,00	projeto
Fortaleza	7,00	projeto

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Manaus	2,00	projeto
Natal	2,00	projeto
Porto Alegre	10,00	projeto
Recife	5,00	projeto
Rio de Janeiro	1,00	projeto
Salvador	1,00	projeto
São Paulo	1,00	projeto

Iniciativas

- 0293 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Belo Horizonte/MG, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 0294 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 em, Brasília/DF, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 0295 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Cuiabá/MT, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 0296 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Curitiba/PR, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 0297 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Fortaleza/CE, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 0298 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Manaus/AM, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 0299 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Natal/RN, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 029A - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Porto Alegre/RS, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 029B - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Recife/PE, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 029C - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Salvador/BA, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 029D - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em São Paulo/SP, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 029E - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, no Rio de Janeiro/RJ, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 04CH - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário na Região Metropolitana de Salvador/BA

OBJETIVO: 0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Pavimentar e qualificar 5.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	500,00	km
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	500,00	km
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	4.000,00	km

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 029G - Implantação de pavimentação, calçadas e sinalização viária em regiões de baixa renda com adensamento

populacional e infraestrutura deficiente

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Belo Horizonte	1,00	sistema
João Pessoa	1,00	sistema
Maceió	1,00	sistema
Natal	1,00	sistema
Porto Alegre	1,00	sistema
Recife	1,00	sistema

- Apoiar 50 municípios com projetos de implantação e adequação de infraestrutura urbana visando à acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade

- Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 2.000 Km de infraestrutura cicloviária

- Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 8.000 Km de calçadas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	800,00	km
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800,00	km
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	6.400,00	km

Iniciativas

- 029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência

- 029X - Implantação, reforma ou ampliação de infraestrutura de transportes públicos não motorizados e intervenções que contribuam para a minimização dos conflitos do transporte a pé e de bicicleta no espaço urbano

OBJETIVO: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Apoiar 50 municípios com medidas de moderação de tráfego

Iniciativas

- 029Y - Apoiar projetos de alteração ou adequação de vias para limitar a velocidade dos veículos, ordenar fluxos ou restringir e, implantar sinalização de trânsito e dispositivos de redução de velocidade dos veículos, aliados a melhoria do ambiente urbano

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Veto 6/2012
SECRETARIA-GERAL DA COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO - SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Apoiar a elaboração de projetos de sistemas de mobilidade urbana que priorizem e qualifiquem o transporte público coletivo e não motorizados em 50% dos municípios acima de 100 mil habitantes

- Apoiar a elaboração e atualização dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana em 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	município
Região Nordeste	11,00	município
Região Norte	2,00	município
Região Sudeste	17,00	município
Região Sul	4,00	município

- Capacitar 6.000 agentes públicos em municípios acima de 60 mil habitantes para implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, fortalecendo a gestão do transporte público coletivo municipal e regional

- Definir e implantar sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana

- Instituir o marco regulatório da mobilidade urbana

- Promover a inovação tecnológica e a produção e disseminação de conhecimento na área de trânsito

Iniciativas

- 02AS - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos

- 02AV - Desenvolvimento de estudos, pesquisas e soluções técnicas, promovendo a produção e disseminação de conhecimento e a inovação tecnológica nas áreas de mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos

OBJETIVO: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Aprimorar o padrão de qualidade das informações do Sistema Nacional de Trânsito - SNT

- Aumentar em 10% a população atendida pela municipalização do trânsito e dar suporte aos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	0,30	%
Região Nordeste	4,30	%
Região Norte	1,30	%
Região Sudeste	2,90	%
Região Sul	1,20	%

- Capacitar 50.000 profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - SNT

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	7.500,00	pessoas
Região Nordeste	14.000,00	pessoas
Região Norte	3.000,00	pessoas
Região Sudeste	16.000,00	pessoas
Região Sul	9.500,00	pessoas

- Fiscalizar 2.000 Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos - ECV, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 246

- Fiscalizar 400 Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação

- Fiscalizar 96 Órgãos de Trânsito e Entidades credenciadas pelo Denatran

- Reformular a Política Nacional de Trânsito e adequar as referências normativas a partir do Plano Nacional de Redução de Acidentes no Trânsito para a Década 2011-2020

Iniciativas

- 02BB - Aprimoramento do Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação, a fiscalização, a engenharia e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Articular gestão junto ao MEC para a formação de 1.000 professores multiplicadores em Educação de Trânsito e implementar as Diretrizes Nacionais da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e da Pré-escola (Portaria 147/2009 Denatran)

- Desenvolver, em parceria com universidades, o curso de "Metodologia do Ensino da Educação de Trânsito" para 10.000 professores da Educação Básica

- Implantar o programa "Educação para Cidadania no Trânsito" em todos os municípios do país

- Implementar "Programa Jovem Consciente" nas escolas públicas, para 40.000 alunos, com a finalidade de educar o jovem para o exercício da cidadania, desenvolvendo comportamentos conscientes e responsáveis

- Realizar 60 encontros com educadores de trânsito, com vistas à implementação e fortalecimentos das metas educativas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	12,00	unidade
Região Nordeste	12,00	unidade
Região Norte	12,00	unidade
Região Sudeste	12,00	unidade
Região Sul	12,00	unidade

- Realizar cursos de pós graduação em educação e gestão de trânsito para 100 pessoas

- Realizar, anualmente, o Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito, para incentivar a sociedade brasileira a produzir 40.000 trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema Trânsito

Iniciativas

- 02BC - Promoção de ações de educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito, por meio das diversas mídias e peças, e sensibilização dos profissionais da educação para o tema trânsito

VETADO 2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Déficit habitacional absoluto	unidade	30/09/2008	5.572.313,00
Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	unidade	30/09/2008	942.481,00
Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	unidade	30/09/2008	4.629.832,00
Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo	unidade	30/09/2007	1.500.709,00
Déficit habitacional qualitativo - carência de infraestrutura	unidade	30/09/2007	10.454.947,00
Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada	unidade	30/09/2007	543.066,00
Déficit habitacional qualitativo - domicílios sem banheiro	unidade	30/09/2007	928.777,00
Déficit habitacional qualitativo - inadequação fundiária	unidade	30/09/2007	1.879.907,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**13.202.387**	**75.950.948**
Despesas Correntes	11.205.727	69.173.002
Despesas de Capital	1.996.661	6.777.946
Outras Fontes	**75.165.000**	**225.495.000**
Valores Globais	**88.367.387**	**301.445.948**
	389.813.335	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	200.000

OBJETIVO: ~~0~~382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Disponibilizar R$ 30,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para urbanização de assentamentos precários

Iniciativas

- 015M - Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental
- 015N - Articulação com o Programa Minha, Casa Minha Vida, para o reassentamento ou remanejamento de famílias nas obras de urbanização de assentamentos precários, contenção de encostas, saneamento, transporte e mobilidade urbana
- 015Q - Utilização de imóveis da União, geridos pela Secretaria do Patrimônio da União, em apoio aos programas de urbanização de assentamentos precários em áreas da União

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R$ 5 mil mensais na área urbana e até R$ 60 mil anuais na área rural
- Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R$ 3,1 mil mensais na área urbana e R$ 30 mil por ano na área rural
- Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva
- Produzir ou reformar 1,2 milhão de moradias para as famílias com renda até R$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R$ 15 mil anuais na área rural
- Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes

Iniciativas

- 015S - Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado
- 015T - Utilização de imóveis da União, geridos pela Secretaria de Patrimônio da União, em apoio à implementação dos programas de produção habitacional

OBJETIVO: 0384 - Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Contratar 500 mil operações de financiamento imobiliário destinadas à construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais com recursos do FGTS
- Contratar R$ 176 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

Iniciativas

- 015V - Oferta de financiamento, inclusive com subsídios para população de baixa renda para: construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado
- 015W - Promoção do aumento da participação dos agentes financeiros na concessão do financiamento habitacional

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- 100% dos municípios com adesão ao SNHIS

Iniciativas

- 015Y - Apoio à elaboração de Planos e Projetos para Habitação de Interesse Social
- 015Z - Fortalecimento da Política Nacional de Habitação - PNH e implantação de monitoramento e avaliação dos Programas e Ações do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 0163 - Promoção de ações de Desenvolvimento Institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Alcançar 90% de conformidade com as normas técnicas no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social
- Certificar 100% das empresas de serviços e obras que executem empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)
- Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador (DATec) para 100% dos produtos inovadores utilizados em empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)
- Criar um Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação profissional para a construção civil habitacional (SiCaP)

Iniciativas

- 02ZQ - Apoio, do setor privado e órgãos de fomento, aos Sistemas de Qualidade (SiAC, SiMaC, SiNAT e SiCaP), Inovação Tecnológica e à regulamentação de quesitos relacionados à sustentabilidade do Setor da Construção Civil
- 02ZV - Promoção da Qualidade, produtividade e sustentabilidade do Habitat, integrando todos os atores públicos e privados por meio da implantação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional (SiCaP), consolidação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC) e do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)

OBJETIVO: 0756 - Promover a qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, contribuir para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Beneficiar 100% das famílias atendidas por programas habitacionais de natureza social com o desenvolvimento de trabalho social envolvendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda
- Criação e manutenção do cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público
- Priorizar áreas de referência de empreendimentos de habitação de interesse social financiados pelo Governo Federal na implementação de suas carteiras prioritárias de investimentos em infraestrutura social

Iniciativas

- 02ZY - Apoio aos agentes do SNHIS para cadastramento e acompanhamento de beneficiários, operação e manutenção das ações de habitação de interesse social
- 02ZZ - Articulação de programas habitacionais de interesse social a outras políticas públicas

06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Áreas Suscetíveis a Desertificação (ASD) do Brasil	km²	04/12/2004	13.380.760,00
Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2)	mil toneladas	31/12/2005	1.637.905,00
Emissões antrópicas de metano (CH4)	mil toneladas	31/12/2005	18.107,00
Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2)	mil toneladas	31/12/2005	546,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**430.809**	**1.381.918**
Despesas Correntes	44.159	135.070
Despesas de Capital	386.650	1.246.849
Outras Fontes	**99.518**	**108.855**
Valores Globais	**530.326**	**1.490.773**
	2.021.099	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo

Iniciativas

- 020S - Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global
- 020U - Implantação da infraestrutura para atender as demandas das mudanças climáticas

OBJETIVO: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas
- Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas

Iniciativas

- 020W - Consolidação da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
fl. 259

- 020X - Fomento a pesquisas no âmbito de impactos, adaptação e vulnerabilidades das mudanças climáticas

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Aprovar marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD)
- Atualizar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima
- Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas
- Implementar o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis
- Monitorar as emissões setoriais de gases de efeito estufa

Iniciativas

- 02MB - Criação do marco legal e institucional do Mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)
- 02MF - Elaboração da Comunicação Nacional do Brasil à Convenção sobre Mudança do Clima
- 02MG - Elaboração de diagnóstico sobre oportunidades e desafios das fontes não convencionais de energia e do consumo eficiente
- 02MM - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima
- 02MO - Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)
- 02MP - Implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima
- 02MR - Implementação do Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs)
- 02MV - Monitoramento Contínuo das Emissões Setoriais de Gases de Efeito Estufa no Brasil
- 02MX - Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

OBJETIVO: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Atualizar o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
- Elaborar o Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas

Iniciativas

- 02OC - Adequação ecológica e socioambiental de instrumentos de uso, produção e consumo sustentável em áreas suscetíveis à desertificação
- 02OG - Elaboração do Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas
- 02OI - Identificação, diagnose e combate aos processos de desertificação
- 02OK - Mapeamento, interpretação de dados e recuperação de áreas ambientalmente degradadas em processo de desertificação

SECRETARIA - GERA
COORDENAÇ
LEGISLATIV
DO
CONGRESS
SENADO FEDE

OBJETIVO: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Desenvolver e implementar sistema de observação das manifestações do clima nos sistemas naturais e nas atividades econômicas brasileiras

Iniciativas

- 02UC - Desenvolvimento de Sistema de Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas nos sistemas naturais e nas atividades econômicas do Brasil

OBJETIVO: 0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões
- Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias
- Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação

Iniciativas

- 047E - Expansão e modernização a infraestrutura física, computacional e de recursos humanos do CPTEC e aprimoramento de seus modelos computacionais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Municípios com ocorrência de racionamento devido à deficiência na produção (IBGE/PNSB)	unidade	17/06/2008	441,00
Municípios com ocorrência de racionamento devido à insuficiência de água no manancial (IBGE/PNSB)	unidade	17/06/2008	515,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.324.068**	**10.257.882**
Despesas Correntes	3.603	211.505
Despesas de Capital	2.320.465	10.046.377
Outras Fontes	**15.000**	**35.000**
Valores Globais	**2.339.068**	**10.292.882**
	12.631.950	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	250.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	250.000

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	município
Região Nordeste	250,00	município
Região Sudeste	37,00	município
Região Sul	8,00	município

Iniciativas

- 01L5 - Implantação da Barragem Congonhas (MG)
- 01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)
- 01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)
- 01LA - Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB)
- 01LB - Implantação do Canal do Sertão Alagoano (AL)
- 01LC - Implantação do Canal do Sertão Pernambucano (PE)
- 01LF - Implantação do Cinturão das Águas (CE)
- 01LG - Implantação do Eixão das Águas (CE)
- 01LH - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fl. 259

- 01LJ - Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)
- 01LL - Implantação do Sistema Jequitaí (MG)
- 01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas
- 04AL - Implantação da Adutora de Campo Alegre de Lourdes/BA
- 04CJ - Construção e Implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Aquífero Tucano/BA
- 04CS - Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo em Minas Gerais
- 04CZ - Implantação de Adutoras para distribuição das águas provenientes do PISF (Eixo Leste) nas Regiões do Cariri, Brejo e Seridó
- 04D0 - Construção da Barragem dos Milagres no Estado do Piauí

OBJETIVO: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Revitalizar infraestruturas hídricas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	18,00	unidade

Iniciativas

- 01LO - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas
- 01LP - Recuperação e adequação de sistemas de infraestruturas hídricas

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	36,00	unidade
Região Sudeste	8,00	unidade
Região Sul	4,00	unidade

- Elaborar marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica
- Elaborar o Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica
- Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade

Iniciativas

- 023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica
- 023K - Elaboração dos marcos legal e institucional da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, inclusive com instrumentos para: (a) gestão e garantia da sustentabilidade, (b) transferência de empreendimentos
- 04BX - Integração das Bacias do Rio São Francisco com as Bacias da Fronteira Seca do Piauí

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Consumo de pescado pelo mercado institucional	tonelada	31/12/2010	4.060,85
Consumo de pescado por alunos da rede pública	kg/indivíduo/ano	31/12/2010	0,18
Consumo interno de pescado per capita	kg/hab/ano	31/12/2009	9,03
Número de projetos de pesquisa em desenvolvimento financiados pelo MPA	unidade	31/12/2010	93,00
Número de registros da pesca artesanal no RGP	unidade	31/12/2010	938.478,00
Número de registros da pesca industrial no RGP	unidade	31/12/2010	7.545,00
Percentual da produção nacional composta por recursos sobreexplotados ou ameaçados de sobreexplotação	%	31/12/2009	40,00
Percentual de pescadores analfabetos inscritos no RGP	unidade	31/12/2010	6,29
Percentual de pescadores inscritos no RGP sem casa própria	%	31/12/2010	53,39
Percentual do número de espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexplotação	%	31/12/2009	23,00
Produção da Aquicultura	tonelada	31/12/2009	415.649,00
Produção da pesca	tonelada	31/12/2009	825.164,00
Valor exportado	US$	31/12/2010	199.374.163,00
Volume exportado	tonelada	31/12/2010	28.454,02

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**219.998**	**570.524**
Despesas Correntes	104.095	329.672
Despesas de Capital	115.903	240.852
Outras Fontes	**207.693**	**815.087**
Valores Globais	**427.691**	**1.385.611**
	1.813.303	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0567 - Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplotados e inexplotados.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Atender 80 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola
- Demarcar parques aquícolas continentais em 30 reservatórios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	11,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	10,00	unidade

- Demarcar parques aquícolas marinhos em 12 Estados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	6,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CTPA)

- Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais

- Implantar 02 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	unidade

- Implantar 03 Estações de Piscicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,00	unidade

- Implantar e manutenir 105 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	70,00	unidade
Região Norte	27,00	unidade
Região Sudeste	8,00	unidade

- Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros e tanques redes) para atender 6 mil famílias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	unidade
Região Nordeste	1.000,00	unidade
Região Norte	2.000,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

- Implantar parques aquícolas continentais em 22 reservatórios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

- Implantar parques aquícolas marinhos em 5 Estados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Modernizar 06 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade

- Qualificar 1000 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura

VET 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Regularização ambiental de cinquenta mil aquicultores brasileiros

Iniciativas

- 0260 - Aprimoramento dos instrumentos de crédito e viabilização do acesso pelos pescadores e aquicultores
- 0262 - Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola
- 0263 - Concessão de crédito aos pescadores e aquicultores
- 0265 - Demarcação, sinalização náutica e monitoramento de parques aquícolas em águas públicas e consolidação da estrutura do Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União
- 0267 - Desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e formação de recursos humanos para o setor pesqueiro e aquícola
- 026E - Implantação de unidades demonstrativas para aquicultura marinha e continental
- 026J - Implantação ou modernização de unidades produtoras de formas jovens para fomento à aquicultura e para repovoamento de corpos dágua
- 026M - Operação de centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura, estações de piscicultura e centro de pesquisa em aquicultura
- 026Q - Regularização ambiental da aquicultura em articulação com Estados e Municípios

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, para promover a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Adequar 6 terminais pesqueiros públicos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Atender 65 territórios com equipamentos para desenvolvimento da infraestrutura e logística produtiva do pescado

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	20,00	unidade
Região Norte	36,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Disponibilizar 3 embarcações para transporte de peixes ornamentais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	3,00	unidade

- Implantar 11 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Implantar 15 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos

VETO 61/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	6,00	unidade
Região Norte	4,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Implantar 200 cozinhas comunitárias
- Implantar 200 pontos comerciais fixos
- Implantar 9 terminais pesqueiros públicos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Implantar e adequar 27 mercados públicos/pontos de comercialização
- Implantar e adequar 27 unidades de recepção de pescado
- Implantar e adequar 4 unidades de estocagem de peixes ornamentais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	4,00	unidade

- Implantar e adequar 68 Unidades de Beneficiamento de Pescado - UBP
- Revitalizar 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	7,00	unidade
Região Norte	4,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade

Iniciativas

- 027D - Disponibilização de equipamentos, implantação, reforma e adequação de infraestruturas de recepção, beneficiamento, distribuição e comercialização de pescados
- 027I - Implantação de Terminais Pesqueiros Públicos
- 027L - Implantação do Terminal Pesqueiro Público de Belém
- 027M - Implantação do Terminal Pesqueiro Público do Rio de Janeiro
- 027Q - Promover a gestão participativa das infraestruturas públicas da cadeia produtiva pesqueira

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Alfabetizar 160.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	16.000,00	unidade
Região Nordeste	64.000,00	unidade
Região Norte	48.000,00	unidade
Região Sudeste	16.000,00	unidade
Região Sul	16.000,00	unidade

- Capacitar 10.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação

16/06/2012 SECRETARIA - GERAL DA MESA COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL - SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	unidade
Região Nordeste	4.000,00	unidade
Região Norte	3.000,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

- Capacitar 20.000 pescadores artesanais em informática básica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.000,00	unidade
Região Nordeste	8.000,00	unidade
Região Norte	6.000,00	unidade
Região Sudeste	2.000,00	unidade
Região Sul	2.000,00	unidade

- Capacitar 4.000 merendeiras em manipulação e preparo de pescado

- Capacitar 60.000 trabalhadores da pesca e aquicultura

- Criar 480 pontos de leitura nos Telecentros da Pesca Maré

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	48,00	unidade
Região Nordeste	192,00	unidade
Região Norte	144,00	unidade
Região Sudeste	48,00	unidade
Região Sul	48,00	unidade

- Elevar a escolaridade de 40.000 pescadores, em parceria com o Ministério da Educação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4.000,00	unidade
Região Nordeste	16.000,00	unidade
Região Norte	12.000,00	unidade
Região Sudeste	4.000,00	unidade
Região Sul	4.000,00	unidade

- Implantar 100 polos de ensino a distância de pesca e aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	unidade
Região Nordeste	40,00	unidade
Região Norte	30,00	unidade
Região Sudeste	10,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

- Implantar 300 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	120,00	unidade
Região Norte	90,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	30,00	unidade

- Qualificar 1000 técnicos, pescadores e aquicultores em metodologia para elaboração de plano de negócios e gestão de empreendimentos

- Realizar incubação e qualificação de 25 empreendimentos da pesca e aquicultura

- Regularização da transferência de áreas da União ao MPA e cessão de 15 áreas para comunidades pesqueiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade

16/06/2011
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
1260
- SENADO FEDERAL -

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- Viabilizar 30 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura

Iniciativas

- 028F - Alfabetização e elevação de escolaridade de pescadores artesanais, industriais, trabalhadores da pesca amadora e aquicultores familiares, em parceria com o Ministério da Educação
- 028G - Ampliação do acesso à subvenção do óleo diesel, com foco na pesca artesanal
- 028H - Articulação com o Ministério das Comunicações e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a implantação de Telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares
- 028K - Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca
- 028M - Elaboração e implantação do Plano Nacional de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional das Trabalhadoras e Trabalhadores da Pesca e Aquicultura, em parceria com os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego
- 028Q - Incentivo ao acesso e melhoria das habitações de pescadores(as) artesanais e aquicultores(as) familiares em parceria com o Ministério das Cidades
- 028T - Incentivo ao cooperativismo e associativismo pesqueiro e aquícola
- 028Y - Realização de mutirões para a emissão de documentos, formalização e organização econômica e qualificação dos grupos produtivos de pescadoras e aquicultoras, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM
- 0290 - Regularização da cessão e a destinação de áreas da União ao MPA em apoio à pesca artesanal, em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MP
- 0291 - Seguro desemprego do pescador artesanal (Seguro Defeso), em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Adquirir 10.000 equipamentos de rastreamento para embarcações pesqueiras
- Implantar 06 escolas nacionais para profissionais da pesca e aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Implantar e operacionalizar 21 Comitês Permanentes de Gestão
- Instalar 80 Dispositivos de Agregação de Peixes (boias atratoras)
- Publicar 15 planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros
- Realizar 28 projetos demonstrativos para a idealização de protótipos de embarcações pesqueiras para a readequação e diversificação da frota de acordo com a área de atuação e a modalidade de pesca

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	4,00	unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	7,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	8,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Realizar 5 estudos de impacto sócio-econômico e ambiental nas atividades da pesca amadora
- Revitalizar 60 embarcações no âmbito do Programa Profrota Pesqueira
- Revitalizar 850 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	215,00	unidade
Região Norte	215,00	unidade
Região Sudeste	210,00	unidade
Região Sul	210,00	unidade

Iniciativas

- 02A8 - Criação de escolas profissionalizantes, voltadas para a qualificação do profissional da pesca e aquicultura
- 02AA - Elaboração de planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros
- 02AE - Estruturação do sistema de fiscalização da atividade pesqueira e aquícola
- 02AG - Gestão do banco genético de espécies de peixes da região Nordeste
- 02AH - Implantação de Comitês Permanentes de Gestão como instrumento de longo prazo para a pesca sustentável
- 02AJ - Implantação de projetos demonstrativos e novas tecnologias para a diversificação da pesca
- 02AK - Implementação e fortalecimento dos sistemas de monitoramento, informação e registro do MPA
- 02AP - Regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca
- 02AQ - Revitalização da frota pesqueira nacional (PROFROTA Pesqueira/REVITALIZA)

OBJETIVO: 0970 - Ampliar a inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, promovendo o consumo e a comercialização de pescado.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Atender 60 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional
- Certificar 10 produtos de indicação geográfica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade

- Certificar 50 pequenos e microprodutores e pescadores por meio do "Programa Bônus Certificação"

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	12,00	unidade
Região Norte	12,00	unidade
Região Sudeste	12,00	unidade
Região Sul	14,00	unidade

- Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)
- Implantar 5 centros de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

Iniciativas

- 044R - Aumento da participação do pescado no mercado institucional, com foco no incentivo do consumo do pescado na alimentação escolar
- 044S - Fomento à certificação de origem e rastreabilidade, oriundas de protocolos privados
- 044T - Promoção dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais no mercado nacional e internacional
- 044U - Realização de campanhas em parceria com outros órgãos para regularização dos agentes de distribuição e comercialização

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Consumo Interno de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2010	61,70
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Gás Natural	milhar de m³ por dia	31/12/2010	24,00
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Petróleo	mil barris por dia	31/12/2010	1,96
Extensão de Gasodutos	km	31/12/2010	9.318,25
Importação de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2010	34,65
Participações Governamentais - Bônus de Assinatura	R$ mil por ano	31/12/2009	80.200,00
Participações Governamentais - Participações Especiais (União, Estados e Municípios)	R$ bilhão por ano	31/12/2010	11,67
Participações Governamentais - Royalties (União, Estados e Municípios)	R$ bilhão por ano	31/12/2010	9,93
Produção de Gás Natural (excluido reinjeção, queimas, perdas e consumo próprio na produção)	milhão de m³ por dia	31/12/2010	34,53
Produção de Petróleo e LGN (inclui condensado)	mil barris por dia	31/12/2010	2.137,42
Reservas de Gás Natural	milhão de m³	31/12/2010	423.003,02
Reservas Provadas de Petróleo	milhão de barris	31/12/2010	14.246,33
Volume de Exportação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	230,49
Volume de Importação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	123,65

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**286.043**	**528.968**
Despesas Correntes	283.956	522.125
Despesas de Capital	2.088	6.843
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**46.200.690**	**120.635.849**
Outras Fontes	**12.839.782**	**47.298.563**
Valores Globais	**59.326.515**	**168.463.380**
	227.789.895	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	3.000.000

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

Metas 2012-2015

- Definir plano plurianual para realização de rodadas de licitações (concessão e partilha)

- Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bacia Sedimentar Marítima Santos	250.000,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Acre/Madre de Deus	50.000,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Amazonas	16.667,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Jatobá/Tucano Norte	49.167,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Marajó	46.667,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Paraná	82.500,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Parecis	125.000,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Parnaíba	42.500,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre São Francisco	52.500,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre São Luis-Bragança-Vizeu	91.667,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Solimões	833,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Tacutu	41.667,00	km²

- Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2012 e 2014)

Iniciativas

- 0041 - Definição de áreas de Bacias Efetivas
- 0042 - Definição de áreas para as Rodadas de Licitações (concessão e partilha)
- 0043 - Definição de áreas para direcionamento dos investimentos em pesquisa
- 0045 - Definição das bacias que serão alvo de avaliação ambiental de áreas sedimentares
- 0048 - Identificação de Áreas Estratégicas de Exploração de Petróleo e Gás Natural
- 004A - Implantação do Centro de Estudos Aplicados de Petróleo e Gás Natural - CEAPG, consolidando as informações do patrimônio geológico nacional, na área de petróleo e gás natural
- 004B - Realização de estudos geológicos e geofísicos para aumentar o conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como para a prospecção de petróleo e gás natural, incluindo a área do Pré-Sal
- 004C - Revisão e atualização do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Agregar valor ao gás natural
- Aumentar a participação da oferta nacional no mercado de gás natural, possibilitando o suprimento e a expansão do mercado interno e buscando a geração de excedentes de produção com vistas à exportação
- Aumentar a produção de petróleo e LGN para 3,07 milhões de barris por dia, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados
- Desenvolver e implantar meios alternativos de utilização do gás natural, através de soluções que envolvam transformações química e física, possibilitando incremento de valor agregado e maior eficiência no armazenamento e transporte
- Identificar novas acumulações de petróleo e gás nas bacias sedimentares brasileiras terrestres e marítimas de forma a manter a relação Reserva x Produção em níveis sustentáveis
- Possibilitar a atuação internacional para o acesso a reservas de produção de petróleo e gás natural, de forma a contribuir para a sustentabilidade de sua reposição e para o atendimento do mercado brasileiro

Iniciativas

VEST 06/06/2012
SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 265

- 004Y - Aquisição de Unidades Estacionárias de Produção I
- 004Z - Construção de Bases de Apoio I
- 0051 - Construção de Sondas de Perfuração I
- 0052 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção I
- 0053 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção II
- 0054 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção III
- 0055 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção IV
- 0057 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção V
- 0058 - Desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, através da instalação de novos sistemas de produção e manutenção e melhorias dos sistemas atualmente existentes
- 005A - Desenvolvimento e implantação de instalações de GNL (Gás Natural Liquefeito), dominando a tecnologia e operação, inserindo o Brasil no conjunto dos países que detém tecnologia, processos e operação de GNL
- 005B - Desenvolvimento do processo industrial de transformação química do gás natural em produtos de maior valor agregado e acessível aos diversos modais logísticos
- 005C - Desenvolvimento da Produção da Bacia de Santos
- 005D - Desenvolvimento da Produção da Cessão Onerosa
- 005E - Desenvolvimento da Produção do Espírito Santo e Bacia de Campos
- 005F - Desenvolvimento da Produção do Pré-Sal
- 005H - Implantação, adequação e manutenção da malha de gasodutos de transporte de gás natural
- 005P - Manutenção da Produção das Bacias de Campos e do Espirito Santo
- 005Q - Manutenção da Produção das Bacias de Santos e da Região Sul
- 005S - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Marítimas I
- 005T - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Terrestres I
- 04AC - Construção de Unidades Estacionárias de Produção - Iniciativa Privada I

OBJETIVO: 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha
- Realizar rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial
- Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais

Iniciativas

- 005X - Outorga de áreas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, nas modalidades de concessão e partilha da produção

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

VET 06/2011
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 266

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção
- Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço
- Liderar o desenvolvimento tecnológico do setor, através da realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e da ampliação da infraestrutura experimental, visando a expansão dos objetivos dos negócios, a agregação de valor, a diversificação de produtos e a sustentabilidade dos projetos

Iniciativas

- 005Z - Ajuste da política sobre conteúdo local mínimo nos novos contratos de concessão
- 0060 - Definição das cláusulas de conteúdo local para os contratos de partilha da produção
- 0061 - Estímulo à formação de recursos humanos, à pesquisa e à adoção de novas tecnologias nas atividades da Indústria do petróleo e gás natural e dos biocombustíveis
- 0064 - Política de incentivo à participação de pequenas e médias empresas de Exploração e Produção
- 0065 - Promoção da formação de Arranjos Produtivos nas regiões produtoras terrestres para atendimento das pequenas e médias empresas
- 0066 - Realização de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para petróleo e gás natural
- 0067 - Revisão das cláusulas de conteúdo local mínimo nos contratos de cessão onerosa, conforme previsto nestes contratos

OBJETIVO: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Assegurar que a gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural ocorra de acordo com a política nacional para a indústria petrolífera no país

Iniciativas

- 0069 - Ampliação da atuação da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) na área de estudos para o planejamento do Setor Petrolífero
- 006A - Elaboração dos contratos de partilha da produção, com cláusulas específicas, assegurando a adequada gestão em prol da União
- 006E - Gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União pela Pré-Sal Petróleo S/A
- 006G - Gestão dos contratos de partilha da produção pela Pré-Sal Petróleo S/A
- 006I - Implantação da Pré-Sal Petróleo S/A
- 006J - Proposição de parâmetros técnicos e econômicos para as áreas a serem ofertadas na modalidade partilha de produção
- 006K - Realização de estudos sobre petróleo e gás
- 006N - Regulação, fiscalização e autorização da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural

OBJETIVO: 0065 - Elaborar estudos sobre o melhor aproveitamento das riquezas provenientes do petróleo e do gás natural, visando o benefício das gerações presente e futura.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Concluir estudo sobre a distribuição e a aplicação da renda petrolífera, a fim de orientar projetos que perpetuem seus benefícios aos brasileiros
- Elaborar estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural

Iniciativas

- 006O - Elaboração de estudo sobre a distribuição e a aplicação da renda petrolífera, a fim de perpetuar seus benefícios aos brasileiros, desenvolver equilibradamente o território, garantir a ordem econômica, o desenvolvimento tecnológico e o meio ambiente ecologicamente equilibrado
- 006P - Elaboração de estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural

OBJETIVO: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Elaborar Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)

Iniciativas

- 0203 - Elaboração e acompanhamento do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)

OBJETIVO: 0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Consolidar 2 polos empresariais regionais
- Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Formar 3 novos polos empresariais

Iniciativas

- 0252 - Apoio à formação de polos empresariais emergentes
- 0253 - Apoio a polos produtivos com foco multissetorial
- 0254 - Estímulo a regiões com vocação para estabelecimento de polos de construção naval e operações offshore
- 0256 - Implantação de programas da Rede de Melhoria de Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços
- 0257 - Implantação de Programas Regionais que incentivem a associação de universidades locais e empresas dos polos produtivos para o desenvolvimento e inovação em gestão e tecnologia

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária	famílias	31/12/2010	243.268,00
Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados	%	31/12/2009	61,40
Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato	%	31/12/2009	17,60
Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos	%	31/12/2009	40,50
Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos	%	31/12/2009	61,22
Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos	%	31/12/2009	48,45
Taxa de municípios com órgãos ambientais e/ou conselhos de meio ambiente participativos e de caráter deliberativo	%	01/01/2011	9,68
Taxa de municípios com Plano Diretor	%	31/12/2009	41,60
Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade	%	31/12/2009	55,88
Taxa de vacância em imóveis urbanos	%	31/12/2008	10,60

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.233.194**	**93.261**
Despesas Correntes	29.278	51.637
Despesas de Capital	2.203.916	41.623
Valores Globais	**2.233.194**	**93.261**
	2.326.455	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	30.000

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APP's) ameaçadas de ocupação irregular

- Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais

- Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios federais, no âmbito do Projeto Orla

VET 06/2012
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
Fl. 263
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 00ZK - Assistência técnica e fomento aos Estados e Municípios para ordenamento e ocupação das orlas marítima e de rios federais no âmbito do Projeto Orla

- 00ZM - Implantação de parques, áreas verdes ou projetos urbanos em áreas urbanas de preservação permanente ou de valor histórico, paisagístico e cultural

- 00ZN - Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Elaboração de Planos de Expansão Urbana em municípios que tenham áreas de expansão urbana previstas no Plano Diretor

- Instituição de conjunto de instrumentos de gestão do solo urbano - prioritariamente Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito Construir, Operação Urbana Consorciada, Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública e Estudo de Impacto de Vizinhança - para o cumprimento da função social da propriedade em municípios com maiores carências urbanas, integrantes dos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento e que possuam empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida

- Instituição de instrumentos de gestão ambiental em municípios que atendam ao menos um dos seguintes critérios: possuir altos índices de crescimento demográfico, estar localizado em área de influência de empreendimentos de grande impacto ambiental ou ter sido atingido por desastres naturais

- Instituição de planos de desenvolvimento urbano integrado em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas com gestão consorciada, selecionadas entre as metrópoles da hierarquização estabelecida pelo estudo Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

- Instituição do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade)

- Regulamentação complementar do Estatuto da Cidade e de marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa

Iniciativas

- 00ZP - Instituição do planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades sociais e melhoria da qualidade ambiental

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Adequação aos novos dispositivos legais das normas de serviços extrajudiciais para o registro da regularização fundiária urbana

- Ampliação do Programa Papel Passado para intensificar a regularização fundiária urbana em cidades irregulares da Amazônia Legal inseridas no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e em assentamentos irregulares de baixa renda situados em municípios pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários

- Elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana

- Instituição de programas estaduais e municipais de regularização fundiária urbana nos municípios da Amazônia

SECRETARIA - GERAL DA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Legal inscritos no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e aqueles pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários.

- Regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União

Iniciativas

- 00ZT - Promoção da regularização fundiária urbana, incluindo adequações de normas pertinentes, o fortalecimento e a articulação interinstitucionais, como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana
- 00ZU - Promoção de processos de regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União, em apoio à política nacional de regularização fundiária urbana

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Apoiar a instituição e ações de Conselhos das Cidades nos Estados e em 10% dos Municípios brasileiros
- Capacitar técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades
- Criar e manter o Observatório das Cidades
- Criar, implementar e manter o serviço de atendimento à sociedade, aos entes federados e outros interessados
- Fomentar a estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e o uso e disseminação de geotecnologias voltadas para o planejamento e desenvolvimento urbano
- Fortalecer e aprimorar o Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC)
- Manter o Conselho Nacional das Cidades e amparar outras ações de participação social relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável

Iniciativas

- 02B4 - Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)	%	31/12/2010	27,60
Número de imagens de satélites distribuídas anualmente	unidade	31/12/2010	397.359,00
Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	10,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**387.919**	**1.798.536**
Despesas Correntes	132.557	610.984
Despesas de Capital	255.362	1.187.551
Valores Globais	**387.919**	**1.798.536**
	2.186.454	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Certificar o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e o Sítio do Cyclone-4 para Operação até 2012
- Certificar o foguete ucraniano Cyclone-4 até 2012
- Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento
- Ter empresa nacional certificada para produção do foguete suborbital VSB-30
- Tornar a Usina de Propelentes Cel. Abner capaz de atender às necessidades de suprimento de propelentes sólidos do veículo lançador VLM-1
- Voo de qualificação do VLM-1 realizado até 2015
- Voo de qualificação do VLS-01 V04 realizado até 2013
- Voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV) realizado até 2012
- Voo tecnológico XVT-02 realizado até 2013

Iniciativas

- 016C - Adequação da infraestrutura do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) para atendimento aos projetos de veículos lançadores e veículos suborbitais nacionais
- 016E - Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais
- 016G - Desenvolvimento, lançamento e industrialização de foguetes suborbitais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 016J - Produção de normas e certificação de conformidade e de segurança de bens e serviços comerciais do setor espacial

OBJETIVO: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Infraestrutura básica e urbanização do sítio implantada até 2012
- Infraestrutura de redes e sistemas implantada até 2012
- Iniciar as operações comerciais de lançamento de satélites pela ACS em 2014
- Interfaces de sistemas do sítio do Cyclone 4 com o do CLA implantadas até 2012
- Posto de Comando (casamata) concluído até 2012
- Prédio de armazenamento temporário de propelente concluído até 2012
- Realizar vôo de qualificação do foguete Cyclone-4 até 2013
- Sitio do Cyclone 4 implantado até 2012

Iniciativas

- 016L - Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara Cyclone Space (ACS) a partir de Alcântara
- 016O - Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)

OBJETIVO: 0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa
- Realizar 4 eventos relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais
- Treinar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa

Iniciativas

- 016R - Atração, formação e capacitação de pessoal para o setor espacial, contribuindo para a sua popularização
- 016T - Instalação de Observatório Tecnológico sobre propriedade intelectual de interesse do programa

OBJETIVO: 0555 - Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Catalisador de hidrazina qualificado em voo do satélite Amazonia-1

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Desenvolver modelo de engenharia do motor a propelente líquido de 75kN de empuxo (Motor L75)
- Dissipadores de calor para uso espacial à base de fios de alta condutividade revestidos de diamante (CVD) qualificados
- Iniciar o desenvolvimento de estágio líquido do VLS-Alfa
- Lançar dois microssatélites
- Lançar o satélite de reentrada atmosférica (SARA suborbital - Fase de desenvolvimento)
- Lançar quatro picossatélites
- Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria
- Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado até 2014
- Motor iônico qualificado

Iniciativas

- 024Q - Desenvolvimento e utilização de plataformas orbitais e suborbitais de baixo custo para provas de conceito tecnológicos e experimentos científicos
- 024S - Levantamento e prospecção de informações tecnológicas em apoio às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação do programa e proteção dos direitos de propriedade intelectual decorrentes dessas atividades
- 024U - Realizar e fomentar pesquisas para o desenvolvimento e aplicação das tecnologias de caráter estratégico para os sistemas espaciais de interesse nacional

OBJETIVO: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionario Brasileiro (SGB)
- Contratar o desenvolvimento, pela indústria nacional, de um satélite radar
- Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013
- Lançar quatro satélites
- Tornar o Laboratório de Integração e Testes (LIT) capaz de realizar testes de satélites geoestacionários

Iniciativas

- 02NA - Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreio e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados
- 02NB - Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais
- 02NC - Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais
- 02ND - Desenvolvimento de Satélite de Medida de Precipitação
- 02NE - Desenvolvimento de Satélite Radar
- 02NG - Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1
- 02NH - Desenvolvimento do Satélite Lattes

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 02NI - Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar
- 02NJ - Desenvolvimento do Sistema Geoestacionário Brasileiro
- 02NM - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro Projeto CBERS-3
- 02NN - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro Projeto CBERS-4

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Segmento política, governo e instituições, do Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI-BR)	pontos	26/05/2011	11,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**969.895**	**3.287.522**
Despesas Correntes	914.225	2.747.940
Despesas de Capital	55.670	539.581
Valores Globais	**969.895**	**3.287.522**
	4.257.417	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	50.000

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Apoiar a implementação dos programas setoriais de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero e cultura
- Apoiar a participação dos países membros nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- Construir ou adquirir instalações para 22 Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados
- Expandir e intensificar a agenda de relacionamento e a cooperação com os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas
- Implementar o Plano de Concertação Político-Diplomática, a fim de possibilitar que todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tenham representação diplomática em todos os países da CPLP
- Implementar um programa inspirado no Projeto Rondon para a participação de universitários brasileiros em projetos de desenvolvimento em países de língua portuguesa na África

Iniciativas

- 03PB - Adensamento da cooperação bilateral no campo técnico-militar, espacial e de defesa com outros países
- 03PD - Adensamento das relações políticas bilaterais, do comércio, dos investimentos, da cooperação científica e tecnológica, e nas áreas de segurança pública, crime organizado e ilícitos internacionais e dos intercâmbios cultural e educacional, entre outros, entre o Brasil e os outros países, mediante a realização de reuniões de Comissões Mistas bilaterais, de Consultas Políticas e de visitas de autoridades brasileiras a esses países e estrangeiras ao Brasil, e da ação de outros atores públicos e privados, nacionais e estrangeiros
- 03PE - Adensamento das relações políticas, econômicas e culturais, e de cooperação com países de língua oficial portuguesa e países membros de organismos regionais africanos
- 03PH - Aquisição de imóvel para a Chancelaria da Embaixada em Berlim, na Alemanha

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03PM - Aquisição de imóvel para a Chancelaria das três Delegações Permanentes em Genebra, na Suíça
- 03PU - Aquisições e construções de imóveis para Chancelarias e Residências de Embaixadas, Consulados e representações brasileiras junto a Organismos Internacionais
- 03PV - Atração de investimentos para a área de infraestrutura, especialmente para projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no contexto da realização da Copa do Mundo de Futebol (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016)
- 03PY - Construção de Chancelaria para a Embaixada em Bruxelas, na Bélgica
- 03Q0 - Cooperação no intercâmbio de informações, melhores práticas e capacitação, com vistas ao aperfeiçoamento da segurança aeroportuária no País
- 03Q1 - Intensificação da cooperação transfronteiriça com a França (Amapá/Guiana Francesa), com vistas a facilitar a circulação de pessoas e o transporte de mercadorias
- 03Q3 - Intensificação dos trabalhos de demarcação de fronteira
- 03Q5 - Promoção de eventos internacionais de Política Externa

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Negociar acordos de cooperação na área de defesa nos âmbitos bilateral, regional e multilateral
- Negociar acordos de cooperação na área de segurança e combate a ilícitos transnacionais nos âmbitos bilateral, regional e multilateral
- Negociar acordos de cooperação nas áreas de prevenção ao terrorismo e de segurança pública de grandes eventos internacionais no Brasil
- Negociar, no âmbito das Nações Unidas, Convenção Universal sobre crimes cibernéticos
- Organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20)
- Organizar, em parceria com o Comitê Interamericano contra o Terrorismo da Organização dos Estados Americanos (CICTE/OEA), dois seminários e outros eventos voltados à segurança portuária e à segurança de grandes eventos

Iniciativas

- 03Q7 - Adensamento da cooperação regional e internacional no campo técnico-militar, espacial e de defesa
- 03Q8 - Ampliação da coordenação política e das atividades de cooperação no âmbito do agrupamento BRICS, do Fórum IBAS, do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL)
- 03QA - Aperfeiçoamento do processo de Cúpulas das Américas e consolidação como instância para consensuar, no mais alto nível, linhas de ação voltadas ao desenvolvimento e prosperidade das Américas
- 03QC - Apoio, nos aspectos políticos e diplomáticos, à participação brasileira nas reuniões do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) e o Grupo de Ação Financeira da América do Sul (GAFISUD)
- 03QD - Aprofundamento da atuação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA)
- 03QE - Atuação nas negociações intergovernamentais para lograr composição e gestão inclusiva das instituições e órgãos centrais dos sistemas de governança, com prioridade para a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança (CSNU)
- 03QF - Atuação nos foros regionais de prevenção e combate ao terrorismo, tendo em vista a realização dos grandes eventos dos quais o Brasil será sede nos próximos anos
- 03QH - Defesa, junto aos países com os quais mantém relação, de assentos eletivos em organismos internacionais e órgãos das Nações Unidas como o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Comitê Organizacional da Comissão de Consolidação da Paz, o Comitê de Programa de Coordenação, o Comitê de Conferências, a Corte Internacional de Justiça e o Tribunal Penal Internacional
- 03QI - Elaboração de estudo das legislações existentes sobre a prevenção e o enfrentamento ao crime cibernético, com vistas a negociação, no âmbito da ONU, de convenção universal sobre a matéria

SECRETARIA - GERAL DA COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO - SENADO FEDERAL

- 03QJ - Elaboração de programa regional para o enfrentamento do problema mundial das drogas, por meio da coordenação entre o Conselho Sul-Americano sobre o Problemas Mundial das Drogas da União de Nações Sulamericanas (UNASUL) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

- 03QL - Fomento de medidas que estimulem o desenvolvimento da cooperação birregional, como o Acordo de Associação MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA, a Cúpula América Latina e Caribe-UNIÃO EUROPÉIA (ALC-UE) e a Conferência Ibero-Americana

- 03QN - Fortalecimento da atuação brasileira nas demais organizações do Sistema das Nações Unidas e outros organismos dos quais o país é membro

- 03QO - Organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), no Rio de Janeiro, em 2012

- 03QP - Participação brasileira em foros internacionais dedicados a temas relacionados ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável e ao mar, à Antártida e ao espaço

- 03QQ - Participação brasileira em fóruns dedicados ao enfrentamento da corrupção e do suborno internacional, notadamente nas Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, G-20 e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

- 03QR - Participação brasileira nas reuniões da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos (CIFTA/OEA), no Grupo de Trabalho sobre Armas de Fogo e Munições do MERCOSUL e em reuniões bilaterais sobre a matéria

- 03QS - Participação, na qualidade de observador, das Conferências do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) e de Conferências Extraordinárias e outras iniciativas relevantes do MNA, assim como colaboração com o fortalecimento institucional e revitalização do mecanismo G-15

- 03QV - Prosseguimento ao processo de aproximação diplomática, da interlocução e do intercâmbio do Brasil com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a Organização da Conferência Islâmica (OCI), a União Africana (UA), a Liga dos Estados Árabes (LEA), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e seus Estados-membros

- 03QW - Revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

OBJETIVO: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Participar da preparação da IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, em 2015

- Participar das Conferências anuais da Convenção para a Proibição de Armas Químicas, e de Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas e das reuniões do Grupo de Peritos Governamentais

Iniciativas

- 03QZ - Adensamento da cooperação com o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) no treinamento de pessoal designado para integrar contingentes brasileiros em operações de manutenção da paz e missões políticas especiais

- 03R0 - Ampliação da participação de mulheres, tanto civis como militares, em operações de manutenção da paz

- 03R3 - Aprofundamento das Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLANs) e de seus mecanismos de diálogo e cooperação

- 03R5 - Atuação na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e no Grupo de Supridores Nucleares (NSG), com vistas a fomentar o uso pacífico da energia nuclear, com base no princípio da não-proliferação

- 03R6 - Atuação na Comissão Binacional de Energia Nuclear Brasil-Argentina (COBEN), com vistas a assegurar o desenvolvimento da cooperação nuclear bilateral

- 03R7 - Atuação na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ), com vistas ao fortalecimento de projetos de cooperação e transferência de tecnologia para fins pacíficos, e participação nas Conferências anuais da Convenção para a Proibição de Armas Químicas, e de Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas e nas reuniões do Grupo de Peritos Governamentais

- 03R9 - Aumento da participação em foros multilaterais na área de consolidação da paz

- 03RB - Contribuição para a retomada dos trabalhos da Conferência do Desarmamento (CD)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03RD - Cooperação no âmbito da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)
- 03RF - Estímulo à cooperação na área de usos pacíficos da energia nuclear
- 03RG - Intensificação da participação brasileira em atividades policiais em operações de manutenção da paz e missões políticas especiais e no debate acerca dessas atividades
- 03RH - Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz
- 03RJ - Participação ativa na Comissão de Consolidação da Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), dentro do Comitê Organizacional, e no Grupo Consultivo do Secretário-Geral da ONU sobre Consolidação da Paz
- 03RL - Participação na preparação da IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 2015
- 03RM - Participação nas discussões sobre um Tratado sobre o Comércio de Armas Convencionais e sobre o Programa de Ação das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Eliminar o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve

OBJETIVO: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Assinar Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a cooperação triangular em países africanos
- Concluir a negociação de novo quadro normativo sobre créditos à exportação na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), inclusive para a venda de aeronaves
- Concluir a negociação para o ingresso do Brasil no Banco Asiático de Desenvolvimento como membro não-regional
- Concluir as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC)
- Concluir, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), negociação de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais para (a) pessoas com deficiência para leitura, (b) bibliotecas e arquivos, (c) usos educacionais e (d) pessoas com outros tipos de deficiência

Iniciativas

- 03SA - Aperfeiçoamento do Entendimento sobre o Setor Aeronáutico no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
- 03SB - Aprofundamento, no âmbito do G-20, da reforma da governança econômica internacional, ampliando o papel do Brasil em seus mecanismos decisórios
- 03SC - Aproximação gradual e seletiva com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mediante participação nos comitês da OCDE que discutem temas de interesse direto do Brasil
- 03SE - Atuação brasileira para obtenção de maior acesso a mercados para produtos agrícolas, mediante acordos bilaterais ou regionais, bem como por ações junto ao Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC)
- 03SF - Atuação, no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), de modo a resguardar condições favoráveis à concepção e execução de políticas nacionais de desenvolvimento
- 03SG - Atuação para consolidar o agrupamento BRICS como foro privilegiado de coordenação dos países emergentes no G-20 e em outras instâncias
- 03SI - Capacitação de funcionários diplomáticos brasileiros para atuar especificamente nos contenciosos de interesse do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) e familiarização de advogados com o funcionamento da OMC
- 03SM - Negociação, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais, inclusive para pessoa com deficiência para leitura
- 03SN - Negociação, no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), da abertura de mercados para produtos manufaturados e agrícolas brasileiros

SECRETARIA-GERAL DA COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL SENADO FEDERAL 280

OBJETIVO: 0906 - Negociar e ampliar os acordos de livre comércio do Mercosul com terceiros países e regiões.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Estabelecer programas de importação, sem quotas e sem tarifas ("duty-free, quota-free"), de produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDRs)
- Negociar acordo comercial do MERCOSUL com a União Europeia e com outros parceiros comerciais de peso

Iniciativas

- 03SS - Negociação de Acordo de Associação Mercosul-União Europeia
- 03SU - Negociação de acordos de livre comércio do MERCOSUL com países do Oriente Médio
- 03SW - Negociação e adensamento de acordos de livre comércio do MERCOSUL com países da América Central e do Caribe
- 03SY - Proposição ao Congresso Nacional de alteração da Lei 3.244 de 1957, com vistas a habilitar a diferenciação do imposto de importação por origem, viabilizando a adoção dos programas para os Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDRs) e o Haiti
- 03SZ - Proposição da implementação de programas duty-free, quota-free para os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) e para a importação preferencial de têxteis do Haiti
- 03T0 - Realização de estudos prospectivos com vistas à negociação de acordos comerciais entre o MERCOSUL e países asiáticos

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Ampliar a base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet em até 40%, de 46677 para 65348 empresas
- Ampliar de 10 para 15 o número de atividades de treinamento e capacitação para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro
- Ampliar de 12 para 25 a participação institucional do Ministério das Relações Exteriores em feiras no Brasil visando divulgar os serviços disponíveis para a promoção das exportações
- Aumentar de 15 para 25 o número de "roadshows" para a atração de investimentos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com especial ênfase nos setores portuário e aeroportuário, para os megaeventos esportivos e para setores relacionados à economia verde e inovação
- Aumentar de 35 anuais para 100, a contratação e elaboração de estudos sobre investimentos e comércio, bem como de pesquisas de mercado, com o objetivo de subsidiar ações de promoção de investimentos
- Aumentar, de 130 para 190 eventos anuais, o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior
- Estender para 15 cidades brasileiras, a realização dos seminários e das oficinas do Programa de Promoção de Exportações para a Organização das Nações Unidas (PPE-ONU)
- Expandir o número de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) no exterior de 100 unidades em 78 países para 134 unidades em 101 países
- Expandir de 4 para 6 o número de cidades sul-americanas a serem contempladas com a realização de seminários e oficinas relativas ao Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)
- Reestruturar e ampliar a rede de pontos focais do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), ao passar de 55 operadores nacionais atuais para 61 parcerias nos 26 Estados da

SECRETARIA - GERAL D
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
- SENADO FEDE

Federação e no Distrito Federal

Iniciativas

- 03T2 - Ampliação do número de pesquisas de mercado e elaboração de estudos de inteligência comercial, inclusive sobre investimentos diretos externos no Brasil e sobre investimentos diretos brasileiros no exterior, bem como de apoio à internacionalização de empresas brasileiras por intermédio da reformulação da rede BrasilGlobalNet
- 03T3 - Aprimoramento do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)
- 03T5 - Capacitação e aperfeiçoamento técnico no campo da promoção comercial, mediante a troca de conteúdos para o aumento da eficiência do sistema de promoção comercial
- 03T9 - Expansão da participação em Feiras e Exposições no exterior, tendo em vista o objetivo de apoiar pequenas e médias empresas a posicionarem seus produtos em mercados externos, e promover o produto turístico brasileiro, mediante a realização de workshops e roadshows de turismo, sobretudo nos novos mercados a serem atingidos, e a produção de material de divulgação turística específico para esses países
- 03TA - Expansão do número e ampliação do escopo regional dos seminários e oficinas de treinamento relativos ao Programa de Promoção das Exportações para o Sistema das Nações Unidas (PPE-ONU)
- 03TB - Organização e apoio a Missões Comerciais em países prioritários e por ocasião das visitas da Presidenta da República ao exterior e da visita de altas autoridades estrangeiras ao Brasil, divulgando as oportunidades de investimentos no Brasil, além de prestação de apoio na organização de missões de empresas ou grupo de empresas brasileiras ao exterior, auxiliando na confecção de Agenda de encontros e visitas a autoridades, entidades de classe e empresas estrangeiras
- 03TC - Reestruturação do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), mediante a multiplicação dos treinamentos sobre a sua utilização, a ampliação de sua rede de parceiros e estímulo a ações conjuntas nas áreas de atração de investimentos, transferência de tecnologia, apoio a investimentos brasileiros no exterior e de inteligência comercial

OBJETIVO: 0908 - Promover a participação brasileira em foros internacionais sobre energia e mineração, com vistas a ampliar a importância e a influência do Brasil, no contexto global.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Promover no plano internacional a defesa do acesso do Brasil a recursos energéticos para o desenvolvimento do país

Iniciativas

- 03TD - Cooperação bilateral, regional e multilateral na área de energias renováveis
- 03TE - Divulgação dos modelos brasileiros de regulamentação para os setores de petróleo, gás natural e mineração em foros multilaterais e junto a parceiros bilaterais
- 03TG - Estímulo no plano internacional à difusão de padrões de exploração e produção de petróleo, gás natural e minerais adotados no Brasil
- 03TH - Participação brasileira em foros dedicados à criação e à difusão de cultura internacional do emprego de novas tecnologias associadas a energias renováveis e não-renováveis
- 03TI - Participação do Brasil em foros internacionais dedicados à discussão da ampliação do uso de energias renováveis
- 03TJ - Participação, nos planos bilateral, regional e multilateral, nas discussões sobre a importância da adoção de padrões de eficiência energética e impactos ambientais da exploração de petróleo e gás natural

OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Assegurar a adoção por países da América Central e Caribe e África do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T)

14/06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
Fl. 282
SENADO FEDERAL

- Expandir o número dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) no exterior de 14 unidades em 12 países para 19 unidades em 15 países, e capacitá-los com vistas a, entre outras atribuições, atuarem como observatórios de inovação em suas respectivas áreas jurisdicionais

- Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet, e temas relacionados

Iniciativas

- 03TL - Acompanhamento e negociação, em coordenação com os setores produtivo e de pesquisa do país, de acordos e instrumentos de cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, sociedade da informação e TV digital

- 03TN - Aperfeiçoamento da rede dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) das Embaixadas, em sua base tecnológica e infraestrutura

- 03TP - Aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação técnica em Propriedade Industrial com vistas a estimular a disseminação e sensibilização sobre a importância da Propriedade Industrial para o crescimento da transferência de tecnologia, o aumento do número de acordos colaborativos em Pesquisa & Desenvolvimento e o estímulo à Inovação

- 03TR - Apoio à participação dos cientistas brasileiros em redes internacionais de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) de reputação internacional, e à participação de instituições estrangeiras de pesquisa em programas de P&D no Brasil

- 03TS - Atração de investimentos diretos estrangeiros em setores intensivos em tecnologia e conhecimento, além de estímulo à formação de joint-ventures e spin-offs com empresas brasileiras do setor

- 03TT - Atuação coordenada dos países da América do Sul em foros internacionais de Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs)

- 03TU - Atuação do Brasil em programas, políticas e projetos de Pesquisa & Desenvolvimento para a consolidação e instituição de sistemas nacionais equivalentes na África, América Latina e Caribe

- 03TV - Cooperação bilateral na área de Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs)

- 03TX - Mobilização da diáspora brasileira de ciência, tecnologia e inovação para transferir processos de inovação críticos desenvolvidos no exterior para o Brasil

- 03TZ - Orientação da posição oficial brasileira relativa à governança da Internet, com vistas à formação de um regime internacional democrático e transparente que defina processos decisórios e regras para o uso e evolução da Internet

- 03U2 - Promoção do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T) na América do Sul, na América Central e Caribe e na África

OBJETIVO: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Elevar o Índice de Produtividade Consular Consolidado (IPCC) dos atuais 81,28% para 89,41%

Iniciativas

- 03U9 - Adoção de medidas voltadas à valorização, ao autodesenvolvimento e ao bem-estar das comunidades brasileiras no exterior, bem como à manutenção de seus vínculos com o Brasil

- 03UA - Ampliação da variedade de serviços consulares e expansão da sua oferta pelas unidades consulares, inclusive mediante implantação do Sistema Consular Integrado (SCI) em seus escritórios regionais de representação no Brasil

- 03UB - Colaboração com o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE) e coordenação entre órgãos governamentais com vistas ao atendimento das demandas consignadas na Ata Consolidada de reivindicações aprovada nas "Conferências Brasileiros no Mundo", em conformidade com o Decreto n. 7.214 de 15 de junho de 2010

- 03UC - Desenvolvimento, padronização e implementação de sistemas documentais de identificação de responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

VET 66/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

- 03UD - Elevação da qualidade do atendimento consular e da assistência aos brasileiros no exterior, com ênfase no aprimoramento das práticas de trabalho, no treinamento de agentes consulares, na realização de campanhas de informação e outras formas previstas em Plano Diretor de Reforma Consular

- 03UF - Estabelecimento de normas migratórias, negociações e gestões junto a outros países, foros regionais e instâncias multilaterais, com vistas à celebração de acordos, criação de mecanismos de consultas e promoção de mudanças no direito internacional que favoreçam os brasileiros no exterior

OBJETIVO: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Alcançar o índice de 10% na quantidade de bolsistas estrangeiros participantes do Curso de Formação, por turma

- Aumentar a taxa de aprovação de candidatos afro-descendentes no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, dos atuais 5,17% para 7%

Iniciativas

- 03UH - Aprimoramento do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), do Curso de Formação, do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE), assim como do programa de intercâmbio para diplomatas estrangeiros, tornando obrigatórias disciplinas eletivas, tais como o russo, o árabe e o chinês

- 03UK - Celebração de acordos com academias diplomáticas estrangeiras, em especial dos países em desenvolvimento, com o objetivo de aprofundar a cooperação acadêmico-diplomática

- 03UL - Concessão da Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para candidatos afro-descendentes e expansão da divulgação do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco para todas as capitais brasileiras

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Expandir de 5 para 16 os cursos anuais de capacitação de professores no exterior

- Expandir de 68 para 100 o número de leitorados brasileiros no exterior

- Reestruturar, modernizar e expandir de 22 para 26 a Rede de Centros Culturais Brasileiros

Iniciativas

- 03UR - Ampliação do credenciamento de Centros Culturais Brasileiros e de instituições estrangeiras para a aplicação do Exame de Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras) no exterior

- 03UT - Apoio à distribuição do audiovisual brasileiro no exterior em salas de cinema de circuito comercial e na televisão

- 03UV - Apoio ao setor audiovisual nacional com vistas a promover o Brasil como locação de filmagem de obras cinematográficas e de publicidade

- 03UX - Aprimoramento e ampliação dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG)

- 03UY - Atualização e ampliação do acervo de midiatecas e bibliotecas dos Centros Culturais Brasileiros, das instituições estrangeiras participantes do Programa de Leitorados, de escolas, bibliotecas públicas e demais instituições que desenvolvam atividades no âmbito do ensino da variedade brasileira da língua portuguesa e da difusão da cultura brasileira no exterior

VETO 06/2012
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
284

- 03V1 - Difusão junto a formadores de opinião de diferentes países da complexa realidade brasileira
- 03V2 - Estabelecimento de parcerias com as Universidades de Integração
- 03V3 - Expansão do número de leitorados brasileiros junto a instituições estrangeiras de ensino superior
- 03V4 - Implementação de cursos de capacitação de professores da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior
- 03V5 - Implementação do Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa
- 03V6 - Participação brasileira nas Conferências sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial
- 03V7 - Promoção da difusão e da divulgação da cultura brasileira e da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior
- 03V9 - Realização, no exterior, de eventos de cultura brasileira, em áreas como música, literatura, artes plásticas, dança, cinema, teatro e fotografia, e apoio à difusão cultural de outros países no Brasil

OBJETIVO: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Editar 120 obras sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira
- Implantar biblioteca virtual contendo seleção de dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas, com enfoque nos temas de política externa
- Implantar cadastro de referências em relações internacionais e política externa
- Realizar 10 cursos para diplomatas estrangeiros
- Realizar 60 debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional
- Realizar concursos anuais de dissertações de mestrados em relações internacionais e ciências políticas, com enfoque nos temas da política externa

Iniciativas

- 03VA - Edição e difusão de estudos e reflexões sobre temas das relações internacionais, da política externa e da história diplomática brasileira
- 03VB - Promoção de atividades culturais, pedagógicas e de divulgação de temas da política externa e da memória diplomática
- 03VC - Promoção de debates, por meio da realização de colóquios, mesas redondas, encontros, seminários, cursos, conferências sobre os temas prioritários da política externa e da história diplomática brasileira
- 03VD - Realização de exposições, seminários e edição de publicações sobre a vida e obra do Barão do Rio Branco, em comemoração ao seu centenário de morte

OBJETIVO: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Aumentar o quantitativo de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional em 20%, em relação a 2010, firmados entre o Brasil e outros países em desenvolvimento
- Elaborar proposta de marco regulatório para a Cooperação Técnica Internacional entre o Brasil e outros países em desenvolvimento

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 03VF - Aperfeiçoamento e fortalecimento da formulação, da execução, do acompanhamento e da avaliação de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional prestada, concebida e implementada em parceria com países em desenvolvimento e organismos internacionais
- 03VH - Elaboração de marco regulatório para a Cooperação Técnica Internacional entre o Brasil e outros países em desenvolvimento
- 03VI - Fortalecimento do planejamento, da formulação, da execução, do acompanhamento e da avaliação de iniciativas brasileiras de Cooperação Técnica Internacional recebida, concebida e implementada em parceria com países desenvolvidos e organismos internacionais

OBJETIVO: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Elaborar marco legal relativo à provisão de cooperação humanitária internacional pelo Brasil
- Expandir de 70, realizadas pelo Brasil em 2010, para 120 operações internacionais humanitárias e de gestão do risco de desastres

Iniciativas

- 03VJ - Assinatura de Memorandos de Entendimento bilaterais, com Organismos Internacionais e com o Movimento da Cruz Vermelha para a gestão de risco de desastres e a resposta humanitária emergencial, de recuperação e de reconstrução em outros países
- 03VK - Instituição de marco legal e coordenação das ações governamentais brasileiras de cooperação humanitária internacional
- 03VM - Participação da sociedade civil em projetos e programas de cooperação humanitária internacional, em temas da segurança alimentar e nutricional, e em fóruns internacionais e no Conselho Mundial de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)
- 03VP - Participação de especialistas e de meios brasileiros em ações internacionais de prevenção e resposta a desastres e reconstrução pós-calamidade, e execução de atividades de cunho humanitário, inclusive em operações de resgate, busca e salvamento, e de gestão de risco e de desastres

OBJETIVO: 0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Assinar o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
- Elaborar critérios e procedimento de natureza pública para a seleção de candidatos brasileiros a órgãos de tratados de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)
- Elaborar sítio eletrônico para a difusão permanente e atualizada de informações sobre temas de direitos humanos e política externa
- Organizar a Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil, no Brasil em 2013
- Promover o credenciamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos como "Instituição Nacional Brasileira", conforme os "Princípios de Paris"

Iniciativas

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03VQ - Ampliação da participação brasileira em projetos bilaterais e trilaterais de capacitação técnica de agentes públicos em matéria de direitos humanos, principalmente com países da América Latina e da África

- 03VX - Apoio ao diálogo junto a organizações do terceiro setor, a formadores de opinião e ao meio acadêmico sobre questões relacionadas a Direitos Humanos e Política Externa

- 03VZ - Apoio, por meio de medidas na esfera internacional, da proteção dos Direitos Humanos de grupos vulneráveis, em particular daqueles que não contam com instrumentos específicos, como idosos e jovens

- 03W0 - Articulação governamental com vistas à conclusão das negociações da Declaração Interamericana sobre Direitos dos Povos Indígenas

- 03W1 - Articulação governamental com vistas à cooperação com países e agências internacionais, com vistas ao acesso de populações de países pobres à prevenção e ao tratamento do HIV/AIDS

- 03W2 - Articulação governamental com vistas à elaboração de relatório anual sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil e de relatórios a órgãos internacionais específicos de monitoramento em matéria de Direitos Humanos

- 03W3 - Articulação governamental com vistas à implementação de recomendações dirigidas ao Brasil por mecanismos convencionais e extraconvencionais do Sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas, assim como de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o Brasil

- 03W4 - Articulação governamental com vistas à participação do Brasil em órgãos intergovernamentais e de peritos dedicados à temática dos direitos humanos, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)

- 03W5 - Articulação governamental com vistas à participação nas conferências dos Estados-Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e promoção da cooperação com outros países e instituições

- 03W6 - Articulação governamental com vistas à participação nas discussões internacionais sobre o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sobre o regime pós-2015

- 03W7 - Assinatura do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

- 03W9 - Atuação em favor da eleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, no mandato 2012-2015

- 03WA - Atuação na Assembleia Mundial de Saúde (AMS), com vistas à implementação da Estratégia Global sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual orientada para melhor atender os interesses e as necessidades dos países em desenvolvimento

- 03WE - Coordenação da participação brasileira nas reuniões da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

- 03WG - Divulgação nos foros internacionais competentes da aplicação do Plano Decenal de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial

- 03WI - Fortalecimento da UNITAID, contribuindo para que conte com fontes estáveis de financiamento e implemente medidas que permitam a redução de preços, a manutenção da qualidade e o acesso mais efetivo de medicamentos à população mundial, em especial de países em desenvolvimento, com vistas a expandir o acesso a tratamentos e diagnósticos para HIV/AIDS, tuberculose e malária

- 03WT - Promoção da cooperação internacional em assuntos relacionados aos direitos dos povos indígenas que habitam regiões de fronteira

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Adequação da Força Aérea	%	31/12/2010	20,00
Adequação da Força Naval	%	01/07/2011	20,00
Adequação da Força Terrestre	%	31/12/2010	32,00
Índice de Acidentes Aeronáuticos	%	31/12/2010	0,70
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2010	89,00
Taxa de acidentes náuticos	1/1.000	31/12/2010	1,31

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**12.867.146**	**41.063.493**
Despesas Correntes	4.091.594	13.460.617
Despesas de Capital	8.775.552	27.602.876
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**141.959**	**105.614**
Valores Globais	**13.009.105**	**41.169.107**
	54.178.212	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	500.000

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo, visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Instalar 7 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Modernizar 15 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	5,00	unidade

- Realizar 488 ações de prevenção de acidentes aeronáuticos

Ver 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 01HD - Adequação tecnológica do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)
- 01HF - Desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB
- 01HG - Monitoramento e defesa do espaço aéreo brasileiro
- 01HH - Prevenção de acidentes aeronáuticos

OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Adestrar, anualmente, 55.040 militares
- Capacitar 20% do efetivo por meio das atividades de ensino para o emprego operacional e de apoio
- Realizar 32 operações aéreas

Iniciativas

- 01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da Força Aérea Brasileira
- 01HN - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão da Força Aérea Brasileira
- 01HO - Logística operacional da Força Aérea Brasileira

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Desenvolver 4 projetos de sistemas bélicos
- Desenvolver 8 cargueiros táticos militares
- Realizar 4 pesquisas na área de tecnologia aeroespacial

Iniciativas

- 01HR - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)
- 01HZ - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Adquirir 45 aeronaves
- Modernizar 20 aeronaves

Iniciativas

- 01I0 - Adequação da frota de aeronaves militares

Ver o 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11 - 283

- 01I1 - Adequação dos meios de apoio ao combate
- 01IB - Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR)
- 01IK - Implantação de novos sistemas bélicos

OBJETIVO: 0482 - Implantação e adequação das Instalações do Comando do Exército em Pirassununga - SP

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Adequar 30% da estrutura orgânica da Brigada de Infantaria Paraquedista

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	30,00	% acumulado do

- Adequar 40% das Brigadas Blindadas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	40,00	%

- Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)
- Implantação e adequação de Instalações do Comando do Exército em Pirassununga - SP
- Implantar 100% da Brigada de Operações Especiais
- Modernizar 75% da estrutura da 12ª Brigada de Infantaria Leve

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	75,00	%

- Transferir a 2ª Brigada de Infantaria de Selva para São Gabriel da Cachoeira-AM

Iniciativas

- 01LS - Adequação de instalações militares para implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)
- 01LT - Implantação de pelotões especiais de fronteira do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)
- 01LV - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)
- 01LW - Implantação e adequação da infraestrutura de defesa terrestre e de apoio ao pessoal
- 01LX - Implantação e adequação do sistema de aviação do Exército

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11.290

Metas 2012-2015

- Formação de 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon"
- Participação de 80.000 crianças no Programa "Forças no Esporte"

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	80.000,00	pessoas

- Profissionalização de 100.000 jovens pelo Programa "Soldado Cidadão"

Regionalização da Meta	Total	Unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	100.000,00	pessoas

Iniciativas

- 01QX - Apoio a comunidades carentes
- 01QY - Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar
- 01QZ - Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional
- 01R0 - Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Conclusão do estaleiro e da Base Naval do PROSUB

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Conclusão do projeto do Primeiro Submarino de Propulsão Nuclear (SNBR-1)
- Construção de 8 Navios-Patrulha Oceânicos de 500 t
- Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (SBR-3)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	20,00	%

- Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	50,00	%

- Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	80,00	%

- Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB) para o ano de 2015

Iniciativas

- 01YO - Adequação dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais
- 01YP - Construção de navios de apoio logístico (PROSUPER)
- 01YR - Construção de navios-patrulha oceânicos 1800 t (PROSUPER)
- 01YS - Construção de navios-patrulha oceânicos de 500 t
- 01YT - Construção de submarino de propulsão nuclear (PROSUB)
- 01YU - Construção de submarinos convencionais (PROSUB)
- 01YW - Implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares (PROSUB)
- 01YX - Implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)
- 01Z1 - Sistemas operativos

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fl. 291

desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Adequação da infraestrutua de 30 Pelotões Especiais de Fronteira

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	30,00	unidade

- Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	110,00	unidade

- Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	150,00	unidade

- Adequação de 40 acródromos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	40,00	unidade

- Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	100,00	%

- Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas (FFAA)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	720,00	unidade

Iniciativas

- 01Z4 - Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte
- 01Z7 - Adequação de acródromos na região do Calha Norte
- 01Z9 - Adequação de embarcações da região do Calha Norte
- 01ZA - Logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte
- 01ZC - Implantação e melhoria da infraestrutura básica nos municípios atendidos pelo Calha Norte

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicação, visando a assegurar a capacidade de defesa cibernética nos campos civil, industrial e militar.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Implantar o centro de defesa cibernética
- Instituir o comitê de segurança da informação e comunicações

Iniciativas

- 01ZH - Implantação do sistema de defesa cibernética

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
Fl. 282

OBJETIVO: 0522 - Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o

desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Atualizar 74 cartas náuticas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	74,00	unidade

- Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1.561,00	unidade

- Editar e imprimir 606 cartas topográficas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	606,00	unidade

- Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	2.292,00	unidade

- Executar o imageamento de 731.046 Km² em áreas de floresta e não-floresta

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	731.046,00	km²

- Processar 1.478 Modelos Digitais de Superfície (MDS)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1.478,00	unidade

- Processar 1.478 Modelos Digitais do Terreno (MDT)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1.478,00	unidade

- Processar 1.478 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1.478,00	unidade

- Produzir 433 cartas aerogeofísicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	433,00	unidade

- Produzir 70 cartas geológicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	70,00	unidade

Iniciativas

- 01ZK - Sistema de Cartografia Aplicada ao Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Alcançar índice de 80% dos meios operativos da MB na condição "Pronto para operar"

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 232

- Prover formação e capacitação de militares e servidores civis, alcançando o quantitativo de 12.100 em 2015

Iniciativas

- 01ZM - Aprestamento dos meios operativos
- 01ZN - Formação e capacitação de recursos humanos da Marinha
- 01ZQ - Logística operacional da Marinha

OBJETIVO: 0524 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para o suporte aos meios operativos da Marinha.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Construir, modernizar e recuperar 101 instalações terrestres previstas no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB)

Iniciativas

- 01ZT - Adequação de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres
- 04C5 - Implantação da Segunda Esquadra

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Alcançar índice de 80% das necessidades de ampliação das Organizações Militares (OM) integrantes do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA)
- Ampliar em 80% a quantidade de Inspeções Navais (IN) realizadas
- Prover formação e capacitação de 58.000 marítimos

Iniciativas

- 01ZX - Desenvolvimento das atividades de auxílio à navegação
- 01ZY - Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
- 01ZZ - Registro e fiscalização de embarcações

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

VET 06/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
Fl. 294
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Implantar uma unidade piloto de conversão (Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio - USEXA) com capacidade nominal de 40 t/ano de hexafluoreto de urânio

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Implantar uma usina nuclear de geração de energia elétrica (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - LABGENE) projetada e construída no País, incluindo o seu reator, com potência de cerca de 11 MW, protótipo em

terra do sistema de propulsão naval

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

Iniciativas

- 0200 - Construção do protótipo de reator nuclear
- 0201 - Manutenção, operação e descomissionamento de instalações e sistemas do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
- 0202 - Desenvolvimento de sistemas e tecnologias operativas
- 047H - Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear

OBJETIVO: 0532 - Adequar os meios operacionais do Exército para assegurar a capacidade de defesa terrestre.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Implantação de 20% do Sistema Integrado de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro (SIAAEB)
- Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados

Iniciativas

- 0208 - Obtenção de armamento e munição
- 0209 - Obtenção de material individual, de estacionamento, aeroterrestre e demais Materiais de Emprego Militar (MEM)
- 020B - Obtenção de sistemas de artilharia antiaérea
- 020C - Obtenção e modernização de equipamentos de engenharia
- 020D - Obtenção e modernização de viaturas blindadas e da frota de veículos
- 020E - Obtenção, modernização e recuperação de aeronaves e simuladores para aviação do Exército

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	90,00	%

- Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1.300,00	unidade

- Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1.000,00	unidade

- Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	39.312,00	unidade/ano

- Emitir anualmente 300 relatórios de inteligência

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	300,00	unidade

- Implementar 130 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	130,00	unidade

- Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	470.000,00	km²

- Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	150.000.000,00	ha

Iniciativas

- 020H - Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Apoiar o aprestamento de uma brigada, para atuar em missões de paz e ações humanitárias
- Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED)
- Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS)
- Atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas
- Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira
- Realizar cinco exercícios de simulação de combate
- Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas
- Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras

Iniciativas

- 020I - Implantação e integração dos centros de comando e controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas
- 020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares
- 020L - Intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira
- 020M - Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto
- 020P - Participação em operações militares com Forças Armadas de outros países
- 020R - Realização de exercícios militares conjuntos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operativa do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do sua capacitação, adestramento e logística operacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Manter a capacidade de prontidão da Força Terrestre
- Preparar os Batalhões de Polícia do Exército e Companhias de Guarda para emprego em eventos de grande vulto - Priorizado o Batalhão de Manaus/AM

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	15,00	% de execução física

- Preparar uma força de valor brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária - Priorizado um Batalhão

Iniciativas

- 0215 - Formação e capacitação de recursos humanos do Exército
- 0217 - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão do Exército
- 0218 - Logística operacional do Exército

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório
- Concluir a implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar, em 2014
- Implantar 24% do sistema nacional de mobilização
- Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD)
- Implantar o sistema de empresas de interesse da defesa nacional
- Implantar o Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM)
- Integrar o Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional com o Sistema Georreferenciado da Presidência da República e com o Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas (CATBR)
- Mapear 100% da infraestrutura logística nacional de interesse da defesa
- Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional
- Realizar quatro exercícios conjuntos de mobilização de recursos logísticos e de recursos humanos
- Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das Forças Armadas em casos de desastres

Iniciativas

- 0237 - Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas
- 023A - Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e execução dos planos de mobilização

VETO 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 297

- 023B - Implantação do Sistema de Controle de Aerolevantamento (SisCAer)
- 023C - Implantação do Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM)
- 023D - Implantação e gestão do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SIGLD)

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército, visando à ampliação da capacidade de defesa terrestre.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Adequar os arsenais de guerra para produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de material de emprego militar - Priorizado o Arsenal de Guerra de São Paulo
- Desenvolver 30% do sistema de comando e controle do Exército
- Implantar o Instituto Tecnológico do Exército em Campinas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	100,00	% de implantação

Iniciativas

- 023N - Implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e complementares de comando e controle
- 023O - Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de sistemas, equipamentos e materiais de uso de defesa e civil

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa
- Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras

Iniciativas

- 0240 - Aperfeiçoamento do sistema de inteligência de defesa
- 0243 - Atendimento aos compromissos com organismos internacionais nas áreas militar e de defesa
- 0245 - Consolidação de mecanismo para ajuda recíproca em caso de desastres
- 0248 - Cooperação internacional na área de defesa
- 0249 - Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira
- 024D - Intercâmbio de cultura doutrinária militar com integrantes de Forças Armadas estrangeiras
- 024G - Participação nos foros internacionais que tratam de temas relacionados à área militar e à defesa
- 024O - Realização de reuniões bilaterais com países estrangeiros

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente	quantidade	30/12/2010	85,00
Oferta de molibdênio-99 pela CNEN/MCT	ci/ano	31/12/2010	14.330,00
Taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional	%	31/12/2010	63,60

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**646.796**	**3.094.822**
Despesas Correntes	491.860	1.968.001
Despesas de Capital	154.936	1.126.821
Outras Fontes	**109.340**	**437.360**
Valores Globais	**756.136**	**3.532.182**
	4.288.318	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	150.000

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar o fornecimento de radioisótopos e radiofármacos para 404 Ci por semana

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	7,00	%
Região Nordeste	15,00	%
Região Norte	4,00	%
Região Sudeste	58,00	%
Região Sul	16,00	%

- Implantar 50% do reator multipropósito brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	50,00	%

Iniciativas

- 00ZQ - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro
- 00ZR - Produção de radioisótopos e radiofármacos para a saúde

Visto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11-295
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Atender a 100% da demanda de elementos combustíveis para operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	100,00	%

- Atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra I

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	35,00	%

- Atingir 100% do cronograma físico da implantação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	100,00	%

- Atingir 30% do cronograma físico da Fábrica de Tubos Extrudados em ligas especiais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	30,00	%

- Atingir 40% do cronograma físico de implantação da Usina de Conversão

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	10,00	%
Região Sudeste	30,00	%

- Atingir 40% do descomissionamento previsto para as unidades mínero-industriais do ciclo do combustível nuclear

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	40,00	%

- Atingir 60% do cronograma físico do projeto de ampliação da capacidade produtiva do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	60,00	%

- Atingir a capacidade de produção de 800t de U3O8 ao ano na Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - BA a partir de 2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	800,00	tonelada

- Aumentar em 30% a reserva medida de urânio no país por meio da intensificação da pesquisa e prospecção mineral

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	20,00	%
Região Norte	10,00	%

Iniciativas

- 00ZX - Ampliação do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ
- 00ZY - Descomissionamento das unidades mínero-industriais do ciclo do combustível nuclear
- 00ZZ - Expansão da unidade de Concentrado de urânio em Caetité/BA
- 0100 - Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados
- 0101 - Implantação da Usina de Conversão de UF6
- 0102 - Implantação da Usina de Enriquecimento com a contribuição da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica
- 0103 - Implantação da usina de extração e beneficiamento de urânio e fosfato em Santa Quitéria CE
- 0104 - Produção de elementos combustíveis para a operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras
- 0105 - Realização de prospecção e pesquisa geológica em áreas com indícios de depósitos uraníferos

Vet 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
R. 300
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	16,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	132,00	unidade
Região Sul	11,00	unidade

Iniciativas

- 0106 - Ampliação do programa de formação especializada para o setor nuclear

OBJETIVO: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Criar a Agência Reguladora Nuclear

- Implantar o projeto de modelagem e automação dos processos de licenciamento e controle da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	100,00	%

- Implementação do sistema de monitoração dos indicadores de segurança de instalações nucleares

Iniciativas

- 0107 - Aperfeiçoamento das atividades de licenciamento e controle de instalações nucleares e radioativas e de salvaguardas nucleares

- 0108 - Criação da Agência Reguladora Nuclear

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Implantar 80% do Laboratório Nacional de Fusão

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	80,00	%

- Realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Nordeste	15,00	unidade
Região Sudeste	430,00	unidade

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FED.
Fl. 301

Iniciativas

- 010C - Pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia nuclear e suas aplicações

OBJETIVO: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Atingir 45% do cronograma físico de implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN), até 2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	45,00	%

Iniciativas

- 010D - Aperfeiçoamento das atividades de recolhimento e armazenamento de rejeitos radioativos
- 010E - Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN)

OBJETIVO: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Aprimorar a metodologia e aumentar a frequência dos exercícios de emergência de forma a manter o elevado grau de segurança das instalações nucleares do país
- Modernizar o Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN)

Iniciativas

- 027U - Atendimento a emergências radiológicas e nucleares
- 027V - Modernização da infraestrutura, dos procedimentos, da capacitação e do sistema normativo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON)

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	%	31/12/2010	81,69
Índice de planos estaduais e do Distrito Federal de políticas para as mulheres	%	31/05/2011	44,40
Índice de planos municipais de políticas para as mulheres	%	31/05/2011	3,50
Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero	%	31/05/2011	28,50
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos estados e no Distrito Federal	%	31/05/2011	81,50
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos municípios	%	31/05/2011	5,30
Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM	unidade	31/12/2010	8.719,00
Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	unidade	31/05/2011	3.085,00
Percentual do rendimento médio por hora das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens	%	26/09/2009	82,70
Proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher.	%	31/12/2010	14,77
Proporção de municípios com serviço especializado de atentimento às mulheres em situação de violência.	%	30/04/2011	28,25
Razão entre a taxa de atividade de homens e mulheres de 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	1,40
Taxa de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	9,60
Taxa de conhecimento da Lei Maria da Penha	%	31/12/2009	78,00
Taxa de formalização do trabalho doméstico	%	30/09/2009	27,20
Taxa de frequência à creche ou escola de crianças de 0 a 3 anos de idade	%	30/09/2009	18,40
Taxa de incidência de HIV em mulheres	1/100.000	31/12/2008	14,24

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**95.195**	**203.425**
Despesas Correntes	62.915	157.538
Despesas de Capital	32.279	45.887
Valores Globais	**95.195**	**203.425**
	298.620	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FED.
fl. 303

Metas 2012-2015

- Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho
- Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça
- Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil
- Efetivação do Protocolo de Intenções visando à concessão de crédito para estimular o empreendedorismo das mulheres
- Firmar acordos de cooperação para que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) promovam a inclusão produtiva das mulheres
- Firmar acordos de cooperação que visem ao fortalecimento das organizações produtivas de mulheres urbanas, do campo e da floresta, promovendo acesso à assistência técnica, ao crédito e apoio à comercialização
- Firmar acordos e protocolos para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal e o desenvolvimento da aquicultura familiar e ainda da constituição de banco de sementes e criação de sementes crioulas em empreendimentos que beneficiem as mulheres
- Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais
- Inscrever a temática de gênero nas políticas de combate à pobreza, com foco em ações voltadas para a inserção das mulheres pobres/extremamente pobres no mercado de trabalho e no sistema produtivo
- Participar dos Fóruns de Pactuação para implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) instituído pela Lei 11.346/06, com vistas a assegurar o direito das mulheres à alimentação adequada
- Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos
- Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado
- Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos
- Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas
- Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas

Iniciativas

- 03XH - Apoio a iniciativas que visem à promoção do trabalho decente e à equidade de gênero e raça no mercado de trabalho, com destaque às ações voltadas à formalização e valorização das trabalhadoras domésticas remuneradas e trabalhadoras de cuidados
- 03XL - Promoção da autonomia das mulheres através da implementação e apoio à formulação de políticas públicas que visem ao enfrentamento da desigual divisão sexual do trabalho por meio da capacitação e qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do atendimento às demandas por equipamentos sociais

OBJETIVO: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

Vet 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Acompanhar implementação das políticas de saúde visando adequar as demandas específicas das mulheres na identificação e caracterização das doenças ocupacionais vinculadas a labores majoritariamente exercidos por mulheres
- Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros

- Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades
- Elaborar documento contendo detalhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde
- Elaborar estudos e pesquisas sobre usos e aplicações de medicamentos que promovam benefícios para a qualidade de vida das mulheres, incluindo os métodos contraceptivos
- Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Rede Cegonha nos estados e municípios
- Firmar Acordo de Cooperação, visando a aprimorar e estender o alcance das ações do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST
- Participar do Fórum de Implementação e Monitoramento da Rede Cegonha
- Realizar 4 Seminários (periodicidade anual) para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

Iniciativas

- 03XO - Acompanhamento da elaboração das diretrizes e da implementação da Rede Cegonha garantindo a humanização do atendimento das mulheres no parto e puerpério em conformidade com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
- 03XP - Fortalecimento da PNAISM e do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST.

OBJETIVO: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Apoiar a constituição e fortalecimento de núcleos de gênero nas Universidades Federais e Estaduais
- Apoiar ações desenvolvidas pela SDH visando a reparação das mulheres anistiadas e/ou em processo de obtenção de anistia política
- Articular a ampliação do alcance do Programa Gênero e Diversidade na Escola para as instituições de ensino superior público e privado e demais modalidades
- Criar o Programa Trabalho e Inovação Tecnológica para as mulheres
- Elaborar um caderno com diretrizes da política cultural para incentivo à igualdade de gênero
- Estimular a ampliação no número de mulheres contempladas com Bolsa-Atleta e nos esportes de alto rendimento visando promover a discussão sobre a perspectiva de gênero nos grandes eventos esportivos, junto aos órgãos federais
- Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola
- Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR)
- Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados
- Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar Edital de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo
- Realizar 4 seleções públicas de iniciativas e projetos de, para e sobre mulheres, visando a produção e circulação de conteúdos culturais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FED
fl. 30

- Realizar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo

- Realizar o Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência, previsto para 2013

Iniciativas

- 03XR - Apoio a iniciativas de reparação e promoção dos direitos humanos visando ressaltar a contribuição das mulheres brasileiras na construção da democracia

- 03XT - Articulação da incorporação da perspectiva de gênero nas políticas educacionais, culturais e esportivas

- 03XV - Capacitação e formação de mulheres e de profissionais do setor público na temática de gênero

- 03XZ - Fomento à produção cultural afirmativa que valorize as expressões do feminino e sua contribuição para a diversidade cultural brasileira, bem como à produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados e, ao mesmo tempo, favorecer a presença e a permanência desses conteúdos e dessas produções nos espaços de fruição cultural brasileiros

- 03Y0 - Fomento à produção do conhecimento e à inovação tecnológica em torno da área de gênero e feminismo

- 03Y1 - Formação de profissionais da educação em conteúdos não discriminatórios

OBJETIVO: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Apoiar a implementação da legislação eleitoral que visa à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder

- Apoiar discussão e implementação de Projeto de Lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado

- Apoiar e subsidiar o debate sobre a Reforma Política tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

- Constituir estratégia para aprovação e implementação do Projeto de Lei que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado

- Constituir um Grupo de Trabalho de caráter interministerial voltado para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de legislação que tratam da equiparação de direitos e de garantia da proteção à população LGBT

- Criar Grupo de Trabalho no âmbito da SPM para elaboração de propostas e contribuições de políticas de atendimento específico às mulheres idosas

- Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação de Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); e o Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2010)

- Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas

- Estimular a participação das mulheres nos espaços de liderança política e de decisão no âmbito dos partidos políticos, das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de natureza diversa e diversos tipos de associação

- Fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com vistas a ampliar as políticas de igualdade implementadas pela ONU e nos países que a integram

- Fortalecer os mecanismos regionais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião Especializada da Mulher

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 306

do Mercosul, Comissão Interamericana de Mulheres e Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe

- Realizar 10 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos

Iniciativas

- 03Y2 - Apoiar o fortalecimento e implementação de marcos legais que visem à equiparação de direitos e o fortalecimento de garantias de proteção e promoção da igualdade
- 03Y4 - Assegurar a difusão dos direitos e o estímulo à participação das mulheres na formulação e implementação de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de enfrentamento às formas de discriminação baseadas em raça/etnia, geração, orientação sexual, entre outras relacionadas à diversidade humana e cultural
- 03Y6 - Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos relativos à promoção e respeito aos direitos humanos das mulheres, os mecanismos regionais de políticas para as mulheres e parcerias com entidades internacionais
- 03Y8 - Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres
- Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres
- Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres
- Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes
- Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres
- Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres
- Avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)
- Desenvolver e implementar um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero para subsidiar a formulação de políticas públicas e promover a transparência dos gastos públicos e a participação social
- Disponibilizar, para 50% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação
- Estruturar, implementar e consolidar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional para as Mulheres que agregue o atual Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SIGSPM), garantindo os ajustes necessários
- Fortalecer a articulação nacional e regional dos organismos executivos de políticas para as mulheres através do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres
- Fortalecer o diálogo e parceria com os institutos de produção de dados e indicadores no âmbito do Comitê de Gênero e Uso do Tempo
- Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional
- Publicação do documento Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais, elaborado pela SPM como resultado de Oficina realizada no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM

SECRETARIA - GERAL DA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11.307

- Publicar o Guia de implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres e demais documentos voltados ao fortalecimento dos organismos executivos de políticas para as mulheres

- Realizar estudo/diagnóstico sobre gênero e pobreza

- Realizar reuniões, atividades e ações do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)

- Revisar e atualizar o PNPM, à luz da 3a Conferência Nacional de Política para as Mulheres - 3a CNPM

Iniciativas

- 03Y9 - Consolidação das atividades do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e a estruturação de um Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional para as Mulheres com vistas a fortalecer os instrumentos de monitoramento e a avaliação de planos, programas e ações relacionados à Política Nacional para as Mulheres

- 03YB - Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres através da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação

- 03YC - Fortalecimento da gestão democrática e participativa através do apoio ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e do estímulo à criação e fortalecimento de Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

- 03YE - Fortalecimento institucional e consolidação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero como instrumento para a formulação de políticas para a promoção da igualdade de gênero, por meio do desenvolvimento e da implementação de sistemas integrados de dados e indicadores de igualdade de gênero, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões estratégicas e promover a transparência e a participação social

OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.

- Estimular, por meio de campanhas de grande alcance, a participação de meninas e mulheres nas áreas científicas e tecnológicas

- Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.

- Produzir peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação, tais como TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros

- Realizar campanha comemorativa e de conscientização da população sobre o Dia Internacional da Mulher, as principais conquistas e os principais desafios a serem superados para igualdade entre mulheres e homens

- Realizar campanha de valorização da mulher jovem, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia

- Realizar campanha sobre os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres

- Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

- Realizar campanhas, seminários, vídeos, oficinas de alcance nacional que apontem para a necessidade de superação da divisão sexual do trabalho, dialogando sobre o uso do tempo das mulheres e os impactos do trabalho doméstico

Iniciativas

- 03YF - Produção de peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação visando ao debate e à adesão da sociedade em torno de questões de gênero

- 03YI - Realização de seminários, vídeos, oficinas de apoio a projetos e materiais diversos que visem a retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuem para a conquista de seus direitos e cidadania, e que visem à conscientização da população sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens, sobre a promoção da autonomia das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres

VETO 6/2011
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 308

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Ampliar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para o atendimento internacional.
- Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas.
- Apoiar e articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS nº 104, de 25 de janeiro de 2011.
- Articular a priorização do atendimento das mulheres em situação de violência nos programas de habitação social, inserção no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, economia solidária e capacitação profissional.
- Articular a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nas Regiões de Fronteira Seca, com atenção especial às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual.
- Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.
- Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.
- Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e questões da violência contra as mulheres.
- Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania.
- Contribuir para a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.
- Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.
- Formalizar parcerias no âmbito do governo federal para a integração das Redes de Atendimento com os sistemas de políticas sociais.
- Implantar registro administrativo unificado na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.
- Implantar Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher.
- Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania.
- Induzir, articular e coordenar a elaboração de protocolos, fluxos e procedimentos, em articulação com o Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, Sistema Único de Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público.
- Integrar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.
- Participar do Grupo de Trabalho de monitoramento do Sistema de Notificação Compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidos na rede de saúde pública e privada.
- Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.

Iniciativas

- 049S - Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/2012
11.309

- 049T - Criação e divulgação do Sistema Nacional de Dados sobre Violência contra a Mulher conforme previsto no artigo 38 da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e do Registro Administrativo Unificado, visando à construção de indicadores que permitam maior monitoramento, avaliação e elaboração das políticas e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres.

- 049U - Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.

- 049V - Incidir junto aos Ministérios responsáveis para incluir de forma prioritária nos Programas Sociais, as mulheres em situação de violência.

- 049W - Institucionalização da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, normatização e padronização dos fluxos de atendimento, assegurando a não revitimização das mulheres atendidas.

- 049X - Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

OBJETIVO: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.

- Contribuir para o aumento do número de Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais.

- Contribuir para o aumento do número de Defensorias Públicas Especializadas e da assistência jurídica gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.

- Contribuir para o aumento do número de juizados e varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

- Contribuir para o aumento do número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais.

- Estabelecer parceria com os órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) para viabilizar o acompanhamento do percentual de medidas protetivas utilizadas e dos processos julgados de acordo com a referida Lei.

- Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, principalmente no processo de formação dos operadores de direito, de gestores e gestoras públicos/as e no conteúdo dos concursos públicos.

- Promover campanhas e ações educativas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, principalmente direcionadas para os territórios da cidadania, áreas deflagradas, municípios-polo, regiões de fronteira seca e cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

- Promover campanhas e ações em defesa da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).

Iniciativas

- 049I - Articulação e acompanhamento junto aos Poderes Judiciário e Legislativo e ao Ministério Público quanto à execução e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06).

- 049J - Articulação e apoio conjunto com os demais órgãos do Governo Federal e o setor privado para prevenir todas as formas de violência contra as mulheres nos grandes investimentos públicos e privados e seu entorno.

- 049K - Articulação, junto aos órgãos do governo federal, para a inclusão de conteúdos no âmbito de cursos de formação e capacitação de gestores/as públicos sobre a temática do enfrentamento à violência contras as mulheres e sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), bem como sobre os instrumentos assinados nacionalmente e internacionalmente.

Vero 06/2012
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.310
SENADO FEDERAL

- 049L - Realizar mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres, da naturalização da violência contra as mulheres, que promovam seus direitos sexuais e que esclareçam a população sobre as práticas que configuram violação dos direitos das mulheres (violência doméstica, violência sexual, exploração sexual, tráfico de mulheres e a lesbofobia).

OBJETIVO: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Constituir grupo de trabalho para a elaboração e construção das diretrizes e normatização dos serviços de responsabilização e educação dos agressores.
- Contribuir com a construção do Plano Nacional para a Prevenção e Redução de Homicídios.
- Contribuir para o aumento do número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis 11.942/09 e 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão.
- Estabelecer parceria para inclusão da investigação dos casos de violência contra as mulheres na rotina dos Serviços de Inteligência Policial.
- Firmar parceria com o Sistema Único de Segurança Pública e Polícia Federal para viabilizar a ampliação da utilização dos instrumentos de combate aos crimes de violência sexual contra as mulheres, com destaque para o fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.
- Fomentar cooperação internacional, bilateral ou multilateral para o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, principalmente no tocante ao atendimento às mulheres.
- Incentivar a implementação de novos mecanismos de proteção e segurança às mulheres em situação de exploração sexual e tráfico de pessoas.
- Inserir mulheres nos espaços de participação popular e controle social da Segurança Pública.
- Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Iniciativas

- 049M - Apoio a iniciativas de cooperação entre as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz e os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência para a promoção e defesa dos direitos, em especial para o enfrentamento à violência contra as mulheres.
- 049N - Articulação, junto aos órgãos responsáveis, para o combate à impunidade dos autores de crimes contra as mulheres, em especial nos casos de homicídio, para a responsabilização institucional nos casos de violência contra as mulheres e para o fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, visando à identificação dos agressores, principalmente nos casos de violência sexual.
- 049O - Contribuição para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, implementação dos acordos bilaterais e multilaterais e construção de novos compromissos de cooperação para o atendimento das mulheres brasileiras em situação de violência, tráfico de pessoas e exploração sexual no exterior.
- 049P - Incentivo à presença das mulheres nos espaços de participação popular e controle social da Segurança Pública, na perspectiva de ampliar a articulação das demandas das mulheres e nas questões referentes ao enfrentamento à violência contra as mulheres junto à Segurança Comunitária e Cidadã.
- 049Q - Incentivo e contribuição para a implantação dos serviços de responsabilização e educação do agressor.
- 049R - Promoção dos direitos das mulheres em situação de prisão e articulação, junto aos órgãos responsáveis, para assegurar a humanização nesses equipamentos e a oferta de espaços físicos adequados.

VET 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
311

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Equilíbrio atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios Previdência Social dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	17,34
Índice de Resolutividade (IRES)	%	31/01/2011	52,26
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	1,21
Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,17
Necessidade de financiamento do Regime Próprio de Previdência da União, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,39
Necessidade de financiamento dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados, Municípios e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	0,02
Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	16,35
Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,40
Taxa de cobertura previdenciária	%	31/12/2009	67,00
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	3,23
Tempo Médio de Concessão (TMC)	dia	31/01/2011	26,00
Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada (TMEA-PM)	dia	31/01/2011	19,00
Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	dia	31/01/2011	19,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**309.409.371**	**1.116.700.769**
Despesas Correntes	309.138.832	1.116.069.018
Despesas de Capital	270.540	631.751
Valores Globais	**309.409.371**	**1.116.700.769**
	1.426.110.140	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%
- Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%
- Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
- Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 00QQ - Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho
- 00QS - Fortalecer a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Metas 2012-2015

- Adequar 100% da rede de atendimento
- Implantar 435 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	200,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	85,00	unidade
Superintendência Sudeste I	50,00	unidade
Superintendência Sudeste II	50,00	unidade
Superintendência Sul	50,00	unidade

- Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	13,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	15,00	unidade
Superintendência Sudeste I	16,00	unidade
Superintendência Sudeste II	14,00	unidade
Superintendência Sul	18,00	unidade

- Reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 10 dias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	7,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	10,00	unidade
Superintendência Sudeste I	10,00	unidade
Superintendência Sudeste II	8,00	unidade
Superintendência Sul	14,00	unidade

- Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	19,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	18,00	unidade
Superintendência Sudeste I	8,00	unidade
Superintendência Sudeste II	14,00	unidade
Superintendência Sul	20,00	unidade

- Ter 85% dos benefícios decididos na mesma data de entrada

Iniciativas

- 00QU - Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social
- 00QW - Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios
- 00QX - Contribuir com a qualidade de vida dos contribuintes e beneficiários no envelhecimento ativo
- 00R0 - Garantir o pagamento de benefícios com qualidade
- 00R5 - Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva

VETO/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 313

- 00R6 - Promover o reconhecimento automático de direito
- 00R8 - Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Metas 2012-2015

- Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 4,7% do PIB
- Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos municípios
- Reabilitar 80% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional
- Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB
- Regulamentar a previdência complementar para o servidor público
- Revisar mais de 1 milhão de aposentadorias por invalidez concedidas há mais de 2 anos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	187.995,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	85.358,00	unidade
Superintendência Sudeste I	261.309,00	unidade
Superintendência Sudeste II	317.241,00	unidade
Superintendência Sul	172.325,00	unidade

Iniciativas

- 00RA - Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral
- 00RC - Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional
- 00RE - Intensificar a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios
- 00RF - Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11-314
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2010	5.611,00
Crianças e adolescentes ameaçados de morte e familiares protegidos	unidade	31/12/2010	1.490,00
Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados	unidade	31/12/2009	2.060.503,00
Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes)	1/1.000	31/12/2010	2,67
Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	31/12/2010	17.703,00
Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI	%	31/12/2010	57,45
Relação entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em programas de meio-aberto/ fechado	unidade	31/12/2010	0,50
Taxa de frequência à creche ou pré-escola de crianças de 0 a 5 anos, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	24,00
Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	26,60
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 14 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	88,40
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	1/1.000	31/12/2009	19,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**465.426**	**1.269.330**
Despesas Correntes	385.272	1.193.560
Despesas de Capital	80.153	75.771
Valores Globais	**465.426**	**1.269.330**
	1.734.756	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo
- Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial
- Extinguir os acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes na rede do SUAS sem respaldo de medida judicial
- Implantar serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nas 27 capitais

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
1.315
SENADO FEDERAL

- Implantar serviços integrados de atendimento inicial a adolescentes em conflito com a lei nas 27 capitais

- Reduzir a taxa de crescimento da internação de adolescentes em conflito com a lei

Iniciativas

- 00T9 - Acesso humanizado à Justiça (com ênfase na oitiva especial, mediação de conflitos e práticas restaurativas) e fomento à regionalização dos sistemas de segurança e justiça da infância e juventude

- 00TA - Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional

- 00TC - Aprimoramento de mecanismos de denúncia, notificação e monitoramento de violações de direitos de crianças e adolescentes

- 00TE - Atenção a crianças e adolescentes em situação de desastre ou no contexto de grandes eventos e empreendimentos

- 00TJ - Expansão e qualificação dos programas de atendimento de crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa

- 00TK - Fomento à inserção escolar, profissional e sociocultural dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto

- 00TL - Fomento a programas de atendimento aos autores de violência contra crianças e adolescentes, evitando a reincidência

- 00TN - Formulação de parâmetros para atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência e de protocolos para preparação de adotantes, para proteção integral de crianças e adolescentes em desastres e para atendimento de adolescentes com diversidade sexual

- 00TO - Implantação de mecanismos de combate à tortura e ao tratamento desumano e cruel nas instituições de atendimento de crianças e adolescentes

- 00TP - Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014

- 00TQ - Monitoramento dos processos de extinção dos grandes abrigos e eliminação da longa permanência de crianças e adolescentes em acolhimento

- 00TR - Oferta de cooperação jurídica internacional permanente para o tema da Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes

OBJETIVO: 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares

- Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte

- Implantar Conselho Tutelar referencial em municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipagem e integração ao SIPIA CT, aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos

- Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância

- Parametrizar e aprovar no CONANDA fluxos de atendimento e monitoramento para os conselhos tutelares

- Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 00TX - Aperfeiçoamento da matriz programática nacional e desenvolvimento de módulos temáticos para a formação de conselheiros tutelares
- 00TY - Aprimoramento dos Conselhos Tutelares na estruturação física, equipagem e implementação de programas de formação inicial e continuada dos conselheiros tutelares
- 00TZ - Formulação de fluxos parametrizados de atendimento nos Conselhos Tutelares, incluindo o monitoramento dos encaminhamentos realizados
- 00U1 - Regulamentação das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares

OBJETIVO: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar marco legal sobre repasse de recursos Fundo a Fundo, sobre proibição dos castigos corporais e para a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)
- Aprovar no CONANDA o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes
- Constituir fórum intergovernamental da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
- Implantar a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme item 4 da Resolução nº 7/29 do Conselho de Direitos Humanos da ONU
- Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes
- Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa
- Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT) em municípios com mais de 100 mil habitantes
- Realizar a Reforma Política do CONANDA
- Reduzir o índice de reincidência de adolescentes atendidos por medidas sócio-educativas.
- Universalizar Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estendendo-os a todos os municípios

Iniciativas

- 01FD - Articulação, coordenação, pactuação e monitoramento das responsabilidades intra e intergovernamental na gestão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e nos demais planos temáticos (Violência Sexual, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Convivência Familiar e Comunitária e Primeira Infância)
- 01FE - Consolidação do Observatório Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes como ferramenta estratégica de gestão de informação dos direitos de crianças e adolescentes
- 01FF - Cooperação internacional e relações multilaterais para implementação das normativas e acordos internacionais de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente
- 01FH - Fomento à articulação de fóruns, movimentos, comitês e redes, que atuam na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente
- 01FI - Fomento à criação e implementação de ouvidoria nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes
- 01FJ - Fomento à produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência com apoio a projetos inovadores e exemplares de articulação de rede e intervenção com crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados e restritos
- 01FK - Formulação e aprovação de marcos legais de fortalecimento da política de direitos humanos de crianças e adolescentes
- 01FL - Formulação e implementação de Planos Nacionais: execução de medidas socioeducativas e prevenção da morte violenta de crianças e adolescentes, com foco nos segmentos de maior vulnerabilidade: adolescentes do sexo masculino, afrodescendentes e moradores das periferias urbanas

VETO 6/2011
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
317

- 01FM - Fortalecimento e qualificação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
- 01FN - Implementação dos módulos temáticos do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA)
- 01FO - Promoção da responsabilidade social das empresas e trabalhadores para ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos municípios considerados de maior incidência constantes da Matriz Intersetorial
- 01FP - Regulamentação e implantação do repasse dos fundos para criança e adolescente, na modalidade fundo a fundo, para a execução da política de direitos humanos para infância e adolescência

OBJETIVO: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos
- Construir condições para ampliação do acesso de crianças de 0 a 3 anos a Programas de cuidados à Primeira Infância nos municípios com mais de 300 mil habitantes
- Desenvolver 03 campanhas anuais em temáticas referentes aos direitos da infância e da adolescência
- Estabelecer protocolos de navegação segura de crianças e adolescentes na Internet

Iniciativas

- 0287 - Desenvolvimento e difusão de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação
- 0288 - Disseminação de uma cultura de respeito e garantia dos direitos de crianças e adolescentes nas famílias, comunidades, instituições de atendimento, mídias e redes sociais
- 0289 - Estímulo à implantação de programas de educação em direitos humanos em estabelecimentos de cuidados à primeira infância
- 028A - Fomentar a experiência cultural na infância, reconhecendo-a como elemento fundamental para o desenvolvimento pleno do sujeito cidadão
- 028B - Fomento a ações de prevenção a mortalidade na Primeira Infância por lesões não intencionais (acidentes)
- 028C - Implementação e monitoramento da adoção nacional e internacional, segundo Lei 12010/ 2009 e legislação correlata
- 028D - Organização de serviços de atendimento à Primeira Infância, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento
- 028E - Promoção dos direitos e articulação de redes de atenção a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, com deficiências, indígenas e adolescentes com diversidade sexual

OBJETIVO: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil sem Miséria e integrando Municipios ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- Elevar o número de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, pertencentes a famílias que recebem transferência de renda, com frequência suficiente às atividades socioeducativas e de convivência
- Elevar o percentual de famílias beneficiárias do PETI acompanhadas pelos CREAS e CRAS, conforme parâmetros

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

nacionais

- Realizar 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4.320,00	unidade
Região Nordeste	8.520,00	unidade
Região Norte	3.880,00	unidade
Região Sudeste	4.800,00	unidade
Região Sul	3.480,00	unidade

- Realizar a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, em 2013

- Reduzir progressivamente a incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação

Iniciativas

- 03DS - Intensificar a fiscalização para erradicação do trabalho infantil em situação de emprego, com prioridade para as atividades da lista das suas piores formas

- 03DT - Manter, expandir e qualificar os serviços de proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil e suas famílias, combinado com a transferência de renda

VC-706/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 319

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Escolas públicas acessíveis	%	31/12/2010	18,60
Escolas públicas com salas de recursos multifuncionais	%	31/12/2010	43,00
Matrícula de pessoa com deficiência na rede regular de ensino	%	31/12/2010	68,93
Percentual de aprendizes com deficiência	%	31/12/2010	0,58
Percentual de atendimento do passivo da demanda por Órteses e Próteses pelo Poder Público Federal (passivo de 1.442.000 demandas, em 2007)	%	31/12/2010	72,00
Percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência	%	31/12/2010	0,76
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola	%	31/12/2010	53,00
Proporção de páginas HTML da Web, do universo .gov.br, aderentes aos padrões de acessibilidade ASES	%	31/12/2010	1,14
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas	%	31/12/2009	41,80
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2010	29,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**30.709**	**48.302**
Despesas Correntes	26.209	28.916
Despesas de Capital	4.500	19.386
Valores Globais	**30.709**	**48.302**
	79.011	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0268 - Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Inserir 160.000 pessoas com deficiência sob ação fiscal no mercado de trabalho

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10.838,00	unidade
Região Nordeste	20.588,00	unidade
Região Norte	5.199,00	unidade
Região Sudeste	99.510,00	unidade
Região Sul	23.865,00	unidade

VET 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 320

Iniciativas

- 00UR - Ampliar a execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a pessoas com deficiência
- 00UT - Intensificar a articulação com atores envolvidos com a temática para aprimorar mecanismos de estímulo à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho

OBJETIVO: 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Acompanhar a implementação de iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos, estejam na escola
- Acompanhar o preenchimento das vagas criadas pela política de cotas para pessoas com deficiência no serviço público federal e nas empresas privadas
- Atualizar e ampliar os objetivos e metas do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência - Agenda Social - (Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007)
- Definir conteúdo básico e realizar capacitação em acessibilidade
- Definir conteúdo básico para capacitação em promoção de direitos da pessoa com deficiência
- Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas
- Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência
- Lançar o banco de talentos e estimular sua utilização em conjunto com outros sistemas congêneres
- Promover capacitação para multiplicadores sobre a técnica de Orientação e Mobilidade

Iniciativas

- 01GL - Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos de pessoas com deficiência
- 01GM - Articulação com as entidades de classe para garantia do compromisso da empregabilidade
- 01GN - Articulação com Ministério Público, Poderes Legislativo e Judiciário e com entes federados e entidades da sociedade civil nas ações de combate à discriminação da pessoa com deficiência
- 01GO - Articulação dos programas federais para a garantia dos direitos da pessoa com deficiência e fortalecimento do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência (Agenda Social)
- 01GP - Articulação e monitoramento junto ao Sistema S de capacitações e iniciativas de qualificação para pessoas com deficiência
- 01GQ - Articulação para implementar as ações voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência definidas no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3)
- 01GR - Articulação para Implementar e monitorar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- 01GS - Articulação para promover a empregabilidade da pessoa com deficiência, contemplando, inclusive, o jovem aprendiz
- 01GV - Definição do modelo único de classificação e valoração de deficiências e articulação para sua implementação junto aos órgãos da administração pública federal
- 01GX - Fortalecimento da participação social por meio do apoio a conselhos de direitos, da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da participação do Conselho Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) na proposição e no monitoramento das políticas públicas de interesse das pessoas com deficiência
- 01GY - Inserção de conteúdos sobre promoção da acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência nos programas de formação e capacitação
- 01GZ - Participação nas iniciativas de prevenção de acidentes e patologias que resultem em deficiências
- 01H0 - Produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência e temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERA
COORDENAÇÃ
LEGISLATIVA
DO
CONGRESS
SENADO FED
11.321

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda
- Acompanhar a ampliação do número de Parques Tecnológicos e Incubadores de empresas de bases tecnológicas voltadas para incremento da qualidade e produção das ajudas técnicas
- Acompanhar a criação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva
- Acompanhar a criação e execução do serviço de apoio e de reabilitação para pessoas com impedimento de longo prazo em situação de dependência
- Implantar as Centrais de Interpretes da Língua Brasileira de Sinais visando à acessibilidade na comunicação e informação
- Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia
- Orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)

Iniciativas

- 026T - Acompanhamento das ações voltadas à consolidação, ampliação e fortalecimento da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses
- 026V - Apoio aos serviços de atendimento ao cidadão que tratem da temática dos direitos da pessoa com deficiência
- 026W - Articulação junto ao SUS e ao SUAS para disponibilização de assistentes pessoais, bem como de serviços de apoio em domicílio e outros serviços comunitários de apoio
- 026X - Articulação para concessão de incentivos fiscais relacionados à produção e aquisição de ajudas técnicas
- 026Z - Estímulo à elaboração de conteúdos da temática de direitos humanos da pessoa com deficiência junto a instituições de ensino e institutos de pesquisa
- 0270 - Estímulo, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, a elaboração e disponibilização de recursos didáticos, paradidáticos e pedagógicos para atender às necessidades educativas específicas de cada deficiência
- 0271 - Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, a dispositivos e ajudas técnicas, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência

OBJETIVO: 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Ver 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
Fl. 320
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, nas edificações e entornos
- Acompanhar a implementação da acessibilidade nas habitações construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos projetos do PAC 2 e de mobilidade urbana previstos no PAC-Copa 2014
- Acompanhar a implementação da acessibilidade no transporte público e coletivo e a regulamentação do transporte complementar acessível

- Acompanhar ações para incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular

Iniciativas

- 02US - Apoio às iniciativas voltadas para formação de rede de pesquisa, ensino e extensão sobre a temática da acessibilidade junto às instituições de ensino
- 02UT - Articulação para incentivar a promoção da acessibilidade na cultura, no esporte e no lazer
- 02UU - Articulação para promoção da acessibilidade nos grandes eventos esportivos, em especial Copa 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016
- 02UV - Articulação para promoção da acessibilidade nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), em especial no que diz respeito ao programa Minha Casa, Minha Vida
- 02UW - Articulação para promoção de ambientes acessíveis nas instituições de ensino
- 02UX - Articulação para que o tema da acessibilidade seja norteador das ações de governo, com ênfase na divulgação e disseminação junto à sociedade
- 02UZ - Fomento à criação, atualização e divulgação de instrumentos normativos relacionados ao tema da acessibilidade de forma a garantir o seu uso na produção dos espaços na cidade e no campo
- 02V0 - Fortalecimento da sociedade civil organizada como agente de monitoramento de iniciativas relacionadas à acessibilidade
- 02V1 - Identificação e divulgação de boas práticas, a fim de dar visibilidade às iniciativas de acessibilidade para que elas sejam multiplicadas e sirvam de referência para outros atores sociais
- 02V2 - Incentivo à promoção da acessibilidade na comunicação e informação, com ênfase nos sites oficiais, como preconizado no E-Mag

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.323
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Estimativa de sub-registros de nascimentos	%	31/12/2010	6,20
Número de Unidades da Federação com Ouvidorias de Polícia	unidade	30/06/2011	21,00
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	unidade	21/07/2011	9,00
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos	unidade	21/07/2011	7,00
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Testemunhas	unidade	21/07/2011	17,00
Percentual de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário mínimo chefiados por idosos	%	26/09/2009	20,30
Taxa de analfabetismo de pessoas com 60 anos ou mais de idade	%	31/12/2010	42,60
Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	27,90
Taxa de mortalidade por queda, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	24,40
Trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2010	2.628,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**135.643**	**519.921**
Despesas Correntes	120.373	502.240
Despesas de Capital	15.270	17.681
Valores Globais	**135.643**	**519.921**
	655.564	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Identificar, em todas as faixas etárias, a população brasileira não registrada e não documentada
- Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	90,00	unidade
Região Sudeste	722,00	unidade
Região Sul	241,00	unidade

- Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em todo o território nacional
- Realizar campanhas de orientação e formação de cultura de inclusão, a partir do registro civil de nascimento

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 324

Iniciativas

- 00RK - Ampliação, reestruturação e manutenção da rede de unidades interligadas de registro civil para emissão da certidão de nascimento logo após o parto e antes da alta médica e fomento para realização de mutirões para emissão de certidão de nascimento e documentação básica
- 00RM - Construção de uma proposta de política nacional de documentação civil que garanta a emissão gratuita de documentos básicos à população em situação de pobreza e fomento de ações de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica com compartilhamento de expertise e boas práticas
- 00RP - Fortalecimento da Declaração de Nascidos Vivos (DNV) visando à padronização nacional das informações dos nascimentos realizados fora de estabelecimentos de saúde
- 00RQ - Fortalecimento do Comitê Gestor Nacional do Plano Social de Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica e estímulo à implementação dos comitês estaduais
- 00RR - Garantia da padronização da certidão em todo o território nacional
- 00RS - Monitoramento da implementação do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC)
- 00RT - Organização e integração das redes de políticas públicas relacionadas ao tema de registro civil de nascimento e documentação básica

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar e implementar diretrizes gerais de Educação em Direitos Humanos
- Criar o Conselho Nacional de Promoção do Diálogo e Diversidade Religiosa
- Implantar 100 comitês estaduais e municipais de Educação em Direitos Humanos
- Publicar semestralmente a Revista Direitos Humanos
- Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã
- Realizar anualmente a Mostra de Cinema e Direitos Humanos
- Realizar anualmente o Prêmio Direitos Humanos

Iniciativas

- 00RU - Assegurar o acesso público, nos marcos constitucionais, à informação dos arquivos da ditadura militar
- 00RY - Coordenação dos esforços para promoção da memória e da verdade, promovendo o esclarecimento público e o resgate histórico dos fatos ocorridos nos contextos de repressão política
- 00S3 - Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores
- 00S4 - Fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e implementação de órgãos colegiados estaduais e municipais de direitos humanos
- 00S5 - Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis
- 00S6 - Implementação e monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)
- 00S7 - Inserção de Educação em Direitos Humanos nos sistemas e níveis de ensino
- 00S9 - Monitoramento e atualização do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)
- 00SA - Organização de ações que promovam o respeito à tolerância e diversidade religiosa

OBJETIVO: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11-32

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos
- Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos
- Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros

Iniciativas

- 00SB - Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos da pessoa idosa
- 00SC - Aprovação de marco regulatório para as Instituições de Longa Permanência e dos Centros Dia definindo padrões de funcionamento e custos para garantir a qualidade de atendimento e de infraestrutura
- 00SD - Articulação para garantir acessibilidade da população idosa aos serviços públicos
- 00SF - Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores
- 00SG - Fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais e apoio à atuação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)
- 00SI - Implementação do Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável
- 00SJ - Instituição de mecanismos de incentivo à participação do setor privado na promoção dos direitos da pessoa idosa
- 00SK - Organização para que a política nacional de alfabetização e inclusão digital contemple a pessoa idosa
- 00SL - Viabilização do acesso, pela população idosa, aos materiais necessários para uma casa segura

OBJETIVO: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar marco legal contra a violência e a discriminação homofóbica
- Aprovar marco legal que reconhece o nome social de travestis e transexuais
- Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT
- Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT

Iniciativas

- 00SO - Articular com as corregedorias de Justiça o acompanhamento do cumprimento da decisão do STF que equiparou a união estável homossexual à união estável heterossexual
- 00SP - Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores
- 00SR - Fortalecimento da atuação do Conselho de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCDLGBT) e fomento a conselhos estaduais e municipais
- 00SS - Implementação e monitoramento do Plano Nacional LGBT
- 00SU - Instituição de mecanismos de combate à homofobia e de promoção dos direitos da população LGBT e aprimoramento de mecanismos de denúncia, notificação e monitoramento de violações de direitos de população LGBT
- 00SV - Mobilização de esforços para aprovação de marcos legais para a garantia dos direitos LGBT

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 326

OBJETIVO: 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Implementar Centros de Direitos Humanos em todas as regiões metropolitanas
- Implementar Centros de Direitos Humanos no campo em todos os estados brasileiros
- Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas nos Centros de Direitos Humanos
- Realizar Caravanas de Direitos Humanos em todos os estados brasileiros

Iniciativas

- 00T5 - Implementação dos Centros de Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos
- 00T7 - Realização das Caravanas dos Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Estruturação de 19 instâncias estaduais para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	7,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Estruturação de instância nacional para monitoramento dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano
- Regulamentação de medidas e procedimentos para a conduta do reassentamento de famílias atingidas por intervenções urbanas de modo a garantir os direitos humanos

Iniciativas

- 025X - Preservação dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano

OBJETIVO: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Realizar o censo de população em situação de rua
- Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes

Iniciativas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 02WA - Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos de população da População em Situação de Rua
- 02WB - Disseminação, na sociedade, de uma cultura de direitos humanos da população em situação de rua, estimulando a participação social e a produção de informações de novos valores
- 02WD - Implementação e monitoramento do Plano Nacional sobre População em Situação de Rua e fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento
- 02WE - Integrar os Centros de Direitos Humanos e os CREAS para promover direitos da população em situação de rua
- 02WF - Organização das políticas públicas para implantação de programas especializados de atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua
- 02WG - Organização governamental para garantir os direitos humanos das pessoas em situação de rua nos grandes eventos

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase
- Instituir e implementar a Comissão Nacional da Verdade
- Localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos para a entrega aos seus familiares

Iniciativas

- 0451 - Concessão de indenizações às famílias de mortos e desaparecidos políticos e de indenizações decorrentes de decisões ou negociações da Corte Interamericana de Direitos Humanos
- 0452 - Coordenação da Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase e que tiveram reconhecimento pelo Estado de violação de seus direitos
- 0453 - Implementação da Comissão Nacional da Verdade com garantia de seu pleno funcionamento
- 0454 - Localização e identificação dos restos mortais de desaparecidos políticos para entrega a seus familiares
- 0455 - Modernização das normas de acesso à informação pública, vedando que seja utilizado o sigilo de estado para ocultar violações de Direitos Humanos
- 0456 - Reparação econômica de caráter indenizatório aos anistiados por motivação exclusivamente política

OBJETIVO: 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar e implementar a PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins
- Realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo

Iniciativas

- 0457 - Aprovação da PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins
- 0458 - Articulação de ações de prevenção e erradicação do trabalho escravo com o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, particularmente seguro-desemprego para trabalhadores resgatados, e intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional voltadas para o campo e atividades com ocorrência de trabalho análogo ao

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fl. 328

de escravo

- 0459 - Coordenação de ações visando à reinserção socioeconômica dos trabalhadores resgatados em condição análoga à escravidão
- 045A - Coordenação e monitoramento da implementação do II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
- 045B - Execução de ações fiscais para erradicar o trabalho análogo a de escravo
- 045C - Fortalecimento da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e promoção da articulação federativa para incentivo à criação de Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAEs)
- 045D - Organização de ações de prevenção ao aliciamento de trabalhadores
- 045E - Prestação de assistência emergencial ao trabalhador resgatado de condição análoga à de escravo
- 045F - Priorização da inclusão dos trabalhadores resgatados, no Programa Bolsa Família, observados os critérios de elegibilidade do Programa

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT, AM, RN, CE e AC)
- Ampliar os serviços de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos ameaçados em todos os estados brasileiros
- Integrar os serviços de proteção em 7 estados (CE, PE, PA, BA, ES, RJ e MG)
- Reformular e aprovar marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas e dos serviços de proteção que os constituem

Iniciativas

- 045G - Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade
- 045H - Fortalecimento dos colegiados nacionais e estaduais dos programas de proteção a pessoas ameaçadas
- 045I - Organização dos programas federais e articulação das unidades federativas visando atendimento prioritário, ampliado, seguro e qualificado para os usuários dos serviços de proteção e seus familiares

OBJETIVO: 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.

VETO 66/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 329

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Acompanhar a implementação de ouvidorias autônomas de polícias nos estados e no Governo Federal
- Aprovar e implementar protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas
- Aprovar marco legal que institui o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e garantia de seu pleno funcionamento
- Aprovar o marco legal que implementa Protocolo Facultativo da Convenção Contra Tortura e garantir o seu pleno funcionamento (Mecanismo de Combate à Tortura)

- Implementar o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos

Iniciativas

- 045J - Apoio à atuação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em situações de violações de direitos humanos de especial gravidade, com abrangência nacional
- 045K - Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos
- 045L - Aprovação do marco legal que implementa o Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura das Nações Unidas e garantia de seu pleno funcionamento
- 045M - Articulação governamental visando à construção de política de drogas calcada na redução de danos e na não criminalização do usuário, assegurado o direito irrestrito ao tratamento adequado e o acesso à justiça e implementação de protocolo de tratamento para usuários de drogas baseado na redução de danos e nos direitos humanos dos usuários
- 045N - Articulação para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, em especial as milícias e grupos de extermínio
- 045O - Construção de estratégias que garantam, às pessoas com transtorno mental, os direitos, o acesso à justiça com respeito à sua autonomia e o tratamento conforme os preceitos da Lei 10.216/01, que institui a Reforma Psiquiátrica Brasileira
- 045P - Construção do Plano Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública
- 045Q - Fortalecimento do fórum nacional de ouvidores de polícia
- 045R - Fortalecimento dos instrumentos de defesa dos direitos humanos, buscando a erradicação das causas de violações
- 045S - Fortalecimento e garantia de funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e fomento a comitês estaduais
- 045T - Garantir a inserção da temática dos direitos humanos na organização e ampliação do controle externo de segurança pública na União, nos estados e no Distrito Federal através da construção e aprovação de marco legal
- 045U - Implementação do Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
330
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios	unidade	22/07/2011	325,00
Prevalência de anemia em crianças indígenas com idade entre 6 e 59 meses	%	31/12/2009	51,30
Proporção das mulheres indígenas de 14 a 49 anos com sobrepeso ou obesidade	%	31/12/2009	45,90
Proporção de crianças indígenas com déficit de estatura para idade	%	31/12/2009	26,00
Taxa de mortalidade infantil indígena	1/1.000	31/12/2009	41,90

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**793.307**	**2.883.453**
Despesas Correntes	680.094	2.454.572
Despesas de Capital	113.213	428.882
Valores Globais	**793.307**	**2.883.453**
	3.676.761	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	2,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	3,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	3,00	unidade

- Delimitação de 56 terras indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	10,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	25,00	unidade

- Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas

- Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	15,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	10,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
1-331
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	20,00	unidade

- Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e outros ilícitos nas terras indígenas

- Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas

- Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	5,00	unidade

- Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	8,00	unidade

- Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	170,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	29,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11,00	unidade

- Homologação da demarcação de 40 terras indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	24,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	5,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11,00	unidade

- Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas

- Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas

- Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	7,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	12,00	unidade

- Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira

- Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas

- Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento

- Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento

- Regulamentação do poder de polícia da FUNAI

Iniciativas

- 0403 - Articular a garantia da participação indígena nos processos de discussão e regulamentação da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e outros mecanismos relacionados a mudanças climáticas e pagamento por serviços ambientais

- 0406 - Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental

- 0408 - Localizar e proteger povos indígenas isolados

VETO 6/2012

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fl. 332

- 040A - Realizar a delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas tradicionais e de áreas a serem reservadas aos povos indígenas
- 040B - Regulamentar o poder de polícia da FUNAI

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas
- Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena
- Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	1,00	evento
Bioma Caatinga	1,00	evento
Bioma Cerrado	1,00	evento
Bioma Mata Atlântica	1,00	evento
Bioma Pampa	1,00	evento
Bioma Pantanal	1,00	evento

- Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	3,00	projeto
Territórios Indígenas do Norte	5,00	projeto

- Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Cerrado	2,00	projeto
Bioma Mata Atlântica	1,00	projeto
Bioma Pantanal	1,00	projeto

- Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	2,00	evento
Bioma Caatinga	1,00	evento
Bioma Cerrado	2,00	evento
Bioma Mata Atlântica	1,00	evento
Bioma Pampa	1,00	evento

- Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante
- Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos
- Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas
- Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas

VER 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
11.333

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	175,00	projeto
Territórios Indígenas do Nordeste	84,00	projeto
Territórios Indígenas do Norte	312,00	projeto
Territórios Indígenas do Sudeste	43,00	projeto
Territórios Indígenas do Sul	64,00	projeto

- Implementar 5 Centros de Formação Indígena
- Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas
- Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas
- Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros
- Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos
- Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável

Iniciativas

- 040R - Apoiar o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias indígenas, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas e a participação nos espaços de gestão pública
- 040S - Articulação e promoção da economia criativa de povos e comunidades indígenas, por meio da identificação de arranjos produtivos locais, do estímulo à formação de competências criativas, à produção, difusão, distribuição, consumo e fruição de produtos e de sua inserção nos mercados nacional e internacional, de modo promover a diversidade cultural, a geração de renda e a inclusão social dos povos indígenas, respeitadas suas especificidades e autonomia
- 040T - Articular a qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural em áreas indígenas para a gestão de seus territórios e estruturação dos processos de produção e acesso a mercados diferenciados
- 040U - Articular a qualificação e adequação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a ampliação de entidade emissoras e capacitação das comunidades, para garantir o acesso dos povos indígenas às políticas de desenvolvimento rural sustentável
- 040X - Articular parceria para apoio e fomento a projetos produtivos voltados para o autoconsumo e a inclusão produtiva com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas
- 040Y - Articular parceria para a qualificação de acordos de pesca, cadeias de valor do pescado e acesso diferenciado dos povos indígenas às políticas de desenvolvimento sustentável da pesca
- 040Z - Consolidar parceria com a EMBRAPA para qualificação de processos e projetos voltados para a conservação da agrobiodiversidade, com foco nas sementes tradicionais
- 0411 - Participação em fóruns e conselhos de políticas públicas para a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas e inserção do desenvolvimento sustentável, com ênfase no etnodesenvolvimento, nas políticas públicas voltadas aos povos indígenas
- 0413 - Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas
- 0414 - Promover articulação com instituições federais visando à ampliação do acesso diferenciado das comunidades indígenas aos programas e políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, à conservação da agrobiodiversidade e à garantia da segurança alimentar e nutricional
- 0415 - Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas
- 0416 - Rever a regulamentação da comercialização de produtos indígenas feitos a partir do uso de insumos de origem animal

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural,

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
334

seus costumes e tradições e suas instituições.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas

- Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento

- Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados

- Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas

- Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas

- Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nominação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país

- Promoção de Eventos de Capacitação voltados a prevenção à violência contra a criança indígena.

- Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares e etc), para o atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos

- Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	2,00	projeto
Territórios Indígenas do Nordeste e Minas Gerais	4,00	projeto
Territórios Indígenas do Norte	4,00	projeto
Territórios Indígenas do Sul e Sudeste	3,00	projeto

- Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	1,00	estudo
Territórios Indígenas do Nordeste e Minas Gerais	1,00	estudo
Territórios Indígenas do Norte	1,00	estudo
Territórios Indígenas do Sul	1,00	estudo

Iniciativas

- 0421 - Apoio nas ações de transversalização da temática de gênero e geracional na implementação e construção de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas

- 0422 - Articular a adequação do conjunto de políticas públicas e programas de desenvolvimento social e segurança alimentar e nutricional para povos indígenas, considerando as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos

- 0423 - Articular a promoção da adequação de políticas públicas, programas e ações de combate ao uso de álcool e drogas, considerando as especificidades étnico-cultural e territoriais dos povos indígenas

- 0424 - Atuar em cooperação entre os países que fazem fronteira com o Brasil, com o intuito de regulamentar e promover políticas de proteção dos direitos sociais dos povos indígenas

- 0425 - Definir estratégias articuladas entre Estado, sociedade civil e organizações indígenas no desenvolvimento de ações e programas de infraestrutura voltados para os povos indígenas que promovam a sua autonomia, o usufruto exclusivo e a proteção de seus territórios

- 0426 - Instituir mecanismos de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, incluindo o monitoramento de seus determinantes diversos, orientando o desenvolvimento de políticas e ações norteadas pelo conceito de etnodesenvolvimento, com foco em áreas e grupos vulneráveis

- 0428 - Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado

SECRETARIA - GERAL DA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos

- 0429 - Promover, por meio de articulação intersetorial, a identificação de tecnologias adequadas de captação e armazenamento de água para consumo humano e fomento de atividades produtivas dos povos indígenas

OBJETIVO: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais
- Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios
- Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas
- Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas
- Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país
- Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades
- Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas

Iniciativas

- 042A - Apoiar projetos e eventos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas
- 042B - Desenvolvimento de estudos, projetos e oficinas de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, com a capacitação de pesquisadores indígenas
- 042C - Implementação do registro, preservação e difusão do conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas

OBJETIVO: 0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território
- Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista
- Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL
1.332

Iniciativas

- 042D - Integrar o planejamento e a execução das ações indigenistas do Estado Brasileiro por meio da implementação de Planos Regionais Indigenistas

OBJETIVO: 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio

da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato

- Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11,00	unidade

- Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11,00	unidade

- Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato

Iniciativas

- 042E - Articular com a Secretaria Especial de Saúde Indígena/MS ações de atenção à saúde que contemplem as especificidades da política de proteção e promoção dos povos indígenas de recente contato

- 042F - Formular e implementar política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, bem como coordenar, monitorar e articular as ações governamentais e da sociedade civil junto a esses povos

OBJETIVO: 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia

- Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas

- Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena

- Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis

- Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena

- Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas

Iniciativas

- 042G - Promover ações institucionais e a participação dos povos indígenas na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas de educação em todos os níveis, com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos povos indígenas

- 042H - Regulamentar os instrumentos de avaliação e acompanhamento das ações de educação indígenas

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos

SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI
- Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas
- Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena
- Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão
- Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI

Iniciativas

- 042I - Construção do edifício sede da FUNAI
- 042J - Formação e capacitação de indígenas para atuação nos comitês regionais e outros colegiados em gestão compartilhada de políticas públicas
- 042K - Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde
- Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena
- Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena
- Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes
- Implantar, reformar e estruturar 68 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015
- Realizar a V Conferência Nacional de Saúde Indígena

Iniciativas

- 0443 - Estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS)
- 0444 - Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersetorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais
- 0445 - Implementação de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias e manejo de resíduos sólidos nas aldeias, em quantidade e qualidade adequadas, considerando critérios epidemiológicos e as especificidades culturais dos povos indígenas

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 338

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade	%	01/01/2010	0,50
Índice de Ordenamento Fundiário na região da Amazônia Legal	%	01/01/2010	7,26
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	%	01/01/2010	24,16
Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária	%	01/01/2010	32,00
Índice de Regularização Fundiária (exceto região da Amazônia Legal)	%	01/01/2010	77,36

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.672.560**	**8.423.771**
Despesas Correntes	369.612	1.159.496
Despesas de Capital	2.302.948	7.264.275
Valores Globais	**2.672.560**	**8.423.771**
	11.096.331	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Ampliar em 50% o número de estações ativas de cobertura da Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS - RIBAC mediante a instalação de 40 novos equipamentos, totalizando 120, e disponibilizar oportunidades para cooperação internacional em georreferenciamento de imóveis rurais

- Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB), mediante a.Formalização da parceria INCRA e RFB; b.Fechamento do modelo conceitual; c. Desenvolvimento e produção

- Disponibilizar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais 120 mil polígonos de imóveis rurais através do acervo fundiário digital do INCRA, mediante: a. Inserção no banco de dados geográfico do INCRA de limites de imóveis rurais particulares e áreas públicas georreferenciadas e certificadas; b. Interoperabilidade de dados via rede mundial de computadores, segundo os padrões da infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE)

- Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)

- Fiscalizar a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros em todo o território nacional, com ação cadastral prioritária em imóveis adquiridos por pessoas, inclusive brasileiras com capital estrangeiro, que estejam situados prioritariamente em áreas estratégicas para o País, com alta valoração e acima de 20 módulos de exploração indefinida

- Implantar um Serviço de Certificação de Imóveis Rurais automatizado, acessível através da rede mundial de computadores, mediante: a. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações tabulares; b. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações geográficas

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
Fl. 323

- Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)

- Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), agregar valor e massificar seu acesso e o dos dados do Acervo Fundiário Nacional à população, mediante: a.Definição dos requisitos necessários para concepção de um novo sistema que contemple os conceitos previstos na Lei nº 10.267/2001; b.Contratação de serviço tecnológico para o desenvolvimento do SNCR; c.Desenvolvimento e implantação dos módulos do novo SNCR; d.Implementação do módulo específico de acessibilidade para a população

- Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)

- Realizar a fiscalização cadastral de imóveis rurais, elegendo preferencialmente aqueles cuja área ultrapassa a 15 módulos fiscais, verificando a legalidade do domínio e o cumprimento da função social e classificando os imóveis rurais

Iniciativas

- 01DT - Aperfeiçoamento dos marcos legais relacionados ao controle e gerenciamento da malha fundiária e à certificação de imóveis rurais

- 01DU - Controle da aquisição e do arrendamento de terras por estrangeiros

- 01DV - Fiscalização cadastral das propriedades rurais

- 01DW - Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e ampliar a inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a integração dele com outras bases geográficas para qualificar o controle e o gerenciamento da malha fundiária nacional, dar apoio à certificação de imóveis rurais e promover a massificação do seu acesso

- 01DX - Regulamentação dos quesitos trabalhista, ambiental e de bem estar que determinam o cumprimento da função social da propriedade

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha

- Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária

- Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal

- Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal

- Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de ha de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal - Terra Legal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	104.000,00	unidade

- Promover a regularização e a ratificação de 200 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal

- Regularização fundiária de 49 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	49.000.000,00	ha

- Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)

VETO 6/2011
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
Fl. 320
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 01DY - Ampliação do trabalho de regularização fundiária de áreas rurais da União, sob a jurisdição da Secretaria do Patrimônio da União, prioritariamente nos imóveis ocupados por comunidades tradicionais
- 01DZ - Aperfeiçoamento do marco legal relacionado à questão da regularização e legalização de imóveis rurais
- 01E0 - Aperfeiçoamento dos marcos legais sobre regularização de imóveis rurais e urbanos na Amazônia Legal
- 01E3 - Construção de malhas fundiárias municipais, a serem consolidadas em banco de dados estaduais, contribuindo com a governabilidade fundiária plena
- 01E4 - Destinação de terras públicas nos marcos da Lei 11.952/2009
- 01E6 - Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais
- 01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais
- 01E8 - Gestão de malha fundiária nos marcos da Lei 11.952/2009
- 01E9 - Identificação de áreas da União, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União, aptas à regularização fundiária, dando-se prioridade àquelas ocupadas por comunidades tradicionais
- 01EB - Qualificação dos beneficiários e potenciais beneficiários das ações de regularização fundiária visando ao acesso às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, com ênfase para os que se encontram em situação de pobreza
- 01ED - Regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Apoiar o usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território através do assentamento de ocupantes não-indígenas no processo de regularização das Terras Indígenas
- Assentar 200 mil famílias
- Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher
- Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água
- Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria
- Construir e/ou reformar 120 mil casas
- Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas
- Criar 800 projetos de assentamento
- Obter 1 milhão de hectares
- Promover articulação para a construção e reforma de postos de saúde, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias
- Promover articulação para a construção e reforma de prédios escolares, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias
- Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos

Iniciativas

VETO 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
FL. 341
SENADO FEDERAL

- 01EE - Aperfeiçoamento do marco legal do licenciamento ambiental nos projetos de assentamento
- 01EF - Aperfeiçoamento do marco legal relativo ao pagamento do crédito instalação pelas famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária
- 01EH - Articulação institucional para captação de investimentos complementares à qualidade de vida nos projetos de assentamento
- 01EI - Avanço na destinação de áreas da União, sob a jurisdição da Secretaria do Patrimônio da União, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária com o intuito de promover a reforma agrária, prioritariamente nos assentamentos diferenciados na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)
- 01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)
- 01EL - Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento
- 01EM - Identificação de áreas da União, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União, para a implantação de projetos de reforma agrária e de assentamos diferenciados, com enfoque para a Amazônia Legal
- 01EO - Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização
- 01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Apoiar o acesso ao Programa de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas
- Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização
- Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso
- Construir instrumentos de priorização dos grupos produtivos de mulheres no Programa Terra Sol
- Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento
- Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento

Iniciativas

- 01ER - Aperfeiçoar a metodologia de avaliação da consolidação dos projetos de assentamento e da qualidade de vida das famílias, para contemplar as dimensões social, ambiental, econômica e organizacional
- 01ES - Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento
- 01EU - Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental
- 01EW - Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres
- 01EX - Viabilizar o acesso ao Programa de Financiamento da Agricultura Familiar Pronaf e demais programas de financiamento e compras públicas, bem como às políticas de Seguro Agrícola, para incrementar a produção e a comercialização de alimentos e a renda agrícola das famílias beneficiárias da reforma agrária

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 342

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Ampliar as iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) nos assentamentos
- Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente
- Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social
- Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária
- Manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente
- Promover articulações com o objetivo de captar investimentos em equipamentos esportivos e desenvolvimento do esporte, com prioridade para os assentamentos com mais de 200 famílias
- Promover articulações com o objetivo de contemplar, nas iniciativas de prevenção e assistência integral à saúde, ações específicas direcionadas ao público da reforma agrária
- Promover articulações com o objetivo de inscrever nos editais de fomento e difusão cultural ações específicas destinadas ao público da reforma agrária

Iniciativas

- 01EY - Articulação institucional para proporcionar ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária o acesso à cultura, à saúde, à alimentação, ao esporte e lazer
- 01EZ - Articular as políticas de reforma agrária dirigidas às mulheres com o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural
- 01F0 - Implantação de bibliotecas rurais, visando a incentivar a leitura entre as populações do campo
- 01F1 - Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional

OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Implementar o cadastramento das famílias acampadas para fins de inclusão nas políticas públicas
- Reduzir o número de mortes decorrentes de conflitos agrários, por meio da mediação e prevenção de tensão social no campo

Iniciativas

- 01F2 - Intensificar o combate à violência no campo e a prevenção de tensão social no meio rural
- 01F3 - Proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais às políticas sociais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/12/2012
11-343

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza

rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário

Iniciativas

- 02UG - Acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
- 02UI - Concessão de financiamento para aquisição de imóveis e infraestrutura básica rurais às famílias de trabalhadores rurais, por meio de crédito fundiário
- 02UL - Construção de instrumentos de titulação conjunta obrigatória entre o casal em situação de casamento ou união estável no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
- 02UM - Expansão do número de contratos de Selo Mulher do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) por meio da articulação com o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
- 02UN - Implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários e manutenção, capacitação e assistência técnica às famílias, com vistas à consolidação dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de cooperativas ou associações de catadores	unidade	31/10/2008	1.175,00
Número de catadores ligados a cooperativas ou associações	unidade	31/10/2008	30.390,00
Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações	%	31/10/2008	8,00
Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva	%	31/10/2008	17,80
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados	tonelada por dia	31/10/2008	40.695,00
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários	tonelada por dia	31/10/2008	167.636,00
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões	tonelada por dia	31/10/2008	45.710,00
Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgância e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo+ rpu) coletada	%	31/12/2008	0,96

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**216.475**	**338.005**
Despesas Correntes	177.228	273.948
Despesas de Capital	39.247	64.056
Valores Globais	**216.475**	**338.005**
	554.480	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Apoio a 150 municípios para implantação de programas de coleta seletiva
- Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores
- Fomento a constituição e implementação de 120 consórcios públicos com a atuação em resíduos sólidos
- Fomento e fortalecimento de 600 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem
- Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores
- Viabilizar infraestrutura para 350 mil catadores

VETO 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
10.395

Iniciativas

- 00ZE - Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos

- 00ZG - Fortalecimento do poder público para a gestão regionalizada dos serviços de resíduos sólidos urbanos
- 00ZH - Implementação de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos

OBJETIVO: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- 20 estados com inventário de áreas contaminadas disponibilizado
- 8 Acordos Setoriais de cadeias produtivas implementados
- Elaborar 27 Planos de Resíduos Sólidos em todos os estados e no Distrito Federal
- Elaborar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos
- Elevar para 20% o percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantada
- Implantar Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em 35% dos municípios do país
- Sistema de Informação de Resíduos Sólidos implantado

Iniciativas

- 010G - Desenvolver novas tecnologias voltadas para atender os princípios da não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos
- 010H - Elaboração, implementação e monitoramento da Política Nacional de Resíduos Sólidos
- 010I - Fortalecimento da gestão local dos resíduos sólidos
- 010J - Implementação de práticas de produção e consumo sustentável
- 010L - Promoção de monitoramento de áreas contaminadas por resíduos e recuperação de áreas órfãs contaminadas

VET 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
fl. 346
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Cobertura de abastecimento de água em áreas rurais	%	31/12/2009	62,00
Cobertura de esgotamento sanitário em áreas rurais	%	31/12/2009	24,00
Índice de economias atingidas por intermitências no abastecimento de água	%	31/12/2008	31,00
Índice de esgoto tratado referido à água consumida	%	31/12/2008	34,60
Índice de perdas na distribuição de água	%	31/12/2009	41,00
Índice de tratamento de esgotos	%	31/12/2008	66,00
Municípios com gestão organizada do serviço de abastecimento de água	%	31/12/2008	86,90
Percentual de domicílios rurais atendidos por coleta direta e indireta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	33,00
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitários	%	31/12/2009	4,00
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede geral de distribuição ou outra forma com canalização interna	%	31/12/2009	97,00
Percentual de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	92,00
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2009	26,00
Percentual de municípios com plano de saneamento básico ou ambiental	%	31/12/2008	4,00
Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos	%	31/12/2008	51,00
Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo à abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos	%	31/12/2009	62,30

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.001.044**	**15.652.066**
Despesas Correntes	44.359	165.726
Despesas de Capital	3.956.685	15.486.340
Outras Fontes	**5.700.000**	**8.800.000**
Valores Globais	**9.701.044**	**24.452.066**
	34.153.110	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	200.000

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Apoiar 1.125 comunidades com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação de ações de saneamento

VETO 6/10/12
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	225,00	município
Região Nordeste	525,00	município
Região Norte	450,00	município
Região Sudeste	150,00	município
Região Sul	150,00	município

- Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, nas sedes e/ou nas áreas rurais
- Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental
- Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico
- Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento
- Apoiar a elaboração de 20 estudos e/ou pesquisas para desenvolvimento científico e tecnológico de saneamento básico
- Apoiar a realização de 10 atividades de capacitação dos membros dos órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor saneamento
- Apoiar municípios com fomento de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental
- Contratar R$ 2 bilhões para a execução de intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água
- Contratar R$ 600 milhões para realização de projetos e planos de saneamento básico
- Elaborar 3 Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES)
- Estruturar e implantar o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA)
- Fortalecer e ampliar a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA), mediante o apoio a implantação de 5 núcleos regionalizados por macrorregião brasileira
- Fortalecer e monitorar as ações do trabalho socioambiental
- Implantar as atividades de monitoramento e revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)

Iniciativas

- 011L - Implantação de medidas estruturantes de apoio à gestão e à prestação de serviços, inclusive de capacitação e assistência técnica, e de desenvolvimento científico e tecnológico

OBJETIVO: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos
- Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais

Iniciativas

- 011Q - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária,

reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras)

OBJETIVO: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Beneficiar 45 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem
- Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos
- Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares
- Contratar R$ 1,28 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória
- Contratar R$ 1,5 bilhão para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final
- Contratar R$ 14,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente
- Contratar R$ 3 bilhões para apoio à execução de intervenções de saneamento integrado em municípios com baixos índices de acesso ou qualidade insatisfatória em dois ou mais componentes do saneamento
- Contratar R$ 6,5 bilhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória
- Contratar R$ 960 milhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória

Iniciativas

- 02DO - Ampliar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para os municípios operados mediante mecanismos de gestão associada
- 02DP - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de abastecimento de água
- 02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias nos sistemas públicos de esgotamento sanitário
- 02DR - Implantar soluções integradas de saneamento, com ênfase na promoção das condições de salubridade, habitabilidade e infraestrutura de populações com carência simultânea de serviços
- 02DS - Promover a gestão sustentável da drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas com ações estruturais para minimização dos impactos provocados por cheias e alagamentos em áreas urbanas e ribeirinhas vulneráveis
- 04B7 - Construção de Canais de Drenagem e Obras Complementares na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju/SE

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.342
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Contaminação de alface por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	19,80
Contaminação de cenoura por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	30,39
Contaminação de mamão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	17,31
Contaminação de morango por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	36,05
Contaminação de pimentão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	64,36
Contaminação de tomate por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	18,27
Contaminação de uva por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	32,67
Disponibilidade interna de arroz para consumo humano	tonelada	31/12/2009	12.193.800,00
Disponibilidade interna de carne bovina para consumo humano	tonelada	31/12/2009	6.740.000,00
Disponibilidade interna de farinha de trigo (massas) para consumo humano	tonelada	31/12/2009	1.320.800,00
Disponibilidade interna de farinha de trigo (panificação) para consumo humano	tonelada	31/12/2009	4.248.190,00
Disponibilidade interna de feijão para consumo humano	tonelada	31/12/2009	3.525.000,00
Disponibilidade interna de frango para consumo humano	tonelada	31/12/2009	7.386.700,00
Disponibilidade interna de mandioca para consumo humano	tonelada	31/12/2009	532.200,00
Disponibilidade interna de milho para consumo humano	tonelada	31/12/2009	11.413.900,00
Disponibilidade interna de ovos para consumo humano	mil dúzias	31/12/2009	21.254.000,00
Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento	índice numérico	31/12/2009	0,51
Monitoramento do teor de iodo no sal	%	31/12/2009	95,90
Percentual de domicílios com segurança alimentar	%	31/12/2009	69,80
Percentual de adolecentes com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	19,40
Percentual de adolecentes com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	21,50
Percentual de adultos com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	48,00
Percentual de adultos com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	50,10
Percentual de adultos com obesidade (feminino)	%	31/12/2009	16,90
Percentual de adultos com obesidade (masculino)	%	31/12/2009	12,50
Percentual de carboidratos no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	59,20
Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade	%	31/12/2006	1,80
Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade	%	31/12/2006	6,70
Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade	%	31/12/2006	7,20
Percentual de domicílios com insegurança alimentar grave	%	31/12/2009	5,00
Percentual de domicílios com insegurança alimentar leve	%	31/12/2009	18,70
Percentual de domicílios com insegurança alimentar moderada	%	31/12/2009	6,50

SECRETARIA-GERAL COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO 11-350 SENADO FEDERAL

Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	2,00
Percentual de gastos das famílias com alimentação total	%	31/12/2009	19,80
Percentual de lipídeos no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	28,70
Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	12,10
Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	0,80
Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos	%	31/12/2006	17,40
Renda domiciliar média per capita (total da renda do domicílio dividido pelo número de moradores)	R$	31/12/2009	776,00
situação de segurança alimentar existente no domicílio, por tipo de insegurança alimentar, segundo sexo, grupos de idade, cor ou raça	unidade	01/01/2011	0,00
Taxa de adesão das unidades da federação ao SISAN	%	30/06/2011	0,00
Taxa de adesão dos municípios ao SISAN	%	30/06/2011	0,00
Taxa de Fóruns Bipartites instituídos e em funcionamento	%	30/06/2011	0,00
Taxa de mortalidade infantil (número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos)	1/1.000	31/12/2006	20,70
Taxa de municípios com Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0,00
Taxa de unidades da federação com Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**3.692.360**	**9.751.824**
Despesas Correntes	1.845.629	5.355.316
Despesas de Capital	1.846.731	4.396.508
Valores Globais	**3.692.360**	**9.751.824**
	13.444.184	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Adesão de 3339 Municípios ao SISAN

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	279,00	unidade
Região Nordeste	1.078,00	unidade
Região Norte	269,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade

Veto 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
Fl. 351
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	713,00	unidade

- Adesão de todos os estados e do Distrito Federal ao SISAN

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Implementação do SISAN nos estados, Distrito Federal e municípios através da (i) instituição dos Fóruns de Pactuação, (ii) elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e (iii) apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional

Iniciativas

- 014L - Apoio aos estados, Distrito Federal e municípios para (i) adesão ao SISAN; (ii) sua gestão; (iii) instituição dos Fóruns Bipartites de Pactuação (estados/Distrito Federal e municípios) para a instituição do Fórum Tripartite de Pactuação (União, estados/Distrito Federal e municípios); (iv) elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional; (v) a execução de ações intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como (vi) o apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional para sua adequada participação do sistema

- 014M - Articular o campo da ciência, tecnologia e inovação em prol das políticas de segurança alimentar e nutricional

- 014N - Instituição e implementação de mecanismos e instrumentos de financiamento e co-financiamento para a descentralização de recursos para gestão do sistema e para a execução de ações intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional de forma direta e continuada

- 014P - Intercâmbio de experiências, normas e boas práticas em Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito internacional

- 014Q - Monitoramento, avaliação e revisão do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir do desenvolvimento e da definição do mecanismo, instrumentos e responsabilidades, no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	%
Região Nordeste	50,00	%
Região Norte	10,00	%
Região Sudeste	20,00	%
Região Sul	10,00	%

- Elaboração de estratégias e planos de gestão descentralizada e de integração de ações de segurança alimentar

- Implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana

- Promover a integração dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) com outras políticas territoriais estimuladas pelo Governo Federal, com vistas a fomentar e estruturar sistemas públicos agroalimentares

Iniciativas

SECRETARIA-GERAL DA MESA - SENADO FEDERAL - COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

- 014U - Consolidar ações de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização de alimentos, bem como à capacitação, assistência técnica e inovações tecnológicas para tanto, considerando também a agricultura urbana, e a articulação de mecanismos, junto aos municípios, que viabilizem a destinação de espaços públicos para essa agricultura

- 014V - Implantação e qualificação de equipamentos e serviços públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos, fomento às atividades de formação e capacitação profissional voltados à inclusão social e produtiva de pessoas inscritas no CadÚnico, com ênfase na participação das mulheres, integrando-os aos equipamentos da assistência social, educação, saúde e outros, bem como apoio aos sistemas agroalimentares locais para a promoção do DHAA

OBJETIVO: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração das ações em nível local

- Criar protocolo de ações de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias beneficiárias dos Programas Socioassistenciais, integrando as redes e equipamentos públicos e instituições que compõem o SISAN

- Incluir ações de Educação Alimentar e Nutricional nos planos político pedagógicos das escolas

- Inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social

- Inserir nos processos de Educação Alimentar e Nutricional, estratégias de sensibilização e orientação à população para adoção de hábitos alimentares mais saudáveis; e de formação e qualificação dos profissionais e produtores familiares e/ou urbanos para atuarem com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável

- Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais

- Realizar campanhas de sensibilização de profissionais, agentes do SISAN e da população para o preparo e consumo de produtos alimentares regionais, da sociobiodiversidade, agroecológicos e de maior valor nutritivo

Iniciativas

- 0152 - Atualização e divulgação do Guia Alimentar para a População Brasileira para todos os setores da sociedade

- 0153 - Atualizar o Guia de Alimentos Regionais da População Brasileira

- 0154 - Dar continuidade às atividades do Projeto Educanvisa (Educação e Saúde no Contexto Escolar), com vistas à promoção da alimentação saudável

- 0155 - Definir estratégias de educação alimentar e nutricional nas escolas, utilizando a alimentação escolar como ferramenta pedagógica

- 0157 - Implementar a Estratégia Nacional de Promoção da Alimentação Complementar Saudável nas creches

- 0159 - Instituir ações de Educação Alimentar e Nutricional, prioritariamente para as famílias beneficiárias dos programas sociais, fomentando as organizações sociais e integrando as instituições que compõem o SISAN no território, além de estratégias de comunicação e sensibilização da população e de formação de profissionais sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do DHAA, de forma sinérgica com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Plano Brasil Sem Miséria

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11-353

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas

- Ampliar a destinação ao Ministério do Desenvolvimentos Social (MDS) de bens e mercadorias apreendidos pelos órgãos de fiscalização e apreensão e de material vegetal suprimido de grandes obras pelos órgãos da administração pública federal, elevando a arrecadação do Fundo de Erradicação e Combate a Fome, visando o apoio a ações de estruturação da produção e inclusão socioeconômica, de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como de suas organizações, incluindo aquelas que atuam sob os princípios da economia solidária

- Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes

- Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos

- Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 57% dos agricultores participantes enquadrados nos Grupos A, A/C e B do PRONAF

- Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C e B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

- Consolidar rede de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas, com equipamentos, serviços, mecanismos de abastecimento e distribuição de alimentos em pelo menos 700 comunidades

- Expandir a destinação dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos para as redes socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição

- Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	50,00	%
Região Norte	10,00	%

- Implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e gestão do Programa de Aquisição de Alimentos, que permitam a expansão qualificada do Programa, bem como a transparência nas operações realizadas no seu âmbito

- Qualificar, em articulação com parceiros institucionais, o fornecimento de alimentos aos grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e integrá-los aos programas sociais e de inclusão produtiva, visando a sua melhoria socioeconômica

Iniciativas

- 015B - Ampliar o conhecimento dos agricultores familiares sobre a atuação e regulamentação da vigilância sanitária

- 015C - Aprovação do novo marco legal do Programa de Aquisição de Alimentos

- 015D - Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiverdade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos

- 015E - Aquisição de alimentos, inclusive de agricultores familiares, para composição e distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e a famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública, de forma qualificada e em articulação com parceiros institucionais

- 015L - Suplementação de ações de apoio a projetos sustentáveis de segurança alimentar, economia solidária e inclusão produtiva, bem como de comunidades urbanas e do público alvo do Programa de Aquisição de Alimentos, a partir de recursos financeiros e insumos oriundos das destinações de bens e mercadorias ao MDS pelos órgãos de fiscalização e apreensão

OBJETIVO: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e

Veto 6/2011
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
354

diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Adquirir produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e dos pescadores artesanais, perfazendo um total de 3.000 famílias produtoras, com atuação nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira, utilizando, para tanto 4 embarcações fluviais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	3.000,00	unidade

- Fortalecer o segmento dos varejistas de pequeno porte, até cinco checkouts, que atuam com a linha básica de consumo (mercearias), assegurando sua rentabilidade e melhorando a qualidade dos serviços prestados às comunidades locais, por meio do incentivo ao associativismo

- Implementar um observatório dos preços dos alimentos, buscando reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos

- Realizar interação do setor hortigranjeiro com agentes da cadeia de produção e distribuição

Iniciativas

- 02DV - Abertura de novos canais de comercialização para os produtos da agricultura familiar, do extrativismo e dos pescadores artesanais, com a aproximação aos comerciantes varejistas de pequeno e médio porte

- 02DW - Aprovação de um novo marco legal para a política de abastecimento, que esteja de acordo com as diretrizes e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- 02DX - Desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em interação com os agentes da cadeia de produção e distribuição, promovendo a reorganização, a modernização e a gestão das Centrais de Abastecimento

- 02DY - Implantação de unidades de serviço de abastecimento móvel para aquisição de alimentos da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca artesanal e de produtos de outras fontes de produção, com o objetivo de abastecer as populações em extrema pobreza, urbana e rural, em especial as ribeirinhas da Amazônia Legal, favorecendo o suprimento regular e a preços compatíveis

- 02E0 - Incentivo ao comércio varejista de pequeno e médio porte para a sua estruturação e organização em Centrais de Negócios

- 02E1 - Inclusão de ações comunitárias nas unidades de serviço de abastecimento móvel, através da articulação com órgãos federais, estaduais e municipais, visando implementar e otimizar o uso dos equipamentos em benefício das comunidades assistidas

OBJETIVO: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3.000,00	unidade

- Criar intercâmbio de experiências e tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, para apoio no nível internacional de ações de acesso à água

- Estabelecer cooperação e apoio para que as famílias beneficiárias de ações de acesso à água sejam assistidas por políticas que garantam a qualidade da água consumida

- Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água

- Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais

Veto 8/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
1.355

- Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	657.583,00	unidade
Região Sudeste	72.417,00	unidade

Iniciativas

- 02E2 - Constituição de comitês gestores federais e estaduais que colaborem com a coordenação das ações de universalização de acesso à água

- 02E5 - Identificação, implantação e monitoramento de tecnologias para a captação e armazenamento de água, para famílias rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e em escolas rurais, associadas à capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, convivência com a seca, segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, além de execução de ações de monitoramento da qualidade da água consumida

- 02E6 - Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Adotar medidas para ampliar a aplicação de recursos advindos de leilões de bens apreendidos em operações de crimes ambientais e de empreendimentos de interesse público ou social que tenham sido objeto de licenciamento ambiental que possuem autorização de supressão vegetal, em ações de desenvolvimento social de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais

- Apoiar 800 iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas, em áreas rurais e periurbanas

- Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais

- Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito

- Integrar pelo menos 700 comunidades quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos

Iniciativas

- 02E7 - Apoio a povos indígenas e povos e comunidades tradicionais por meio da identificação, mobilização, capacitação, assistência técnica e fornecimento de instalações, equipamentos e insumos necessários ao fomento de projetos e ações de segurança alimentar e nutricional, estimulando sistemas agroecológicos, saberes tradicionais e a recuperação da cobertura florestal

- 02E8 - Atendimento de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, por meio da transferência de recursos financeiros para o fomento às atividades produtivas, articulado com serviços de assistência técnica e extensão rural, adequados às especificidades socioculturais dos beneficiários

- 02EB - Estabelecimento de sinergias entre as ações de fomento e estruturação das atividades produtivas dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e o Plano Nacional da Sociobiodiversidade, o Programa de Aquisição de Alimentos, a Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas e o PRONAF

- 02EC - Identificação e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água para fomentar e estruturar as atividades produtivas de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade social, associadas ao intercâmbio de experiências, a capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, segurança alimentar e nutricional, convivência com a seca e uso sustentável dos recursos naturais

- 02ED - Incentivar a integração entre as áreas de vigilância sanitária e de assistência técnica e extensão rural

- 02EF - Incentivo às ações de segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva de famílias socialmente

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fl. 336

vulneráveis e de suas organizações coletivas, por meio de iniciativas de estruturação produtiva, mobilização, capacitação, assistência técnica, acesso a mercados e fornecimento de instalações e equipamentos necessários à estruturação da produção, apoio à comercialização e o provimento de mudas e sementes, estimulando a segurança alimentar e nutricional, os sistemas agroecológicos, o conhecimento tradicional e a recuperação da cobertura florestal quando associada à iniciativa

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- 33% ao ano das unidades básicas de saúde equipadas com balanças e antropômetros
- Aprovação da atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do SUS
- Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos
- Aumento de 35% na cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50,00	%
Região Nordeste	25,00	%
Região Norte	30,00	%
Região Sudeste	50,00	%
Região Sul	50,00	%

- Avaliar a redução dos limites tolerados de micotoxinas em alimentos, tendo como base o disposto em legislação específica
- Elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade
- Implantação de uma nova estratégia para o controle e prevenção da anemia ferropriva
- Implantar o Sistema Eletrônico de Notificação e Registro de Produtos na Área de Alimentos
- Promover o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares e gorduras em 50% dos estados
- Redução de 25% da oferta de sódio nos alimentos processados prioritários

Iniciativas

- 03X7 - Apresentar relatório anual das atividades referentes à aplicação da RDC 24/2010 e às atividades de fiscalização de publicidade de alimentos sujeitos à vigilância sanitária, incluindo a promoção comercial de produtos abrangidos pela Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância (NBCAL)
- 03X8 - Aprimoramento da regulação da publicidade de alimentos ricos em açúcar, gorduras e sódio
- 03X9 - Comunicar à sociedade os riscos associados ao consumo de alimentos, tendo como base os resultados dos programas de monitoramento de alimentos
- 03XA - Criar marco regulatório para resíduos de medicamentos veterinários em alimentos
- 03XB - Elaboração de diagnóstico da situação alimentar e nutricional da população brasileira
- 03XC - Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde, em especial no âmbito da atenção primária
- 03XD - Indução da pactuação com o setor produtivo para redução dos teores de açúcar e gordura nos alimentos
- 03XE - Induzir, em parceria com a sociedade civil, a publicação do decreto da Lei 11.265/2006 que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também produtos de puericultura correlatos
- 03XF - Instituir mecanismos para a regulação da publicidade de alimentos direcionada ao público infantil

VETO 06/12/12

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11-357
SENADO FEDERAL

- 03XG - Pactuação com os entes federados da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e de seu financiamento, bem como de uma nova estratégia para a prevenção e controle da anemia

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
fl. 338
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Déficit de vagas no Sistema Penitenciário e Criminal	unidade	31/12/2010	197.976,00
Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais	unidade	31/12/2010	8.623,00
População carcerária	unidade	31/12/2010	496.251,00
Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	50,50
Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	52,80
Taxa de Homicídio	1/100.000	31/12/2009	25,56
Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos	1/100.000	31/12/2009	131,75
Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino	1/100.000	31/12/2009	102,61

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.018.897**	**10.973.097**
Despesas Correntes	1.828.165	5.711.482
Despesas de Capital	2.190.732	5.261.615
Valores Globais	**4.018.897**	**10.973.097**
	14.991.994	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 100% de estados federados e Distrito Federal equipados com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- 100% dos estados federados e Distrito Federal, com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade

VETO 6/12/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.358
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- 150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outra formas de apresentação) apreendida

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	42.855,00	kg
Região Nordeste	11.902,00	kg
Região Norte	25.307,00	kg
Região Sudeste	58.806,00	kg
Região Sul	11.847,00	kg

- 325 Sistemas de Monitoramento e Controle Fronteiriço implantados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	81,00	unidade
Região Nordeste	52,00	unidade
Região Norte	35,00	unidade
Região Sudeste	78,00	unidade
Região Sul	79,00	unidade

- 52.000 armas de fogo apreendidas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	14.560,00	unidade
Região Nordeste	5.720,00	unidade
Região Norte	1.040,00	unidade
Região Sudeste	26.520,00	unidade
Região Sul	4.160,00	unidade

- 80 pessoas indiciadas por crimes relacionados ao tráfico de pessoas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	28,00	pessoas
Região Norte	32,00	pessoas
Região Sul	20,00	pessoas

- Ampliar a aderência do Brasil às recomendações internacionais sobre prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

- Ampliar de 1.195.641 para 5.314.891 o número de ações de fiscalização nas fronteiras (pessoas, veículos, aeronaves e embarcações)

- Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	percentagem
Região Nordeste	27,00	percentagem
Região Norte	10,00	percentagem
Região Sudeste	25,00	percentagem
Região Sul	23,00	percentagem

- Ampliar de 6.300.000 para 9.000.000 o número de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos

- Ampliar de 68.000.000 para 90.000.000 o número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional

- Ampliar em 15% o número de investigações concluídas (inquéritos relatados), chegando a um total de 310.778

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	11,00	percentagem
Região Nordeste	18,00	percentagem
Região Norte	10,00	percentagem
Região Sudeste	43,00	percentagem
Região Sul	18,00	percentagem

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
M. 360

- Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Norte	8,00	unidade
Região Sul	4,00	unidade

- Capacitação e treinamento, pelo CNCP, de 6.800 agentes públicos que atuam no combate à pirataria

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	percentagem
Região Nordeste	20,00	percentagem
Região Norte	15,00	percentagem
Região Sudeste	25,00	percentagem
Região Sul	20,00	percentagem

- Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados

- Desenvolver e implantar novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras, o SISCOAF II, com vistas à modernização tecnológica para o fortalecimento da produção de inteligência financeira e da supervisão de setores econômicos no âmbito da prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

- Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

- Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	350,00	unidade

- Implantação de 51 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	51,00	unidade

- Implantação de um Plano de Aviação Policial em Segurança Pública

- Implantação do Diretório Nacional de Titulares de Marcas com o objetivo de facilitar o contato entre os servidores públicos que atuam no combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual e à sonegação fiscal deles decorrentes e o titular da marca registrada no INPI, na forma da Resolução nº 01 de 03 de maio de 2011 do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP)

- Implantar 12 Sistemas de Comunicação Integrados de Fronteiras

- Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal

- Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	66,00	unidade

- Implantar e aprimorar mecanismos de fiscalização ostensiva de fronteiras, por meio da utilização de inovações tecnológicas: 01 Laboratório de Tecnologia para Fronteiras (LAB Fronteiras); 22 Sistemas de Comunicação; 33 Sistemas Integrados de Inteligência

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	56,00	unidade

- Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras

- Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	21,00	unidade

- Modernização do Sistema de Interceptação de Sinais do Departamento de Polícia Federal

- Modernizar e ampliar os sistemas de emissão de passaporte, de controle de tráfego internacional e de registro de estrangeiros, incorporando os requisitos de segurança recomendados pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), destacando-se a utilização de mídia eletrônica para a gravação de dados biométricos do

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/2012
361

portador

- Modernizar e reestruturar 85 Unidades de Segurança Pública e Postos de Fiscalização, inclusive os integrados, que se encontram na área fronteiriça e seus pontos estratégicos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	85,00	unidade

- Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras

- Realizar uma Pesquisa Nacional de Parametrização das Vulnerabilidades nas Fronteiras

Iniciativas

- 03DM - Consolidação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e seus produtos

- 03DN - Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições

- 03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões

- 03DP - Implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, conforme Decreto Nº 5.948, de 26 de outubro de 2006

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Disponibilizar 20 novos cursos na Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EAD)

- Firmar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todos os estados e o Distrito Federal

- Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP, na modalidade presencial, com produção de material didático técnico-científico

- Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada

- Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública

- Oferecer ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por unidade da federação

- Produção de um Relatório Anual de Dados Estatísticos de Educação e Valorização Profissional na Segurança Pública, por unidade federativa, a partir de 2013

- Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública

- Reaparelhamento e reestruturação do parque tecnológico dos Telecentros da Rede EAD da SENASP instalados em todo país

- Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública em funcionamento em 2013

VETO 21/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
Fl. 362
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 03DQ - Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como ações e mecanismos de valorização e de promoção dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestão e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção biopsicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperação com as instituições de segurança pública das unidades federativas

OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 203.200 horas aula de capacitação executadas na área de inteligência
- 336.000 acessos às ferramentas do portal CINTEPOL
- 68.000 documentos produzidos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal)
- Acompanhar e produzir relatório nacional sobre homicídios cometidos por agentes de segurança pública
- Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação
- Ampliar a capacidade do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS) Central de 6.000.000 para 24.000.000 registros e garantir sua interoperabilidade com os bancos de dados dos estados do Acre, Amazonas, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul
- Ampliar a frota de 2 aeronaves não tripuladas para 14 aeronaves no Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)
- Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a todas as unidades da federação, com a adesão do Acre, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.
- Ampliar o número de acessos à Rede Infoseg
- Ampliar o Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública (SINISP), integrando os sistemas existentes relacionados.
- Apoiar 400 projetos para que as Guardas Municipais reúnam as condições técnicas para atuar na prevenção da violência
- Apoiar 420 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios
- Capacitar 8.000 servidores da Polícia Federal
- Combater a impunidade dos homicídios, cujas principais vítimas são jovens negros, por meio do fortalecimento da Perícia Criminal
- Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio
- Desenvolver e disponibilizar aos entes federados um sistema informatizado para controle da cadeia de custódia da prova material
- Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação, modernizando, prioritariamente, aquelas localizadas nas unidades da federação que sediarão a Copa 2014
- Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública de implantação e fortalecimento de ouvidorias independentes
- Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil
- Implantar e manter um Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (CINTEPOL)
- Implantar uma rede nacional integrada de dados balísticos

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
11.363

- Implementar um Centro de Difusão de Ciências Forenses em Brasília/DF

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	centro implantado

- Integrar e modernizar as agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) nos estados e no Distrito Federal
- Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores
- Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União
- Proporcionar infraestrutura adequada para 70 unidades policiais da União
- Realizar 27 Pactos Federativos entre a União e os estados e Distrito Federal e 400 Pactos entre a União e os municípios com maiores índices de homicídio para integração, alimentação e utilização do SINISP
- Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual
- Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal

Iniciativas

- 03DV - Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento da Rede Infoseg, do SINISP e do SISP
- 03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial
- 03DX - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Federal
- 03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União
- 03DZ - Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)
- 03E0 - Implementação, ampliação, modernização e manutenção de centros de excelência de Ciências Forenses da União
- 03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas
- 04AD - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Apoiar no mínimo 20% das vagas geradas no sistema carcerário pelas unidades da federação
- Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão
- Implantar o instituto da liberdade vigiada por meio do monitoramento eletrônico
- Implantar o Sistema Nacional de Alternativas Penais
- Implementar mecanismo de mensuração da reiteração criminosa no Brasil
- Reduzir o déficit carcerário em 8%

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
fl. 364
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 03E2 - Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação
- 03E3 - Capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação
- 03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal
- 03E5 - Contribuir para a manutenção das Casas Abrigo, que integram a rede especializada de atendimento às mulheres em situação de violência, visando ao fortalecimento da rede e ampliação do atendimento às mulheres nesta situação
- 03E6 - Estruturação da política voltada à efetivação dos direitos da mulher encarcerada
- 03E7 - Fomento a práticas de controle social e transparência na execução penal
- 03E9 - Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas
- 03EB - Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias
- 03ED - Reintegração social do preso, internado e egresso

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 1 Backup do Centro de Comando e Controle Integrado Nacional no Rio de Janeiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	centro implantado

- 1 Centro de Comando e Controle Integrado Nacional
- 12 Centros de Comando e Controle Integrado Locais nos estádios das cidades sedes da Copa do Mundo 2014
- 12 Centros de Comando e Controle Integrado regionais nos estados sede da Copa do Mundo 2014
- 15 Centros de Comando e Controle Integrado em outros estados que não sediarão jogos da Copa do Mundo 2014
- 34.000 vagas de ensino presencial da SENASP com foco nos grandes eventos
- 51 Centros de Comando e Controle Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções
- Adequar os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública e outras instituições para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014
- Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos

Iniciativas

- 03EE - Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.265
SENADO FEDERAL

- Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional

- Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	%
Região Nordeste	27,00	%
Região Norte	10,00	%
Região Sudeste	25,00	%
Região Sul	23,00	%

- Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia

- Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária

- Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados

- Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias

Iniciativas

- 03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro

OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 27 Unidades da Federação com a filosofia de polícia comunitária implantada

- Apoio a 280 projetos municipais de prevenção à violência e criminalidade

- Apoio aos 27 Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) dos Estados e Distrito Federal

- Apoio, nas 27 Unidades da Federação, a iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública que combatam o estigma incidente sobre a população negra, visando igualar o índice de vitimização por homicídios da população negra ao mesmo índice no restante da população.

- Construção do Plano Nacional para Prevenção e Redução de Homicídios

- Fortalecimento de 150 secretarias e órgãos de gestão municipal de segurança pública

- Fortalecimento de 30 Conselhos Comunitários de Segurança

- Fortalecimento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com a implantação de 150 Territórios da Paz

- Implantação de 400 projetos Protejo e Mulheres da Paz junto às Praças dos Esportes e da Cultura

- Implantação de 436 Unidades de Preservação da Vida, com prioridade para os municípios com os maiores números de homicídios.

- Implantação de 500 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal

- Implantação de 890 Postos de Segurança Comunitária

VETO 6/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.366
SENADO FEDERAL

- Instituição do Comitê Interministerial dos Territórios da Paz

- Reduzir os índices de letalidade na atuação dos profissionais de segurança pública e privada, desenvolvidas principalmente nos territórios pobres e de maioria negra, visando à eliminação da letalidade

Iniciativas

- 03EI - Ampliação e fortalecimento do PRONASCI e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de prevenção à violência e à criminalidade, assim como do Plano Nacional de Prevenção e Redução dos Homicídios, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades

- 04AI - Promover Programas de Combate ao Racismo Institucional nas corporações de segurança pública e fortalecer a abordagem da temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada.

OBJETIVO: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 1 Unidade Central do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil em Brasília/DF, integrada à infraestrutura do Instituto Nacional de Identificação

- 70.000.000 de Cartões de Registro de Identidade Civil emitidos

- Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil implantado

- Unidades Regionais do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil implantadas em Órgãos de Identificação das unidades da federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul

Iniciativas

- 03EJ - Consolidação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil pela implantação e manutenção da Unidade Central e das Unidades Regionais e pela implementação do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil e pela emissão dos documentos de registro de identidade civil

Ver 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.367
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado	unidade	31/12/2010	890.560,00
Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado	unidade	31/12/2010	2.015.335,00
Razão entre a participação percentual da população de baixa escolaridade nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	0,68
Razão entre a participação percentual da população de jovens (16 a 29 anos) nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	2,35
Razão entre a participação percentual da população de não brancos nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	1,22
Razão entre a participação percentual de mulheres nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	1,48
Saldo da carteira ativa do microcrédito produtivo orientado	R$	31/12/2010	1.020.986.719,50
Taxa de atividade	%	31/12/2009	62,10
Taxa de cobertura da Política Pública de Qualificação	%	31/12/2009	1,73
Taxa de cobertura do Abono Salarial	%	31/12/2010	96,32
Taxa de cobertura do Seguro-Desemprego	%	31/12/2010	78,12
Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal	%	31/12/2010	6,50
Taxa de desocupação	%	31/12/2009	8,30
Taxa de encerramento de processos de autos de infração e notificação de débitos	%	31/12/2010	33,00
Taxa de incidência de acidentes de trabalho	1/1.000	31/12/2009	21,39
Taxa de incidência específica para acidentes de trabalho típicos	1/1.000	31/12/2009	12,45
Taxa de incidência específica para doenças do trabalho	1/1.000	31/12/2009	0,52
Taxa de inserção dos beneficiários de ações de qualificação ao mundo do trabalho	%	31/12/2009	52,89
Taxa de letalidade de acidentes de trabalho	1/1.000	31/12/2009	3,45
Taxa de mortalidade de acidentes de trabalho	1/100.000	31/12/2009	7,38
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	%	31/12/2010	2,40
Taxa de participação da população negra no total de empregos formais	%	31/12/2009	35,02
Taxa de participação de mulheres no total de empregos formais	%	31/12/2009	41,43
Taxa de trabalho formal (16 anos ou mais)	%	31/12/2009	53,58
Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito	unidade	31/12/2010	1.860.082,00
Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo orientado	R$	31/12/2010	2.848.446.204,64

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**40.440.385**	**156.789.595**
Despesas Correntes	40.416.474	156.726.318
Despesas de Capital	23.911	63.277
Outras Fontes	**12.114.917**	**38.711.480**
Valores Globais	**52.555.301**	**195.501.075**
	248.056.376	

VETO 6 Mon
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fl. 368

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Adoção de critérios para oferecimento de cursos que considerem a perspectiva da igualdade de gênero no mundo do trabalho
- Ampliar a articulação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda com as políticas públicas voltadas para o fomento à geração de emprego e renda, a juventude, a educação, a economia solidária, a redistribuição de renda e erradicação da pobreza, e a promoção da cidadania
- Ampliar a certificação de competências profissionais no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- Ampliar a informatização dos processos de identificação e registro profissional
- Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional e a orientação profissional associadas à concessão de crédito produtivo para o autoemprego e para empreendimentos econômicos solidários
- Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades: - atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal; - afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual; - trabalhadoras domésticas; - população em situação de rua; - público do Programa do Seguro-Desemprego; - públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria; - trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; - atividades voltadas para grandes eventos esportivos; - trabalhadores da construção civil; e - presidiários e egressos do sistema penal
- Aprimorar os mecanismos de adequação da oferta de serviços de qualificação social e profissional e intermediação de mão de obra à demanda do mercado de trabalho
- Consolidar o arcabouço legal do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- Criar novos instrumentos e aperfeiçoar os mecanismos existentes para a promoção da integração entre as ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, particularmente do seguro-desemprego, da intermediação de mão de obra e da qualificação social e profissional
- Criar o passaporte para a qualificação social e profissional, visando ao acesso direto do trabalhador, especialmente o beneficiário do seguro-desemprego, a cursos em instituições previamente credenciadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- Desenvolver metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional voltadas para o atendimento dos públicos prioritários
- Garantir a sustentabilidade do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Implantação de padrão nacional de ações e de qualidade de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, respeitando características regionais
- Implantar metodologias de orientação profissional voltadas para o atendimento no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e para a qualificação social e profissional
- Instituir modalidade de cursos de qualificação a distância
- Instituir o cadastro e certificação de instituições de qualificação social e profissional, bem como o selo e prêmio nacional de qualificação profissional
- Otimizar a concessão do benefício do seguro-desemprego, pelo aprimoramento de críticas de sistemas, pela facilitação da reinserção do requerente e do segurado no mundo do trabalho, e pela conscientização dos potenciais beneficiários em relação a seus direitos e deveres
- Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs)

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
Fl. 363
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 00WU - Aprimorar a qualificação social e profissional do trabalhador por meio do cadastro e certificação de instituições, criação do selo e prêmio nacional e do desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional
- 00WX - Certificação de competências profissionais
- 00WY - Concessão do registro profissional
- 00WZ - Concessão dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial
- 00X0 - Consolidação do Portal MTE Mais Emprego como instrumento de execução integrada das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 00X2 - Divulgação à população dos serviços prestados no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 00X3 - Emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em todo o território nacional, inclusive mediante ações voltadas para grupos específicos de trabalhadores, e aprimoramento de mecanismos de identificação do trabalhador
- 00X4 - Execução da intermediação de mão de obra e da orientação profissional
- 00X7 - Execução da qualificação social e profissional de trabalhadores e provimento de passaporte da qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 00XC - Manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 00XD - Monitoramento, supervisão e avaliação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

OBJETIVO: 0288 - Estimular e aprimorar as formas de participação e controle social, com intenso envolvimento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e das Comissões de Emprego Estaduais e Municipais, para potencializar o alcance das políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Aprimorar a participação e o controle social por meio da capacitação sistemática e continuada dos atores envolvidos na definição, acompanhamento e controle das políticas públicas de emprego, trabalho e renda
- Desenvolver Modelo de Gestão Participativa dos Recursos do FAT
- Implantar o novo portal do FAT
- Implantar o Sistema de Gestão Operacional do Codefat (SIGOC)
- Realizar estudos, pesquisas, levantamento e disseminação de boas práticas, visando ao aperfeiçoamento das políticas públicas financiadas com os recursos do FAT
- Realizar eventos relacionados às políticas públicas de emprego, trabalho e renda, com periodicidade mínima bienal
- Revisar a legislação e consolidar as resoluções do Codefat, a fim de promover maior racionalidade, eficiência e eficácia na definição das políticas de emprego, trabalho e renda executadas com recursos do FAT

Iniciativas

- 00XH - Elaboração e implementação do Modelo de Gestão Participativa dos Recursos do FAT
- 00XI - Implantação e manutenção de sistemas e portais
- 00XM - Realização de estudos, pesquisas e eventos visando ao aprimoramento das políticas públicas financiadas com recursos do FAT, bem como orientação e suporte à execução e ao funcionamento do Codefat, do Grupo Técnico do Codefat, das comissões de emprego e da Secretaria Executiva do Codefat

OBJETIVO: 0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11.370

social.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Aumentar o espectro da supervisão e do controle sobre a aplicação dos depósitos especiais do FAT
- Garantir recursos para financiamento de programas de geração de emprego e renda mediante depósitos especiais do FAT
- Promover a articulação do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) com as ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, particularmente os serviços de intermediação de mão de obra e de qualificação social e profissional
- Reestruturar os programas e linhas de crédito de aplicação dos depósitos especiais do FAT, reduzindo a sobreposição de linhas de crédito e a dispersão de recursos, e focalizando melhor os beneficiários
- Revisar os normativos do Codefat que tratam do spread bancário, de modo que sua redução reflita percentual equilibrado e ponderado em função do risco de fato assumido pelo agente financeiro na operação
- Revitalizar o Funproger enquanto garantidor das operações do Proger Urbano

Iniciativas

- 00XO - Apoio, por via do crédito, a regiões e setores econômicos sob situação de vulnerabilidade conjuntural, como políticas específicas de governo de curto prazo, visando à manutenção de trabalho e renda
- 00XP - Concessão de crédito para financiamento da produção industrial, exportação e inovação tecnológica, visando à geração e manutenção de trabalho e renda
- 00XQ - Concessão de crédito para investimento em infraestrutura, visando à geração e manutenção de trabalho e renda
- 00XS - Concessão de crédito produtivo a organizações socioeconômicas baseadas na cooperação entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, em Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), visando à geração e manutenção de trabalho e renda
- 00XT - Concessão de crédito produtivo prioritariamente a micro e pequenos empreendimentos urbanos e rurais, visando à geração e manutenção de trabalho e renda
- 00XU - Concessão de financiamento a atividades produtivas de auto-emprego e trabalho não assalariado, visando à geração e manutenção de trabalho e renda
- 00XV - Concessão de financiamento a empreendimentos do setor turismo, visando à geração e manutenção de trabalho e renda
- 00XX - Operacionalização, acompanhamento, controle, avaliação, estudos e divulgação dos depósitos especiais do FAT

OBJETIVO: 0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Alterar a estrutura do Comitê Interministerial com o objetivo de possibilitar a participação regular das instituições da sociedade civil e dos clientes de microcrédito
- Ampliar a divulgação local e regional dos serviços prestados pelas instituições de microcrédito produtivo orientado
- Elevar os valores do volume de crédito concedido, do número de operações de microcrédito, bem como a quantidade de clientes atendidos e o volume da carteira ativa
- Estimular a formação de novos operadores dentro da metodologia de crédito orientado, incentivando a transformação de programas de microcrédito municipais ou estaduais em instituições de microcrédito amparadas pela Lei nº 11.110/2005

VETO MOD
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11-371

- Incentivar a formalização dos microempreendedores populares para que tenham acesso aos benefícios da previdência social, quando do acesso ao crédito por meio das instituições habilitadas ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

- Promover a articulação entre os atores do setor de microcrédito com a finalidade de consolidar um entendimento e propor ações acerca da temática de transformação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de microcrédito em instituições supervisionadas pelo Banco Central, massificando o acesso ao crédito para os microempreendedores populares

- Promover a negociação entre as instituições financeiras e a de microcrédito para a constituição de uma Sociedade Garantidora de Crédito das instituições de microcrédito

- Propor alterações da legislação com os objetivos de autorizar tanto a utilização dos depósitos especiais do FAT, diretamente pelas instituições de microcrédito produtivo orientado, quanto o desenvolvimento de novas modalidades de captação de funding, inclusive a captação de poupança e oferta de outros produtos e serviços financeiros

- Realizar mapeamento do setor de microcrédito, promovendo mecanismos de análise das informações do banco de dados do PNMPO e ampliando a interlocução com os demais órgãos governamentais

- Realizar parcerias com instituições dedicadas à classificação de rating, possibilitando que os custos de análise e controle das operações de microcrédito sejam os menores possíveis

Iniciativas

- 00YD - Concessão de financiamento, bem como constituição de linhas de crédito específicas para empreendedores populares, a partir da disponibilização de recursos do FAT

- 00YE - Concessão de financiamento de crédito produtivo orientado a micronegócios, bem como assessoria empresarial aos microempreendedores populares

- 00YG - Facilitar o acesso às linhas de crédito pelos empreendimentos de economia solidária, por meio do estímulo à habilitação ao PNMPO de Instituições de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento

- 00YH - Fomento ao desenvolvimento institucional das entidades de microcrédito, com foco nas áreas operacional, gestão, governança, estudos e consultorias para avaliação do setor, bem como a promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas afetas ao microcrédito

OBJETIVO: 0292 - Promover o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Fiscalizar 1.183.000 empregadores urbanos, portuários e aquaviários com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	97.500,00	unidade
Região Nordeste	301.900,00	unidade
Região Norte	75.000,00	unidade
Região Sudeste	499.600,00	unidade
Região Sul	209.000,00	unidade

- Fiscalizar 58.000 empregadores rurais com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	9.280,00	unidade
Região Nordeste	15.020,00	unidade
Região Norte	3.590,00	unidade
Região Sudeste	23.820,00	unidade
Região Sul	6.290,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 00YJ - Execução de fiscalizações do cumprimento de atributos de legislação trabalhista e arrecadação do FGTS

- 00YM - Fortalecimento do diálogo e articulação com organizações representativas de trabalhadores e de empregadores, Ministério Público do Trabalho e outros atores do mundo do trabalho, a fim de aumentar o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho

OBJETIVO: 0293 - Promover a segurança e saúde no trabalho, de modo a prevenir doenças e acidentes.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Analisar 3.800 acidentes de trabalho fatais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	367,00	unidade
Região Nordeste	758,00	unidade
Região Norte	283,00	unidade
Região Sudeste	1.855,00	unidade
Região Sul	537,00	unidade

- Analisar 7.000 acidentes de trabalho não fatais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	740,00	unidade
Região Nordeste	1.408,00	unidade
Região Norte	499,00	unidade
Região Sudeste	3.346,00	unidade
Região Sul	1.007,00	unidade

- Aumentar em 30% o número de estudos e pesquisas em segurança e saúde no trabalho

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	%
Região Nordeste	5,00	%
Região Norte	5,00	%
Região Sudeste	10,00	%
Região Sul	5,00	%

- Construir o perfil nacional de segurança e saúde no trabalho

- Criar rede de centros de pesquisa em segurança e saúde no trabalho

- Criar sistema de reconhecimento e incentivo a boas práticas de segurança e saúde no trabalho

- Elaborar diretrizes para os dois setores mais críticos em termos de segurança e saúde no trabalho em cada região geográfica do país

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- Elaborar ou aperfeiçoar 16 regulamentos de segurança e saúde no trabalho

- Implementar a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST)

- Realizar 120 operações de auditoria de obras de infraestrutura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	21,00	unidade
Região Nordeste	32,00	unidade
Região Norte	38,00	unidade

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fl. 373

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	16,00	unidade
Região Sul	13,00	unidade

- Realizar 500.000 ações fiscais de segurança e saúde no trabalho

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	35.000,00	unidade
Região Nordeste	100.000,00	unidade
Região Norte	35.000,00	unidade
Região Sudeste	250.000,00	unidade
Região Sul	80.000,00	unidade

Iniciativas

- 00YP - Aperfeiçoamento do processo de certificação dos equipamentos de proteção individual
- 00YT - Elaboração ou aperfeiçoamento dos regulamentos de segurança e saúde no trabalho
- 00YU - Execução das inspeções dos ambientes de trabalho
- 00YV - Execução das operações de auditoria em obras de infraestrutura
- 00YW - Investigação dos acidentes de trabalho, em especial os graves e fatais e encaminhamento de relatórios às Procuradorias Regionais Federais
- 00YZ - Realização de estudos, pesquisas, ações educativas e de difusão de informações em segurança e saúde no trabalho para os setores estratégicos, bem como, de avaliações dos sistemas e equipamentos de proteção e do estado de saúde do trabalhador

OBJETIVO: 0861 - Melhorar a qualidade nutricional do Programa de Alimentação do Trabalhador.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Fiscalizar 500 empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	70,00	unidade
Região Nordeste	70,00	unidade
Região Norte	30,00	unidade
Região Sudeste	230,00	unidade
Região Sul	100,00	unidade

Iniciativas

- 03JJ - Aperfeiçoar o regulamento do Programa de Alimentação do Trabalhador
- 03JK - Fiscalizar empregadores inscritos no Programa de Alimentação do Trabalhador e cancelar a inscrição daqueles que não atendem aos parâmetros nutricionais
- 03JL - Realizar estudo de impacto do Programa de Alimentação do Trabalhador

OBJETIVO: 0862 - Democratizar as relações de trabalho no país, por meio da consolidação de um modelo de organização sindical baseado em liberdade, autonomia e representatividade, estimulando o diálogo e o tripartismo, a fim de assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Elaborar e encaminhar, em conjunto com as centrais sindicais e as confederações patronais, minuta de anteprojeto de lei que disponha sobre os atos antissindicais, que restringem ou impedem o exercício da liberdade sindical

VET 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11-374

- Propor projetos de lei e aprovar normativos que atualizem a legislação sindical e trabalhista brasileira

Iniciativas

- 03JM - Acompanhamento, prevenção e solução de conflitos trabalhistas por meio da mediação coletiva e da assistência e homologação da rescisão de contrato de trabalho
- 03JN - Aperfeiçoamento e disponibilização de funcionalidades e subsistemas no Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), oferecendo informações de interesse da sociedade
- 03JO - Atuação para a melhoria das relações de trabalho e aperfeiçoamento da legislação do trabalhador doméstico
- 03JP - Capacitação e disseminação de conhecimentos sobre relações de trabalho, visando ao fortalecimento dos atores sociais e dos servidores públicos
- 03JQ - Criação e manutenção de espaços no MTE de discussão de avanços nas relações de trabalho brasileiras, visando à atualização da legislação trabalhista e sindical e à institucionalização do diálogo social

OBJETIVO: 0863 - Estabelecer e aprimorar as políticas vinculadas à migração internacional com vista ao ingresso e permanência de imigrantes e profissionais estrangeiros no Brasil, bem como de trabalhadores emigrantes no exterior.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Ampliar as estruturas de atendimento, em especial os Núcleos de Informações e Apoio a Brasileiros Retornados do Exterior, e elaborar estudos e publicações para orientar os trabalhadores em processo de migração internacional ou retornantes do exterior em relação a direitos e deveres no Brasil e no exterior, prevenção de exploração laboral e reinserção no mercado de trabalho
- Apoiar a ratificação e a implementação da Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias e da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) número 143 sobre trabalhadores migrantes (PNTD)
- Implementar política e plano de proteção dos trabalhadores migrantes (PNTD)
- Reduzir em 10% o prazo de análise e decisão, implantando procedimentos de análise e concessão de pedidos de autorizações de trabalho de estrangeiros de forma eletrônica, reduzindo a burocracia
- Transformar o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional da Migração, consolidando as atribuições relacionadas à imigração de estrangeiros ao Brasil e à emigração de brasileiros ao exterior em único órgão, tendo em vista a centralidade do trabalho na temática migratória, promovendo melhor proteção aos trabalhadores migrantes e seus familiares

Iniciativas

- 03JR - Aprimoramento dos marcos normativos, institucionais e de procedimentos para política laboral de imigração e emigração

OBJETIVO: 0864 - Ofertar informações integradas das áreas referentes ao mundo do trabalho que apoiem e orientem a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Acompanhar e contribuir, pelo Observatório, para a consolidação de indicadores de trabalho e emprego decente
- Aumentar a segurança, qualidade e agilidade de processamento de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)
- Consolidação do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego como base estatística do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- Consolidar a Seção Nacional do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL para aprimorar sua atuação nas discussões no âmbito do MERCOSUL e no que se refere a indicadores de mercado de trabalho da região

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 378

- Consolidar e aprimorar a rede de informações sobre o mundo do trabalho e sobre as políticas de trabalho, emprego e renda, integrando os diversos bancos de dados do Ministério do Trabalho e Emprego e os indicadores de trabalho produzidos por outras instituições governamentais

- Garantir a permanente atualização da Classificação Brasileira de Ocupações, para que reflita as transformações do mercado de trabalho

Iniciativas

- 03JT - Análise e disseminação de informações da economia solidária no Brasil contidas no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)

- 03JU - Aprimoramento das estatísticas disponíveis pela articulação e gerenciamento dos bancos de dados de matrículas e contratos de aprendizagem

- 03JV - Aprimorar a infraestrutura de sistemas de informação de apoio à fiscalização do trabalho

- 03JW - Divulgação de informações sobre relações de trabalho, envolvendo dados de negociação coletiva, organização sindical e atualização da legislação

- 03JX - Fortalecer e consolidar o banco de dados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

- 03JY - Fortalecer e consolidar o Centro de Referência do Trabalhador Leonel Brizola enquanto espaço centralizador das informações sobre o trabalho e os trabalhadores do Brasil

- 03K0 - Institucionalizar, estruturar e equipar o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho

- 03K2 - Manutenção, atualização e distribuição da Classificação Brasileira de Ocupações, e realização de estudos e pesquisas associados

- 03K3 - Manutenção e aprimoramento dos registros administrativos RAIS e CAGED, buscando a melhoria da qualidade, aumento da cobertura e segurança das informações declaradas, por meio da adoção constante de melhorias tecnológicas, implantação de novas críticas e funcionalidades aos sistemas, bem como a ampliação da utilização da Certificação Digital

- 03K4 - Realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego, e consolidação do Sistema Estatístico PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), em parceria com o Dieese

- 03K5 - Realização de estudos e pesquisas para apoio e gestão do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

OBJETIVO: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para: - aumentar em 25% as taxas de participação e de ocupação das mulheres; - aumentar em 20% a taxa de ocupação da população negra; - aumentar em 10% a taxa de formalidade; - aumentar em 20% o número de trabalhadoras(es) domésticas(os) com carteira de trabalho assinada; - aumentar em 37% o número de trabalhadores(as) autônomos(as) formalizados(as); - diminuir em 20% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres; - diminuir em 15% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos

- Aprimorar e avançar nos estudos sobre a pobreza e a desigualdade social, o desemprego e a informalidade, a extensão da cobertura da proteção social, os baixos níveis de rendimentos e produtividade, os elevados índices de rotatividade no emprego, as desigualdades de gênero e raça/etnia, as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural, e o combate à discriminação, dentre outros

- Aprovar, implementar e avaliar as Agendas e Planos Regionais, Estaduais e Municipais e Setoriais de Trabalho Decente

- Articular para assegurar aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos previstos na CLT aos demais trabalhadores assalariados

- Consolidar a Agenda Nacional do Trabalho Decente e o Plano Nacional do Trabalho Decente

- Estimular, nas negociações coletivas, disposições que visem à promoção da igualdade racial e de gênero, com avanços nas cláusulas sociais e financeiras

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
fl. 376
SENADO FEDERAL

- Implementar, monitorar e avaliar o II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
- Incentivar a formalização das relações de trabalho doméstico remunerado
- Institucionalizar a política de valorização do salário mínimo
- Institucionalizar e fortalecer conselhos e órgãos tripartites nos âmbitos federal, estadual e municipal
- Realizar conferências regionais, estaduais e municipais sobre emprego e trabalho decente
- Viabilizar informações desagregadas por sexo e raça/cor dos registros administrativos e banco de dados dos órgãos da administração federal responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito

Iniciativas

- 03KG - Consolidação da Agenda Nacional do Trabalho Decente e do Plano Nacional do Trabalho Decente, realizando as Conferências Nacionais de Emprego e Trabalho Decente e capacitando os gestores públicos para a promoção e monitoramento das Agendas e dos Planos de Trabalho Decente
- 03KH - Consolidar e fortalecer a Comissão de Igualdade de Oportunidades de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiências e de Combate à Discriminação e a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho, garantindo a implementação dos seus planos de ação, inclusive realizando campanhas nacionais de combate à discriminação baseada no gênero, raça/etnia, orientação sexual, deficiência e soro positividade para HIV na contratação e nos ambientes de trabalho

VET 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11-377
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de acidentes ferroviários	acidentes/(milhão. trens.km)	31/12/2010	15,00
Malha ferroviária	km	31/12/2010	29.785,00
Malha ferroviária inoperante ou subutilizada	km	31/12/2010	18.900,00
Número de acidentes ferroviários	quantidade	31/12/2010	951,00
Participação do modal ferroviário no transporte interestadual de passageiros	%	31/12/2010	2,00
Percentual de carga ferroviária movimentada pelo tráfego mútuo e direito de passagem	%	31/12/2010	7,36
Produto médio anual do transporte ferroviário	R$ / tku	31/12/2010	0,05
Ranking de Qualidade das Ferrovias (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	87,00
Total da produtividade ferroviária	bilhões de tku	31/12/2010	279,00
Total de carga geral transportada	milhão de tu	31/12/2010	103,10
Total de movimentação de cargas por ferrovias	milhão de tu	31/12/2010	497,00
Total de movimentação de passageiros por ferrovias	quantidade	31/12/2010	2.484.930,00
Transações comerciais entre o Brasil e os demais países sulamericanos, via ferrovia	tonelada por ano	31/12/2010	818.844,00
Velocidade média comercial dos trens	km/h	31/12/2010	25,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.911.692**	**21.793.350**
Despesas Correntes	97.550	821.529
Despesas de Capital	2.814.142	20.971.821
Outras Fontes	**6.142.037**	**17.885.758**
Valores Globais	**9.053.729**	**39.679.108**
	48.732.837	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	500.000

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Expandir em 4.546 km a malha ferroviária do país

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	855,00	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	941,00	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.022,00	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.728,00	km

- Realizar estudos de implantação de 8.651 km da malha ferroviária do país

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
378

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2.571,00	km
Vetor Logístico Centro-Norte	1.076,00	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.456,00	km
Vetor Logístico Leste	928,00	km
Vetor Logístico Sul	1.620,00	km

Iniciativas

- 00BU - Construção de Ferrovia - EF 151 - Ferrovia Norte-Sul
- 00BV - Construção de Ferrovia - EF 232/116 - Ferrovia Nova Transnordestina
- 00BW - Construção de Ferrovia - EF 267 - Ferrovia do Pantanal
- 00BZ - Construção de Ferrovia - EF 334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste
- 00C1 - Construção de Ferrovia - EF 354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste
- 00C4 - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste
- 00C7 - Construção de ferrovias federais
- 00CA - Estudos de extensão ferroviária
- 04AN - Construção de Ferrovia - EF 232/116/225 - Ferrovia Nova Transnordestina - Ramal Paraíba
- 04BI - Construção do Trecho Ferroviário Rondonópolis/Cuiabá - no Estado do Mato Grosso
- 04D3 - Construção e Adequação de Ferrovia - Maringá / Cianorte / Umuarama / Guaíra / Cascavel - no Estado do Paraná
- 04D6 - Construção de Ferrovia - Guarapuava / Paranaguá - no Estado do Paraná

OBJETIVO: 0142 - Viabilizar trechos inoperantes ou subutilizados por meio de conexões ferroviárias e acessos até regiões demandantes de cargas, tornando-os mais competitivos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construção de 434 Km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária existente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	30,00	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	217,00	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	186,00	km

- Elaborar estudos e projetos de 434 km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	30,00	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	217,80	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	186,20	km

Iniciativas

- 00CF - Construção de ligações ferroviárias federais

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Construir 18 km de acessos a portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	18,00	km

Iniciativas

- 00CI - Adequação de ferrovias de acesso aos portos
- 00CN - Construção de ferrovias de acesso aos portos
- 00CP - Estudos de ferrovias de acesso aos portos

OBJETIVO: 0144 - Aumentar a interligação ferroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Elaborar estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico
- Realizar estudos de implantação de 350 km de ferrovias para a integração sulamericana

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Sul	350,00	km

Iniciativas

- 00CQ - Adequação de trechos de interligação ferroviária sulamericana
- 00CT - Construção de trechos de interligação ferroviária sulamericana
- 00CU - Estudo para conexão ferroviária sulamericana
- 04BA - Construção de Ferrovia Transcontinental EF 354 de Vilhena/RO a Boqueirão da Esperança/AC

OBJETIVO: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Realizar estudos e projetos para implantação de 511 km de Trem de Alta Velocidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	307,00	km
Vetor Logístico Leste	204,00	km

Iniciativas

- 00CW - Adequação de ferrovias para implantação de trens de passageiros
- 00D0 - Construção do Trem de Alta Velocidade - EF 222 (Rio de Janeiro/RJ - São Paulo/SP - Campinas/SP)
- 00D5 - Estudos para a implantação de trens regionais
- 00D7 - Estudos para o Transporte Ferroviário de Alta Velocidade

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11-380
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0146 - Conectar as Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM) e as Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) aos polos industriais e comerciais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Realizar estudos para a implantação de 565 Km de conexão ferroviária nas ARIMs e ZPTMs

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	290,00	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	200,00	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	75,00	km

Iniciativas

- 00DC - Construção de acessos ferroviários
- 00DD - Estudos e projetos para identificação de conexões ferroviárias entre ARIMs e ZPTMs

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- 11 projetos para construção de contornos e variantes ferroviárias
- Construir 7 contornos ferroviários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	2,00	unidade
Vetor Logístico Sul	2,00	unidade

- Realizar 5 adequações ferroviárias em perímetro urbano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade

Iniciativas

- 00DF - Adequação ferroviária em perímetro urbano
- 00DI - Construção de contornos, variantes e anéis ferroviários
- 00DJ - Estudos para a construção de contornos e variantes ferroviárias

OBJETIVO: 0148 - Fomentar a adequação dos trechos ferroviários existentes, os quais limitam a integração da malha e o crescimento da capacidade, por meio de alteração de bitola, mudança de geometria ou duplicação de linhas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Adequar 150 km de trechos ferroviários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	150,00	km

Iniciativas

- 00DS - Adequação de Ferrovia - EF Carajás/MA/PA

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 329

- 00DU - Adequação de trechos ferroviários concedidos
- 00DV - Segregação de trechos ferroviários

OBJETIVO: 0149 - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construção de 2 integrações intermodal e intramodal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade

- Implantar novo modelo de concessão ferroviária

Iniciativas

- 00DX - Construção de integração intermodal e intramodal
- 00DZ - Estudo para construção de integração intermodal e intramodal
- 00E0 - Estudos para concessões ferroviárias
- 00E1 - Fiscalização das concessões ferroviárias
- 00E2 - Implantação do novo marco regulatório para o setor ferroviário

OBJETIVO: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Realizar a manutenção permanente em 1.536 km de ferrovias federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	855,00	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	681,00	km

Iniciativas

- 01LY - Implantação e manutenção em Centros de Controle Operacionais e Sistemas
- 01M0 - Manutenção da malha ferroviária federal

OBJETIVO: 0492 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura do Sistema Ferroviário Federal.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária federal
- Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada

Veto 6/2011
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
Fl. 387
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 01NT - Estudos e projetos para o planejamento do modal ferroviário



PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Malha hidroviária navegável comercialmente	km	31/12/2009	9.785,00
Total de autorizações para transporte longitudinal de passageiros e misto	unidade	31/12/2010	22,00
Volume de cargas transportado por navegação interior	tonelada	31/12/2010	21.746,00
Volume do comércio exterior entre Brasil e outros países - volume transportado por via fluvial e lacustre	tonelada	31/12/2010	14.777,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**449.603**	**3.916.204**
Despesas Correntes	10.600	136.595
Despesas de Capital	439.003	3.779.609
Outras Fontes	**120.600**	**390.100**
Valores Globais	**570.203**	**4.306.304**
	4.876.507	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Eliminar 6 pontos críticos em hidrovias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	2,00	unidade
Vetor Logístico Sul	1,00	unidade

- Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	4.534,00	km
Vetor Logístico Centro-Norte	500,00	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.608,00	km
Vetor Logístico Leste	455,70	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	915,30	km
Vetor Logístico Sul	772,00	km

Iniciativas

- 00Q3 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira
- 00Q5 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio São Francisco
- 00Q7 - Adequação da navegabilidade de corredores hidroviários

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.334
SENADO FEDERAL

- 00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes
- 00QA - Adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai
- 00QB - Construção da Eclusa de Lajeado
- 00QC - Elaboração de cartas náuticas
- 00QE - Gestão, manutenção e operação de eclusas
- 00QF - Manutenção das vias navegáveis
- 04BB - Construção de Eclusa no Estado do Acre
- 04CC - Construção da Eclusa de Estreito no Rio Tocantins
- 04DA - Construção da Eclusas no Complexo do Rio Madeira
- 04DL - Adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia

OBJETIVO: 0236 - Aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	1,00	unidade
Eixo Mercosul-Chile	1,00	unidade

Iniciativas

- 00QI - Estudos para integração hidroviária sulamericana

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Adequar a infraestrutura do Porto de Manaus

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade

- Estruturar plano para a implantação, ampliação e modernização do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade

- Implantar 52 Instalações Portuárias Públicas, na Região Norte

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	47,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	5,00	unidade

Iniciativas

- 00VW - Adequação de Infraestrutura Portuária Pública na Região Norte
- 00W1 - Elaboração e consolidação de estudos para o desenvolvimento do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 00W2 - Estudos e projetos para infraestrutura de terminais na Região Norte
- 00W3 - Implantação de Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte
- 00W4 - Implantação do Porto de Manaus Moderna/AM
- 00W5 - Implantação do Programa de Modernização da Frota de Embarcações de Passageiros na Região Norte
- 00W8 - Operação e manutenção da Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte
- 04D9 - Implantação do Porto no Rio Madeira em Porto Velho/RO

OBJETIVO: 0283 - Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Definir classes de hidrovias
- Definir comboios tipo para os corredores hidroviários
- Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário

Iniciativas

- 00WQ - Estudos para o planejamento, gestão e operação do transporte hidroviário
- 00WR - Estudos para transposição de desnível em hidrovias
- 0486 - Regulação do transporte hidroviário

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Adequar 2 Instalações Portuárias Públicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2,00	unidade

Iniciativas

- 037R - Adequação de Infraestruturas Portuárias Públicas
- 037S - Construção de Infraestruturas Portuárias Públicas
- 037V - Incentivo à construção de Infraestruturas Portuárias Privadas
- 037W - Operação e manutenção da Infraestrutura Portuária Pública
- 04BN - Construção do Porto Fluvial Intermodal no Rio Tocantins em Marabá/PA

Veto 6/2012
SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FED
fl. 386

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Movimentação anual de carga geral nos portos organizados	milhões de toneladas	31/12/2010	119,27
Movimentação anual de granéis líquidos nos portos organizados	milhões de toneladas	31/12/2010	208,52
Movimentação anual de granéis sólidos nos portos organizados	milhões de toneladas	31/12/2010	505,81
Movimentação de carga por tipo de navegação - Cabotagem	milhões de toneladas	31/12/2009	170,25
Movimentação de carga por tipo de navegação - Longo Curso	milhões de toneladas	31/12/2009	531,28
Movimentação geral de contêineres, nos portos organizados e terminais de uso privativo	milhões de toneladas	31/12/2010	74,63
Número de passageiros de cruzeiros marítimos no Brasil	unidade	31/12/2010	720.621,00
Ranking do Índice de Competitividade Global	posição em listagem de países	30/08/2010	58,00
Ranking do Índice de Desempenho Logístico (LPI)	posição em listagem de países	31/12/2010	41,00
Tempo médio de desembaraço de cargas - Índice de Desempenho Logístico (LPI)	dia	31/12/2010	5,47

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**483.911**	**3.084.467**
Despesas Correntes	126.490	728.959
Despesas de Capital	357.421	2.355.509
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**1.070.246**	**6.936.075**
Outras Fontes	**1.257.305**	**2.448.000**
Valores Globais	**2.811.462**	**12.468.542**
	15.280.005	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	300.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	300.000

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	6,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5,00	unidade
Vetor Logístico Sul	2,00	unidade

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 382

Iniciativas

- 00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros
- 00IJ - Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)
- 00IK - Adequação da navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	4,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

Iniciativas

- 00JJ - Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos
- 00JK - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Santos (SP)
- 00JN - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos
- 00JS - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)
- 00JT - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de São Francisco do Sul (SC)
- 00JU - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Suape (PE)
- 00JV - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vitória (ES)
- 00JW - Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos
- 00KR - Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos
- 00KT - Estudos para infraestrutura portuária
- 048C - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vila do Conde (PA)
- 04AO - Construção de novo porto em águas profundas no Estado da Paraíba
- 04AP - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Cabedelo/PB
- 04CG - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santana/AP
- 04CI - Implantação do Porto Sul - BA

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.388
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Elaborar 11 estudos e projetos de planos de uso de áreas portuárias não operacionais e de interface com áreas

urbanas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2,00	estudo
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	estudo
Vetor Logístico Leste	2,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1,00	estudo
Vetor Logístico Sul	4,00	estudo

- Implantar 6 terminais de passageiros em portos organizados marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3,00	unidade

Iniciativas

- 00LL - Estudos e projetos de planos de uso de áreas portuárias não operacionais e de interface com áreas urbanas
- 00LN - Implantação de terminais de passageiros em Portos Organizados Marítimos
- 00LR - Implantação de terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 3 Companhias Docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República
- Implantar o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) em 06 portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	2,00	unidade

- Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária em 06 portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	2,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2,00	unidade

- Implantar o Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel em 35 portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	4,00	unidade
Vetor Logístico Leste	7,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	8,00	unidade
Vetor Logístico Sul	7,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 09 portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	2,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3,00	unidade
Vetor Logístico Sul	1,00	unidade

Iniciativas

- 00NQ - Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos
- 00NZ - Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS)

OBJETIVO: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Elaborar 2 estudos para identificação de demanda pela instalação de portos secos
- Elaborar 2 estudos para implantação das Zonas de Atividade Logística dos portos organizados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	estudo
Vetor Logístico Sul	1,00	estudo

- Implantar a Zona de Atividade Logística do Porto de Santos (SP)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade

Iniciativas

- 00OK - Elaboração de estudos para identificação de demanda pela instalação de portos secos
- 00OL - Elaboração de estudos para implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados
- 00OM - Implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Elaborar 22 estudos para a regularização ambiental e uniformização de processos de licenciamento ambiental do Sistema Portuário Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	estudo
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	estudo
Vetor Logístico Leste	3,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6,00	estudo
Vetor Logístico Sul	4,00	estudo

VET 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11-390

- Implantação de dispositivos de controle de saúde em 22 portos organizados marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

- Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 22 portos organizados marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

- Implantar o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em 22 portos organizados marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

Iniciativas

- 00PU - Dispositivos de controle de saúde em Portos Organizados Marítimos

- 00PV - Estudos e projetos para a regularização ambiental e uniformização de processos de licenciamento ambiental do Sistema Portuário Nacional

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Elaborar 11 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	3,00	estudo
Vetor Logístico Leste	1,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	4,00	estudo
Vetor Logístico Sul	3,00	estudo

- Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 8 Portos Organizados Marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

- Elaborar o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)

06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11-391
SENADO FEDERAL

- Implantar o Projeto de Incentivo à Cabotagem (PIC)

Iniciativas

- 00Q1 - Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário
- 00Q2 - Regulação do transporte marítimo

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Dotar de infraestrutura adequada as instalações portuárias do Porto de Pecém (CE)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	100,00	% de execução física

- Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2,00	estudo

- Elaborar as diretrizes de outorgas para os Portos Organizados Marítimos
- Implantar 1 novo porto organizado marítimo

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1,00	unidade

Iniciativas

- 01H9 - Reestruturação de instalações portuárias
- 01HA - Estudos e projetos de implantação de novos portos organizados e terminais portuários marítimos
- 01HB - Implantação de novos portos organizados
- 04BZ - Implantação do novo porto na Cidade de Natal/RN

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11-382
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Acidentes rodoviários com vítimas fatais em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	7.376,00
Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	158.893,00
Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação	%	31/12/2010	57,00
Malha rodoviária federal pavimentada	km	29/10/2010	62.093,00
Participação do modal rodoviário na matriz de transporte de carga	%	31/12/2010	47,00
Participação do modal rodoviário no transporte interestadual de passageiros	%	31/12/2010	48,00
Percentual de pavimentação das rodovias federais implantadas	%	29/10/2010	81,86
Preço médio das tarifas rodoviárias - concessões	R$/100 km	25/02/2011	4,80
Ranking da Qualidade das Estradas (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	105,00
Total de movimentação de cargas por rodovias	milhão de toneladas por ano	31/12/2010	1.170,74
Transações comerciais com países sulamericanos por rodovias	mil toneladas por ano	31/12/2010	11.303,14

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**13.884.880**	**62.571.697**
Despesas Correntes	330.044	2.358.720
Despesas de Capital	13.554.836	60.212.978
Outras Fontes	**3.444.638**	**2.799.370**
Valores Globais	**17.329.518**	**65.371.068**
	82.700.586	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	500.000

OBJETIVO: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Realizar a manutenção de 13.462,2 km de rodovias federais não pavimentadas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.487,00	km
Região Nordeste	2.375,20	km
Região Norte	7.728,30	km
Região Sudeste	1.315,60	km
Região Sul	556,10	km

- Realizar a manutenção de 52.950,6 km de rodovias federais pavimentadas, de forma permanente

Regionalização da Meta	Total	Unidade

VETO 6/10/12
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11:39
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10.673,30	km
Região Nordeste	18.439,30	km
Região Norte	7.518,00	km
Região Sudeste	9.495,50	km
Região Sul	6.824,50	km

- Recuperar, adequar e reforçar 502 estruturas (pontes e viadutos) em estado crítico

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	78,00	unidade
Região Nordeste	241,00	unidade
Região Norte	18,00	unidade
Região Sudeste	67,00	unidade
Região Sul	98,00	unidade

Iniciativas

- 009J - Manutenção da malha rodoviária Região Centro-Oeste
- 009K - Manutenção da malha rodoviária Região Nordeste
- 009L - Manutenção da malha rodoviária Região Norte
- 009M - Manutenção da malha rodoviária Região Sudeste
- 009N - Manutenção da malha rodoviária Região Sul
- 04BY - Adequação da Rodovia BR-304/RN

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Conceder 2.234 km de rodovias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	166,00	km
Região Sudeste	2.068,00	km

Iniciativas

- 009O - Concessão da Rodovia BR-040/DF/GO/MG, Brasília/DF a Juiz de Fora/MG - 956 km
- 009Q - Concessão da Rodovia BR-101/ES, Divisa RJ/ES a Divisa ES/BA - 461 km
- 009R - Concessão da Rodovia BR-116/MG, Divisa BA/MG a Divisa MG/RJ - 817 km
- 009T - Fiscalização e regulação de concessões no transporte rodoviário

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Adequar 4.561,6 km de rodovias federais

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	362,20	km
Vetor Logístico Centro-Norte	26,30	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.024,80	km
Vetor Logístico Leste	545,20	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	819,50	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	820,60	km
Vetor Logístico Sul	963,00	km

Iniciativas

- 009V - Adequação da Rodovia BR-060/GO
- 009W - Adequação da Rodovia BR-101/AL
- 009X - Adequação da Rodovia BR-101/BA
- 009Z - Adequação da Rodovia BR-101/PB
- 00A0 - Adequação da Rodovia BR-101/PE
- 00A1 - Adequação da Rodovia BR-101/RJ
- 00A3 - Adequação da Rodovia BR-101/RS
- 00A4 - Adequação da Rodovia BR-101/SC
- 00A6 - Adequação da Rodovia BR-101/SE
- 00A8 - Adequação da Rodovia BR-116/RS
- 00A9 - Adequação da Rodovia BR-163/MT
- 00AB - Adequação da Rodovia BR-262/MG
- 00AF - Adequação da Rodovia BR-381/MG
- 00AH - Adequação da Rodovia BR-470/SC
- 00AI - Adequação de capacidade dos eixos rodoviários
- 04AR - Adequação da Rodovia BR-450/DF
- 04AY - Adequação da Rodovia BR-364/RO
- 04B5 - Adequação da Rodovia BR-153/SP
- 04B8 - Adequação da Rodovia BR-235/SE
- 04BC - Adequação da Rodovia BR-210/AP
- 04BJ - Adequação da Rodovia BR-163/MS
- 04BL - Adequação da Rodova BR-155/PA
- 04BM - Adequação da Rodovia BR-316/PA
- 04BS - Adequação da Rodovia BR-163/PR
- 04BV - Adequação da Rodovia BR-343/PI
- 04C2 - Adequação da Rodovia BR-386/RS
- 04CM - Adequação da Rodovia BR-080/GO
- 04CO - Adequação da Rodovia BR-010/GO
- 04CP - Adequação da Rodovia BR-452/GO
- 04CQ - Adequação da Rodovia BR-153/GO
- 04CR - Adequação da Rodovia BR-364/GO



- 04CT - Adequação da Rodovia BR-040/MG
- 04CU - Adequação da Rodovia BR-367/MG
- 04DK - Adequação da Rodovia BR-104/PB
- 04DO - Adequação da Rodovia BR-230/PB

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Adequar 402,9 km de acesso portuário, por meio de rodovias federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	15,00	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	4,30	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	217,70	km
Vetor Logístico Sul	165,90	km

Iniciativas

- 00AL - Adequação do acesso ao Porto de Rio Grande - BR-392/RS
- 00AM - Adequação do acesso ao Porto de São Francisco do Sul - BR-280/SC
- 00AN - Construção e adequação de acessos rodoviários a portos

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construir 18 contornos ou anéis rodoviários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	6,00	unidade
Região Sul	4,00	unidade

- Construir 20 travessias urbanas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	8,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Iniciativas

- 00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG
- 00AX - Construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - BR-101/RJ e BR-493/RJ
- 00B1 - Construção do Rodoanel de São Paulo - SP-021/SP

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11-396

- 00B2 - Construção e adequação de contornos ou anéis rodoviários
- 00B4 - Construção e adequação de travessias urbanas
- 04AU - Construção do Anel Rodoviário de Goiânia/GO
- 04AV - Construção do Rodoanel Sul e Norte de Belo Horizonte/MG
- 04BF - Construção do Rodoanel de Manaus/AM
- 04CL - Construção do 2º Anel Rodoviário no Estado do Ceará - BR-116/CE, BR-020/CE e BR-222
- 04D5 - Construção e adequação do Contorno Rodoviário Norte de Ponta Grossa na BR-376/PR

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construir 4.451,3 km de rodovias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1.565,30	km
Vetor Logístico Centro-Norte	885,50	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	646,00	km
Vetor Logístico Leste	245,30	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	573,50	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	404,30	km
Vetor Logístico Sul	131,40	km

Iniciativas

- 00B6 - Construção da BR-135/BA
- 00B9 - Construção da BR-163/PA
- 00BB - Construção da BR-235/BA
- 00BE - Construção de rodovias federais
- 04AE - Construção da BR-448/RS
- 04AK - Construção da BR-122/BA
- 04AS - Construção da BR-060/GO
- 04AT - Construção da BR-457/GO
- 04AZ - Construção da BR-432/RR
- 04BK - Construção da BR-419/MS
- 04BU - Construção do Arco Rodoviário Norte - BR-369/PR
- 04CE - Construção da BR-156/AP
- 04CN - Construção da BR-152/GO
- 04D1 - Construção da BR-330/PI
- 04D8 - Construção da BR-080/RO
- 04DB - Construção da BR-431/RR
- 04DC - Construção da BR-433/RR

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.382
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construir 1.207,7 km de rodovias fronteiriças

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Eixo Amazônico	349,00	km
Eixo do Escudo-Guianês	553,20	km
Eixo Peru-Brasil-Bolívia	305,50	km

- Construir 3 pontes internacionais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	1,00	unidade
Eixo de Capricórnio	1,00	unidade
Eixo do Escudo-Guianês	1,00	unidade

Iniciativas

- 00BG - Construção da BR-364/AC
- 00BH - Construção da BR-429/RO
- 00BI - Construção de pontes internacionais
- 00BJ - Construção de rodovias fronteiriças

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construir 1.816,2 km de rodovias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	1.816,20	km

Iniciativas

- 00BM - Construção da Rodovia BR-230/PA
- 00BN - Construção da Rodovia BR-319/AM
- 00BP - Construção de rodovias de integração nacional
- 04BP - Construção da BR-308/PA
- 04BR - Construção da BR-422/PA
- 04C0 - Construção da BR-392/RS
- 04C1 - Construção da BR-470/RS
- 04D2 - Construção da BR-222/PI

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.338
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construir 11 pontes sobre travessias fluviais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	2,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Sul	2,00	unidade

Iniciativas

- 00BR - Construção e adequação de pontes sobre interseções fluviais em rodovias federais
- 00BS - Construção e adequação de viadutos sobre interseções de vias terrestres em rodovias federais
- 04BE - Construção de Ponte Interligando a BR-319 à Rodovia AM-070 no Estado do Amazonas
- 04CB - Construção de ponte sobre o Rio Madeira - na BR-364
- 04D7 - Adequação da Rodovia BR-110/RN

OBJETIVO: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Implantar e operar 2.696 equipamentos de controle de velocidade e fluxo

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	596,00	unidade
Região Nordeste	788,00	unidade
Região Norte	195,00	unidade
Região Sudeste	715,00	unidade
Região Sul	402,00	unidade

- Implantar e operar 220 equipamentos de medição de peso

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	41,00	unidade
Região Nordeste	65,00	unidade
Região Norte	13,00	unidade
Região Sudeste	69,00	unidade
Região Sul	32,00	unidade

Iniciativas

- 00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário
- 00WH - Instalação e operação de equipamentos de controle de velocidade e fluxo
- 00WI - Instalação e operação de postos de controle de pesagem

OBJETIVO: 0281 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

SEC 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha rodoviária federal
- Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada

Iniciativas

- 00WJ - Realização de estudos e projetos para o modal rodoviário

VET 06/2012
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2076 - Turismo

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Chegadas de turistas internacionais	milhão	31/12/2010	5,16
Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs)	milhão	31/12/2010	2,53
Índice de Competitividade do Turismo Nacional	pontos	31/12/2010	56,00
Receita cambial gerada pelo turismo	US$ bilhão	31/12/2010	5,90
Viagens realizadas no mercado doméstico	milhão	31/12/2010	186,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.483.929**	**2.449.532**
Despesas Correntes	622.722	1.360.370
Despesas de Capital	1.861.208	1.089.162
Outras Fontes	**1.786.057**	**7.906.884**
Valores Globais	**4.269.986**	**10.356.416**
	14.626.401	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2012-2015

- Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turístico

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5.876,00	unidade
Região Nordeste	5.020,00	unidade
Região Norte	1.536,00	unidade
Região Sudeste	14.615,00	unidade
Região Sul	6.805,00	unidade

- Classificar 4.000 empreendimentos turísticos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.190,00	unidade
Região Nordeste	1.046,00	unidade
Região Norte	327,00	unidade
Região Sudeste	899,00	unidade
Região Sul	538,00	unidade

- Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo

VET 06/2012
SECRETARIA - GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FED
fl. 401

Iniciativas

- 02V4 - Adequação da infraestrutura turística pública para o desenvolvimento sustentável do turismo

- 02V5 - Apoio ao ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos brasileiros
- 02V6 - Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo
- 02V7 - Cadastramento das empresas, dos empreendimentos e dos profissionais do turismo
- 02V8 - Elaboração de estudos de competitividade do turismo brasileiro
- 02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos
- 02VC - Fiscalização dos serviços turísticos
- 02VD - Incentivo à inserção da produção associada ao turismo nos roteiros e destinos turísticos
- 02VF - Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo
- 02VH - Qualificação de profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo e incentivo a certificação de pessoas, equipamentos, serviços e produtos
- 02VJ - Qualificação dos produtos e serviços turísticos de base local e/ou comunitária na cadeia produtiva do turismo

OBJETIVO: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2012-2015

- Cumprir 100% da execução dos Termos de Compromisso relativos ao setor turismo com a iniciativa privada
- Qualificar 162.000 profissionais da linha de frente do turismo, com foco nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol

Iniciativas

- 02VM - Adequação da infraestrutura turística pública para os megaeventos esportivos
- 02VN - Adequação turística das Unidades de Conservação e seu entorno para a Copa do Mundo 2014 - Parques para a Copa
- 02VQ - Disponibilização de linhas de crédito para empreendimentos turísticos situados nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol e seus entornos
- 02VR - Promoção e marketing dos megaeventos esportivos a serem realizados no Brasil nos mercados nacional e internacional
- 02VT - Qualificação dos profissionais diretamente envolvidos com os turistas para os megaeventos esportivos - Bem Receber, com prioridade para profissionais da terceira idade

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2012-2015

- Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico

Iniciativas

- 02VW - Disponibilização de linhas de crédito direto ao turista para incentivá-lo a viajar pelo país
- 02VY - Implementação de projetos de apoio a organização, integração e fortalecimento da cadeia de distribuição do turismo
- 02VZ - Promoção e apoio a comercialização de roteiros, destinos e produtos - Salão do Turismo - Roteiros do Brasil

VETOS/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
11.402
SENADO FEDERAL

- 02W0 - Realização de campanhas de promoção do turismo interno
- 02W1 - Realização de eventos temáticos geradores de fluxo turístico para a comercialização de roteiros, destinos e produtos

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2012-2015

- Aumentar de 9,8 milhões de assentos ofertados em voos internacionais em 2010 para 15,2 milhões

Iniciativas

- 02W2 - Promoção de investimentos turísticos brasileiros no exterior
- 02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculada ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela

OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2012-2015

- Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	24,00	unidade
Região Nordeste	53,00	unidade
Região Norte	29,00	unidade
Região Sudeste	27,00	unidade
Região Sul	21,00	unidade

- Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Iniciativas

- 02W4 - Apoio a gestão e desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras
- 02W5 - Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo
- 02W6 - Apoio a realização do inventário da oferta turística
- 02W8 - Incorporação de melhores práticas internacionais no setor de turismo brasileiro
- 02W9 - Realização de estudos e pesquisas e sistematização de dados para subsidiar políticas de desenvolvimento do turismo

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 0553 - Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**3.184.780**	**9.806.513**
Despesas Correntes	2.977.153	9.065.847
Despesas de Capital	207.627	740.666
Valores Globais	**3.184.780**	**9.806.513**
	12.991.292	

PROGRAMA: 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.286.537**	**6.877.488**
Despesas Correntes	2.232.924	6.714.984
Despesas de Capital	53.613	162.504
Valores Globais	**2.286.537**	**6.877.488**
	9.164.025	

PROGRAMA: 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**222.929**	**730.462**
Despesas Correntes	128.732	427.351
Despesas de Capital	94.197	303.111
Valores Globais	**222.929**	**730.462**
	953.391	

PROGRAMA: 2100 - Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**63.967**	**197.715**
Despesas Correntes	50.614	158.359
Despesas de Capital	13.352	39.356
Valores Globais	**63.967**	**197.715**
	261.682	

PROGRAMA: 0550 - Controle Externo

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 404

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**960.635**	**2.913.841**
Despesas Correntes	911.681	2.790.307
Despesas de Capital	48.954	123.533
Valores Globais	**960.635**	**2.913.841**
	3.874.476	

PROGRAMA: 0581 - Defesa da Ordem Jurídica

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**3.358.710**	**10.008.822**
Despesas Correntes	3.151.819	9.584.732
Despesas de Capital	206.891	424.090
Valores Globais	**3.358.710**	**10.008.822**
	13.367.532	

PROGRAMA: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.402.626**	**13.218.671**
Despesas Correntes	4.152.206	12.020.413
Despesas de Capital	250.420	1.198.258
Valores Globais	**4.402.626**	**13.218.671**
	17.621.297	

PROGRAMA: 0565 - Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**428.730**	**1.354.786**
Despesas Correntes	372.270	1.150.914
Despesas de Capital	56.460	203.872
Valores Globais	**428.730**	**1.354.786**
	1.783.516	

PROGRAMA: 0566 - Prestação Jurisdicional Militar

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**216.523**	**669.169**
Despesas Correntes	196.955	604.334
Despesas de Capital	19.569	64.835

VET 06/2012
SECRETARIA DA MESA
SCLCN
11.405

Valores Globais	**216.523**	**669.169**
	885.692	

PROGRAMA: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**6.456.523**	**20.382.313**
Despesas Correntes	6.202.890	19.150.093
Despesas de Capital	253.634	1.232.220
Valores Globais	**6.456.523**	**20.382.313**
	26.838.837	

PROGRAMA: 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.431.846**	**4.311.958**
Despesas Correntes	1.356.207	4.155.741
Despesas de Capital	75.639	156.217
Valores Globais	**1.431.846**	**4.311.958**
	5.743.805	

PROGRAMA: 0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**754.506**	**2.277.098**
Despesas Correntes	729.975	2.188.857
Despesas de Capital	24.531	88.241
Valores Globais	**754.506**	**2.277.098**
	3.031.604	

PROGRAMA: 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**10.149.597**	**30.458.694**
Despesas Correntes	9.634.902	29.225.979
Despesas de Capital	514.696	1.232.715
Valores Globais	**10.149.597**	**30.458.694**
	40.608.292	

VETO 6/2012

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**75.513.922**	**226.541.765**
Despesas Correntes	75.513.922	226.541.765
Valores Globais	**75.513.922**	**226.541.765**
	302.055.687	

PROGRAMA: 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.725.452**	**14.064.845**
Despesas Correntes	4.668.589	14.064.845
Despesas de Capital	56.863	0
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**176.351**
Valores Globais	**4.725.452**	**14.241.197**
	18.966.649	

PROGRAMA: 2102 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**74.221**	**231.342**
Despesas Correntes	70.536	219.263
Despesas de Capital	3.685	12.079
Valores Globais	**74.221**	**231.342**
	305.563	

PROGRAMA: 2103 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**17.067**	**54.690**
Despesas Correntes	16.512	52.871
Despesas de Capital	555	1.819
Valores Globais	**17.067**	**54.690**
	71.757	

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/12/2012
fl. 407

PROGRAMA: 2104 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**12.732**	**40.968**
Despesas Correntes	12.532	40.278
Despesas de Capital	200	690
Valores Globais	**12.732**	**40.968**
	53.700	

PROGRAMA: 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**5.516.661**	**16.279.252**
Valores Globais	**5.516.661**	**16.279.252**
	21.795.913	

PROGRAMA: 0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**2.641.110**	**7.801.810**
Valores Globais	**2.641.110**	**7.801.810**
	10.442.919	

PROGRAMA: 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**3.929.813**	**11.909.452**
Despesas Correntes	3.884.530	11.747.361
Despesas de Capital	45.282	162.091
Valores Globais	**3.929.813**	**11.909.452**
	15.839.265	

PROGRAMA: 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.888.690**	**5.616.821**
Despesas Correntes	1.855.400	5.497.476

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
1.408

Despesas de Capital	33.290	119.345
Valores Globais	**1.888.690**	**5.616.821**
	7.505.511	

PROGRAMA: 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**593.014**	**1.800.251**
Despesas Correntes	577.321	1.741.579
Despesas de Capital	15.693	58.672
Valores Globais	**593.014**	**1.800.251**
	2.393.265	

PROGRAMA: 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**21.209.068**	**63.664.882**
Despesas Correntes	20.929.898	63.122.753
Despesas de Capital	279.170	542.130
Valores Globais	**21.209.068**	**63.664.882**
	84.873.950	

PROGRAMA: 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**22.255.168**	**66.816.674**
Despesas Correntes	22.005.810	66.180.880
Despesas de Capital	249.357	635.793
Valores Globais	**22.255.168**	**66.816.674**
	89.071.841	

PROGRAMA: 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**13.033.555**	**40.739.455**
Despesas Correntes	12.247.691	38.198.861
Despesas de Capital	785.864	2.540.594
Valores Globais	**13.033.555**	**40.739.455**
	53.773.010	

06/11/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11.409

PROGRAMA: 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**809.169**	**2.531.021**
Despesas Correntes	744.018	2.399.507
Despesas de Capital	65.151	131.513
Valores Globais	**809.169**	**2.531.021**
	3.340.190	

PROGRAMA: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**5.386.387**	**16.175.637**
Despesas Correntes	5.335.844	16.036.179
Despesas de Capital	50.543	139.458
Valores Globais	**5.386.387**	**16.175.637**
	21.562.024	

PROGRAMA: 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aqüicultura

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**104.551**	**333.135**
Despesas Correntes	99.226	315.678
Despesas de Capital	5.325	17.456
Valores Globais	**104.551**	**333.135**
	437.685	

PROGRAMA: 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**5.181.938**	**15.590.740**
Despesas Correntes	5.178.789	15.580.415
Despesas de Capital	3.150	10.325
Valores Globais	**5.181.938**	**15.590.740**
	20.772.678	

PROGRAMA: 2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)

VETO 6/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
1.410

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**9.582.027**	**29.485.840**
Despesas Correntes	9.498.956	29.123.177
Despesas de Capital	83.071	362.663
Valores Globais	**9.582.027**	**29.485.840**
	39.067.866	

PROGRAMA: 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**815.361**	**2.545.115**
Despesas Correntes	787.913	2.463.431
Despesas de Capital	27.448	81.684
Valores Globais	**815.361**	**2.545.115**
	3.360.476	

PROGRAMA: 2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**502.198**	**1.752.013**
Despesas Correntes	476.577	1.675.895
Despesas de Capital	25.621	76.117
Valores Globais	**502.198**	**1.752.013**
	2.254.211	

PROGRAMA: 2118 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.099.996**	**3.296.662**
Despesas Correntes	1.046.666	3.194.427
Despesas de Capital	53.330	102.235
Valores Globais	**1.099.996**	**3.296.662**
	4.396.657	

PROGRAMA: 2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.217.838**	**3.489.696**
Despesas Correntes	1.133.387	3.264.441
Despesas de Capital	84.451	225.255
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**106.827**	**241.306**

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 411

Valores Globais	**1.324.665**	**3.731.002**
	5.055.667	

PROGRAMA: 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**760.383**	**2.334.417**
Despesas Correntes	727.623	2.231.749
Despesas de Capital	32.760	102.668
Valores Globais	**760.383**	**2.334.417**
	3.094.800	

PROGRAMA: 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**262.538**	**885.913**
Despesas Correntes	244.898	773.563
Despesas de Capital	17.639	112.351
Valores Globais	**262.538**	**885.913**
	1.148.451	

PROGRAMA: 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**854.668**	**2.561.782**
Despesas Correntes	791.490	2.499.576
Despesas de Capital	63.179	62.206
Valores Globais	**854.668**	**2.561.782**
	3.416.451	

PROGRAMA: 2123 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**295.868**	**1.004.465**
Despesas Correntes	281.002	945.217
Despesas de Capital	14.865	59.248
Valores Globais	**295.868**	**1.004.465**
	1.300.332	

VETO 6/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SSCLCN
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
SENADO FEDERAL
fl. 412

PROGRAMA: 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.305.578**	**4.151.570**
Despesas Correntes	1.276.792	4.081.127
Despesas de Capital	28.785	70.442
Valores Globais	**1.305.578**	**4.151.570**
	5.457.148	

PROGRAMA: 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.161.066**	**11.753.072**
Despesas Correntes	4.142.634	11.687.568
Despesas de Capital	18.432	65.504
Valores Globais	**4.161.066**	**11.753.072**
	15.914.138	

PROGRAMA: 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.623.968**	**4.886.589**
Despesas Correntes	1.592.698	4.832.237
Despesas de Capital	31.270	54.352
Valores Globais	**1.623.968**	**4.886.589**
	6.510.557	

PROGRAMA: 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**105.640**	**335.770**
Despesas Correntes	102.540	322.132
Despesas de Capital	3.100	13.637
Valores Globais	**105.640**	**335.770**
	441.409	

PROGRAMA: 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)

SECRETARIA SCLCVP 11.413

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.583.569**	**6.681.776**
Despesas Correntes	1.728.528	5.423.644
Despesas de Capital	855.041	1.258.132
Valores Globais	**2.583.569**	**6.681.776**
	9.265.345	

VETO 6/20/12
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
fl. 414
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Iniciativas

00G0 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê/BA

Custo Total: R$ 536.476.414 **Data Início:** 30/06/1999 **Data Término:** 30/06/2014

00G5 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás/GO

Custo Total: R$ 166.571.750 **Data Início:** 01/07/1998 **Data Término:** 31/12/2014

00GH - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA

Custo Total: R$ 369.150.514 **Data Início:** 31/03/1998 **Data Término:** 30/12/2014

00GM - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernado/MA

Custo Total: R$ 180.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2014

00GR - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú/CE

Custo Total: R$ 233.275.211 **Data Início:** 28/02/2007 **Data Término:** 30/12/2014

00GU - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI

Custo Total: R$ 271.291.128 **Data Início:** 28/02/2007 **Data Término:** 30/12/2014

00GV - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas/CE

Custo Total: R$ 186.036.396 **Data Início:** 28/02/2007 **Data Término:** 31/12/2014

00GW - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí/PI

Custo Total: R$ 309.772.192 **Data Início:** 28/02/2007 **Data Término:** 31/12/2014

00HO - Revitalização do Perímetro Rio Formoso do Araguaia/TO

Custo Total: R$ 110.000.000 **Data Início:** 06/01/2011 **Data Término:** 31/12/2015

00HU - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Estreito/BA

Custo Total: R$ 153.758.500 **Data Início:** 01/01/2005 **Data Término:** 30/11/2019

022H - Implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN

Custo Total: R$ 193.000.000 **Data Início:** 31/12/2007 **Data Término:** 30/12/2014

022O - Implantação do Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS

Custo Total: R$ 100.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2015

04B6 - Implantação do Canal Xingó

Custo Total: R$ 2.430.000.000 **Data Início:** 15/02/2013 **Data Término:** 31/12/2019

04BG - Aprofundamento do Canal da Foz do Rio Coreau em Camocim/CE

Custo Total: R$ 100.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04BW - Construção da Barragem de Castelo

Custo Total: R$ 250.000.000 **Data Início:** 01/12/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Iniciativas

011E - Modernização e ampliação da Unidade Armazenadora de Itaqui/MA

Custo Total: R$ 85.000.000 **Data Início:** 05/06/2012 **Data Término:** 10/12/2015

02C7 - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico (INMET)

Custo Total: R$ 57.250.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2016

VETO 6/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fl. 475

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Iniciativas

02PO - Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA

Custo Total: R$ 501.500.000 **Data Início:** 01/07/2009 **Data Término:** 31/12/2015

02QM - Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz

Custo Total: R$ 250.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 30/06/2016

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Iniciativas

006Y - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Brasília

Custo Total: R$ 1.132.230.681 **Data Início:** 30/04/2000 **Data Término:** 31/12/2015

006Z - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Campinas

Custo Total: R$ 1.346.965.515 **Data Início:** 31/12/2007 **Data Término:** 31/12/2016

0070 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Confins

Custo Total: R$ 520.753.751 **Data Início:** 01/12/2008 **Data Término:** 31/12/2015

0071 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Fortaleza

Custo Total: R$ 502.890.709 **Data Início:** 30/06/2009 **Data Término:** 31/12/2015

0072 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Guarulhos

Custo Total: R$ 1.588.631.140 **Data Início:** 31/12/2004 **Data Término:** 31/12/2015

0074 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre

Custo Total: R$ 795.323.100 **Data Início:** 31/08/2007 **Data Término:** 31/12/2015

0075 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional do Galeão

Custo Total: R$ 894.160.168 **Data Início:** 30/07/2007 **Data Término:** 31/12/2015

04BT - Adequação da Capacidade do Aeroporto Internacional Afonso Pena

Custo Total: R$ 580.000.000 **Data Início:** 02/04/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

017B - Ampliação e modernização da infraestrutura para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais

Custo Total: R$ 78.868.466 **Data Início:** 01/11/2008 **Data Término:** 31/12/2015

017O - Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração

Custo Total: R$ 379.247.998 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04C3 - Interiorização da Nova Rede Nacional de Pequisa

Custo Total: R$ 400.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

VET 06/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
1.416

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Iniciativas

004E - Implantação da Refinaria Abreu e Lima (PE)

Custo Total: R$ 29.639.644.736 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2016

004F - Implantação da Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)

Custo Total: R$ 16.145.261.654 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2015

004G - Implantação da Refinaria Premium I (MA)

Custo Total: R$ 46.331.703.410 **Data Início:** 31/05/2008 **Data Término:** 31/12/2020

004H - Implantação da Refinaria Premium II (CE)

Custo Total: R$ 20.296.983.865 **Data Início:** 01/09/2008 **Data Término:** 31/12/2020

004R - Modernização e ampliação da Refinaria Duque de Caxias - REDUC (RJ)

Custo Total: R$ 11.271.563.428 **Data Início:** 01/01/2001 **Data Término:** 31/12/2015

004S - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR (PR)

Custo Total: R$ 13.172.154.799 **Data Início:** 01/01/2002 **Data Término:** 31/12/2015

004T - Modernização e ampliação da Refinaria de Paulínia - REPLAN (SP)

Custo Total: R$ 10.501.592.723 **Data Início:** 01/01/2001 **Data Término:** 30/12/2018

004U - Modernização e ampliação da Refinaria Landulpho Alves - RLAM (BA)

Custo Total: R$ 7.065.943.967 **Data Início:** 01/01/2002 **Data Término:** 31/12/2015

004V - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC (SP)

Custo Total: R$ 6.495.237.468 **Data Início:** 31/01/2003 **Data Término:** 30/12/2016

04A6 - Modernização e ampliação da Refinaria Gabriel Passos - REGAP (MG)

Custo Total: R$ 4.060.323.721 **Data Início:** 01/01/2002 **Data Término:** 31/12/2015

04A7 - Modernização e ampliação da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP (SP)

Custo Total: R$ 7.013.629.000 **Data Início:** 01/01/2001 **Data Término:** 30/12/2015

04A8 - Reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo

Custo Total: R$ 4.975.140.230 **Data Início:** 01/01/2005 **Data Término:** 31/12/2018

04DM - Implantação do Sistema de Escoamento de Combustíveis - Poliduto - PR/MS/MT

Custo Total: R$ 3.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Iniciativas

03CX - Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores

Custo Total: R$ 60.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 01/06/2016

03D7 - Elaboração e divulgação do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços

Custo Total: R$ 61.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2016

VETO 6/2012

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 417

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Iniciativas

04CD - Recuperação e ampliação do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Iniciativas

02YT - Lançamento de satélite para comunicações

Custo Total: R$ 716.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

02YY - Apoio a projetos de conteúdos e aplicações

Custo Total: R$ 270.500.000 **Data Início:** 02/01/2012 **Data Término:** 31/12/2016

02Z2 - Implantação de Cidades Digitais

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 02/01/2012 **Data Término:** 31/12/2016

02ZC - Implantação dos canais públicos de TV Digital

Custo Total: R$ 652.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2015

044B - Implantar o Sistema Operador da Rede Nacional de Televisão Pública Digital

Custo Total: R$ 2.800.000.000 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2016

04CF - Implantação da rede de fibra ótica no trecho de Macapá a Oiapoque

Custo Total: R$ 50.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Iniciativas

02GF - Modernização da Rede Hidrometeorológica

Custo Total: R$ 72.044.816 **Data Início:** 31/12/2006 **Data Término:** 30/11/2015

02H2 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do São Francisco

Custo Total: R$ 108.000.000 **Data Início:** 01/01/2004 **Data Término:** 01/12/2024

02H3 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba

Custo Total: R$ 377.159.158 **Data Início:** 01/08/2007 **Data Término:** 31/12/2014

04C7 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das Bacias do Pantanal Matogrossense e Sul-Matogrossense

Custo Total: R$ 110.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04C8 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das Bacias dos Rios Taquari e Vermelho

Custo Total: R$ 110.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04C9 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios da Bacia do Rio da Prata

Custo Total: R$ 110.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CA - Revitalização Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

VETO 6/2012
SECRETARIA-GERAL DA COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 418

04DT - Preservação, Conservação, Recuperação e Uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do Rio Taperoá

Custo Total: R$ 100.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Iniciativas

0353 - Implantação do Canal de Cultura, cuja transmissão será destinada a produções culturais e programas regionais independentes

Custo Total: R$ 200.000.000 **Data Início:** 01/07/2012 **Data Término:** 31/12/2018

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Iniciativas

04AM - Promoção da inclusão produtiva dos agricultores familiares nos territórios rurais, por meio da consolidação de empreendimentos econômicos e estruturação de redes socioprodutivas no território Velho Chico/BA

Custo Total: R$ 52.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04AQ - Estruturação da Rota Produtiva do Vale do São Francisco

Custo Total: R$ 80.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04B9 - Construção de Ponte Sobre o Rio Tocantins em Porto Nacional - To

Custo Total: R$ 350.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Iniciativas

04CX - Implantação de novos campi do Instituro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado da Paraíba

Custo Total: R$ 400.000.000 **Data Início:** 30/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Iniciativas

03GC - Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Custo Total: R$ 176.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

0481 - Implantação da Universidade Federal do ABC

Custo Total: R$ 338.786.966 **Data Início:** 01/12/2005 **Data Término:** 31/12/2013

0482 - Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Custo Total: R$ 306.058.232 **Data Início:** 30/09/2009 **Data Término:** 30/12/2015

0484 - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)

Custo Total: R$ 421.368.197 **Data Início:** 01/12/2008 **Data Término:** 31/12/2014

04B0 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Custo Total: R$ 200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04B3 - Implantação da Universidade Federal de Blumenau

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 15/02/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04B4 - Construção do Campus de Osasco da Universidade Federal de São Paulo

Custo Total: R$ 150.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CY - Implantação da Universidade Federal do Sertão da Paraíba (UFSPB)

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 30/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Iniciativas

0008 - Implantação da Usina Hidrelétrica Garabi (RS)

Custo Total: R$ 4.930.520.000 **Data Início:** 01/07/2014 **Data Término:** 28/12/2018

000E - Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá (PR)

Custo Total: R$ 1.279.260.000 **Data Início:** 31/12/2007 **Data Término:** 28/12/2012

000F - Implantação da Usina Hidrelétrica Panambi (RS)

Custo Total: R$ 4.720.300.000 **Data Início:** 01/07/2014 **Data Término:** 28/12/2018

000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RS)

Custo Total: R$ 2.376.052.870 **Data Início:** 02/01/2007 **Data Término:** 31/12/2013

000U - Implantação da Usina Termonuclear Angra III (RJ)

Custo Total: R$ 11.700.196.880 **Data Início:** 31/12/1995 **Data Término:** 20/05/2015

000V - Implantação de Nova Usina Termelétrica em Candiota (RS)

Custo Total: R$ 2.400.000.000 **Data Início:** 02/01/2013 **Data Término:** 30/12/2017

04A5 - Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP)

Custo Total: R$ 1.365.626.516 **Data Início:** 30/06/2004 **Data Término:** 31/12/2012

04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)

Custo Total: R$ 1.130.149.658 **Data Início:** 02/01/2008 **Data Término:** 31/12/2015

04DN - Implantação da Usina Hidrelétrica do Ribeirão no Rio Madeira

Custo Total: R$ 10.000.000.000 **Data Início:** 31/01/2012 **Data Término:** 31/12/2023

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Iniciativas

04C6 - Implantação de infraestrutura para realização da Universíade de Verão 2017 no Distrito Federal

Custo Total: R$ 230.454.168 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Iniciativas

00EN - Construção da Barragem Serro Azul (PE)

Custo Total: R$ 400.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
fl. 420
SENADO FEDERAL

00EU - Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista (RJ)

Custo Total: R$ 105.173.004 **Data Início:** 24/12/2009 **Data Término:** 31/12/2012

00EV - Obras de Macrodrenagem em Salvador (BA)

Custo Total: R$ 110.238.405 **Data Início:** 22/12/2009 **Data Término:** 22/12/2012

00FM - Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais

Custo Total: R$ 226.600.000 **Data Início:** 01/07/2011 **Data Término:** 31/12/2016

04B1 - Desassoreamento do Rio Tubarão

Custo Total: R$ 900.000.000 **Data Início:** 15/02/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04B2 - Controle de Enchentes do Rio Itajaí-Açu

Custo Total: R$ 900.000.000 **Data Início:** 15/02/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BD - Urbanização de Macro e Micro Drenagem de Canais em Macapá/AP

Custo Total: R$ 150.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04BH - Implantação do Sistema de Macrodrenagem na Região Metropolitana de Vitória/ES

Custo Total: R$ 400.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Iniciativas

048X - Ampliação e modernização da infraestrutura, aperfeiçoamento da gestão e integração das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas (OEPAS)

Custo Total: R$ 319.541.868 **Data Início:** 30/04/2008 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Iniciativas

027X - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS

Custo Total: R$ 824.171.000 **Data Início:** 28/02/2008 **Data Término:** 31/12/2012

027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte MG

Custo Total: R$ 597.845.711 **Data Início:** 01/01/1995 **Data Término:** 31/12/2012

0280 - Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA

Custo Total: R$ 917.767.000 **Data Início:** 30/11/1999 **Data Término:** 31/12/2014

0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife PE

Custo Total: R$ 1.225.868.000 **Data Início:** 31/03/1996 **Data Término:** 30/12/2013

0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE

Custo Total: R$ 1.180.645.800 **Data Início:** 31/12/1997 **Data Término:** 31/12/2013

04AX - Implantação do Trecho Eldorado-Betim do Sistema de Trens Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CH - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário na Região Metropolitana de Salvador/BA

Custo Total: R$ 1.500.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

04CK - Implantação do Trecho Maracanaú-Maranguape do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE

Custo Total: R$ 520.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CV - Implantação do Trecho Savassi-Lagoinha do Sistema de Trens Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Iniciativas

01L5 - Implantação da Barragem Congonhas (MG)

Custo Total: R$ 259.572.000 **Data Início:** 01/01/2000 **Data Término:** 31/12/2014

01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)

Custo Total: R$ 294.400.000 **Data Início:** 07/01/2008 **Data Término:** 30/12/2014

01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)

Custo Total: R$ 292.000.000 **Data Início:** 03/01/2006 **Data Término:** 31/12/2014

01LA - Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB)

Custo Total: R$ 980.000.000 **Data Início:** 01/06/2010 **Data Término:** 31/12/2014

01LB - Implantação do Canal do Sertão Alagoano (AL)

Custo Total: R$ 1.102.000.000 **Data Início:** 01/01/2001 **Data Término:** 30/12/2025

01LC - Implantação do Canal do Sertão Pernambucano (PE)

Custo Total: R$ 3.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2020

01LF - Implantação do Cinturão das Águas (CE)

Custo Total: R$ 1.100.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2015

01LG - Implantação do Eixão das Águas (CE)

Custo Total: R$ 284.949.999 **Data Início:** 31/12/2006 **Data Término:** 31/12/2011

01LH - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco

Custo Total: R$ 8.735.472.065 **Data Início:** 31/12/2004 **Data Término:** 31/12/2015

01LJ - Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)

Custo Total: R$ 1.259.586.562 **Data Início:** 31/12/2007 **Data Término:** 31/12/2016

01LL - Implantação do Sistema Jequitaí (MG)

Custo Total: R$ 304.159.304 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2014

04AL - Implantação da Adutora de Campo Alegre de Lourdes/BA

Custo Total: R$ 260.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BX - Integração das Bacias do Rio São Francisco com as Bacias da Fronteira Seca do Piauí

Custo Total: R$ 1.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CJ - Construção e Implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Aquífero Tucano/BA

Custo Total: R$ 250.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CS - Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo em Minas Gerais

Custo Total: R$ 300.000.000 **Data Início:** 14/02/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CZ - Implantação de Adutoras para distribuição das águas provenientes do PISF (Eixo Leste) nas Regiões do Cariri, Brejo e Seridó

Custo Total: R$ 250.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
1.422
SENADO FEDERAL

04D0 - Construção da Barragem dos Milagres no Estado do Piauí

Custo Total: R$ 255.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Iniciativas

004Y - Aquisição de Unidades Estacionárias de Produção I

Custo Total: R$ 3.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2020

004Z - Construção de Bases de Apoio I

Custo Total: R$ 5.208.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2016

0052 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção I

Custo Total: R$ 14.960.236.207 **Data Início:** 01/01/2001 **Data Término:** 31/12/2012

0053 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção II

Custo Total: R$ 10.522.522.435 **Data Início:** 31/01/2007 **Data Término:** 31/12/2020

0054 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção III

Custo Total: R$ 6.306.866.992 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2014

0057 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção V

Custo Total: R$ 42.985.009.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2020

005S - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Marítimas I

Custo Total: R$ 68.595.960.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2020

005T - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Terrestres I

Custo Total: R$ 3.000.240.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2020

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Iniciativas

00N7 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás

Custo Total: R$ 690.427.886 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2015

047O - Construção das Unidades de Etilbenzeno e de Estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Custo Total: R$ 1.556.819.394 **Data Início:** 31/08/2009 **Data Término:** 31/12/2017

047P - Construção de Unidade de Etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Custo Total: R$ 1.081.827.646 **Data Início:** 31/08/2009 **Data Término:** 01/12/2017

047Q - Construção das Unidades de Polietileno e de Polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Custo Total: R$ 2.723.665.594 **Data Início:** 31/08/2009 **Data Término:** 01/12/2017

047R - Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA), em Ipojuca (PE)

Custo Total: R$ 2.587.726.328 **Data Início:** 17/07/2009 **Data Término:** 31/12/2012

047S - Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE)

Custo Total: R$ 3.080.762.246 **Data Início:** 31/08/2009 **Data Término:** 31/12/2012

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11.423

047T - Implantação da Unidade de Estireno no Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo (RS)

Custo Total: R$ 503.640.000 **Data Início:** 01/07/2011 **Data Término:** 31/12/2013

047U - Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (período 2011-2017)

Custo Total: R$ 4.223.570.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2017

047V - Implantação de Unidade de Produção de Amônia com capacidade de aproximadamente 520 mil t/ano

Custo Total: R$ 2.887.758.000 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2016

047X - Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Ureia e 796 mil t/ano de Amônia

Custo Total: R$ 3.554.934.793 **Data Início:** 31/08/2009 **Data Término:** 31/12/2015

047Y - Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)

Custo Total: R$ 2.537.522.000 **Data Início:** 01/06/2011 **Data Término:** 31/12/2017

047Z - Construção do Polo de Biotecnologia da FIOCRUZ em Fortaleza/CE

Custo Total: R$ 170.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

0480 - Construção do Polo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da FIOCRUZ em Belo Horizonte/MG

Custo Total: R$ 150.000.000 **Data Início:** 01/12/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04AA - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2016

04DH - Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área da Suframa, com ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas

Custo Total: R$ 350.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Iniciativas

016O - Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)

Custo Total: R$ 825.311.455 **Data Início:** 01/01/2009 **Data Término:** 31/12/2018

02ND - Desenvolvimento de Satélite de Medida de Precipitação

Custo Total: R$ 400.000.000 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2020

02NE - Desenvolvimento de Satélite Radar

Custo Total: R$ 540.300.000 **Data Início:** 01/12/2007 **Data Término:** 31/12/2021

02NG - Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1

Custo Total: R$ 568.000.000 **Data Início:** 01/12/2007 **Data Término:** 31/12/2018

02NH - Desenvolvimento do Satélite Lattes

Custo Total: R$ 165.000.000 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2017

02NI - Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar

Custo Total: R$ 180.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/03/2021

02NM - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro Projeto CBERS-3

Custo Total: R$ 504.131.322 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2012

02NN - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro Projeto CBERS-4

Custo Total: R$ 199.895.544 **Data Início:** 01/12/2007 **Data Término:** 31/12/2016

VET 66/2011
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11.424

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Iniciativas

03PH - Aquisição de imóvel para a Chancelaria da Embaixada em Berlim, na Alemanha

Custo Total: R$ 60.500.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2012

03PM - Aquisição de imóvel para a Chancelaria das três Delegações Permanentes em Genebra, na Suíça

Custo Total: R$ 83.000.000 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 31/12/2014

03PY - Construção de Chancelaria para a Embaixada em Bruxelas, na Bélgica

Custo Total: R$ 60.000.000 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 01/12/2015

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Iniciativas

01HD - Adequação tecnológica do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)

Custo Total: R$ 992.732.203 **Data Início:** 31/05/2008 **Data Término:** 31/12/2015

01HF - Desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB

Custo Total: R$ 2.948.575.448 **Data Início:** 31/12/1999 **Data Término:** 31/12/2016

01HR - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)

Custo Total: R$ 4.253.386.000 **Data Início:** 29/06/2009 **Data Término:** 29/06/2016

01IB - Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR)

Custo Total: R$ 4.852.692.092 **Data Início:** 26/03/2009 **Data Término:** 31/12/2020

01IK - Implantação de novos sistemas bélicos

Custo Total: R$ 1.524.672.000 **Data Início:** 30/11/1998 **Data Término:** 31/12/2016

01LT - Implantação de pelotões especiais de fronteira do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

Custo Total: R$ 568.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2022

01LV - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

Custo Total: R$ 5.815.190.000 **Data Início:** 02/01/2012 **Data Término:** 26/11/2022

01LX - Implantação e adequação do sistema de aviação do Exército

Custo Total: R$ 3.785.916.732 **Data Início:** 31/12/2003 **Data Término:** 30/11/2022

01YP - Construção de navios de apoio logístico (PROSUPER)

Custo Total: R$ 1.133.760.000 **Data Início:** 01/06/2014 **Data Término:** 30/06/2017

01YR - Construção de navios-patrulha oceânicos 1800 t (PROSUPER)

Custo Total: R$ 2.377.536.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

01YS - Construção de navios-patrulha oceânicos de 500 t

Custo Total: R$ 2.160.000.000 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2018

01YT - Construção de submarino de propulsão nuclear (PROSUB)

Custo Total: R$ 8.913.028.235 **Data Início:** 01/05/2009 **Data Término:** 31/12/2025

01YU - Construção de submarinos convencionais (PROSUB)

Custo Total: R$ 10.543.832.439 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2025

VEST 6/12/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
11.422

01YW - Implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares (PROSUB)

Custo Total: R$ 6.972.014.082 **Data Início:** 01/05/2009 **Data Término:** 31/12/2015

0200 - Construção do protótipo de reator nuclear

Custo Total: R$ 1.254.215.327 **Data Início:** 01/01/2000 **Data Término:** 30/11/2015

020B - Obtenção de sistemas de artilharia antiaérea

Custo Total: R$ 1.600.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

047H - Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear

Custo Total: R$ 737.448.817 **Data Início:** 01/01/2000 **Data Término:** 31/12/2030

04C5 - Implantação da Segunda Esquadra

Custo Total: R$ 9.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Iniciativas

00ZQ - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro

Custo Total: R$ 814.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

00ZX - Ampliação do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ

Custo Total: R$ 153.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 01/12/2017

00ZZ - Expansão da unidade de Concentrado de urânio em Caetité/BA

Custo Total: R$ 196.799.912 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/08/2015

0100 - Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados

Custo Total: R$ 250.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 30/06/2020

0101 - Implantação da Usina de Conversão de UF6

Custo Total: R$ 460.900.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2021

0102 - Implantação da Usina de Enriquecimento com a contribuição da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica

Custo Total: R$ 785.660.260 **Data Início:** 01/08/2000 **Data Término:** 31/12/2019

010E - Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN)

Custo Total: R$ 260.700.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2020

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Iniciativas

042I - Construção do edifício sede da FUNAI

Custo Total: R$ 52.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2014

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Iniciativas

04B7 - Construção de Canais de Drenagem e Obras Complementares na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju/SE

VETO 6/2011
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
fl. 426
SENADO FEDERAL

Custo Total: R$ 350.000.000 **Data Início:** 15/02/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Iniciativas

03DX - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Federal

Custo Total: R$ 270.000.000 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2015

03DZ - Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)

Custo Total: R$ 855.936.764 **Data Início:** 01/12/2009 **Data Término:** 31/12/2015

04AD - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Custo Total: R$ 141.500.000 **Data Início:** 01/03/2010 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Iniciativas

00BU - Construção de Ferrovia - EF 151 - Ferrovia Norte-Sul

Custo Total: R$ 9.299.589.407 **Data Início:** 01/12/2006 **Data Término:** 31/12/2017

00BV - Construção de Ferrovia - EF 232/116 - Ferrovia Nova Transnordestina

Custo Total: R$ 4.403.934.120 **Data Início:** 01/01/2006 **Data Término:** 31/12/2017

00BW - Construção de Ferrovia - EF 267 - Ferrovia do Pantanal

Custo Total: R$ 1.557.000.000 **Data Início:** 01/10/2013 **Data Término:** 31/10/2016

00BZ - Construção de Ferrovia - EF 334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste

Custo Total: R$ 4.279.800.332 **Data Início:** 06/12/2010 **Data Término:** 31/12/2017

00C1 - Construção de Ferrovia - EF 354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste

Custo Total: R$ 3.947.025.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

00C4 - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste

Custo Total: R$ 2.500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

00D0 - Construção do Trem de Alta Velocidade - EF 222 (Rio de Janeiro/RJ - São Paulo/SP - Campinas/SP)

Custo Total: R$ 33.241.700.000 **Data Início:** 01/12/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04AN - Construção de Ferrovia - EF 232/116/225 - Ferrovia Nova Transnordestina - Ramal Paraíba

Custo Total: R$ 5.700.000.000 **Data Início:** 30/03/2012 **Data Término:** 31/12/2020

04BA - Construção de Ferrovia Transcontinental EF 354 de Vilhena/RO a Boqueirão da Esperança/AC

Custo Total: R$ 9.300.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2022

04BI - Construção do Trecho Ferroviário Rondonópolis/Cuiabá - no Estado do Mato Grosso

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2013 **Data Término:** 31/12/2019

04D3 - Construção e Adequação de Ferrovia - Maringá / Cianorte / Umuarama / Guaíra / Cascavel - no Estado do Paraná

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D6 - Construção de Ferrovia - Guarapuava / Paranaguá - no Estado do Paraná

Custo Total: R$ 1.500.000.000 **Data Início:** 01/06/2014 **Data Término:** 31/12/2019

VETO 16/12
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
427

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Iniciativas

00Q3 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira

Custo Total: R$ 154.170.000 **Data Início:** 01/11/2011 **Data Término:** 01/12/2014

00Q5 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio São Francisco

Custo Total: R$ 151.800.000 **Data Início:** 01/08/2011 **Data Término:** 01/12/2015

00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes

Custo Total: R$ 1.385.860.000 **Data Início:** 03/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

00QA - Adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai

Custo Total: R$ 183.940.000 **Data Início:** 01/06/2011 **Data Término:** 01/12/2015

00QB - Construção da Eclusa de Lajeado

Custo Total: R$ 1.079.529.413 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2020

00W4 - Implantação do Porto de Manaus Moderna/AM

Custo Total: R$ 105.000.000 **Data Início:** 01/02/2012 **Data Término:** 01/08/2014

04BB - Construção de Eclusa no Estado do Acre

Custo Total: R$ 150.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04BN - Construção do Porto Fluvial Intermodal no Rio Tocantins em Marabá/PA

Custo Total: R$ 200.000.000 **Data Início:** 08/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CC - Construção da Eclusa de Estreito no Rio Tocantins

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D9 - Implantação do Porto no Rio Madeira em Porto Velho/RO

Custo Total: R$ 300.000.000 **Data Início:** 31/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04DA - Construção da Eclusas no Complexo do Rio Madeira

Custo Total: R$ 700.000.000 **Data Início:** 31/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04DL - Adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia

Custo Total: R$ 110.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Iniciativas

00IJ - Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)

Custo Total: R$ 456.477.600 **Data Início:** 30/09/2007 **Data Término:** 30/05/2014

00IK - Adequação da navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)

Custo Total: R$ 316.868.682 **Data Início:** 30/09/2007 **Data Término:** 30/04/2014

00JK - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Santos (SP)

Custo Total: R$ 505.811.751 **Data Início:** 15/04/2009 **Data Término:** 31/05/2017

00JS - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)

Custo Total: R$ 2.648.670.520 **Data Início:** 01/06/2011 **Data Término:** 31/12/2015

00JT - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de São Francisco do Sul

VETO 8/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

(SC)

Custo Total: R$ 300.000.000 **Data Início:** 02/04/2012 **Data Término:** 31/12/2016

00JU - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Suape (PE)

Custo Total: R$ 300.000.000 **Data Início:** 02/01/2012 **Data Término:** 05/05/2015

00JV - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vitória (ES)

Custo Total: R$ 320.865.786 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2014

00LR - Implantação de terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Custo Total: R$ 322.000.000 **Data Início:** 01/03/2011 **Data Término:** 31/12/2014

048C - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vila do Conde (PA)

Custo Total: R$ 1.526.808.470 **Data Início:** 28/10/2009 **Data Término:** 31/12/2015

04AO - Construção de novo porto em águas profundas no Estado da Paraíba

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04AP - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Cabedelo/PB

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BZ - Implantação do novo porto na Cidade de Natal/RN

Custo Total: R$ 2.000.000.000 **Data Início:** 06/06/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CG - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santana/AP

Custo Total: R$ 100.000.000 **Data Início:** 01/05/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CI - Implantação do Porto Sul - BA

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/02/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Iniciativas

009V - Adequação da Rodovia BR-060/GO

Custo Total: R$ 1.184.000.000 **Data Início:** 01/10/2010 **Data Término:** 31/10/2015

009W - Adequação da Rodovia BR-101/AL

Custo Total: R$ 1.648.347.544 **Data Início:** 28/09/2005 **Data Término:** 30/11/2014

009X - Adequação da Rodovia BR-101/BA

Custo Total: R$ 785.000.000 **Data Início:** 28/09/2005 **Data Término:** 31/12/2017

009Z - Adequação da Rodovia BR-101/PB

Custo Total: R$ 704.804.949 **Data Início:** 05/11/2001 **Data Término:** 30/06/2012

00A0 - Adequação da Rodovia BR-101/PE

Custo Total: R$ 1.394.414.599 **Data Início:** 05/11/2001 **Data Término:** 30/11/2014

00A1 - Adequação da Rodovia BR-101/RJ

Custo Total: R$ 1.452.024.816 **Data Início:** 15/01/2013 **Data Término:** 31/12/2017

00A3 - Adequação da Rodovia BR-101/RS

Custo Total: R$ 1.196.597.250 **Data Início:** 01/11/2000 **Data Término:** 30/03/2015

00A4 - Adequação da Rodovia BR-101/SC

Custo Total: R$ 2.555.451.846 **Data Início:** 01/11/2000 **Data Término:** 31/12/2015

00A6 - Adequação da Rodovia BR-101/SE

VETO 6/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 429

Custo Total: R$ 1.113.014.629 **Data Início:** 16/09/1997 **Data Término:** 30/06/2014

00A8 - Adequação da Rodovia BR-116/RS

Custo Total: R$ 1.422.080.495 **Data Início:** 01/10/2006 **Data Término:** 31/12/2015

00A9 - Adequação da Rodovia BR-163/MT

Custo Total: R$ 1.164.930.514 **Data Início:** 01/12/2007 **Data Término:** 31/12/2015

00AB - Adequação da Rodovia BR-262/MG

Custo Total: R$ 676.223.500 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2016

00AF - Adequação da Rodovia BR-381/MG

Custo Total: R$ 2.868.477.148 **Data Início:** 15/02/1994 **Data Término:** 31/12/2017

00AH - Adequação da Rodovia BR-470/SC

Custo Total: R$ 753.713.537 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 30/03/2016

00AL - Adequação do acesso ao Porto de Rio Grande - BR-392/RS

Custo Total: R$ 850.009.353 **Data Início:** 01/12/2001 **Data Término:** 31/12/2015

00AM - Adequação do acesso ao Porto de São Francisco do Sul - BR-280/SC

Custo Total: R$ 961.356.673 **Data Início:** 01/09/2002 **Data Término:** 30/09/2015

00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG

Custo Total: R$ 1.008.606.550 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 30/11/2016

00AX - Construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - BR-101/RJ e BR-493/RJ

Custo Total: R$ 1.240.100.000 **Data Início:** 30/12/2005 **Data Término:** 30/11/2014

00B1 - Construção do Rodoanel de São Paulo - SP-021/SP

Custo Total: R$ 4.378.975.000 **Data Início:** 01/06/2011 **Data Término:** 31/05/2014

00B6 - Construção da BR-135/BA

Custo Total: R$ 578.134.943 **Data Início:** 01/07/2004 **Data Término:** 31/12/2014

00B9 - Construção da BR-163/PA

Custo Total: R$ 1.365.021.220 **Data Início:** 01/10/2000 **Data Término:** 30/12/2013

00BB - Construção da BR-235/BA

Custo Total: R$ 995.000.000 **Data Início:** 01/10/2008 **Data Término:** 31/12/2016

00BG - Construção da BR-364/AC

Custo Total: R$ 2.045.499.939 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 30/12/2013

00BH - Construção da BR-429/RO

Custo Total: R$ 608.900.000 **Data Início:** 01/12/2008 **Data Término:** 30/04/2014

00BM - Construção da Rodovia BR-230/PA

Custo Total: R$ 841.213.836 **Data Início:** 01/12/2000 **Data Término:** 31/12/2015

00BN - Construção da Rodovia BR-319/AM

Custo Total: R$ 846.259.897 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2015

04AE - Construção da BR-448/RS

Custo Total: R$ 932.600.000 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2013

04AK - Construção da BR-122/BA

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04AR - Adequação da Rodovia BR-450/DF

Custo Total: R$ 700.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

VETO 6/2012
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
430

04AS - Construção da BR-060/GO

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04AT - Construção da BR-457/GO

Custo Total: R$ 600.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04AU - Construção do Anel Rodoviário de Goiânia/GO

Custo Total: R$ 600.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04AV - Construção do Rodoanel Sul e Norte de Belo Horizonte/MG

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04AY - Adequação da Rodovia BR-364/RO

Custo Total: R$ 1.400.000.000 **Data Início:** 31/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04AZ - Construção da BR-432/RR

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2004 **Data Término:** 31/12/2019

04B5 - Adequação da Rodovia BR-153/SP

Custo Total: R$ 180.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04B8 - Adequação da Rodovia BR-235/SE

Custo Total: R$ 600.000.000 **Data Início:** 15/02/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BC - Adequação da Rodovia BR-210/AP

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/07/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BE - Construção de Ponte Interligando a BR-319 à Rodovia AM-070 no Estado do Amazonas

Custo Total: R$ 1.500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BF - Construção do Rodoanel de Manaus/AM

Custo Total: R$ 1.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BJ - Adequação da Rodovia BR-163/MS

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2019

04BK - Construção da BR-419/MS

Custo Total: R$ 700.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BL - Adequação da Rodova BR-155/PA

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 09/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BM - Adequação da Rodovia BR-316/PA

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 09/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BP - Construção da BR-308/PA

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 09/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BR - Construção da BR-422/PA

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 09/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BS - Adequação da Rodovia BR-163/PR

Custo Total: R$ 600.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BU - Construção do Arco Rodoviário Norte - BR-369/PR

Custo Total: R$ 575.000.000 **Data Início:** 01/06/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BV - Adequação da Rodovia BR-343/PI

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BY - Adequação da Rodovia BR-304/RN

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 431

Custo Total: R$ 1.500.000.000 **Data Início:** 06/06/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04C0 - Construção da BR-392/RS

Custo Total: R$ 600.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04C1 - Construção da BR-470/RS

Custo Total: R$ 700.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04C2 - Adequação da Rodovia BR-386/RS

Custo Total: R$ 550.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CB - Construção de ponte sobre o Rio Madeira - na BR-364

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CE - Construção da BR-156/AP

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 30/09/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CL - Construção do 2º Anel Rodoviário no Estado do Ceará - BR-116/CE, BR-020/CE e BR-222

Custo Total: R$ 510.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CM - Adequação da Rodovia BR-080/GO

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CN - Construção da BR-152/GO

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CO - Adequação da Rodovia BR-010/GO

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CP - Adequação da Rodovia BR-452/GO

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CQ - Adequação da Rodovia BR-153/GO

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CR - Adequação da Rodovia BR-364/GO

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CT - Adequação da Rodovia BR-040/MG

Custo Total: R$ 1.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CU - Adequação da Rodovia BR-367/MG

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D1 - Construção da BR-330/PI

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D2 - Construção da BR-222/PI

Custo Total: R$ 550.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D5 - Construção e adequação do Contorno Rodoviário Norte de Ponta Grossa na BR-376/PR

Custo Total: R$ 530.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D7 - Adequação da Rodovia BR-110/RN

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/04/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D8 - Construção da BR-080/RO

Custo Total: R$ 580.000.000 **Data Início:** 31/01/2011 **Data Término:** 31/12/2019

04DB - Construção da BR-431/RR

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 433

04DC - Construção da BR-433/RR

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04DK - Adequação da Rodovia BR-104/PB

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04DO - Adequação da Rodovia BR-230/PB

Custo Total: R$ 1.500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

VETO 6/2012
SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
fl. 433

SCOM - Comissões Mistas

De: SCOM - Comissões Mistas
Enviado em: sexta-feira, 9 de novembro de 2012 13:17
Assunto: Comissão Mista do Veto Parcial nº 6 de 2012
Anexos: Comissão do Veto 6_2012 - Idade.pdf

Controle:

Destinatário	Entrega
Dep. Anderson Ferreira	
Dep. Carlos Alberto Leréia	
Dep. Devanir Ribeiro	
Dep. Giroto	
Liderança do PMDB	Entregue: 09/11/2012 13:17
Liderança do PSDB - Senado	Entregue: 09/11/2012 13:17
Liderança do PT	Entregue: 09/11/2012 13:17
Liderança PMDB - Câmara	
Liderança PR - Câmara	
Liderança PSDB - Câmara	
Liderança PT - Câmara	
Sen. Aloysio Nunes Ferreira	Entregue: 09/11/2012 13:17
Sen. Eduardo Amorim	Entregue: 09/11/2012 13:17
Sen. Randolfe Rodrigues	Entregue: 09/11/2012 13:17
Sen. Sérgio Souza	Entregue: 09/11/2012 13:17
Sen. Walter Pinheiro	Entregue: 09/11/2012 13:17

Excelentíssimo Senhor Parlamentar membro da Comissão Mista destinada a apreciar o Veto Parcial nº 6, de 2012,

Dirijo-me respeitosamente a Vossa Excelência para informar que em Reunião do Congresso Nacional, realizada em 7 de novembro de 2012, foi designada a Comissão Mista destinada a apreciar o Veto Parcial nº 6 de 2012, que "Encaminha ao Congresso Nacional as razões do VETO PARCIAL aposto ao PLN 00029 2011 (MSG 00345 2011, na origem), que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015".

Desse modo, encaminhamos a Vossa Excelência composição dos membros, com as respectivas idades, da referida Comissão, informando que o prazo para a apresentação de Relatório é até dia 27 de novembro de 2012.

Respeitosamente

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Senado Federal
Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Subsolo, Sala 2A
70165-900 Brasília - DF
Telefone: + 55 (61) 3303-3520/3303-3503

"Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente."

SENADO FEDERAL Fl. 439 SSACM

SCOM - Comissões Mistas

De: Microsoft Outlook
Para: Liderança PR - Câmara; Liderança PMDB - Câmara; Liderança PT - Câmara; Liderança PSDB - Câmara; Dep. Carlos Alberto Leréia; Dep. Anderson Ferreira; Dep. Giroto; Dep. Devanir Ribeiro
Enviado em: sexta-feira, 9 de novembro de 2012 13:17
Assunto: Retransmitidas: Comissão Mista do Veto Parcial nº 6 de 2012

Delivery to these recipients or groups is complete, but no delivery notification was sent by the destination server:

Liderança PR - Câmara (lid.pr@camara.leg.br)

Liderança PMDB - Câmara (lid.pmdb@camara.leg.br)

Liderança PT - Câmara (lid.pt@camara.leg.br)

Liderança PSDB - Câmara (lid.psdb@camara.leg.br)

Dep. Carlos Alberto Leréia (dep.carlosalbertolereia@camara.leg.br)

Dep. Anderson Ferreira (dep.andersonferreira@camara.leg.br)

Dep. Giroto (dep.giroto@camara.leg.br)

Dep. Devanir Ribeiro (dep.devanirribeiro@camara.leg.br)

Subject: Comissão Mista do Veto Parcial nº 6 de 2012

SENADO FEDERAL
Fl. 435
SSACM

LEI Nº 12.593 , DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

A P R E S I D E N T A D A R E P Ú B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 - PPA 2012-2015, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º O PPA 2012-2015 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:

I - a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero;

II - a ampliação da participação social;

III - a promoção da sustentabilidade ambiental;

IV - a valorização da diversidade cultural e da identidade nacional;

V - a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade;

VI - a garantia da soberania nacional;

VII - o aumento da eficiência dos gastos públicos;

VIII - o crescimento econômico sustentável; e

IX - o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SF 6/01
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
434
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

I - Programa Temático: que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Parágrafo único. Não integram o PPA 2012-2015 os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

Art. 6º O Programa Temático é composto por Objetivos, Indicadores, Valor Global e Valor de Referência.

§ 1º O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: órgão cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa; e

III - Iniciativa: atributo que declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento.

§ 2º O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§ 3º O Valor Global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos, segregadas as esferas Fiscal e da Seguridade da esfera de Investimento das Empresas Estatais, com as respectivas categorias econômicas, e dos recursos de outras fontes.

§ 4º O Valor de Referência é um parâmetro financeiro, estabelecido por Programa Temático, especificado pelas esferas Fiscal e da Seguridade e pela esfera de Investimento das Empresas Estatais, que permitirá identificar, no PPA 2012-2015, empreendimento, quando seu custo total superar aquele valor.

Art. 7º Integram o PPA 2012-2015 os seguintes anexos:

I - Anexo I - Programas Temáticos;

II - Anexo II - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado; e

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

III - Anexo III - Empreendimentos Individualizados como Iniciativas.

CAPÍTULO III
DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Art. 8º Os Programas constantes do PPA 2012-2015 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

§ 1º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º Nos Programas Temáticos, cada ação orçamentária estará vinculada a uma única Iniciativa, exceto as ações padronizadas.

§ 3º As vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas constarão nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9º O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

Art. 10. Os empreendimentos plurianuais cujo Valor Global estimado seja igual ou superior ao Valor de Referência são caracterizados de Grande Porte e deverão ser expressos no PPA 2012-2015 como Iniciativas.

§ 1º O Empreendimento de Grande Porte poderá ser desdobrado nas leis orçamentárias em mais de uma ação, para expressar sua regionalização ou seus segmentos.

§ 2º A obrigatoriedade de individualização no PPA 2012-2015 de Iniciativa de que trata o **caput** não se aplica aos Empreendimentos de Grande Porte financiados com recursos provenientes de transferências da União a Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 3º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá regulamentar critérios adicionais para individualização de Iniciativas de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 11. Os orçamentos anuais, compatibilizados com o PPA 2012-2015 e com as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 4º para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO DO PLANO

Seção I
Aspectos Gerais

Art. 12. A gestão do PPA 2012-2015 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:

SECRETARIA-GERAL DA MESA
VST 6/2018
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
4361
SENADO FEDERAL

I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;

II - dos critérios de regionalização das políticas públicas; e

III - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2012-2015.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2012-2015.

Art. 13. A gestão do PPA 2012-2015 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos Programas, Objetivos e Iniciativas.

Art. 14. O Poder Executivo manterá sistema de informações para apoio à gestão do Plano, que será atualizado permanentemente e abrangerá a execução financeira dos Programas e Iniciativas, o alcance das metas e o acompanhamento dos indicadores.

Parágrafo único. O Poder Executivo disponibilizará de forma estruturada e organizada na Internet informação sobre a implementação e o acompanhamento do PPA 2012-2015, e, de forma consolidada, anualmente.

Art. 15. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório anual de avaliação do Plano, que conterá:

I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II - situação, por Programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas;

III - execução financeira das Iniciativas.

Seção II
Do Monitoramento e Avaliação

Art. 16. O monitoramento do PPA 2012-2015 é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias da administração pública federal.

Art. 17. A avaliação consiste na análise das políticas públicas e dos Programas com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Art. 18. O Poder Executivo promoverá a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação federativa com vistas à produção, ao intercâmbio e à disseminação de informações para subsidiar a gestão das políticas públicas.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
433
SENADO FEDERAL

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. São prioridades da administração pública federal o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o Plano Brasil sem Miséria - PBSM e as definidas nas leis de diretrizes orçamentárias.

Art. 20. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período de 2012 a 2015, está incluído no Valor Global dos Programas.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual e seus anexos detalharão os investimentos de que trata o **caput**, para o ano de sua vigência.

Art. 21. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

§ 1º A revisão de que trata o **caput**, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos.

§ 3º Considera-se alteração de Programa a inclusão, a exclusão ou a alteração de Objetivos, Iniciativas e Metas.

§ 4º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

I - alterar o Valor Global do Programa;

II - incluir, excluir ou alterar Iniciativas;

III - adequar as vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas; e

IV - incluir, excluir ou alterar Metas;

§ 5º O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

I - Indicador;

II - Valor de Referência;

III - Meta de caráter qualitativo, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária;

IV - Órgão Responsável; e

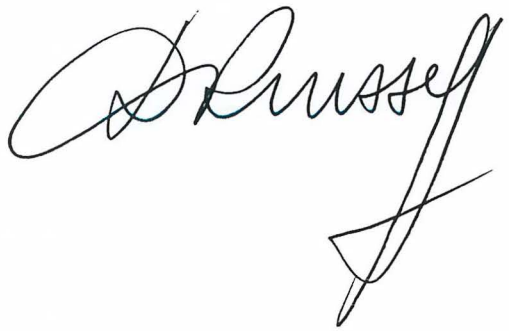
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Visto 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
438
SENADO FEDERAL

V - Iniciativa sem financiamento orçamentário.

§ 6º As modificações efetuadas nos termos dos §§ 4º e 5º deverão ser informadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de janeiro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.







PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área total utilizada para a produção da agricultura familiar	ha	31/12/2006	80.250.453,00
Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar	R$ bilhão	30/06/2011	16,00
Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar	R$/ha	31/12/2006	1,89
Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar	R$	01/09/2009	337,07
Valor bruto da produção da agricultura familiar	R$	31/12/2006	54.367.701,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**3.955.001**	**13.479.421**
Despesas Correntes	3.366.800	11.563.973
Despesas de Capital	588.201	1.915.448
Outras Fontes	**17.500.000**	**59.000.000**
Valores Globais	**21.455.001**	**72.479.421**
	93.934.422	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária
- Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)
- Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais
- Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar
- Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades
- Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria
- Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar
- Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas
- Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
MP 440

vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Área de Atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	938.462,00	unidade
Região Norte	61.538,00	unidade

- Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos

- Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo

- Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar

Iniciativas

- 019W - Ampliação da oferta do seguro da produção, mediante novas modalidades / coberturas do Seguro da Agricultura Familiar - SEAF, e do apoio a agricultores familiares prejudicados por eventos extremos

- 01A5 - Ampliação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF como instrumento garantidor de preços de mercado, inserindo novos produtos que atendam às necessidades específicas da agricultura familiar e sua regionalização

- 01A6 - Ampliação e qualificação do Programa Garantia Safra para todo o país, com a revisão do marco legal e monitoramento de macroprocessos

- 01AE - Apoio ao desenvolvimento, financiamento e disponibilização de novos equipamentos e tecnologias apropriadas para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos e aperfeiçoamento de ferramentas da gestão de riscos

- 01AL - Criação e aperfeiçoamento de ferramentas de gestão de riscos, com ampliação do Zoneamento Agrícola e definição de metodologias para sistemas de produção da sociobiodiversidade e de culturas regionais, ampliação e implementação de tecnologias e redes de obtenção de dados agroclimáticos e implementação de sistemas de monitoramento climático e de campo

- 01AO - Disponibilização de insumos produtivos visando ao melhoramento da capacidade de produção da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais

- 01AQ - Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar

- 01BB - Utilização de instrumentos de intervenção no mercado, garantindo o preço, a renda e o abastecimento dos produtos da agricultura familiar (público atendido pela Lei 11.326/2006, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas), bem como formar estoques públicos reguladores e estratégicos

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produção, organização, gestão e comercialização

- Capacitar 17.292 conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável, envolvidos na operacionalização do Garantia Safra, como agentes de controle social das políticas públicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Área de Atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	5.292,00	unidade
Região Norte	12.000,00	unidade

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OUT 6/2012
05441

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.000,00	unidade
Região Nordeste	6.000,00	unidade
Região Norte	4.000,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para este público

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4.000,00	unidade
Região Nordeste	7.000,00	unidade
Região Norte	2.000,00	unidade
Região Sudeste	4.000,00	unidade
Região Sul	3.000,00	unidade

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 10 mil famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco, para a diversificação da produção

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos

- Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 600 mil famílias utilizando a metodologia do Pronaf sustentável

- Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais

- Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), Casas Familiares Rurais e do Mar (CFR e CFM) a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas

- Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais

- Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres

Iniciativas

- 01BC - Adoção de práticas de convivência com o semiárido nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e apoio a projetos de inovação tecnológica da agricultura familiar no semiárido

- 01BE - Ampliação da diversificação da agricultura familiar no âmbito da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

- 01BI - Apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

- 01BL - Apoio à reestruturação e ao fortalecimento das atividades das Casas Escolas Famílias Agrícolas (CEFAS) e dos centros de tecnologia alternativa para implementação de atividades de educação do campo

- 01C0 - Estabelecimento de parcerias com Universidades e Centros de Ensino para modificação dos currículos de formação profissional

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 01C4 - Fomento e disponibilização de tecnologias e de conhecimentos apropriados para a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, com componente de educação ambiental

- 01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Ampliar o percentual de acesso do público da reforma agrária às políticas de compras públicas

- Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais

- Apoiar a adequação das legislações sanitária, tributária, fiscal e previdenciária para atendimento das especificidades da agricultura familiar e revisão/elaboração de instrumentos legais relacionados

- Apoiar a ampliação da criação das agroindústrias familiares das comunidades indígenas e sua manutenção, respeitando a dinâmica cultural e divisão do trabalho de cada povo

- Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

- Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado

- Implementação do sistema de monitoramento da comercialização de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/2009, garantindo a visibilidade da participação das mulheres

- Inserir 25 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

- Inserir 25.000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.000,00	unidade
Região Nordeste	5.000,00	unidade
Região Norte	4.000,00	unidade
Região Sudeste	3.000,00	unidade
Região Sul	10.000,00	unidade

- Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel

Iniciativas

- 01CS - Atuar nas principais cadeias produtivas da agricultura familiar por meio de sua identificação, da interação com seus principais atores e da construção e implementação de políticas públicas e instrumentos de fomento adequados visando à melhoria da competitividade dos setores

- 01CX - Diversificação econômica da agricultura familiar por meio da agroindustrialização, de atividades não agrícolas, da produção orgânica, da sociobiodiversidade, das plantas medicinais e fitoterápicos, contribuindo para o fortalecimento de sua imagem perante a sociedade, incluindo o apoio às organizações da agricultura familiar para a

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VET 6 2012
fl. 443

comercialização durante grandes eventos esportivos (Copa, Olimpíadas, Rio +20)

- 01CY - Divulgação para as organizações da agricultura familiar e gestores públicos da educação sobre o processo de compra da agricultura familiar

- 01D1 - Fomento à organização da base produtiva da agricultura familiar para participação nas cadeias de energias renováveis

- 01D9 - Qualificação das organizações da agricultura familiar para fornecimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), especialmente para as capitais e grandes cidades

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	150,00	unidade
Região Nordeste	750,00	unidade
Região Norte	150,00	unidade
Região Sudeste	225,00	unidade
Região Sul	225,00	unidade

- Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	320,00	unidade
Região Nordeste	1.600,00	unidade
Região Norte	320,00	unidade
Região Sudeste	480,00	unidade
Região Sul	480,00	unidade

- Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	7.000,00	unidade
Região Nordeste	35.000,00	unidade
Região Norte	7.000,00	unidade
Região Sudeste	10.500,00	unidade
Região Sul	10.500,00	unidade

- Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	unidade
Região Nordeste	100,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	30,00	unidade

- Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	unidade
Região Nordeste	100,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VET 6/2012
fls. 444

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	30,00	unidade

Iniciativas

- 030A - Garantir Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específica para mulheres, com qualificação dos agentes para adoção de procedimentos metodológicos adequados e para implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais

- 030C - Garantir crédito específico para mulheres rurais, com capacitação dos agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher) para mulheres rurais

- 030H - Promoção comercial de organizações econômicas de mulheres em mercados institucionais, e justos e solidários, com apoio aos processos de organização baseados no cooperativismo e associativismo e na formalização das organizações econômicas, integrando a economia feminista e solidária, e à implantação de procedimentos para a transição agroecológica, à adequação e/ou inovação tecnológica e à certificação da produção das mulheres

- 030J - Promoção da integração de organizações econômicas de mulheres rurais no âmbito dos países do Mercosul, integrantes da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF), com divulgação das políticas para as mulheres rurais nos espaços de integração e cooperação internacional

OBJETIVO: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Articular a inserção do conteúdo da Agroecologia na educação formal e informal

- Aumentar a participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado

- Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)

- Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo

- Elaborar e implementar a Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica

- Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	unidade
Região Nordeste	75,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	40,00	unidade
Região Sul	50,00	unidade

- Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	25.000,00	unidade
Região Nordeste	50.000,00	unidade
Região Norte	250.000,00	unidade
Região Sudeste	75.000,00	unidade
Região Sul	100.000,00	unidade

Iniciativas

- 030N - Apoio e fomento a processos de transição agroecológica, a experiências de produção e redes de promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e a circuitos locais de comercialização, de economia solidária, do mercado justo e da rede de segurança alimentar

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

- 030P - Articulação de redes de pesquisa, desenvolvimento, transferência de tecnologias e experiências locais, em sistemas de produção de base ecológica, adequadas à realidade da agricultura familiar, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais
- 030Q - Articulação para a adequação das normas de financiamento e ampliação do acesso ao crédito para produção de base ecológica e orgânica
- 030R - Articulação para a inclusão e a ampliação da agroecologia na educação formal e informal
- 030U - Elaboração de metodologias e parâmetros técnicos para um sistema de pagamento de serviços ambientais para os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais
- 030V - Elaboração e implementação da Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica
- 030W - Estabelecimento e fortalecimento, nas políticas públicas, de mecanismos que assegurem a valorização dos produtos de sistemas de base ecológica, orgânicos, sustentáveis e justos
- 0310 - Implementação de estratégias e ações visando à ampliação da participação da produção orgânica e de base ecológica da agricultura familiar nos mercados institucionais e diferenciados

OBJETIVO: 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Promover negociações internacionais e de comércio exterior, projetos de cooperação técnica e propostas de regulamentos do Mercosul que fortaleçam o espaço das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais

Iniciativas

- 0313 - Promoção das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais nas ações de integração regional, cooperação internacional, comércio exterior e nos acordos internacionais negociados pelo país

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO NACIONAL
FEDERAL
Fls. 446

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação	ha	30/12/2006	4.453.925,00
Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação	%	30/12/2010	51,00
Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação e drenagem	%	30/12/2006	11,19

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**644.733**	**3.509.391**
Despesas Correntes	109.684	324.491
Despesas de Capital	535.049	3.184.900
Outras Fontes	**575.463**	**2.258.555**
Valores Globais	**1.220.196**	**5.767.946**
	6.988.142	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0128 - Reformular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Plano Diretor Nacional de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Cadastrar 100% dos irrigantes do setor privado
- Cadastrar e manter os dados de 100% dos irrigantes de projetos públicos de irrigação
- Elaborar e aprovar novo marco legal da Política Nacional de Irrigação
- Implantar o Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada e seu Grupo Executivo
- Implantar o Conselho Consultivo para a agricultura irrigada
- Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada

Iniciativas

- 0094 - Elaboração do Plano Diretor Nacional de Irrigação e do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem
- 009A - Implantação do Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada e seu Grupo Executivo
- 009B - Implantação do Conselho Consultivo de apoio à Agricultura Irrigada
- 009C - Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada
- 009D - Instituição do novo marco legal da Política Nacional de Irrigação
- 009G - Promoção do intercâmbio de informações e articulação com as instâncias governamentais, associações de produtores, empresas públicas e privadas, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil por meio do Fórum Permanente de Agricultura Irrigada

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 447

- 009H - Reestruturação das instituições responsáveis pela execução da Política Nacional de Irrigação

OBJETIVO: 0163 - Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Disponibilizar R$ 4 bilhões para linhas de crédito destinadas a Agricultura Irrigada

Iniciativas

- 00E9 - Adequação do seguro agrícola, contratável também por associações de irrigantes, aos riscos da agricultura irrigada, que diferem daqueles da tradicional (sequeiro)
- 00EA - Ajuste das normas de crédito às peculiaridades da agricultura irrigada, quanto a montante, prazos, taxa de juros, garantias e eliminação de entraves burocráticos
- 00EE - Criação de linha de crédito específica para investimento, custeio e comercialização em agricultura irrigada, em conformidade com as características regionais e os calendários agrícolas dos cultivos irrigados
- 00EF - Criação de programa de crédito voltado para agricultores de pequeno porte, com ênfase na região Nordeste, mediante a utilização de tecnologias de irrigação e drenagem de baixo custo adaptadas às peculiaridades regionais
- 00EG - Equalização de juros em financiamentos destinados à Agricultura Irrigada
- 00EI - Financiamento à implantação de projetos de irrigação e apoio financeiro às necessidades de investimentos, custeio e comercialização

OBJETIVO: 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Consolidar 05 redes de pesquisas e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: fruticultura, salinidade e drenagem, produção de grãos, arroz irrigado por inundação e hortaliças
- Contratar 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem
- Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem

Iniciativas

- 00EY - Apoio à incorporação de novas culturas, como pastagem, principalmente para pequenos e médios produtores de leite
- 00F0 - Fortalecimento das instituições estaduais de assistência técnica e extensão rural em agricultura irrigada
- 00F2 - Integração de redes institucionais de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia em agricultura irrigada
- 00F3 - Promoção de programas de difusão e transferência tecnológica e ampla divulgação dos benefícios da irrigação, com destaque para ganhos de produtividade e qualidade, em veículos e linguagem acessíveis ao produtor
- 00F7 - Promoção do uso da agricultura de precisão, como ferramenta para a otimização e o uso racional da água
- 00F9 - Realização de estudos e pesquisas direcionadas a redução das perdas de água em sistemas irrigados e a otimização de sua aplicação na agricultura irrigada, com vistas ao aumento de sua eficiência

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

ambiental com vista à transferência de gestão.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 193.137 ha

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10.384,00	ha
Região Nordeste	148.253,00	ha
Região Norte	24.000,00	ha
Região Sul	10.500,00	ha

- Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação
- Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação
- Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação
- Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 97.737 ha

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	63.951,00	ha
Região Norte	28.500,00	ha
Região Sudeste	5.286,00	ha

- Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	16,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

Iniciativas

- 00FV - Administração, Operação, Manutenção e Revitalização de Perímetros Públicos de Irrigação
- 00G0 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê/BA
- 00G4 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro/RS
- 00G5 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás/GO
- 00G7 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba/SE
- 00G8 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia/GO
- 00GA - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba/AL
- 00GB - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo/PI
- 00GC - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão/RR
- 00GE - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal/PE
- 00GF - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins/TO
- 00GG - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Bálsamo/AL
- 00GH - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA
- 00GJ - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Sampaio/TO
- 00GL - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação São João/TO
- 00GM - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernado/MA
- 00GP - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa/PB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VET 6 2012
fl. 449

- 00GQ - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Araras Norte/CE
- 00GR - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú/CE
- 00GS - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Jaíba/MG
- 00GU - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI
- 00GV - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas/CE
- 00GW - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí/PI
- 00GX - Estudos para definição e implementação de modelos de gestão adequados a cada projeto público de irrigação
- 00H7 - Infraestrutura de apoio à produção em projetos públicos de irrigação
- 00H8 - Negociação com os órgãos estaduais e federais de licenciamento para definição de alternativas à averbação de reserva legal dos perímetros que não dispõe de áreas próximas para essa finalidade
- 00H9 - Negociação com os órgãos estaduais e federais de licenciamento para desonerar os perímetros de atendimento a condicionantes referentes à habitação, educação, saúde, saneamento e segurança que se configuram dentro das atribuições dos estados e municípios
- 00HA - Pactuação com os entes federados para o fornecimento de serviços públicos de educação, saúde, saneamento, segurança e transporte nos projetos públicos de irrigação
- 00HD - Promover a regularização ambiental e fundiária em projetos públicos de irrigação com transferência da titularidade dos lotes aos produtores
- 00HO - Revitalização do Perímetro Rio Formoso do Araguaia/TO
- 00HP - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Açu/RN
- 00HQ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro/PE
- 00HR - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Brumado/BA
- 00HS - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá/BA
- 00HT - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Curu-Paraipaba/CE
- 00HU - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Estreito/BA
- 00HV - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Formoso/BA
- 00HW - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba/MG
- 00HY - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba/BA
- 00HZ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós/BA
- 00I0 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho/PE
- 00I2 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo/PB
- 00I3 - Transferência de Perímetros Públicos de Irrigação

OBJETIVO: 0176 - Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Capacitar 20.000 irrigantes para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.000,00	unidade
Região Nordeste	6.000,00	unidade
Região Norte	1.000,00	unidade
Região Sudeste	5.000,00	unidade
Região Sul	6.000,00	unidade

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO

- Capacitar 4.000 profissionais de nível superior para agricultura irrigada

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	750,00	unidade
Região Nordeste	1.000,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	750,00	unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

- Capacitar 6.000 profissionais de nível médio para agricultura irrigada

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	unidade
Região Nordeste	1.500,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	1.500,00	unidade
Região Sul	1.500,00	unidade

Iniciativas

- 00IE - Promoção de cursos de capacitação em agricultura irrigada

OBJETIVO: 0180 - Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Disponibilizar serviços de ATER nas áreas da agricultura irrigada de 8.000 agricultores familiares que se enquadrem na PNATER

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.000,00	unidade
Região Nordeste	1.500,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	2.000,00	unidade
Região Sul	2.000,00	unidade

- Disponibilizar serviços de ATER para 30.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação

Iniciativas

- 00IZ - Aprimoramento dos modelos de prestação de serviços de ATER

- 00J0 - Disponibilização dos serviços de ATER de caráter continuado, orientado para resultados econômicos, sociais e ambientais, nas áreas de agricultura irrigada nos projetos públicos de irrigação

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a produção dos perímetros de interesse eminentemente social visando garantir sua gestão operacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Realizar a transferência de 40 empreendimentos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	40,00	unidade

Iniciativas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse eminentemente social
- 021F - Estudos para redefinição e implementação de modelos de administração, operação, manutenção e de gestão ambiental de empreendimentos de interesse eminentemente social
- 021I - Recuperação das infraestruturas, regularização fundiária e ambiental
- 021J - Transferência da gestão dos empreendimentos de interesse eminentemente social

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Ampliar a área irrigada em 200.000 ha

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	76.000,00	ha
Região Nordeste	25.000,00	ha
Região Norte	16.000,00	ha
Região Sudeste	10.000,00	ha
Região Sul	73.000,00	ha

Iniciativas

- 021K - Construção de barragem para fins de irrigação no Rio Imburuçu/GO
- 021O - Construção do Canal de Irrigação Jaguari/RS
- 021Q - Construção do Canal de Irrigação Taquarembó/RS
- 021T - Estudos e projetos para implantação de perímetros de irrigação
- 021X - Implantação da infraestrutura de apoio à irrigação
- 0223 - Implantação do Perímetro de Irrigação Furamão/PI
- 0225 - Implantação do Perímetro de Irrigação Granja Camocim/CE
- 0229 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro/MT
- 022B - Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio/SE
- 022D - Implantação do Perímetro de Irrigação Mendubim/RN
- 022E - Implantação do Perímetros de Irrigação - Nacional
- 022H - Implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN
- 022M - Implantação do Perímetro de Irrigação Baixada Cuiabana/MT
- 022O - Implantação do Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS
- 022T - Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano/AL
- 04B6 - Implantação do Canal Xingó
- 04BG - Aprofundamento do Canal da Foz do Rio Coreau em Camocim/CE
- 04BW - Construção da Barragem de Castelo

OBJETIVO: 0545 - Incentivar a ampliação da utilização das áreas potencialmente irrigáveis para aumentar a oferta de alimentos, bioenergéticos e fibras de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
FEDERAL

Metas 2012-2015

- Ampliar a atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos

Iniciativas

- 022Z - Normatização e aplicação da Portaria do Regime Especial de Incentivo a Infraestrutura (REIDI)
- 0231 - Promoção da implantação de infraestrutura para reservação e distribuição de água que permitam o aproveitamento de 500.000 ha com irrigação
- 0232 - Promoção da implantação de redes de energia elétrica que permitam o aproveitamento de 2.000.000 ha com irrigação

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls 6 2012
0453

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC	ha	01/01/2011	0,00
Área plantada com grãos	ha	31/10/2010	47.415.700,00
Disponibilidade de calorias per capita provenientes de produtos agropecuários brasileiros	kcal/hab.dia	31/12/2010	3.148,00
Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto)	%	01/01/2011	40,00
Evolução da produção de carnes	%	30/06/2010	2,83
Evolução da produção nacional de grãos	%	31/12/2010	10,45
Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional	%	31/12/2009	5,04
Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	%	31/12/2010	7,83
Produção nacional de grãos	tonelada	31/10/2010	149.254.900,00
Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária	milhões de tep	31/12/2009	79,00
Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos	%	31/12/2010	13,19
Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização	%	31/12/2010	11,35
Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos	%	31/12/2010	3,67
Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário	%	31/12/2010	10,00
Taxa média dos juros reais de financiamento da safra	%	31/12/2010	3,37
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte	milhões de toneladas	31/12/2010	9,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**10.226.481**	**32.261.227**
Despesas Correntes	4.123.004	16.287.517
Despesas de Capital	6.103.476	15.973.711
Outras Fontes	**40.127.723**	**134.005.129**
Valores Globais	**50.354.204**	**166.266.356**
	216.620.560	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 3.100 mil toneladas

Regionalização da Meta	Total	Unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	534.400,00	tonelada
Região Nordeste	477.300,00	tonelada
Região Norte	233.900,00	tonelada
Região Sudeste	909.300,00	tonelada
Região Sul	637.600,00	tonelada

- Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional

Iniciativas

- 010Y - Administração do cadastro nacional de unidades armazenadoras brasileiras
- 010Z - Ampliação da capacidade estática da rede armazenadora da CONAB
- 0112 - Aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio à comercialização, da fixação de preços mínimos e divulgação de análises sobre infraestrutura e logística de escoamento da produção agropecuária
- 0113 - Aquisição de produtos agrícolas para a formação de estoques públicos
- 0118 - Disponibilização de mecanismos de suporte de preços e apoio a comercialização de produtos agropecuários
- 0119 - Fiscalização dos estoques, das operações de garantia e sustentação dos preços na comercialização dos produtos agropecuários
- 011E - Modernização e ampliação da Unidade Armazenadora de Itaqui/MA
- 011F - Modernização, Reforma e Certificação das unidades de armazenamento da CONAB
- 011J - Revisão de normativos e procedimentos de fiscalização dos estoques públicos de produtos agroalimentares

OBJETIVO: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 465 para 965 estações
- Digitalizar o acervo de 12 milhões de documentos de registro de dados disponíveis apenas em papel

Iniciativas

- 02C7 - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico (INMET)
- 02C9 - Articulação de esforços com o objetivo de atribuir à União a competência legislativa sobre o setor de meteorologia e climatologia e instituir o Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia para organizar e manter estes serviços em âmbito nacional
- 02CC - Digitalização do Acervo Histórico dos Dados Meteorológicos
- 02CG - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 30 milhões de hectares

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	9,00	milhão
Região Nordeste	5,50	milhão
Região Norte	1,00	milhão
Região Sudeste	4,00	milhão
Região Sul	10,50	milhão

- Ampliar de 56 mil para 250 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50.000,00	unidade
Região Nordeste	20.000,00	unidade
Região Norte	5.000,00	unidade
Região Sudeste	35.000,00	unidade
Região Sul	140.000,00	unidade

- Manter abaixo de 20%, a cada ano-safra, o referencial do número de perdas de lavouras de milho e soja causadas por adversidades climáticas em relação ao total de seguros contratados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	%
Região Nordeste	20,00	%
Região Norte	20,00	%
Região Sudeste	20,00	%
Região Sul	20,00	%

Iniciativas

- 02CH - Ampliação e consolidação do mercado de seguro e resseguro
- 02CI - Aperfeiçoamento do processo de fiscalização das operações subvencionadas
- 02CK - Desenvolvimento de novos mecanismos de prevenção aos riscos da atividade agropecuária
- 02CM - Disponibilização de informações e aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento de riscos agroclimáticos
- 02CN - Pagamento da subvenção ao prêmio e cobertura de déficit nas operações de seguro rural
- 02CP - Regulamentação do Fundo de cobertura de catástrofe

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	22,20	R$ bilhão
Região Nordeste	12,30	R$ bilhão
Região Norte	4,40	R$ bilhão
Região Sudeste	48,20	R$ bilhão
Região Sul	53,40	R$ bilhão

- Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	97.000,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	47.000,00	unidade
Região Norte	16.000,00	unidade
Região Sudeste	210.000,00	unidade
Região Sul	460.000,00	unidade

Iniciativas

- 02EH - Ampliação da participação do médio produtor rural nas políticas públicas destinadas à agropecuária
- 02EI - Ampliação e Melhoria da Divulgação dos Programas de Financiamento Agropecuário
- 02EK - Concessão de crédito ao médio produtor rural Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP)
- 02EL - Concessão de crédito aos produtores rurais Bancos Públicos
- 02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial
- 02EQ - Monitoramento e aperfeiçoamento dos instrumentos privados de financiamento da produção

OBJETIVO: 0623 - Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, visando a disponibilização de informações relacionadas ao agronegócio nacional e internacional, para subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização e a tomada de decisão pelos agentes públicos e privados.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)
- Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento
- Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos

Iniciativas

- 02F5 - Aperfeiçoamento e disponibilização das estimativas de safras
- 02F6 - Cooperação técnica com agências e organismos internacionais para intercâmbio de informações agrícolas e de abastecimento
- 02F9 - Estruturação da rede pública de informação agrícola, em parceria com governos estaduais e municipais
- 02FE - Quantificação das perdas qualitativas e quantitativas na pós-colheita de grãos

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé
- Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé

Iniciativas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VET 6/2012
Rs. 457

- 02GM - Financiamentos ao Agronegócio Café
- 02GN - Fomento da pesquisa, desenvolvimento e inovação em cafeicultura
- 02GO - Informações do Agronegócio Café
- 02GP - Manutenção das Unidades Armazenadoras de Café sob responsabilidade do Funcafé
- 02GQ - Manutenção do contrato de dação em pagamento firmado com o Banco do Brasil, com base no artigo 3º da Medida Provisória nº 2196-3/2001
- 02GR - Promoção do Café Brasileiro no País e no Exterior
- 02GT - Remuneração às instituições financeiras pela operacionalização de recursos do Funcafé nos financiamentos ao agronegócio café
- 0489 - Capacitação dos agentes do agronegócio café

OBJETIVO: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Realizar 10 missões internacionais para promoção do Agronegócio incluindo a participação das cooperativas brasileiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	10,00	unidade

- Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	76,00	unidade

Iniciativas

- 02LV - Missões para negociações agropecuárias internacionais
- 02LW - Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Capacitar 500 técnicos e 100.000 produtores rurais para ampliação de áreas com florestas plantadas para fins comerciais, no contexto do Plano ABC, incluindo a heveicultura
- Capacitar 8.000 técnicos do setor e 250.000 produtores rurais, em práticas e sistemas conservacionistas de produção agropecuária sustentável, conforme previsto no Plano ABC
- Divulgar a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - Plano ABC, realizando 5 campanhas publicitárias
- Elaborar Programa de Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal, no contexto do Plano ABC
- Implantar 900 Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável, previstas no Plano ABC
- Implantar e reativar 2.000 viveiros de mudas de espécies florestais nativas e exóticas, visando atender às demandas do Plano ABC

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Implantar Laboratório Virtual Multi-Institucional para as ações de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) do Plano ABC

- Mapear as áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo por UF, no contexto do Plano ABC

- Mapear as áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis, conforme previsto no Plano ABC

- Promover a elaboração de 15 Planos de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono nos Estados, conforme previsto no Plano ABC

Iniciativas

- 02WK - Concessão de crédito à Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

- 02WL - Desenvolvimento de florestas plantadas comerciais e heveicultura

- 02WN - Elaboração de planos estaduais de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

- 02WO - Implantação de Laboratório Virtual Multi-institucional para monitoramento, reporte e verificação MRV

- 02WP - Implantação de Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável

- 02WS - Mapeamento de áreas de pastagens degradadas e/ou com baixo potencial produtivo, por Estado

- 02WT - Mapeamento de áreas prioritárias para implantação de sistemas produtivos sustentáveis

- 02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC)

- 02WW - Realização de campanhas publicitárias para mostrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais das ações que compõem o Plano ABC

- 02WY - Zoneamento de áreas de Pastagens na Amazônia Legal (ABC)

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	11,00	unidade
Região Nordeste	34,00	unidade
Região Norte	22,00	unidade
Região Sudeste	14,00	unidade
Região Sul	9,00	unidade

- Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial

- Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica

- Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne

- Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	80,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VET 6/2012
459

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Caatinga	200,00	unidade
Bioma Cerrado	200,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	120,00	unidade
Bioma Pampa	120,00	unidade
Bioma Pantanal	80,00	unidade

- Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica
- Elaborar Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável
- Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	unidade
Região Nordeste	20,00	unidade
Região Norte	15,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	20,00	unidade

- Implantar a Comissão Nacional da Produção Orgânica e garantir o funcionamento das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	1,00	unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Instituir a Política Nacional de Agricultura Orgânica
- Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem estar animal
- Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais

Iniciativas

- 02WZ - Aprovação de normas sobre produção agropecuária sustentável
- 02X0 - Consolidação de Núcleos de Estudo em agroecologia na rede federal de educação científica e tecnológica
- 02X2 - Fiscalização dos serviços agropecuários regulamentados
- 02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada
- 02X4 - Formação de bancos comunitários de sementes e/ou mudas de variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes
- 02X7 - Implantação da Comissão Nacional de Produção Orgânica
- 02X9 - Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias
- 02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 460

- Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.565,00	unidade
Região Nordeste	1.375,00	unidade
Região Norte	1.035,00	unidade
Região Sudeste	2.140,00	unidade
Região Sul	3.285,00	unidade

- Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.600,00	projeto
Região Nordeste	1.900,00	projeto
Região Norte	1.600,00	projeto
Região Sudeste	2.100,00	projeto
Região Sul	8.200,00	projeto

- Apoiar a formação de consórcios entre cooperativas e agroindústrias em 20 cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, por meio da celebração de convênios

- Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20.100,00	km
Região Nordeste	7.100,00	km
Região Norte	8.100,00	km
Região Sudeste	10.100,00	km
Região Sul	20.000,00	km

- Capacitar 360 entre dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social de cooperativas para uma gestão profissionalizada, no âmbito do programa ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa

- Certificar 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.500,00	unidade
Região Nordeste	300,00	unidade
Região Norte	200,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade
Região Sul	3.000,00	unidade

- Elaborar o Plano Nacional de Armazenagem

- Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda

- Promover a capacitação técnica ou gerencial de 3.200 pessoas pertencentes aos quadros de cooperativas e associações rurais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	3.200,00	pessoas

Iniciativas

- 02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário

- 02XJ - Concessão de crédito às Cooperativas e Associações - Bancos Públicos

- 02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola

- 02XO - Elaboração de estudos que visem a redução do custo logístico da movimentação de produtos agropecuários destinados ao abastecimento e à exportação

- 02XT - Promoção da capacitação, intercooperação, acesso a mercados e internacionalização de associações e cooperativas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 461

OBJETIVO: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética
- Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	unidade

- Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas
- Promover a implantação de 10.000 ha de dendezais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	6.000,00	ha
Região Norte	4.000,00	ha

- Promover a renovação de 6.000 ha de dendezais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	6.000,00	ha

Iniciativas

- 02Y0 - Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau
- 02Y2 - Difusão de tecnologias e capacitação dos agentes produtivos em produção agroenergética
- 02Y3 - Divulgação de estudos relativos ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agroenergéticas
- 02Y6 - Monitoramento das cadeias produtivas agroenergéticas quanto à produção e processamento de matérias primas, comercialização e consumo de seus derivados

OBJETIVO: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 30 para 80
- Ampliar de 10% para 70% o percentual de processos em uso, mapeados e melhorados
- Ampliar de 45% para 95% a Taxa de servidores participantes de comunidades virtuais do ambiente institucional CATIR (Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede)
- Ampliar de 60% para 70% o percentual de notícias positivas veiculadas na mídia sobre o MAPA
- Obter 70% de satisfação do servidor do MAPA
- Passar de 2 para 4 o Índice de Atendimento (acessibilidade, navegabilidade, usabilidade, interface, qualidade das informações, satisfação dos gestores dos sistemas) dos sistemas de informação do MAPA

Iniciativas

- 045W - Consolidação da gestão do conhecimento e da informação por meio do Sistema Nacional de Difusão de Informação para o Agronegócio

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 045X - Desenvolvimento e fortalecimento da gestão institucional do MAPA, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos

- 0460 - Modernização e Manutenção de Soluções e Processos de Tecnologia da Informação no MAPA

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 463

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Cobertura das equipes de agentes comunitários	%	01/01/2010	63,17
Cobertura das equipes de saúde bucal	%	01/01/2010	34,30
Cobertura das equipes de saúde da família	%	01/01/2010	52,75
Cobertura de municípios ao Programa Farmácia Popular - Aqui tem farmácia popular-	unidade	01/01/2010	2.467,00
Cobertura do Programa Saúde na Escola	%	01/01/2010	33,00
Cobertura vacinal contra gripe	%	01/01/2010	80,27
Esperança de vida ao nascer	ano	01/01/2008	73,00
Incidência de sarampo	unidade	01/01/2010	0,00
Incidência de Sífilis Congênita	unidade	01/01/2009	5.836,00
Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)	%	01/01/2010	60,00
Índice de estruturação de redes de urgência e emergência	%	01/01/2010	44,00
Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP)	%	01/01/2010	88,00
Índice de realização de transplantes	%	01/01/2010	133,00
Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)	%	01/01/2010	89,70
Índice parasitário anual (IPA) da malária	razão	01/01/2008	1,63
Número de Academias da Saúde implantadas	unidade	01/01/2010	0,00
Razão de mortalidade materna	1/100.000	01/01/2007	75,00
Regiões de Saúde com Contratos Organizativos de Ação Pública - COAP assinado	%	01/01/2010	0,00
Taxa de incidência de Aids	1/100.000	01/01/2009	20,10
Taxa de incidência de tuberculose	1/100.000	01/01/2009	35,15
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas	1/100.000	01/01/2007	84,00
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2007	20,00
Taxa de mortalidade neonatal precoce	1/1.000	01/01/2007	10,70
Taxa de mortalidade neonatal tardia	1/1.000	01/01/2007	3,30
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	1/100.000	01/01/2007	162,90
Taxa de prevalência de excesso de peso	%	01/01/2003	40,20
Taxa de prevalência de hanseníase	1/10.000	01/01/2009	18,83
Taxa de vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	01/01/2010	93,77
Taxa incidência de dengue	1/100.000	01/01/2009	293,35

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**73.161.588**	**251.747.116**
Despesas Correntes	65.342.186	242.000.755
Despesas de Capital	7.819.403	9.746.361
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**1.687**	**28.000**
Valores Globais	**73.163.276**	**251.775.116**
	324.938.392	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	100.000

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar a área física de 20.000 unidades básicas de saúde, priorizando 5.000 unidades básicas de saúde para o Nordeste
- Ampliar em 5.300 o número de equipes saúde da família, passando de 31.660 equipes em 2011 para 36.960 até 2015
- Ampliar em 50.000 o número de agentes comunitários de saúde, passando de 245.000 agentes em 2011 para 295.000 até 2015
- Ampliar em 7.200 o número de equipes de saúde bucal, passando de 20.400 equipes em 2011 para 27.600 até 2015
- Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800
- Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Identificação e Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional, como estratégia para promoção da equidade no SUS.
- Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde
- Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Disponibilizar 3 U.I. de fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 U.I. de fator IX per capita (hemofilia B) , por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias
- Estruturar 122 unidades de atenção especializada em Saúde até 2015
- Implantação e Estruturação de 2.000 Centros de Reabilitação e Acompanhamento de Dependentes Químicos, principlamente em capitais e municípios acima de 100.000 habitantes, até 2015
- Implantar 15 centros de alta complexidade em oncologia, passando de 28 centros em 2011 para 43 até 2015
- Implantar 160 novas equipes de saúde no sistema penitenciário, passando de 300 em 2011 para 460 em 2015
- Implantar 187 Complexos reguladores
- Implantar 270 redes loco regionais de serviços de reabilitação, passando de 334 serviços em 2011 para 604 até 2015
- Implantar 3.272 unidades básicas de saúde(UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.164 até 2015
- Implantar 953 centros de especialidades odontológicas, passando de 950 centros em 2011 para 1.903 até 2015
- Implantar as equipes de atenção à saúde domiciliar, chegando a 977 equipes até 2015
- Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias
- Promover a adesão de 5.556 Municípios ao Programa Saúde na Escola
- Qualificar 4 estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário
- Reformar 8.000 unidades básicas de saúde

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VEJ 6 / 2012
fls. 465

Iniciativas

- 02P9 - Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável
- 02PA - Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia
- 02PB - Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA
- 02PC - Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular
- 02PF - Apoio e fortalecimento para a inclusão das práticas integrativas e complementares em saúde (PIC) nas Redes de Atenção à Saúde, garantindo sua organização, informação e comunicação, assim como a qualificação e capacitação dos profissionais
- 02PG - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde
- 02PH - Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada
- 02PJ - Desenvolvimento de estratégias diferenciadas de atenção à saúde que busquem ampliar a reinserção social dos usuários do SUS
- 02PK - Elaboração e implantação de uma Política de Comunicação voltada para as Redes de Atenção
- 02PM - Fortalecimento da hemorrede pública nacional visando garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada, e a atenção integral as pessoas portadoras de doenças hematológicas
- 02PN - Fortalecimento de mecanismos de programação e regulação nas redes de atenção à saúde do SUS, e entre os sistemas de saúde público e suplementar
- 02PO - Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA
- 02PR - Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência
- 02PS - Promoção e garantia da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens
- 02PV - Qualificação das ações em saúde para população em situação de privação de liberdade
- 02PW - Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade
- 02PY - Reordenamento do processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde, na perspectiva da oferta da atenção à saúde integrada às políticas prioritárias, garantindo o acesso com qualidade
- 02PZ - Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, passando de 62,39% para 70% dos municípios com 95% de cobertura vacinal
- Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 para as 27 UF até 2015
- Ampliar a cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 64,4% em 2009 para 85% até 2015
- Ampliar a investigação de óbitos, aumentando para mais de 90% a proporção de óbitos com causa básica definida em todas as UF até 2015
- Ampliar de 12 para 100 o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador
- Ampliar o número de amostras realizadas para os parâmetros coliforme total e turbidez passando de 28% (333.962) de realização da análise da qualidade da água para o parâmetro coliformes totais e de 27% (346.443) para o parâmetro de turbidez em 2010 para 50% em ambos os parâmetros até 2015

SECRETARIA-GERAL MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 466

- Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas a sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental

- Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas

- Construir, reformar e/ou ampliar e equipar 30 Centrais de Rede de Frio até 2015

- Implantar as academias de saúde, chegando a 4800 academias em 2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800,00	unidade

- Implantar na FIOCRUZ Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres Naturais - CEPED

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Implantar o Sistema GAL (Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial) em 50 laboratórios de referência da Fiocruz garantindo 100% de rastreabilidade das amostras em ambiente WEB

- Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências

- Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de doenças em 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Implementar e monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2015

- Implementar Núcleos de Prevenção e Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis

- Qualificar 27 Laboratórios de Saúde Pública para realização de análises de qualidade de produtos e insumos de saúde

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Realizar 400 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015

- Realizar a Pesquisa Nacional de Saúde até 2013

- Reduzir a incidência de Aids de 20,1/100.000 hab. em 2009 para 18,9/100.000 hab. até 2015

- Reduzir a incidência parasitária anual por malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,5/1000 hab. em 2008 para 9,45/1.000 hab. até 2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	30,00	%

- Reduzir em 44% o coeficiente de prevalência da hanseníase até 2015, passando de 1,75/10.000 hab. para 0,98/10.000 hab. em 2015

- Reduzir em 50% o número absoluto de óbitos por dengue até 2015, sendo 10% a cada ano, passando de 671 óbitos em 2010 para 335 óbitos em 2015

- Transferir para estados e municípios tecnologia de monitoramento da infestação do Aedes aegypti desenvolvida na FIOCRUZ

- Validar duas novas tecnologias na Fiocruz para diagnóstico e tratamento da tuberculose

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VET 6/2012
fls. 467

Iniciativas

- 02Q0 - Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres
- 02Q2 - Controle sanitário de viajantes, meios de transportes, infraestrutura e prestação de serviços nas áreas portuárias, aeroportuárias, fronteiras e recintos alfandegados
- 02Q3 - Fomento a educação em saúde ambiental para promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos
- 02Q4 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental
- 02Q5 - Fortalecimento da promoção da Saúde
- 02Q6 - Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental
- 02Q7 - Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis
- 02Q8 - Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde
- 02Q9 - Implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador
- 02QB - Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas
- 02QC - Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente
- 02QD - Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária
- 02QE - Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS
- 02QG - Vigilância, prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis
- 02QH - Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreviníveis

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento
- Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 50% até 2015
- Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna, passando de 53% em 2010 para 85% até 2015
- Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde de Adolescentes pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015
- Ampliar de 6.000 para 7.500 o número de gestantes atendidas (com risco fetal)/ano no IFF/FIOCRUZ

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1.500,00	atendimentos

- Ampliar em 513 o número de leitos de unidade de terapia intensiva para adultos localizados em hospitais habilitados em alto risco obstétrico, passando de 2.382 leitos para 2.895 até 2015
- Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015
- Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas
- Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 468

- Distribuir 1.000 kits para parteiras tradicionais até 2015

- Distribuir 13,2 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança para todos os estados, incluindo a divulgação da Classe Hospitalar

- Implantar 164 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 200 até 2015

- Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero

- Implantar 249 novos centros de parto normal, passando de 35 centros (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 284 até 2015

- Implantar 50 serviços de diagnóstico mamário

- Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Realizar 15,2 milhões de mamografias bilaterais

- Realizar 48 milhões de exames citopatológicos

- Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha

- Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2015, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha

Iniciativas

- 02QL - Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz

- 02QM - Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz

- 02QO - Fortalecimento, ampliação e qualificação das redes de atenção integral as mulheres, crianças e adolescentes em situação de violências - com destaque para a violência sexual e doméstica, incluindo a distribuição de anticoncepcionais de emergência - e sofrimento psicossocial, situadas próximas às comunidades que exibem estado de maior vulnerabilidade

- 02QQ - Fortalecimento e ampliação da rede de prevenção e controle do câncer de mama e colo de útero

- 02QR - Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis

- 02QS - Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015

- Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015

- Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015

- Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
MPV 612/2012
Fls. 469

- Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015

Iniciativas

- 02R0 - Ampliação da capacidade resolutiva das Unidades Básicas de Saúde (UBS) nas situações de urgência e emergência
- 02R1 - Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência
- 02R2 - Aperfeiçoamento da gestão hospitalar com enfoque na ampliação e qualificação de leitos em áreas estratégicas
- 02R6 - Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional
- 02R7 - Fortalecer o cuidado ao paciente com doenças circulatórias na urgência
- 02R9 - Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde

OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa, passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015
- Implantar e implementar 2.400 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais, passando de 3.371 em 2011 para 5.771 até 2015
- Implantar e implementar 640 centros de atenção psicossocial (CAPS), passando de 1650 em 2011 para 2290 até 2015
- Implantar e implementar 800 unidades residenciais terapêuticas temporárias (URTT) até 2015

Iniciativas

- 02RC - Promoção da inclusão social dos usuários de saúde mental, crack, álcool e outras drogas, por meio da cultura, redes sociais e fomento às ações intersetoriais
- 02RE - Reestruturação da rede de atenção psicossocial, com responsabilização clara dos diversos pontos de atenção, com priorização para o enfrentamento do Crack, álcool e outras drogas

OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Capacitar 400 profissionais para qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso nos estados e municípios até 2015
- Capacitar 5.000 profissionais em saúde do idoso e envelhecimento na modalidade de ensino à distância até 2015
- Distribuir 8.000.000 de cadernetas do idoso até 2015
- Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente

Iniciativas

- 02RF - Ampliação, fortalecimento e qualificação da assistência oncológica no SUS

SECRETARIA-G... COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO SENADO FEDERAL
VET 6/2012
Fl. 470

- 02RH - Aprimoramento do monitoramento e vigilância das condições crônicas
- 02RI - Definição de linha de cuidado ao portador de doenças crônicas não transmissíveis - DCNT -, garantindo projeto terapêutico adequado, vinculação ao cuidador e à equipe, integralidade e continuidade no acompanhamento
- 02RJ - Fortalecimento da gestão da rede de serviços visando qualificar os fluxos e respostas aos portadores de doenças crônicas
- 02RL - Implantação de um modelo de atenção integral à pessoa com condições crônicas favorecendo a ampliação do grau de autonomia e promovendo independência para o auto cuidado
- 02RN - Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar de 1.100 para 2.000 o número de egressos/ano em programas de qualificação/Fiocruz até 2015
- Ampliar de 240 h para 414h/ano a produção de programas veiculados pelo Canal Saúde até 2015
- Ampliar de 600 para 1000 o número de egressos/ano com formação técnica de nível médio na Fiocruz, em áreas estratégicas do SUS até 2015
- Ampliar e consolidar o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS - Progesus - até 2015
- Ampliar em 4 mil o número de residentes em saúde em todas as especialidades prioritárias do SUS em todas as regiões do país, passando de 2.600 para 6.600 residentes até 2015, com especial atenção a residentes em saúde da família
- Capacitar 360 docentes das Escolas Técnicas do SUS até 2015
- Capacitar 380 mil técnicos de nível médio (agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde indígena, técnicos de vigilância em saúde, técnicos em novas áreas - manutenção de equipamento, órtese e prótese, registro de informação em saúde, técnicos em saúde bucal, auxiliar em saúde bucal e técnicos em laboratório odontológico, entre outros) até 2015
- Disponibilizar o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) com 216 mil bolsas
- Elevar de 4 para 10 o número de programas stricto sensu da Fiocruz com nota de avaliação da CAPES igual ou superior a 6 até 2015
- Expandir de 52 para 62 o número de programas/cursos lato sensu na Fiocruz até 2015
- Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados
- Implantar Pró-Saúde em 1.000 cursos de graduação na saúde até 2015, promovendo a integração ensino-serviço e visando à reorientação da formação profissional
- Inserir 5 mil profissionais de saúde no Serviço Civil até 2015
- Institucionalizar a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS
- Promover o acesso de todos os profissionais de saúde do SUS aos cursos e módulos da UNA-SUS
- Realizar cursos de capacitação para trabalhadores da saúde que incluam o enfoque racial na saúde, especialmente no combate ao racismo institucional

Iniciativas

- 02RT - Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço
- 02RV - Ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 02RX - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o SUS
- 02RY - Escola de Governo em Saúde da Fiocruz
- 02RZ - Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão do trabalho e da educação na saúde
- 02S0 - Operação do Canal Saúde - Fiocruz

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Capacitar 200 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015
- Disponibilizar o sistema Cartão Nacional de Saúde para 100% das redes assistenciais até 2015
- Elaborar até 2015 a 2ª versão do Mapa da Saúde de Metas visando estabelecer parâmetros para investimentos em saúde
- Elaborar manuais sobre saúde da população negra e combate ao racismo institucional para as secretarias estaduais de saúde dos 26 estados e do Distrito Federal
- Promover a assinatura de contratos de ação pública, com definição de responsabilidades recíprocas na rede interfederativa em relação à população, em 80% dos colegiados de gestão regional (CGR) até 2015
- Realizar 10 seminários envolvendo as 700 comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades
- Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015
- Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde

Iniciativas

- 02S3 - Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS
- 02S5 - Aprimoramento do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS
- 02S6 - Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde
- 02S7 - Implementação da política de informação e informática em saúde para tomada de decisão na perspectiva interfederativa
- 02S8 - Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado
- Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Estaduais de Saúde anualmente
- Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Municipais de Saúde até 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Apoiar os processos de monitoramento e avaliação das 27 Secretarias Estaduais de Saúde
- Consolidar o SOMASUS e sistemas associados no apoio à execução de projetos de investimentos em estruturação física e tecnológica do SUS
- Disponibilizar programa de apuração de custos de serviços e ações em saúde até 2015
- Implantar e implementar o Indicador Nacional de Acesso e Qualidade em Saúde
- Implantar e implementar o Portal da Transparência do Ministério da Saúde
- Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015

Iniciativas

- 02S9 - Acompanhamento, avaliação e controle interno da gestão do SUS, com foco em resultados, tendo como referência o Contrato Organizativo de Ação Pública COAP - e a garantia de acesso
- 02SA - Ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria com adequação dos sistemas de informação
- 02SC - Aprimoramento dos mecanismos de gestão do SUS com ênfase no planejamento, monitoramento e avaliação, na racionalização dos gastos, na modernização administrativa e na articulação interministerial
- 02SD - Desenvolvimento e consolidação da política da gestão da informação do SUS para propiciar transparência e subsidiar a tomada de decisão
- 02SE - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde
- 02SG - Fortalecer a capacidade de gestão no SUS por meio do uso de ferramentas de Economia da Saúde, da produção de informações sobre investimentos em estruturação física e tecnológica e apoio à gestão de projetos de cooperação técnica nacional e internacional

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 638 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015
- Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na Fiocruz, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015
- Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 20 até 2015
- Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS

Iniciativas

- 02SP - Estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, com o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica
- 02SQ - Fornecimento de medicamentos hemoderivados para o SUS pela Hemobrás
- 02ST - Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e Saúde não tem Preço
- 02SU - Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica
- 02SV - Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015
- Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue
- Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual
- Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil até 2015
- Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde
- Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa
- Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTS - até 2015
- Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015

Iniciativas

- 02SY - Aperfeiçoamento do marco regulatório para o fortalecimento do Complexo Industrial e de Inovação em Saúde (CPIS)
- 02T1 - Aprimoramento do Marco Regulatório para pesquisa, desenvolvimento e inovação em Saúde
- 02T7 - Fortalecimento do Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, como instância do Controle Social
- 02T8 - Implementação de mecanismo de regulação econômica que articule as políticas de acesso a medicamentos com a produção e a inovação no País
- 02T9 - Informação e divulgação em Ciência e Tecnologia em Saúde na Fiocruz
- 02TB - Manutenção do Patrimônio histórico e cultural de ciência e da Saúde na Fiocruz
- 02TD - Modernização e manutenção dos Laboratórios de Pesquisa biomédica e coleções biológicas da Fiocruz
- 02TE - Pesquisa, Desenvolvimento e Avaliação de Tecnologias em saúde para o SUS
- 02TF - Promoção da regionalização da ciência, tecnologia e inovação em saúde com foco nas necessidades do SUS, envolvendo a cooperação entre países do eixo sul-sul
- 02TH - Qualificação da Incorporação/Manutenção de Tecnologias no âmbito do SUS - (Lei nº 12.401/2011)

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Agilizar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS
- Aprimorar a capacidade regulatória (mensurada pelo Índice de Desempenho Institucional)
- Conferir maior poder de escolha ao consumidor de planos de saúde e aprimorar as ações regulatórias
- Otimizar o Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (Programa Parceiros da Cidadania)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
MPV 474

Iniciativas

- 02TL - Garantia de acesso à informação em Saúde Suplementar
- 02TM - Publicidade de utilidade pública para o aprimoramento da regulação e da fiscalização da saúde suplementar
- 02TN - Regulação e Fiscalização para a geração de saúde em modelos sustentáveis de planos de saúde

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa
- Promover a regulamentação do acesso à saúde em área de fronteira, por meio de constituição ou reativação de comissões de saúde na fronteira, Acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas e promoção da celebração de contratos de prestação de serviços fronteiriços pelos Estados e Municípios
- Realizar cooperação técnica internacional em saúde, priorizando países da América Latina e Caribe e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Iniciativas

- 02TP - Apoio ao fortalecimento, em bases sustentáveis, do Sistema de Saúde do Haiti
- 02TQ - Apoio, no âmbito da saúde, as ações de assistência humanitária do Governo Brasileiro
- 02TS - Coordenação de posições de Governo, para subsidiar a participação do Brasil nas negociações de tópicos de interesse prioritário para a saúde em foros internacionais
- 02TT - Fortalecimento da atuação do Ministério da Saúde na defesa e promoção, no âmbito internacional, dos interesses brasileiros em saúde pública
- 02TU - Fortalecimento da cooperação internacional brasileira, compartilhando e divulgando as experiências do Sistema Único de Saúde, e apoiando o seu desenvolvimento
- 02TV - Fortalecimento, negociação e apoio a mecanismos de integração regional e ações em área de fronteira, no âmbito da saúde

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
NEJ 6/2012
475

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	unidade	31/12/2010	201.097,00
Participação da população de 15 a 29 anos no grupo da extrema pobreza	%	26/09/2009	23,00
Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	%	31/12/2009	58,50
Taxa de analfabetismo na população de 15 a 29 anos	%	26/09/2009	2,49
Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar	%	31/12/2009	5,44
Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	%	31/12/2010	16,10
Taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 anos	%	31/12/2009	19,48
Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos	%	31/12/2009	15,26
Taxa de desocupação de jovens de 25 a 29 anos	%	31/12/2009	9,44
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade	1/100.000	26/09/2009	54,49
Taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem Trabalhador no mercado de trabalho	%	31/12/2010	30,00
Taxa de mulheres inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de aprendizagem	%	31/12/2010	45,00
Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte	1/100.000	26/09/2009	24,59
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2010	44,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**313.133**	**969.821**
Despesas Correntes	313.033	969.821
Despesas de Capital	100	0
Outras Fontes	**107.021**	**410.101**
Valores Globais	**420.154**	**1.379.922**
	1.800.076	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Ampliar a participação social, constituindo 10 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude
- Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens
- Aprovar o Estatuto da Juventude

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Aprovar o Plano Nacional de Juventude
- Constituir a Seção Nacional da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul
- Constituir o Observatório da Juventude
- Constituir Sistema de avaliação e monitoramento dos programas de juventude
- Coordenar, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, a implementação da Agenda do Trabalho Decente para Juventude
- Criar Portal da Juventude e política de comunicação nas redes sociais
- Elaboração e publicação de diretrizes da política cultural, para promoção da cultura da juventude
- Elaborar proposta e iniciar a implementação do Sistema Nacional de Juventude
- Financiar 200 microprojetos para promoção da cultura da juventude
- Firmar parcerias com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens
- Firmar termos de cooperação com organismos internacionais para fortalecer a política nacional de juventude
- Firmar termos de cooperação em políticas de juventude com países da América Latina, para fortalecer a integração regional
- Formar lideranças das juventudes rurais e urbanas para construção de iniciativas de sociedades sustentáveis
- Implementar Seminário Permanente de Integração Regional Juvensur
- Realizar Conferência Nacional de Juventude
- Realizar cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para gestoras jovens para ampliar a incidência do tema nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero
- Realizar seleções públicas de apoio a 240 órgãos estaduais/municipais de juventude, com seus respectivos conselhos, para estruturação destes órgãos a nível local
- Veicular produção independente sobre a juventude nas redes públicas de comunicação

Iniciativas

- 00UY - Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude
- 00UZ - Apoio e articulação da implementação da Agenda do Trabalho Decente para Juventude
- 00V0 - Apoio e fortalecimento das Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e de Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde como estratégia norteadora das ações em saúde para a população juvenil
- 00V8 - Articulação e apoio à criação de programas estaduais e municipais de juventude e meio ambiente
- 00VD - Articulação para que as redes públicas de comunicação garantam espaços para a produção independente sobre a juventude que contemplem a diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual e a acessibilidade, distribuídos em toda grade de programação
- 00VE - Constituição do Observatório da Juventude para produção de conhecimento, indicadores, monitoramento, avaliação e gestão da informação das políticas públicas de juventude
- 00VF - Desenvolvimento de políticas de cooperação internacional, com ênfase nas integrações sul-sul e latino-americana
- 00VH - Inserção da temática ambiental na formação de lideranças das juventudes rurais e urbanas, visando à construção de sociedades sustentáveis
- 00VJ - Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema estatais e não-estatais para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações

SECRETARIA-GERAL DA MESA
EJ 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
477
SENADO FEDERAL

- 00VL - Implementação da política de comunicação da política nacional de juventude

- 00VN - Incentivo a consolidação do reconhecimento das especificidades e potencialidades das juventudes no campo da cidadania e diversidade cultural brasileira

OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Apoiar a consolidação de redes de jovens para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência

- Implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra

- Promover a adesão de todos os estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra

- Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra, em todas as unidades da federação

Iniciativas

- 043K - Construção do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra, com ênfase na elaboração de diagnóstico sobre a mortalidade da juventude negra, no estabelecimento de pacto com os entes federados e na participação da sociedade civil

- 043Q - Realização de campanhas de comunicação e sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com o objetivo de combater o racismo, desconstruir estereótipos e promover valores de igualdade racial

OBJETIVO: 0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	99.153,00	unidade
Região Nordeste	220.645,00	unidade
Região Norte	67.525,00	unidade
Região Sudeste	623.264,00	unidade
Região Sul	210.041,00	unidade

- Elevar o número de mulheres jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem

- Implantar Fóruns Estaduais de Aprendizagem Profissional em todas as unidades da federação

- Implementar o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)

- Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	77.299,00	unidade
Região Nordeste	118.203,00	unidade
Região Norte	49.278,00	unidade
Região Sudeste	312.418,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	86.962,00	unidade

Iniciativas

- 043S - Articulação com os atores envolvidos com a temática para aprimoramento dos mecanismos que permitam o fiel cumprimento da Lei nº 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem) e fomentar a intermediação de aprendizes ao mercado de trabalho via Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 043T - Implementação da aprendizagem como uma política permanente de formação profissional por meio de contratos formais de trabalho, articulando os atores envolvidos com a temática para a execução e monitoramento das ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)
- 043V - Estímulo a pequenas empresas para contratação de aprendizes
- 043W - Execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a aprendizes
- 04AG - Apoio ao primeiro emprego de jovens aprendizes e estagiários no âmbito do Programa Aprendiz-BB

OBJETIVO: 0967 - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando: - as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional; - jovens dependentes químicos em situação de conflito com a lei; e - jovens rurais e de comunidades tradicionais
- Estimular e fomentar a geração de oportunidade de trabalho, emprego e renda, por meio de ações integradas de qualificação direcionadas à gestão e incubação de negócios no âmbito do ProJovem, de forma articulada ao Programa de Microcrédito, priorizando os jovens em situação de extrema pobreza.

Iniciativas

- 044D - Aperfeiçoar os processos de seleção, monitoramento e intermediação de mão de obra dos jovens com o mundo do trabalho via Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 044E - Manutenção, aperfeiçoamento e ampliação das ações de qualificação profissional voltada para juventude.

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Formar 7.500 jovens locais em políticas públicas de juventude
- Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude
- Integrar pontos da Estação Juventude a Equipamentos públicos nos territórios

Iniciativas

- 047F - Implementação do programa Estação Juventude contemplando oferta, aos jovens, de políticas de inserção no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte, inclusão digital, convivência e mobilidade, voltadas para a promoção dos direitos e da participação social, e capacitação em políticas públicas de juventude com foco na liderança e articulação das redes e projetos locais para a juventude

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Apoiar 4.000 microprojetos produtivos juvenis
- Capacitação de 50.000 jovens moradores de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável do campo
- Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais

Iniciativas

- 047C - Implementação, por meio de apoio, de microprojetos de empreendedorismo e fomento a cadeias e arranjos produtivos juvenis voltados para a inclusão produtiva e geração de renda, que viabilize a autonomia financeira do jovem e estimule o desenvolvimento e o comércio locais, bem como implantação de cursos de capacitação para juventude rural voltados para a formação cidadã e o estímulo ao intercâmbio de boas práticas
- 047D - Qualificação profissional e capacitação de jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais para o trabalho, cidadania e organização social, por meio de parcerias e articulações institucionais

OBJETIVO: 0996 - Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos

Iniciativas

- 0485 - Coordenar o desenvolvimento e a implementação de ações junto aos sistemas de ensino voltadas à elevação de escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional em nível de formação inicial, ao desenvolvimento da participação cidadã e à ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
0676/10
4807

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	bilhões de toneladas	31/12/2010	1,40
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	bilhões de US$ FOB	31/12/2010	45,80
Índice de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens	unidade	31/12/2007	1,48
Índice de eficiência operacional	%	31/12/2009	82,00
Índice de pontualidade	%	31/12/2009	90,00
Índice de regularidade	%	31/12/2009	90,00
Movimentação de aeronaves nos terminais administrados pela Infraero	milhões de unidades	31/12/2010	2,60
Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero	milhões de toneladas	31/12/2010	1,25
Movimentação de passageiros nos terminais administrados pela Infraero	milhões de unidades	31/12/2010	155,00
Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional	bilhões de pax.km	31/12/2010	23,50
Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico	bilhões de pax.km	31/12/2010	70,20
Quantidade de aeroportos com voos regulares	unidade	31/12/2011	130,00
Ranking da Qualidade da Infraestrutura Aeroportuária (Índice de Competitividade Global - GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	93,00
Ranking do Índice de Competitividade Global (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	58,00
Tarifa aérea média nominal	R$	31/12/2009	315,43
Taxa de ocupação (load factor)	%	31/12/2009	62,50
Tonelada quilômetro de carga transportada	milhões de toneladas.km	30/06/2009	396,90
Yield tarifa aérea nominal	R$	31/12/2009	0,47

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**311.130**	**1.700.318**
Despesas Correntes	73.642	291.411
Despesas de Capital	237.488	1.408.907
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**1.801.137**	**10.862.240**
Outras Fontes	**163.000**	**245.000**
Valores Globais	**2.275.267**	**12.807.559**
	15.082.826	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	500.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	500.000

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2012-2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	40.166.680,00	unidade
Região Nordeste	51.575.690,00	unidade
Região Norte	19.221.206,00	unidade
Região Sudeste	158.208.606,00	unidade
Região Sul	35.827.818,00	unidade

- Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	39.000,00	tonelada
Região Nordeste	164.000,00	tonelada
Região Norte	393.000,00	tonelada
Região Sudeste	1.621.000,00	tonelada
Região Sul	183.000,00	tonelada

- Instituir o Plano de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária

Iniciativas

- 006Y - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Brasília
- 006Z - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Campinas
- 0070 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Confins
- 0071 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Fortaleza
- 0072 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Guarulhos
- 0074 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre
- 0075 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional do Galeão
- 0076 - Adequação da capacidade dos aeroportos administrados pela União
- 0078 - Construção, reforma, ampliação e adequação de aeroportos e aeródromos de interesse estadual e regional
- 0079 - Delegação da administração de aeroportos de interesse regional a estados e municípios
- 007B - Fomento dos investimentos privados na infraestrutura aeroportuária
- 04BT - Adequação da Capacidade do Aeroporto Internacional Afonso Pena

OBJETIVO: 0084 - Ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2012-2015

- Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas
- Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	19,00	unidade
Região Nordeste	28,00	unidade
Região Norte	46,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	27,00	unidade

Iniciativas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
7/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
4824
SENADO FEDERAL

- 007J - Efetivação de mecanismos de financiamento de aeronaves
- 007K - Estímulo à concorrência entre os prestadores de serviços de transporte aéreo regular
- 007M - Instituição de plano de incentivos para o desenvolvimento e a expansão do transporte aéreo regular de passageiros em ligações de baixo e médio potencial de tráfego
- 007N - Promoção da expansão das capacidades acordadas por ocasião das negociações dos Acordos sobre Serviços Aéreos

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2012-2015

- Elevar em 89% o número de auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita em relação ao realizado no ano de 2010
- Reduzir em 50% até 2015, com referência ao ano de 2007, o índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens

Iniciativas

- 007S - Adoção de mecanismos para assegurar o atendimento dos requisitos previstos na regulação pelos provedores de serviço de aviação civil
- 007U - Edição e revisão de normas e requisitos relacionados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, operações aéreas e aeronavegabilidade
- 007V - Promoção de programas, vigilância continuada e fiscalização junto aos provedores de serviço de aviação civil e órgãos envolvidos

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2012-2015

- Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo
- Elaborar o planejamento estratégico de longo prazo para o setor
- Formar 1.900 profissionais da aviação civil para obtenção de licença
- Revisar o marco legal do setor de aviação civil

Iniciativas

- 007W - Ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil
- 007Y - Desenvolvimento de requisitos para novas tecnologias da indústria aeronáutica
- 007Z - Elaboração de estudos e projetos para a aviação civil
- 0081 - Elaboração do planejamento estratégico de longo prazo para o setor de aviação civil
- 0084 - Revisão do marco legal do setor de aviação civil

OBJETIVO: 0087 - Formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica civil, com vistas ao atendimento da demanda por transporte aéreo, de forma segura e eficiente.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
16/10/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
485
SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2012-2015

- Formular o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira

Iniciativas

- 0085 - Acompanhamento da implementação de novas tecnologias de comunicação, navegação e vigilância para o gerenciamento do tráfego aéreo brasileiro
- 0086 - Coordenação da formulação do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira
- 0087 - Desenvolvimento de estudos voltados ao planejamento da implantação de sistemas e procedimentos visando o aumento da capacidade da infraestrutura aeronáutica civil

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área coberta por unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-Bioma Amazônia	%	01/12/2010	25,50
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Caatinga	%	01/12/2011	7,40
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Cerrado	%	01/12/2010	8,10
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Marinho	%	01/12/2010	1,50
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2010	9,20
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa	%	01/12/2010	3,30
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pantanal	%	01/12/2010	2,90
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Caatinga	%	01/12/2008	53,38
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Cerrado	%	01/12/2008	51,16
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2008	22,25
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pampa	%	01/12/2008	36,06
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pantanal	%	01/12/2008	83,14
Número de contratos ou instrumentos equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios firmados	unidade	01/08/2011	25,00
Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo	%	01/12/2010	33,67

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**345.238**	**731.851**
Despesas Correntes	193.161	695.068
Despesas de Capital	152.077	36.783
Valores Globais	**345.238**	**731.851**
	1.077.089	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira
- Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
485
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
4854
SENADO FEDERAL

- Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros
- Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas

Iniciativas

- 00M0 - Apoio à implementação de programa de C,T&I com intercâmbio de conhecimentos entre povos indígenas, populações tradicionais e com redes de pesquisa científica
- 00M9 - Criação de um Programa de Capacitação no âmbito da Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES)
- 00ME - Estruturação de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal
- 00MH - Implantação da Plataforma Nacional de Informações em Biodiversidade
- 00MP - Instituição do Programa Nacional de Inventários Biológicos, incorporando técnicas moleculares e de bioinformática
- 00MR - Modernização e adequação da infraestrutura dos acervos nacionais
- 00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais
- 00MW - Pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas com base em novas moléculas e processos oriundos da biodiversidade
- 00MX - Produção de periódicos científicos e publicação de informações qualificadas sobre a biodiversidade vegetal por meio de diversas mídias
- 00MY - Proteção de bancos ativos de germoplasma de espécies da flora nacional

OBJETIVO: 0504 - Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Avaliar a adequação da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) com vistas a contemplar as novas tecnologias, em parceria com os demais órgãos do Governo Federal
- Avaliar, em articulação com os demais órgãos federais competentes, o Protocolo Suplementar de Nagoya - Kuala Lumpur
- Elaborar e publicar plano decenal de metas para conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira visando promover uma ação efetiva e coordenada entre os diferentes setores da sociedade e entes da federação
- Elaborar instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais
- Elaborar plano nacional sobre espécies exóticas invasoras
- Instituir novo marco regulatório de uso tradicional e popular de produtos da biodiversidade de ação terapêutica
- Propor a ratificação e implementar o Protocolo de Nagoya de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, em parceria com os demais órgãos federais competentes
- Propor novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, em parceria com os demais órgãos federais competentes
- Regulamentar as categorias de manejo e outros dispositivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)

Iniciativas

- 01SH - Aperfeiçoamento e implementação dos marcos legais da política nacional da biodiversidade
- 01SP - Elaborar e aprovar marco regulatório e plano nacional sobre espécies exóticas invasoras

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/12

OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	5,00	unidade
Bioma Caatinga	8,00	unidade
Bioma Cerrado	8,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	9,00	unidade
Bioma Pampa	8,00	unidade
Bioma Pantanal	2,00	unidade

- Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais

- Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	10.000.000,00	unidade

- Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	8,00	sistema
Bioma Caatinga	8,00	sistema
Bioma Cerrado	8,00	sistema
Bioma Mata Atlântica	8,00	sistema
Bioma Pampa	8,00	sistema
Bioma Pantanal	8,00	sistema

- Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	3,00	unidade

- Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	5,00	unidade

- Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de Povos e Comunidades Tradicionais

- Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais

- Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade

- Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	12,00	unidade
Bioma Caatinga	3,00	unidade
Bioma Cerrado	8,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	7,00	unidade

- Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa

- Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VET 6/2012
487-94

- Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	6,00	unidade
Bioma Caatinga	3,00	unidade
Bioma Cerrado	4,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	4,00	unidade

- Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado

- Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	30,00	unidade
Bioma Caatinga	2,00	unidade
Bioma Cerrado	4,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	4,00	unidade
Zona costeira e marinha	4,00	unidade

- Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ

- Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)

- Retirar 50 mil famílias extrativistas da linha de extrema pobreza

Iniciativas

- 01TF - Capacitação de pesquisadores e de agentes que atuam junto às comunidades detentoras do conhecimento tradicional sobre a utilização do sistema de propriedade intelectual com vistas à proteção das invenções que agregam valor à biodiversidade nacional

- 01TG - Caracterização Nutricional das Plantas Alimentícias e Inclusão dessas Espécies em Programas Institucionais do Governo Federal voltados à Segurança Alimentar e Nutricional

- 01TJ - Concessão de direito real de uso para as famílias beneficiárias das unidades de conservação

- 01TL - Definição de áreas prioritárias para o uso e conservação da agrobiodiversidade

- 01TU - Fomento a projetos que visem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade

- 01TW - Gestão territorial e ambiental dos territórios de povos e comunidades tradicionais

- 01TX - Identificação de áreas federais para consolidar sistemas comunitários de conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade

- 01U2 - Implementação de estratégias participativas e coletivas para promover a conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade com ênfase em redes e sistemas comunitários, manejo agroecológico da produção e de sistemas agroflorestais

- 01U9 - Licenciamento e manejo da fauna em vida livre ou com potencial de uso, com foco no uso sustentável e na conservação dos ecossistemas

- 01UB - Pagamento por serviços de conservação de recursos naturais no meio rural prestados no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria

- 01UD - Promoção das cadeias e arranjos produtivos locais da sociobiodiversidade e da conservação e uso sustentável das espécies da agrobiodiversidade

OBJETIVO: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA-GERAL DA MESA
31/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
4882
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- 60 instituições credenciadas como fiéis depositárias do patrimônio genético

- Credenciar 3 instituições para emissão de autorização de acesso aos recursos genéticos

- Implantar Sistema informatizado de gestão do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados integrado com todas as instituições credenciadas

Iniciativas

- 01UG - Ampliação e aperfeiçoamento da fiscalização do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado

- 01UU - Promoção da repartição de benefícios decorrentes do acesso e uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado

OBJETIVO: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- 80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação

- Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora

- Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção

- Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados

- Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)

- Elaborar Planos de Ação para 100% espécies da fauna ameaçadas de extinção

- Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção

Iniciativas

- 01UZ - Aprimoramento da gestão dos Centros de Triagens de Animais Silvestres

- 01V2 - Avaliação do estado de conservação das espécies da fauna e da flora brasileira, elaboração e implementação de planos de ação para a conservação das espécies ameaçadas de extinção e/ou migratórias

- 01V4 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies Ameaçadas de Extinção

- 01V6 - Elaboração de planos de gestão e recuperação para as espécies aquáticas ameaçadas e espécies sobre-explotadas da pesca marinha e continental

OBJETIVO: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	2,00	unidade
Bioma Cerrado	8,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	15,00	unidade
Bioma Pampa	1,00	unidade
Zona costeira e marinha	4,00	unidade

- Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 67
4895

- Regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas

- Revisar e publicar normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre

Iniciativas

- 01VO - Avaliação do estado de conservação de espécies marinhas sobre-explotadas

- 01VP - Avaliação do potencial sustentável e monitoramento dos recursos vivos marinhos

- 01VT - Controle de espécies sinantrópicas com efeitos deletérios sobre ambientes naturais, urbanos e rurais

- 01VU - Criação da Rede Nacional de Monitoramento da Biodiversidade integrada ao Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade, visando contribuir para a definição e o aprimoramento de políticas pública

- 01W0 - Desenvolvimento de pesquisas e ações em biossegurança

- 01W3 - Fiscalização para a redução do uso, comercialização e transporte ilegal de recursos naturais e da biodiversidade

- 01WF - Monitoramento e controle de espécies invasoras

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio

- Atualizar o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha

- Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	12,00	unidade
Bioma Caatinga	7,00	unidade
Bioma Cerrado	7,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	6,00	unidade
Zona costeira e marinha	8,00	unidade

- Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar

- Elaborar o programa nacional para a conservação dos recifes de coral e de ecossistemas marinhos

- Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público

- Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais

- Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais

- Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação

- Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais

- Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação

- Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais

- Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Oct 6/2012
4903

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	34,00	unidade
Bioma Caatinga	2,00	unidade
Bioma Cerrado	8,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	10,00	unidade
Zona costeira e marinha	4,00	unidade

- Realizar um Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional com revisões anuais

- Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	8,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	2,00	unidade

- Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	115.000,00	unidade
Bioma Caatinga	20.000,00	unidade
Bioma Cerrado	35.000,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	30.000,00	unidade

- Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	15,00	unidade
Bioma Caatinga	5,00	unidade
Bioma Cerrado	5,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	15,00	unidade

Iniciativas

- 01WK - Ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

- 01WP - Apoio e execução de projetos de monitoramento, e geração de conhecimento para a criação, gestão e avaliação da efetividade das Unidades de Conservação

- 01WR - Conservação de ecossistemas aquáticos vulneráveis para manutenção de bens e serviços ambientais para a sociedade

- 01WS - Conservação do patrimônio espeleológico

- 01WT - Conservação in situ da diversidade genética, com ênfase para as variedades crioulas e os parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas, por meio da implementação de reservas genéticas em Unidades de Conservação

- 01WU - Consolidação territorial das Unidades de Conservação Federais

- 01WV - Gestão ambiental e conservação dos biomas brasileiros

- 01WW - Implantação de Corredores Ecológicos

- 01X1 - Implementação e gestão das Unidades de Conservação Federais

- 01X2 - Integração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação a outras áreas protegidas

- 01X3 - Modernização e adequação das instalações dos Centros de Pesquisa e Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

- 01X4 - Ordenamento e estruturação da visitação no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

- 04A3 - Ordenamento e estruturação da visitação nas Unidades de Conservação Federais

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Grau de focalização do Cadastro Único	%	31/12/2010	94,00
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação	%	31/12/2010	88,55
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças	%	31/01/2011	69,82
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes	%	31/01/2011	34,50
Taxa de atendimento às famílias pobres	%	31/12/2010	98,33

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**19.264.248**	**64.996.161**
Despesas Correntes	19.257.248	64.974.381
Despesas de Capital	7.000	21.780
Valores Globais	**19.264.248**	**64.996.161**
	84.260.409	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Acompanhar o aumento do acesso das famílias beneficiárias do PBF aos serviços socioassistenciais
- Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas
- Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas
- Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas

Iniciativas

- 0149 - Acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação e monitoramento das famílias com descumprimentos do PBF, oferecendo diagnóstico qualificado e dinâmico da situação dessas famílias e implementação de ações, em parceria, de aperfeiçoamento na oferta desses serviços, bem como articulação de programas complementares

OBJETIVO: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OUT 6/2012
492

- Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo o recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)

- Aprimorar a atuação da Rede Pública de Fiscalização

- Aumentar o percentual dos municípios brasileiros com Fator de Operação do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) superior a 0,55

Iniciativas

- 014B - Aprimoramento e desenvolvimento de atividades terceirizadas de administração do cadastro único e de benefício do PBF, bem como daquelas atividades de apoio à fiscalização, controle e auditoria da execução do programa Bolsa Família

- 014E - Fortalecimento da capacidade de gestão descentralizada do programa Bolsa Família

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- 100% das comunidades quilombolas certificadas cadastradas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família

- Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

- Disponibilização de ferramentas para acesso às informações do Cadastro Único

- Identificar e incluir as famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

- Migração dos municípios para o Sistema de Cadastro Único Versão 7

- Qualificar e atualizar as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	87,00	%

- Reformular o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)

Iniciativas

- 014H - Disponibilização de informações de identificação e caracterização socioeconômica qualificadas e atualizadas, de todas as famílias brasileiras de baixa renda, para elaboração de estudos e pesquisas, e para o planejamento e implementação de políticas públicas e ações governamentais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade social

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a Articulação do Programa Bolsa Família com outras Políticas Públicas Promotoras de Emancipação

- Aumentar o impacto do Programa Bolsa Família na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
07/6/2012
4935

- Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família

Iniciativas

- 02ER - Transferência de Renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
% de processos de execuções fiscais em relação ao total de processos	%	31/12/2009	31,06
Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita	unidade	31/12/2010	378.176,00
Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público	unidade	31/12/2008	32.044,00
Número de processos administrativos relativo à apuração de conduta concluídos pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.	unidade	31/12/2010	88,00
Número de processos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE	unidade	31/12/2010	71,00
Números de Procons municipais integrados ao SINDEC	%	31/12/2010	39,00
Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação	%	31/12/2009	27,60
Taxa de congestionamento das execuções fiscais	%	31/12/2009	90,00
Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida	%	31/12/2009	41,10
Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais	%	31/12/2009	55,60
Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça	%	31/12/2009	43,50
Taxa de resolutividade de conflitos - Procons	%	31/12/2009	69,40
Taxa geral de resolutividade de conflitos	%	31/12/2009	49,20

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**171.680**	**629.523**
Despesas Correntes	128.431	475.094
Despesas de Capital	43.249	154.429
Valores Globais	**171.680**	**629.523**
	801.203	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Digitalizar 100% do acervo da Comissão de Anistia

- Implantar lugares de memória histórica e consciência política em todas as regiões do país

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
16/10/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
495
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Implantar Observatórios de Justiça de Transição: reparação, memória e verdade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Implantar, ampliar e manter o Memorial de Anistia Política do Brasil

- Julgar 10.000 processos de anistia política

- Realizar 20 Caravanas da Anistia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	8,00	unidade
Região Sul	5,00	unidade

- Suprimir no ordenamento jurídico brasileiro normas que violem os direitos humanos e o direito à memória e à verdade

Iniciativas

- 03K9 - Estruturação do Memorial da Anistia Política do Brasil

- 03KA - Gestão do acervo da Comissão de Anistia e implantação de ações para a promoção da cidadania, democracia, direitos humanos e Justiça de Transição: reparação, memória e verdade

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Ampliação da base de procons municipais integrados ao SINDEC

- Ampliar a oferta de cursos da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), para atender e formar 3.080 alunos em cursos presenciais e 34.200 alunos em cursos de ensino à distância, em um total de 37.280 beneficiados diretos

- Criação e implantação da Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor - MJ

- Estruturação e realização de procedimentos de fiscalização relacionados aos temas prioritários de interesse dos consumidores, tais como Proteção de Dados Pessoais, Internet Banda Larga e Planos de Saúde

- Implantação da plataforma própria de Ensino à Distância (EAD) da Escola Nacional de Defesa do Consumidor

- Implantação da versão 2.0 do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC (versão Java, com interfaces para os outros atores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor)

- Implantação do Centro de Inteligência em Defesa do Consumidor

SECRETARIA-GERAL DA MESA
31/6/2015
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
496
SENADO FEDERAL

- Implantação do Sistema de Monitoramento de Recall e Acidentes de Consumo

- Mobilização pela aprovação dos principais marcos normativos de interesse dos consumidores, com destaque para a Lei de Proteção de Dados Pessoais e o marco normativo de fortalecimento dos Procons

- Modernização da gestão da Secretaria-Executiva do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) e maior difusão dos resultados dos projetos apoiados com recursos do Fundo

- Realização da 1ª Conferência Nacional de Defesa do Consumidor (I CONDEC)

- Realizar a reestruturação gerencial do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), implantando uma gestão com foco em resultados, transparente, baseada em capital humano e aplicando conhecimentos já acumulados e novas ferramentas tecnológicas

Iniciativas

- 03KB - Estruturação da atividade de produção de estudos e análise de informação, com foco na aplicação ao processo decisório do DPDC e ênfase nas questões consumeristas que envolvem os cidadãos que ascenderam ao mercado de consumo nos últimos anos, a partir da ampliação e constante inovação do SINDEC e do fortalecimento do trabalho de monitoramento de mercado, principalmente em setores regulados

- 03KC - Fortalecimento da articulação institucional do DPDC com os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com os representantes da sociedade civil e com os diversos atores internacionais que atuam na defesa do consumidor

- 03KD - Fortalecimento da atuação preventiva e repressiva do DPDC na defesa do consumidor, por meio do aprimoramento dos diversos procedimentos conduzidos pelo Departamento

- 03KE - Fortalecimento da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, com o aprofundamento de seu papel de foro de discussão dos temas mais relevantes para a defesa do consumidor, ampliação da oferta de cursos para os técnicos e agentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e disseminação da defesa do consumidor junto aos órgãos reguladores e ministérios

- 03KF - Fortalecimento do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos e de sua atividade de análise e acompanhamento de projetos, garantindo a boa aplicação e efetividade dos recursos que transfere

OBJETIVO: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Criação e implantação da Escola de Defesa da Concorrência com rede de ensino a distância

- Implantação de ao menos 5 novos laboratórios de análise e investigação de cartéis garantindo a presença de ao menos um laboratório em cada região do país

- Implantação do Novo CADE

- Implementação do sistema de notificação e tramitação eletrônica dos processos administrativos

- Lançamento e divulgação de publicações e cartilhas para disseminação da cultura da concorrência

- Realização do encontro anual da ICN (International Competition Network) no Brasil em 2012

- Redução de 50% do estoque de investigações nos setores de saúde e combustíveis em instrução na SDE/MJ

- Revisão das normas de tramitação de processos no SBDC para diminuir a duração dos processos, aprimorando a observância dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da razoável duração dos processos administrativos

- Revisão do marco legal dos crimes contra a ordem econômica, com a finalidade de dissuadir a prática de tais delitos e aumentar a eficácia da persecução penal contra crimes dessa natureza

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VET 6/2012
4972

- Revisão dos programas de leniência e de compliance, incentivando a adesão dos agentes econômicos a esses programas com vistas a tornar mais efetiva a prevenção e a repressão de infrações à ordem econômica

Iniciativas

- 03KK - Aumentar a eficácia, eficiência e efetividade do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, com a priorização de setores de grande impacto econômico e social, a institucionalização de parcerias com órgãos da administração pública e organismos internacionais, com o fomento à livre concorrência nos setores regulados e com o fortalecimento da prevenção e do combate às infrações à ordem econômica

- 03KL - Reestruturar o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência com a implantação e funcionamento do Novo CADE provido de corpo técnico e estrutura apropriados ao atendimento das demandas e procedimentos previstos no PL nº 3937/2004, dentre os quais o de análise prévia de atos de concentração econômica

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 1.534.852 documentos arquivísticos preservados

- 120 reuniões técnicas realizadas no âmbito do CONARQ

- 140.000 registros de documentos inseridos e publicados no Banco de Dados Memórias Reveladas

- 2 conferências nacionais de arquivos realizadas em 2013 e 2015

- 2 milhões de usuários atendidos e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento

- 217 instituições e entidades cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ)

- 230 publicações, sítios eletrônicos e eventos culturais realizados para difusão do acervo e de conhecimento

- 50 unidades protocolizadoras da Administração Pública Federal reestruturadas

- 8 pontos de acesso da Rede Memórias Reveladas implantados nos estados

- Ampliar em 100 Tbyte/ano a capacidade de armazenamento de arquivos digitais

- Ampliar espaço de armazenamento físico para o acervo da Administração Pública Federal com a adequação de dois depósitos/ano

- Aprovar marcos legais para os Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP), Sistema de Serviços Gerais (SISG) e Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal

- Aprovar normativas reguladoras das atividades de protocolo da Administração Pública Federal

- Aumentar em 10% ao ano a quantidade de equipamentos de preservação instalados (Sistema de climatização; Sistema de monitoramento ambiental; Sistemas de Arquivos Deslizantes), totalizando 2236 equipamentos

- Fomentar a criação de arquivos municipais em 10% dos municípios brasileiros

- Implantação de serviços de informação ao cidadão nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal

- Inserir 53.573 registros em sistema informatizado de registro de estrangeiros e naturalização

- Integrar mais 20 órgãos e entidades parceiros à Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias Reveladas

- Prédio construído, com moderna tecnologia aplicada à guarda e gestão de documentos produzidos e acumulados pela Administração Pública Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
498

- Proteger e preservar mais 15 acervos do período do regime militar (1964-1985) no âmbito da Rede Memórias Reveladas

Iniciativas

- 03KQ - Consolidação da política nacional de arquivos e da rede nacional de cooperação e informações arquivísticas
- 03KR - Modernização e integração sistêmica dos serviços arquivísticos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal
- 03KS - Preservação, acesso e difusão do patrimônio arquivístico nacional

OBJETIVO: 0874 - Assegurar e expandir os direitos dos migrantes por meio da consolidação de mecanismos ágeis de acesso à informação, construção de direitos e prestação de serviços públicos gratuitos, independentemente de sua situação migratória.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Aumentar a quantidade de serviços públicos online prestados a migrantes, reduzindo os custos de atendimento e conferindo maior celeridade no fornecimento de informações
- Implementar uma política de construção e fortalecimento dos direitos dos migrantes
- Realizar a primeira conferência nacional dos migrantes

Iniciativas

- 03KU - Garantia e expansão dos direitos dos migrantes

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento da população em situação de rua
- Apoiar e instituir ambientes específicos à tomada de Depoimentos Especiais no Poder Judiciário
- Apoiar e instituir Casas de Direitos, em parceira com o Sistema de Justiça e Governos Estaduais
- Apoiar e instituir equipamentos públicos de Efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça
- Apoiar e instituir núcleos de execução penal da Defensoria Pública para assistência jurídica integral aos presos, presas e seus familiares
- Apoiar e instituir núcleos de Justiça Restaurativa
- Apoiar e instituir o fortalecimento dos Juizados do Torcedor, com enfoque nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de 2014
- Coordenar os trabalhos de regulamentação do Sistema de Registro Eletrônico dos Cartórios Extrajudiciais, conforme preceituam os Arts. 37 a 45 da Lei 11.977 de 07 de julho de 2009
- Fomentar, articular e instituir políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça, bem como, promover formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos
- Instituir e gerenciar o Portal das Serventias Extrajudiciais do Brasil

SECRETARIA - GERAL - MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Vot 6/2012
499

- Instituir núcleos de Justiça Comunitária, com destaque para sua implantação nos Territórios da Paz

- Modernizar e padronizar a tramitação do processo eletrônico de provimento e vacância de magistrados, facilitando a troca de informações entre o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Justiça e a Casa Civil da Presidência da República

- Pesquisar e divulgar experiências exitosas de agilização e desburocratização de processo no sistema de Justiça

- Realizar e apoiar Cursos de Capacitação em Mediação para Operadores do Direito

- Realizar eventos, estudos e pesquisas com vistas a debater, subsidiar e fomentar políticas de aprimoramento do sistema de Justiça

- Viabilizar a aprovação de projetos de lei relacionados aos temas definidos nos Pactos Republicanos de Estado

Iniciativas

- 03KV - Aprimoramento do sistema de Justiça, por meio do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da promoção da interoperabilidade entre sistemas de processos eletrônicos e da modernização da gestão dos registros das serventias extrajudiciais

- 03KW - Desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos

OBJETIVO: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoar e implantar sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos da Advocacia Pública Federal adaptados ao padrão de interoperabilidade adotado

- Consolidar um padrão de interoperabilidade comum aos sistemas da Advocacia Pública Federal e aos órgãos do Poder Judiciário

Iniciativas

- 03KX - Implantação da Advocacia Pública Eletrônica, aumentando o número de processos judiciais eletrônicos tramitados de forma integrada com os sistemas da Advocacia Pública Federal

OBJETIVO: 0877 - Reduzir a litigiosidade no Poder Judiciário, com a racionalização do ajuizamento e prosseguimento de ações judiciais em que a Fazenda Pública Federal figure como parte, mediante a resolução administrativa de conflitos, bem como pela atuação processual e administrativa harmônica com a jurisprudência pacificada nos tribunais superiores.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoar as normas para dispensa de apresentação de defesa e para a desistência ou não interposição de recursos

- Aprimorar as Câmaras de Conciliação e Arbitragem

- Instituir marco legal específico que permita a transação como alternativa para a solução administrativa das lides tributárias

- Instituir o marco legal que racionalize a execução fiscal

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Vot 6/2012
500

Iniciativas

- 03KY - Redução da prática de atos processuais e administrativos que contrariem a jurisprudência pacificada no âmbito dos tribunais superiores, bem como do ajuizamento e prosseguimento de execuções fiscais infrutíferas, e criação de mecanismos alternativos para a solução administrativa dos conflitos

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Ampliar para 1.000 o número de vagas do Programa da Residência Jurídica
- Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento de casos de discriminação racial.
- Aumentar a cada ano, em média, 25% das unidades da DPU do total das 200 unidades almejadas até 2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	19,00	unidade
Região Nordeste	42,00	unidade
Região Norte	17,00	unidade
Região Sudeste	75,00	unidade
Região Sul	47,00	unidade

- Criar em todas as unidades de atuação da DPU salas de visita virtual, com destaque para o atendimento em penitenciárias federais
- Definir novo modelo de gestão para a abertura das novas Unidades da Defensoria Pública da União (DPU)
- Estruturar o atendimento da Defensoria Pública da União para as comunidades quilombolas e tradicionais com maiores índices de violência e risco social.
- Implantar em todas as Unidades de atuação da Defensoria Pública da União o projeto DPU-Escolas e DPU-Comunidade
- Implantar em todas as unidades de atuação da DPU uma Câmara de Resolução Extrajudicial de Conflitos
- Instituir autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública da União, nos termos conferidos às Defensorias Públicas Estaduais (Emenda Constitucional nº 45)
- Normatizar a substituição de eixos das embarcações na Amazônia Legal, de forma a erradicar os casos de escalpelamento
- Pactuar com as instâncias do Sistema de Justiça Criminal a implementação de linhas de ação de enfrentamento de qualquer atuação discriminatória e de reforço de estigma em relação a jovens negros
- Realizar 100 edições do Projeto DPU-Itinerante nos Municípios de menor IDH

Iniciativas

- 03L0 - Difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico em conjunto com as escolas públicas do ensino médio e fundamental
- 03L1 - Fortalecimento do atendimento da DPU, com a estruturação das Unidades existentes e criação de novas Unidades, priorizando o atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade social

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0879 - Intensificar a cooperação internacional por meio da ampliação do número de acordos e ou tratados em que o Brasil seja parte, efetivação de pedidos de cooperação jurídica e intensificação do relacionamento com organismos internacionais,

contribuindo para a efetividade da justiça dos países signatários.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 32 tratados/acordos internacionais sobre cooperação jurídica internacional assinados
- Modernizar a tramitação de pedidos de cooperação jurídica internacional por meio de integração ao sistema de tramitação digital do Poder Judiciário

Iniciativas

- 03L7 - Intensificação da cooperação jurídica internacional

OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça com ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Criar e estruturar rede de articulação federativa com banco de dados e integração de informações, priorizando todas as capitais e suas regiões metropolitanas, municípios com mais de 100 mil habitantes, além das mesoregiões, regiões integradas de desenvolvimento e consórcios públicos
- Criar e estruturar rede participativa com banco de dados de boas práticas implantadas por gestões locais ou por organizações populares
- Estruturar a Ouvidoria Geral do MJ
- Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça

Iniciativas

- 03L8 - Criação da Ouvidora Geral do MJ e de outros canais de interlocução com a população e sociedade civil organizada
- 03L9 - Implementação da Política Nacional de Justiça e promoção das políticas públicas de Justiça
- 03LA - Intensificação das relações federativas e implantação de Rede de Articulação Federativa

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
502

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OUT 6/2015
502

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Concessão de patentes a residentes no país pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	unidade por ano	31/12/2008	529,00
Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB)	%	31/12/2010	0,59
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,57
Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,19
Investimentos privados anuais em pesquisa e desenvolvimento no setor industrial de tecnologia da informação	R$ milhão	31/12/2010	800,00
Número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados pela Thompson/ISI	unidade por ano	31/12/2009	32.100,00
Número de cursos de doutorado	unidade	31/12/2009	1.421,00
Número de cursos de mestrado	unidade	31/12/2009	2.678,00
Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D	unidade	31/12/2008	3.425,00
Número de técnicos e pesquisadores ocupados em atividades de P&D nas empresas brasileiras	unidade	31/12/2008	58.046,00
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Thomson/ISI	%	31/12/2009	2,69
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	%	31/12/2008	47,67
Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país	unidade por ano	31/12/2008	8.056,00
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	%	31/12/2010	27,30

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.575.031**	**16.651.035**
Despesas Correntes	3.501.155	13.472.902
Despesas de Capital	1.073.876	3.178.133
Outras Fontes	**4.636.000**	**20.392.518**
Valores Globais	**9.211.031**	**37.043.554**
	46.254.585	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VOT 6/503

Metas 2012-2015

- Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq

- Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015

Iniciativas

- 016X - Apoio continuado a grupos de excelência já consolidados, e formação de novos grupos, com foco em temas inovadores
- 016Y - Cooperação nacional e internacional em ciência, tecnologia e inovação
- 0171 - Execução do Plano Nacional de Astronomia (PNA) e expansão da participação brasileira nos telescópios internacionais
- 0174 - Fomento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)
- 0176 - Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos
- 0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores
- 0179 - Pesquisa e desenvolvimento de sistemas e serviços nos centros regionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
- 04CW - Apoio à unidade central de pesquisas do campus do Instituto Internacional de Neurociências de Natal - IINN - Campus do Cérebro

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Aumentar de 113 para 200 o número de bolsas especializadas em inovação em curso no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)
- Aumentar para 4% a contribuição da Região Amazônica para o número de publicações brasileiras no Essential Science Indicators, Thomson Reuters
- Implementar 50 bolsas especializadas em tecnologia e inovação no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM)

Iniciativas

- 017B - Ampliação e modernização da infraestrutura para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais
- 017F - Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da Região Amazônica

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCT e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar o Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCT (PcTD) de 0,83 para 0,95
- Ampliar para 117 o número anual de depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de Propriedade Intelectual das criações desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCT
- Aumentar o Índice Geral de Publicações (IGPUB) nas Unidades de Pesquisa do MCT de 1,85 para 2,20
- Conectar 41 campi em municípios médios a 1 Gbps e 681 campi em municípios pequenos a 100 Mbps

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
MCT 6/301
504

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	71,00	unidade
Região Nordeste	216,00	unidade
Região Norte	111,00	unidade
Região Sudeste	186,00	unidade
Região Sul	138,00	unidade

- Criar 5 laboratórios multiusuários no país

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	5,00	unidade

Iniciativas

- 017N - Apoio e expansão do número de Entidades Associadas às Unidades de Pesquisa do MCT
- 017O - Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração
- 017P - Difusão e disseminação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação
- 017W - Expansão do número de laboratórios multiusuários e de redes de ciência, tecnologia e inovação nas unidades de pesquisa do MCT
- 017Z - Expansão e modernização da infraestrutura técnico-científica das instituições científicas e tecnológicas do país
- 0181 - Implantação de rede de Laboratórios Associados ao Inmetro, articulando esforços entre empresas, instituições científicas e tecnológicas e órgãos de fomento do país
- 0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCT
- 0184 - Recuperação, modernização e ampliação da infraestrutura das unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCT
- 04C3 - Interiorização da Nova Rede Nacional de Pequisa

OBJETIVO: 0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Realizar 150.000 serviços anuais de ensaios ou calibração pelas redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos
- Realizar 17.000 atendimentos anuais de extensão tecnológica em micro, pequenas e médias empresas pelas redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica
- Ter em curso 1.200 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as redes SIBRATEC de Centros de Inovação e Empresas

Iniciativas

- 01M6 - Estruturação, implementação e fortalecimento das redes temáticas de centros de inovação e de serviços tecnológicos, das redes estaduais de extensão tecnológica e fortalecimento e expansão do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT)

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados
- Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais

Iniciativas

- 01MA - Coordenação e aprimoramento da promoção à pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de TICs
- 01MD - Estruturação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação (PADSTI)
- 01MK - Fomento à pesquisa em Tecnologia da Informação
- 01MN - Promoção do desenvolvimento de bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas

OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos
- Promover o aumento em 40% do número de pedidos de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos depositados no Brasil e no exterior por residentes no país

Iniciativas

- 01NW - Ampliação e consolidação de ações em metrologia biológica, nanometrologia e metrologia de materiais
- 01O4 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia
- 01O5 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Nanotecnologia

OBJETIVO: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento

Iniciativas

- 01OL - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis
- 01OM - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em minerais estratégicos, nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral
- 01ON - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em petróleo e gás
- 01OO - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em saúde
- 01OP - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em transportes, especialmente nos setores aeroespacial, naval e ferroviário
- 01OR - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção agrícola sustentável, defesa agropecuária, aquicultura e pesca
- 01OS - Implantação de sistema de informações sobre politicas de ciência, tecnologia e inovação
- 01OT - Implantação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
506
SENADO FEDERAL

- 01OU - Implementação de parceria entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Saúde na formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em produtos, serviços e tecnologias prioritários para o SUS

OBJETIVO: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Aumentar de 22,3% para 30% o percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas
- Aumentar para 5.000 o número de empresas que fazem pesquisa e desenvolvimento contínuo
- Aumentar para 80.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em pesquisa e desenvolvimento nas empresas

Iniciativas

- 01P6 - Aperfeiçoamento do marco regulatório de incentivo à inovação e à P&D
- 01P9 - Apoio à inovação nas empresas
- 01PD - Conversão da FINEP no Banco Nacional da Inovação e criação da FINEP Participações
- 01PF - Estabelecimento de novos Fundos Setoriais
- 01PK - Fomento à criação e consolidação de empresas inovadoras intensivas em conhecimento, em especial nas incubadoras de empresas e parques tecnológicos

OBJETIVO: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq
- Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq
- Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq
- Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq

Iniciativas

- 01Q0 - Concessão de bolsas para atração, fixação e promoção do intercâmbio de recursos humanos qualificados - Ciência sem Fronteiras
- 01Q1 - Concessão de bolsas para formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, desenvolvimento tecnológico, extensão e inovação

OBJETIVO: 0498 - Promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Alcançar o número anual de 500 empresas apoiadas pelo programa RHAE
- Alcançar o número de 16.000 bolsas de iniciação tecnológica concedidas pelo CNPq para as Engenharias
- Ampliar a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 30%

Iniciativas

- 01Q8 - Priorização da formação e da capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas

OBJETIVO: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar para 300 o número de espaços científico-culturais dos estados brasileiros
- Atingir 1200 municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano
- Aumentar a participação do público elegível na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) para 95%
- Criar o Desafio Nacional de Ciências

Iniciativas

- 01Q9 - Apoio a ações de ciência, tecnologia e de inovação na área de Educação Científica
- 01QD - Apoio a projetos e eventos de divulgação científica, tecnológica e de inovação
- 01QE - Desenvolvimento de espaços e iniciativas científico-culturais

OBJETIVO: 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Apoiar 150 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológia
- Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional
- Apoiar 25 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015
- Apoiar a modernização ou implantação de 120 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015
- Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva

Iniciativas

- 01QG - Apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos
- 01QK - Apoio a projetos de Tecnologia Social e de Tecnologia Assistiva
- 01QN - Fomento a pesquisa e desenvolvimento aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional
- 01QO - Fomento a pesquisa e desenvolvimento em Arranjos Produtivos Locais, Micro e Pequenos Empreendimentos

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia
- Apoiar 16 projetos de aplicação tecnológica para gestão e desenvolvimento de esporte e lazer

Iniciativas

- 01QS - Apoio ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para as cidades sustentáveis

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Capacidade de armazenamento de derivados - bases de distribuição	m³	31/12/2010	2.906.999,00
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - bases de distribuição	m³	31/12/2010	503.552,00
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - terminais	m³	31/12/2010	325.961,00
Capacidade de armazenamento de petróleo e derivados - terminais	m³	31/12/2010	11.860.032,00
Capacidade de transporte marítimo de derivados	tonelada de porte bruto	31/05/2011	544.835,00
Capacidade de transporte marítimo de gases liquefeitos	tonelada de porte bruto	31/05/2011	40.171,00
Capacidade de transporte marítimo de petróleo	tonelada de porte bruto	31/05/2011	1.449.843,00
Capacidade de transporte marítimo de petróleo e derivados	tonelada de porte bruto	11/07/2011	784.612,00
Capacidade nominal instalada de processamento de petróleo	milhão de barris de petróleo por dia	31/12/2009	2,10
Consumo de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,40
Consumo de etanol hidratado	milhão de m³ por ano	31/12/2010	15,07
Consumo de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	12,56
Consumo de gasolina C	milhão de m³ por ano	31/12/2010	29,85
Consumo de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	49,24
Consumo de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	6,25
Exportações de biocombustíveis	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,76
Extensão de oleodutos: transferência e transporte	km	11/07/2011	7.179,00
Frequência de paridade etanol/gasolina favorável	%	31/12/2010	87,50
Importações de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	3,12
Importações de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	9,01
Importações de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,92
Índice de conformidade da qualidade dos combustíveis	%	31/12/2010	97,64
Participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB	famílias	31/12/2010	100.371,00
Participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos	%	31/12/2010	21,40
Produção de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,40
Produção de etanol	milhão de m³ por ano	31/12/2010	27,96
Taxa de exportação de derivados em relação às exportações do setor de petróleo	%	31/12/2010	27,33

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**48.197**	**166.683**
Despesas Correntes	46.788	153.381
Despesas de Capital	1.409	13.302
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**34.540.367**	**60.269.233**
Outras Fontes	**7.597.916**	**20.802.996**
	42.186.480	**81.238.912**

CÂMARA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Valores Globais	**123.425.392**

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	3.000.000

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd

- Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152x10³m³/dia de óleo diesel

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	39,00	milhar de m³ por dia
Região Norte	3,00	milhar de m³ por dia
Região Sudeste	85,00	milhar de m³ por dia
Região Sul	25,00	milhar de m³ por dia

- Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21x10³m³/dia de Querosene de Aviação (QAV)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	milhar de m³ por dia
Região Norte	1,00	milhar de m³ por dia
Região Sudeste	16,00	milhar de m³ por dia
Região Sul	2,00	milhar de m³ por dia

- Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30x10³m³/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	4,00	milhar de m³ por dia
Região Norte	1,00	milhar de m³ por dia
Região Sudeste	21,00	milhar de m³ por dia
Região Sul	4,00	milhar de m³ por dia

- Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62x10³m³/dia de gasolina

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	8,00	milhar de m³ por dia
Região Norte	2,00	milhar de m³ por dia
Região Sudeste	39,00	milhar de m³ por dia
Região Sul	13,00	milhar de m³ por dia

- Produzir, em padrões adequados de qualidade: - 68x10³m³/dia de óleo diesel S-10 - 18x10³m³/dia de óleo diesel S-500 - 66x10³m³/dia de gasolina S-50

Iniciativas

- 004D - Desenvolvimento de mercados de combustíveis no exterior

SECRETARIA-GERAL 16/6/2012 COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO SENADO FEDERAL

- 004E - Implantação da Refinaria Abreu e Lima (PE)
- 004F - Implantação da Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)
- 004G - Implantação da Refinaria Premium I (MA)
- 004H - Implantação da Refinaria Premium II (CE)
- 004I - Implantação de Refinarias
- 004M - Manutenção, modernização e ampliação do parque de refino
- 004R - Modernização e ampliação da Refinaria Duque de Caxias - REDUC (RJ)
- 004S - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR (PR)
- 004T - Modernização e ampliação da Refinaria de Paulínia - REPLAN (SP)
- 004U - Modernização e ampliação da Refinaria Landulpho Alves - RLAM (BA)
- 004V - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC (SP)
- 04A6 - Modernização e ampliação da Refinaria Gabriel Passos - REGAP (MG)
- 04A7 - Modernização e ampliação da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP (SP)

OBJETIVO: 0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Promover a internacionalização da produção e do uso sustentáveis de bioenergia

Iniciativas

- 00KY - Promover a cooperação entre institutos brasileiros com os correspondentes de outros países (preferencialmente em desenvolvimento) para a promoção dos cultivos de culturas agroenergéticas
- 00KZ - Promover cooperação nas áreas de regulamentação e políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento da produção e do uso sustentáveis da bioenergia em terceiros países (preferencialmente em desenvolvimento)
- 00L0 - Promover o desenvolvimento de esquemas internacionais de certificação e padronização da produção sustentável de biocombustíveis que levem em consideração aspectos estritamente técnicos do produto final, em linha com as regras da Organização Mundial de Comércio (OMC)
- 00L1 - Promover o tratamento equilibrado da bioenergia em foros internacionais
- 00L2 - Promover projetos de cooperação técnica para estimular a implantação de usinas produtoras de bioenergia e de frotas piloto de veículos flexfuel em outros países (preferencialmente em desenvolvimento)

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente

Iniciativas

- 00L5 - Implantação e ampliação da capacidade de unidades produtoras de biodiesel, etanol e unidades esmagadoras

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/01/2013
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Ampliação da capacidade de armazenamento de petróleo e de derivados - terminais em 630 mil m³

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	28,00	mil m³
Região Nordeste	15,40	mil m³
Região Norte	3,20	mil m³
Região Sudeste	531,90	mil m³
Região Sul	51,80	mil m³

- Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	km
Região Norte	3,00	km
Região Sudeste	337,00	km

- Ampliar a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis, de modo a adicionar 2.994.496 toneladas de porte bruto (tpb)

- Atender a totalidade dos estados brasileiros com a comercialização de GLP em botijões P8 (8kg) e P5 (5kg)

- Aumentar a quantidade de botijões de GLP, de forma a melhorar o atendimento ao mercado consumidor doméstico em: - 1.148.865 unidades de botijões P13 (13kg) - 287.217 unidades de botijões P5 (5kg) e P8 (8kg)

- Aumentar em 305 mil m³/dia a capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis entre as refinarias e os terminais de modo a permitir o suprimento destes produtos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5.000,00	m³/dia
Região Sudeste	300.000,00	m³/dia

Iniciativas

- 00L8 - Expansão da frota marítima e hidroviária para transporte de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e petroquímicos e apoio logístico off-shore

- 00L9 - Implantação do Sistema de Logística de Etanol Jataí - REPLAN - Caraguatatuba

- 00LA - Implantação e expansão da malha dutoviária e de ativos logísticos para ampliação da capacidade de escoamento de petróleo, derivados e biocombustíveis

- 00LC - Modernização, ampliação e adequação da infraestrutura logística de petróleo, derivados e biocombustíveis

- 00LD - Modernizar e ampliar a capacidade logística de distribuição para atender, de forma otimizada, ao crescimento dos diversos mercados e às demandas legais e regulatórias, primando pela segurança, meio ambiente e saúde pública

- 04A8 - Reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo

- 04DM - Implantação do Sistema de Escoamento de Combustíveis - Poliduto - PR/MS/MT

OBJETIVO: 0187 - Ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- 200.000 agricultores familiares participando da cadeia produtiva do biodiesel

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	8.000,00	unidade
Região Nordeste	85.000,00	unidade
Região Norte	6.000,00	unidade

SECRETARIA-GERAL 16/8/2012 COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO SENADO FEDERAL 573

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	6.000,00	unidade
Região Sul	95.000,00	unidade

Iniciativas

- 00LF - Análise e monitoramento do Selo Combustível Social
- 00LG - Fomento à organização da base produtiva da agricultura familiar para a produção de oleaginosas, óleos vegetais e biodiesel
- 00LJ - Revisão e criação de instrumentos legais relacionados

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Atender à demanda de biocombustíveis, tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente
- Garantir o abastecimento do óleo diesel S-10, do óleo diesel S-500 e da gasolina S-50, de modo a atender integralmente o mercado nacional de combustíveis
- Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%

Iniciativas

- 023T - Monitoramento das condições e da evolução do mercado de combustíveis
- 023V - Planejar as ações integrantes da política nacional de combustíveis
- 023X - Regulação e fiscalização o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis

OBJETIVO: 0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%
- Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética

Iniciativas

- 02CU - Promover conscientização sobre o uso eficiente dos derivados do petróleo e do gás natural
- 02CV - Promover estudos e projetos visando a regulamentação da Lei nº 10.295, de 17/10/01, acrescentando novos equipamentos à lista de Indicadores e Níveis Mínimos de Eficiência Energética e promovendo melhorias naqueles já existentes, no que diz respeito aos equipamentos que consomem derivados do petróleo e do gás natural
- 02CY - Realizar estudos e projetos para estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis

OBJETIVO: 0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA GERAL DA MESA
06/6/2014
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga

- Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga

Iniciativas

- 037M - Apoiar e fomentar o desenvolvimento de estratégias empresariais de uso sustentável da biomassa florestal como fonte primária de energia

- 037P - Implementar auditoria sobre o uso sustentável de biomassa florestal como fonte primária de energia

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de empregos formais no setor terciário	unidade	31/12/2010	25.637.000,00
Número de estabelecimentos do setor de comércio	unidade	31/12/2008	1.524.895,00
Número de estabelecimentos do setor de serviços	unidade	31/12/2008	879.691,00
Participação do setor terciário no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro	%	31/12/2010	67,40
Variação do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços	%	31/12/2010	3,21

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**24.809**	**166.066**
Despesas Correntes	12.109	158.843
Despesas de Capital	12.700	7.223
Valores Globais	**24.809**	**166.066**
	190.875	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Conceder registro a empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até cinco dias úteis para atos sujeitos a decisão colegiada, na forma da lei
- Conceder registro a micro e pequenas empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até dois dias úteis para atos sujeitos a decisão singular, na forma da lei
- Reduzir, anualmente, em 5% o número de horas para a decisão de processos de empresários individuais e sociedades contratuais

Iniciativas

- 03CW - Implantação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM)
- 03CX - Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores
- 03CZ - Modernização e informatização dos processos de registro mercantil e legalização de empresas
- 03D0 - Monitoramento e avaliação da prestação dos serviços de registro mercantil, bem como da fiscalização dos agentes auxiliares do comércio, executados pelas Juntas Comerciais

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Elaborar o Atlas Nacional de Serviços
- Elaborar o Atlas Nacional do Comércio

Iniciativas

- 03D2 - Desenvolvimento de cadastros nacionais dos setores de comércio e serviços
- 03D5 - Elaboração de pesquisas, estudos e diagnósticos sobre os setores de comércio e serviços
- 03D7 - Elaboração e divulgação do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços
- 03D9 - Mapeamento dos setores de comércio e serviços no país

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Premiar anualmente empresas e profissionais do setor de comércio e serviços
- Realizar 4 Encontros Nacionais de Comércio
- Realizar 4 Encontros Nacionais de Serviços

Iniciativas

- 03DE - Capacitação de empresários, profissionais e representantes de entidades do setor terciário
- 03DF - Desenvolvimento e melhoria da competitividade dos segmentos de comércio e serviços
- 03DG - Instituição de normas técnicas e certificação das empresas de comércio e serviços e aperfeiçoamento da interface empresa-consumidor
- 03DJ - Promoção dos segmentos de comércio e serviços
- 03DK - Proposição de medidas de adequação das legislações tributárias e trabalhistas às especificidades dos segmentos de comércio e serviços

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/2012

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro	%	01/01/2011	9,70
Corrente de comércio de bens	US$ bilhão	01/01/2011	383,56
Exportação total de bens	US$ bilhão	01/01/2011	201,92
Exportação total de serviços	US$ bilhão	01/01/2011	30,29
Participação brasileira no comércio mundial	%	01/01/2011	1,36
Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais	%	01/01/2011	35,50
Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados	%	01/01/2011	22,70
Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais	%	01/01/2011	15,43
Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras	%	01/01/2011	25,50

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.389.607**	**4.931.437**
Despesas Correntes	582.583	2.000.856
Despesas de Capital	807.025	2.930.581
Outras Fontes	**40.476.877**	**134.795.415**
Valores Globais	**41.866.484**	**139.726.852**
	181.593.336	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	50.000

OBJETIVO: 0795 - Modernizar os sistemas informatizados de controle aduaneiro com vistas à simplificação, agilização, harmonização de rotinas e procedimentos e eficácia no combate às irregularidades e fraudes.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Implementar a emissão e vinculação de documentos necessários às atividades exportadora e importadora por meio eletrônico, com reaproveitamento de dados (exs: e-NF, e-CRT, e-MIC/DTA, e-BL e e-AWB)
- Reduzir o percentual de declarações selecionadas para controle no despacho de importação de 21% para 13%, com aumento da qualidade na seleção pela concentração da ação da fiscalização nas operações de maior risco
- Simplificar e padronizar os procedimentos aduaneiros de importação e exportação, reduzindo os tempos de despacho de importação de 2,22 dias para 1,5 dias e de exportação de 0,51 dia para 0,4 dia

Iniciativas

- 0375 - Desenvolvimento e implantação do Sistema Informatizado de Trânsito Internacional Aduaneiro (SINTIA) para possibilitar a integração entre as aduanas dos países membros do Acordo sobre Trânsito Internacional Terrestre (ATIT), o que resultará em maior agilidade do fluxo de veículos e mercadorias nas fronteiras terrestres e maior

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

controle e segurança

- 0376 - Desenvolvimento e implantação do sistema Sistema de Apoio às Atividades de Retenção e Apreensão (SAARA) para uniformizar os procedimentos e sistematizar o registro, o controle e o acompanhamento das retenções e apreensões
- 0377 - Desenvolvimento e implantação do Sistema de Seleção por Aprendizado de Máquina (SISAM), que visa melhorar a qualidade da seleção fiscal, com redução no número de declarações de importação selecionadas e aumento do acerto na identificação da fraude aduaneira
- 0378 - Desenvolvimento e implantação dos sistemas Siscomex-Carga nos modais aéreo e terrestre, além do aprimoramento do modal marítimo, já implantado, resultando em maior agilidade do fluxo de veículos e cargas e maior controle e segurança (uso de janela única e recepção antecipada de informações)
- 037A - Modernização dos sistemas de despacho aduaneiro Siscomex-Importação e Siscomex-Exportação, com implantação de novas funcionalidade, inclusive com a utilização de documentos digitais, tais como a e-NF e o Certificado de Origem eletrônico

OBJETIVO: 0802 - Intensificar e aprimorar os instrumentos de controle administrativos e de fiscalização aduaneira para o combate às práticas ilegais no comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Aumentar em 40% as apreensões de mercadorias nos portos, aeroportos e pontos de fronteiras
- Aumentar em 40% o número de fiscalizações de zona secundária e, em igual percentual, o crédito tributário lançado
- Aumentar o número de processos simultâneos de investigação de origem não preferencial de produtos importados
- Criar marco legal para instauração de processo administrativo de identificação, apuração e punição, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de práticas ilegais no comércio exterior
- Criar sistema informatizado necessário à atividade de identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior
- Implantar o Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro
- Implantar o Plano de Modernização e de Reestruturação das unidades aduaneiras

Iniciativas

- 038C - Apuração de denúncias de fraudes de origem, de modo a combater a elisão a restrições comerciais e preferências não tarifárias por meio da adulteração da origem do produto importado
- 038E - Criação de sistema informatizado de auxílio ao monitoramento preventivo de importações com vistas à identificação de indícios de práticas ilegais de comércio
- 038L - Fortalecimento dos instrumentos de combate a violações dos direitos sobre marcas e outros ativos de propriedade industrial por parte do produto importado
- 038M - Fortalecimento dos instrumentos de fiscalização do cumprimento de regulamentos técnicos incidentes sobre produtos importados
- 038O - Implantação de metodologia e sistemática operacional, inclusive canal permanente de recebimento de denúncias, para comprovação de práticas ilegais
- 038Q - Implantação de novos equipamentos e sistemas para auxílio às atividades de fiscalização, vigilância e repressão aduaneiras
- 038R - Implantação do Centro Nacional de Cães de Faro e os Centros de Cães de Faro nas principais unidades aduaneiras
- 038S - Implantação do Plano de Fronteiras da Receita Federal para o combate ao contrabando e descaminho de forma mais atuante e eficiente
- 038T - Implantação do Sistema de Comunicação da RFB para atividades de vigilância e repressão
- 038U - Implantação do Sistema de Recepção de Informação Antecipada de Passageiros
- 038W - Instalação de Centro Nacional de Gerenciamento de Risco Aduaneiro

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/6/2012

- 038Y - Utilização de inovações tecnológicas para monitoramento de cargas e veículos e detecção de substâncias ilícitas

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Reduzir de 8 para 6 meses o prazo para alcançar determinações preliminares nos casos em que seja necessário proteger a indústria doméstica de práticas comerciais desleais durante o período de investigação

- Reduzir prazo médio das investigações de 15 para 12 meses

Iniciativas

- 0392 - Avaliação do desempenho das importações e seu impacto para utilização preventiva dos instrumentos de defesa comercial, em especial salvaguardas

- 0393 - Criação de núcleo de divulgação dos instrumentos de defesa comercial para orientação do setor produtivo nacional

- 0395 - Desenvolvimento de sistema de monitoramento de importações para detecção de importações atípicas que indiquem práticas desleais

- 0396 - Desenvolvimento de sistema informatizado para processamento de dados relativos ao dumping e aos indicadores da indústria doméstica no contexto das investigações

- 0399 - Facilitação do acesso e agilização dos processos de investigação contra práticas desleais por meio da digitalização dos processos e disponibilização on-line

- 039B - Realização de investigações de defesa comercial

OBJETIVO: 0806 - Simplificar, modernizar e harmonizar normas, procedimentos e exigências relativos às operações de comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Consolidar a legislação de comércio exterior em um diploma central, no nível legal

- Desenvolver Sistema de Desempenho Logístico, no qual serão definidos indicadores qualitativos e quantitativos e ferramentas de auxílio à análise, para fins mensuração da efetividade e eficácia das operações de comércio exterior, antes e após a modernização e simplificação das normas e procedimentos

- Desenvolver sistema para a integração de sistemas de governo de gestão do comércio exterior e suas bases de dados, em uma abordagem de single window, considerando perfis pré-definidos de usuários, segundo o nível de risco, e uso obrigatório de certificação digital

- Elaborar, em cooperação com os órgãos anuentes no comércio exterior e considerando-se as premissas da OMC sobre Facilitação de Comércio, atos normativos infralegais do Executivo destinados a inovar, modernizar, simplificar e harmonizar os procedimentos administrativos e exigências de controle incidentes sobre as operações de comércio exterior

Iniciativas

- 039E - Elaboração de marco legal do comércio exterior, inclusive projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional

- 039I - Implantação de Programa Nacional de Capacitação em Facilitação do Comércio, voltado aos servidores dos órgãos intervenientes no comércio exterior

- 039J - Implantação de Sistema de Desempenho Logístico, para análise e monitoramento da efetividade e eficácia, segundo conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos, dos processos logísticos de fluxo informacional e físico, na exportação, importação e trânsito

- 039M - Revisão de normas, procedimentos desnecessários, duplicidades de exigências e ineficiências nos processos dos órgãos intervenientes no comércio exterior

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 039N - Uniformização da legislação federal, estadual, distrital e municipal relacionada ao comércio exterior

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais e não-oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Aumentar de 31 para 89 as empresas beneficiadas pelo PROEX Equalização
- Aumentar de 35 para 100 as empresas beneficiadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE)
- Aumentar de 371 para 1060 as empresas beneficiadas pelo PROEX Financiamento
- Pôr em operação o PROEX Financiamento à Produção Exportável
- Pôr em operação o Seguro de Crédito à Exportação destinado às operações de micro, pequenas e médias empresas, com cobertura do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)

Iniciativas

- 039O - Alteração da legislação para possibilitar e/ou viabilizar o acesso às linhas de crédito aplicáveis aos exportadores finais, aos vendedores de insumos ao produtor final e exportador, aos exportadores indiretos e às comerciais exportadoras
- 039P - Ampliação da participação de instituições bancárias no comércio exterior, especialmente com vista a aumentar o acesso de micro, pequenas e médias empresas ao financiamento à exportação - Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE)
- 039T - Criação de linhas de crédito pré-aprovadas e aperfeiçoamento das linhas EXIM (BNDES) para exportadores diretos e indiretos e comerciais exportadores
- 039U - Criação de mecanismo para financiar estudos de viabilidade técnica e econômica de projetos de engenharia no exterior
- 039V - Definição de limites, critérios e regras específicas para determinados setores e países no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)
- 039W - Disponibilização de alternativas de garantias para o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX)
- 039X - Divulgação em sítio eletrônico dos dados sobre a utilização do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)
- 039Y - Financiamentos oficiais à exportação
- 039Z - Operações de seguro de crédito à exportação
- 03A1 - Reformulação da legislação do Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) e do Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE), de modo a estender ambos a todos os serviços exportáveis
- 03A2 - Revisão dos critérios para acesso ao Programa de Financiamento às Exportações - equalização (PROEX-Equalização)
- 03A3 - Revisão e atualização de normas e regras em vigor de programas oficiais à exportação com o objetivo de adequá-las às práticas internacionais

OBJETIVO: 0808 - Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Ampliar para 50 o número de núcleos operacionais do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Elaborar e implementar, em conjunto com as Unidades da Federação, Mapas Estratégicos de Comércio Exterior
- Elaborar estudos sobre a vocação exportadora de todos os estados brasileiros
- Implementar o Plano Nacional da Cultura Exportadora
- Lançar 8 Aprendendo a Exportar Unidades da Federação
- Lançar o Aprendendo a Exportar Amazônia Ocidental e Amapá
- Lançar o Aprendendo a Exportar para a América Latina
- Lançar o Aprendendo a Exportar Versão 3
- Realizar anualmente, no mínimo, 24 treinamentos de comércio exterior, incluindo aspectos operacionais, financeiros, creditícios e de acesso a mercados, com pelo menos 450 participantes, entre gestores públicos, empresários, estudantes e profissionais de comércio exterior

Iniciativas

- 03A4 - Ampliação dos núcleos operacionais do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX) de modo a atingir mais empresas nos estágios iniciais da maturidade exportadora
- 03A5 - Capacitação de empresários, gestores públicos e profissionais de comércio exterior
- 03A8 - Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais para dar apoio ao Plano Nacional da Cultura Exportadora e às Agendas de Trabalho com os estados
- 03A9 - Divulgação e marketing das ferramentas, sítios e ações de apoio ao comércio exterior
- 03AB - Elaboração de material informativo sobre o comércio exterior de serviços, inclusive série 'como exportar serviços' e mapa geográfico do comércio exterior de serviços no Brasil
- 03AD - Estabelecimento de parcerias com Organismos Internacionais de Cooperação, visando ao apoio às ferramentas de promoção da cultura exportadora e intercâmbio de experiências com outros países em desenvolvimento, em especial, na América Latina
- 03AF - Identificação de entraves à exportação de serviços e elaboração de medidas de estímulo às vendas externas
- 03AG - Implantação do Escritório do Exportador com a finalidade de atuar como centro da difusão da cultura exportadora e de orientação de empresários, gestores públicos e agentes de comércio exterior na área de jurisdição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)
- 03AI - Implementação do Plano Nacional da Cultura Exportadora
- 03AL - Promoção do acesso a mercados internacionais por meio do provimento de apoio à adaptação de produtos às exigências dos mercados importadores
- 03AM - Realização de estudos estratégicos de inteligência comercial que apoiem as empresas brasileiras na sua tomada de decisão com relação à exportação e internacionalização

OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Aumentar de 3,57 para 4,15 o número de eventos realizados por receita disponível em milhões de reais
- Aumentar de US$ 32,50 bilhões para US$ 68,4 bilhões o valor exportado anualmente por empresas apoiadas pela Apex-Brasil
- Aumentar em 10,4% a participação de empresas apoiadas pela Apex-Brasil na base exportadora brasileira
- Aumentar em 27,5% o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil
- Aumentar em 4 vezes a quantidade de empresas cadastradas no Sistema de Registro de Informações de Promoção

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
16/10/2014
522

(SISPROM), com equivalente aumento de registros de promoção, a partir da implementação da nova versão

- Criar mecanismo institucional de auxílio ao setor exportador nacional contra demandas externas excessivas (barreiras comerciais) e de negociação para a resolução de problemas enfrentados pelo exportador e pelo investidor brasileiros

- Elaborar a -Estratégia Nacional de Exportações-, que preveja os mercados e setores prioritários para a promoção comercial brasileira nos próximos anos, além de uma estratégia de atuação por mercado

Iniciativas

- 03AN - Ampliação da divulgação dos exportadores brasileiros em feiras e eventos internacionais

- 03AR - Ampliação, em articulação com o setor privado, dos Projetos Setoriais Integrados para mais setores, dando ênfase a setores de alta tecnologia e incentivando ações de fomento ao design, inovação e sustentabilidade transversais aos setores atendidos

- 03AS - Construção da estratégia de promoção comercial para as exportações brasileiras de serviços

- 03AV - Disseminação das práticas de proteção das marcas e outros ativos de propriedade industrial no exterior e apoio à defesa desses ativos junto às autoridades administrativas competentes e aos tribunais dos países de interesse

- 03AY - Estímulo a participação de trandings no comércio exterior brasileiro como forma de acesso a mercados não-tradicionais e de micro e pequenas empresas no universo de empresas exportadoras

- 03B1 - Implantação da nova versão do SISPROM

- 03B3 - Instituição de mecanismo para investigação e resolução de barreiras comerciais às exportações nacionais

- 03B5 - Organização de eventos de posicionamento e imagem do Brasil, e missões comerciais para mercados e nos setores prioritários indicados pela Estratégia Nacional de Exportações

- 03B8 - Promoção Comercial do Modelo Zona Franca de Manaus e Divulgação das potencialidades regionais

- 03BC - Promoção dos produtos brasileiros no exterior utilizando a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente como diferencial de acesso a mercados de elevada conscientização ambiental

- 03BD - Prospecção e atualização de informações comerciais das empresas relacionadas na Vitrine do Exportador

- 04CD - Recuperação e ampliação do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus

OBJETIVO: 0816 - Ampliar o acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais e da administração dos acordos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Garantir condições para a negociação do acordo de comércio do Brasil com a União Europeia, bem como para as demais negociações que possam surgir

Iniciativas

- 03BV - Elaboração de proposta para aperfeiçoamento da nomenclatura e alíquotas da Tarifa Externa Comum (TEC)

- 03BW - Elaboração de proposta para implantação da nomenclatura comum de serviços no âmbito do MERCOSUL

- 03BX - Elaboração do marco normativo para a negociação de acordos de investimento entre o Mercosul e terceiros países

- 03BY - Elaboração de lista de ofertas para as negociações com a União Europeia

- 03BZ - Representação do Governo Federal nos foros de negociações de novos acordos e administração dos acordos existentes

- 03C3 - Realização de estudo completo sobre a política de tarifas de importação no Brasil

- 03C5 - Realização de estudos exploratórios, de impacto e de grau de aproveitamento para identificação de mercados-alvo prioritários para assinatura de acordos comerciais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VST 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
523
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento

de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Garantir condições para a implantação e operação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) já aprovadas pelo Conselho das ZPEs que tenham cumprido as exigências legais, técnicas e administrativas

Iniciativas

- 03C8 - Alfandegamento das ZPEs aprovadas que tenham cumprido os requisitos legais, administrativos e técnicos
- 03C9 - Aprimoramento do arcabouço jurídico e administrativo relativos ao funcionamento das ZPEs
- 03CC - Monitoramento de instalação e operação de ZPEs

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Ampliar os serviços disponíveis do Fala Exportador no COMEX Responde, mantendo o padrão de qualidade, tempo médio de resposta de 2 dias úteis e índice de satisfação de 80%
- Aumentar em 20% o número de empresas brasileiras que utilizam o regime aduaneiro especial de drawback
- Criar ambiente-usuário, disponibilizando ferramenta de Business Intelligence (BI) e de análise estatística de comércio exterior
- Desenvolver o módulo Drawback Integrado Isenção Web, informatizando o processo de análise, concessão e controle das operações
- Desenvolver o módulo Licença de Importação WEB, a fim de facilitar o acesso, integrar e harmonizar o sistema com os demais módulos do SISCOMEX e dar maior agilidade às operações de importação
- Desenvolver o sistema Gerencial Drawback, que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento das operações e adoção de medidas de estímulo ao uso desse regime aduaneiro, possibilitando o crescimento das exportações brasileiras
- Desenvolver o sistema Gerencial Registro de Exportação (RE), que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento e adoção das políticas relativas ao crescimento das exportações brasileiras
- Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)
- Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis
- Realizar 48 seminários focados em operações de comércio exterior, sendo 24 internos e 24 externos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	26,00	quantidade/ano
Região Nordeste	4,00	quantidade/ano
Região Norte	1,00	quantidade/ano
Região Sudeste	10,00	quantidade/ano
Região Sul	7,00	quantidade/ano

- Reduzir de dez para cinco dias o prazo de atualização e disponibilização das publicações dos dados do comércio exterior brasileiro e das informações do Sistema AliceWeb

Iniciativas

- 03CI - Ampliação das publicações das estatísticas de comércio exterior, com a inclusão de novos relatórios

SECRETARIA - GERAL DA MESA
16/6/2017
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
524
SENADO FEDERAL

- 03CJ - Aprimoramento dos Sistemas de Gestão do Comércio Exterior, incluindo novos módulos e funcionalidades para o NOVOEX e para o SISCOMEX

- 03CK - Criação de ambiente-usuário, disponibilizando ferramenta de Business Intelligence (BI) e de Análise Estatística

- 03CN - Estruturação de informação estatística mensal relacionada à exportação e importação de serviços intangíveis, a partir dos dados disponibilizados pelo SISCOSERV

- 03CP - Gestão e atualização do conteúdo dos sistemas on-line AliceWeb, AliceWeb-Mercosul e Portal Brasileiro de Comércio Exterior, com melhorias na navegação e inclusão de mais variáveis de consulta

- 03CQ - Identificação de vantagens e desvantagens da internalização das operações de licenciamento de importação, bem como formas alternativas de garantir maior agilidade e qualidade no desenvolvimento de novas soluções, correções e manutenção dos sistemas de comércio exterior

- 03CS - Implantação e manutenção do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)

- 03CT - Organização de dados, produção de informações e desenvolvimento de serviços de apoio sobre o licenciamento de direitos e a transferência internacional de tecnologia

- 03CV - Realização de seminários sobre operação dos sistemas de comércio exterior

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Déficit anual da balança comercial do setor eletroeletrônico na área de telecomunicações	US$ milhão	31/12/2010	1.529,00
Mínutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel	minuto	31/12/2010	114,00
Número de domicílios com TV por assinatura	unidade	31/07/2011	11.295.511,00
Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado	unidade	31/12/2009	67.900.000,00
Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia	unidade	30/04/2011	18.481,00
Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal	unidade	30/04/2011	69.934,00
Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada	unidade	30/04/2011	44.473,00
Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura	unidade	30/04/2011	6.915,00
Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre	%	30/06/2011	25,00
Percentual da população com cobertura de telefonia móvel	%	31/07/2010	75,00
Percentual de conexões à Internet abaixo de 1Mbps	%	31/07/2011	54,00
Percentual de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	27,00
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural	%	31/12/2008	3,00
Percentual de domicílios com acessofixo à Internet Banda Larga - Área Urbana	%	31/12/2008	23,40
Percentual de domicílios com telefone fixo	%	31/12/2009	43,10
Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga	%	30/04/2011	38,00
Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital	%	14/04/2011	8,63
Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária	%	30/04/2011	46,59
Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada	%	30/04/2011	57,60
Percentual populacional com distribuição postal	%	31/12/2010	82,62
Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país	%	31/03/2011	4,58
Proporção de conexões de Banda Larga dentre o total de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	68,00
Proporção de domicílios com computador	%	30/11/2010	35,00
Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90%	%	31/12/2009	79,60
Satisfação com os serviços postais	%	31/07/2010	95,50
Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico	%	31/12/2010	75,48

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**754.768**	**2.060.487**
Despesas Correntes	379.585	1.148.503
Despesas de Capital	375.182	911.984
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**407.176**	**10.245.716**
Outras Fontes	**88.000**	**320.408**
	1.249.944	**12.626.612**

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
OUT 6 2012
526

Valores Globais	**13.876.555**

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	500.000

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2012-2015

- 90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	90,00	%
Região Nordeste	90,00	%
Região Norte	90,00	%
Região Sudeste	90,00	%
Região Sul	90,00	%

- Alcançar 100% de satisfação com os serviços postais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	%
Região Nordeste	100,00	%
Região Norte	100,00	%
Região Sudeste	100,00	%
Região Sul	100,00	%

- Alcançar, em média, 190 minutos por mês trafegados por usuário de telefonia móvel

- Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais, considerando as suas especificidades históricas e culturais

- Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	%
Região Nordeste	100,00	%
Região Norte	100,00	%
Região Sudeste	100,00	%
Região Sul	100,00	%

- Atender 85% da população com distribuição postal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	88,30	%
Região Nordeste	73,60	%
Região Norte	76,90	%
Região Sudeste	93,10	%
Região Sul	86,10	%

- Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos

SECRETARIA-GERAL DA MESA
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Atender todas as escolas públicas rurais com Internet Banda Larga

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	%
Região Nordeste	100,00	%
Região Norte	100,00	%
Região Sudeste	100,00	%
Região Sul	100,00	%

- Atingir uma densidade de 32 assinaturas de televisão por assinatura por 100 domicílios no Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	25,40	%
Região Nordeste	18,60	%
Região Norte	20,60	%
Região Sudeste	45,10	%
Região Sul	30,70	%

- Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,80	milhões
Região Nordeste	10,00	milhões
Região Norte	4,00	milhões
Região Sudeste	18,70	milhões
Região Sul	6,50	milhões

- Cobrir 91,5% da população brasileira com o serviço de telefonia móvel

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	93,10	%
Região Nordeste	85,90	%
Região Norte	85,00	%
Região Sudeste	95,60	%
Região Sul	90,00	%

- Disponibilizar conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal - SMP em alta e média capacidade, nas faixas de 1,9 / 2,1 GHz, em pelo menos 75% dos Distrito-Sede de Município do Brasil

- Instalar Telefone de Uso Público em todos os postos de saúde públicos e escolas públicas, ambos localizados em área rural

- Ofertar banda larga fixa a 10 Mbps e móvel em redes 4G nas cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como atender aos requisitos de qualidade necessários à realização dos eventos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Cidades-sede	100,00	%

- Ofertar o acesso individual de telefonia fixa na área rural, nas condições definidas em regulamento específico a ser editado pela Anatel

- Pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet Banda Larga em 95% dos municípios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	97,00	%
Região Nordeste	97,00	%
Região Norte	60,00	%
Região Sudeste	99,00	%
Região Sul	99,00	%

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

Iniciativas

- 02Y8 - Acompanhamento da implementação da TV Digital e preparação para a desativação da TV Analógica

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
16/7/2012
528

- 02Y9 - Ampliação de Redes e Serviços de Telecomunicações por meio de outorgas, certificação de produtos e gestão econômica e de recursos escassos
- 02YA - Ampliar a capacidade dos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de distribuição
- 02YB - Ampliar o acesso aos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de atendimento
- 02YD - Aumento da capacidade das redes de suporte para transmissão de internet em alta velocidade
- 02YE - Coordenar os investimentos em comunicações necessários para Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 com as demandas futuras de desenvolvimento do setor
- 02YF - Definição de medidas regulatórias para barateamento de preços e tarifas de serviços de comunicação, bem como para maior competição
- 02YK - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga
- 02YT - Lançamento de satélite para comunicações
- 02YU - Mapear, Supervisionar e Monitorar as infraestruturas de Telecomunicação, Radiodifusão e Serviços Postais, elaborando, assim, Plano de Contingência para situações críticas
- 04CF - (VETADO)

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2012-2015

- 40% das populações da classes D e E fazendo uso da internet (acesso em banda larga e discado)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	40,00	%
Região Nordeste	30,00	%
Região Norte	30,00	%
Região Sudeste	45,00	%
Região Sul	40,00	%

- 70% da população fazendo uso da internet banda larga e discado (seja em casa, no trabalho, em telecentros etc), levando em consideração desigualdades regionais e socioeconômicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	69,00	%
Região Nordeste	65,00	%
Região Norte	65,00	%
Região Sudeste	75,00	%
Região Sul	67,00	%

- 70% das populações da classe C fazendo uso da internet (acesso em banda Larga e discado)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	60,00	%
Região Nordeste	55,00	%
Região Norte	55,00	%
Região Sudeste	75,00	%
Região Sul	60,00	%

- Poder público de 3.700 municípios, dentre aqueles de menor índice de desenvolvimento humano (IDH-M abaixo de 0,800) usando e oferecendo aplicações e serviços de comunicação digital

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	315,00	município
Região Nordeste	1.337,00	município
Região Norte	336,00	município

- GERA
VOT 6/2012
RDENAÇ
GISLATIV
DO
ONGRESS
SENADO FE

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1.083,00	município
Região Sul	629,00	município

Iniciativas

- 02YY - Apoio a projetos de conteúdos e aplicações
- 02YZ - Estímulo à inclusão digital com base em modelos criativos e inovadores de cidades digitais e em arranjos institucionais federativos de fomento para massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação
- 02Z0 - Estímulo ao desenvolvimento de aplicações, serviços e conteúdos digitais
- 02Z1 - Formação e capacitação de agentes e prestadores dos serviços de comunicações visando o atendimento de demandas dos cidadãos e de comunidades locais
- 02Z2 - Implantação de Cidades Digitais
- 02Z3 - Implantação de espaços e equipamentos públicos para dar acesso à internet banda larga, com oferta de serviços eletrônicos, no campo e na cidade
- 02Z6 - Integração das ações de inclusão digital às políticas sociais do governo

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2012-2015

- 100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	%
Região Nordeste	100,00	%
Região Norte	100,00	%
Região Sudeste	100,00	%
Região Sul	100,00	%

- 20% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	25,00	%
Região Nordeste	18,00	%
Região Norte	30,00	%
Região Sudeste	20,00	%
Região Sul	18,00	%

- 4,5% dos municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,50	%
Região Nordeste	4,50	%
Região Norte	4,50	%
Região Sudeste	4,50	%
Região Sul	4,50	%

- 48% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	60,00	%
Região Nordeste	40,00	%
Região Norte	55,00	%

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
07/6/2012
530

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	50,00	%
Região Sul	50,00	%

- 51% dos municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	65,00	%
Região Nordeste	45,00	%
Região Norte	60,00	%
Região Sudeste	52,00	%
Região Sul	50,00	%

- 60% dos municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	70,00	%
Região Nordeste	50,00	%
Região Norte	70,00	%
Região Sudeste	65,00	%
Região Sul	58,00	%

- 65% dos municípios com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	75,00	%
Região Nordeste	58,00	%
Região Norte	80,00	%
Região Sudeste	69,00	%
Região Sul	60,00	%

- 80% dos municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	80,00	%
Região Nordeste	80,00	%
Região Norte	80,00	%
Região Sudeste	80,00	%
Região Sul	80,00	%

- Pelo menos um canal da cidadania implantado em cada unidade da federação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Iniciativas

- 02Z9 - Desenvolvimento de conteúdos e aplicações
- 02ZA - Fortalecimento da ação fiscalizatória
- 02ZC - Implantação dos canais públicos de TV Digital
- 02ZD - Implementação de planos nacionais de outorgas, visando a massificação dos serviços de radiodifusão
- 02ZE - Melhoria dos níveis de qualidade percebida pelos usuários na prestação dos serviços
- 02ZF - Modernização do ambiente regulatório em comunicações

SECRETARIA-GERAL COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e

do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2012-2015

- Ampliar a geração de inovação pela indústria nacional de telecomunicação e de serviços, por meio do aumento de 50% (R$1,71 bilhão) no dispêndio do Setor Privado em atividades inovativas
- Aumentar em 40% as exportações de equipamentos e componentes eletroeletrônicos de telecomunicação
- Desenvolver pelo menos dois terminais móveis de baixo custo para acesso à Internet Banda Larga
- Elevar para 70% a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação

Iniciativas

- 02ZG - Apoiar mecanismos de incentivo fiscal para aumentar a competitividade dos equipamentos nacionais de comunicações
- 02ZI - Contribuir para o desenvolvimento da industria nacional por meio do uso dos instrumentos de poder de compra e encomenda tecnológica governamental na área das comunicações
- 02ZJ - Estimular parcerias entre atores nacionais e fortalecer a indústria nacional das áreas das comunicações para aumentar sua competitividade internacional
- 02ZK - Estímulo à promoção de estudos relativos a novas tecnologias que possibilitem a ampliação da oferta de serviços
- 02ZL - Fomentar a capacitação de profissionais da cadeia produtiva do setor de Tecnologias de Informação e Comunicação
- 02ZM - Fomentar a produção de aplicações, serviços e conteúdos digitais interativos, incluindo a TV Digital
- 02ZO - Fomentar o desenvolvimento de equipamentos e terminais de Tecnologias de Informação e Comunicação
- 02ZP - Fortalecer os mecanismos oficiais de fomento à pesquisa e desenvolvimento na área das comunicações

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura da TV Brasil Internacional a, pelo menos, 80 países

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	80,00	unidade

- Ampliar a cobertura do sinal terrestre de radiodifusão, segundo a disponibilidade do Plano Básico de Outorgas, para garantir o acesso de, pelo menos, 50% da população brasileira à programação da TV Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	%
Região Nordeste	11,00	%
Região Norte	3,00	%
Região Sudeste	26,00	%
Região Sul	7,00	%

- Ampliar a produção regional de conteúdos próprios da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, implantando mais 03 (três) canais geradores nas regiões Norte, Nordeste e Sul, para que a TV Brasil tenha ao menos uma geradora em cada região do país

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/7/2012
532

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Ampliar para 100% a cobertura geográfica dos sinais de radiodifusão em Ondas Curtas (OC) e Ondas Tropicais (OT) da EBC para assegurar a recepção radiofônica a todas as localidades das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não alcançadas por outras frequências

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	%
Região Nordeste	100,00	%
Região Norte	100,00	%

Iniciativas

- 0449 - Ampliar e aprimorar a infraestrutura de produção e transmissão, a qualidade dos sinais e da programação, a acessibilidade, interatividade, alcance e abrangência dos veículos do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação

- 044A - Fortalecer os canais de participação direta da sociedade na gestão de conteúdos dos canais da Empresa Brasil de Comunicação - EBC e assegurar as condições de atuação do Conselho Curador como órgão consultivo e deliberativo

- 044B - Implantar o Sistema Operador da Rede Nacional de Televisão Pública Digital

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
DST 6/2012
533
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Percentual do território com comitês interestaduais instalados	%	31/12/2010	13,00
Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados	%	31/12/2010	51,00
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	%	31/12/2010	15,00
Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada)	%	31/12/2010	64,00
Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	%	31/12/2010	18,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**297.723**	**1.554.990**
Despesas Correntes	227.354	893.764
Despesas de Capital	70.369	661.226
Outras Fontes	**623**	**1.223**
Valores Globais	**298.346**	**1.556.213**
	1.854.559	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	2,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	1,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sul	2,00	unidade

- Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH)

- Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Iniciativas

- 02G9 - Apoio ao desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos e dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, em articulação com os planejamentos setoriais

- 02GA - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e definição de estratégias para a sua implementação, em articulação com entes do Singreh e envolvendo a participação da sociedade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
534

- 02GB - Gestão das águas subterrâneas em articulação com as unidades federadas
- 02GC - Inserção geopolítica do Brasil nos temas relacionados aos recursos hídricos

OBJETIVO: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados
- Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Paraná	2,00	unidade
Região Hidrográfica São Francisco	1,00	unidade

- Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros
- Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens
- Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	236,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Leste	60,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	35,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	34,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	105,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sul	65,00	unidade
Região Hidrográfica Paraguai	110,00	unidade
Região Hidrográfica Paraná	80,00	unidade
Região Hidrográfica Parnaíba	35,00	unidade
Região Hidrográfica São Francisco	81,00	unidade
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	81,00	unidade
Região Hidrográfica Uruguai	68,00	unidade

Iniciativas

- 02GD - Aprimoramento do monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas
- 02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação
- 02GF - Modernização da Rede Hidrometeorológica
- 02GH - Regulação e fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragem

OBJETIVO: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
535
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos

- Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	1,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1,00	unidade
Região Hidrográfica Paraná	2,00	unidade
Região Hidrográfica São Francisco	1,00	unidade

- Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação

Iniciativas

- 02GU - Apoio à estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)

- 02GV - Promoção da integração federativa para gestão de recursos hídricos

OBJETIVO: 0663 - Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	1,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1,00	unidade
Região Hidrográfica Paraguai	1,00	unidade
Região Hidrográfica São Francisco	2,00	unidade

- Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)

- Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos

Iniciativas

- 02GW - Elaboração e disponibilização de estudos, planos e instrumentos de apoio técnico às Políticas Públicas com interferência nos recursos hídricos

- 02GX - Estabelecimento de estratégias para implementação dos Planos de Recursos Hídricos e integração com as demais Políticas Públicas, planos e programas relacionados a recursos hídricos

OBJETIVO: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes

- Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual

- Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
536
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	15,00	unidade
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	6,00	unidade
Região Hidrográfica Paraguai	9,00	unidade
Região Hidrográfica São Francisco	24,00	unidade
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	6,00	unidade

Iniciativas

- 02GZ - Despoluição de bacias hidrográficas
- 02H1 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em Bacias Hidrográficas
- 02H2 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do São Francisco
- 02H3 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba
- 04C7 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das Bacias do Pantanal Matogrossense e Sul-Matogrossense
- 04C8 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das Bacias dos Rios Taquari e Vermelho
- 04C9 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios da Bacia do Rio da Prata
- 04CA - Revitalização Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba
- 04DT - Preservação, Conservação, Recuperação e Uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do Rio Taperoá

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
MPV 6/2012
531

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de dependentes de álcool	%	31/12/2005	12,30
Taxa de dependentes de tabaco	%	31/12/2005	10,10
Taxa de uso na vida de alucinógenos	%	31/12/2005	1,10
Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos	%	31/12/2005	5,60
Taxa de uso na vida de cocaína	%	31/12/2005	2,90
Taxa de uso na vida de crack	%	31/12/2005	0,70
Taxa de uso na vida de de solventes	%	31/12/2005	6,10
Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes	%	31/12/2005	0,90
Taxa de uso na vida de estimulantes	%	31/12/2005	3,20
Taxa de uso na vida de heroína	%	31/12/2005	0,09
Taxa de uso na vida de maconha	%	31/12/2005	8,80
Taxa de uso na vida de merla	%	31/12/2005	0,20
Taxa de uso na vida de opiáceos	%	31/12/2005	1,30
Taxa de uso na vida de orexígenos	%	31/12/2005	4,10
Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco	%	31/12/2005	22,80
Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína)	%	31/12/2005	1,90

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**174.695**	**61.673**
Despesas Correntes	102.986	50.896
Despesas de Capital	71.709	10.777
Valores Globais	**174.695**	**61.673**
	236.368	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	20.000

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas, de forma a informar, desestimular o uso inicial, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Disseminar informações à sociedade brasileira sobre o uso de drogas, a partir de ações educativas, da elaboração de materiais e de campanhas de caráter informativo e educativo em todos os estados e Distrito Federal

- Promover o acesso a atividades culturais, esportivas e ocupacionais aos segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade social, em todos os Estados e Distrito Federal, como forma de prevenção ao consumo abusivo de drogas

Iniciativas

- 03UG - Prevenir o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas na sociedade brasileira

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
538
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0920 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Capacitar as lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade

- Capacitar conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades

- Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros

- Capacitar profissionais de saúde, de redes de tratamento e técnicos que trabalham com jovens, populações de risco e em situação de vulnerabilidade social, para a aplicação de técnicas de tratamento e reinserção social e gerenciamento de casos

- Capacitar profissionais de segurança pública com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos envolvidos no enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, políticas e legislações, vulnerabilidades e violência

- Capacitar profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e aconselhamento motivacional

- Capacitar profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas, visando a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas

- Contribuir para o aprimoramento técnico-metodológico e a adequação da ação conjunta entre os operadores do direito, segurança pública e equipes multidisciplinares, visando o cumprimento de penas alternativas e medidas socioeducativas e protetivas para diminuição da reincidência do consumo, por meio da articulação e cooperação com a rede de saúde, de assistência social, e outras organizações comunitárias

- Criar curso técnico em reabilitação de dependência química

- Implantar 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam no âmbito da justiça e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares

- Incluir a temática sobre drogas nos cursos de graduação que possuem interface com ela

- Ofertar capacitação presencial para a rede de saúde, assistência social e Juizados Especiais Criminais, favorecendo o desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre as redes de saúde e assistência social

- Ofertar cursos de capacitação de educadores e áreas afins para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas no contexto escolar e em outros espaços de comportamentos de risco, em especial entre adolescentes e jovens

- Promover especialização de profissionais de educação, saúde e acadêmicos de países da América Central, Caribe, América do Sul e países de língua oficial portuguesa da África em metodologia de pesquisa sobre a temática de drogas, fortalecendo a cooperação internacional e contribuindo para o aprimoramento da produção científica na região e no continente africano

Iniciativas

- 03WY - Capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OUT 6/2012
539

OBJETIVO: 0921 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Apoio à organização dos serviços de acolhimento a usuários de droga e seus familiares oferecidos no âmbito das organizações não governamentais, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social
- Avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país
- Disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios
- Manter a atualização dos arquivos relativos ao mapeamento dos serviços de atendimento e acolhimento de usuários de drogas, disponibilizando-os à sociedade
- Mapeamento e georreferenciamento dos serviços voltados ao atendimento de usuários de crack, álcool e outras drogas

Iniciativas

- 03X0 - Apoio a projetos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas

OBJETIVO: 0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoar os mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), abrangendo a localização de bens dados em perdimento em favor da União, a agilização dos respectivos leilões, a transferência de recursos aos estados e a mitigação da tutela cautelar
- Apoiar a instalação de escritório regional do Escritório sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC/ONU) e sua manutenção
- Articular a disseminação de linhas de pesquisa sobre a temática do crack e outras drogas, incentivando o desenvolvimento de projetos de iniciação científica relacionados ao tema e fomentando a formação de novos pesquisadores nas áreas que apresentam déficits de profissionais trabalhando com a temática de drogas
- Articular a instituição de fundos sobre drogas em todas as Unidades da Federação, assim como fomentar a sua criação no âmbito dos municípios
- Criação de Centros Colaboradores vinculados a hospitais universitários nas diferentes regiões do país
- Desenvolver um sistema integrado de informações voltado para o acompanhamento e monitoramento das ações implementadas no âmbito da política nacional sobre drogas
- Firmar acordos de cooperação do FUNAD com Estados da Federação e Distrito Federal
- Fortalecer a atuação dos conselhos estaduais, distritais e municipais de políticas sobre drogas e incentivar a instalação de órgão ou unidade responsável pela gestão da política sobre drogas nesses três níveis
- Fortalecimento da rede de pesquisa com financiamento sistemático por meio de editais temáticos
- Instalação de um sistema de monitoramento do uso e tráfico de drogas
- Realização de estudos e pesquisas multinacionais com ênfases nos países que estabelecem fronteiras com o Brasil
- Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Revisar e atualizar os marcos legais que dão suporte à operacionalização da política sobre drogas, visando fortalecer a sua institucionalidade e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo para a diminuição da oferta e consumo de drogas

Iniciativas

- 03X4 - Fortalecer o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e aprimorar a gestão da política sobre drogas, com ênfase nas diretrizes oriundas da produção de conhecimento científico

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/2012

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Livros lidos por leitor/ano	unidade	31/12/2008	4,70
Oferta de equipamentos culturais	índice numérico	31/12/2009	3,19
Proporção dos gastos em cultura no gasto total	%	31/12/2009	2,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.388.809**	**3.559.639**
Despesas Correntes	640.120	1.668.040
Despesas de Capital	748.690	1.891.599
Outras Fontes	**22.600**	**70.000**
Valores Globais	**1.411.409**	**3.629.639**
	5.041.048	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro através da execução de 250 projetos específicos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	60,00	unidade
Região Norte	40,00	unidade
Região Sudeste	80,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

- Implantação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra

- Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 1.635 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	104,00	unidade
Região Nordeste	1.013,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
16/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
542
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	156,00	unidade
Região Sudeste	232,00	unidade
Região Sul	130,00	unidade

Iniciativas

- 02EW - Apoio e difusão de pesquisas, estudos, mapeamentos e levantamentos sobre a Cultura Afro-Brasileira e Afro-Latina e fortalecimento do Observatório Afro-Latino e Caribenho como rede de pesquisa, desenvolvimento, inovação e difusão de informações sobre cultura negra

- 02EX - Certificação de comunidades remanescentes de quilombos; promoção de Assistência Jurídica para as Comunidades Quilombolas Certificadas e implementação de projetos locais de qualificação e capacitação das comunidades quilombolas e de terreiro

- 02EY - Promoção de iniciativas culturais, preservação de expressões, celebrações, lugares e manifestações afro-brasileiras; e realização de ações e intercâmbio com países da África, América Latina e Caribe

OBJETIVO: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- 100% dos estados integrados ao Sistema Nacional de Cultura

- 30% municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura

- III conferência nacional de cultura realizada em 2013

- Implementação da Plataforma do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

- Plano Nacional de Cultura com seu sistema de monitoramento e avaliação implantados

Iniciativas

- 033M - Implementação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais SNIIC

- 033N - Inserção e difusão da cultura brasileira no mundo e aprofundamento dos processos de integração e cooperação, em especial no âmbito sul-sul

- 033O - Monitoramento da execução das resoluções da I e da II Conferência Nacional de Cultura e organização da III Conferência Nacional de Cultura

- 033P - Plano Nacional de Cultura: formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e difusão do Plano Nacional, dos planos setoriais e da política cultural, além do apoio aos planos estaduais e municipais de Cultura

- 033Q - Promover o relacionamento federativo e institucional da Cultura e a assinatura dos acordos de cooperação federativa com estados e municípios

- 033R - Sistema Nacional de Cultura: implantação de seus componentes, incluindo programa de formação de gestores culturais

OBJETIVO: 0780 - Promover a cidadania e a diversidade das expressões culturais e o acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Elaborar novos instrumentos legais e aperfeiçoar os instrumentos já existentes, no campo da proteção dos conhecimentos e das expressões populares e tradicionais

- Implantação de 20 escolas técnicas de cultura

SECRETARIA-GERAL DA MESA
VOT 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
543
SENADO FEDERAL

- Implantação de 35 núcleos de Cidadania Cultural
- Implantar Central de Atendimento ao proponente, com núcleos descentralizados em todas as representações regionais do MinC
- Implementar plataforma digital de amplo acesso para medição e monitoramento das condições de acesso à cultura
- Realização de 36 seminários ou oficinas, em âmbito nacional, estadual e municipal, para formação, qualificação e capacitação da participação de agentes públicos e da sociedade civil em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural
- Realizar cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes e grupos, instituindo a categoria de micro-territórios como unidades básicas promotoras de singularidades simbólicas e identitárias

Iniciativas

- 033T - Brasil Plural: promover, reconhecer e valorizar os conhecimentos e expressões da diversidade cultural brasileira
- 033U - Cultura Viva: Fortalecer Espaços, Redes e Circuitos Culturais para o exercício da cidadania
- 033V - Sujeito Cidadão: promoção do acesso ao conhecimento, à diversidade cultural e às condições de desenvolvimento simbólico
- 04DU - Promoção, valorização, fortalecimento e fomento às culturas populares circenses e de tradição oral

OBJETIVO: 0781 - Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Concluir e implementar o Plano Nacional de Economia Criativa (PNEC)
- Criação e implantação de Instituição Pública para regulação de direitos intelectuais
- Disponibilização de Linha de crédito especifica para os setores criativos ofertada por bancos oficiais
- Implementação de Política Autoral
- Implementar 30 incubadoras de empreendimentos criativos
- Implementar 60 birôs de serviços para suporte, assessoria e consultoria de empreendedores e empreendimentos criativos
- Instalação do Conselho Interministerial para o Desenvolvimento da Economia Criativa
- Mapear e institucionalizar 30 bacias criativas distribuídas nas cinco regiões do país
- Mapear e institucionalizar 30 polos criativos, distribuídos nas cinco regiões do país
- Qualificar 60.000 profissionais criativos
- Realizar 01 circuito nacional de feiras de livros implantado em parceria com o setor produtivo do livro
- Realizar o registro de 160.000 obras intelectuais

Iniciativas

- 033W - Concessão de crédito e apoio financeiro aos projetos culturais
- 033X - Criação de linhas de crédito específicas e adequação de linhas já existentes para micro e pequenos empreendimentos criativos, em parceria com instituições financeiras, de modo a promover a desconcentração regional de distribuição de recursos financeiros

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/2012

- 033Z - Elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da economia criativa brasileira e formulação do Plano Nacional da Economia Criativa (PNEC)
- 0340 - Formação para as competências criativas através de cursos para a qualificação de profissionais, empreendedores e gestores de empreendimentos criativos
- 0341 - Formulação e implementação das políticas de cultura digital e de digitalização de bens culturais
- 0342 - Formulação, modernização e gestão da Política de Direitos Intelectuais
- 0343 - Identificação e fomento a polos criativos para geração de novos empreendimentos, trabalho e renda, com fortalecimento dos micro e pequenos empreendimentos criativos, inclusive com alavancagem da exportação de bens e serviços
- 0344 - Mapeamento da economia criativa do Brasil com o objetivo de identificar vocações e oportunidades de desenvolvimento local e regional, gerando conhecimento e informação sobre a economia criativa nacional
- 0346 - Registro de obras intelectuais
- 048A - Ampliação do Programa Banco do Nordeste de Cultura/Parceria BNDES, atendendo a maior numero de proponentes e promovendo a interiorização do patrocínio
- 04DQ - Fomento a projetos de cultura urbana e cidade criativa, com ênfase nas áreas de arquitetura, design e moda

OBJETIVO: 0782 - Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Apoiar 130 projetos sociais de leitura
- Apoiar 2000 pontos de leitura
- Apoiar 400 bibliotecas comunitárias
- Apoio a formação de 12.000 agentes de leitura
- Conceder 400 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário
- Criação da Rede Popular do Livro Acessível
- Criação do Instituto Nacional do Livro e da Leitura
- Criação do programa Livro Popular
- Modernizar ou implantar 241 bibliotecas públicas

Iniciativas

- 034A - Incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário
- 034C - Instalação e modernização de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura e fortalecimento de Sistemas e Redes de Bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura
- 034D - Levantamento, organização e disponibilização de pesquisas socioeconômicas e informações sobre livro, leitura, literatura e bibliotecas
- 034F - Promoção, formação e incentivo ao hábito e às práticas da leitura e da literatura. Fomento à realização de eventos na área do Livro, da Leitura e da Literatura

OBJETIVO: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/2014

Metas 2012-2015

- Apoiar 237 projetos sobre patrimônio cultural por meio de ações de fomento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	24,00	unidade
Região Nordeste	71,00	unidade
Região Norte	59,00	unidade
Região Sudeste	59,00	unidade
Região Sul	24,00	unidade

- Autorizar a realização de 45.668 obras e serviços de manutenção, conservação e restauração em bens do Patrimônio Cultural

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6.239,00	unidade
Região Nordeste	17.185,00	unidade
Região Norte	4.329,00	unidade
Região Sudeste	14.033,00	unidade
Região Sul	3.882,00	unidade

- Capacitar 883 profissionais na área de preservação do patrimônio cultural

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	88,00	unidade
Região Nordeste	265,00	unidade
Região Norte	221,00	unidade
Região Sudeste	221,00	unidade
Região Sul	88,00	unidade

- Financiar 240 contratos para projetos de conservação de bens imóveis privados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	24,00	unidade
Região Nordeste	72,00	unidade
Região Norte	60,00	unidade
Região Sudeste	60,00	unidade
Região Sul	24,00	unidade

- Produzir e distribuir 111.383 exemplares de material sobre o patrimônio cultural

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	11.138,00	unidade
Região Nordeste	33.415,00	unidade
Região Norte	27.846,00	unidade
Região Sudeste	27.846,00	unidade
Região Sul	11.138,00	unidade

- Realizar 12.531 procedimentos de fiscalização e monitoramento de bens do patrimônio cultural

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.712,00	unidade
Região Nordeste	4.715,00	unidade
Região Norte	1.188,00	unidade
Região Sudeste	3.851,00	unidade
Região Sul	1.065,00	unidade

- Realizar 140 projetos de intervenção em bens de natureza material

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	14,00	unidade
Região Nordeste	42,00	unidade
Região Norte	35,00	unidade
Região Sudeste	35,00	unidade
Região Sul	14,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Realizar 168 ações de reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	17,00	unidade
Região Nordeste	50,00	unidade
Região Norte	42,00	unidade
Região Sudeste	42,00	unidade
Região Sul	17,00	unidade

- Realizar 314 obras e serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	31,00	unidade
Região Nordeste	94,00	unidade
Região Norte	79,00	unidade
Região Sudeste	79,00	unidade
Região Sul	31,00	unidade

- Realizar 321 ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	32,00	unidade
Região Nordeste	97,00	unidade
Região Norte	80,00	unidade
Região Sudeste	80,00	unidade
Região Sul	32,00	unidade

- Realizar 97 ações de salvaguarda de bens de natureza imaterial

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	unidade
Região Nordeste	29,00	unidade
Região Norte	24,00	unidade
Região Sudeste	24,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

Iniciativas

- 034G - Apoio a projetos no âmbito do patrimônio cultural voltados a ações educativas, de promoção, difusão, gestão da informação, edição e publicação, articulação e fomento
- 034H - Aquisição, preservação, digitalização e difusão de acervos audiovisuais
- 034I - Consolidação e institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
- 034J - Implantação de ações de preservação, salvaguarda e valorização do patrimônio cultural
- 034K - Normatização de procedimentos e implantação de planos de fiscalização e monitoramento do patrimônio cultural brasileiro e normatização dos sítios protegidos
- 034L - Promoção e realização da identificação e reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial, inclusive em meios digitais, visando a valorização da diversidade brasileira

OBJETIVO: 0784 - Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- 120 novos municípios dispondo de ao menos uma unidade museológica
- 15,5 milhões de visitantes anualmente nos museus brasileiros
- Aumentar em 30% o público atendido no acesso aos acervos que compõem o patrimônio bibliográfico e

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

arquivístico brasileiro

- Modernizar 100 unidades museológicas
- Realização de 800 oficinas de capacitação no setor museal, com 24.000 pessoas capacitadas

Iniciativas

- 034M - Ampliação do acervo da Biblioteca Nacional Digital
- 034N - Apoio e execução de projetos de modernização e instalação de museus, incluindo os dedicados à memória comunitária
- 034O - Captação, identificação e preservação de acervos, documentos e arquivos
- 034P - Fiscalização e gestão técnica e normativa dos bens culturais musealizados
- 034Q - Instalação e funcionamento da Hemeroteca Nacional
- 034R - Promoção do acesso e difusão aos acervos bibliográficos e arquivísticos
- 034S - Promoção e difusão do conhecimento, das redes, das unidades e dos serviços museológicos

OBJETIVO: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- 11% de participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil
- 5 elos da cadeia produtiva do audiovisual - formação, produção, distribuição, exibição e preservação - mapeados e com dados sistematizados
- Ampliar em 1000 unidades os espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais, em todo o território nacional
- Ampliar em 20% a exibição das obras brasileiras no segmento de TV por assinatura
- Apoiar a realização de 4 pesquisas para o setor audiovisual
- Expandir em 20% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste
- Implantar o Canal da Cultura
- Lançamento de média anual de 75 filmes brasileiros no circuito comercial de salas de exibição
- Realizar 10 atividades de formação, capacitação e qualificação do setor audiovisual, de acordo com os potenciais macrorregionais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

Iniciativas

- 034U - Ampliação, modernização, atualização tecnológica e desenvolvimento de atividades do Centro Técnico Audiovisual CTAv e da Cinemateca Brasileira
- 034W - Difusão e desenvolvimento de atividades audiovisuais no Brasil e no exterior, em nível bilateral e multilateral, por meio de acordos, cooperação, parcerias e outros meios, em especial com o Mercosul, Iberoamérica e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 034X - Execução do Prêmio Adicional de Renda

- 034Y - Fiscalização do cumprimento da legislação do setor audiovisual e da atividade cinematográfica e combate à pirataria

- 034Z - Fomento à produção, distribuição e comercialização de obras audiovisuais no país e no exterior

- 0350 - Gestão e fortalecimento dos Programas de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro PRODECINE, do Audiovisual Brasileiro PRODAV, da Infraestrutura do Cinema e do Audiovisual PRÓ-INFRA e do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA

- 0351 - Gestão regulatória dos mecanismos de incentivo fiscal à atividade audiovisual previstos na Lei nº 8.685/93 e na Medida Provisória nº 2.228-1/01

- 0352 - Implantação de sistemas de registro, controle de bilheteria, relatórios e dados de acompanhamento e monitoramento do mercado audiovisual

- 0353 - Implantação do Canal de Cultura, cuja transmissão será destinada a produções culturais e programas regionais independentes

- 0354 - Implantação do Programa Cinema Perto de Você

- 0355 - Mapeamento de dados do setor audiovisual e estímulo à inovação e ao desenvolvimento sustentável dos seus segmentos, por meio da implementação de novos processos, formatos, conteúdos e modelos de negócio relativos à produção, distribuição e exibição

- 0356 - Promoção e ampliação das atividades de formação, capacitação e qualificação dos setores do audiovisual

- 0357 - Regulação e normatização do setor audiovisual e da atividade cinematográfica

OBJETIVO: 0786 - Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Acesso de 1,2 milhão de visitantes aos Espaços Culturais da União

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	400.000,00	unidade
Região Sudeste	800.000,00	unidade

- Capacitação de 16,8 mil artistas, técnicos e produtores de arte e cultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.150,00	unidade
Região Nordeste	6.200,00	unidade
Região Norte	3.150,00	unidade
Região Sudeste	2.300,00	unidade
Região Sul	2.000,00	unidade

- Disponibilização do vale-cultura a 6 milhões de brasileiros

- Fomento a 3,6 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	556,00	unidade
Região Nordeste	644,00	unidade
Região Norte	185,00	unidade
Região Sudeste	1.673,00	unidade
Região Sul	551,00	unidade

- Implementação do Programa Nacional de Cultura - PROCULTURA

- Promoção de 521 Eventos de Intercâmbio entre Artistas, Técnicos e Agentes Culturais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	160,00	unidade

SECRETARIA DE MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/10/12
549

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	29,00	unidade
Região Nordeste	65,00	unidade
Região Norte	15,00	unidade
Região Sudeste	201,00	unidade
Região Sul	51,00	unidade

Iniciativas

- 0358 - Aperfeiçoamento, regulamentação e monitoramento dos instrumentos de fomento à produção de bens e serviços culturais, propiciando a melhoria da gestão e acompanhamento do fomento à cultura por meio de patrocínio com incentivo fiscal, conforme Lei de Incentivo à Cultura lei nº 8.313/1991

- 035A - Estímulo e promoção do intercâmbio entre técnicos, artistas e agentes culturais

- 035B - Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público

- 035C - Incentivo à capacitação de artistas, técnicos, produtores, educadores e agentes multiplicadores da arte e da cultura

- 035D - Programação e funcionamento dos espaços e ambientes culturais da União para ampliação do acesso às artes

- 035E - Regulamentação, implementação e monitoramento de instrumento de incentivo fiscal ao consumo de bens e serviços culturais por meio do Programa de Estímulo ao Consumo Cultural do Trabalhador Brasileiro VALE-CULTURA

- 035F - Regulamentação, implementação e monitoramento do Projeto de Lei nº 6722/2010, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura PROCULTURA

OBJETIVO: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Implantar e induzir a gestão 240 Espaços Mais Cultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	240,00	unidade

- Implantar e induzir a gestão de 1000 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	1.000,00	unidade

Iniciativas

- 035G - Implantação e indução da gestão e do uso das Praças dos Esportes e da Cultura em localidades caracterizadas pela baixa presença de equipamentos públicos e pela alta vulnerabilidade social

- 035H - Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso dos Equipamentos e Espaços Mais Cultura e de outros equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural

OBJETIVO: 0788 - Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2012-2015

- Implementar o Programa Mais Cultura nas escolas

SECRETARIA GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Produzir e difundir 316 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	316,00	unidade

Iniciativas

- 035I - Cooperação institucional em pesquisas, cursos e em eventos científicos e culturais, em âmbito nacional e internacional

- 035J - Desenvolver e implementar política nacional de integração entre Educação e Cultura que promova o reconhecimento das artes e dos saberes culturais como campo do conhecimento e como elemento estratégico para qualificação do processo cultural e educativo

- 035K - Fomento e produção de estudos e pesquisas no campo da cultura

- 035M - Produção e difusão de conhecimento científico e cultural

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/2012
551

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa	%	31/12/2010	58,00
Índice de conformidade de insumos agropecuários	unidade	31/12/2010	0,90
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	unidade	31/12/2010	0,73
Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários	%	30/06/2011	0,00
Índice de fitossanidade	número índice	31/12/2010	6,00
Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves)	%	31/12/2010	82,41
Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA	%	30/06/2011	11,00
Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA	%	30/06/2011	0,00
Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais	%	30/06/2011	85,00
Taxa de atendimento à demanda por validação de método	%	30/06/2011	46,00
Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal	%	31/12/2010	99,83
Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa)	unidade	31/12/2010	0,73
Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)	%	30/06/2011	0,00
Taxa de monitoramento da rede credenciada	%	30/06/2011	62,34
Taxa de monitoramento de resíduos e contaminantes nas áreas de produção de moluscos bivalves	%	30/06/2011	0,00
Taxa de órgãos estaduais de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações em sanidade pesqueira e aquícola	%	30/06/2011	0,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**377.289**	**1.276.912**
Despesas Correntes	250.587	931.303
Despesas de Capital	126.702	345.608
Valores Globais	**377.289**	**1.276.912**
	1.654.201	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.400.000

OBJETIVO: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
0076/2012
552

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	240,00	ha
Região Nordeste	481.300,00	ha
Região Norte	95.460,00	ha
Região Sudeste	23.000,00	ha

- Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves

- Elaborar 100 planos de contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças

- Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios para zero

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	14,00	unidade

- Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos

- Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1.518.566,00	km²
Região Norte	1.923.248,00	km²

- Realizar 235 campanhas de conscientização de usuários do transporte aéreo internacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	47,00	número
Região Nordeste	47,00	número
Região Norte	47,00	número
Região Sudeste	47,00	número
Região Sul	47,00	número

- Reduzir de 2% para 1% o índice nacional de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem

- Reduzir o número de municípios com incidência da praga Cydia pomonella de 3 para 0

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	3,00	unidade

Iniciativas

- 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais

- 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

- 012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.000,00	pessoas
Região Nordeste	5.100,00	pessoas
Região Norte	2.800,00	pessoas
Região Sudeste	4.100,00	pessoas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
16/6/2014
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
553
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	5.000,00	pessoas

- Implantar um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária
- Implementar Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)
- Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	90,00	município
Região Nordeste	350,00	município
Região Norte	60,00	município
Região Sudeste	360,00	município
Região Sul	250,00	município

- Promover a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao SUASA
- Promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30.000,00	pessoas
Região Nordeste	220.000,00	pessoas
Região Norte	40.000,00	pessoas
Região Sudeste	110.000,00	pessoas
Região Sul	100.000,00	pessoas

Iniciativas

- 012U - Automação dos processos operacionais da defesa agropecuária por meio da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)
- 012X - Coordenação, supervisão, apoio às instâncias intermediárias e locais e auditoria do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)
- 012Z - Criação e implementação de um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária
- 0131 - Estruturação de mecanismos de governança e gerenciamento do SUASA
- 0132 - Promoção da Educação Sanitária e Defesa Agropecuária
- 0134 - Revisão e consolidação do marco regulatório do SUASA e das legislações referentes à Defesa Agropecuária

OBJETIVO: 0367 - Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários
- Aumentar de 49 para 147 o número de ensaios (métodos) realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025
- Aumentar de 71 para 142 o número de auditorias realizadas anualmente em laboratórios credenciados

Iniciativas

- 0136 - Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários
- 0137 - Implantação do Sistema de Gestão Laboratorial (SISLAB)
- 0139 - Mapeamento, identificação da demanda e capacidade instalada dos laboratórios de apoio vegetal e animal no Brasil

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de uso veterinário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	708,00	unidade/ano
Região Nordeste	2.227,00	unidade/ano
Região Norte	769,00	unidade/ano
Região Sudeste	869,00	unidade/ano
Região Sul	543,00	unidade/ano

- Aumentar de 4475 para 5345 o número de fiscalizações anuais na área de alimentação animal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	564,00	unidade/ano
Região Nordeste	2.221,00	unidade/ano
Região Norte	653,00	unidade/ano
Região Sudeste	1.329,00	unidade/ano
Região Sul	578,00	unidade/ano

- Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de material genético animal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	159,00	unidade/ano
Região Nordeste	119,00	unidade/ano
Região Norte	20,00	unidade/ano
Região Sudeste	235,00	unidade/ano
Região Sul	516,00	unidade/ano

- Aumentar o número de fiscalizações de 1236 para 1484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	392,00	unidade
Região Nordeste	185,00	unidade
Região Norte	51,00	unidade
Região Sudeste	371,00	unidade
Região Sul	485,00	unidade

- Construir um índice de risco dos insumos agrícolas

- Desenvolver e implantar sistema de auditoria interna

- Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	60,00	unidade
Região Nordeste	40,00	unidade
Região Sudeste	230,00	unidade
Região Sul	110,00	unidade

- Realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas

Iniciativas

- 013D - Ampliar a capacidade de avaliação e registro de agrotóxicos genéricos

- 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls 6/2014

- 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários
- 013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM
- 013K - Integração do sistema de informação de agrotóxicos do MAPA com os dos demais órgãos reguladores

OBJETIVO: 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 72% para 80% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras sorteadas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem animal
- Ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal
- Ampliar de 86,8% para 90% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem vegetal
- Construir e aplicar a metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de inspeção dos estabelecimentos e fiscalização dos produtos de origem vegetal
- Construir e aplicar metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal

Iniciativas

- 0276 - Combate à clandestinidade em produtos de origem animal
- 0277 - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal
- 0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal
- 0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal
- 027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal

OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Credenciar 12 estações quarentenárias para importação e exportação de animais aquáticos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Sudeste	10,00	unidade

- Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 10 enfermidades em animais aquáticos
- Estabelecer o controle do trânsito nacional de animais aquáticos em todas as unidades federativas
- Estabelecer parcerias nas 27 unidades federativas com todos os órgãos de defesa sanitária animal para monitoramento dos sistemas de produção
- Inserir o Ministério da Pesca e Aquicultura como órgão participante do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)
- Monitorar resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 40 áreas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	35,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
31/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Publicar 10 Análises de Risco de Importação de Animais Aquáticos e Derivados
- Publicar 10 planos de Contingência para doenças de Animais Aquáticos
- Reconhecer 10 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos

Iniciativas

- 02ET - Implementação da rede oficial de laboratórios para diagnóstico de enfermidades e análises de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros
- 02EU - Instituição de normas de controle de sanidade aquícola e pesqueira
- 02EV - Prevenção, controle e erradicação de doenças de animais aquáticos

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Expansão e consolidação dos espaços de participação da sociedade	%		0,00
Qualidade dos serviços públicos	em definição		0,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**379.495**	**1.418.206**
Despesas Correntes	352.937	1.325.129
Despesas de Capital	26.558	93.077
Valores Globais	**379.495**	**1.418.206**
	1.797.701	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	150.000

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário da União
- Aprovação de mecanismos para a pactuação de resultados, com metodologias de gestão do desempenho, para a Administração Pública Federal
- Fomentar inovações de gestão no âmbito da Administração Pública Federal
- Projetos implementados voltados à melhoria da capacidade institucional de órgãos e entidades públicos
- Proposição de Projeto de Lei sobre a organização e funcionamento da administração pública

Iniciativas

- 029I - Fortalecimento do diálogo do Governo com o Congresso Nacional e com os partidos políticos como instrumento de viabilização de projetos e políticas públicas
- 029J - Aperfeiçoamento do marco institucional legal da organização e do funcionamento da Administração Pública Federal e fortalecimento da gestão por resultados, visando à excelência no atendimento às demandas da sociedade
- 029L - Aprimoramento da gestão do patrimônio da União
- 029M - Aperfeiçoamento da gestão de processos e dos mecanismos para indução e fomento de melhorias e inovações na gestão na Administração Pública Federal
- 029O - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania
- 029P - Ampliação de estudos e pesquisas para o planejamento e a gestão de políticas públicas, inclusive com o intercâmbio de experiências com outros países por meio da cooperação internacional
- 029Q - Coordenação, aperfeiçoamento e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências
- 029S - Aprimoramento do sistema regulatório, da coordenação do processo regulatório no Governo Federal, dos mecanismos de prestação de contas e de participação social e da qualidade da regulação de mercados

SECRETARIA GERAL DA MESA
VOT 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 029V - Aprimoramento e fortalecimento do Sistema de Controle Interno Poder Executivo Federal

OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Implementar e disponibilizar a Agenda Brasil Digital de Governo Eletrônico à sociedade
- Implementar Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais
- Massificação do uso de Certificados Digitais da ICP- Brasil
- Melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão
- Proposta de Projeto de Lei regulamentando a defesa do usuário de serviços públicos consolidada e encaminhada ao Congresso Nacional
- Resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicos

Iniciativas

- 02CZ - Implementação de Política Nacional de Atendimento ao Cidadão
- 02D0 - Implementação de ações para melhorar o ambiente de negócios e o atendimento às empresas e às demais organizações da sociedade civil
- 02D1 - Aperfeiçoamento e ampliação dos serviços eletrônicos disponibilizados à sociedade (E-Gov)
- 02D2 - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos
- 02D3 - Implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoamento da política de carreiras do Poder Executivo Federal
- Aperfeiçoamento do planejamento e dimensionamento da força de trabalho, em perspectivas de médio e longo prazos
- Aprimoramento de mecanismos para a gestão por desempenho na Administração Pública Federal
- Consolidação do Sistema de Atenção à Saúde do Servidor
- Democratizar as relações de trabalho do âmbito da Administração Pública Federal
- Diagnóstico das necessidades para recomposição da força de trabalho do Poder Executivo Federal, considerando a quantidade de servidores em condições de se aposentar, em uma perspectiva de médio prazo
- Redirecionamento da Política de Desenvolvimento de Pessoas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
7/6/2012
559

Iniciativas

- 02D4 - Aperfeiçoamento do planejamento, da organização, do dimensionamento e da gestão da força de trabalho, considerando perspectivas de médio e longo prazos
- 02D5 - Desenvolvimento das políticas de atenção à saúde e segurança do trabalho e de previdência dos servidores públicos
- 02D6 - Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal
- 02D7 - Criação e fortalecimento dos instrumentos de democratização das relações de trabalho
- 0483 - Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária e promoção da cidadania fiscal

OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Ampliar a quantidade de serviços atualmente utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública, através da rede INFOVIA Brasília, acrescentando sessenta serviços contratados até 2015
- Aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal
- Consolidar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
- Construir cenários de desenvolvimento nacional para orientar a alocação estratégica no Plano Plurianual e nos Orçamentos da União
- Definição do Modelo de governança e sistemática para alocação e gestão dos recursos públicos, considerando a articulação e a integração entre as diversas funções alocativas
- Desenvolver conhecimentos específicos, na área de gestão de despesas, voltados para a melhoria da qualidade do gasto
- Modernizar o arcabouço jurídico na área de planejamento, orçamento e execução
- Realizar vinte e cinco contratações conjuntas de soluções de TI, até 2015

Iniciativas

- 02D8 - Integração de ações, processos de trabalho e compartilhamento de recursos entre os órgãos da administração pública
- 02D9 - Aperfeiçoamento e disseminação de metodologias para o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação das ações governamentais
- 02DA - Aperfeiçoamento de mecanismos para a gestão e compartilhamento de informações visando à produção de conhecimento e a melhoria do processo decisório
- 02DB - Aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento intensivo dos projetos estratégicos
- 02DC - Aperfeiçoamento dos mecanismos de governança corporativa das empresas estatais
- 02DD - Melhoria da qualidade do gasto público
- 02DE - Aperfeiçoamento dos processos de compras e contratações (ciclo de suprimentos do Governo Federal)

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Agentes públicos municipais, estaduais e federais capacitados
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de articulação e de cooperação federativa
- Implementar e consolidar instâncias de diálogo federativo
- Modernizar a gestão municipal, por intermédio do software público brasileiro, implantando soluções tecnológicas do portal em 100 cidades novas brasileiras

Iniciativas

- 02DF - Aprimoramento dos mecanismos de articulação e cooperação federativa para a melhoria da gestão das políticas públicas no território
- 02DG - Disseminação e compartilhamento de inovações e boas práticas entre a União, os estados e os municípios
- 02DH - Fortalecimento da rede de escolas de governo de forma a aperfeiçoar o desenvolvimento de recursos humanos

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Aprimorar a forma de produzir e armazenar informações
- Assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos Atos Oficiais
- Aumentar a efetividade da participação da sociedade civil em espaços institucionalizados de participação social
- Aumentar a efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais
- Capacitar servidores públicos sobre temas relacionados ao acesso a informações públicas
- Criar e aprimoramento serviços de informação ao cidadão em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal
- Criar e potencializar novas formas, linguagens e instrumentos de participação social
- Criar proposta de Sistema Nacional de Participação Social
- Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas
- Incorporar mecanismos de participação social à metodologia de monitoramento do Plano Plurianual
- Interagir com a sociedade civil e estimular o uso de dados públicos
- Prover assistência aos municípios no sentido do cumprimento da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009
- Realizar ações de capacitação destinadas ao aperfeiçoamento da atuação de gestores públicos
- Reestruturar o Portal da Transparência do Governo Federal

Iniciativas

- 02DI - Fortalecimento dos espaços de participação social e criação de novos mecanismos para ampliar a transparência e a participação da sociedade civil na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas
- 02DJ - Aperfeiçoamento de instrumentos de transparência na Administração pública Federal e de divulgação de informações oficiais para a Sociedade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
16/7/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 02DK - Implementação do Sistema Nacional de Acesso à Informação
- 02DL - Estabelecimento e manutenção de interfaces de diálogo social
- 02DM - Prover maior transparência às ações do Governo, com a divulgação de informações para o Governo e a sociedade
- 02DN - Promoção da participação da sociedade na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ODM

OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Metas 2012-2015

- Adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015
- Ampliar em 10%, anualmente, o número de órgãos correicionados
- Construção do marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais
- Criar mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando a revisão das teses adotadas
- Reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas

Iniciativas

- 03KM - Fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação
- 03KO - Desenvolvimento de capacidades e recursos para atuação nas questões jurídicas internacionais de interesse do Estado Brasileiro
- 03KP - Melhoria dos processos de avaliação, controle, gestão e qualificação dos serviços jurídicos prestados pela Advocacia Pública Federal

OBJETIVO: 0956 - Garantir segura base jurídica na formulação, implementação e defesa das Políticas Públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Metas 2012-2015

- Adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015.
- Ampliar em 10%, anualmente, o número de órgãos correicionados.
- Construção do marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais.
- Criar mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando a revisão das teses adotadas.
- Promover manifestação jurídica em todos os processos administrativos relacionados à formulação de políticas públicas inclusas no PPA.
- Reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas.

Iniciativas

- 042Z - Desenvolvimento de capacidades e recursos para atuação nas questões jurídicas internacionais de interesse do Estado Brasileiro;

SECRETARIA GERAL DA MESA
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
562
SENADO FEDERAL

- 0430 - Fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação, bem como o aprimoramento contínuo da defesa judicial dessas políticas públicas;

- 0431 - Melhoria dos processos de avaliação, controle, gestão e qualificação dos serviços jurídicos prestados pela Advocacia Pública Federal;

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Dispêndio empresariais (privados e Públicos) em P&D em relação ao PIB	%	31/12/2010	0,59
Idade média da frota - apoio marítimo	ano	31/12/2010	14,67
Idade média da frota - apoio portuário	ano	31/12/2010	22,49
Idade média da frota - cabotagem e longo curso	ano	31/12/2010	18,32
Idade média da frota - navegação interior (autorizadas)	ano	31/12/2010	16,00
Índice de demanda de energia pelas indústrias em relação ao produto Interno Bruto Industrial (PIB industria)	tep/R$ milhão	31/12/2010	150,70
Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação	%	31/12/2009	45,30
Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira	%	31/12/2009	30,10
Taxa de investimento fixo em relação ao PIB	%	01/12/2010	18,40

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**5.666.205**	**19.285.685**
Despesas Correntes	955.629	2.893.350
Despesas de Capital	4.710.576	16.392.335
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**4.202.654**	**9.003.015**
Outras Fontes	**15.838.717**	**48.209.053**
Valores Globais	**25.707.576**	**76.497.752**
	102.205.328	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	150.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	250.000

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Adequação e ampliação do parque produtivo de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS, em especial de centros de pesquisa biomédica responsáveis pela produção de soros e vacinas
- Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015
- Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015
- Ampliar de 20 para 40 o número de projetos de pesquisa clínica realizadas na FIOCRUZ
- Apoiar a modernização produtiva e gerencial de pelo menos oito produtores públicos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/6/2012

- Apoiar dois testes clínicos da vacina contra a dengue
- Atender a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose com produção nacional de 2 medicamentos
- Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais com produção nacional de 2 medicamentos
- Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids com produção local de 3 medicamentos
- Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil
- Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015
- Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) até 2015
- Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia
- Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	300.000,00	litro

- Disponibilizar para o SUS um novo modelo de multiteste para diagnóstico de doenças selecionadas (plataformas de micro arranjos líquidos)

Iniciativas

- 00N4 - Adequação e ampliação do parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS
- 00N7 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás
- 00N8 - Expansão da FIOCRUZ através da implantação de centros de desenvolvimento tecnológico e produção de insumos para o SUS
- 00N9 - Instalação de Novas plataformas tecnológicas na FIOCRUZ para o desenvolvimento de insumos estratégicos para o SUS
- 00NA - Modernização das Unidades da FIOCRUZ
- 00NB - Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos
- 047Z - Construção do Polo de Biotecnologia da FIOCRUZ em Fortaleza/CE
- 0480 - Construção do Polo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da FIOCRUZ em Belo Horizonte/MG
- 048I - Estímulo ao desenvolvimento da cadeia produtiva farmacêutica nacional
- 04AA - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Fabricar o fuzil brasileiro

Iniciativas

- 00ND - Catalogação de materiais e produtos com padrão internacional (SOC/OTAN)
- 00NE - Estímulo aos setores da indústria voltados para a produção de interesse da defesa

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OUT 6/2012

- 00NF - Fabricação do Novo Fuzil - PPP - IMBEL
- 00NG - Implementação do Acordo de Cooperação Técnica MDIC/MCT do Programa de aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-XBR)
- 00NH - Incentivo à ampliação do conteúdo tecnológico nacional nos produtos para a Defesa Nacional
- 00NI - Provimento às Forças Armadas de material de defesa a partir da cadeia produtiva instalada no país

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Fomentar a construção de 9 estaleiros com recursos do FMM

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	4,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1,00	unidade
Vetor Logístico Sul	2,00	unidade

- Fomentar a contratação de 14 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM)

Iniciativas

- 0304 - Capacitação tecnológica das empresas de construção naval e de navipeças
- 0305 - Fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e à indústria naval brasileira
- 0306 - Revisão da legislação de fomento à indústria naval

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de PPBs
- Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico (PPB)

Iniciativas

- 03GT - Aprimoramento do Processo Produtivo Básico como instrumento de política industrial
- 03GU - Criação do Observatório da Indústria
- 03GV - Fiscalização do Processo Produtivo Básico para bens de informática

OBJETIVO: 0848 - Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
566

Metas 2012-2015

- Criar o Portal do Observatório do Investimento

Iniciativas

- 03H2 - Disseminação de informações de suporte à realização de investimentos fixos - (Observatório do Investimento)
- 03H4 - Revisão e aperfeiçoamento dos regimes especiais de tributação
- 048K - Implantação do Sistema Nacional de Oportunidades de Investimentos

OBJETIVO: 0849 - Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Atrair 100 projetos e centros de P&D

Iniciativas

- 03H5 - Criação de mecanismos de regularização jurídica para plena capacidade de operacionalização do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)
- 03H6 - Criação de projetos para atrair centros de P&D de empresas estrangeiras, visando o desenvolvimento de novos produtos
- 03H8 - Criação e adaptação de instrumentos de apoio à inovação específicos para atração de projetos e centros internacionais de P&D

OBJETIVO: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Aumentar de 4728 para 5328 o número de empresas brasileiras que lançaram produto novo no mercado nacional, segundo a PINTEC.
- Disponibilizar bolsas para 100 Gestores seniores em Inovação, Design e Sustentabilidade (GIDS) em Arranjos Produtivos Locais (APLs)
- Fomentar a especialização de 20 Centros de Inovação, Design e Sustentabilidade (CIDS)
- Fomentar a participação de 100 produtos brasileiros em concursos internacionais de design em mercados prioritários
- Fomentar o desenvolvimento de 2 canais de comercialização para produtos brasileiros com valor agregado pelo design
- Realizar 5 exposições de design em representações brasileiras no exterior

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	5,00	unidade

- Realizar a Bienal Brasileira de Design - 2012 e 2014

Iniciativas

- 03HB - Aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades e potencialidades das empresas, setores e cadeias produtivas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
567

- 03HC - Disseminação da cultura da inovação
- 03HD - Elaboração de estudos, projetos e sistemas de inteligência e apoio à decisão para inovação
- 03HE - Expansão e aprimoramento do programa brasileiro de design
- 03HG - Geração de projetos de inovação não tecnológica que envolvam empresas brasileiras e estrangeiras, em áreas intensivas em conhecimento/tecnologia
- 03HJ - Proposição de mecanismos para promover e apoiar as oportunidades de negócios relacionadas a grandes eventos

OBJETIVO: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Criar 500 novas vagas nas instituições de ensino e qualificação profissional para os setores identificados e afetados pelos programas de treinamentos

Iniciativas

- 03HM - Programas especiais de qualificação profissionalizante para atender as demandas específicas de setores e cadeias produtivas

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Investir R$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos

Iniciativas

- 03HO - Estruturação e implementação do Plano Estratégico de Software e Serviços de TI
- 03HP - Fabricação de dispositivos eletrônicos e semicondutores
- 048G - Financiamento a produção de componentes e de equipamentos TICs (tecnologias da informação e comunicação) produzidos no país

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Capacitar 2048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	2.048,00	unidade

- Implantar sistema integrado informatizado para concessão de ex-tarifários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	1,00	unidade

- Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers

SECRETARIA - GERAL DA MESA
16/10/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

(ASME)

- Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	12.000,00	tonelada

Iniciativas

- 03HU - Aprimoramento da sistemática de concessão de ex-tarifários
- 03HV - Aprimoramento dos mecanismos e programas de modernização para indústria de máquinas, equipamentos e serviços para bioenergia
- 03HW - Desenvolvimento da engenharia nacional para projetar equipamentos pesados para a indústria nuclear
- 03HY - Fabricação de de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia
- 03HZ - Fomento à ampliação da participação da indústria nacional de bens de capital no investimento fixo
- 03I1 - Modernização e adequação da infraestrutura da Nuclebrás Equipamentos Pesados - NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, de forma competitiva, para atender ao programa nuclear brasileiro
- 03I2 - Prospecção de novas rotas tecnológicas estratégicas Agenda Tecnológica Setorial
- 048M - Financiamento a aquisição de máquinas e equipamentos
- 04C4 - Incentivos para Geração de Energia Solar Fotovoltaica

OBJETIVO: 0855 - Promover a competitividade das empresas de base biotecnológica e nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance de economia de escala.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Realização de 2 rodadas de negócios para empresas, academia e governo

Iniciativas

- 03I6 - Atração de empresas-âncora para os núcleos de nanotecnologia e biotecnologia
- 03I9 - Divulgação, junto à sociedade, do papel da biotecnologia e da nanotecnologia como fator de melhoria na qualidade de vida, geração de emprego, renda, produtos, processos e serviços
- 03IA - Fomento à construção de instalações para prestação de serviços de escalonamento industrial e semi-industrial, incluindo produção de lotes piloto

OBJETIVO: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	700.000,00	tonelada

- Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
6/2013
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	81.000,00	tonelada
Região Sudeste	43.000,00	tonelada

- Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	250.000,00	tonelada

- Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	240.000,00	tonelada

- Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	450.000,00	tonelada

- Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.210.000,00	tonelada

Iniciativas

- 03IC - Fabricação de produtos petroquímicos e de química fina
- 03ID - Apoio a desenvolvimentos em química verde, nanotecnologia e biotecnologia e novos produtos feitos a partir de fontes renováveis
- 03II - Estímulo à ampliação da oferta de produtos químicos, petroquímicos e fertilizantes, bem como de seus intermediários e matérias-primas, inclusive por meio de incentivos fiscais para desoneração do investimento
- 03IK - Estímulo ao desenvolvimento de empresas de engenharia voltadas para o setor químico
- 03IM - Fomento a desenvolvimentos em instrumentação, modelagem e controle de processos, simulação de novas moléculas e demais interações com TICs e serviços de engenharia na indústria química
- 03IN - Fabricação de fertilizantes nitrogenados
- 03IP - Promoção do desenvolvimento da indústria de química fina
- 047L - Desenvolvimento de sinergias entre a cadeia de fertilizantes e outros produtos gás-químicos com ganhos de escala e redução do custo unitário de produção, de modo a viabilizar novos projetos para produção de ureia
- 047N - Proposição de acordos de cooperação internacional para intercâmbios de tecnologias produtivas no setor químico
- 047O - Construção das Unidades de Etilbenzeno e de Estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ
- 047P - Construção de Unidade de Etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ
- 047Q - Construção das Unidades de Polietileno e de Polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ
- 047R - Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA), em Ipojuca (PE)
- 047S - Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE)
- 047T - Implantação da Unidade de Estireno no Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo (RS)
- 047U - Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (período 2011-2017)
- 047V - Implantação de Unidade de Produção de Amônia com capacidade de aproximadamente 520 mil t/ano
- 047X - Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Ureia e 796 mil t/ano de Amônia
- 047Y - Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)

OBJETIVO: 0857 - Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

(APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração da produção no país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país

Iniciativas

- 03IR - Apoio ao acesso a novos mercados regionais, nacionais e internacionais e a mercados diferenciados, para empreendimentos organizados em APLs
- 03IS - Apoio ao desenvolvimento de médias empresas nos APLs
- 03IT - Desenvolvimento de redes de empresas, consórcios, e cooperativas de produção, promoção, crédito e/ou comercialização nos APLs
- 03IU - Extensionismo industrial e empresarial em APLs
- 03IV - Fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em APLs
- 03IY - Implantação de projetos integrados em redes de APLs setoriais
- 04DH - Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área da Suframa, com ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas

OBJETIVO: 0858 - Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono

Iniciativas

- 03J0 - Criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono
- 03J2 - Fomento à redução de emissões nos setores industriais
- 03J6 - Realização de inventários corporativos de emissões

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao INMETRO para inovação na empresa
- Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo INMETRO

Iniciativas

- 03J7 - Ampliação da infraestrutura técnica para qualidade
- 03J8 - Aperfeiçoamento das práticas de regulamentação técnica
- 03JA - Apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente

SECRETARIA DE MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03JC - Promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão

OBJETIVO: 0860 - Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas profundas (profundidade entre 100m e 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)
- Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas rasas (profundidade inferior a 100 m), de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (56%) e desenvolvimento (68%)
- Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas ultraprofundas (profundidade superior a 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)
- Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em terra, de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (75%) e desenvolvimento (82%)
- Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera no pré-sal: exploração (42%) e desenvolvimento (60%)

Iniciativas

- 03JD - Aprimoramento e disseminação de mecanismos e oportunidades de interação entre empresas, centros tecnológicas e universidades, visando o desenvolvimento de projetos cooperativos
- 03JH - Identificação das condições para a viabilização de uma curva de aprendizado da indústria de fornecedores da cadeia produtiva de petróleo e gás
- 03JI - Promoção da equalização de condições tributárias dos fornecedores brasileiros em relação aos estrangeiros

OBJETIVO: 0865 - Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	30,00	unidade

Iniciativas

- 03K6 - Ampliação e aperfeiçoamento da Linha de Financiamento Internacionalização de Empresas com foco na criação/aquisição de ativos estratégicos para a inserção de firmas brasileiras em cadeias globais de maior valor agregado
- 03K7 - Promoção de investimentos empresariais no exterior

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA GERAL DA MESA
16 / 2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI
- Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual
- Aumentar de 5.786 para 6.250 o número de registros de desenho industrial
- Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem
- Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras
- Reduzir de 2,5 anos, a partir do pedido de exame, para 1 ano o prazo para manifestação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) quanto à viabilidade dos pedidos de patente
- Reduzir de 25 meses para 9 meses o prazo de exame de novos pedidos de registro de marca
- Reduzir de 5,3 anos para 2,5 anos o prazo médio de concessão de patente contado a partir do pedido de exame

Iniciativas

- 03LB - Ampliação da inserção do tema propriedade intelectual e inovação em atividades acadêmicas e empresariais, tais como feiras de negócios, seminários, congressos, oficinas e comitês temáticos
- 03LC - Ampliação da oferta de cursos de curta duração e de pós-graduação em propriedade intelectual e facilitação do acesso da população por meio de novas tecnologias educacionais
- 03LF - Ampliação do acesso e contratação de novos bancos de dados nacionais e internacionais
- 03LG - Aperfeiçoamento da Lei da Propriedade Industrial (LPI) e outras peças legislativas e normativas relativas à propriedade intelectual
- 03LI - Aperfeiçoamento do sistema de depósito online de Marca (e-Marcas)
- 03LJ - Aprofundamento da cooperação com o sistema internacional de propriedade intelectual
- 03LL - Estruturação da rede de autoridades nacionais de propriedade intelectual da América Latina
- 03LN - Implantação de Sistemas de depósito online: e- Desenho Industrial, e-Patentes e e-Contratos
- 03LO - Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico
- 03LP - Implantação do Observatório INPI de Tecnologias Estratégicas para a indústria brasileira
- 03LR - Implantação do plano de criação e promoção de indicações geográficas brasileiras e sul-americanas
- 03LU - Implantação do Programa INPI da Qualidade
- 03LY - Pesquisa em propriedade intelectual e inovação por meio de atividades de aperfeiçoamento do corpo docente e execução de projetos de pesquisa

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100,00
Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	2,20
Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	62,77
Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	26,36
Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	0,00
Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100,00
Maior PIB per capta Estadual/Menor PIB per capta Estadual	%	31/12/2008	8,56
Maior PIB per capta Mesorregional/Menor PIB per capta Mesorregional	%	31/12/2008	21,06
Maior PIB per capta Microrregional/Menor PIB per capta Microrregional	%	31/12/2008	24,17
Número de Colegiados Territoriais Consolidados	unidade	30/06/2011	76,00
Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários	unidade	01/01/2008	1.687.035,00
PIB Centro-Oeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	9,20
PIB Nordeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	13,11
PIB Norte/PIB Nacional	%	31/12/2008	5,10
PIB Sudeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	56,03
PIB Sul/PIB Nacional	%	31/12/2008	16,56

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**6.038.115**	**15.177.657**
Despesas Correntes	483.949	1.391.940
Despesas de Capital	5.554.165	13.785.717
Outras Fontes	**4.605.540**	**19.593.474**
Valores Globais	**10.643.655**	**34.771.131**
	45.414.785	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Aprovar o marco legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Criar 23 fóruns temáticos regionais que promovam o fortalecimento da governança do processo de desenvolvimento regional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	8,00	unidade
Região Norte	9,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	8,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- Reformular e aprovar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Iniciativas

- 035O - Aprovação do novo marco legal da PNDR e do marco legal da PNOT
- 035P - Capacitação e cooperação em desenvolvimento regional e territorial
- 035Q - Elaboração de estudos e planos de desenvolvimento regional e territorial
- 035S - Estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional
- 035V - Implementação do Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional

OBJETIVO: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Avaliar anualmente o desempenho do FINAM e FINOR
- Avaliar anualmente o desempenho dos Fundos de Desenvolvimento Regional
- Avaliar anualmente o desempenho dos incentivos fiscais na Amazônia e Nordeste
- Avaliar semestralmente o desempenho das aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento

Iniciativas

- 035X - Aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento
- 035Y - Aplicações dos Fundos de Desenvolvimento Regional
- 035Z - Criação e aperfeiçoamento de instrumentos de apoio, financiamento, investimento e incentivos fiscais para implementação da PNDR
- 0361 - Incorporação das estratégias e diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico na definição das condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais

- Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação da Amazônia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1,00	unidade

- Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade

- Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Nordeste

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade

- Realização de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	8,00	unidade

Iniciativas

- 036O - Desenvolvimento de Programas de Inovação em Arranjos Produtivos Locais - APLs e cadeias produtivas

- 036Q - Desenvolvimento de Redes Regionais de Inovações

- 036R - Difusão de novos produtos e tecnologias de produção, beneficiamento, gestão e comercialização

OBJETIVO: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Cerrado	1,00	unidade

- Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	10,00	unidade

Iniciativas

- 036V - Compatibilização dos projetos de ZEE em diferentes escalas e sua integração ao Zoneamento Agrícola

- 036W - Disponibilização e manutenção do banco de dados sobre zoneamento e gestão ambiental territorial e promoção da elaboração de bases cartográficas

- 036X - Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, em suas múltiplas escalas

- 036Z - Integração do Zoneamento Ecológico-Econômico com os demais instrumentos de planejamento ambiental territorial, em especial as Agendas 21, os planos diretores e os planos de bacias hidrográficas

OBJETIVO: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Ampliar o acesso aos recursos para construção da infraestrutura logística voltada para a inclusão produtiva

- Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	20.000,00	unidade
Mesorregiões Diferenciadas	22.520,00	unidade
Região Hidrográfica do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim	57.550,00	unidade
Semiárido	6.700,00	unidade

Iniciativas

- 03G1 - Apoio a estruturas educacionais e tecnológicas nos Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas

- 03G2 - Apoio ao adensamento das cadeias produtivas no entorno de grandes empreendimentos, por meio de programas integrados com a metodologia de APLs

- 03G3 - Apoio e institucionalização de associações e cooperativas, inclusive com a consolidação de redes de APLs

- 03G4 - Desenvolvimento de novos modelos de negócios para a atração de investimentos e de acesso ao crédito e à comercialização, voltados ao encadeamento produtivo e à dinamização da economia local

- 03G7 - Promoção e desenvolvimento de canais de comercialização, do encadeamento produtivo e do desenvolvimento de fornecedores fixados no território

- 03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais

- 04AF - Financiamento de cadeias produtivas priorizadas pela política de desenvolvimento territorial do BNB

- 04AQ - Estruturação da Rota Produtiva do Vale do São Francisco

- 04B9 - Construção de Ponte Sobre o Rio Tocantins em Porto Nacional - To

OBJETIVO: 0971 - Implantação novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga - SP

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Construir 5 instalações militares

- Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais

- Implantação novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga - SP

- Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa-MG

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais

Iniciativas

- 0368 - Apoio a institucionalização das instâncias de governança da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, do GTP APL e dos Núcleos estaduais e dos Comitês Gestores nos APLs

- 036A - Cooperação técnica internacional em políticas públicas de apoio a APLs

- 036B - Desenvolvimento de Programa de Gestores e Articuladores de Arranjos Produtivos Locais

- 036C - Desenvolvimento de Sistema de Gestão do Conhecimento, e de monitoramento e avaliação em APLs

- 036H - Pesquisas, estudos, planos, agendas estratégicas e modelos de gestão e governança de cadeias produtivas e Arranjos Produtivos Locais

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 036M - Promover a construção e a consolidação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais
- 044V - Construção de próprios nacionais residenciais
- 044X - Construção e modernização de instalações militares
- 044Y - Desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais

OBJETIVO: 0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	39,00	unidade
Região Nordeste	114,00	unidade
Região Norte	53,00	unidade
Região Sudeste	35,00	unidade
Região Sul	39,00	unidade

- Criar e implementar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural
- Desenvolver ferramentas de gestão que adequem as políticas para territórios rurais às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais.
- Inserir a perspectiva étnico-racial nos programas voltados aos territórios rurais.

Iniciativas

- 0461 - Apoio à articulação das ações das Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura e das instâncias colegiadas territoriais de pesca e aquicultura com outras políticas públicas e instituições
- 0462 - Articulação e integração das ações do MDA e das instâncias colegiadas territoriais com outras políticas públicas e instituições privadas e públicas em territórios rurais
- 0463 - Estruturação da administração pública com normas, processos, sistemas de informação e institucionalidades necessários para a implementação e integração de políticas públicas, tendo como base os territórios rurais

OBJETIVO: 0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Apoiar 165 territórios rurais existentes e respectivos colegiados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	17,00	unidade
Região Nordeste	67,00	unidade
Região Norte	33,00	unidade
Região Sudeste	26,00	unidade
Região Sul	22,00	unidade

- Apoiar a gestão de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Articular 200 processos de Agenda 21 junto aos colegiados territoriais

- Capacitar ou formar 80.000 agentes de desenvolvimento

- Criar mecanismos de garantia da participação de povos e comunidades tradicionais nos colegiados territoriais e outras instâncias colegiadas

- Reconhecer 160 novos territórios rurais e constituir e apoiar os respectivos colegiados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	22,00	unidade
Região Nordeste	47,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	34,00	unidade
Região Sul	37,00	unidade

Iniciativas

- 0464 - Apoio à avaliação de programas de desenvolvimento rural sustentável que visem à redução da pobreza

- 0465 - Apoio à criação, gestão e planejamento de instâncias colegiadas de pesca e aquicultura em territórios de identidade

- 0466 - Apoio a processos de formação e de capacitação de agentes de desenvolvimento

- 0467 - Articulação das redes de Agenda 21 Local e dos Processos de Agenda 21 já consolidados para agregar esforços aos Colegiados Territoriais existentes, na implementação das políticas públicas socioambientais

- 0468 - Gestão social do desenvolvimento territorial por meio da constituição e fortalecimento dos Colegiados Territoriais como instância de organização, planejamento, coordenação e controle social, do apoio às redes de colegiados e da consolidação dos sistemas de gestão, acompanhamento e avaliação

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Apoiar 920 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	128,00	unidade
Região Nordeste	375,00	unidade
Região Norte	174,00	unidade
Região Sudeste	115,00	unidade
Região Sul	128,00	unidade

- Apoiar a organização produtiva de 7.000 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	780,00	unidade
Região Nordeste	3.680,00	unidade
Região Norte	1.060,00	unidade
Região Sudeste	700,00	unidade
Região Sul	780,00	unidade

- Capacitar 2.000 novos agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	279,00	unidade
Região Nordeste	814,00	unidade
Região Norte	379,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	249,00	unidade
Região Sul	279,00	unidade

- Disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6.964,00	unidade
Região Nordeste	20.357,00	unidade
Região Norte	9.464,00	unidade
Região Sudeste	6.251,00	unidade
Região Sul	6.964,00	unidade

- Estruturar 01 rede nacional de 200 Bases de Serviços Técnicos e apoiar diretamente, por meio de seus componentes, 500 empreendimentos associativos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	69,00	unidade
Região Nordeste	203,00	unidade
Região Norte	95,00	unidade
Região Sudeste	63,00	unidade
Região Sul	70,00	unidade

- Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	39,00	unidade
Região Nordeste	114,00	unidade
Região Norte	53,00	unidade
Região Sudeste	35,00	unidade
Região Sul	39,00	unidade

Iniciativas

- 0469 - Promoção da inclusão produtiva dos agricultores familiares nos territórios rurais, por meio da consolidação de empreendimentos econômicos e estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar nos territórios rurais, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza

- 04AM - Promoção da inclusão produtiva dos agricultores familiares nos territórios rurais, por meio da consolidação de empreendimentos econômicos e estruturação de redes socioprodutivas no território Velho Chico/BA

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Ampliar o acesso aos recursos para melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas

- Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	378,00	unidade
Região Nordeste	1.236,00	unidade
Região Norte	612,00	unidade
Região Sudeste	453,00	unidade
Região Sul	456,00	unidade

- Beneficiar 2.155 municípios com até 50.000 habitantes com máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais

- Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 046A - Apoio a projetos territoriais e intermunicipais de infraestrutura e serviços para dinamização econômica e comercialização, inclusão social e produtiva, promoção da cultura e da educação do campo, de logística e de organização da infraestrutura colegiada
- 046B - Articulação para a implantação de Casas Digitais Rurais
- 046C - Melhoria da infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção dos agricultores familiares por meio da aquisição de máquinas e equipamentos
- 04DG - Aquisição de máquinas e equipamentos para produção e comercialização de produtos da Agricultura Familiar

OBJETIVO: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Articular a realização de pesquisa de Amostra Nacional para conhecer a demanda por documentação
- Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais
- Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais
- Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais
- Realizar campanha nacional de mobilização sobre a importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária

Iniciativas

- 046D - Estabelecimento e consolidação de vínculos institucionais com órgãos emissores de documentos, órgãos e entidades cadastradoras e demais instituições que possam contribuir para a consecução dos objetivos do PNDTR
- 046E - Execução de mutirões itinerantes para a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e serviços de apoio à formalização, bem como a execução de ações educativas, visando a assegurar às trabalhadoras rurais o pleno exercício dos seus direitos sociais, econômicos e sua cidadania
- 046F - Fortalecimento das ações de formação em políticas públicas e garantia da participação das trabalhadoras rurais nas instâncias colegiadas e comitês gestores de políticas
- 046G - Integração dos Programas de Documentação da Trabalhadora Rural e Organização Produtiva de Mulheres Rurais, com orientação sobre formalização e políticas de comercialização, por meio de ações educativas e emissão de documentação nos mutirões

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Aprovar o novo marco legal da economia solidária e do cooperativismo de trabalho
- Criar e implantar o Sistema Nacional de Economia Solidária e fortalecer as instâncias de participação
- Implementar a inserção de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário

Regionalização da Meta	Total	Unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
NOV 6/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	900,00	unidade
Região Nordeste	3.600,00	unidade
Região Norte	900,00	unidade
Região Sudeste	1.800,00	unidade
Região Sul	1.800,00	unidade

- Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.000,00	unidade
Região Nordeste	12.000,00	unidade
Região Norte	3.000,00	unidade
Região Sudeste	6.000,00	unidade
Região Sul	6.000,00	unidade

- Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	unidade
Região Nordeste	40,00	unidade
Região Norte	10,00	unidade
Região Sudeste	20,00	unidade
Região Sul	20,00	unidade

- Realização de campanhas educativas para divulgação da economia solidária e promoção do consumo responsável e solidário

Iniciativas

- 046H - Aprovação do marco legal nacional da Política Pública e do Fundo Nacional de Economia Solidária
- 046I - Atualização e aperfeiçoamento do marco legal do cooperativismo, das cooperativas de trabalho e do cooperativismo social
- 046J - Atualização, manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES
- 046K - Disseminar na sociedade brasileira os princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente
- 046L - Implantação de espaços multifuncionais nos territórios com agentes de desenvolvimento solidário para a promoção de ações integradas de apoio aos empreendimentos econômicos solidários
- 046M - Implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária, incluindo o funcionamento do Conselho Nacional e realização da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária
- 046N - Implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
- 046O - Promoção de ações intersetoriais para o fortalecimento do cooperativismo social

OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	500,00	unidade
Região Nordeste	2.000,00	unidade
Região Norte	500,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

- Criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	unidade
Região Nordeste	80,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	40,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

- Incluir 200 comunidades nas finanças solidárias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	unidade
Região Nordeste	80,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	40,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

- Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	unidade
Região Nordeste	4.000,00	unidade
Região Norte	1.000,00	unidade
Região Sudeste	2.000,00	unidade
Região Sul	2.000,00	unidade

- Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	150,00	unidade
Região Nordeste	600,00	unidade
Região Norte	150,00	unidade
Região Sudeste	300,00	unidade
Região Sul	300,00	unidade

Iniciativas

- 046P - Certificação de produtos e serviços com garantia de origem social e ambiental
- 046Q - Desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais apropriadas à economia solidária
- 046R - Formação de trabalhadores, agentes, formadores, multiplicadores e gestores públicos da economia solidária
- 046S - Implantação e consolidação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e apoio ao Cooperativismo de Crédito Solidário
- 046T - Incubação, fomento, assessoramento técnico e apoio a empreendimentos econômicos solidários e suas redes e cadeia de produção, comercialização e consumo
- 046U - Promoção da adequação das políticas de crédito às exigências e características dos empreendimentos econômicos solidários
- 046V - Promoção do acesso às compras governamentais para produtos e serviços da economia solidária
- 046W - Promoção e fortalecimento de feiras, espaços fixos e bases de serviço para comercialização de produtos e serviços da economia solidária

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	9,40
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos da região de menor escolaridade do país	ano	01/01/2009	8,30
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos entre os 25% mais pobres	ano	01/01/2009	7,30
Escolaridade média da população do campo de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	7,40
Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,70
Escolaridade média da população negra de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,60
IDEB do ensino médio	unidade	01/01/2009	3,60
IDEB dos anos finais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4,00
IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4,60
Número de creches existentes, por Grandes Regiões, Estados e Municípios e por período de funcionamento	unidade	01/01/2011	0,00
Percentual da população com 15 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	47,60
Percentual da população com 19 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	79,30
Percentual da população com 24 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	77,10
Percentual de pessoas com 19 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	50,20
Percentual de pessoas com 24 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	58,20
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	01/01/2009	9,70
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	%	01/01/2009	20,40
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	01/01/2009	52,70
Taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos)	%	01/01/2009	50,90
Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos	%	01/01/2009	85,20
Taxa de frequência à escola - população de 4 e 5 anos	%	01/01/2009	74,80
Taxa de frequência à escola - população de 6 a 14 anos	%	01/01/2009	97,60
Taxa de frequência à escola/creche - população de 0 a 3 anos	%	01/01/2009	18,40
Taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular	%	01/01/2010	77,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**27.360.523**	**100.178.360**
Despesas Correntes	21.137.570	81.145.922
Despesas de Capital	6.222.954	19.032.438
Valores Globais	**27.360.523**	**100.178.360**
	127.538.883	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da

SECRETARIA - GERAL DA MESA
Nº 6/2016
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Apoiar a cobertura de 5000 quadras esportivas escolares
- Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas
- Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares
- Construir salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.
- Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Iniciativas

- 02BP - Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Apoiar a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino, em consonância com o PNE 2011-2020
- Elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Incentivar a aproximação entre o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade e o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, em consonância com o PNE 2011-2020

Iniciativas

- 02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VOT 6/2012
5851

educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente

- 02BR - Consolidação e acompanhamento da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério com o fortalecimento institucional dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente e a proposição de diretrizes para a Política Nacional de Formação para Funcionários de Escola, construída em regime de colaboração com os sistemas de ensino

- 02BT - Definir diretrizes para a política nacional de saúde ocupacional dos profissionais da educação e estabelecer ações voltadas para a prevenção e atenção à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os entes federados

- 02BU - Prestação de assistência técnica aos Estados, Distrito Federal e Municípios na estruturação de planos de carreira e remuneração para os profissionais da educação

OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

- Elevar o atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

- Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

- Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica

- Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

- Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3

- Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7

- Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2

- Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

- Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros

- Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

- Fomentar projetos e campanhas voltados ao combate à violência e ao "bullying" nas escolas

- Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

- Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes

Iniciativas

- 02BV - Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização

- 02BW - Consolidação das diretrizes curriculares nacionais da educação básica que contemplem a pluralidade, os direitos humanos, as especificidades regionais e locais e a elaboração das expectativas de aprendizagem, que

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Out 6/2012

subsidiem os sistemas de ensino na elaboração de suas propostas curriculares

- 02BX - Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais

- 02BY - Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino

- 02C0 - Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos

- 02C1 - Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação

- 04DP - Fomento a ações que garantam a integridade física, psíquica e emocional da criança e do adolescente no ambiente escolar, por meio de estímulo a atividades de prevenção às ocorrências de acidentes

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica

- Elevar o percentual de diretores de escola com nomeação vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar, em consonância com o PNE 2011-2020

Iniciativas

- 02C2 - Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade

- 02C3 - Fortalecimento do acompanhamento, do monitoramento e de ações que contribuam para o acesso e a permanência na escola, especialmente de estudantes beneficiários de programas de transferência de renda e do benefício de prestação continuada da assistência social

- 02C5 - Prestação de assistência técnica aos Estados, Distrito Federal e Municípios na definição de critérios técnicos de mérito e desempenho para a escolha de diretores de escola, bem como das formas de participação da comunidade escolar na respectiva escolha

- 02C6 - Realização de provas, exames, avaliações nacionais e internacionais, bem como produção de estatísticas, informações, indicadores, estudos e pesquisas que gerem subsídios para a elaboração e a implementação da política pública educacional

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Matrículas na educação profissional de nível médio	milhar	01/01/2010	1.140,40
Matrículas na educação profissional e tecnológica	milhar	01/01/2009	1.717,62
Matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica	milhar	01/01/2009	240,70

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**5.038.891**	**18.864.622**
Despesas Correntes	2.923.006	11.170.354
Despesas de Capital	2.115.884	7.694.268
Valores Globais	**5.038.891**	**18.864.622**
	23.903.513	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	150.000

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020
- Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 622
- Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020
- Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020
- Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 4 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda

Iniciativas

- 029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica
- 02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
588

- 02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão

- 02A3 - Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica

- 02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais

- 02A6 - Realização de estudos, avaliações de impacto e análise do papel do Estado na promoção da educação profissional e tecnológica, levantamentos estatístico-educacionais e habilitação de instituições privadas para fins de expansão da oferta gratuita de cursos de educação profissional e acesso a programa de financiamento estudantil

- 04CX - Implantação de novos campi do Instituro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado da Paraíba

OBJETIVO: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres

- Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em formação inicial e continuada e técnico de nível médio

- Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Iniciativas

- 02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/10/12
589

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	5,94
Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	20,26
Taxa bruta de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	26,70
Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres	%	01/01/2009	4,00
Taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do país	%	01/01/2009	18,40
Taxa bruta de matrículas na educação superior para a população negra	%	01/01/2009	17,70
Taxa de docentes em exercício com doutorado	%	01/01/2009	26,40
Taxa de docentes em exercício com mestrado	%	01/01/2009	36,20
Taxa líquida de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	14,40
Taxa líquida de matrícula na educação superior, ajustada	%	01/01/2009	17,30

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**11.073.155**	**42.309.070**
Despesas Correntes	7.617.792	29.191.537
Despesas de Capital	3.455.364	13.117.533
Valores Globais	**11.073.155**	**42.309.070**
	53.382.225	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	150.000

OBJETIVO: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino superior, inclusive pós-graduação

Iniciativas

- 02BF - Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior
- 02BH - Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior

OBJETIVO: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Vet 6/2012
590

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Iniciativas

- 0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero
- 0391 - Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2012-2015

- Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.
- Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020
- Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Apoiar Entidades de Ensino Superior Não Federal
- Elevar a relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011-2020
- Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020
- Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324
- Elevar o número de universidades federais para 63

Iniciativas

- 03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência
- 03GB - Apoio à cooperação internacional das universidades e à ampliação da mobilidade acadêmica em âmbito nacional e internacional, promovendo o intercâmbio científico e tecnológico, a inovação e o enriquecimento da formação de nível superior, garantida a equidade étnico-racial e de gênero
- 03GC - Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre
- 03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
OUT 6 2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
591
SENADO FEDERAL

- 03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país
- 03GF - Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino
- 0481 - Implantação da Universidade Federal do ABC
- 0482 - Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
- 0484 - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)
- 049Z - Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
- 04A0 - Implantação da Universidade Federal da Região do Cariri (UFRC)
- 04A1 - Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)
- 04A2 - Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA)
- 04B0 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima
- 04B3 - Implantação da Universidade Federal de Blumenau
- 04B4 - Construção do Campus de Osasco da Universidade Federal de São Paulo
- 04CY - Implantação da Universidade Federal do Sertão da Paraíba (UFSPB)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
5923

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	MW	25/05/2011	114.858,46
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	hora por ano	31/12/2010	18,35
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	unidade por ano	31/12/2010	11,29
Índice de perdas	%	31/12/2009	16,80
Tarifa Média de Fornecimento de Energia Elétrica	R$/MWh	30/04/2011	272,41
Taxa de importação de energia elétrica	%	31/01/2011	7,80
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Biomassa	%	31/01/2011	6,42
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Carvão Mineral	%	31/01/2011	1,58
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Eólica	%	31/01/2011	0,75
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Hidráulica	%	31/01/2011	65,53
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Gás	%	31/01/2011	10,57
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Petróleo	%	31/01/2011	5,71
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Urânio	%	31/01/2011	1,63
Taxa de universalização do acesso à energia elétrica	%	31/12/2009	98,91

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**88.365**	**282.296**
Despesas Correntes	86.165	273.718
Despesas de Capital	2.200	8.578
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**10.199.941**	**34.784.964**
Outras Fontes	**44.311.752**	**88.577.115**
Valores Globais	**54.600.058**	**123.644.375**
	178.244.433	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	1.000.000

OBJETIVO: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/12/12

Metas 2012-2015

- Adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)

Regionalização da Meta	Total	Unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.280,00	MW
Região Nordeste	326,00	MW
Região Norte	6.950,00	MW
Região Sudeste	75,00	MW
Região Sul	695,00	MW

Iniciativas

- 0001 - Implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (PR)
- 0002 - Implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte (PA)
- 0004 - Implantação da Usina Hidrelétrica Cachoeira dos Patos (PA)
- 0005 - Implantação da Usina Hidrelétrica Colider (MT)
- 0007 - Implantação da Usina Hidrelétrica Estreito (MA/TO)
- 0008 - Implantação da Usina Hidrelétrica Garabi (RS)
- 0009 - Implantação da Usina Hidrelétrica Itapiranga (RS/SC)
- 000A - Implantação da Usina Hidrelétrica Jamanxim (PA)
- 000B - Implantação da Usina Hidrelétrica Jatobá (PA)
- 000C - Implantação da Usina Hidrelétrica Jirau (RO)
- 000D - Implantação da Usina Hidrelétrica Marabá (MA/PA/TO)
- 000E - Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá (PR)
- 000F - Implantação da Usina Hidrelétrica Panambi (RS)
- 000H - Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (RO)
- 000I - Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Jari (AP/PA)
- 000J - Implantação da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós (PA)
- 000K - Implantação da Usina Hidrelétrica São Manoel (MT/PA)
- 000L - Implantação da Usina Hidrelétrica Serra Quebrada (MA/TO)
- 000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RS)
- 000N - Implantação da Usina Hidrelétrica Sinop (MT)
- 000O - Implantação da Usina Hidrelétrica Tabajara (RO)
- 000P - Implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires (MT/PA)
- 000Q - Implantação de Centrais Geradoras Hidrelétricas
- 000R - Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas
- 000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas
- 04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)
- 04DN - (VETADO)

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 6/20

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	120,00	MW
Região Nordeste	4.900,00	MW
Região Norte	80,00	MW
Região Sudeste	4.150,00	MW
Região Sul	88,00	MW

Iniciativas

- 000T - Implantação da Usina Termelétrica Porto de Pecém II (CE)
- 000U - Implantação da Usina Termonuclear Angra III (RJ)
- 000V - Implantação de Nova Usina Termelétrica em Candiota (RS)
- 000W - Implantação de Usinas Termelétricas
- 04A5 - Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP)

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	480,00	MW
Região Nordeste	125,00	MW
Região Norte	80,00	MW
Região Sudeste	710,00	MW

- Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3.360,00	MW
Região Sul	320,00	MW

Iniciativas

- 000X - Implantação de Parques Eólicos
- 000Y - Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas
- 000Z - Implantação de usinas termelétricas a biomassa

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Avaliar e emitir mensalmente informativos tarifários de Energia Elétrica
- Monitorar a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	65,00	unidade
Região Norte	55,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	40,00	unidade
Região Sul	60,00	unidade

- Monitorar a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	35,00	unidade
Região Nordeste	70,00	unidade
Região Norte	55,00	unidade
Região Sudeste	45,00	unidade
Região Sul	65,00	unidade

- Realizar inspeção técnica em campo em 180 usinas em construção

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	25,00	unidade
Região Nordeste	45,00	unidade
Região Norte	40,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

Iniciativas

- 0010 - Coordenar as ações de integração elétrica com os países vizinhos
- 0014 - Monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)
- 0015 - Monitorar as ações de comercialização de energia e da política tarifária

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Inventariar 12 rios com potencial de aproximadamente 5.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	9,00	unidade
Região Hidrográfica Paraná	1,00	unidade
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	2,00	unidade

- Realizar 16 projetos e estudos de viabilidade de parques eólicos com potencial de aproximadamente 1.600 MW de capacidade de geração a partir da fonte eólica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	12,00	estudo
Região Sul	4,00	estudo

- Realizar 28 projetos e estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas (UHEs) com potencial de aproximadamente 12.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	24,00	estudo
Região Hidrográfica Paraná	3,00	estudo
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	1,00	estudo

- Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa
- Viabilizar e projetar 4 usinas termonucleares

Iniciativas

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 001O - Acompanhamento, avaliação e revisão das concessões do setor elétrico
- 001Q - Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico
- 001R - Realização de Leilões de Energia Elétrica

OBJETIVO: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão para integração de novas usinas e novos mercados, e promover a integração energética entre as regiões do País

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	700,00	km
Região Nordeste	900,00	km
Região Norte	14.500,00	km
Região Sudeste	800,00	km
Região Sul	750,00	km

- Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica pelo SIN

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4.500,00	MVA
Região Nordeste	3.500,00	MVA
Região Norte	6.800,00	MVA
Região Sudeste	4.700,00	MVA
Região Sul	2.500,00	MVA

Iniciativas

- 0020 - Implantação da Interligação Manaus - Boa Vista (AM/RR)
- 0023 - Implantação da Interligação Tucuruí - Macapá - Manaus (AM/AP/PA)
- 0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações
- 0028 - Implantação do Sistema de Integração das Usinas do Madeira (GO/MG/MT/RO/SP)
- 0029 - Implantação do Sistema de Integração das Usinas do Tapajós (GO/MT/PA/SP)
- 002A - Implantação do Sistema de Integração das Usinas do Teles Pires (GO/MT/SP)
- 002B - Implantação do Sistema de Integração do Complexo Belo Monte

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Adicionar 5.100 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes no Sistema Interligado Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	900,00	MVA
Região Nordeste	1.500,00	MVA
Região Norte	350,00	MVA
Região Sudeste	1.100,00	MVA

SECRETARIA-GERAL DA MESA
16/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	1.250,00	MVA

- Adicionar 600 MW de capacidade de geração nas usinas existentes no Sistema Interligado Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	150,00	MW
Região Sudeste	350,00	MW
Região Sul	100,00	MW

- Revitalizar/recapacitar 2.400 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Interligado Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	600,00	km
Região Nordeste	500,00	km
Região Sudeste	600,00	km
Região Sul	700,00	km

Iniciativas

- 002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação
- 002D - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Atender 495.000 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	65.670,00	domicílio
Região Nordeste	222.000,00	domicílio
Região Norte	174.500,00	domicílio
Região Sudeste	31.450,00	domicílio
Região Sul	1.380,00	domicílio

- Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização

Iniciativas

- 0035 - Ampliação do Acesso à Energia Elétrica na Área Rural (Luz para Todos)
- 0036 - Coordenação das providências para o cumprimento das metas de universalização do acesso à energia elétrica
- 0037 - Fomentar ações de desenvolvimento social e geração de emprego e renda e o uso eficiente, racional e produtivo da energia elétrica
- 0039 - Implantação de Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica e sistemas de geração descentralizada com redes associadas ou individuais
- 003A - Monitoramento dos atendimentos às populações prioritárias do Programa Luz para Todos e das ações de impacto social junto à população atendida

OBJETIVO: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Reduzir DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 14 horas/ano

SECRETARIA DE MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/2012
598

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	17,00	hora/ano
Região Nordeste	16,00	hora/ano
Região Norte	35,00	hora/ano
Região Sudeste	10,00	hora/ano
Região Sul	14,00	hora/ano

- Reduzir FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 10 vezes/ano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	14,00	unidade/ano
Região Nordeste	10,00	unidade/ano
Região Norte	30,00	unidade/ano
Região Sudeste	7,00	unidade/ano
Região Sul	11,00	unidade/ano

Iniciativas

- 003O - Implementação de inovações e atualizações no sistema elétrico visando a sua compatibilização tecnológica
- 003Q - Regulação do Setor Elétrico

OBJETIVO: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação

Iniciativas

- 003U - Fortalecer as atividades de medição e verificação, com vistas a incorporar os resultados nos estudos de planejamento do setor elétrico
- 003V - Incentivar a Substituição e Destinação de Equipamentos Obsoletos
- 003W - Promover a Conscientização Sobre o Uso Eficiente de Energia Elétrica
- 003X - Promover a sinergia entre os programas de eficiência energética existentes no Pais
- 003Y - Promover estudos visando a regulamentação da Lei n.º 10.295/2001, acrescentando novos equipamentos a lista de indicadores e níveis mínimos de eficiência energética e promovendo melhorias naqueles já existentes

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	300,00	km
Região Norte	750,00	km

- Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	150,00	MW

- Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 1,25 pontos absolutos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,50	unidade

Iniciativas

- 01FS - Ampliar, manter e reforçar as redes de distribuição de energia elétrica
- 01FU - Prover a geração de energia elétrica necessária aos Sistemas Isolados
- 01FW - Regularização de ligações de energia elétrica

OBJETIVO: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Promover manutenção em 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	800,00	MW
Região Nordeste	2.000,00	MW
Região Norte	1.800,00	MW
Região Sudeste	1.200,00	MW
Região Sul	1.300,00	MW

- Promover manutenção em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	km
Região Nordeste	2.500,00	km
Região Norte	1.500,00	km
Região Sudeste	1.500,00	km
Região Sul	1.500,00	km

Iniciativas

- 01G1 - Manutenção do parque gerador de energia
- 01G2 - Manutenção do sistema de transmissão

OBJETIVO: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica

Iniciativas

- 01GD - Realização de pesquisas no setor elétrico

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área total dos territórios de comunidades quilombolas tituladas	ha	14/06/2011	987.935,00
Diferença entre a média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade de brancos e negros	ano	30/09/2009	1,70
Número de comunidades quilombolas certificadas	unidade	14/06/2011	1.667,00
Número de comunidades quilombolas com suas terras tituladas	unidade	14/06/2011	189,00
Número de estados com plano de promoção da igualdade racial em execução	unidade	31/01/2011	9,00
Número de municípios com organismos executivos de promoção da igualdade racial	unidade	01/06/2011	175,00
Número de territórios de comunidades quilombolas em processo de regularização fundiária	unidade	14/06/2011	1.067,00
Porcentagem da população brasileira que se declara negra (preta ou parda) em relação ao total da população	%	01/08/2010	51,00
Porcentagem de comunidades com acesso a esgotamento sanitário	%	31/08/2006	24,00
Porcentagem de comunidades com água encanada	%	31/08/2006	56,00
Porcentagem de comunidades com escola	%	31/08/2006	89,00
Porcentagem de comunidades com luz elétrica	%	31/08/2006	84,00
Porcentagem de comunidades quilombolas com postos de saúde	%	31/08/2006	42,00
Porcentagem de famílias quilombolas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	%	31/03/2011	85,00
Razão entre a renda domiciliar per capita média de chefes de domicílio negros e brancos	razão	26/09/2009	0,51
Razão entre a taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 ou mais anos de idade	razão	26/09/2009	0,92
Razão entre a taxa de formalização de negros e brancos ocupados	razão	26/09/2009	0,75
Razão entre a taxa de mortalidade materna por 100 mil habitantes de mulheres negras e brancas	razão	26/09/2009	1,54
Razão entre a taxa de negros e brancos em situação de insegurança alimentar	razão	26/09/2009	1,76
Razão entre a taxa de ocupação de negros e brancos	razão	26/09/2009	0,98
Razão entre a taxa líquida de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) entre negros e brancos	razão	26/09/2009	0,39
Razão entre as taxas de homicídio de negros e brancos de 15 a 29 anos	razão	31/12/2009	2,35
Razão entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra e branca	razão	31/12/2000	0,87
Razão entre o rendimento médio de negros e brancos ocupados com 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	0,57

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**97.615**	**239.498**
Despesas Correntes	34.073	65.590
Despesas de Capital	63.542	173.908
Valores Globais	**97.615**	**239.498**
	337.113	

SECRETARIA-GERAL DA MESA
VOT 6/2
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
601
SENADO FEDERAL

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero
- Produzir e publicar relatórios periódicos de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a perspectiva de gênero

Iniciativas

- 032J - Articulação com o Ministério da Educação para a implementação do Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino das História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena
- 032K - Construção de novos arranjos de planejamento e ações governamentais que garantam a transversalidade e a intersetorialidade das políticas de promoção da igualdade racial
- 032L - Formulação, implementação e gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), bem como formação e capacitação de gestores públicos e outros profissionais na perspectiva da igualdade racial e de gênero
- 032M - Implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra
- 032N - Implementação de um sistema de monitoramento, de acompanhamento e de incentivo às políticas de promoção da igualdade racial
- 032O - Inclusão e aperfeiçoamento de indicadores desagregados por raça/cor e sexo nos sistemas de informações governamentais, como instrumento de monitoramento e de avaliação de políticas e programas

OBJETIVO: 0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Ampliar a proporção de negros/as em posições valorizadas no serviço público
- Construir cadastro de programas de ações afirmativas no âmbito das três esferas de Governo e da iniciativa privada
- Estabelecer acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho

Iniciativas

- 032Q - Criação e integração de programas de ações afirmativas destinados ao enfrentamento das desigualdades raciais, prioritariamente nas seguintes áreas: educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, mercado de trabalho, habitação, meios de comunicação, financiamentos públicos, acesso à terra e à Justiça

OBJETIVO: 0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

SECRETARIA DE MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/2012
602

- Ampliar a capacidade de acolhimento, apuração e resposta a denúncias dando maior efetividade às ações do Estado nos casos de racismo no âmbito das instituições públicas

- Criar rede de atenção integral às vitimas do racismo e da discriminação racial, articulando esforços de diferentes instituições públicas

Iniciativas

- 032T - Articulação entre órgãos e poderes públicos visando à garantia da efetividade dos marcos legais e dos acordos internacionais ratificados pelo Brasil, referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial

- 032U - Difusão da legislação antirracista e de promoção da igualdade racial, bem como dos mecanismos para a defesa e a proteção dos direitos

- 032V - Estímulo e fortalecimento de ações da sociedade civil organizada e outros agentes para o enfrentamento da intolerância religiosa e do racismo, e para a promoção da igualdade

- 032W - Identificação e monitoramento dos casos de racismo denunciados nas instâncias competentes

OBJETIVO: 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Ampliar o número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional

Iniciativas

- 0333 - Articulação de medidas voltadas à formação e à capacitação de servidores(as) no atendimento a pessoas em situação de violência e/ou vulnerabilidade social, de modo a prevenir práticas discriminatórias incidentes sobre a população negra, especialmente mulheres, jovens, crianças, adolescentes e população com privação de liberdade

- 0335 - Difusão de práticas de valorização da pluralidade etnicorracial nas organizações privadas e instituições públicas

- 0336 - Identificação e acompanhamento das ações de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, especialmente de formação e capacitação de agentes públicos e profissionais da iniciativa privada, visando à prevenção de práticas de discriminação racial e de gênero no ambiente de trabalho

OBJETIVO: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a historia e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Adotar medidas que garantam a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado

- Fortalecer organizações de mídia negra

- Realizar e apoiar campanhas de valorização da pessoa negra e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras

Iniciativas

- 0339 - Apoio à incorporação das perspectiva racial e de gênero na formação dos profissionais de comunicação

- 033A - Apoio à produção e difusão de materiais de comunicação com conteúdos antirracistas e antissexistas

- 033B - Articulação junto a empresas de publicidade e comunicação, públicas e privadas, para o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial

SECRETARIA - GERAL MESA
VET 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
603
SENADO FEDERAL

- 033C - Promoção, em articulação com outros órgãos, do reconhecimento, valorização e divulgação das datas de referência histórica, da contribuição das personalidades e organizações que expressam a cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras

OBJETIVO: 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras
- Reduzir as mortes por homicídio na juventude negra

Iniciativas

- 033H - Apoio e acompanhamento das ações pela redução da mortalidade materna entre a mulheres negras
- 033I - Apoio e acompanhamento de medidas de proteção a crianças, adolescentes e jovens negros/as em situação de vulnerabilidade social
- 033J - Apoio e acompanhamento de programas e ações de assistência psíquica, social e jurídica às mulheres negras em situação de violência e aos familiares das vítimas de violência e discriminação racial
- 033L - Elaboração e implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra, contemplando estímulo à criação e promoção de ações que revertam a banalização da violência e a morte precoce

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas
- Fortalecer o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas
- Implantar Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas

Iniciativas

- 046Y - Ampliação do acesso das comunidades quilombolas às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável, visando ao etnodesenvolvimento dessas comunidades
- 046Z - Articulação e monitoramento junto à Fundação Cultural Palmares para a certificação de comunidades quilombolas
- 0470 - Criação e fortalecimento de mecanismos intersetoriais e interinstitucionais para assegurar a execução das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas nos estados
- 0471 - Identificação, realização e apoio a estudos e pesquisas das demandas referentes a serviços públicos e de infraestrutura social, bem como mapeamento de alternativas de desenvolvimento local e regional sustentável nas comunidades quilombolas
- 0472 - Implantação de um sistema integrado de informações para o monitoramento e avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas

OBJETIVO: 0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SECRETARIA GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Desenvolver projetos de fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas

Iniciativas

- 0473 - Articulação de parcerias para o desenvolvimento de ações de promoção, proteção e preservação de bens culturais de natureza material e imaterial do patrimônio histórico das comunidades quilombolas, contemplando a identificação, realização e apoio a estudos e pesquisas
- 0474 - Fortalecimento institucional das organizações representativas das comunidades quilombolas, com a participação nos espaços de gestão pública, inclusive nos Colegiados Territoriais
- 0475 - Promoção de parcerias nacionais e internacionais visando aos intercâmbios de experiências e outras ações de fortalecimento das comunidades quilombolas

OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2012-2015

- Implantar sistema integrado de informações sobre as ações governamentais para comunidades de terreiro e povos de culturas ciganas
- Mapear as comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas

Iniciativas

- 0476 - Articulação e monitoramento de ações de órgãos governamentais que garantam o acesso aos serviços públicos e programas sociais, contemplando a promoção da segurança alimentar e o fomento ao desenvolvimento sustentável a partir da preservação dos saberes e viveres de comunidades tradicionais
- 0477 - Desenvolver cooperação com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estabelecendo linhas de parceria em ações relacionadas à questão indígena
- 0478 - Mapeamento e levantamento socioeconômico e de demandas por serviços e programas sociais das comunidades tradicionais de terreiro em sua diversidade, bem como acompanhamento de ações de desenvolvimento sustentável nessas comunidades
- 0479 - Proposição de modalidade de tombamento que considere as variadas dimensões que compõem o patrimônio imaterial inerente às comunidades tradicionais de terreiro e acompanhamento dos processos de tombamento, salvaguarda, registro e/ou inventário do patrimônio dessas comunidades

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos
- Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas
- Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas
- Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias.
- Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias
- Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.

Iniciativas

SECRETARIA - GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação
- 047B - Elaboração e adequação de normativos que facilitem a execução da política de regularização fundiária das comunidades quilombolas

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte	%	31/12/2009	89,45
Proporção de Municipios com calendário de eventos esportivos	%	31/12/2009	65,91
Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte	%	31/12/2009	11,20
Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal	%	31/12/2009	83,22
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2010	11,49
Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE	R$ milhão	31/12/2010	185,10

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.240.024**	**4.189.047**
Despesas Correntes	838.720	2.289.979
Despesas de Capital	1.401.304	1.899.069
Outras Fontes	**1.626.803**	**912.498**
Valores Globais	**3.866.827**	**5.101.545**
	8.968.372	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	200.000

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2012-2015

- Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	241.000,00	unidade
Região Centro-Oeste	505.017,00	unidade
Região Nordeste	2.033.595,00	unidade
Região Norte	887.638,00	unidade
Região Sudeste	2.961.661,00	unidade
Região Sul	804.049,00	unidade

- Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Cidades-sede	12,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 607

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	215,00	unidade
Rio de Janeiro	1,00	unidade

- Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	327,00	unidade
Região Centro-Oeste	10,00	unidade
Região Nordeste	42,00	unidade
Região Norte	12,00	unidade
Região Sudeste	122,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

- Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	327,00	unidade
Região Centro-Oeste	10,00	unidade
Região Nordeste	42,00	unidade
Região Norte	12,00	unidade
Região Sudeste	122,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

- Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça

Iniciativas

- 02HW - Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)

- 02HX - Ampliar o financiamento para desenvolvimento de políticas sociais de esporte e lazer, incluindo a lei de incentivo ao esporte

- 02HY - Estruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer

- 02HZ - Fomento à pesquisa, publicação, difusão do conhecimento e desenvolvimento de ações de formação e diagnósticos de políticas de esporte e lazer

- 02I0 - Implantação de Ações de Esporte e Lazer como legado social dos grandes eventos

- 02I2 - Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2012-2015

- Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.

- Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas e à instalação de monitoramento de imagens em arenas esportivas (Torcida Legal).

- Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
608

- Elevar os indicadores médios de estrutura de gestão e estrutura de governança dos clubes de futebol profissional das séries A, B, C e D

- Estimular a formação de atletas e árbitros em parceria com os clubes esportivos e entidades representativas de árbitros

- Estimular a profissionalização da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte, com ênfase nas entidades dos programas Olímpicos e Paraolímpicos.

- Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6,00	unidade
Região Nordeste	11,00	unidade
Região Norte	9,00	unidade
Região Sudeste	6,00	unidade
Região Sul	5,00	unidade

- Interligar e alinhar Centros de Treinamento nacionais, regionais e municipais - Rede Nacional de Treinamento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6,20	%
Região Nordeste	12,50	%
Região Norte	6,20	%
Região Sudeste	50,00	%
Região Sul	25,00	%

Iniciativas

- 02J3 - Ampliação e qualificação do Bolsa-Atleta

- 02J4 - Estímulo a cadeia produtiva do esporte, articulando os agentes públicos e privados

- 02J5 - Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor

- 02J6 - Estímulo e apoio à preparação de atletas e profissionais

- 02J7 - Implantação da Política Nacional de Controle de Dopagem

- 02J8 - Implantação da Rede Nacional de Treinamento e das Cidades Esportivas

- 02J9 - Qualificação da gestão e da governança do esporte

- 04C6 - (VETADO)

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2012-2015

- Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Cidades-sede	21.000,00	unidade
Nacional	9.000,00	unidade

- Coordenar o Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014 e garantir o funcionamento do seu modelo de governança com a atuação plena das nove Câmaras Temáticas

- Implementar, conjuntamente com os demais órgãos do Governo Federal, 100% do Plano para promoção dos interesses estratégicos do país como sede do evento

- Monitorar a execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades e outras ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/10/12
609

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Cidades-sede	12,00	unidade

Iniciativas

- 02LN - Financiar a construção e reforma das arenas da Copa 2014, com observância à critérios de sustentabilidade ambiental e de adequação do entorno, no âmbito do BNDES Procopa Arenas
- 02LO - Garantir a realização e o monitoramento de todas as ações definidas pela estrutura de governança da Copa do Mundo FIFA 2014, a partir da Matriz de Responsabilidades e Câmaras Temáticas, contemplando os legados do evento

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2012-2015

- Garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016
- Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo

Iniciativas

- 02LQ - Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls 610

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número anual de focos de calor	unidade	31/12/2010	126.941,00
Participação da produção de base florestal na economia nacional	%	30/12/2008	1,60
Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal	km²	31/08/2010	6.451,00
Taxa anual de desmatamento no bioma Caatinga	km²	31/12/2009	1.921,00
Taxa anual de desmatamento no bioma Cerrado	km²	31/12/2009	7.637,00
Taxa anual de desmatamento no bioma Mata Atlântica	km²	31/12/2008	457,00
Taxa anual de desmatamento no bioma Pantanal	km²	31/12/2008	713,00
Taxa anual de desmtamento no bioma Pampa	km²	31/12/2008	363,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**161.965**	**525.994**
Despesas Correntes	148.689	489.164
Despesas de Capital	13.276	36.830
Outras Fontes	**1.192.300**	**4.021.700**
Valores Globais	**1.354.265**	**4.547.694**
	5.901.959	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável
- Autorizar manejo sustentável de uso múltiplo em 400.000 hectares
- Elaborar programas florestais em 27 unidades da federação
- Firmar acordos de cooperação técnica para a gestão florestal compartilhada com as 27 unidades da federação
- Implementar o inventário florestal nacional em 27 unidades da federação

Iniciativas

- 00OS - Aprimoramento da estrutura e atuação dos órgãos do SISNAMA
- 00OT - Aprimoramento das normas florestais, legais e infralegais, favorecendo a operacionalidade dos instrumentos de gestão florestal
- 00OU - Aprimoramento de políticas e programas de financiamento do Banco do Nordeste para o setor florestal

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 00OV - Aprimoramento do controle das atividades florestais
- 00OX - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis
- 00P2 - Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional

OBJETIVO: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Estabelecer, para cada bioma, metodologia de recuperação de áreas degradadas e as respectivas análises econômicas
- Implementar 12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) nos biomas brasileiros

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	2,00	unidade
Bioma Caatinga	2,00	unidade
Bioma Cerrado	3,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	3,00	unidade
Bioma Pampa	1,00	unidade
Bioma Pantanal	1,00	unidade

- Instituir plano nacional de recuperação de áreas degradadas e restauração da paisagem
- Promover a recuperação de 20 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais

Iniciativas

- 00P4 - Ampliação da oferta e adequação de instrumentos econômicos e financeiros de estímulo à recuperação da cobertura vegetal nas áreas de preservação permanente, reserva legal e áreas degradadas
- 00P5 - Definição de metodologias para recuperação e restauração de áreas e ecossistemas degradados, contemplando espécies nativas e manutenção da variabilidade genética
- 00P6 - Desoneração de reserva legal mediante doação ao ICMBio de imóveis rurais privados localizados no interior de unidades de conservação federais
- 00P8 - Financiamento de projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas
- 00PA - Implantação do Cadastro Ambiental Rural e de sistema de regularização ambiental em todas as unidades da federação
- 00PB - Implementação de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) e elaboração e execução do Plano Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas

OBJETIVO: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental
- Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls 6/2012

Iniciativas

- 00PM - Desenvolvimento e implementação de instrumentos de Pagamento por Serviços Ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento
- 00PP - Financiamento das atividades produtivas sustentáveis, em especial no meio rural
- 00PQ - Fomento às atividades agrícolas sustentáveis nos municípios prioritários da Operação Arco Verde
- 00PT - Instituição de sistemas e cadeias produtivas sustentáveis, como estratégia de prevenção e controle do desmatamento ilegal

OBJETIVO: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Capacitar 200 Técnicos em boas práticas de manejo de espécies de produtos florestais não-madeireiros
- Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	4.000,00	unidade
Bioma Caatinga	1.500,00	unidade
Bioma Cerrado	500,00	unidade

- Elaborar e implementar 4 Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFCs)
- Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	6,00	unidade
Bioma Cerrado	4,00	unidade

- Estabelecer normas e diretrizes técnicas para o manejo florestal sustentável de 27 espécies vegetais de produtos florestais não-madeireiros

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	6,00	unidade
Bioma Caatinga	7,00	unidade
Bioma Cerrado	9,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	5,00	unidade

- Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em 180 mil hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	175.000,00	ha
Bioma Caatinga	5.000,00	ha

- Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em assentamentos do Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 340 mil hectares

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	300.000,00	ha
Bioma Caatinga	40.000,00	ha

- Promover o manejo de 5 milhões de hectares de florestas privadas de forma sustentável

Iniciativas

- 01IU - Estabelecimento, simplificação e adequação dos marcos regulatórios territoriais e ambientais relacionados

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
SENADO FEDERAL

ao manejo florestal sustentável comunitário e familiar

- 01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento

OBJETIVO: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia

Iniciativas

- 01J9 - Planejamento, gestão e monitoramento das Concessões Florestais
- 01JB - Regulamentação da cessão de terras públicas da Secretaria do Patrimônio da União para o Serviço Florestal Brasileiro, para fins de concessão florestal, sem a necessidade de criação de unidade de conservação

OBJETIVO: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Ampliar a área de florestas plantadas em 6 milhões de hectares
- Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial
- Ampliar em 600 mil hectares as florestas plantadas com espécies nativas
- Disponibilizar acesso ao crédito florestal a 250 mil pequenos produtores rurais

Iniciativas

- 01JC - Apoiar a realização de pesquisas sobre o reflorestamento energético em áreas degradadas
- 01JE - Aprimoramento dos instrumentos econômico-financeiros para o plantio de florestas
- 01JF - Desenvolvimento da silvicultura com espécies nativas e de sistemas agroflorestais
- 01JG - Estímulo à certificação florestal, com foco na produção sustentável
- 01JI - Financiamento de projetos de manejo florestal, implantação e manutenção de florestas comerciais e reflorestamento
- 01JJ - Fomento à expansão da base florestal plantada para atividades produtivas

OBJETIVO: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Aumentar em 50% o número anual de atividades e programas interagências na prevenção dos incêndios florestais, com base nas 89 ações executadas em 2010
- Contratar 4500 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/20/12
610

- Reduzir em 50% a área atingida por incêndios florestais nas unidades de conservação federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	87.919,00	ha
Bioma Caatinga	11.342,00	ha
Bioma Cerrado	733.215,00	ha
Bioma Mata Atlântica	135,00	ha
Bioma Pantanal	20.000,00	ha

Iniciativas

- 01JR - Estabelecimento de parcerias interinstitucionais e implantação de programas interagências nos estados brasileiros
- 01JV - Prevenção e combate aos incêndios florestais e controle de queimadas

OBJETIVO: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Implementar ações de fiscalização em 248 Unidades de Conservação federais

Iniciativas

- 01KD - Aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e combate ao desmatamento
- 01KG - Criação de mecanismos que facilitem a apreensão, decretação de perdimento e destinação de bens, instrumentos ou produtos decorrentes da prática de crimes e infrações ambientais
- 01KK - Formulação, implementação, monitoramento e avaliação de planos e estratégias de prevenção e controle do desmatamento de forma integrada entre os órgãos federais, Estados e Municípios
- 01KN - Instituição por decreto e ampliação das atribuições da Comissão Interministerial de Combate a Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA)
- 01KQ - Policiamento e fiscalização ambiental orientados pelo planejamento estratégico federal de combate ao desmatamento

OBJETIVO: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	4.196.943,00	km²
Bioma Caatinga	844.453,00	km²
Bioma Cerrado	2.036.448,00	km²
Bioma Mata Atlântica	1.110.192,00	km²
Bioma Pampa	176.496,00	km²
Bioma Pantanal	150.355,00	km²

- Implementar o módulo online de emissão de autorizações de queima controlada do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo)
- Implementar sistemas de cadastro de alvos para fiscalização (polígonos de desmatamento a serem fiscalizados)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Implementar sistemas de monitoramento de áreas embargadas

Iniciativas

- 01KU - Monitoramento da cobertura da terra na Amazônia e demais biomas brasileiros por satélite
- 01KW - Monitoramento e controle do desmatamento, das queimadas e dos incêndios florestais

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Percentual de CRAS com IDCRAS igual ou superior a 6	%	31/12/2009	53,16
Percentual de CREAS com atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE)	%	31/12/2010	31,00
Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência	%	31/12/2010	77,00
Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social	%	31/12/2010	63,00
Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua	%	31/12/2010	35,00
Percentual de municípios (com 50 mil habitantes ou mais) com Serviços de Acolhimento	%	31/12/2010	62,00
Percentual de Municípios com CREAS	%	31/12/2010	26,00
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa com Deficiência	%	31/12/2010	9,39
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa Idosa	%	31/12/2010	5,32
Taxa bianual de permanência dos técnicos de nível superior nos CRAS	%	31/12/2010	42,80
Taxa de trabalho infantil	%	31/12/2009	5,63
Variação anual da concessão do BPC	%	31/12/2010	3,97

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**32.136.500**	**121.239.295**
Despesas Correntes	31.796.509	120.883.869
Despesas de Capital	339.990	355.427
Valores Globais	**32.136.500**	**121.239.295**
	153.375.795	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para todas as faixas etárias dos serviços tipificados, buscando a universalização da oferta e equalização da cobertura de cofinanciamento

- (VETADO)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VGT 6/20/17
617

- Aprimorar a gestão territorial dos CRAS, de forma a assegurar a articulação entre o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de proteção básica no território

- Construir padrões para execução dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias tipificadas

- Elevar o percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento

- Elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil Sem Miséria

- Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria

- Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a oferta de serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos(as) e suas famílias

- Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a rede pública de serviços de acolhimento

- Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS, visando atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território

- Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipes de referência do CRAS para execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao crack e outras drogas

- Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços

- Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o trabalho com os direitos das mulheres no âmbito do acompanhamento familiar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF

Iniciativas

- 00WM - Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica

- 00WN - Aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão para ampliar e qualificar o atendimento e acompanhamento às famílias

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial - PSE para crianças e adolescentes, em situação de violência, com enfoque na proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária

- Ampliar o número de CREAS Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria

- Construção e remodelação de centros de referencia para pessoas com deficiencia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	50,00	unidade

- Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres

- Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
618

- Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiências

- Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos municípios com mais de 100 mil habitantes

- Elaborar e difundir orientações técnicas e fluxos intersetoriais para o aprimoramento da gestão do serviço de proteção social para adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)

- Elaborar e difundir orientações técnicas e protocolos intersetoriais sobre atendimento especializado a crianças e adolescentes em situação de violação física, psicológica e abuso e exploração sexual

- Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT

- Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha

- Elaborar protocolo intersetorial, construir e difundir orientações técnicas específicas para o atendimento especializado às famílias e indivíduos com violação de direitos associada ao uso de crack e outras drogas

- Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua nos territórios cobertos pelo Plano Brasil sem Miséria

- Elevar o número de CREAS ofertando serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)

- Elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência

- Elevar o percentual de Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS e de Centros de Referência Especializado para Populações em situação de rua, operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente

- Incluir no Censo SUAS os serviços de acolhimento

- Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nos municípios com populações em situação de rua, com foco no trabalho infantil em suas piores formas e em cidades-sede de grandes eventos e obras

- Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes a organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento

Iniciativas

- 013T - Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial

- 013W - Produção, organização e aperfeiçoamento dos mecanismos de orientações técnicas, normativos, protocolos e fluxos intersetoriais para ampliar e qualificar o atendimento e o acompanhamento especializado às famílias e indivíduos

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VET 6/2014
619

- Ampliar as informações socioeconômicas sobre os beneficiários do BPC, por meio de sua inclusão no CadÚnico, visando analisar a focalização, a cobertura do benefício e o perfil do beneficiário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	%
Região Nordeste	100,00	%
Região Norte	100,00	%
Região Sudeste	100,00	%

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	100,00	%

- Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	155.772,00	unidade
Região Nordeste	513.701,00	unidade
Região Norte	100.979,00	unidade
Região Sudeste	135.132,00	unidade
Região Sul	455.447,00	unidade

- Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015
- Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015
- Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola
- Elaborar e difundir Orientações Técnicas sobre a utilização da renda do BPC pelos beneficiários idosos em situação de acolhimento
- Estabelecer e implantar novo marco regulatório para reavaliação periódica do BPC
- Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário
- Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Instituir protocolo de integração entre o INSS e a SNAS, definindo fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e o acompanhamento dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais

Iniciativas

- 013X - Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais
- 013Y - Assessoramento aos entes federados na regulamentação dos Benefícios Eventuais
- 0141 - Realização do pagamento dos benefícios (BPC e RMV)
- 04DI - Transferência de Renda Diretamente às Pessoas Residentes no País

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Elevar o número de municípios com desempenho satisfatório na gestão do SUAS
- Elevar o número de profissionais capacitados no Programa Nacional de Formação, Qualificação e Capacitação no SUAS
- Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os Estados e no Distrito Federal

SECRETARIA - GERAL DA MESA
NOV 6 2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
620
SENADO FEDERAL

- Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os municípios com 50 mil habitantes ou mais
- Integrar todos os municípios ao sistema de notificação de violação de direitos
- Revisar o Pacto de Aprimoramento de Gestão firmado entre os Governos Estaduais e Federal e estendê-lo aos municípios
- Vincular entidades de assistência social ao SUAS

Iniciativas

- 0142 - Aprimorar a regulação do SUAS
- 0144 - Intercâmbio de boas práticas, desafios e perspectivas no âmbito internacional, para fortalecimento da Assistência Social e da gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda no Brasil e em países em desenvolvimento no âmbito da cooperação sul-sul
- 0145 - Promover e apoiar a gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda, bem como construir métodos e processos de trabalho qualificados para essa integração
- 0146 - Qualificar a gestão do SUAS, por meio do acompanhamento, apoio técnico e financeiro às demais esferas federativas, do apoio e fortalecimento das instâncias de pactuação e de controle social, do aperfeiçoamento da tecnologia da informação utilizada, bem como da produção e disseminação de instrumentos para o diagnóstico das situações de vulnerabilidade, risco e violações de direitos e informações sobre os serviços ofertados, incluindo a produção de estatísticas nacionais e subnacionais no âmbito do SUAS, contemplando a realização anual do Censo SUAS

OBJETIVO: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Elevar o número de conselhos municipais com alternância na presidência entre os representantes governamentais e os representantes da sociedade civil
- Elevar o número de conselhos municipais com secretaria executiva
- Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com previsão de recursos específicos no orçamento do órgão gestor, destinados à sua manutenção e funcionamento
- Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com representantes da sociedade civil eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim
- Realizar 2 Conferências Nacionais de Assistência Social

Iniciativas

- 0147 - Assegurar o funcionamento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), realizar as Conferências Nacionais de Assistência Social, incentivar a participação da sociedade civil nos conselhos de assistência social, apoiar e acompanhar o aprimoramento e fortalecimento do controle social no âmbito do SUAS

SECRETARIA-GERAL MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
VET 6/2012
621
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Dívida Pública (DLSP/ PIB)	%	31/12/2010	40,00
Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco	%	31/12/2010	85,00
FBCF (% PIB)	%	31/12/2010	18,40
PIB (Crescimento)	%	31/12/2010	7,50
Quantidade de Certificados de Garantia emitidos	%	31/12/2010	35,00
Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	%	31/12/2010	78,74
Quota do Brasil no FMI	%	31/12/2010	53,06
Resultado Primário anual do Governo Central	R$ bilhão	31/12/2010	79,00
Taxa de Emissões Primárias da Economia	%	31/12/2010	30,80
Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB	%	31/12/2010	69,92
Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2010	3,24
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	%	31/12/2010	5,91

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**408.987**	**1.036.547**
Despesas Correntes	396.187	895.982
Despesas de Capital	12.800	140.565
Outras Fontes	**30.000**	**90.000**
Valores Globais	**438.987**	**1.126.547**
	1.565.534	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	350.000

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias
- Aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial, de forma a refletir sua participação relativa na economia global
- Implementar diretrizes de política econômica com vistas ao crescimento sustentado e à solidez das contas públicas, com estabilidade de preços e promoção da competitividade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6223

- Instituir novas diretrizes e/ou modificar a legislação financeira, tributária e creditícia, com ênfase nos aspectos que propiciem a otimização dos recursos alocados na implementação de políticas públicas

- Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN

- Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional às exigências de capitalização

Iniciativas

- 03ML - Análise e elaboração de instrumentos econômicos associados às políticas de meio ambiente e mudanças climáticas

- 03MM - Aperfeiçoamento e gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI

- 03MO - Aprimorar os processos de orientação e atendimento à sociedade em geral

- 03MP - Autorização para funcionamento das instituições componentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e demais atos societários sujeitos a aprovação do Banco Central, bem como dos atos de concentração das instituições integrantes do SFN e seus efeitos sobre a concorrência

- 03MT - Coordenação de ações de política econômica com outros órgãos públicos e demais agentes

- 03MV - Definição, regulamentação, implementação e controle dos instrumentos de política monetária, cambial e de crédito

- 03MW - Desenvolver programa de educação e inclusão financeira com foco na promoção de informação, formação e orientação quanto às políticas monetária e cambial, ao planejamento financeiro, ao meio circulante e aos produtos e serviços disponibilizados pelas entidades

- 03MX - Desenvolvimento de estudos e elaboração de normas relativas ao funcionamento do SFN e do mercado de câmbio e capitais estrangeiros, envolvendo a análise da regulamentação do sistema financeiro internacional, com vistas à adoção de padrões internacionais para a equalização de procedimentos

- 03N0 - Desenvolvimento e gestão dos sistemas de informação necessários à execução das atividades de Supervisão Bancária e Fiscalização do SFN, do Sistema Pagamentos Brasileiro, das Reservas Internacionais, do Sistema de Câmbio e Capitais Estrangeiros, do SML e do Sistema CCR

- 03N1 - Desenvolvimento e negociação de estratégias para redução dos desequilíbrios globais e cambiais, no âmbito do mecanismo de coordenação de políticas macroeconômicas do G-20 Marco para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado"

- 03N2 - Desenvolvimento e negociação de regras e modelos alternativos de governança das Instituições Financeiras Internacionais visando a ampliar a participação acionária brasileira

- 03N3 - Desenvolvimento e negociação no âmbito do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) de instrumentos de aprimoramento da regulação e supervisão do setor financeiro

- 03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas

- 03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União

- 03NE - Realização da supervisão e do monitoramento da atuação das instituições financeiras e das demais sociedades que operam no mercado financeiro, com a devida apuração das infrações às normas legais e regulamentares instituídas, além do monitoramento dos mercados financeiros e atendimento a denúncias e reclamações dos cidadãos e atendimento a demandas dos diversos poderes

- 03NG - Realização de estudos, análises e acompanhamento de indicadores conjunturais e estudos do impacto econômico das políticas públicas com vistas à proposição de alocação das despesas governamentais em programas que promovam o desenvolvimento econômico com inclusão social

OBJETIVO: 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas, ao controle das estruturas de mercado e ao mercado de captação de poupança popular, com a finalidade de promover a livre concorrência e estimular o crescimento econômico sustentado.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

SECRETARIA - GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
623
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Instruir e analisar 2.600 atos de concentração e processos administrativos

- Realizar 2.400 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais

- Realizar 300 manifestações sobre regulação de atividades econômicas

Iniciativas

- 03NR - Instrução e análise de atos de concentração e processos administrativos
- 03NS - Regulação de atividades econômicas em moldes concorrenciais
- 049Y - Homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais

OBJETIVO: 0893 - Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Realizar a inclusão social da população de baixa renda, por intermédio do acesso a produtos e serviços financeiros e capacitar os novos clientes de baixa renda em educação financeira

Iniciativas

- 03OA - Capacitar as pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas
- 03OB - Concessão de Crédito para pessoas de baixa renda com finalidades de consumo ou empreendedoras, com taxas de juros diferenciadas para essa faixa da população
- 03OC - Disponibilizar um portifólio de produtos complementares (consórcio, seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes
- 03OD - Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010
- 0496 - Apoio à abertura de contas simplificadas
- 0498 - Fomento ao Micropenhor

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Direcionar as ações de supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários para a mitigação dos principais riscos relacionados ao desempenho das atribuições legais conferidas à CVM pela Lei nº 6.385/1976, objetivando uma abordagem mais preventiva do que reativa e a racionalização da aplicação dos recursos humanos e materiais. Entre 2012 e 2015, deverão ser elaborados e divulgados: - 2 Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco - 8 Relatórios Semestrais de Execução dos Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco
- Realizar a supervisão das companhias de capital aberto, fundos de investimento, auditores independentes, intermediários e autorreguladores com base em um sistema de supervisão baseada em riscos
- Realizar as atividades de regulamentação com base em metodologias de AIR - Análise do Impacto Regulatório / CBA - Cost-benefit Analysis
- Reduzir o tempo de trâmite dos processos sancionadores por meio do mapeamento de seus fluxos e da definição de indicadores de desempenho

Iniciativas

- 03OG - Disponibilizar canais de comunicação para orientação e atendimento aos investidores e demais participantes de mercado, e desenvolver programa de educação financeira com foco no mercado de valores

SECRETARIA GERAL DA MESA
18/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
624

mobiliários

- 03OH - Impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da própria CVM ou de leis especiais cujo cumprimento lhe incumba fiscalizar

- 03OI - Realizar estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado de capitais

- 03OJ - Regulamentar o mercado de valores mobiliários, e assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários e seus emissores

- 03OK - Supervisionar permanentemente as atividades e os serviços prestados no âmbito do mercado de valores mobiliários, bem como a veiculação de informações relativas ao mercado, às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Desenvolver os Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, buscando a formação de poupança popular e a proteção da sociedade contra prejuízos financeiros, aumentando em 30% as reservas desses mercados corrigidas pelo IPCA ou outro índice que, porventura, venha a substituí-lo no período 2012-2015

Iniciativas

- 03OL - Aprimorar os processos de orientação e atendimento à sociedade em geral

- 03OM - Assegurar o crescimento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, buscando a sua credibilidade, por meio de regulamentação clara e eficaz e de ações de supervisão com foco na prevenção de riscos

- 03ON - Desenvolver e aperfeiçoar produtos destinados à inclusão social e financeira de famílias de baixa renda, que enfrentam maiores riscos e encontram mais dificuldades na superação de crises, por meio dos microsseguros, desenvolvendo e aperfeiçoando novos produtos, menos onerosos (com menores custos administrativos e tributários) e com regras simples e fáceis de entender

- 03OO - Desenvolver programa de educação financeira com foco nos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização

OBJETIVO: 0896 - Propiciar garantia de cobertura por parte da União para segmentos em que o setor privado não está presente ou atua com restrições, de forma a viabilizar a contratação de financiamentos e estabelecer um instrumento para a gestão desta garantia. Assegurar a sustentabilidade do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, promover o desenvolvimento de novas coberturas e viabilizar a recuperação de créditos da União em razão de indenizações pagas pelo FGE ou relativas ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Disponibilizar ao mercado a garantia de cobertura pela União para operações financeiras que não são plenamente atendidas pelo setor privado

- Estabelecer um procedimento de recuperação de crédito em razão do pagamento de indenizações pelo Fundo de Garantia às Exportações - FGE

- Renegociar todos os créditos oficiais soberanos brasileiros em atraso, relativos ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações (ex-FINEX), com vistas à melhor recuperação possível

Iniciativas

- 03OQ - Elaboração de novos produtos relacionados ao seguro de crédito à exportação

SECRETARIA-GERAL DA MESA
VET 6 2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03OR - Aperfeiçoamento do processo de concessão do seguro de crédito à exportação e de recuperação de créditos indenizados pelo FGE
- 03OS - Equacionamento das dívidas em atraso decorrentes do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX)
- 049G - Garantia de cobertura para financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas para Exportação

OBJETIVO: 0897 - Promover o desenvolvimento dos profissionais da área fazendária.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Atingir um grau de satisfação dos contratantes e dos alunos em 90%.

Iniciativas

- 03OW - Promoção da cidadania fiscal.
- 03OX - Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
16/6/2012
626

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas em taludes e encostas sujeitas a deslizamento)	município	01/07/2008	811,00
Municípios com áreas de risco na área urbana que demandam drenagem especial, por tipo de área de risco (áreas sem infraestrutura de drenagem)	município	01/07/2008	1.210,00
Municípios com Órgão de Defesa Civil Implementado e Estruturado	município	01/06/2011	458,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.047.939**	**9.974.844**
Despesas Correntes	131.601	389.247
Despesas de Capital	1.916.338	9.585.597
Outras Fontes	**1.480.000**	**2.680.000**
Valores Globais	**3.527.939**	**12.654.844**
	16.182.784	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Contratar R$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas

- Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos

- Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos

- Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	município
Região Sudeste	1,00	município
Região Sul	2,00	município

- Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano

- Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras para a implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca

- Promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos

Iniciativas

- 00EN - Construção da Barragem Serro Azul (PE)
- 00EP - Elaboração de diretrizes ambientais para o manejo sustentável de águas pluviais à partir do planejamento da bacia hidrográfica, visando à prevenção de desastres associados a inundações, enxurradas e deslizamentos
- 00ER - Execução de estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e recuperação ambiental
- 00ET - Execução de obras emergenciais em situações de risco iminente
- 00EU - Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista (RJ)
- 00EV - Obras de Macrodrenagem em Salvador (BA)
- 00EW - Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos
- 04B1 - Desassoreamento do Rio Tubarão
- 04B2 - Controle de Enchentes do Rio Itajaí-Açu
- 04BD - Urbanização de Macro e Micro Drenagem de Canais em Macapá/AP
- 04BH - Implantação do Sistema de Macrodrenagem na Região Metropolitana de Vitória/ES

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Capacitação de 4.500 pessoas nas atividades de defesa civil
- Estruturação de órgãos estaduais de defesa civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	estado
Região Nordeste	9,00	estado
Região Norte	7,00	estado
Região Sudeste	4,00	estado
Região Sul	3,00	estado

- Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres
- Implementação e estruturação das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Implementação e estruturação de órgãos municipais de defesa civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	104,00	município
Região Nordeste	1.202,00	município
Região Norte	161,00	município

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Ref 6/20/12
628

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	528,00	município
Região Sul	861,00	município

- Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

- Promover a participação brasileira nos fóruns e discussões internacionais de modo a permitir o diálogo e a cooperação com outros países em matéria de proteção civil

- Realizar Conferência Nacional de Defesa Civil

- Realizar Conferências Regionais de Defesa Civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

Iniciativas

- 00FA - Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres

- 00FF - Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil

- 00FG - Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

- 00FH - Promover a articulação dos entes federados, da sociedade e de organismos internacionais por meio da organização e participação em fóruns de discussão e da capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Modelos geodinâmicos e hidrológicos calibrados em 50 áreas críticas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	município
Região Nordeste	10,00	município
Região Norte	4,00	município
Região Sudeste	18,00	município
Região Sul	14,00	município

- Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidade para 251 municípios com riscos de deslizamentos de massa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	8,00	município
Região Nordeste	24,00	município
Região Norte	4,00	município
Região Sudeste	176,00	município
Região Sul	39,00	município

- Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidades para 205 municípios com riscos de inundações e enxurradas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	município
Região Nordeste	26,00	município
Região Norte	4,00	município
Região Sudeste	40,00	município

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
16/6/2012
629

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	132,00	município

Iniciativas

- 00FM - Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais
- 00FQ - Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco
- 04AJ - Implantação de Centros Regionais Integrados de Emergência, Prevenção e Defesa Civil

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Assistir às populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres
- Implementar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil em municípios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	161,00	município
Região Nordeste	1.202,00	município
Região Norte	104,00	município
Região Sudeste	528,00	município
Região Sul	861,00	município

Iniciativas

- 00FS - Implementação e monitoramento da utilização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil
- 00FT - Socorro e assistência às populações vitimadas, reabilitação do cenário de desastres e reconstrução de infraestruturas danificadas por desastres

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	município
Região Nordeste	34,00	município
Região Norte	3,00	município
Região Sudeste	167,00	município
Região Sul	91,00	município

Iniciativas

- 02B2 - Mapeamento de áreas de risco, com foco em inundações, enxurradas e deslizamentos

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/12/12
630

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	município
Região Nordeste	34,00	município
Região Norte	3,00	município
Região Sudeste	117,00	município
Região Sul	91,00	município

Iniciativas

- 02CR - Levantamento e divulgação de informações geológicas-geotécnicas

SECRETARIA - GERAL DA MESA
OUT 6 2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
631
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Conhecimento geológico do território nacional amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.505.000,00
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:100.000	km²	31/12/2010	1.422.000,00
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.236.800,00
Empregos diretos na Mineração	quantidade	31/12/2010	157.000,00
Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral	quantidade	31/12/2010	847.000,00
Exportações da Mineração	US$ bilhão	31/12/2010	31,60
Exportações da Mineração e Transformação Mineral	US$ bilhão	31/12/2010	50,80
Importação de Fertilizantes (variação)	%	31/12/2010	26,60
Importação de máquinas para a mineração	US$ mil	31/12/2010	547.809,00
Importação de máquinas para siderurgia	US$ mil	31/12/2010	2.679.832,00
PIB da Mineração - Inclui pelotização	US$ bilhão	31/12/2010	17,80
PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia)	US$ bilhão	31/12/2010	41,70
PIB da Transformação de Não-Metálicos	US$ bilhão	31/12/2010	16,30
PIB M&TM	US$ bilhão	31/12/2010	131,00
Produção de insumos da construção civil (1992=100%)	%	31/12/2009	135,12
Saldo Comercial da Mineração	US$ bilhão	31/12/2010	23,90
Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral	US$ bilhão	31/12/2010	26,00
Valor da Produção Mineral	US$ bilhão	31/12/2010	39,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**136.543**	**406.142**
Despesas Correntes	117.070	356.598
Despesas de Capital	19.473	49.544
Outras Fontes	**14.788.952**	**44.393.101**
Valores Globais	**14.925.495**	**44.799.243**
	59.724.738	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	12.000,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
0576/2012
032

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	40.000,00	unidade
Região Norte	15.000,00	unidade
Região Sudeste	25.000,00	unidade
Região Sul	20.000,00	unidade

- Concluir a implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais - LAMIN

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Concluir a implantação da Rede de Litotecas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Concluir a implantação da Rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Elaborar mapas da geodiversidade, no entorno de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e de aquíferos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro e o Anuário Metalúrgico Brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	21,00	unidade

- Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos brasileiros

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	150,00	unidade
Região Nordeste	390,00	unidade
Região Norte	200,00	unidade
Região Sudeste	160,00	unidade
Região Sul	100,00	unidade

- Implantar a Rede de Sismologia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
633
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Produzir estudos e mapeamento hidrogeológicos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6,00	unidade
Região Nordeste	10,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	233.000,00	km²
Região Nordeste	147.000,00	km²
Região Norte	506.000,00	km²
Região Sudeste	98.000,00	km²
Região Sul	78.000,00	km²

- Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	680.000,00	km²
Região Nordeste	630.000,00	km²
Região Norte	1.430.000,00	km²
Região Sudeste	690.000,00	km²
Região Sul	379.000,00	km²

- Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	120.000,00	km²
Região Nordeste	180.000,00	km²
Região Norte	90.000,00	km²
Região Sudeste	114.000,00	km²
Região Sul	90.000,00	km²

- Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	108.000,00	km²
Região Norte	270.000,00	km²

- Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15.000,00	km²
Região Nordeste	15.000,00	km²
Região Sudeste	12.750,00	km²
Região Sul	12.750,00	km²

Iniciativas

- 0016 - Implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais - LAMIN

SECRETARIA - GERAL DA MESA
Vot 6/2022
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
634
SENADO FEDERAL

- 0017 - Implantação e operação de redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas
- 0018 - Promoção da gestão e difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral
- 001C - Realização de levantamentos geológicos, geofísicos e de recursos minerais
- 001H - Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade

OBJETIVO: 0035 - Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com vistas à identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Realizar estudos e projetos para definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral - ARIMs
- Realizar o Zoneamento Mineral do Brasil

Iniciativas

- 001U - Implantação do Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados
- 001V - Realização de estudos e projetos para definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral - ARIMs

OBJETIVO: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50.000,00	km²
Região Nordeste	50.000,00	km²
Região Norte	50.000,00	km²
Região Sudeste	50.000,00	km²
Região Sul	50.000,00	km²

- Elaborar programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo
- Realizar 5 estudos da cadeia produtiva de minerais estratégicos

Iniciativas

- 002F - Apoio e incentivo à pesquisa mineral para minerais estratégicos e à abertura de novas minas
- 002G - Criação de grupos de trabalho para o acompanhamento de bens minerais estratégicos e a elaboração de programas de médio e longo prazo
- 002I - Estudos de minerais estratégicos por meio de levantamentos específicos em escala de detalhe
- 002M - Produção de minerais estratégicos
- 002N - Realização de estudos das cadeias produtivas de minerais estratégicos

OBJETIVO: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
635

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Desenvolver projetos internacionais de cooperação técnico-científica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	36,00	projeto

- Fortalecer e ampliar a atuação internacional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

- Promover cooperação internacional para fortalecimento da cadeia mineral com países sul-americanos e africanos

Iniciativas

- 002Q - Celebração de projetos de cooperação internacionais para fortalecimento da cadeia mineral

- 002R - Fortalecimento e ampliação da atuação internacional da CPRM

OBJETIVO: 0042 - Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade

Iniciativas

- 002U - Realização de estudos e projetos de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs

OBJETIVO: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Implantar a Rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (CEDES/CPRM)

- Realizar estudo diagnóstico sobre o conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para a mineração e transformação mineral

Iniciativas

- 002W - Articulação com o setor privado para estímulo à inovação tecnológica na indústria mineral

- 002X - Consolidação do centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de geologia, recursos minerais e hídricos (CEDES/CPRM)

- 0032 - Realização de estudo diagnóstico sobre máquinas e equipamentos para a mineração e a transformação mineral com vistas ao aumento do conteúdo nacional

OBJETIVO: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para

SECRETARIA GERAL DA MESA
Ref 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
636
SENADO FEDERAL

o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Fiscalizar anualmente 100% das minas subterrâneas brasileiras, das minas com barragens em 4 anos e das concessões de águas minerais e potáveis de mesa em 4 anos

- Fiscalizar anualmente 100% dos projetos/empreendimentos de minerais estratégicos (potássio, fosfato, lítio e terras raras)

- Implementar estudos e projetos de redução de acidentes de trabalho na mineração

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	2,00	projeto

- Realizar estudo sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira

- Realizar estudos sobre sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	12,00	estudo
Região Nordeste	16,00	estudo
Região Norte	8,00	estudo
Região Sudeste	12,00	estudo
Região Sul	12,00	estudo

- Reduzir o tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	258,00	dia
Região Centro-Oeste	220,00	dia
Região Nordeste	134,00	dia
Região Norte	310,00	dia
Região Sudeste	413,00	dia
Região Sul	227,00	dia

Iniciativas

- 003B - Estímulo à ampliação da produção mineral com sustentabilidade, eficiência ecológica e agregação de valor
- 003C - Estímulo à implantação de empreendimentos de produção e transformação mineral
- 003D - Estudos e projetos para otimização do aproveitamento dos recursos minerais
- 003E - Fiscalização da atividade minerária
- 003G - Gestão dos direitos minerários
- 003J - Implantação de empreendimento de mineração com siderurgia e logística portuária no PA e MA
- 003K - Implantação de empreendimento de mineração com logística em MG e RJ
- 003L - Regulação da atividade minerária
- 048N - Implantação de empreendimento de mineração com energia em GO, MT, PA e SP
- 048O - Implantação de empreendimento de mineração com logística em MG e RJ
- 048P - Implantação de empreendimento de mineração com logística em BA, MG, RJ e ES
- 048Q - Implantação de empreendimentos de mineração
- 048S - Implantação de empreendimento de mineração em MG
- 048T - Implantação de empreendimento de mineração com logística e energia em MG e ES

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
6/2012
0374

OBJETIVO: 0478 - Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Faixa de Fronteira
- Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Decreto sobre Recursos e Reservas
- Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Garantia para Financiamento por Direitos Minerários
- Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Terras Indígenas
- Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de revisão da política de participação governamental ("royalties")
- Criar e reestruturar as instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas e Energia em decorrência do novo modelo regulatório
- Desenvolver planos estaduais e municipais de mineração

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	5,00	unidade

- Realizar estudo e implementar a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME em decorrência das mudanças no modelo regulatório

Iniciativas

- 01L0 - Conclusão e implementação do novo modelo regulatório do setor mineral
- 01L1 - Desenvolvimento de planos estaduais e municipais de mineração
- 01L2 - Reestruturação das instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas e Energia

OBJETIVO: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração
- Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6,00	unidade
Região Nordeste	15,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	20,00	unidade
Região Sul	8,00	unidade

- Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	12,00	unidade
Região Nordeste	16,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	8,00	unidade
Região Sudeste	12,00	unidade
Região Sul	12,00	unidade

- Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela RedeAPLmineral

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	12,00	unidade
Região Norte	10,00	unidade
Região Sudeste	13,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Iniciativas

- 01LQ - Apoio e incentivo ao desenvolvimento de APLs e à consolidação da Rede APLmineral

- 01LR - Consolidação, ampliação, fortalecimento e incentivo a programas de extensionismo mineral, formalização, capacitação e financiamento de micro e pequenas empresas de mineração, de cooperativas, associações e distritos mineiros

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
01/6/2012
639

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Indicador de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Agropecuária (número de projetos de P&D e de TT)	unidade	31/05/2011	782,00
Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transferência de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas)	unidade	31/12/2010	292,00
Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	56,00
Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	0,63
Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	1,98
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano	unidade	30/04/2011	93.442,00
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano	unidade	31/05/2011	1.703,00
Participação das Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia Agropecuárias nos Processos de Inovação	%	01/01/2011	17,64
Produtividade agrícola dos grãos	kg por ha	31/12/2010	3.149,80
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R$) aplicado	R$	30/04/2011	9,35
Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	0,10

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**664.974**	**1.767.956**
Despesas Correntes	380.585	1.053.949
Despesas de Capital	284.389	714.007
Valores Globais	**664.974**	**1.767.956**
	2.432.930	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Desenvolver plataforma funcional de validação de novos genes (Programa ABC)
- Estabelecer 2 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
- Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/2014
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 03GG - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias incrementais para competitividade e sustentabilidade das cadeias de produtos da agropecuária
- 03GH - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para atender a grandes desafios nacionais e promover a competitividade e sustentabilidade setoriais
- 03GI - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para suporte à agricultura familiar e à sustentabilidade do meio rural
- 03GJ - Transferência de tecnologias (TT) para viabilizar o desenvolvimento rural sustentável

OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacaueiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	805,00	tonelada
Região Nordeste	208.818,00	tonelada
Região Norte	116.242,00	tonelada
Região Sudeste	8.402,00	tonelada

- Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	480,00	quilograma por hectare
Bioma Mata Atlântica	480,00	quilograma por hectare

Iniciativas

- 03GK - Desenvolvimento de processos de avaliação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais para as regiões cacaueiras
- 03GM - Geração de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia

OBJETIVO: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Implantar a unidade Embrapa Quarentena Vegetal (DF)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade

- Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa
- Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através do aperfeiçoamento de profissionais via cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 03GO - Ampliação e modernização da infraestrutura física e laboratorial dos Centros de Pesquisas da CEPLAC nos Estados da Bahia, Pará e Rondônia

- 03GP - Desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais, coerentes com as necessidades estratégicas da Embrapa e das OEPA, que resultem no aprimoramento e na melhoria do desempenho e da atuação profissional dos funcionários e empregados, direcionados para a excelência organizacional

- 03GR - Modernização e ampliação da infraestrutura física da Embrapa

- 048X - Ampliação e modernização da infraestrutura, aperfeiçoamento da gestão e integração das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas (OEPAS)

OBJETIVO: 0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacaueiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	138,00	unidade
Região Nordeste	2.393,00	unidade
Região Norte	4.279,00	unidade
Região Sudeste	190,00	unidade

- Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacaueiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.373,00	unidade
Região Nordeste	23.934,00	unidade
Região Norte	42.790,00	unidade
Região Sudeste	1.902,00	unidade

- Ampliar de 649,4 mil ha para 696,4 mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.013,00	ha
Região Nordeste	522.044,00	ha
Região Norte	151.328,00	ha
Região Sudeste	21.005,00	ha

Iniciativas

- 044F - Difusão de tecnologias agrícolas e planos de negócios sustentáveis para as regiões cacaueiras

OBJETIVO: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Ampliar de 1658 para 2298 o número de cultivares protegidas

- Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	35,00	unidade
Região Norte	15,00	unidade
Região Sudeste	35,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	35,00	unidade

- Aprovar o Plano de Ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação - RGAA
- Aumentar de 110 para 150 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares
- Cadastrar 100 empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão - AP
- Capacitar 200 profissionais em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - RGAA
- Capacitar 3.000 técnicos do setor em temas de inovação no âmbito do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA
- Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual, Biotecnologia, Agricultura de Precisão-AP, Recursos Genéticos)

Iniciativas

- 044H - Cadastro de empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão, em cooperação com órgãos públicos e privados
- 044I - Conservação, valorização e uso sustentável dos recursos genéticos para a agricultura e alimentação (RENEAGRO)
- 044J - Consolidação do levantamento nacional de Agricultura de Precisão, em parceria com instituições públicas e privadas
- 044K - Desenvolvimento da biotecnologia agropecuária com foco no fortalecimento da bioindústria nacional
- 044L - Diagnóstico nacional de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação (RGAA), em parceria com instituições públicas e privadas
- 044N - Fomento à Inovação no Agronegócio (INOVAGRO)
- 044O - Implantação de Núcleo Avançado em Agricultura de Precisão (NAAP), em parceria com órgãos públicos e privados
- 044P - Organização de cadeias produtivas para o uso das Indicações Geográficas e marcas coletivas (INDIGRAF)
- 044Q - Proteção, fiscalização e disponibilização de cultivares certificadas (PROTCULTIV)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Chegada de turistas provenientes da Argentina ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	1.399.592,00
Chegada de turistas provenientes da Bolívia ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	99.359,00
Chegada de turistas provenientes da Colômbia ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	85.567,00
Chegada de turistas provenientes da Guiana ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	5.236,00
Chegada de turistas provenientes da Venezuela ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	51.186,00
Chegada de turistas provenientes do Chile ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	200.724,00
Chegada de turistas provenientes do Equador ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	23.095,00
Chegada de turistas provenientes do Paraguai ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	194.340,00
Chegada de turistas provenientes do Peru ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	81.020,00
Chegada de turistas provenientes do Suriname ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	2.930,00
Chegada de turistas provenientes do Uruguai ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	228.545,00
Corrente de Comércio Brasil-Argentina	US$ milhão por ano	31/12/2010	32.957,00
Corrente de Comércio Brasil-Bolívia	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.396,00
Corrente de Comércio Brasil-Chile	US$ milhão por ano	31/12/2010	8.362,00
Corrente de Comércio Brasil-Colômbia	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.275,00
Corrente de Comércio Brasil-Equador	US$ milhão por ano	31/12/2010	1.035,00
Corrente de Comércio Brasil-Guiana	US$ milhão por ano	31/10/2010	28,40
Corrente de Comércio Brasil-países da América do Sul	US$ milhão por ano	31/12/2010	62.995,00
Corrente de Comércio Brasil-países do MERCOSUL	US$ milhão por ano	31/12/2010	39.221,00
Corrente de Comércio Brasil-Paraguai	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.159,00
Corrente de Comércio Brasil-Peru	US$ milhão por ano	31/12/2010	2.928,00
Corrente de Comércio Brasil-Suriname	US$ milhão por ano	31/12/2010	63,60
Corrente de Comércio Brasil-Uruguai	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.105,00
Corrente de Comércio Brasil-Venezuela	US$ milhão por ano	31/12/2010	4.687,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**5.750**	**6.556**
Despesas Correntes	1.200	3.278
Despesas de Capital	4.550	3.278
Valores Globais	**5.750**	**6.556**
	12.306	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	50.000

OBJETIVO: 0406 - Promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
VISTO 6/20
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Ampliar a cooperação militar, de pesquisa e de desenvolvimento com os países da América do Sul, colaborando com o fortalecimento do Brasil no cenário internacional, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa
- Consolidar o Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED/CSD)
- Estabelecer acordos com os países da América do Sul que possibilitem a integração das indústrias regionais de produtos de defesa, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa
- Implementar os Planos de Ação definidos no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CSD)

Iniciativas

- 019E - Ampliação das atividades do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)
- 019F - Aprimoramento da produção regional do conhecimento estratégico nos campos do Poder e nas áreas estratégicas definidas na Estratégia Nacional de Defesa
- 019H - Consolidação de mecanismo para ajuda recíproca, em caso de desastres, no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)
- 019I - Consolidação do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)
- 019J - Construção de parcerias entre as áreas de inteligência sul-americanas
- 019K - Cursos sobre Defesa na Escola Superior de Guerra para civis e militares sul-americanos
- 019L - Desenvolvimento de ações regionais de cooperação e intercâmbio no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira
- 019N - Intercâmbio de cultura doutrinária militar com integrantes de Forças Armadas dos demais países da América do Sul
- 019O - Intercâmbio regional na área de interoperabilidade logística entre as Forças Armadas
- 019Q - Promoção da integração regional da indústria de material de defesa

OBJETIVO: 0765 - Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Desenvolver cursos e implementar Institutos de Educação Profissional e Tecnológica ao longo da Faixa de Fronteira brasileira, com oferta compartilhada de vagas entre brasileiros e estrangeiros

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sul	4,00	unidade

- Estruturar e integrar Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, conforme as potencialidades identificadas na Região

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sul	6,00	unidade

Iniciativas

- 031D - Aprimoramento das Áreas de Livre Comércio (ALC) da Amazônia Ocidental e Amapá

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 031E - Capacitação de atores locais em elaboração de projetos, cooperação internacional e outros temas afetos à integração fronteiriça
- 031F - Celebração de acordos que permitam ações conjuntas e a compra e venda de materiais, equipamentos e serviços de saúde pública em faixa de fronteira
- 031G - Celebração e implementação de acordos sobre localidades fronteiriças vinculadas, com vistas a melhorar a qualidade de vida e facilitar as atividades cotidianas do cidadão fronteiriço
- 031H - Desenvolvimento de Cursos e Institutos de Educação Profissional e Tecnológica ao longo da fronteira terrestre brasileira, com oferta compartilhada de vagas entre brasileiros e estrangeiros, tendo como base a complementaridade da oferta, a adaptação pedagógica às necessidades locais, o ensino de idiomas e o incremento de pesquisas integradas
- 031I - Estruturação e Integração de Arranjos Produtivos Locais na faixa de fronteira, conforme as potencialidades identificadas na região
- 031J - Estudos e análises para fortalecimento do caráter estratégico da faixa de fronteira
- 031L - Harmonização de políticas públicas mediante articulação institucional de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, com vistas à complementaridade de ações e ao apoio à realização de projetos conjuntos por atores locais brasileiros e de países vizinhos
- 031M - Promoção da formalização de trabalhadores em áreas fronteiriças, com foco no setor de mineração

OBJETIVO: 0796 - Promover a implementação das Áreas de Controle Integrado (ACIs) na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL, por meio da modernização e aprimoramento, dotando-as de adequada infraestrutura, recursos humanos, financeiros e tecnológicos, de forma a simplificar os trâmites aduaneiros.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Implementar efetivamente o controle integrado em 10 ACIs

Iniciativas

- 037C - Aprovação de atos normativos referentes ao aperfeiçoamento e à modernização da atuação dos controles integrados
- 037F - Implementação efetiva do controle integrado nas ACIs (Áreas de Controle Integrado)
- 037H - Pacto entre organismos nacionais intervenientes no controle fronteiriço: Receita Federal do Brasil, Departamento de Polícia Federal, Ministério da Agricultura, ANVISA e ANTT, a fim de possibilitar a atuação coordenada e harmônica no âmbito das Áreas de Controle Integrado
- 037I - Pacto entre os organismos estrangeiros intervenientes no controle fronteiriço, a fim de possibilitar a atuação coordenada e harmônica no âmbito das Áreas de Controle Integrado

OBJETIVO: 0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Desenvolver dois projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no MERCOSUL
- Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas

Iniciativas

- 03M6 - Construção de Sistema Integrado de Conhecimento, com foco no potencial de integração das atividades produtivas do MERCOSUL
- 03M8 - Criação de sistema colaborativo integrado de propriedade industrial na América do Sul

SECRETARIA-GERAL DA MESA
06/6/2013
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
8467
SENADO FEDERAL

- 03MA - Desenvolvimento de projetos de integração e cooperação internacional em Arranjos Produtivos Locais/Clusters no MERCOSUL
- 03MB - Desenvolvimento de projetos de integração produtiva de caráter bilateral ou regional, que contemplem condições preferenciais de assistência técnica, capacitação e/ou financiamento, em especial para Micro, Pequenas e Médias Empresas
- 03MC - Desenvolvimento de projetos de integração produtiva, no âmbito do Grupo de Integração Produtiva (GIP) do MERCOSUL
- 03MD - Desenvolvimento dos processos vinculados à integração de cadeias produtivas da agricultura familiar
- 03MH - Implementação de projetos de produção, integração industrial e infraestrutura; pesquisa e desenvolvimento, e capacitação de recursos humanos entre a Amazônia brasileira e os países sul-americanos
- 03MJ - Regulamentação e implementação do Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas

OBJETIVO: 0940 - Incentivar a construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul, por meio do adensamento, da convergência, do aprofundamento e da ampliação dos acordos firmados pelo Brasil, em conjunto com o MERCOSUL ou em separado, no marco institucional da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com vistas a conferir fluidez ao intercâmbio de bens e serviços na região.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Aprofundar as preferências tarifárias no ACE-58 e no ACE-59
- Concluir a negociação do Acordo Bilateral sobre Investimentos entre Brasil e Chile
- Concluir a negociação do Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia, no ACE-59
- Incorporar compras governamentais no âmbito dos ACEs ou bilateralmente
- Incorporar investimentos no âmbito dos ACEs ou bilateralmente
- Incorporar o Certificado de Origem Digital nos ACEs ou bilateralmente
- Incorporar o comércio de serviços no âmbito do ACE-58 (MERCOSUL-Peru)

Iniciativas

- 03Z4 - Ampliação da cobertura temática dos acordos de natureza comercial na América do Sul para novas disciplinas: investimentos, serviços e compras governamentais
- 03Z6 - Aperfeiçoamento da normativa dos acordos comerciais com os países da América do Sul: Acordo de Complementação Econômica Nº 35 (MERCOSUL-Chile), Nº 36 (MERCOSUL-Bolívia), Nº 58 (MERCOSUL-Peru) e Nº 59 (MERCOSUL-Colômbia/Equador/Venezuela)
- 03Z7 - Aperfeiçoamento dos marcos regulatórios dos acordos comerciais existentes entre o Brasil/MERCOSUL e os demais países da América do Sul
- 03Z8 - Aprofundamento das preferências tarifárias e das condições de acesso a mercados dos Acordos de Complementação Econômica Nº 58 (MERCOSUL-Peru) e Nº 59 (MERCOSUL-Colômbia/Equador/Venezuela)
- 03Z9 - Incentivo ao Espaço de Livre Comércio (ELC) da ALADI, no âmbito do Tratado de Montevidéu de 1980

OBJETIVO: 0941 - Promover o aperfeiçoamento da União Aduaneira do MERCOSUL, com vistas ao estabelecimento do livre comércio intrazona, à consolidação da Tarifa Externa Comum e à coordenação de políticas econômico-comerciais.

SECRETARIA GERAL DA MESA
16/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Adotar mecanismo de revisão periódica de regulamentos técnicos e de medidas sanitárias e fitossanitárias harmonizados no MERCOSUL

- Concluir a negociação para a implementação da 1ª e 2ª etapas da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e do mecanismo de distribuição da renda aduaneira, correspondente a cada etapa

- Concluir o processo de entrada em vigor de versão revista da Tarifa Externa Comum, incluindo nova Tarifa Externa Comum para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações

- Concluir o processo de entrada em vigor do novo Regime Comum de Importação de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL

- Implementar a interconexão em linha dos sistemas informáticos de gestão aduaneira e de base de dados

- Implementar o mecanismo de monitoramento dos impactos econômico-comerciais decorrentes da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC)

- Revisar a Decisão CMC nº 08/94 "Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações e Áreas Aduaneiras Especiais"

Iniciativas

- 03ZB - Aprofundamento do Programa de Liberalização do Comércio de Serviços no âmbito do MERCOSUL

- 03ZC - Celebração de acordo de investimentos no âmbito do MERCOSUL

- 03ZE - Definição de compensação para o Paraguai, por eventual perda de arrecadação decorrente da implementação da eliminação da dupla cobrança da TEC, considerando sua condição especial e específica como país sem litoral marítimo e sua alta dependência das arrecadações aduaneiras

- 03ZF - Elaboração de Política Automotiva Comum

- 03ZG - Elaboração de projeto de norma para a efetiva implementação do Documento Único Aduaneiro MERCOSUL (DUAM) e projeto de sistema de validação de informação aduaneira no comércio intrazona, conforme previsto na Decisão CMC Nº 54/04 Eliminação da dupla cobrança da TEC e distribuição da renda aduaneira

- 03ZH - Elaboração de projeto de regulamentação para a segunda etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC

- 03ZI - Elaboração de proposta de coordenação em matéria sanitária e fitossanitária, com vistas a fortalecer o status sanitário e fitossanitário dos Estados-Partes e a articular ações para erradicar pragas e doenças, em nível regional

- 03ZJ - Elaboração de proposta de harmonização de regimes nacionais de drawback e admissão temporária

- 03ZK - Elaboração de proposta de notificação coordenada junto à Organização Mundial do Comércio de políticas relacionadas a medidas sanitárias e fitossanitárias e a medidas não tarifárias adotadas pelos Estados-Partes do MERCOSUL

- 03ZL - Elaboração de proposta de procedimentos para que os Estados Partes intercambiem anualmente informação sobre incentivos

- 03ZM - Elaboração de proposta de regulamentação da primeira etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC, que inclua um procedimento transparente, ágil e simplificado de transferência periódica dos saldos líquidos de arrecadação tributária (conta corrente), que contemple os procedimentos internos de cada Estado-Parte

- 03ZN - Elaboração de proposta de regulamentação da terceira etapa, incluindo a data para sua entrada em vigência e as ações necessárias para o aperfeiçoamento do mecanismo de distribuição da renda aduaneira

- 03ZO - Elaboração de proposta de tratamento das medidas não tarifárias, à luz do artigo 50 do Tratado de Montevidéu

- 03ZP - Elaboração de proposta para o estabelecimento de Regimes Comuns Especiais de Importação acordados no MERCOSUL

- 03ZQ - Elaboração de proposta sobre procedimentos e regras para investigações "antidumping" no comércio intrazona e para a aplicação de medidas de salvaguardas às importações provenientes de países não-membros do MERCOSUL

- 03ZS - Estabelecimento de procedimentos de intercâmbio de informação para que os Estados-Partes comuniquem a introdução ou modificação de exigências para a entrada de mercadorias importadas em seu território

- 03ZU - Negociação de novo marco normativo que possibilite a ampliação das contribuições regulares ao FOCEM, assim como contribuições voluntárias para projetos específicos

- 03ZV - Negociação de proposta de revisão da Tarifa Externa Comum

- 03ZW - Revisão da Decisão CMC Nº 08/94 Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações e Áreas Aduaneiras Especiais, incorporando a Zona Franca de Manaus à União Aduaneira do MERCOSUL

- 03ZX - Revisão da Decisão CMC Nº 23/06 Protocolo de contratações públicas do MERCOSUL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
- SENADO FEDERAL -
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
6/20/12
648

- 03ZY - Revisão da Resolução GMC Nº 56/02 Diretrizes para a elaboração e revisão de Regulamentos Técnicos MERCOSUL e Procedimentos MERCOSUL de Avaliação da Conformidade e aperfeiçoamento do sistema de elaboração, revisão e incorporação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias do MERCOSUL

- 03ZZ - Revisão do Regime Comum de Importação de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL constante das Decisões CMC Nº 34/03 e 59/08 Bens de Capital

- 0400 - Revisão do sistema de consultas estabelecido pela Diretriz CCM Nº 17/99 Mecanismo de consultas na Comissão de Comércio

OBJETIVO: 0944 - Fortalecer a institucionalidade dos mecanismos de integração regional, sobretudo a UNASUL e o MERCOSUL, para que seus órgãos tenham instrumentos capazes de impulsionar a integração sul-americana.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Criar o Fundo de Participação Social do MERCOSUL

- Instalar a Secretaria-Geral da UNASUL

Iniciativas

- 040C - Consolidação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH)

- 040D - Consolidação do Instituto Social do MERCOSUL (ISM)

- 040E - Constituição do Fundo de Apoio à Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF)

- 040F - Constituição do Fundo de Promoção de Turismo do MERCOSUL (FPTur)

- 040G - Constituição do Fundo MERCOSUL Cultural (FMC)

- 040H - Constituição do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) da UNASUL

- 040I - Elaboração de Portal no âmbito do SGT-1 (Comunicações) do MERCOSUL como ferramenta de suporte aos trabalhos técnicos necessários aos reguladores dos Estados-Partes do Bloco

- 040K - Estruturação do Parlamento do MERCOSUL segundo os critérios de representação cidadã

- 040L - Fortalecimento institucional da Secretaria do MERCOSUL

- 040M - Incorporação ao ordenamento jurídico nacional da Decisão CMC Nº 29/10, que define as modalidades de contribuição dos Estados-Partes do MERCOSUL à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL (ST)

- 040N - Instalação da estrutura institucional da UNASUL

- 040O - Instalação da estrutura institucional para o Alto-Representante-Geral do MERCOSUL

- 040P - Instituição de uma Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS) e criação de um Fundo de Participação Social do bloco

- 040Q - Integralização de recursos para o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL (FEM)

OBJETIVO: 0946 - Expandir as iniciativas previstas nos Planos de Ação das instâncias subsidiárias da UNASUL nas áreas da saúde, combate à fome e à pobreza, erradicação da extrema pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção social e economia solidária, bem como consolidar e implementar o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), com vistas a reforçar o pilar social da integração regional.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Definir cronogramas para a implementação de ações concretas nos 10 eixos do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)

- Estabelecer programa de cooperação permanente baseado nas metodologias e práticas desenvolvidas pelo Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL

Iniciativas

- 0417 - Ampliação e atualização da Matriz de Cooperação Técnica Horizontal do Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL
- 0418 - Cooperação técnica para o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde
- 041A - Elaboração e implementação do plano sul-americano de combate às drogas
- 041B - Implementação de projetos-piloto de cooperação desenvolvidos pelos Grupos Temáticos de Segurança Alimentar e Luta contra a Fome; Proteção, Promoção e Seguridade Social; e Economia Social, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL
- 041C - Implementação do Núcleo de Articulação e Operacionalização de Sistemas de Informação e Comunicação em Saúde (NUSICS)
- 041D - Implementação do Observatório de Saúde do MERCOSUL
- 041E - Implementação dos objetivos do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)

OBJETIVO: 0947 - Consolidar um conjunto de direitos fundamentais e benefícios em favor dos nacionais dos Estados-Partes do Mercosul, mediante Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, conforme estabelecido pela Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 64/10.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Definir cronogramas para o cumprimento das ações internas necessárias para assegurar a plena implementação, em 2021, dos objetivos definidos pelo Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL

Iniciativas

- 041H - Ampliação dos casos de dispensa de tradução, consularização e legalização de documentos entre os Estados-Partes do MERCOSUL
- 041I - Ampliação dos mecanismos de cooperação consular entre os Estados-Partes do MERCOSUL
- 041J - Aprofundamento do Sistema ARCU-SUL para a equivalência plena de cursos superiores no MERCOSUL
- 041L - Consolidação de uma política de livre circulação de pessoas no MERCOSUL, por meio da simplificação de trâmites, agilização de procedimentos de controle migratório e harmonização gradual dos documentos aduaneiros e migratórios
- 041M - Desenvolvimento, com os outros Estados-Partes do MERCOSUL, de diretrizes sobre emprego e planos regionais em matéria de trabalho infantil, inspeção de trabalho e facilitação da circulação de trabalhadores
- 041N - Estabelecimento de Programa de Educação Previdenciária do MERCOSUL
- 041P - Extensão do tratamento local para serviços de telecomunicações sem fio em zona de fronteira, sobretudo por meio do compartilhamento de redes
- 041Q - Fortalecimento dos órgãos sociolaborais do MERCOSUL, do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL (OMTM) e do Grupo de Alto Nível Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego" (GANEmple)
- 041R - Harmonização das informações para a emissão de documentos de identificação nos Estados-Partes do MERCOSUL
- 041S - Inserção da denominação MERCOSUL nas cédulas de identidade nacionais
- 041T - Integração dos cadastros de informações previdenciárias, no que concerne à concessão de benefícios, e de informações trabalhistas dos Estados-Partes do MERCOSUL para fins de simplificação de trâmites, segurança das informações, formulação de políticas públicas e agilização de concessão de benefícios
- 041U - Medidas para favorecer a redução de preços e tarifas para comunicações fixas e móveis entre os Estados-Partes do MERCOSUL, incluindo o "roaming"
- 041V - Negociação da definição de características técnicas que deverá ter a patente veicular (placa) do MERCOSUL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VOT 6/20/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
6503
SENADO FEDERAL

- 041W - Negociação de um Acordo-Quadro para a consolidação de um espaço de mobilidade (estudantes, professores e pesquisadores) e intercâmbios acadêmicos no MERCOSUL

- 041X - Negociação de um sistema de consultas sobre informações veiculares acessível às autoridades competentes dos Estados-Partes do MERCOSUL

- 041Y - Negociação de um Sistema MERCOSUL de Defesa do Consumidor

- 041Z - Simplificação dos trâmites administrativos para efeitos da equivalência de estudos e títulos de ensino superior no MERCOSUL

OBJETIVO: 0954 - Promover, sobretudo no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL, a integração da infraestrutura física com os países da América do Sul, nos setores de transportes, energia e comunicações, com especial ênfase no componente de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2012-2015

- Iniciar a execução da Agenda de Projetos Prioritários do COSIPLAN que envolvam o Brasil

Iniciativas

- 042N - Atualização da carteira de projetos no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da UNASUL e monitoramento da Agenda de Projetos Prioritários (APP)

- 042O - Compatibilização regulatória para a implantação de projetos conjuntos na área de produção de insumos energéticos, de geração e transmissão de energia e do aproveitamento energético pelos setores produtivos na região

- 042P - Consolidação do diálogo institucional entre os Organismos Financeiros que atuam na América do Sul, de forma a fortalecer o suporte financeiro aos países e projetos da região

- 042Q - Construção de engenharias financeiras adequadas ao financiamento dos projetos prioritários da Agenda do COSIPLAN

- 042R - Cooperação para a universalização do acesso à energia elétrica, no âmbito da UNASUL

- 042S - Fomento da infraestrutura básica para o escoamento da produção na Amazônia ocidental e Amapá (área de livre comércio de Macapá e Santana) para reduzir os custos de logística e transporte regional

- 042T - Instituição de instrumentos de cooperação voltados para a integração das redes de fibra ótica na América do Sul, com vistas a massificar o acesso à Internet banda larga na região

- 042U - Produção de mapas cartográficos da América do Sul, em escala adequada, com foco nos recursos minerais, energéticos e hídricos, na infraestrutura logística e na identificação de unidades de conservação e terras indígenas

OBJETIVO: 0957 - Promover a implementação do Banco do Sul como instrumento regional de financiamento de projetos com vistas ao desenvolvimento econômico e social na América do Sul, bem como avançar na negociação de um mecanismo regional de garantias, para facilitar o acesso a diferentes formas de financiamento a empreendimentos na região.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Iniciar o financiamento de projetos-piloto por parte do Banco do Sul

Iniciativas

- 0432 - Definição das diretrizes, normas e políticas operacionais do Banco do Sul, em conjunto com os demais países participantes, para os primeiros anos de funcionamento do organismo

- 0433 - Definição de um mecanismo regional de garantias, que facilite o acesso a diferentes formas de financiamento a empreendimentos na região

- 0434 - Integralização de capital brasileiro ao Banco do Sul

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 0435 - Submissão do Convênio Constitutivo do Banco do Sul à aprovação do Congresso Nacional

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/6/2016
6324

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Licenças de Instalação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	90,00
Licenças de Operação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	85,00
Licenças Prévias emitidas	unidade por ano	30/12/2010	55,00
Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos	%	01/01/2009	1,04
Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados	%	01/01/2009	2,35

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**41.295**	**231.365**
Despesas Correntes	36.844	121.315
Despesas de Capital	4.451	110.050
Valores Globais	**41.295**	**231.365**
	272.660	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Ampliar em 5% o número de operações anuais de fiscalização, visando coibir os ilícitos relacionados às atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	293,00	unidade

- Atualizar o Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas e publicar o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente
- Elaborar e implementar o plano de ação para gestão de estoques e resíduos de agrotóxicos considerados poluentes orgânicos persistentes
- Elaborar e Implementar o plano de ação para redução de emissões de dioxinas e furanos
- Implementar a avaliação do risco ambiental para novos ingredientes ativos registrados como agrotóxicos

Iniciativas

- 01MO - Adequação dos procedimentos de controle do perigo e avaliação do risco de substâncias químicas e produtos perigosos
- 01MR - Aprimoramento da fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos considerados efetivo ou potencialmente poluidores, degradadores e contaminantes
- 01MS - Capacitação de técnicos que atuam nas áreas relacionadas à qualidade ambiental
- 01MT - Elaboração e publicação de relatórios e indicadores sobre a qualidade ambiental, e aprimoramento do Cadastro Técnico Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls 6 10/12

- 01MV - Fomento a estudos e projetos voltados para a melhoria da qualidade ambiental

- 01MW - Fomento aos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) para o aperfeiçoamento de redes de monitoramento de qualidade do ar, assim como para a elaboração de inventários regionais de poluentes atmosféricos e para o aperfeiçoamento de seus processos internos de gestão

- 01N0 - Implementação da Agenda de Segurança Química no Brasil

OBJETIVO: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos e apoiar a elaboração de 4 Planos de Ação Estaduais

- Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo

- Elaborar o Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para as tipologias de empreendimentos e atividades prioritárias

- Elaborar, em parceria com os setores envolvidos, 2 Planos de Área para combate a derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Mapear a sensibilidade ambiental ao óleo nas bacias sedimentares marítimas de Campos e de Pelotas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	informação produzida
Região Sul	1,00	informação produzida

Iniciativas

- 01N3 - Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis a Óleo

- 01N4 - Gestão de Risco de Emergências Ambientais, Preparação e Atendimento à Ocorrência de Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos

- 01N5 - Implementação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta às Emergências Ambientais com Produtos Perigosos (P2R2)

- 01N7 - Prevenção e combate de danos ambientais causados pela Indústria do Petróleo

- 04DR - Promoção da qualidade das águas em portos brasileiros

OBJETIVO: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Ampliar em 50% a capacidade operacional do licenciamento ambiental federal

- Capacitar como especialistas em avaliação de impacto ambiental 300 técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal

- Implantar o Programa de Qualificação Técnica em Avaliação de Impactos Ambientais em 20 órgãos estaduais de meio ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	20,00	unidade

- Implementar sistema informatizado para acompanhamento de custos e prazos do licenciamento ambiental

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/6/2012
653

- Implementar sistema informatizado para disponibilização de dados e informações referentes à avaliação de impactos ambientais de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental federal

- Integrar as bases de dados de licenciamento ambiental dos órgãos integrantes do SISNAMA, considerando padrões estabelecidos pelo governo federal no âmbito da Infraestrutura de Dados Espaciais (INDE) por meio do Decreto 6.666/08

Iniciativas

- 01N9 - Aperfeiçoamento de normas e da gestão das informações, e desenvolvimento institucional dos órgãos integrantes do SISNAMA responsáveis pelo licenciamento ambiental

- 01NA - Aprimoramento dos mecanismos de licenciamento de empreendimentos com impactos em terras indígenas e comunidades tradicionais

- 01NB - Fortalecer os órgãos integrantes do SISNAMA para a gestão compartilhada por meio da capacitação de gestores e conselheiros ambientais (Plano Nacional de Capacitação e Gestão Ambiental PNC)

OBJETIVO: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Apoiar a atualização e a implementação de 100 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito municipal, pelos respectivos Fóruns de Agenda 21

- Fomentar a implementação de projetos socioambientais abrangendo 200 municípios brasileiros

Iniciativas

- 01NF - Apoio à implementação das ações prioritárias dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável

- 01NH - Capacitação dos Fóruns de Agenda 21 para atualização dos planos e projetos de gestão sustentável do território

- 01NI - Fomento a planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável

OBJETIVO: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental

- Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental

- Realizar 80 adesões da Agenda Ambiental na Administração Pública, nos órgãos e instituições em todos os poderes e esferas de governo

Iniciativas

- 01NK - Desenvolvimento de ações de formação, comunicação e desenvolvimento de capacidades para a formação de educadores ambientais, lideranças comunitárias, jovens e gestores públicos

- 01NL - Desenvolvimento de estratégias de educação ambiental, participação social e mediação de conflitos para apoio à gestão socioambiental de territórios ocupados por grupos em situação de vulnerabilidade

- 01NP - Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental em parceria com órgãos estaduais, municipais e entes não governamentais

- 01NQ - Implementação e consolidação da Agenda Ambiental na Administração Pública

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 655

- 01NS - Pesquisa, divulgação técnico-científica e formação de multiplicadores em educação ambiental

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
656
- SENADO FEDERAL -

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:1.000.000	%	31/12/2010	10,00
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:100.000	%	31/12/2010	1,00
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:250.000	%	31/12/2010	3,00
Fundos marinhos internacionais com conhecimento geológico de iniciativa brasileira	km²	31/12/2010	0,00
Número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	280,00
Número de graduados anualmente em Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	700,00
Taxa de cumprimento de embarque para atividades práticas (experiência embarcada) destinadas aos graduandos na área de Ciências do Mar	%	01/06/2011	60,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**48.011**	**143.224**
Despesas Correntes	45.681	135.672
Despesas de Capital	2.331	7.552
Valores Globais	**48.011**	**143.224**
	191.235	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Ampliar para 60 o número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos simultaneamente nas Ilhas Oceânicas
- Manter a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) habitada com pelo menos três pessoas durante 365 dias por ano

Iniciativas

- 024Z - Implantação, ampliação e manutenção da infraestrutura necessária à operacionalização das atividades científicas e ambientais nas ilhas oceânicas
- 0250 - Implantação de projetos de pesquisas e gerenciamento das informações de caráter científico no âmbito das ilhas oceânicas

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/6/2012
654

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Ampliar para 1.400 o número de graduados anualmente em Ciências do Mar
- Ampliar para 40 o número de projetos integrados no âmbito das cinco redes de pesquisas multidisciplinares existentes sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha
- Ampliar para 560 o número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar
- Atender 70% dos graduandos na área de Ciências do Mar que necessitam realizar práticas de experiência embarcada (100 horas)

Iniciativas

- 025D - Ampliação e consolidação de uma Base de Dados Oceanográficos multidisciplinar, sistematizada e multitemporal
- 025F - Fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha
- 025G - Implantação, operacionalização e manutenção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao Plano Setorial para os Recursos do Mar, apoio e operação dos navios e embarcações de pesquisa, contratação de serviços de embarcações e promoção de mentalidade marítima
- 025K - Promoção da melhoria na formação de Recursos Humanos na área de Ciências do Mar
- 025L - Estímulo à experiência embarcada na formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Ampliar para 40 o número médio de Dispositivos Fixos de coleta de dados, instalados, previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil
- Ampliar para 60 o número médio de Dispositivos Derivantes de coleta de dados previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil, em operação
- Manter operacional 90% dos Dispositivos Fixos instalados nas Redes de Observação previstas pelo GOOS/Brasil

Iniciativas

- 025N - Geração de séries temporais de dados suficientes para a construção de cenários, julgados essenciais para a redução de vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos e de mudanças climáticas
- 025O - Operacionalização de Redes de Observação de coleta de dados oceanográficos e climatológicos e desenvolvimento de outros projetos de pesquisa que contribuam para o monitoramento dos oceanos e do clima

OBJETIVO: 0562 - Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Delimitar a Plataforma Continental Brasileira

Iniciativas

- 025P - Elaboração da proposta de limite exterior da Plataforma Continental Brasileira para além das 200 milhas, conforme previsto no artigo 76 da CNUDM

SECRETARIA-GERAL DA MESA
08/6/2018
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
658
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distancia, na metodologia do Projeto Orla

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidades na zona costeira, em escala local
- Elaborar proposta para monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Orla
- Implementar e disseminar Sistema de Modelagem Costeira, adaptado às características da costa brasileira

Iniciativas

- 025Q - Análises de tendências de longo prazo para determinação da vulnerabilidade da zona costeira em distintos cenários de mudanças climáticas, a partir de dados fornecidos pela Rede de Observações do Nível Médio do Mar (NMM)
- 047I - Gestão ambiental territorial da zona costeira

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004, por meio da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), na EACF, atingindo 100% do atendimento dos requisitos do Sistema
- Alcançar o número de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.
- Alcançar o número de 50 trabalhos científicos sobre a região Antártica desenvolvidos no âmbito do Programa Antártico Brasileiro publicados em periódicos e revistas internacionais indexados e de alto índice de impacto no período 2012-2015.
- Alcançar o número de 60 mestres titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.
- Elevar a taxa de atendimento logístico da demanda para pesquisa para 80%
- Elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa para 70%

Iniciativas

- 025T - Fomento a projetos de pesquisa multidisciplinares e multi-institucionais, inclusive internacionais, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro PROANTAR, incluindo seu sistema de avaliação e acompanhamento; e aquisição de equipamentos científicos
- 025U - Implantação, operacionalização e manutenção da infraestrutura necessária à consecução do PROANTAR; realização de missões de apoio logístico às atividades científicas brasileiras na Antártica; e participação de delegações brasileiras nos fóruns do Sistema do Tratado da Antártica
- 025W - Monitoramento dos impactos ambientais no ambiente antártico decorrentes das atividades brasileiras na região; estabelecimento de uma sistemática de monitoramento ambiental para o meio ambiente antártico e seus

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

ecossistemas dependentes e associados; e desenvolvimento de instrumentos gerenciais para a melhoria do desempenho ambiental das Operações Antárticas

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Obter direito de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos em águas internacionais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	10.000,00	km²

- Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	90.000,00	km²

- Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROAREA

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	520.000,00	km²

- Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	110.000,00	km²

- Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	280.000,00	km²

Iniciativas

- 047J - Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais
- 047K - Exploração econômica de recursos minerais marinhos

OBJETIVO: 0997 - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Elaborar e aprovar, até 2012, a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, harmonizada com os demais instrumentos jurídicos existentes
- Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (INPO)
- Instalar e implementar o Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos até 2014

Iniciativas

- 0487 - Elaboração e aprovação da Política Nacional de Ciência,Tecnologia e Inovação para os Oceanos
- 0488 - Criação e implementação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (INPO) como instrumento para a execução e fomento de uma Política em Ciência,Tecnologia e Inovação para os Oceanos e apoio à projetos de grande envergadura, objetivando o desenvolvimento de pesquisa científica nas Ciências do Mar

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
687 6/2012
660

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas	%	01/01/2011	102,10
Número de Micro, Pequenas e Médias Empresas Inovadoras	unidade	31/12/2008	37.100,00
Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal	%	31/12/2010	48,63
Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações	%	31/12/2009	0,86
Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal	%	31/12/2010	55,20
Taxa de sobrevivência de micro e pequenas empresas com até 2 anos de existência	%	31/12/2005	78,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**46.774**	**53.676**
Despesas Correntes	33.274	52.036
Despesas de Capital	13.500	1.639
Outras Fontes	**14.588.674**	**67.412.908**
Valores Globais	**14.635.448**	**67.466.584**
	82.102.031	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0836 - Regulamentar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Regulamentar a Cédula de Crédito Microempresarial - art. 46 da Lei Complementar 123/2006
- Regulamentar a Fiscalização Orientadora - art. 55 da Lei Complementar 123/2006
- Regulamentar a Sociedade de Propósito Específico - art. 56 da Lei Complementar 123/2006
- Regulamentar o acesso simplificado à justiça - art. 73, 74 e 75 da Lei Complementar 123/2006
- Regulamentar o apoio à inovação - art. 65 da Lei Complementar 123/2006
- Regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito - art. 60-A da Lei Complementar 123/2006

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
07/6/2012
661
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 03EK - Aprimoramento dos mecanismos de articulação, deliberação e normatização do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
- 03EL - Atualização de instrumentos legais que versam sobre micro e pequenas empresas de forma a consolidar o tratamento favorecido e diferenciado a esse segmento

- 03EP - Formulação de políticas públicas integradas entre os Fóruns Regionais e o Fórum Permanente de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte
- 03EQ - Implementação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas nos Estados, no DF e nos Municípios
- 03ER - Regulamentação dos dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas)

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15.000,00	unidade
Região Nordeste	20.000,00	unidade
Região Norte	5.000,00	unidade
Região Sudeste	40.000,00	unidade
Região Sul	20.000,00	unidade

- Elevar o montante de crédito disponibilizado pelo BNDES para micro e pequenas empresas de R$ 5 bilhões em 2010 para R$ 21,2 bilhões.

Iniciativas

- 03F1 - Apoio técnico a projetos de fortalecimento do encadeamento produtivo da rede de micro e pequenos fornecedores de grandes ou médias empresas
- 03F2 - Apoio técnico a projetos de Implantação de sociedades garantidoras de crédito e do Sistema Nacional de Garantias de Crédito
- 03F3 - Apoio técnico a projetos de implantação e consolidação de ambientes de inovação voltados às micro e pequenas empresas, inclusive às artesanais e às organizadas em APLs
- 03F4 - Apoio técnico a projetos de Inserção de micro e pequenas empresas nos mercados nacional e internacional, inclusive as organizadas em APLs e as de produto artesanal brasileiro
- 03F5 - Apoio técnico a projetos de integração, associação e cooperação entre micro e pequenas empresas, inclusive entre artesanais e as organizadas em APLs
- 03F6 - Apoio técnico a projetos individuais e coletivos de fomento à inovação e capitalização de micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs
- 03F8 - Capacitação de micro e pequenas empresas e empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais - APLs
- 03F9 - Criação da Rede Nacional de Apoio ao Desenvolvimento e Consolidação de Empreendedores Individuais
- 03FA - Criação da Rede Nacional de Fortalecimento da Cultura Inovadora nas Micro e Pequenas Empresas
- 03FB - Desenvolvimento de metodologia para o aproveitamento de resíduos na produção artesanal
- 03FC - Disponibilização de linhas de crédito favorecidas às micro e pequenas empresas que vencerem licitações públicas federais, com antecipação dos valores a serem contratados
- 03FD - Disponibilização de linhas de crédito para micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs, e a empreendedores individuais
- 03FE - Disseminação e capacitação para o uso adequado de recursos financeiros e creditícios por micro e pequenas empresas e empreendedores individuais
- 03FF - Identificação e apoio a obtenção de funding para linhas de crédito para micro e pequenas empresas e empreendedores individuais
- 03FG - Identificação e apoio a obtenção de garantia para crédito às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/6/2012
662

- 03FI - Promoção do desenvolvimento e difusão de novos produtos, processos e tecnologias de produção, gestão e comercialização para micro e pequenas empresas organizadas em APLs e para o setor artesanal

OBJETIVO: 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Incluir a agenda brasileira de desenvolvimento das micro e pequenas empresas nas principais instâncias internacionais de cooperação (União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial, CAF)

- Realizar cooperação técnica internacional em melhores práticas com União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial e CAF

Iniciativas

- 03FL - Apoio à instalação do Fórum Intrarregional Mercosul-Chile de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

- 03FM - Promoção à cooperação técnica e financeira internacional em melhores práticas de apoio e gestão do conhecimento em micro e pequenas empresas, inclusive nas artesanais e nas organizadas em APLs

- 03FO - Realização de encontros e fóruns internacionais de debates sobre APLs e estratégias de desenvolvimento, micro e pequenas empresas e artesanato

- 03FR - Realização de projetos de desenvolvimento de micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs, em parceria com organismos internacionais

OBJETIVO: 0839 - Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Criar a rede nacional de disseminação de conhecimentos e boas práticas em gestão empreendedora de micro e pequenas empresas e artesanato

- Elaborar diagnósticos regionais sobre as tipologias de produção artesanal no Brasil

Iniciativas

- 03FT - Criação de rede nacional de disseminação de conhecimentos e boas práticas em gestão empreendedora de micro e pequenas empresas e artesanato

- 03FU - Desenvolvimento de sistema de cadastramento de informações do artesanato brasileiro

- 03FV - Desenvolvimento de sistema de monitoramento e acompanhamento de indicadores de desempenho econômico e social para micro e pequenas empresas

- 03FW - Desenvolvimento e atualização de Sistemas de Informações sobre micro e pequenas empresas organizadas em APLs

- 03FY - Elaboração e difusão da Agenda de Políticas Horizontais e de melhores práticas em micro e pequenas empresas organizadas em APLs

- 03G0 - Mapeamento da produção artesanal brasileira

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
663
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	28,96
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	6,07
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público	%	01/01/2010	64,98
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	38,93
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	25,17
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público	%	01/01/2010	35,89
Índice de mobilidade	viagens ao dia/habitante	01/01/2009	1,59
Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,10
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	18,30
Tempo médio de viagem no sistema de transporte individual motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15,00
Tempo médio de viagem no sistema de transporte não-motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	16,00
Tempo médio de viagem no sistema de transporte público coletivo em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	36,00
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades acima de 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	26,00
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15,00
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes	minuto	31/12/2009	17,00
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	19,00
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 60 mil e 100 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15,00
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	22,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.312.029**	**9.843.863**
Despesas Correntes	155.388	704.551
Despesas de Capital	1.156.641	9.139.313
Outras Fontes	**12.061.000**	**13.698.000**
Valores Globais	**13.373.029**	**23.541.863**
	36.914.892	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	500.000

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/2012
6643

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Belo Horizonte	230.000,00	pessoa x dia
Fortaleza	190.000,00	pessoa x dia
João Pessoa	33.000,00	pessoa x dia
Maceió	40.000,00	pessoa x dia
Natal	61.000,00	pessoa x dia
Porto Alegre	283.236,00	pessoa x dia
Recife	420.000,00	pessoa x dia
Salvador	200.000,00	pessoa x dia

- Investir R$18,5 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Municípios entre 1 e 3 milhões de habitantes	1,70	R$ bilhão
Municípios entre 700 mil e 1 milhão de habitantes	1,70	R$ bilhão
Municípios-sede de Regiões Metropolitanas acima de 3 milhões de habitantes e Distrito Federal.	14,60	R$ bilhão

Iniciativas

- 027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos
- 027X - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS
- 027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte MG
- 0280 - Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA
- 0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife PE
- 0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE
- 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos
- 04AX - Implantação do Trecho Eldorado-Betim do Sistema de Trens Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG
- 04CK - Implantação do Trecho Maracanaú-Maranguape do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE
- 04CV - Implantação do Trecho Savassi-Lagoinha do Sistema de Trens Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG

OBJETIVO: 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Implantar e requalificar sistemas de mobilidade urbana pactuados na Matriz de Responsabilidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Belo Horizonte	8,00	projeto
Brasília	1,00	projeto
Cuiabá	3,00	projeto
Curitiba	9,00	projeto
Fortaleza	7,00	projeto

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 665

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Manaus	2,00	projeto
Natal	2,00	projeto
Porto Alegre	10,00	projeto
Recife	5,00	projeto
Rio de Janeiro	1,00	projeto
Salvador	1,00	projeto
São Paulo	1,00	projeto

Iniciativas

- 0293 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Belo Horizonte/MG, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 0294 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 em, Brasília/DF, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 0295 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Cuiabá/MT, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 0296 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Curitiba/PR, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 0297 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Fortaleza/CE, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 0298 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Manaus/AM, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 0299 - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Natal/RN, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 029A - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Porto Alegre/RS, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 029B - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Recife/PE, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 029C - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Salvador/BA, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 029D - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em São Paulo/SP, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 029E - Financiamento de apoio à implantação de sistemas de mobilidade voltados à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, no Rio de Janeiro/RJ, de acordo com a Matriz de Responsabilidade e suas alterações
- 04CH - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário na Região Metropolitana de Salvador/BA

OBJETIVO: 0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Pavimentar e qualificar 5.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	500,00	km
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	500,00	km
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	4.000,00	km

Iniciativas

- 029G - Implantação de pavimentação, calçadas e sinalização viária em regiões de baixa renda com adensamento

SECRETARIA-GERAL
01/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
666
SENADO FEDERAL

populacional e infraestrutura deficiente

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Belo Horizonte	1,00	sistema
João Pessoa	1,00	sistema
Maceió	1,00	sistema
Natal	1,00	sistema
Porto Alegre	1,00	sistema
Recife	1,00	sistema

- Apoiar 50 municípios com projetos de implantação e adequação de infraestrutura urbana visando à acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade

- Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 2.000 Km de infraestrutura cicloviária

- Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 8.000 Km de calçadas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	800,00	km
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800,00	km
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	6.400,00	km

Iniciativas

- 029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência

- 029X - Implantação, reforma ou ampliação de infraestrutura de transportes públicos não motorizados e intervenções que contribuam para a minimização dos conflitos do transporte a pé e de bicicleta no espaço urbano

OBJETIVO: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Apoiar 50 municípios com medidas de moderação de tráfego

Iniciativas

- 029Y - Apoiar projetos de alteração ou adequação de vias para limitar a velocidade dos veículos, ordenar fluxos ou restringir e, implantar sinalização de trânsito e dispositivos de redução de velocidade dos veículos, aliados a melhoria do ambiente urbano

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VOT 6/2012
667

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Apoiar a elaboração de projetos de sistemas de mobilidade urbana que priorizem e qualifiquem o transporte público coletivo e não motorizados em 50% dos municípios acima de 100 mil habitantes

- Apoiar a elaboração e atualização dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana em 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	município
Região Nordeste	11,00	município
Região Norte	2,00	município
Região Sudeste	17,00	município
Região Sul	4,00	município

- Capacitar 6.000 agentes públicos em municípios acima de 60 mil habitantes para implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, fortalecendo a gestão do transporte público coletivo municipal e regional

- Definir e implantar sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana

- Instituir o marco regulatório da mobilidade urbana

- Promover a inovação tecnológica e a produção e disseminação de conhecimento na área de trânsito

Iniciativas

- 02AS - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos

- 02AV - Desenvolvimento de estudos, pesquisas e soluções técnicas, promovendo a produção e disseminação de conhecimento e a inovação tecnológica nas áreas de mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos

OBJETIVO: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Aprimorar o padrão de qualidade das informações do Sistema Nacional de Trânsito - SNT

- Aumentar em 10% a população atendida pela municipalização do trânsito e dar suporte aos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	0,30	%
Região Nordeste	4,30	%
Região Norte	1,30	%
Região Sudeste	2,90	%
Região Sul	1,20	%

- Capacitar 50.000 profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - SNT

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	7.500,00	pessoas
Região Nordeste	14.000,00	pessoas
Região Norte	3.000,00	pessoas
Região Sudeste	16.000,00	pessoas
Região Sul	9.500,00	pessoas

- Fiscalizar 2.000 Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos - ECV, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
MPV 668

- Fiscalizar 400 Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação

- Fiscalizar 96 Órgãos de Trânsito e Entidades credenciadas pelo Denatran

- Reformular a Política Nacional de Trânsito e adequar as referências normativas a partir do Plano Nacional de Redução de Acidentes no Trânsito para a Década 2011-2020

Iniciativas

- 02BB - Aprimoramento do Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação, a fiscalização, a engenharia e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Articular gestão junto ao MEC para a formação de 1.000 professores multiplicadores em Educação de Trânsito e implementar as Diretrizes Nacionais da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e da Pré-escola (Portaria 147/2009 Denatran)

- Desenvolver, em parceria com universidades, o curso de "Metodologia do Ensino da Educação de Trânsito" para 10.000 professores da Educação Básica

- Implantar o programa "Educação para Cidadania no Trânsito" em todos os municípios do país

- Implementar "Programa Jovem Consciente" nas escolas públicas, para 40.000 alunos, com a finalidade de educar o jovem para o exercício da cidadania, desenvolvendo comportamentos conscientes e responsáveis

- Realizar 60 encontros com educadores de trânsito, com vistas à implementação e fortalecimentos das metas educativas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	12,00	unidade
Região Nordeste	12,00	unidade
Região Norte	12,00	unidade
Região Sudeste	12,00	unidade
Região Sul	12,00	unidade

- Realizar cursos de pós graduação em educação e gestão de trânsito para 100 pessoas

- Realizar, anualmente, o Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito, para incentivar a sociedade brasileira a produzir 40.000 trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema Trânsito

Iniciativas

- 02BC - Promoção de ações de educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito, por meio das diversas mídias e peças, e sensibilização dos profissionais da educação para o tema trânsito

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/6/2012
669

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Déficit habitacional absoluto	unidade	30/09/2008	5.572.313,00
Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	unidade	30/09/2008	942.481,00
Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	unidade	30/09/2008	4.629.832,00
Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo	unidade	30/09/2007	1.500.709,00
Déficit habitacional qualitativo - carência de infraestrutura	unidade	30/09/2007	10.454.947,00
Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada	unidade	30/09/2007	543.066,00
Déficit habitacional qualitativo - domicílios sem banheiro	unidade	30/09/2007	928.777,00
Déficit habitacional qualitativo - inadequação fundiária	unidade	30/09/2007	1.879.907,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**13.202.387**	**75.950.948**
Despesas Correntes	11.205.727	69.173.002
Despesas de Capital	1.996.661	6.777.946
Outras Fontes	**75.165.000**	**225.495.000**
Valores Globais	**88.367.387**	**301.445.948**
	389.813.335	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	200.000

OBJETIVO: 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Disponibilizar R$ 30,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para urbanização de assentamentos precários

Iniciativas

- 015M - Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental
- 015N - Articulação com o Programa Minha, Casa Minha Vida, para o reassentamento ou remanejamento de famílias nas obras de urbanização de assentamentos precários, contenção de encostas, saneamento, transporte e mobilidade urbana
- 015Q - Utilização de imóveis da União, geridos pela Secretaria do Patrimônio da União, em apoio aos programas de urbanização de assentamentos precários em áreas da União

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R$ 5 mil mensais na área urbana e até R$ 60 mil anuais na área rural
- Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R$ 3,1 mil mensais na área urbana e R$ 30 mil por ano na área rural
- Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva
- Produzir ou reformar 1,2 milhão de moradias para as famílias com renda até R$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R$ 15 mil anuais na área rural
- Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes

Iniciativas

- 015S - Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado
- 015T - Utilização de imóveis da União, geridos pela Secretaria de Patrimônio da União, em apoio à implementação dos programas de produção habitacional

OBJETIVO: 0384 - Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Contratar 500 mil operações de financiamento imobiliário destinadas à construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais com recursos do FGTS
- Contratar R$ 176 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

Iniciativas

- 015V - Oferta de financiamento, inclusive com subsídios para população de baixa renda para: construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado
- 015W - Promoção do aumento da participação dos agentes financeiros na concessão do financiamento habitacional

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- 100% dos municípios com adesão ao SNHIS

Iniciativas

- 015Y - Apoio à elaboração de Planos e Projetos para Habitação de Interesse Social
- 015Z - Fortalecimento da Política Nacional de Habitação - PNH e implantação de monitoramento e avaliação dos Programas e Ações do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/12

- 0163 - Promoção de ações de Desenvolvimento Institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Alcançar 90% de conformidade com as normas técnicas no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social

- Certificar 100% das empresas de serviços e obras que executem empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)

- Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador (DATec) para 100% dos produtos inovadores utilizados em empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)

- Criar um Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação profissional para a construção civil habitacional (SiCaP)

Iniciativas

- 02ZQ - Apoio, do setor privado e órgãos de fomento, aos Sistemas de Qualidade (SiAC, SiMaC, SiNAT e SiCaP), Inovação Tecnológica e à regulamentação de quesitos relacionados à sustentabilidade do Setor da Construção Civil

- 02ZV - Promoção da Qualidade, produtividade e sustentabilidade do Habitat, integrando todos os atores públicos e privados por meio da implantação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional (SiCaP), consolidação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC) e do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)

OBJETIVO: 0756 - Promover a qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, contribuir para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Beneficiar 100% das famílias atendidas por programas habitacionais de natureza social com o desenvolvimento de trabalho social envolvendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda

- Criação e manutenção do cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público

- Priorizar áreas de referência de empreendimentos de habitação de interesse social financiados pelo Governo Federal na implementação de suas carteiras prioritárias de investimentos em infraestrutura social

Iniciativas

- 02ZY - Apoio aos agentes do SNHIS para cadastramento e acompanhamento de beneficiários, operação e manutenção das ações de habitação de interesse social

- 02ZZ - Articulação de programas habitacionais de interesse social a outras políticas públicas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
672
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Áreas Suscetíveis a Desertificação (ASD) do Brasil	km²	04/12/2004	13.380.760,00
Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2)	mil toneladas	31/12/2005	1.637.905,00
Emissões antrópicas de metano (CH4)	mil toneladas	31/12/2005	18.107,00
Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2)	mil toneladas	31/12/2005	546,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**430.809**	**1.381.918**
Despesas Correntes	44.159	135.070
Despesas de Capital	386.650	1.246.849
Outras Fontes	**99.518**	**108.855**
Valores Globais	**530.326**	**1.490.773**
	2.021.099	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo

Iniciativas

- 020S - Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global
- 020U - Implantação da infraestrutura para atender as demandas das mudanças climáticas

OBJETIVO: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas
- Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas

Iniciativas

- 020W - Consolidação da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls 6/2012

- 020X - Fomento a pesquisas no âmbito de impactos, adaptação e vulnerabilidades das mudanças climáticas

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Aprovar marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD)
- Atualizar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima
- Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas
- Implementar o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis
- Monitorar as emissões setoriais de gases de efeito estufa

Iniciativas

- 02MB - Criação do marco legal e institucional do Mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)
- 02MF - Elaboração da Comunicação Nacional do Brasil à Convenção sobre Mudança do Clima
- 02MG - Elaboração de diagnóstico sobre oportunidades e desafios das fontes não convencionais de energia e do consumo eficiente
- 02MM - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima
- 02MO - Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)
- 02MP - Implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima
- 02MR - Implementação do Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs)
- 02MV - Monitoramento Contínuo das Emissões Setoriais de Gases de Efeito Estufa no Brasil
- 02MX - Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

OBJETIVO: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Atualizar o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
- Elaborar o Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas

Iniciativas

- 02OC - Adequação ecológica e socioambiental de instrumentos de uso, produção e consumo sustentável em áreas suscetíveis à desertificação
- 02OG - Elaboração do Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas
- 02OI - Identificação, diagnose e combate aos processos de desertificação
- 02OK - Mapeamento, interpretação de dados e recuperação de áreas ambientalmente degradadas em processo de desertificação

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VOT 6/2012
674

OBJETIVO: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Desenvolver e implementar sistema de observação das manifestações do clima nos sistemas naturais e nas atividades econômicas brasileiras

Iniciativas

- 02UC - Desenvolvimento de Sistema de Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas nos sistemas naturais e nas atividades econômicas do Brasil

OBJETIVO: 0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões
- Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias
- Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação

Iniciativas

- 047E - Expansão e modernização a infraestrutura física, computacional e de recursos humanos do CPTEC e aprimoramento de seus modelos computacionais

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Municípios com ocorrência de racionamento devido à deficiência na produção (IBGE/PNSB)	unidade	17/06/2008	441,00
Municípios com ocorrência de racionamento devido à insuficiência de água no manancial (IBGE/PNSB)	unidade	17/06/2008	515,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.324.068**	**10.257.882**
Despesas Correntes	3.603	211.505
Despesas de Capital	2.320.465	10.046.377
Outras Fontes	**15.000**	**35.000**
Valores Globais	**2.339.068**	**10.292.882**
	12.631.950	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	250.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	250.000

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	município
Região Nordeste	250,00	município
Região Sudeste	37,00	município
Região Sul	8,00	município

Iniciativas

- 01L5 - Implantação da Barragem Congonhas (MG)
- 01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)
- 01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)
- 01LA - Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB)
- 01LB - Implantação do Canal do Sertão Alagoano (AL)
- 01LC - Implantação do Canal do Sertão Pernambucano (PE)
- 01LF - Implantação do Cinturão das Águas (CE)
- 01LG - Implantação do Eixão das Águas (CE)
- 01LH - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/10/14

- 01LJ - Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)
- 01LL - Implantação do Sistema Jequitaí (MG)
- 01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas
- 04AL - Implantação da Adutora de Campo Alegre de Lourdes/BA
- 04CJ - Construção e Implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Aquífero Tucano/BA
- 04CS - Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo em Minas Gerais
- 04CZ - (VETADO)
- 04D0 - Construção da Barragem dos Milagres no Estado do Piauí

OBJETIVO: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Revitalizar infraestruturas hídricas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	18,00	unidade

Iniciativas

- 01LO - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas
- 01LP - Recuperação e adequação de sistemas de infraestruturas hídricas

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2012-2015

- Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	36,00	unidade
Região Sudeste	8,00	unidade
Região Sul	4,00	unidade

- Elaborar marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica
- Elaborar o Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica
- Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade

Iniciativas

- 023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica
- 023K - Elaboração dos marcos legal e institucional da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, inclusive com instrumentos para: (a) gestão e garantia da sustentabilidade, (b) transferência de empreendimentos
- 04BX - (VETADO)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
07/6/12
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Consumo de pescado pelo mercado institucional	tonelada	31/12/2010	4.060,85
Consumo de pescado por alunos da rede pública	kg/indivíduo/ano	31/12/2010	0,18
Consumo interno de pescado per capita	kg/hab/ano	31/12/2009	9,03
Número de projetos de pesquisa em desenvolvimento financiados pelo MPA	unidade	31/12/2010	93,00
Número de registros da pesca artesanal no RGP	unidade	31/12/2010	938.478,00
Número de registros da pesca industrial no RGP	unidade	31/12/2010	7.545,00
Percentual da produção nacional composta por recursos sobreexplotados ou ameaçados de sobreexplotação	%	31/12/2009	40,00
Percentual de pescadores analfabetos inscritos no RGP	unidade	31/12/2010	6,29
Percentual de pescadores inscritos no RGP sem casa própria	%	31/12/2010	53,39
Percentual do número de espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexplotação	%	31/12/2009	23,00
Produção da Aquicultura	tonelada	31/12/2009	415.649,00
Produção da pesca	tonelada	31/12/2009	825.164,00
Valor exportado	US$	31/12/2010	199.374.163,00
Volume exportado	tonelada	31/12/2010	28.454,02

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**219.998**	**570.524**
Despesas Correntes	104.095	329.672
Despesas de Capital	115.903	240.852
Outras Fontes	**207.693**	**815.087**
Valores Globais	**427.691**	**1.385.611**
	1.813.303	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0567 - Aumentar a produção de organismos aquáticos de forma sustentável, através da implantação de parques aquícolas, da regularização fundiária e ambiental, da realização de pesquisas e assistência técnica e da modernização de infraestruturas produtivas, com foco no potencial aquícola brasileiro e nos recursos subexplotados e inexplotados.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Atender 80 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola
- Demarcar parques aquícolas continentais em 30 reservatórios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	11,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SF 6/10/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	10,00	unidade

- Demarcar parques aquícolas marinhos em 12 Estados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	6,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CTPA)

- Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais

- Implantar 02 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	unidade

- Implantar 03 Estações de Piscicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,00	unidade

- Implantar e manutenir 105 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	70,00	unidade
Região Norte	27,00	unidade
Região Sudeste	8,00	unidade

- Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros e tanques redes) para atender 6 mil famílias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	unidade
Região Nordeste	1.000,00	unidade
Região Norte	2.000,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

- Implantar parques aquícolas continentais em 22 reservatórios

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

- Implantar parques aquícolas marinhos em 5 Estados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Modernizar 06 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade

- Qualificar 1000 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Regularização ambiental de cinquenta mil aquicultores brasileiros

Iniciativas

- 0260 - Aprimoramento dos instrumentos de crédito e viabilização do acesso pelos pescadores e aquicultores
- 0262 - Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola
- 0263 - Concessão de crédito aos pescadores e aquicultores
- 0265 - Demarcação, sinalização náutica e monitoramento de parques aquícolas em águas públicas e consolidação da estrutura do Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União
- 0267 - Desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e formação de recursos humanos para o setor pesqueiro e aquícola
- 026E - Implantação de unidades demonstrativas para aquicultura marinha e continental
- 026J - Implantação ou modernização de unidades produtoras de formas jovens para fomento à aquicultura e para repovoamento de corpos dágua
- 026M - Operação de centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura, estações de piscicultura e centro de pesquisa em aquicultura
- 026Q - Regularização ambiental da aquicultura em articulação com Estados e Municípios

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, para promover a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Adequar 6 terminais pesqueiros públicos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Atender 65 territórios com equipamentos para desenvolvimento da infraestrutura e logística produtiva do pescado

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	20,00	unidade
Região Norte	36,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Disponibilizar 3 embarcações para transporte de peixes ornamentais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	3,00	unidade

- Implantar 11 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Implantar 15 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/10/12
680

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	6,00	unidade
Região Norte	4,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Implantar 200 cozinhas comunitárias
- Implantar 200 pontos comerciais fixos
- Implantar 9 terminais pesqueiros públicos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Implantar e adequar 27 mercados públicos/pontos de comercialização
- Implantar e adequar 27 unidades de recepção de pescado
- Implantar e adequar 4 unidades de estocagem de peixes ornamentais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	4,00	unidade

- Implantar e adequar 68 Unidades de Beneficiamento de Pescado - UBP
- Revitalizar 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	7,00	unidade
Região Norte	4,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade

Iniciativas

- 027D - Disponibilização de equipamentos, implantação, reforma e adequação de infraestruturas de recepção, beneficiamento, distribuição e comercialização de pescados
- 027I - Implantação de Terminais Pesqueiros Públicos
- 027L - Implantação do Terminal Pesqueiro Público de Belém
- 027M - Implantação do Terminal Pesqueiro Público do Rio de Janeiro
- 027Q - Promover a gestão participativa das infraestruturas públicas da cadeia produtiva pesqueira

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Alfabetizar 160.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	16.000,00	unidade
Região Nordeste	64.000,00	unidade
Região Norte	48.000,00	unidade
Região Sudeste	16.000,00	unidade
Região Sul	16.000,00	unidade

- Capacitar 10.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OT 6/2012
681MJ

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	unidade
Região Nordeste	4.000,00	unidade
Região Norte	3.000,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade
Região Sul	1.000,00	unidade

- Capacitar 20.000 pescadores artesanais em informática básica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.000,00	unidade
Região Nordeste	8.000,00	unidade
Região Norte	6.000,00	unidade
Região Sudeste	2.000,00	unidade
Região Sul	2.000,00	unidade

- Capacitar 4.000 merendeiras em manipulação e preparo de pescado

- Capacitar 60.000 trabalhadores da pesca e aquicultura

- Criar 480 pontos de leitura nos Telecentros da Pesca Maré

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	48,00	unidade
Região Nordeste	192,00	unidade
Região Norte	144,00	unidade
Região Sudeste	48,00	unidade
Região Sul	48,00	unidade

- Elevar a escolaridade de 40.000 pescadores, em parceria com o Ministério da Educação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4.000,00	unidade
Região Nordeste	16.000,00	unidade
Região Norte	12.000,00	unidade
Região Sudeste	4.000,00	unidade
Região Sul	4.000,00	unidade

- Implantar 100 polos de ensino a distância de pesca e aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	unidade
Região Nordeste	40,00	unidade
Região Norte	30,00	unidade
Região Sudeste	10,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

- Implantar 300 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	120,00	unidade
Região Norte	90,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	30,00	unidade

- Qualificar 1000 técnicos, pescadores e aquicultores em metodologia para elaboração de plano de negócios e gestão de empreendimentos

- Realizar incubação e qualificação de 25 empreendimentos da pesca e aquicultura

- Regularização da transferência de áreas da União ao MPA e cessão de 15 áreas para comunidades pesqueiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
01/6/2016
682

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- Viabilizar 30 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura

Iniciativas

- 028F - Alfabetização e elevação de escolaridade de pescadores artesanais, industriais, trabalhadores da pesca amadora e aquicultores familiares, em parceria com o Ministério da Educação
- 028G - Ampliação do acesso à subvenção do óleo diesel, com foco na pesca artesanal
- 028H - Articulação com o Ministério das Comunicações e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a implantação de Telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares
- 028K - Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca
- 028M - Elaboração e implantação do Plano Nacional de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional das Trabalhadoras e Trabalhadores da Pesca e Aquicultura, em parceria com os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego
- 028Q - Incentivo ao acesso e melhoria das habitações de pescadores(as) artesanais e aquicultores(as) familiares em parceria com o Ministério das Cidades
- 028T - Incentivo ao cooperativismo e associativismo pesqueiro e aquícola
- 028Y - Realização de mutirões para a emissão de documentos, formalização e organização econômica e qualificação dos grupos produtivos de pescadoras e aquicultoras, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM
- 0290 - Regularização da cessão e a destinação de áreas da União ao MPA em apoio à pesca artesanal, em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MP
- 0291 - Seguro desemprego do pescador artesanal (Seguro Defeso), em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Adquirir 10.000 equipamentos de rastreamento para embarcações pesqueiras
- Implantar 06 escolas nacionais para profissionais da pesca e aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Implantar e operacionalizar 21 Comitês Permanentes de Gestão
- Instalar 80 Dispositivos de Agregação de Peixes (boias atratoras)
- Publicar 15 planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros
- Realizar 28 projetos demonstrativos para a idealização de protótipos de embarcações pesqueiras para a readequação e diversificação da frota de acordo com a área de atuação e a modalidade de pesca

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	4,00	unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	7,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	8,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Realizar 5 estudos de impacto sócio-econômico e ambiental nas atividades da pesca amadora
- Revitalizar 60 embarcações no âmbito do Programa Profrota Pesqueira
- Revitalizar 850 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	215,00	unidade
Região Norte	215,00	unidade
Região Sudeste	210,00	unidade
Região Sul	210,00	unidade

Iniciativas

- 02A8 - Criação de escolas profissionalizantes, voltadas para a qualificação do profissional da pesca e aquicultura
- 02AA - Elaboração de planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros
- 02AE - Estruturação do sistema de fiscalização da atividade pesqueira e aquícola
- 02AG - Gestão do banco genético de espécies de peixes da região Nordeste
- 02AH - Implantação de Comitês Permanentes de Gestão como instrumento de longo prazo para a pesca sustentável
- 02AJ - Implantação de projetos demonstrativos e novas tecnologias para a diversificação da pesca
- 02AK - Implementação e fortalecimento dos sistemas de monitoramento, informação e registro do MPA
- 02AP - Regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca
- 02AQ - Revitalização da frota pesqueira nacional (PROFROTA Pesqueira/REVITALIZA)

OBJETIVO: 0970 - Ampliar a inserção do pescado brasileiro no mercado nacional e internacional, promovendo o consumo e a comercialização de pescado.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2012-2015

- Atender 60 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional
- Certificar 10 produtos de indicação geográfica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade

- Certificar 50 pequenos e microprodutores e pescadores por meio do "Programa Bônus Certificação"

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	12,00	unidade
Região Norte	12,00	unidade
Região Sudeste	12,00	unidade
Região Sul	14,00	unidade

- Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)
- Implantar 5 centros de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
684
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

Iniciativas

- 044R - Aumento da participação do pescado no mercado institucional, com foco no incentivo do consumo do pescado na alimentação escolar
- 044S - Fomento à certificação de origem e rastreabilidade, oriundas de protocolos privados
- 044T - Promoção dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais no mercado nacional e internacional
- 044U - Realização de campanhas em parceria com outros órgãos para regularização dos agentes de distribuição e comercialização

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VET 6/2012
685

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Consumo Interno de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2010	61,70
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Gás Natural	milhar de m³ por dia	31/12/2010	24,00
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Petróleo	mil barris por dia	31/12/2010	1,96
Extensão de Gasodutos	km	31/12/2010	9.318,25
Importação de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2010	34,65
Participações Governamentais - Bônus de Assinatura	R$ mil por ano	31/12/2009	80.200,00
Participações Governamentais - Participações Especiais (União, Estados e Municípios)	R$ bilhão por ano	31/12/2010	11,67
Participações Governamentais - Royalties (União, Estados e Municípios)	R$ bilhão por ano	31/12/2010	9,93
Produção de Gás Natural (excluido reinjeção, queimas, perdas e consumo próprio na produção)	milhão de m³ por dia	31/12/2010	34,53
Produção de Petróleo e LGN (inclui condensado)	mil barris por dia	31/12/2010	2.137,42
Reservas de Gás Natural	milhão de m³	31/12/2010	423.003,02
Reservas Provadas de Petróleo	milhão de barris	31/12/2010	14.246,33
Volume de Exportação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	230,49
Volume de Importação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	123,65

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**286.043**	**528.968**
Despesas Correntes	283.956	522.125
Despesas de Capital	2.088	6.843
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**46.200.690**	**120.635.849**
Outras Fontes	**12.839.782**	**47.298.563**
Valores Globais	**59.326.515**	**168.463.380**
	227.789.895	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	3.000.000

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Definir plano plurianual para realização de rodadas de licitações (concessão e partilha)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 6/2012
6863

- Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bacia Sedimentar Marítima Santos	250.000,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Acre/Madre de Deus	50.000,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Amazonas	16.667,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Jatobá/Tucano Norte	49.167,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Marajó	46.667,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Paraná	82.500,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Parecis	125.000,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Parnaíba	42.500,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre São Francisco	52.500,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre São Luis-Bragança-Vizeu	91.667,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Solimões	833,00	km²
Bacia Sedimentar Terrestre Tacutu	41.667,00	km²

- Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2012 e 2014)

Iniciativas

- 0041 - Definição de áreas de Bacias Efetivas
- 0042 - Definição de áreas para as Rodadas de Licitações (concessão e partilha)
- 0043 - Definição de áreas para direcionamento dos investimentos em pesquisa
- 0045 - Definição das bacias que serão alvo de avaliação ambiental de áreas sedimentares
- 0048 - Identificação de Áreas Estratégicas de Exploração de Petróleo e Gás Natural
- 004A - Implantação do Centro de Estudos Aplicados de Petróleo e Gás Natural - CEAPG, consolidando as informações do patrimônio geológico nacional, na área de petróleo e gás natural
- 004B - Realização de estudos geológicos e geofísicos para aumentar o conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como para a prospecção de petróleo e gás natural, incluindo a área do Pré-Sal
- 004C - Revisão e atualização do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Agregar valor ao gás natural
- Aumentar a participação da oferta nacional no mercado de gás natural, possibilitando o suprimento e a expansão do mercado interno e buscando a geração de excedentes de produção com vistas à exportação
- Aumentar a produção de petróleo e LGN para 3,07 milhões de barris por dia, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados
- Desenvolver e implantar meios alternativos de utilização do gás natural, através de soluções que envolvam transformações química e física, possibilitando incremento de valor agregado e maior eficiência no armazenamento e transporte
- Identificar novas acumulações de petróleo e gás nas bacias sedimentares brasileiras terrestres e marítimas de forma a manter a relação Reserva x Produção em níveis sustentáveis
- Possibilitar a atuação internacional para o acesso a reservas de produção de petróleo e gás natural, de forma a contribuir para a sustentabilidade de sua reposição e para o atendimento do mercado brasileiro

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
18/6/2012
687

Iniciativas

- 004Y - Aquisição de Unidades Estacionárias de Produção I
- 004Z - Construção de Bases de Apoio I
- 0051 - Construção de Sondas de Perfuração I
- 0052 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção I
- 0053 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção II
- 0054 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção III
- 0055 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção IV
- 0057 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção V
- 0058 - Desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, através da instalação de novos sistemas de produção e manutenção e melhorias dos sistemas atualmente existentes
- 005A - Desenvolvimento e implantação de instalações de GNL (Gás Natural Liquefeito), dominando a tecnologia e operação, inserindo o Brasil no conjunto dos países que detém tecnologia, processos e operação de GNL
- 005B - Desenvolvimento do processo industrial de transformação química do gás natural em produtos de maior valor agregado e acessível aos diversos modais logísticos
- 005C - Desenvolvimento da Produção da Bacia de Santos
- 005D - Desenvolvimento da Produção da Cessão Onerosa
- 005E - Desenvolvimento da Produção do Espírito Santo e Bacia de Campos
- 005F - Desenvolvimento da Produção do Pré-Sal
- 005H - Implantação, adequação e manutenção da malha de gasodutos de transporte de gás natural
- 005P - Manutenção da Produção das Bacias de Campos e do Espirito Santo
- 005Q - Manutenção da Produção das Bacias de Santos e da Região Sul
- 005S - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Marítimas I
- 005T - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Terrestres I
- 04AC - Construção de Unidades Estacionárias de Produção - Iniciativa Privada I

OBJETIVO: 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha
- Realizar rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial
- Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais

Iniciativas

- 005X - Outorga de áreas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, nas modalidades de concessão e partilha da produção

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls 6/2012
688

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção
- Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço
- Liderar o desenvolvimento tecnológico do setor, através da realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e da ampliação da infraestrutura experimental, visando a expansão dos objetivos dos negócios, a agregação de valor, a diversificação de produtos e a sustentabilidade dos projetos

Iniciativas

- 005Z - Ajuste da política sobre conteúdo local mínimo nos novos contratos de concessão
- 0060 - Definição das cláusulas de conteúdo local para os contratos de partilha da produção
- 0061 - Estímulo à formação de recursos humanos, à pesquisa e à adoção de novas tecnologias nas atividades da Indústria do petróleo e gás natural e dos biocombustíveis
- 0064 - Política de incentivo à participação de pequenas e médias empresas de Exploração e Produção
- 0065 - Promoção da formação de Arranjos Produtivos nas regiões produtoras terrestres para atendimento das pequenas e médias empresas
- 0066 - Realização de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para petróleo e gás natural
- 0067 - Revisão das cláusulas de conteúdo local mínimo nos contratos de cessão onerosa, conforme previsto nestes contratos

OBJETIVO: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Assegurar que a gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural ocorra de acordo com a política nacional para a indústria petrolífera no país

Iniciativas

- 0069 - Ampliação da atuação da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) na área de estudos para o planejamento do Setor Petrolífero
- 006A - Elaboração dos contratos de partilha da produção, com cláusulas específicas, assegurando a adequada gestão em prol da União
- 006E - Gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União pela Pré-Sal Petróleo S/A
- 006G - Gestão dos contratos de partilha da produção pela Pré-Sal Petróleo S/A
- 006I - Implantação da Pré-Sal Petróleo S/A
- 006J - Proposição de parâmetros técnicos e econômicos para as áreas a serem ofertadas na modalidade partilha de produção
- 006K - Realização de estudos sobre petróleo e gás
- 006N - Regulação, fiscalização e autorização da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural

OBJETIVO: 0065 - Elaborar estudos sobre o melhor aproveitamento das riquezas provenientes do petróleo e do gás natural, visando o benefício das gerações presente e futura.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Concluir estudo sobre a distribuição e a aplicação da renda petrolífera, a fim de orientar projetos que perpetuem seus benefícios aos brasileiros
- Elaborar estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural

Iniciativas

- 006O - Elaboração de estudo sobre a distribuição e a aplicação da renda petrolífera, a fim de perpetuar seus benefícios aos brasileiros, desenvolver equilibradamente o território, garantir a ordem econômica, o desenvolvimento tecnológico e o meio ambiente ecologicamente equilibrado
- 006P - Elaboração de estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural

OBJETIVO: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2012-2015

- Elaborar Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)

Iniciativas

- 0203 - Elaboração e acompanhamento do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)

OBJETIVO: 0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2012-2015

- Consolidar 2 polos empresariais regionais
- Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Formar 3 novos polos empresariais

Iniciativas

- 0252 - Apoio à formação de polos empresariais emergentes
- 0253 - Apoio a polos produtivos com foco multissetorial
- 0254 - Estímulo a regiões com vocação para estabelecimento de polos de construção naval e operações offshore
- 0256 - Implantação de programas da Rede de Melhoria de Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços
- 0257 - Implantação de Programas Regionais que incentivem a associação de universidades locais e empresas dos polos produtivos para o desenvolvimento e inovação em gestão e tecnologia

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Vot 6/2012
690

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária	famílias	31/12/2010	243.268,00
Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados	%	31/12/2009	61,40
Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato	%	31/12/2009	17,60
Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos	%	31/12/2009	40,50
Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos	%	31/12/2009	61,22
Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos	%	31/12/2009	48,45
Taxa de municípios com órgãos ambientais e/ou conselhos de meio ambiente participativos e de caráter deliberativo	%	01/01/2011	9,68
Taxa de municípios com Plano Diretor	%	31/12/2009	41,60
Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade	%	31/12/2009	55,88
Taxa de vacância em imóveis urbanos	%	31/12/2008	10,60

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.233.194**	**93.261**
Despesas Correntes	29.278	51.637
Despesas de Capital	2.203.916	41.623
Valores Globais	**2.233.194**	**93.261**
	2.326.455	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	30.000

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APP's) ameaçadas de ocupação irregular

- Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais

- Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios federais, no âmbito do Projeto Orla

SECRETARIA - GERAL DA MESA
16/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
691
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 00ZK - Assistência técnica e fomento aos Estados e Municípios para ordenamento e ocupação das orlas marítima e de rios federais no âmbito do Projeto Orla

- 00ZM - Implantação de parques, áreas verdes ou projetos urbanos em áreas urbanas de preservação permanente ou de valor histórico, paisagístico e cultural

- 00ZN - Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Elaboração de Planos de Expansão Urbana em municípios que tenham áreas de expansão urbana previstas no Plano Diretor

- Instituição de conjunto de instrumentos de gestão do solo urbano - prioritariamente Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito Construir, Operação Urbana Consorciada, Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública e Estudo de Impacto de Vizinhança - para o cumprimento da função social da propriedade em municípios com maiores carências urbanas, integrantes dos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento e que possuam empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida

- Instituição de instrumentos de gestão ambiental em municípios que atendam ao menos um dos seguintes critérios: possuir altos índices de crescimento demográfico, estar localizado em área de influência de empreendimentos de grande impacto ambiental ou ter sido atingido por desastres naturais

- Instituição de planos de desenvolvimento urbano integrado em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas com gestão consorciada, selecionadas entre as metrópoles da hierarquização estabelecida pelo estudo Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

- Instituição do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade)

- Regulamentação complementar do Estatuto da Cidade e de marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa

Iniciativas

- 00ZP - Instituição do planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades sociais e melhoria da qualidade ambiental

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Adequação aos novos dispositivos legais das normas de serviços extrajudiciais para o registro da regularização fundiária urbana

- Ampliação do Programa Papel Passado para intensificar a regularização fundiária urbana em cidades irregulares da Amazônia Legal inseridas no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e em assentamentos irregulares de baixa renda situados em municípios pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários

- Elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana

- Instituição de programas estaduais e municipais de regularização fundiária urbana nos municípios da Amazônia

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
OUT 6/2012
6923

Legal inseridos no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e aqueles pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários.

- Regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União

Iniciativas

- 00ZT - Promoção da regularização fundiária urbana, incluindo adequações de normas pertinentes, o fortalecimento e a articulação interinstitucionais, como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana

- 00ZU - Promoção de processos de regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União, em apoio à política nacional de regularização fundiária urbana

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Apoiar a instituição e ações de Conselhos das Cidades nos Estados e em 10% dos Municípios brasileiros

- Capacitar técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades

- Criar e manter o Observatório das Cidades

- Criar, implementar e manter o serviço de atendimento à sociedade, aos entes federados e outros interessados

- Fomentar a estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e o uso e disseminação de geotecnologias voltadas para o planejamento e desenvolvimento urbano

- Fortalecer e aprimorar o Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC)

- Manter o Conselho Nacional das Cidades e amparar outras ações de participação social relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável

Iniciativas

- 02B4 - Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
6934
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)	%	31/12/2010	27,60
Número de imagens de satélites distribuídas anualmente	unidade	31/12/2010	397.359,00
Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	10,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**387.919**	**1.798.536**
Despesas Correntes	132.557	610.984
Despesas de Capital	255.362	1.187.551
Valores Globais	**387.919**	**1.798.536**
	2.186.454	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100 000

OBJETIVO: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Certificar o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e o Sítio do Cyclone-4 para Operação até 2012
- Certificar o foguete ucraniano Cyclone-4 até 2012
- Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento
- Ter empresa nacional certificada para produção do foguete suborbital VSB-30
- Tornar a Usina de Propelentes Cel. Abner capaz de atender às necessidades de suprimento de propelentes sólidos do veículo lançador VLM-1
- Voo de qualificação do VLM-1 realizado até 2015
- Voo de qualificação do VLS-01 V04 realizado até 2013
- Voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV) realizado até 2012
- Voo tecnológico XVT-02 realizado até 2013

Iniciativas

- 016C - Adequação da infraestrutura do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) para atendimento aos projetos de veículos lançadores e veículos suborbitais nacionais
- 016E - Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais
- 016G - Desenvolvimento, lançamento e industrialização de foguetes suborbitais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 016J - Produção de normas e certificação de conformidade e de segurança de bens e serviços comerciais do setor espacial

OBJETIVO: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Infraestrutura básica e urbanização do sítio implantada até 2012
- Infraestrutura de redes e sistemas implantada até 2012
- Iniciar as operações comerciais de lançamento de satélites pela ACS em 2014
- Interfaces de sistemas do sítio do Cyclone 4 com o do CLA implantadas até 2012
- Posto de Comando (casamata) concluído até 2012
- Prédio de armazenamento temporário de propelente concluído até 2012
- Realizar vôo de qualificação do foguete Cyclone-4 até 2013
- Sitio do Cyclone 4 implantado até 2012

Iniciativas

- 016L - Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara Cyclone Space (ACS) a partir de Alcântara
- 016O - Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)

OBJETIVO: 0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa
- Realizar 4 eventos relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais
- Treinar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa

Iniciativas

- 016R - Atração, formação e capacitação de pessoal para o setor espacial, contribuindo para a sua popularização
- 016T - Instalação de Observatório Tecnológico sobre propriedade intelectual de interesse do programa

OBJETIVO: 0555 - Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 695

Metas 2012-2015

- Catalisador de hidrazina qualificado em voo do satélite Amazonia-1

- Desenvolver modelo de engenharia do motor a propelente líquido de 75kN de empuxo (Motor L75)
- Dissipadores de calor para uso espacial à base de fios de alta condutividade revestidos de diamante (CVD) qualificados
- Iniciar o desenvolvimento de estágio líquido do VLS-Alfa
- Lançar dois microssatélites
- Lançar o satélite de reentrada atmosférica (SARA suborbital - Fase de desenvolvimento)
- Lançar quatro picossatélites
- Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria
- Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado até 2014
- Motor iônico qualificado

Iniciativas

- 024Q - Desenvolvimento e utilização de plataformas orbitais e suborbitais de baixo custo para provas de conceito tecnológicos e experimentos científicos
- 024S - Levantamento e prospecção de informações tecnológicas em apoio às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação do programa e proteção dos direitos de propriedade intelectual decorrentes dessas atividades
- 024U - Realizar e fomentar pesquisas para o desenvolvimento e aplicação das tecnologias de caráter estratégico para os sistemas espaciais de interesse nacional

OBJETIVO: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionario Brasileiro (SGB)
- Contratar o desenvolvimento, pela indústria nacional, de um satélite radar
- Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013
- Lançar quatro satélites
- Tornar o Laboratório de Integração e Testes (LIT) capaz de realizar testes de satélites geoestacionários

Iniciativas

- 02NA - Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreio e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados
- 02NB - Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais
- 02NC - Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais
- 02ND - Desenvolvimento de Satélite de Medida de Precipitação
- 02NE - Desenvolvimento de Satélite Radar
- 02NG - Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1
- 02NH - Desenvolvimento do Satélite Lattes

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/06/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 02NI - Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar
- 02NJ - Desenvolvimento do Sistema Geoestacionário Brasileiro
- 02NM - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro Projeto CBERS-3
- 02NN - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro Projeto CBERS-4

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
07/6/2012
697

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Segmento política, governo e instituições, do Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI-BR)	pontos	26/05/2011	11,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**969.895**	**3.287.522**
Despesas Correntes	914.225	2.747.940
Despesas de Capital	55.670	539.581
Valores Globais	**969.895**	**3.287.522**
	4.257.417	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	50.000

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Apoiar a implementação dos programas setoriais de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero e cultura
- Apoiar a participação dos países membros nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- Construir ou adquirir instalações para 22 Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados
- Expandir e intensificar a agenda de relacionamento e a cooperação com os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas
- Implementar o Plano de Concertação Político-Diplomática, a fim de possibilitar que todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tenham representação diplomática em todos os países da CPLP
- Implementar um programa inspirado no Projeto Rondon para a participação de universitários brasileiros em projetos de desenvolvimento em países de língua portuguesa na África

Iniciativas

- 03PB - Adensamento da cooperação bilateral no campo técnico-militar, espacial e de defesa com outros países
- 03PD - Adensamento das relações políticas bilaterais, do comércio, dos investimentos, da cooperação científica e tecnológica, e nas áreas de segurança pública, crime organizado e ilícitos internacionais e dos intercâmbios cultural e educacional, entre outros, entre o Brasil e os outros países, mediante a realização de reuniões de Comissões Mistas bilaterais, de Consultas Políticas e de visitas de autoridades brasileiras a esses países e estrangeiras ao Brasil, e da ação de outros atores públicos e privados, nacionais e estrangeiros
- 03PE - Adensamento das relações políticas, econômicas e culturais, e de cooperação com países de língua oficial portuguesa e países membros de organismos regionais africanos
- 03PH - Aquisição de imóvel para a Chancelaria da Embaixada em Berlim, na Alemanha

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
06/ 6/ 2012
698

- 03PM - Aquisição de imóvel para a Chancelaria das três Delegações Permanentes em Genebra, na Suíça
- 03PU - Aquisições e construções de imóveis para Chancelarias e Residências de Embaixadas, Consulados e representações brasileiras junto a Organismos Internacionais
- 03PV - Atração de investimentos para a área de infraestrutura, especialmente para projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no contexto da realização da Copa do Mundo de Futebol (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016)
- 03PY - Construção de Chancelaria para a Embaixada em Bruxelas, na Bélgica
- 03Q0 - Cooperação no intercâmbio de informações, melhores práticas e capacitação, com vistas ao aperfeiçoamento da segurança aeroportuária no País
- 03Q1 - Intensificação da cooperação transfronteiriça com a França (Amapá/Guiana Francesa), com vistas a facilitar a circulação de pessoas e o transporte de mercadorias
- 03Q3 - Intensificação dos trabalhos de demarcação de fronteira
- 03Q5 - Promoção de eventos internacionais de Política Externa

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Negociar acordos de cooperação na área de defesa nos âmbitos bilateral, regional e multilateral
- Negociar acordos de cooperação na área de segurança e combate a ilícitos transnacionais nos âmbitos bilateral, regional e multilateral
- Negociar acordos de cooperação nas áreas de prevenção ao terrorismo e de segurança pública de grandes eventos internacionais no Brasil
- Negociar, no âmbito das Nações Unidas, Convenção Universal sobre crimes cibernéticos
- Organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20)
- Organizar, em parceria com o Comitê Interamericano contra o Terrorismo da Organização dos Estados Americanos (CICTE/OEA), dois seminários e outros eventos voltados à segurança portuária e à segurança de grandes eventos

Iniciativas

- 03Q7 - Adensamento da cooperação regional e internacional no campo técnico-militar, espacial e de defesa
- 03Q8 - Ampliação da coordenação política e das atividades de cooperação no âmbito do agrupamento BRICS, do Fórum IBAS, do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL)
- 03QA - Aperfeiçoamento do processo de Cúpulas das Américas e consolidação como instância para consensuar, no mais alto nível, linhas de ação voltadas ao desenvolvimento e prosperidade das Américas
- 03QC - Apoio, nos aspectos políticos e diplomáticos, à participação brasileira nas reuniões do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) e o Grupo de Ação Financeira da América do Sul (GAFISUD)
- 03QD - Aprofundamento da atuação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA)
- 03QE - Atuação nas negociações intergovernamentais para lograr composição e gestão inclusiva das instituições e órgãos centrais dos sistemas de governança, com prioridade para a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança (CSNU)
- 03QF - Atuação nos foros regionais de prevenção e combate ao terrorismo, tendo em vista a realização dos grandes eventos dos quais o Brasil será sede nos próximos anos
- 03QH - Defesa, junto aos países com os quais mantém relação, de assentos eletivos em organismos internacionais e órgãos das Nações Unidas como o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Comitê Organizacional da Comissão de Consolidação da Paz, o Comitê de Programa de Coordenação, o Comitê de Conferências, a Corte Internacional de Justiça e o Tribunal Penal Internacional
- 03QI - Elaboração de estudo das legislações existentes sobre a prevenção e o enfrentamento ao crime cibernético, com vistas a negociação, no âmbito da ONU, de convenção universal sobre a matéria

SECRETARIA-GERAL DA MESA
16/6/2014
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
699
SENADO FEDERAL

- 03QJ - Elaboração de programa regional para o enfrentamento do problema mundial das drogas, por meio da coordenação entre o Conselho Sul-Americano sobre o Problemas Mundial das Drogas da União de Nações Sulamericanas (UNASUL) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

- 03QL - Fomento de medidas que estimulem o desenvolvimento da cooperação birregional, como o Acordo de Associação MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA, a Cúpula América Latina e Caribe-UNIÃO EUROPÉIA (ALC-UE) e a Conferência Ibero-Americana

- 03QN - Fortalecimento da atuação brasileira nas demais organizações do Sistema das Nações Unidas e outros organismos dos quais o país é membro

- 03QO - Organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), no Rio de Janeiro, em 2012

- 03QP - Participação brasileira em foros internacionais dedicados a temas relacionados ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável e ao mar, à Antártida e ao espaço

- 03QQ - Participação brasileira em fóruns dedicados ao enfrentamento da corrupção e do suborno internacional, notadamente nas Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, G-20 e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

- 03QR - Participação brasileira nas reuniões da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos (CIFTA/OEA), no Grupo de Trabalho sobre Armas de Fogo e Munições do MERCOSUL e em reuniões bilaterais sobre a matéria

- 03QS - Participação, na qualidade de observador, das Conferências do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) e de Conferências Extraordinárias e outras iniciativas relevantes do MNA, assim como colaboração com o fortalecimento institucional e revitalização do mecanismo G-15

- 03QV - Prosseguimento ao processo de aproximação diplomática, da interlocução e do intercâmbio do Brasil com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a Organização da Conferência Islâmica (OCI), a União Africana (UA), a Liga dos Estados Árabes (LEA), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e seus Estados-membros

- 03QW - Revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

OBJETIVO: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Participar da preparação da IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, em 2015

- Participar das Conferências anuais da Convenção para a Proibição de Armas Químicas, e de Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas e das reuniões do Grupo de Peritos Governamentais

Iniciativas

- 03QZ - Adensamento da cooperação com o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) no treinamento de pessoal designado para integrar contingentes brasileiros em operações de manutenção da paz e missões políticas especiais

- 03R0 - Ampliação da participação de mulheres, tanto civis como militares, em operações de manutenção da paz

- 03R3 - Aprofundamento das Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLANs) e de seus mecanismos de diálogo e cooperação

- 03R5 - Atuação na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e no Grupo de Supridores Nucleares (NSG), com vistas a fomentar o uso pacífico da energia nuclear, com base no princípio da não-proliferação

- 03R6 - Atuação na Comissão Binacional de Energia Nuclear Brasil-Argentina (COBEN), com vistas a assegurar o desenvolvimento da cooperação nuclear bilateral

- 03R7 - Atuação na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ), com vistas ao fortalecimento de projetos de cooperação e transferência de tecnologia para fins pacíficos, e participação nas Conferências anuais da Convenção para a Proibição de Armas Químicas, e de Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas e nas reuniões do Grupo de Peritos Governamentais

- 03R9 - Aumento da participação em foros multilaterais na área de consolidação da paz

- 03RB - Contribuição para a retomada dos trabalhos da Conferência do Desarmamento (CD)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
06/06/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03RD - Cooperação no âmbito da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)
- 03RF - Estímulo à cooperação na área de usos pacíficos da energia nuclear
- 03RG - Intensificação da participação brasileira em atividades policiais em operações de manutenção da paz e missões políticas especiais e no debate acerca dessas atividades
- 03RH - Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz
- 03RJ - Participação ativa na Comissão de Consolidação da Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), dentro do Comitê Organizacional, e no Grupo Consultivo do Secretário-Geral da ONU sobre Consolidação da Paz
- 03RL - Participação na preparação da IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 2015
- 03RM - Participação nas discussões sobre um Tratado sobre o Comércio de Armas Convencionais e sobre o Programa de Ação das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Eliminar o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve

OBJETIVO: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Assinar Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a cooperação triangular em países africanos
- Concluir a negociação de novo quadro normativo sobre créditos à exportação na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), inclusive para a venda de aeronaves
- Concluir a negociação para o ingresso do Brasil no Banco Asiático de Desenvolvimento como membro não-regional
- Concluir as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC)
- Concluir, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), negociação de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais para (a) pessoas com deficiência para leitura, (b) bibliotecas e arquivos, (c) usos educacionais e (d) pessoas com outros tipos de deficiência

Iniciativas

- 03SA - Aperfeiçoamento do Entendimento sobre o Setor Aeronáutico no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
- 03SB - Aprofundamento, no âmbito do G-20, da reforma da governança econômica internacional, ampliando o papel do Brasil em seus mecanismos decisórios
- 03SC - Aproximação gradual e seletiva com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mediante participação nos comitês da OCDE que discutem temas de interesse direto do Brasil
- 03SE - Atuação brasileira para obtenção de maior acesso a mercados para produtos agrícolas, mediante acordos bilaterais ou regionais, bem como por ações junto ao Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC)
- 03SF - Atuação, no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), de modo a resguardar condições favoráveis à concepção e execução de políticas nacionais de desenvolvimento
- 03SG - Atuação para consolidar o agrupamento BRICS como foro privilegiado de coordenação dos países emergentes no G-20 e em outras instâncias
- 03SI - Capacitação de funcionários diplomáticos brasileiros para atuar especificamente nos contenciosos de interesse do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) e familiarização de advogados com o funcionamento da OMC
- 03SM - Negociação, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais, inclusive para pessoa com deficiência para leitura
- 03SN - Negociação, no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), da abertura de mercados para produtos manufaturados e agrícolas brasileiros

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0906 - Negociar e ampliar os acordos de livre comércio do Mercosul com terceiros países e regiões.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Estabelecer programas de importação, sem quotas e sem tarifas ("duty-free, quota-free"), de produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDRs)
- Negociar acordo comercial do MERCOSUL com a União Europeia e com outros parceiros comerciais de peso

Iniciativas

- 03SS - Negociação de Acordo de Associação Mercosul-União Europeia
- 03SU - Negociação de acordos de livre comércio do MERCOSUL com países do Oriente Médio
- 03SW - Negociação e adensamento de acordos de livre comércio do MERCOSUL com países da América Central e do Caribe
- 03SY - Proposição ao Congresso Nacional de alteração da Lei 3.244 de 1957, com vistas a habilitar a diferenciação do imposto de importação por origem, viabilizando a adoção dos programas para os Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDRs) e o Haiti
- 03SZ - Proposição da implementação de programas duty-free, quota-free para os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) e para a importação preferencial de têxteis do Haiti
- 03T0 - Realização de estudos prospectivos com vistas à negociação de acordos comerciais entre o MERCOSUL e países asiáticos

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Ampliar a base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet em até 40%, de 46677 para 65348 empresas
- Ampliar de 10 para 15 o número de atividades de treinamento e capacitação para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro
- Ampliar de 12 para 25 a participação institucional do Ministério das Relações Exteriores em feiras no Brasil visando divulgar os serviços disponíveis para a promoção das exportações
- Aumentar de 15 para 25 o número de "roadshows" para a atração de investimentos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com especial ênfase nos setores portuário e aeroportuário, para os megaeventos esportivos e para setores relacionados à economia verde e inovação
- Aumentar de 35 anuais para 100, a contratação e elaboração de estudos sobre investimentos e comércio, bem como de pesquisas de mercado, com o objetivo de subsidiar ações de promoção de investimentos
- Aumentar, de 130 para 190 eventos anuais, o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior
- Estender para 15 cidades brasileiras, a realização dos seminários e das oficinas do Programa de Promoção de Exportações para a Organização das Nações Unidas (PPE-ONU)
- Expandir o número de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) no exterior de 100 unidades em 78 países para 134 unidades em 101 países
- Expandir de 4 para 6 o número de cidades sul-americanas a serem contempladas com a realização de seminários e oficinas relativas ao Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)
- Reestruturar e ampliar a rede de pontos focais do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), ao passar de 55 operadores nacionais atuais para 61 parcerias nos 26 Estados da

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
16/20/2

Federação e no Distrito Federal

Iniciativas

- 03T2 - Ampliação do número de pesquisas de mercado e elaboração de estudos de inteligência comercial, inclusive sobre investimentos diretos externos no Brasil e sobre investimentos diretos brasileiros no exterior, bem como de apoio à internacionalização de empresas brasileiras por intermédio da reformulação da rede BrasilGlobalNet
- 03T3 - Aprimoramento do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)
- 03T5 - Capacitação e aperfeiçoamento técnico no campo da promoção comercial, mediante a troca de conteúdos para o aumento da eficiência do sistema de promoção comercial
- 03T9 - Expansão da participação em Feiras e Exposições no exterior, tendo em vista o objetivo de apoiar pequenas e médias empresas a posicionarem seus produtos em mercados externos, e promover o produto turístico brasileiro, mediante a realização de workshops e roadshows de turismo, sobretudo nos novos mercados a serem atingidos, e a produção de material de divulgação turística específico para esses países
- 03TA - Expansão do número e ampliação do escopo regional dos seminários e oficinas de treinamento relativos ao Programa de Promoção das Exportações para o Sistema das Nações Unidas (PPE-ONU)
- 03TB - Organização e apoio a Missões Comerciais em países prioritários e por ocasião das visitas da Presidenta da República ao exterior e da visita de altas autoridades estrangeiras ao Brasil, divulgando as oportunidades de investimentos no Brasil, além de prestação de apoio na organização de missões de empresas ou grupo de empresas brasileiras ao exterior, auxiliando na confecção de Agenda de encontros e visitas a autoridades, entidades de classe e empresas estrangeiras
- 03TC - Reestruturação do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), mediante a multiplicação dos treinamentos sobre a sua utilização, a ampliação de sua rede de parceiros e estímulo a ações conjuntas nas áreas de atração de investimentos, transferência de tecnologia, apoio a investimentos brasileiros no exterior e de inteligência comercial

OBJETIVO: 0908 - Promover a participação brasileira em foros internacionais sobre energia e mineração, com vistas a ampliar a importância e a influência do Brasil, no contexto global.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Promover no plano internacional a defesa do acesso do Brasil a recursos energéticos para o desenvolvimento do país

Iniciativas

- 03TD - Cooperação bilateral, regional e multilateral na área de energias renováveis
- 03TE - Divulgação dos modelos brasileiros de regulamentação para os setores de petróleo, gás natural e mineração em foros multilaterais e junto a parceiros bilaterais
- 03TG - Estímulo no plano internacional à difusão de padrões de exploração e produção de petróleo, gás natural e minerais adotados no Brasil
- 03TH - Participação brasileira em foros dedicados à criação e à difusão de cultura internacional do emprego de novas tecnologias associadas a energias renováveis e não-renováveis
- 03TI - Participação do Brasil em foros internacionais dedicados à discussão da ampliação do uso de energias renováveis
- 03TJ - Participação, nos planos bilateral, regional e multilateral, nas discussões sobre a importância da adoção de padrões de eficiência energética e impactos ambientais da exploração de petróleo e gás natural

OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Assegurar a adoção por países da América Central e Caribe e África do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T)

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Expandir o número dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) no exterior de 14 unidades em 12 países para 19 unidades em 15 países, e capacitá-los com vistas a, entre outras atribuições, atuarem como observatórios de inovação em suas respectivas áreas jurisdicionais

- Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet, e temas relacionados

Iniciativas

- 03TL - Acompanhamento e negociação, em coordenação com os setores produtivo e de pesquisa do país, de acordos e instrumentos de cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, sociedade da informação e TV digital

- 03TN - Aperfeiçoamento da rede dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) das Embaixadas, em sua base tecnológica e infraestrutura

- 03TP - Aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação técnica em Propriedade Industrial com vistas a estimular a disseminação e sensibilização sobre a importância da Propriedade Industrial para o crescimento da transferência de tecnologia, o aumento do número de acordos colaborativos em Pesquisa & Desenvolvimento e o estímulo à Inovação

- 03TR - Apoio à participação dos cientistas brasileiros em redes internacionais de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) de reputação internacional, e à participação de instituições estrangeiras de pesquisa em programas de P&D no Brasil

- 03TS - Atração de investimentos diretos estrangeiros em setores intensivos em tecnologia e conhecimento, além de estímulo à formação de joint-ventures e spin-offs com empresas brasileiras do setor

- 03TT - Atuação coordenada dos países da América do Sul em foros internacionais de Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs)

- 03TU - Atuação do Brasil em programas, políticas e projetos de Pesquisa & Desenvolvimento para a consolidação e instituição de sistemas nacionais equivalentes na África, América Latina e Caribe

- 03TV - Cooperação bilateral na área de Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs)

- 03TX - Mobilização da diáspora brasileira de ciência, tecnologia e inovação para transferir processos de inovação críticos desenvolvidos no exterior para o Brasil

- 03TZ - Orientação da posição oficial brasileira relativa à governança da Internet, com vistas à formação de um regime internacional democrático e transparente que defina processos decisórios e regras para o uso e evolução da Internet

- 03U2 - Promoção do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T) na América do Sul, na América Central e Caribe e na África

OBJETIVO: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Elevar o Índice de Produtividade Consular Consolidado (IPCC) dos atuais 81,28% para 89,41%

Iniciativas

- 03U9 - Adoção de medidas voltadas à valorização, ao autodesenvolvimento e ao bem-estar das comunidades brasileiras no exterior, bem como à manutenção de seus vínculos com o Brasil

- 03UA - Ampliação da variedade de serviços consulares e expansão da sua oferta pelas unidades consulares, inclusive mediante implantação do Sistema Consular Integrado (SCI) em seus escritórios regionais de representação no Brasil

- 03UB - Colaboração com o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE) e coordenação entre órgãos governamentais com vistas ao atendimento das demandas consignadas na Ata Consolidada de reivindicações aprovada nas "Conferências Brasileiros no Mundo", em conformidade com o Decreto n. 7.214 de 15 de junho de 2010

- 03UC - Desenvolvimento, padronização e implementação de sistemas documentais de identificação de responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
06/8/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03UD - Elevação da qualidade do atendimento consular e da assistência aos brasileiros no exterior, com ênfase no aprimoramento das práticas de trabalho, no treinamento de agentes consulares, na realização de campanhas de informação e outras formas previstas em Plano Diretor de Reforma Consular

- 03UF - Estabelecimento de normas migratórias, negociações e gestões junto a outros países, foros regionais e instâncias multilaterais, com vistas à celebração de acordos, criação de mecanismos de consultas e promoção de mudanças no direito internacional que favoreçam os brasileiros no exterior

OBJETIVO: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Alcançar o índice de 10% na quantidade de bolsistas estrangeiros participantes do Curso de Formação, por turma

- Aumentar a taxa de aprovação de candidatos afro-descendentes no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, dos atuais 5,17% para 7%

Iniciativas

- 03UH - Aprimoramento do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), do Curso de Formação, do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE), assim como do programa de intercâmbio para diplomatas estrangeiros, tornando obrigatórias disciplinas eletivas, tais como o russo, o árabe e o chinês

- 03UK - Celebração de acordos com academias diplomáticas estrangeiras, em especial dos países em desenvolvimento, com o objetivo de aprofundar a cooperação acadêmico-diplomática

- 03UL - Concessão da Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para candidatos afro-descendentes e expansão da divulgação do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco para todas as capitais brasileiras

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Expandir de 5 para 16 os cursos anuais de capacitação de professores no exterior

- Expandir de 68 para 100 o número de leitorados brasileiros no exterior

- Reestruturar, modernizar e expandir de 22 para 26 a Rede de Centros Culturais Brasileiros

Iniciativas

- 03UR - Ampliação do credenciamento de Centros Culturais Brasileiros e de instituições estrangeiras para a aplicação do Exame de Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras) no exterior

- 03UT - Apoio à distribuição do audiovisual brasileiro no exterior em salas de cinema de circuito comercial e na televisão

- 03UV - Apoio ao setor audiovisual nacional com vistas a promover o Brasil como locação de filmagem de obras cinematográficas e de publicidade

- 03UX - Aprimoramento e ampliação dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG)

- 03UY - Atualização e ampliação do acervo de midiatecas e bibliotecas dos Centros Culturais Brasileiros, das instituições estrangeiras participantes do Programa de Leitorados, de escolas, bibliotecas públicas e demais instituições que desenvolvam atividades no âmbito do ensino da variedade brasileira da língua portuguesa e da difusão da cultura brasileira no exterior

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03V1 - Difusão junto a formadores de opinião de diferentes países da complexa realidade brasileira
- 03V2 - Estabelecimento de parcerias com as Universidades de Integração
- 03V3 - Expansão do número de leitorados brasileiros junto a instituições estrangeiras de ensino superior
- 03V4 - Implementação de cursos de capacitação de professores da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior
- 03V5 - Implementação do Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa
- 03V6 - Participação brasileira nas Conferências sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial
- 03V7 - Promoção da difusão e da divulgação da cultura brasileira e da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior
- 03V9 - Realização, no exterior, de eventos de cultura brasileira, em áreas como música, literatura, artes plásticas, dança, cinema, teatro e fotografia, e apoio à difusão cultural de outros países no Brasil

OBJETIVO: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Editar 120 obras sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira
- Implantar biblioteca virtual contendo seleção de dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas, com enfoque nos temas de política externa
- Implantar cadastro de referências em relações internacionais e política externa
- Realizar 10 cursos para diplomatas estrangeiros
- Realizar 60 debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional
- Realizar concursos anuais de dissertações de mestrados em relações internacionais e ciências políticas, com enfoque nos temas da política externa

Iniciativas

- 03VA - Edição e difusão de estudos e reflexões sobre temas das relações internacionais, da política externa e da história diplomática brasileira
- 03VB - Promoção de atividades culturais, pedagógicas e de divulgação de temas da política externa e da memória diplomática
- 03VC - Promoção de debates, por meio da realização de colóquios, mesas redondas, encontros, seminários, cursos, conferências sobre os temas prioritários da política externa e da história diplomática brasileira
- 03VD - Realização de exposições, seminários e edição de publicações sobre a vida e obra do Barão do Rio Branco, em comemoração ao seu centenário de morte

OBJETIVO: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Aumentar o quantitativo de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional em 20%, em relação a 2010, firmados entre o Brasil e outros países em desenvolvimento
- Elaborar proposta de marco regulatório para a Cooperação Técnica Internacional entre o Brasil e outros países em desenvolvimento

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 03VF - Aperfeiçoamento e fortalecimento da formulação, da execução, do acompanhamento e da avaliação de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional prestada, concebida e implementada em parceria com países em desenvolvimento e organismos internacionais

- 03VH - Elaboração de marco regulatório para a Cooperação Técnica Internacional entre o Brasil e outros países em desenvolvimento

- 03VI - Fortalecimento do planejamento, da formulação, da execução, do acompanhamento e da avaliação de iniciativas brasileiras de Cooperação Técnica Internacional recebida, concebida e implementada em parceria com países desenvolvidos e organismos internacionais

OBJETIVO: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Elaborar marco legal relativo à provisão de cooperação humanitária internacional pelo Brasil

- Expandir de 70, realizadas pelo Brasil em 2010, para 120 operações internacionais humanitárias e de gestão do risco de desastres

Iniciativas

- 03VJ - Assinatura de Memorandos de Entendimento bilaterais, com Organismos Internacionais e com o Movimento da Cruz Vermelha para a gestão de risco de desastres e a resposta humanitária emergencial, de recuperação e de reconstrução em outros países

- 03VK - Instituição de marco legal e coordenação das ações governamentais brasileiras de cooperação humanitária internacional

- 03VM - Participação da sociedade civil em projetos e programas de cooperação humanitária internacional, em temas da segurança alimentar e nutricional, e em fóruns internacionais e no Conselho Mundial de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

- 03VP - Participação de especialistas e de meios brasileiros em ações internacionais de prevenção e resposta a desastres e reconstrução pós-calamidade, e execução de atividades de cunho humanitário, inclusive em operações de resgate, busca e salvamento, e de gestão de risco e de desastres

OBJETIVO: 0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2012-2015

- Assinar o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

- Elaborar critérios e procedimento de natureza pública para a seleção de candidatos brasileiros a órgãos de tratados de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)

- Elaborar sítio eletrônico para a difusão permanente e atualizada de informações sobre temas de direitos humanos e política externa

- Organizar a Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil, no Brasil em 2013

- Promover o credenciamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos como "Instituição Nacional Brasileira", conforme os "Princípios de Paris"

Iniciativas

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03VQ - Ampliação da participação brasileira em projetos bilaterais e trilaterais de capacitação técnica de agentes públicos em matéria de direitos humanos, principalmente com países da América Latina e da África

- 03VX - Apoio ao diálogo junto a organizações do terceiro setor, a formadores de opinião e ao meio acadêmico sobre questões relacionadas a Direitos Humanos e Política Externa

- 03VZ - Apoio, por meio de medidas na esfera internacional, da proteção dos Direitos Humanos de grupos vulneráveis, em particular daqueles que não contam com instrumentos específicos, como idosos e jovens

- 03W0 - Articulação governamental com vistas à conclusão das negociações da Declaração Interamericana sobre Direitos dos Povos Indígenas

- 03W1 - Articulação governamental com vistas à cooperação com países e agências internacionais, com vistas ao acesso de populações de países pobres à prevenção e ao tratamento do HIV/AIDS

- 03W2 - Articulação governamental com vistas à elaboração de relatório anual sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil e de relatórios a órgãos internacionais específicos de monitoramento em matéria de Direitos Humanos

- 03W3 - Articulação governamental com vistas à implementação de recomendações dirigidas ao Brasil por mecanismos convencionais e extraconvencionais do Sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas, assim como de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o Brasil

- 03W4 - Articulação governamental com vistas à participação do Brasil em órgãos intergovernamentais e de peritos dedicados à temática dos direitos humanos, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)

- 03W5 - Articulação governamental com vistas à participação nas conferências dos Estados-Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e promoção da cooperação com outros países e instituições

- 03W6 - Articulação governamental com vistas à participação nas discussões internacionais sobre o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sobre o regime pós-2015

- 03W7 - Assinatura do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

- 03W9 - Atuação em favor da eleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, no mandato 2012-2015

- 03WA - Atuação na Assembleia Mundial de Saúde (AMS), com vistas à implementação da Estratégia Global sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual orientada para melhor atender os interesses e as necessidades dos países em desenvolvimento

- 03WE - Coordenação da participação brasileira nas reuniões da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

- 03WG - Divulgação nos foros internacionais competentes da aplicação do Plano Decenal de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial

- 03WI - Fortalecimento da UNITAID, contribuindo para que conte com fontes estáveis de financiamento e implemente medidas que permitam a redução de preços, a manutenção da qualidade e o acesso mais efetivo de medicamentos à população mundial, em especial de países em desenvolvimento, com vistas a expandir o acesso a tratamentos e diagnósticos para HIV/AIDS, tuberculose e malária

- 03WT - Promoção da cooperação internacional em assuntos relacionados aos direitos dos povos indígenas que habitam regiões de fronteira

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/6/2012
708

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Adequação da Força Aérea	%	31/12/2010	20,00
Adequação da Força Naval	%	01/07/2011	20,00
Adequação da Força Terrestre	%	31/12/2010	32,00
Índice de Acidentes Aeronáuticos	%	31/12/2010	0,70
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2010	89,00
Taxa de acidentes náuticos	1/1.000	31/12/2010	1,31

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**12.867.146**	**41.063.493**
Despesas Correntes	4.091.594	13.460.617
Despesas de Capital	8.775.552	27.602.876
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**141.959**	**105.614**
Valores Globais	**13.009.105**	**41.169.107**
	54.178.212	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	500.000

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo, visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Instalar 7 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- Modernizar 15 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	5,00	unidade

- Realizar 488 ações de prevenção de acidentes aeronáuticos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 01HD - Adequação tecnológica do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)
- 01HF - Desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB
- 01HG - Monitoramento e defesa do espaço aéreo brasileiro
- 01HH - Prevenção de acidentes aeronáuticos

OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Adestrar, anualmente, 55.040 militares
- Capacitar 20% do efetivo por meio das atividades de ensino para o emprego operacional e de apoio
- Realizar 32 operações aéreas

Iniciativas

- 01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da Força Aérea Brasileira
- 01HN - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão da Força Aérea Brasileira
- 01HO - Logística operacional da Força Aérea Brasileira

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Desenvolver 4 projetos de sistemas bélicos
- Desenvolver 8 cargueiros táticos militares
- Realizar 4 pesquisas na área de tecnologia aeroespacial

Iniciativas

- 01HR - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)
- 01HZ - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Adquirir 45 aeronaves
- Modernizar 20 aeronaves

Iniciativas

- 01I0 - Adequação da frota de aeronaves militares

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/6/2012
710

- 01I1 - Adequação dos meios de apoio ao combate
- 01IB - Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR)
- 01IK - Implantação de novos sistemas bélicos

OBJETIVO: 0482 - Implantação e adequação das Instalações do Comando do Exército em Pirassununga - SP

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Adequar 30% da estrutura orgânica da Brigada de Infantaria Paraquedista

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	30,00	% acumulado do

- Adequar 40% das Brigadas Blindadas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	40,00	%

- Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)
- Implantação e adequação de Instalações do Comando do Exército em Pirassununga - SP
- Implantar 100% da Brigada de Operações Especiais
- Modernizar 75% da estrutura da 12ª Brigada de Infantaria Leve

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	75,00	%

- Transferir a 2ª Brigada de Infantaria de Selva para São Gabriel da Cachoeira-AM

Iniciativas

- 01LS - Adequação de instalações militares para implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)
- 01LT - Implantação de pelotões especiais de fronteira do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)
- 01LV - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)
- 01LW - Implantação e adequação da infraestrutura de defesa terrestre e de apoio ao pessoal
- 01LX - Implantação e adequação do sistema de aviação do Exército

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Formação de 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon"
- Participação de 80.000 crianças no Programa "Forças no Esporte"

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	80.000,00	pessoas

- Profissionalização de 100.000 jovens pelo Programa "Soldado Cidadão"

Regionalização da Meta	Total	Unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	100.000,00	pessoas

Iniciativas

- 01QX - Apoio a comunidades carentes
- 01QY - Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar
- 01QZ - Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional
- 01R0 - Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Conclusão do estaleiro e da Base Naval do PROSUB

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Conclusão do projeto do Primeiro Submarino de Propulsão Nuclear (SNBR-1)
- Construção de 8 Navios-Patrulha Oceânicos de 500 t
- Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (SBR-3)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	20,00	%

- Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	50,00	%

- Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	80,00	%

- Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB) para o ano de 2015

Iniciativas

- 01YO - Adequação dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais
- 01YP - Construção de navios de apoio logístico (PROSUPER)
- 01YR - Construção de navios-patrulha oceânicos 1800 t (PROSUPER)
- 01YS - Construção de navios-patrulha oceânicos de 500 t
- 01YT - Construção de submarino de propulsão nuclear (PROSUB)
- 01YU - Construção de submarinos convencionais (PROSUB)
- 01YW - Implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares (PROSUB)
- 01YX - Implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)
- 01Z1 - Sistemas operativos

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o

desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Adequação da infraestrutua de 30 Pelotões Especiais de Fronteira

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	30,00	unidade

- Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	110,00	unidade

- Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	150,00	unidade

- Adequação de 40 aeródromos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	40,00	unidade

- Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	100,00	%

- Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas (FFAA)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	720,00	unidade

Iniciativas

- 01Z4 - Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte
- 01Z7 - Adequação de aeródromos na região do Calha Norte
- 01Z9 - Adequação de embarcações da região do Calha Norte
- 01ZA - Logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte
- 01ZC - Implantação e melhoria da infraestrutura básica nos municípios atendidos pelo Calha Norte

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicação, visando a assegurar a capacidade de defesa cibernética nos campos civil, industrial e militar.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Implantar o centro de defesa cibernética
- Instituir o comitê de segurança da informação e comunicações

Iniciativas

- 01ZH - Implantação do sistema de defesa cibernética

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL
SENADO FEDERAL
16/7/2012
713

OBJETIVO: 0522 - Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o

desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Atualizar 74 cartas náuticas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	74,00	unidade

- Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1.561,00	unidade

- Editar e imprimir 606 cartas topográficas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	606,00	unidade

- Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	2.292,00	unidade

- Executar o imageamento de 731.046 Km² em áreas de floresta e não-floresta

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	731.046,00	km²

- Processar 1.478 Modelos Digitais de Superfície (MDS)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1.478,00	unidade

- Processar 1.478 Modelos Digitais do Terreno (MDT)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1.478,00	unidade

- Processar 1.478 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1.478,00	unidade

- Produzir 433 cartas aerogeofísicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	433,00	unidade

- Produzir 70 cartas geológicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	70,00	unidade

Iniciativas

- 01ZK - Sistema de Cartografia Aplicada ao Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Alcançar índice de 80% dos meios operativos da MB na condição "Pronto para operar"

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Prover formação e capacitação de militares e servidores civis, alcançando o quantitativo de 12.100 em 2015

Iniciativas

- 01ZM - Aprestamento dos meios operativos
- 01ZN - Formação e capacitação de recursos humanos da Marinha
- 01ZQ - Logística operacional da Marinha

OBJETIVO: 0524 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para o suporte aos meios operativos da Marinha.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Construir, modernizar e recuperar 101 instalações terrestres previstas no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB)

Iniciativas

- 01ZT - Adequação de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres
- 04C5 - Implantação da Segunda Esquadra

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Alcançar índice de 80% das necessidades de ampliação das Organizações Militares (OM) integrantes do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA)
- Ampliar em 80% a quantidade de Inspeções Navais (IN) realizadas
- Prover formação e capacitação de 58.000 marítimos

Iniciativas

- 01ZX - Desenvolvimento das atividades de auxílio à navegação
- 01ZY - Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
- 01ZZ - Registro e fiscalização de embarcações

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Implantar uma unidade piloto de conversão (Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio - USEXA) com capacidade nominal de 40 t/ano de hexafluoreto de urânio

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- Implantar uma usina nuclear de geração de energia elétrica (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - LABGENE) projetada e construída no País, incluindo o seu reator, com potência de cerca de 11 MW, protótipo em

SECRETARIA GERAL DA MESA
11/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

terra do sistema de propulsão naval

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

Iniciativas

- 0200 - Construção do protótipo de reator nuclear
- 0201 - Manutenção, operação e descomissionamento de instalações e sistemas do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
- 0202 - Desenvolvimento de sistemas e tecnologias operativas
- 047H - Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear

OBJETIVO: 0532 - Adequar os meios operacionais do Exército para assegurar a capacidade de defesa terrestre.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Implantação de 20% do Sistema Integrado de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro (SIAAEB)
- Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados

Iniciativas

- 0208 - Obtenção de armamento e munição
- 0209 - Obtenção de material individual, de estacionamento, aeroterrestre e demais Materiais de Emprego Militar (MEM)
- 020B - Obtenção de sistemas de artilharia antiaérea
- 020C - Obtenção e modernização de equipamentos de engenharia
- 020D - Obtenção e modernização de viaturas blindadas e da frota de veículos
- 020E - Obtenção, modernização e recuperação de aeronaves e simuladores para aviação do Exército

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	90,00	%

- Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1.300,00	unidade

- Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	1.000,00	unidade

- Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
07/6/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	39.312,00	unidade/ano

- Emitir anualmente 300 relatórios de inteligência

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	300,00	unidade

- Implementar 130 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	130,00	unidade

- Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	470.000,00	km²

- Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	150.000.000,00	ha

Iniciativas

- 020H - Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Apoiar o aprestamento de uma brigada, para atuar em missões de paz e ações humanitárias
- Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED)
- Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS)
- Atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas
- Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira
- Realizar cinco exercícios de simulação de combate
- Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas
- Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras

Iniciativas

- 020I - Implantação e integração dos centros de comando e controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas
- 020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares
- 020L - Intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira
- 020M - Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto
- 020P - Participação em operações militares com Forças Armadas de outros países
- 020R - Realização de exercícios militares conjuntos

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
07/6/2012
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operativa do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do sua capacitação, adestramento e logística operacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Manter a capacidade de prontidão da Força Terrestre
- Preparar os Batalhões de Polícia do Exército e Companhias de Guarda para emprego em eventos de grande vulto - Priorizado o Batalhão de Manaus/AM

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	15,00	% de execução física

- Preparar uma força de valor brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária - Priorizado um Batalhão

Iniciativas

- 0215 - Formação e capacitação de recursos humanos do Exército
- 0217 - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão do Exército
- 0218 - Logística operacional do Exército

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório
- Concluir a implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar, em 2014
- Implantar 24% do sistema nacional de mobilização
- Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD)
- Implantar o sistema de empresas de interesse da defesa nacional
- Implantar o Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM)
- Integrar o Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional com o Sistema Georreferenciado da Presidência da República e com o Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas (CATBR)
- Mapear 100% da infraestrutura logística nacional de interesse da defesa
- Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional
- Realizar quatro exercícios conjuntos de mobilização de recursos logísticos e de recursos humanos
- Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das Forças Armadas em casos de desastres

Iniciativas

- 0237 - Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas
- 023A - Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos planos de mobilização

SECRETARIA-GERAL DA MESA
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
718
SENADO FEDERAL

- 023B - Implantação do Sistema de Controle de Aerolevantamento (SisCAer)
- 023C - Implantação do Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM)
- 023D - Implantação e gestão do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SIGLD)

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército, visando à ampliação da capacidade de defesa terrestre.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Adequar os arsenais de guerra para produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de material de emprego militar - Priorizado o Arsenal de Guerra de São Paulo
- Desenvolver 30% do sistema de comando e controle do Exército
- Implantar o Instituto Tecnológico do Exército em Campinas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	100,00	% de implantação

Iniciativas

- 023N - Implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e complementares de comando e controle
- 023O - Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de sistemas, equipamentos e materiais de uso de defesa e civil

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2012-2015

- Fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa
- Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras

Iniciativas

- 0240 - Aperfeiçoamento do sistema de inteligência de defesa
- 0243 - Atendimento aos compromissos com organismos internacionais nas áreas militar e de defesa
- 0245 - Consolidação de mecanismo para ajuda recíproca em caso de desastres
- 0248 - Cooperação internacional na área de defesa
- 0249 - Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira
- 024D - Intercâmbio de cultura doutrinária militar com integrantes de Forças Armadas estrangeiras
- 024G - Participação nos foros internacionais que tratam de temas relacionados à área militar e à defesa
- 024O - Realização de reuniões bilaterais com países estrangeiros

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente	quantidade	30/12/2010	85,00
Oferta de molibdênio-99 pela CNEN/MCT	ci/ano	31/12/2010	14.330,00
Taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional	%	31/12/2010	63,60

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**646.796**	**3.094.822**
Despesas Correntes	491.860	1.968.001
Despesas de Capital	154.936	1.126.821
Outras Fontes	**109.340**	**437.360**
Valores Globais	**756.136**	**3.532.182**
	4.288.318	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	150.000

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Ampliar o fornecimento de radioisótopos e radiofármacos para 404 Ci por semana

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	7,00	%
Região Nordeste	15,00	%
Região Norte	4,00	%
Região Sudeste	58,00	%
Região Sul	16,00	%

- Implantar 50% do reator multipropósito brasileiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	50,00	%

Iniciativas

- 00ZQ - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro
- 00ZR - Produção de radioisótopos e radiofármacos para a saúde

OBJETIVO: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Atender a 100% da demanda de elementos combustíveis para operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	100,00	%

- Atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra I

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	35,00	%

- Atingir 100% do cronograma físico da implantação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	100,00	%

- Atingir 30% do cronograma físico da Fábrica de Tubos Extrudados em ligas especiais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	30,00	%

- Atingir 40% do cronograma físico de implantação da Usina de Conversão

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	10,00	%
Região Sudeste	30,00	%

- Atingir 40% do descomissionamento previsto para as unidades mínero-industriais do ciclo do combustível nuclear

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	40,00	%

- Atingir 60% do cronograma físico do projeto de ampliação da capacidade produtiva do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	60,00	%

- Atingir a capacidade de produção de 800t de U3O8 ao ano na Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - BA a partir de 2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	800,00	tonelada

- Aumentar em 30% a reserva medida de urânio no país por meio da intensificação da pesquisa e prospecção mineral

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	20,00	%
Região Norte	10,00	%

Iniciativas

- 00ZX - Ampliação do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ
- 00ZY - Descomissionamento das unidades mínero-industriais do ciclo do combustível nuclear
- 00ZZ - Expansão da unidade de Concentrado de urânio em Caetité/BA
- 0100 - Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados
- 0101 - Implantação da Usina de Conversão de UF6
- 0102 - Implantação da Usina de Enriquecimento com a contribuição da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica
- 0103 - Implantação da usina de extração e beneficiamento de urânio e fosfato em Santa Quitéria CE
- 0104 - Produção de elementos combustíveis para a operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras
- 0105 - Realização de prospecção e pesquisa geológica em áreas com indícios de depósitos uraníferos

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/2012

OBJETIVO: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	16,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	132,00	unidade
Região Sul	11,00	unidade

Iniciativas

- 0106 - Ampliação do programa de formação especializada para o setor nuclear

OBJETIVO: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Criar a Agência Reguladora Nuclear

- Implantar o projeto de modelagem e automação dos processos de licenciamento e controle da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	100,00	%

- Implementação do sistema de monitoração dos indicadores de segurança de instalações nucleares

Iniciativas

- 0107 - Aperfeiçoamento das atividades de licenciamento e controle de instalações nucleares e radioativas e de salvaguardas nucleares

- 0108 - Criação da Agência Reguladora Nuclear

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Implantar 80% do Laboratório Nacional de Fusão

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	80,00	%

- Realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Nordeste	15,00	unidade
Região Sudeste	430,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
06/12/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 010C - Pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia nuclear e suas aplicações

OBJETIVO: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Atingir 45% do cronograma físico de implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN), até 2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	45,00	%

Iniciativas

- 010D - Aperfeiçoamento das atividades de recolhimento e armazenamento de rejeitos radioativos
- 010E - Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN)

OBJETIVO: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2012-2015

- Aprimorar a metodologia e aumentar a frequência dos exercícios de emergência de forma a manter o elevado grau de segurança das instalações nucleares do país
- Modernizar o Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN)

Iniciativas

- 027U - Atendimento a emergências radiológicas e nucleares
- 027V - Modernização da infraestrutura, dos procedimentos, da capacitação e do sistema normativo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	%	31/12/2010	81,69
Índice de planos estaduais e do Distrito Federal de políticas para as mulheres	%	31/05/2011	44,40
Índice de planos municipais de políticas para as mulheres	%	31/05/2011	3,50
Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero	%	31/05/2011	28,50
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos estados e no Distrito Federal	%	31/05/2011	81,50
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos municípios	%	31/05/2011	5,30
Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM	unidade	31/12/2010	8.719,00
Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	unidade	31/05/2011	3.085,00
Percentual do rendimento médio por hora das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens	%	26/09/2009	82,70
Proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher.	%	31/12/2010	14,77
Proporção de municípios com serviço especializado de atentimento às mulheres em situação de violência.	%	30/04/2011	28,25
Razão entre a taxa de atividade de homens e mulheres de 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	1,40
Taxa de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	9,60
Taxa de conhecimento da Lei Maria da Penha	%	31/12/2009	78,00
Taxa de formalização do trabalho doméstico	%	30/09/2009	27,20
Taxa de frequência à creche ou escola de crianças de 0 a 3 anos de idade	%	30/09/2009	18,40
Taxa de incidência de HIV em mulheres	1/100.000	31/12/2008	14,24

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**95.195**	**203.425**
Despesas Correntes	62.915	157.538
Despesas de Capital	32.279	45.887
Valores Globais	**95.195**	**203.425**
	298.620	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho
- Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça
- Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil
- Efetivação do Protocolo de Intenções visando à concessão de crédito para estimular o empreendedorismo das mulheres
- Firmar acordos de cooperação para que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) promovam a inclusão produtiva das mulheres
- Firmar acordos de cooperação que visem ao fortalecimento das organizações produtivas de mulheres urbanas, do campo e da floresta, promovendo acesso à assistência técnica, ao crédito e apoio à comercialização
- Firmar acordos e protocolos para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal e o desenvolvimento da aquicultura familiar e ainda da constituição de banco de sementes e criação de sementes crioulas em empreendimentos que beneficiem as mulheres
- Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais
- Inscrever a temática de gênero nas políticas de combate à pobreza, com foco em ações voltadas para a inserção das mulheres pobres/extremamente pobres no mercado de trabalho e no sistema produtivo
- Participar dos Fóruns de Pactuação para implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) instituído pela Lei 11.346/06, com vistas a assegurar o direito das mulheres à alimentação adequada
- Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos
- Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado
- Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos
- Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas
- Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas

Iniciativas

- 03XH - Apoio a iniciativas que visem à promoção do trabalho decente e à equidade de gênero e raça no mercado de trabalho, com destaque às ações voltadas à formalização e valorização das trabalhadoras domésticas remuneradas e trabalhadoras de cuidados
- 03XL - Promoção da autonomia das mulheres através da implementação e apoio à formulação de políticas públicas que visem ao enfrentamento da desigual divisão sexual do trabalho por meio da capacitação e qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do atendimento às demandas por equipamentos sociais

OBJETIVO: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Acompanhar implementação das políticas de saúde visando adequar as demandas específicas das mulheres na identificação e caracterização das doenças ocupacionais vinculadas a labores majoritariamente exercidos por mulheres
- Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/29

- Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades

- Elaborar documento contendo detalhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde

- Elaborar estudos e pesquisas sobre usos e aplicações de medicamentos que promovam benefícios para a qualidade de vida das mulheres, incluindo os métodos contraceptivos

- Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Rede Cegonha nos estados e municípios

- Firmar Acordo de Cooperação, visando a aprimorar e estender o alcance das ações do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST

- Participar do Fórum de Implementação e Monitoramento da Rede Cegonha

- Realizar 4 Seminários (periodicidade anual) para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

Iniciativas

- 03XO - Acompanhamento da elaboração das diretrizes e da implementação da Rede Cegonha garantindo a humanização do atendimento das mulheres no parto e puerpério em conformidade com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

- 03XP - Fortalecimento da PNAISM e do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST.

OBJETIVO: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Apoiar a constituição e fortalecimento de núcleos de gênero nas Universidades Federais e Estaduais

- Apoiar ações desenvolvidas pela SDH visando a reparação das mulheres anistiadas e/ou em processo de obtenção de anistia política

- Articular a ampliação do alcance do Programa Gênero e Diversidade na Escola para as instituições de ensino superior público e privado e demais modalidades

- Criar o Programa Trabalho e Inovação Tecnológica para as mulheres

- Elaborar um caderno com diretrizes da política cultural para incentivo à igualdade de gênero

- Estimular a ampliação no número de mulheres contempladas com Bolsa-Atleta e nos esportes de alto rendimento visando promover a discussão sobre a perspectiva de gênero nos grandes eventos esportivos, junto aos órgãos federais

- Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola

- Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR)

- Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados

- Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar Edital de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo

- Realizar 4 seleções públicas de iniciativas e projetos de, para e sobre mulheres, visando a produção e circulação de conteúdos culturais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls 6/2012

- Realizar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo

- Realizar o Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência, previsto para 2013

Iniciativas

- 03XR - Apoio a iniciativas de reparação e promoção dos direitos humanos visando ressaltar a contribuição das mulheres brasileiras na construção da democracia

- 03XT - Articulação da incorporação da perspectiva de gênero nas políticas educacionais, culturais e esportivas

- 03XV - Capacitação e formação de mulheres e de profissionais do setor público na temática de gênero

- 03XZ - Fomento à produção cultural afirmativa que valorize as expressões do feminino e sua contribuição para a diversidade cultural brasileira, bem como à produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados e, ao mesmo tempo, favorecer a presença e a permanência desses conteúdos e dessas produções nos espaços de fruição cultural brasileiros

- 03Y0 - Fomento à produção do conhecimento e à inovação tecnológica em torno da área de gênero e feminismo

- 03Y1 - Formação de profissionais da educação em conteúdos não discriminatórios

OBJETIVO: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Apoiar a implementação da legislação eleitoral que visa à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder

- Apoiar discussão e implementação de Projeto de Lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado

- Apoiar e subsidiar o debate sobre a Reforma Política tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

- Constituir estratégia para aprovação e implementação do Projeto de Lei que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado

- Constituir um Grupo de Trabalho de caráter interministerial voltado para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de legislação que tratam da equiparação de direitos e de garantia da proteção à população LGBT

- Criar Grupo de Trabalho no âmbito da SPM para elaboração de propostas e contribuições de políticas de atendimento específico às mulheres idosas

- Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação de Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); e o Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2010)

- Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas

- Estimular a participação das mulheres nos espaços de liderança política e de decisão no âmbito dos partidos políticos, das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de natureza diversa e diversos tipos de associação

- Fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com vistas a ampliar as políticas de igualdade implementadas pela ONU e nos países que a integram

- Fortalecer os mecanismos regionais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião Especializada da Mulher

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
DST 6/2012

do Mercosul, Comissão Interamericana de Mulheres e Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe

- Realizar 10 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos

Iniciativas

- 03Y2 - Apoiar o fortalecimento e implementação de marcos legais que visem à equiparação de direitos e o fortalecimento de garantias de proteção e promoção da igualdade
- 03Y4 - Assegurar a difusão dos direitos e o estímulo à participação das mulheres na formulação e implementação de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de enfrentamento às formas de discriminação baseadas em raça/etnia, geração, orientação sexual, entre outras relacionadas à diversidade humana e cultural
- 03Y6 - Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos relativos à promoção e respeito aos direitos humanos das mulheres, os mecanismos regionais de políticas para as mulheres e parcerias com entidades internacionais
- 03Y8 - Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres
- Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres
- Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres
- Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes
- Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres
- Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres
- Avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)
- Desenvolver e implementar um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero para subsidiar a formulação de políticas públicas e promover a transparência dos gastos públicos e a participação social
- Disponibilizar, para 50% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação
- Estruturar, implementar e consolidar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional para as Mulheres que agregue o atual Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SIGSPM), garantindo os ajustes necessários
- Fortalecer a articulação nacional e regional dos organismos executivos de políticas para as mulheres através do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres
- Fortalecer o diálogo e parceria com os institutos de produção de dados e indicadores no âmbito do Comitê de Gênero e Uso do Tempo
- Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional
- Publicação do documento Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais, elaborado pela SPM como resultado de Oficina realizada no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VOT 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Publicar o Guia de implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres e demais documentos voltados ao fortalecimento dos organismos executivos de políticas para as mulheres

- Realizar estudo/diagnóstico sobre gênero e pobreza

- Realizar reuniões, atividades e ações do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)

- Revisar e atualizar o PNPM, à luz da 3a Conferência Nacional de Política para as Mulheres - 3a CNPM

Iniciativas

- 03Y9 - Consolidação das atividades do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e a estruturação de um Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional para as Mulheres com vistas a fortalecer os instrumentos de monitoramento e a avaliação de planos, programas e ações relacionados à Política Nacional para as Mulheres

- 03YB - Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres através da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação

- 03YC - Fortalecimento da gestão democrática e participativa através do apoio ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e do estímulo à criação e fortalecimento de Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

- 03YE - Fortalecimento institucional e consolidação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero como instrumento para a formulação de políticas para a promoção da igualdade de gênero, por meio do desenvolvimento e da implementação de sistemas integrados de dados e indicadores de igualdade de gênero, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões estratégicas e promover a transparência e a participação social

OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.

- Estimular, por meio de campanhas de grande alcance, a participação de meninas e mulheres nas áreas científicas e tecnológicas

- Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.

- Produzir peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação, tais como TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros

- Realizar campanha comemorativa e de conscientização da população sobre o Dia Internacional da Mulher, as principais conquistas e os principais desafios a serem superados para igualdade entre mulheres e homens

- Realizar campanha de valorização da mulher jovem, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia

- Realizar campanha sobre os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres

- Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

- Realizar campanhas, seminários, vídeos, oficinas de alcance nacional que apontem para a necessidade de superação da divisão sexual do trabalho, dialogando sobre o uso do tempo das mulheres e os impactos do trabalho doméstico

Iniciativas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
VISTO 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
129
SENADO FEDERAL

- 03YF - Produção de peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação visando ao debate e à adesão da sociedade em torno de questões de gênero

- 03YI - Realização de seminários, vídeos, oficinas de apoio a projetos e materiais diversos que visem a retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuem para a conquista de seus direitos e cidadania, e que visem à conscientização da população sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens, sobre a promoção da autonomia das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Ampliar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para o atendimento internacional.
- Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas.
- Apoiar e articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS nº 104, de 25 de janeiro de 2011.
- Articular a priorização do atendimento das mulheres em situação de violência nos programas de habitação social, inserção no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, economia solidária e capacitação profissional.
- Articular a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nas Regiões de Fronteira Seca, com atenção especial às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual.
- Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.
- Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.
- Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e questões da violência contra as mulheres.
- Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania.
- Contribuir para a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.
- Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.
- Formalizar parcerias no âmbito do governo federal para a integração das Redes de Atendimento com os sistemas de políticas sociais.
- Implantar registro administrativo unificado na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.
- Implantar Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher.
- Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania.
- Induzir, articular e coordenar a elaboração de protocolos, fluxos e procedimentos, em articulação com o Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, Sistema Único de Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público.
- Integrar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.
- Participar do Grupo de Trabalho de monitoramento do Sistema de Notificação Compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidos na rede de saúde pública e privada.
- Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.

Iniciativas

- 049S - Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 049T - Criação e divulgação do Sistema Nacional de Dados sobre Violência contra a Mulher conforme previsto no artigo 38 da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e do Registro Administrativo Unificado, visando à construção de indicadores que permitam maior monitoramento, avaliação e elaboração das políticas e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres.

- 049U - Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.

- 049V - Incidir junto aos Ministérios responsáveis para incluir de forma prioritária nos Programas Sociais, as mulheres em situação de violência.

- 049W - Institucionalização da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, normatização e padronização dos fluxos de atendimento, assegurando a não revitimização das mulheres atendidas.

- 049X - Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

OBJETIVO: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.

- Contribuir para o aumento do número de Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais.

- Contribuir para o aumento do número de Defensorias Públicas Especializadas e da assistência jurídica gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.

- Contribuir para o aumento do número de juizados e varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

- Contribuir para o aumento do número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais.

- Estabelecer parceria com os órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) para viabilizar o acompanhamento do percentual de medidas protetivas utilizadas e dos processos julgados de acordo com a referida Lei.

- Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, principalmente no processo de formação dos operadores de direito, de gestores e gestoras públicos/as e no conteúdo dos concursos públicos.

- Promover campanhas e ações educativas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, principalmente direcionadas para os territórios da cidadania, áreas deflagradas, municípios-polo, regiões de fronteira seca e cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

- Promover campanhas e ações em defesa da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).

Iniciativas

- 049I - Articulação e acompanhamento junto aos Poderes Judiciário e Legislativo e ao Ministério Público quanto à execução e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06).

- 049J - Articulação e apoio conjunto com os demais órgãos do Governo Federal e o setor privado para prevenir todas as formas de violência contra as mulheres nos grandes investimentos públicos e privados e seu entorno.

- 049K - Articulação, junto aos órgãos do governo federal, para a inclusão de conteúdos no âmbito de cursos de formação e capacitação de gestores/as públicos sobre a temática do enfrentamento à violência contras as mulheres e sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), bem como sobre os instrumentos assinados nacionalmente e internacionalmente.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/20/12
73

- 049L - Realizar mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres, da naturalização da violência contra as mulheres, que promovam seus direitos sexuais e que esclareçam a população sobre as práticas que configuram violação dos direitos das mulheres (violência doméstica, violência sexual, exploração sexual, tráfico de mulheres e a lesbofobia).

OBJETIVO: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2012-2015

- Constituir grupo de trabalho para a elaboração e construção das diretrizes e normatização dos serviços de responsabilização e educação dos agressores.
- Contribuir com a construção do Plano Nacional para a Prevenção e Redução de Homicídios.
- Contribuir para o aumento do número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis 11.942/09 e 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão.
- Estabelecer parceria para inclusão da investigação dos casos de violência contra as mulheres na rotina dos Serviços de Inteligência Policial.
- Firmar parceria com o Sistema Único de Segurança Pública e Polícia Federal para viabilizar a ampliação da utilização dos instrumentos de combate aos crimes de violência sexual contra as mulheres, com destaque para o fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.
- Fomentar cooperação internacional, bilateral ou multilateral para o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, principalmente no tocante ao atendimento às mulheres.
- Incentivar a implementação de novos mecanismos de proteção e segurança às mulheres em situação de exploração sexual e tráfico de pessoas.
- Inserir mulheres nos espaços de participação popular e controle social da Segurança Pública.
- Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Iniciativas

- 049M - Apoio a iniciativas de cooperação entre as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz e os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência para a promoção e defesa dos direitos, em especial para o enfrentamento à violência contra as mulheres.
- 049N - Articulação, junto aos órgãos responsáveis, para o combate à impunidade dos autores de crimes contra as mulheres, em especial nos casos de homicídio, para a responsabilização institucional nos casos de violência contra as mulheres e para o fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, visando à identificação dos agressores, principalmente nos casos de violência sexual.
- 049O - Contribuição para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, implementação dos acordos bilaterais e multilaterais e construção de novos compromissos de cooperação para o atendimento das mulheres brasileiras em situação de violência, tráfico de pessoas e exploração sexual no exterior.
- 049P - Incentivo à presença das mulheres nos espaços de participação popular e controle social da Segurança Pública, na perspectiva de ampliar a articulação das demandas das mulheres e nas questões referentes ao enfrentamento à violência contra as mulheres junto à Segurança Comunitária e Cidadã.
- 049Q - Incentivo e contribuição para a implantação dos serviços de responsabilização e educação do agressor.
- 049R - Promoção dos direitos das mulheres em situação de prisão e articulação, junto aos órgãos responsáveis, para assegurar a humanização nesses equipamentos e a oferta de espaços físicos adequados.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 732

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Equilíbrio atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios Previdência Social dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	17,34
Índice de Resolutividade (IRES)	%	31/01/2011	52,26
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	1,21
Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,17
Necessidade de financiamento do Regime Próprio de Previdência da União, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,39
Necessidade de financiamento dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados, Municípios e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	0,02
Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	16,35
Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,40
Taxa de cobertura previdenciária	%	31/12/2009	67,00
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	3,23
Tempo Médio de Concessão (TMC)	dia	31/01/2011	26,00
Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada (TMEA-PM)	dia	31/01/2011	19,00
Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	dia	31/01/2011	19,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**309.409.371**	**1.116.700.769**
Despesas Correntes	309.138.832	1.116.069.018
Despesas de Capital	270.540	631.751
Valores Globais	**309.409.371**	**1.116.700.769**
	1.426.110.140	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
7334
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%
- Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%
- Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
- Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados

Iniciativas

- 00QQ - Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho
- 00QS - Fortalecer a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Metas 2012-2015

- Adequar 100% da rede de atendimento
- Implantar 435 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	200,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	85,00	unidade
Superintendência Sudeste I	50,00	unidade
Superintendência Sudeste II	50,00	unidade
Superintendência Sul	50,00	unidade

- Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	13,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	15,00	unidade
Superintendência Sudeste I	16,00	unidade
Superintendência Sudeste II	14,00	unidade
Superintendência Sul	18,00	unidade

- Reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 10 dias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	7,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	10,00	unidade
Superintendência Sudeste I	10,00	unidade
Superintendência Sudeste II	8,00	unidade
Superintendência Sul	14,00	unidade

- Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	19,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	18,00	unidade
Superintendência Sudeste I	8,00	unidade
Superintendência Sudeste II	14,00	unidade
Superintendência Sul	20,00	unidade

- Ter 85% dos benefícios decididos na mesma data de entrada

Iniciativas

- 00QU - Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social
- 00QW - Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios
- 00QX - Contribuir com a qualidade de vida dos contribuintes e beneficiários no envelhecimento ativo
- 00R0 - Garantir o pagamento de benefícios com qualidade
- 00R5 - Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 00R6 - Promover o reconhecimento automático de direito
- 00R8 - Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Metas 2012-2015

- Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 4,7% do PIB
- Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos municípios
- Reabilitar 80% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional
- Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB
- Regulamentar a previdência complementar para o servidor público
- Revisar mais de 1 milhão de aposentadorias por invalidez concedidas há mais de 2 anos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Superintendência Nordeste	187.995,00	unidade
Superintendência Norte/Centro-Oeste	85.358,00	unidade
Superintendência Sudeste I	261.309,00	unidade
Superintendência Sudeste II	317.241,00	unidade
Superintendência Sul	172.325,00	unidade

Iniciativas

- 00RA - Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral
- 00RC - Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional
- 00RE - Intensificar a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios
- 00RF - Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/10/12

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2010	5.611,00
Crianças e adolescentes ameaçados de morte e familiares protegidos	unidade	31/12/2010	1.490,00
Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados	unidade	31/12/2009	2.060.503,00
Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes)	1/1.000	31/12/2010	2,67
Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	31/12/2010	17.703,00
Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI	%	31/12/2010	57,45
Relação entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em programas de meio-aberto/ fechado	unidade	31/12/2010	0,50
Taxa de frequência à creche ou pré-escola de crianças de 0 a 5 anos, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	24,00
Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	26,60
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 14 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	88,40
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	1/1.000	31/12/2009	19,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**465.426**	**1.269.330**
Despesas Correntes	385.272	1.193.560
Despesas de Capital	80.153	75.771
Valores Globais	**465.426**	**1.269.330**
	1.734.756	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo
- Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial
- Extinguir os acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes na rede do SUAS sem respaldo de medida judicial
- Implantar serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nas 27 capitais

SECRETARIA - GERAL DA MESA
6/10/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
136
SENADO FEDERAL

- Implantar serviços integrados de atendimento inicial a adolescentes em conflito com a lei nas 27 capitais

- Reduzir a taxa de crescimento da internação de adolescentes em conflito com a lei

Iniciativas

- 00T9 - Acesso humanizado à Justiça (com ênfase na oitiva especial, mediação de conflitos e práticas restaurativas) e fomento à regionalização dos sistemas de segurança e justiça da infância e juventude

- 00TA - Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional

- 00TC - Aprimoramento de mecanismos de denúncia, notificação e monitoramento de violações de direitos de crianças e adolescentes

- 00TE - Atenção a crianças e adolescentes em situação de desastre ou no contexto de grandes eventos e empreendimentos

- 00TJ - Expansão e qualificação dos programas de atendimento de crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa

- 00TK - Fomento à inserção escolar, profissional e sociocultural dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto

- 00TL - Fomento a programas de atendimento aos autores de violência contra crianças e adolescentes, evitando a reincidência

- 00TN - Formulação de parâmetros para atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência e de protocolos para preparação de adotantes, para proteção integral de crianças e adolescentes em desastres e para atendimento de adolescentes com diversidade sexual

- 00TO - Implantação de mecanismos de combate à tortura e ao tratamento desumano e cruel nas instituições de atendimento de crianças e adolescentes

- 00TP - Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014

- 00TQ - Monitoramento dos processos de extinção dos grandes abrigos e eliminação da longa permanência de crianças e adolescentes em acolhimento

- 00TR - Oferta de cooperação jurídica internacional permanente para o tema da Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes

OBJETIVO: 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares

- Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte

- Implantar Conselho Tutelar referencial em municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipagem e integração ao SIPIA CT, aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos

- Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância

- Parametrizar e aprovar no CONANDA fluxos de atendimento e monitoramento para os conselhos tutelares

- Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios

Iniciativas

SECRETARIA GERAL DA MESA
06/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
737
SENADO FEDERAL

- 00TX - Aperfeiçoamento da matriz programática nacional e desenvolvimento de módulos temáticos para a formação de conselheiros tutelares
- 00TY - Aprimoramento dos Conselhos Tutelares na estruturação física, equipagem e implementação de programas de formação inicial e continuada dos conselheiros tutelares
- 00TZ - Formulação de fluxos parametrizados de atendimento nos Conselhos Tutelares, incluindo o monitoramento dos encaminhamentos realizados
- 00U1 - Regulamentação das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares

OBJETIVO: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar marco legal sobre repasse de recursos Fundo a Fundo, sobre proibição dos castigos corporais e para a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)
- Aprovar no CONANDA o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes
- Constituir fórum intergovernamental da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
- Implantar a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme item 4 da Resolução nº 7/29 do Conselho de Direitos Humanos da ONU
- Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes
- Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa
- Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT) em municípios com mais de 100 mil habitantes
- Realizar a Reforma Política do CONANDA
- Reduzir o índice de reincidência de adolescentes atendidos por medidas sócio-educativas.
- Universalizar Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estendendo-os a todos os municípios

Iniciativas

- 01FD - Articulação, coordenação, pactuação e monitoramento das responsabilidades intra e intergovernamental na gestão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e nos demais planos temáticos (Violência Sexual, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Convivência Familiar e Comunitária e Primeira Infância)
- 01FE - Consolidação do Observatório Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes como ferramenta estratégica de gestão de informação dos direitos de crianças e adolescentes
- 01FF - Cooperação internacional e relações multilaterais para implementação das normativas e acordos internacionais de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente
- 01FH - Fomento à articulação de fóruns, movimentos, comitês e redes, que atuam na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente
- 01FI - Fomento à criação e implementação de ouvidoria nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes
- 01FJ - Fomento à produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência com apoio a projetos inovadores e exemplares de articulação de rede e intervenção com crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados e restritos
- 01FK - Formulação e aprovação de marcos legais de fortalecimento da política de direitos humanos de crianças e adolescentes
- 01FL - Formulação e implementação de Planos Nacionais: execução de medidas socioeducativas e prevenção da morte violenta de crianças e adolescentes, com foco nos segmentos de maior vulnerabilidade: adolescentes do sexo masculino, afrodescendentes e moradores das periferias urbanas

SECRETARIA - GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
138
SENADO FEDERAL

- 01FM - Fortalecimento e qualificação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
- 01FN - Implementação dos módulos temáticos do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA)
- 01FO - Promoção da responsabilidade social das empresas e trabalhadores para ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos municípios considerados de maior incidência constantes da Matriz Intersetorial
- 01FP - Regulamentação e implantação do repasse dos fundos para criança e adolescente, na modalidade fundo a fundo, para a execução da política de direitos humanos para infância e adolescência

OBJETIVO: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos
- Construir condições para ampliação do acesso de crianças de 0 a 3 anos a Programas de cuidados à Primeira Infância nos municípios com mais de 300 mil habitantes
- Desenvolver 03 campanhas anuais em temáticas referentes aos direitos da infância e da adolescência
- Estabelecer protocolos de navegação segura de crianças e adolescentes na Internet

Iniciativas

- 0287 - Desenvolvimento e difusão de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação
- 0288 - Disseminação de uma cultura de respeito e garantia dos direitos de crianças e adolescentes nas famílias, comunidades, instituições de atendimento, mídias e redes sociais
- 0289 - Estímulo à implantação de programas de educação em direitos humanos em estabelecimentos de cuidados à primeira infância
- 028A - Fomentar a experiência cultural na infância, reconhecendo-a como elemento fundamental para o desenvolvimento pleno do sujeito cidadão
- 028B - Fomento a ações de prevenção a mortalidade na Primeira Infância por lesões não intencionais (acidentes)
- 028C - Implementação e monitoramento da adoção nacional e internacional, segundo Lei 12010/ 2009 e legislação correlata
- 028D - Organização de serviços de atendimento à Primeira Infância, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento
- 028E - Promoção dos direitos e articulação de redes de atenção a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, com deficiências, indígenas e adolescentes com diversidade sexual

OBJETIVO: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil sem Miséria e integrando Municipios ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- Elevar o número de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, pertencentes a famílias que recebem transferência de renda, com frequência suficiente às atividades socioeducativas e de convivência
- Elevar o percentual de famílias beneficiárias do PETI acompanhadas pelos CREAS e CRAS, conforme parâmetros

SECRETARIA-GERAL DA MESA
06/11/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

nacionais

- Realizar 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4.320,00	unidade
Região Nordeste	8.520,00	unidade
Região Norte	3.880,00	unidade
Região Sudeste	4.800,00	unidade
Região Sul	3.480,00	unidade

- Realizar a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, em 2013

- Reduzir progressivamente a incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação

Iniciativas

- 03DS - Intensificar a fiscalização para erradicação do trabalho infantil em situação de emprego, com prioridade para as atividades da lista das suas piores formas

- 03DT - Manter, expandir e qualificar os serviços de proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil e suas famílias, combinado com a transferência de renda

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Escolas públicas acessíveis	%	31/12/2010	18,60
Escolas públicas com salas de recursos multifuncionais	%	31/12/2010	43,00
Matrícula de pessoa com deficiência na rede regular de ensino	%	31/12/2010	68,93
Percentual de aprendizes com deficiência	%	31/12/2010	0,58
Percentual de atendimento do passivo da demanda por Órteses e Próteses pelo Poder Público Federal (passivo de 1.442.000 demandas, em 2007)	%	31/12/2010	72,00
Percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência	%	31/12/2010	0,76
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola	%	31/12/2010	53,00
Proporção de páginas HTML da Web, do universo .gov.br, aderentes aos padrões de acessibilidade ASES	%	31/12/2010	1,14
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas	%	31/12/2009	41,80
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2010	29,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**30.709**	**48.302**
Despesas Correntes	26.209	28.916
Despesas de Capital	4.500	19.386
Valores Globais	**30.709**	**48.302**
	79.011	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0268 - Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Inserir 160.000 pessoas com deficiência sob ação fiscal no mercado de trabalho

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10.838,00	unidade
Região Nordeste	20.588,00	unidade
Região Norte	5.199,00	unidade
Região Sudeste	99.510,00	unidade
Região Sul	23.865,00	unidade

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
7/6/2012
741

Iniciativas

- 00UR - Ampliar a execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a pessoas com deficiência
- 00UT - Intensificar a articulação com atores envolvidos com a temática para aprimorar mecanismos de estímulo à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho

OBJETIVO: 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Acompanhar a implementação de iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos, estejam na escola
- Acompanhar o preenchimento das vagas criadas pela política de cotas para pessoas com deficiência no serviço público federal e nas empresas privadas
- Atualizar e ampliar os objetivos e metas do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência - Agenda Social - (Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007)
- Definir conteúdo básico e realizar capacitação em acessibilidade
- Definir conteúdo básico para capacitação em promoção de direitos da pessoa com deficiência
- Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas
- Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência
- Lançar o banco de talentos e estimular sua utilização em conjunto com outros sistemas congêneres
- Promover capacitação para multiplicadores sobre a técnica de Orientação e Mobilidade

Iniciativas

- 01GL - Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos de pessoas com deficiência
- 01GM - Articulação com as entidades de classe para garantia do compromisso da empregabilidade
- 01GN - Articulação com Ministério Público, Poderes Legislativo e Judiciário e com entes federados e entidades da sociedade civil nas ações de combate à discriminação da pessoa com deficiência
- 01GO - Articulação dos programas federais para a garantia dos direitos da pessoa com deficiência e fortalecimento do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência (Agenda Social)
- 01GP - Articulação e monitoramento junto ao Sistema S de capacitações e iniciativas de qualificação para pessoas com deficiência
- 01GQ - Articulação para implementar as ações voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência definidas no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3)
- 01GR - Articulação para Implementar e monitorar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- 01GS - Articulação para promover a empregabilidade da pessoa com deficiência, contemplando, inclusive, o jovem aprendiz
- 01GV - Definição do modelo único de classificação e valoração de deficiências e articulação para sua implementação junto aos órgãos da administração pública federal
- 01GX - Fortalecimento da participação social por meio do apoio a conselhos de direitos, da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da participação do Conselho Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) na proposição e no monitoramento das políticas públicas de interesse das pessoas com deficiência
- 01GY - Inserção de conteúdos sobre promoção da acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência nos programas de formação e capacitação
- 01GZ - Participação nas iniciativas de prevenção de acidentes e patologias que resultem em deficiências
- 01H0 - Produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência e temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
0176/2012
742

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda
- Acompanhar a ampliação do número de Parques Tecnológicos e Incubadores de empresas de bases tecnológicas voltadas para incremento da qualidade e produção das ajudas técnicas
- Acompanhar a criação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva
- Acompanhar a criação e execução do serviço de apoio e de reabilitação para pessoas com impedimento de longo prazo em situação de dependência
- Implantar as Centrais de Interpretes da Língua Brasileira de Sinais visando à acessibilidade na comunicação e informação
- Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia
- Orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)

Iniciativas

- 026T - Acompanhamento das ações voltadas à consolidação, ampliação e fortalecimento da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses
- 026V - Apoio aos serviços de atendimento ao cidadão que tratem da temática dos direitos da pessoa com deficiência
- 026W - Articulação junto ao SUS e ao SUAS para disponibilização de assistentes pessoais, bem como de serviços de apoio em domicílio e outros serviços comunitários de apoio
- 026X - Articulação para concessão de incentivos fiscais relacionados à produção e aquisição de ajudas técnicas
- 026Z - Estímulo à elaboração de conteúdos da temática de direitos humanos da pessoa com deficiência junto a instituições de ensino e institutos de pesquisa
- 0270 - Estímulo, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, a elaboração e disponibilização de recursos didáticos, paradidáticos e pedagógicos para atender às necessidades educativas específicas de cada deficiência
- 0271 - Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, a dispositivos e ajudas técnicas, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência

OBJETIVO: 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, nas edificações e entornos
- Acompanhar a implementação da acessibilidade nas habitações construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos projetos do PAC 2 e de mobilidade urbana previstos no PAC-Copa 2014
- Acompanhar a implementação da acessibilidade no transporte público e coletivo e a regulamentação do transporte complementar acessível

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 743

- Acompanhar ações para incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular

Iniciativas

- 02US - Apoio às iniciativas voltadas para formação de rede de pesquisa, ensino e extensão sobre a temática da acessibilidade junto às instituições de ensino
- 02UT - Articulação para incentivar a promoção da acessibilidade na cultura, no esporte e no lazer
- 02UU - Articulação para promoção da acessibilidade nos grandes eventos esportivos, em especial Copa 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016
- 02UV - Articulação para promoção da acessibilidade nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), em especial no que diz respeito ao programa Minha Casa, Minha Vida
- 02UW - Articulação para promoção de ambientes acessíveis nas instituições de ensino
- 02UX - Articulação para que o tema da acessibilidade seja norteador das ações de governo, com ênfase na divulgação e disseminação junto à sociedade
- 02UZ - Fomento à criação, atualização e divulgação de instrumentos normativos relacionados ao tema da acessibilidade de forma a garantir o seu uso na produção dos espaços na cidade e no campo
- 02V0 - Fortalecimento da sociedade civil organizada como agente de monitoramento de iniciativas relacionadas à acessibilidade
- 02V1 - Identificação e divulgação de boas práticas, a fim de dar visibilidade às iniciativas de acessibilidade para que elas sejam multiplicadas e sirvam de referência para outros atores sociais
- 02V2 - Incentivo à promoção da acessibilidade na comunicação e informação, com ênfase nos sites oficiais, como preconizado no E-Mag

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Vol 6/2012
744

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Estimativa de sub-registros de nascimentos	%	31/12/2010	6,20
Número de Unidades da Federação com Ouvidorias de Polícia	unidade	30/06/2011	21,00
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	unidade	21/07/2011	9,00
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos	unidade	21/07/2011	7,00
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Testemunhas	unidade	21/07/2011	17,00
Percentual de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário mínimo chefiados por idosos	%	26/09/2009	20,30
Taxa de analfabetismo de pessoas com 60 anos ou mais de idade	%	31/12/2010	42,60
Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	27,90
Taxa de mortalidade por queda, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	24,40
Trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2010	2.628,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**135.643**	**519.921**
Despesas Correntes	120.373	502.240
Despesas de Capital	15.270	17.681
Valores Globais	**135.643**	**519.921**
	655.564	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Identificar, em todas as faixas etárias, a população brasileira não registrada e não documentada
- Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	90,00	unidade
Região Sudeste	722,00	unidade
Região Sul	241,00	unidade

- Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em todo o território nacional
- Realizar campanhas de orientação e formação de cultura de inclusão, a partir do registro civil de nascimento

SECRETARIA-GERAL DA MESA
06/12/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 00RK - Ampliação, reestruturação e manutenção da rede de unidades interligadas de registro civil para emissão da certidão de nascimento logo após o parto e antes da alta médica e fomento para realização de mutirões para emissão de certidão de nascimento e documentação básica
- 00RM - Construção de uma proposta de política nacional de documentação civil que garanta a emissão gratuita de documentos básicos à população em situação de pobreza e fomento de ações de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica com compartilhamento de expertise e boas práticas
- 00RP - Fortalecimento da Declaração de Nascidos Vivos (DNV) visando à padronização nacional das informações dos nascimentos realizados fora de estabelecimentos de saúde
- 00RQ - Fortalecimento do Comitê Gestor Nacional do Plano Social de Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica e estímulo à implementação dos comitês estaduais
- 00RR - Garantia da padronização da certidão em todo o território nacional
- 00RS - Monitoramento da implementação do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC)
- 00RT - Organização e integração das redes de políticas públicas relacionadas ao tema de registro civil de nascimento e documentação básica

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar e implementar diretrizes gerais de Educação em Direitos Humanos
- Criar o Conselho Nacional de Promoção do Diálogo e Diversidade Religiosa
- Implantar 100 comitês estaduais e municipais de Educação em Direitos Humanos
- Publicar semestralmente a Revista Direitos Humanos
- Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã
- Realizar anualmente a Mostra de Cinema e Direitos Humanos
- Realizar anualmente o Prêmio Direitos Humanos

Iniciativas

- 00RU - Assegurar o acesso público, nos marcos constitucionais, à informação dos arquivos da ditadura militar
- 00RY - Coordenação dos esforços para promoção da memória e da verdade, promovendo o esclarecimento público e o resgate histórico dos fatos ocorridos nos contextos de repressão política
- 00S3 - Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores
- 00S4 - Fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e implementação de órgãos colegiados estaduais e municipais de direitos humanos
- 00S5 - Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis
- 00S6 - Implementação e monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)
- 00S7 - Inserção de Educação em Direitos Humanos nos sistemas e níveis de ensino
- 00S9 - Monitoramento e atualização do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)
- 00SA - Organização de ações que promovam o respeito à tolerância e diversidade religiosa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2013
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos
- Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos
- Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros

Iniciativas

- 00SB - Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos da pessoa idosa
- 00SC - Aprovação de marco regulatório para as Instituições de Longa Permanência e dos Centros Dia definindo padrões de funcionamento e custos para garantir a qualidade de atendimento e de infraestrutura
- 00SD - Articulação para garantir acessibilidade da população idosa aos serviços públicos
- 00SF - Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores
- 00SG - Fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais e apoio à atuação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)
- 00SI - Implementação do Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável
- 00SJ - Instituição de mecanismos de incentivo à participação do setor privado na promoção dos direitos da pessoa idosa
- 00SK - Organização para que a política nacional de alfabetização e inclusão digital contemple a pessoa idosa
- 00SL - Viabilização do acesso, pela população idosa, aos materiais necessários para uma casa segura

OBJETIVO: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar marco legal contra a violência e a discriminação homofóbica
- Aprovar marco legal que reconhece o nome social de travestis e transexuais
- Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT
- Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT

Iniciativas

- 00SO - Articular com as corregedorias de Justiça o acompanhamento do cumprimento da decisão do STF que equiparou a união estável homossexual à união estável heterossexual
- 00SP - Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores
- 00SR - Fortalecimento da atuação do Conselho de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCDLGBT) e fomento a conselhos estaduais e municipais
- 00SS - Implementação e monitoramento do Plano Nacional LGBT
- 00SU - Instituição de mecanismos de combate à homofobia e de promoção dos direitos da população LGBT e aprimoramento de mecanismos de denúncia, notificação e monitoramento de violações de direitos de população LGBT
- 00SV - Mobilização de esforços para aprovação de marcos legais para a garantia dos direitos LGBT

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2012-2015

- Implementar Centros de Direitos Humanos em todas as regiões metropolitanas
- Implementar Centros de Direitos Humanos no campo em todos os estados brasileiros
- Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas nos Centros de Direitos Humanos
- Realizar Caravanas de Direitos Humanos em todos os estados brasileiros

Iniciativas

- 00T5 - Implementação dos Centros de Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos
- 00T7 - Realização das Caravanas dos Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Estruturação de 19 instâncias estaduais para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	7,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Estruturação de instância nacional para monitoramento dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano
- Regulamentação de medidas e procedimentos para a conduta do reassentamento de famílias atingidas por intervenções urbanas de modo a garantir os direitos humanos

Iniciativas

- 025X - Preservação dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano

OBJETIVO: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Realizar o censo de população em situação de rua
- Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes

Iniciativas

SECRETARIA - GERAL
6/2012
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 02WA - Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos de população da População em Situação de Rua
- 02WB - Disseminação, na sociedade, de uma cultura de direitos humanos da população em situação de rua, estimulando a participação social e a produção de informações de novos valores
- 02WD - Implementação e monitoramento do Plano Nacional sobre População em Situação de Rua e fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento
- 02WE - Integrar os Centros de Direitos Humanos e os CREAS para promover direitos da população em situação de rua
- 02WF - Organização das políticas públicas para implantação de programas especializados de atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua
- 02WG - Organização governamental para garantir os direitos humanos das pessoas em situação de rua nos grandes eventos

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase
- Instituir e implementar a Comissão Nacional da Verdade
- Localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos para a entrega aos seus familiares

Iniciativas

- 0451 - Concessão de indenizações às famílias de mortos e desaparecidos políticos e de indenizações decorrentes de decisões ou negociações da Corte Interamericana de Direitos Humanos
- 0452 - Coordenação da Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase e que tiveram reconhecimento pelo Estado de violação de seus direitos
- 0453 - Implementação da Comissão Nacional da Verdade com garantia de seu pleno funcionamento
- 0454 - Localização e identificação dos restos mortais de desaparecidos políticos para entrega a seus familiares
- 0455 - Modernização das normas de acesso à informação pública, vedando que seja utilizado o sigilo de estado para ocultar violações de Direitos Humanos
- 0456 - Reparação econômica de caráter indenizatório aos anistiados por motivação exclusivamente política

OBJETIVO: 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Aprovar e implementar a PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins
- Realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DC
CONGRESSO NACIONAL
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 0457 - Aprovação da PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins
- 0458 - Articulação de ações de prevenção e erradicação do trabalho escravo com o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, particularmente seguro-desemprego para trabalhadores resgatados, e intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional voltadas para o campo e atividades com ocorrência de trabalho análogo ao

de escravo

- 0459 - Coordenação de ações visando à reinserção socioeconômica dos trabalhadores resgatados em condição análoga à escravidão
- 045A - Coordenação e monitoramento da implementação do II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
- 045B - Execução de ações fiscais para erradicar o trabalho análogo a de escravo
- 045C - Fortalecimento da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e promoção da articulação federativa para incentivo à criação de Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAEs)
- 045D - Organização de ações de prevenção ao aliciamento de trabalhadores
- 045E - Prestação de assistência emergencial ao trabalhador resgatado de condição análoga à de escravo
- 045F - Priorização da inclusão dos trabalhadores resgatados, no Programa Bolsa Família, observados os critérios de elegibilidade do Programa

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT, AM, RN, CE e AC)
- Ampliar os serviços de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos ameaçados em todos os estados brasileiros
- Integrar os serviços de proteção em 7 estados (CE, PE, PA, BA, ES, RJ e MG)
- Reformular e aprovar marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas e dos serviços de proteção que os constituem

Iniciativas

- 045G - Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade
- 045H - Fortalecimento dos colegiados nacionais e estaduais dos programas de proteção a pessoas ameaçadas
- 045I - Organização dos programas federais e articulação das unidades federativas visando atendimento prioritário, ampliado, seguro e qualificado para os usuários dos serviços de proteção e seus familiares

OBJETIVO: 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2012-2015

- Acompanhar a implementação de ouvidorias autônomas de polícias nos estados e no Governo Federal
- Aprovar e implementar protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas
- Aprovar marco legal que institui o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e garantia de seu pleno funcionamento
- Aprovar o marco legal que implementa Protocolo Facultativo da Convenção Contra Tortura e garantir o seu pleno funcionamento (Mecanismo de Combate à Tortura)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Implementar o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos

Iniciativas

- 045J - Apoio à atuação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em situações de violações de direitos humanos de especial gravidade, com abrangência nacional
- 045K - Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos
- 045L - Aprovação do marco legal que implementa o Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura das Nações Unidas e garantia de seu pleno funcionamento
- 045M - Articulação governamental visando à construção de política de drogas calcada na redução de danos e na não criminalização do usuário, assegurado o direito irrestrito ao tratamento adequado e o acesso à justiça e implementação de protocolo de tratamento para usuários de drogas baseado na redução de danos e nos direitos humanos dos usuários
- 045N - Articulação para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, em especial as milícias e grupos de extermínio
- 045O - Construção de estratégias que garantam, às pessoas com transtorno mental, os direitos, o acesso à justiça com respeito à sua autonomia e o tratamento conforme os preceitos da Lei 10.216/01, que institui a Reforma Psiquiátrica Brasileira
- 045P - Construção do Plano Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública
- 045Q - Fortalecimento do fórum nacional de ouvidores de polícia
- 045R - Fortalecimento dos instrumentos de defesa dos direitos humanos, buscando a erradicação das causas de violações
- 045S - Fortalecimento e garantia de funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e fomento a comitês estaduais
- 045T - Garantir a inserção da temática dos direitos humanos na organização e ampliação do controle externo de segurança pública na União, nos estados e no Distrito Federal através da construção e aprovação de marco legal
- 045U - Implementação do Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
6/2012

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios	unidade	22/07/2011	325,00
Prevalência de anemia em crianças indígenas com idade entre 6 e 59 meses	%	31/12/2009	51,30
Proporção das mulheres indígenas de 14 a 49 anos com sobrepeso ou obesidade	%	31/12/2009	45,90
Proporção de crianças indígenas com déficit de estatura para idade	%	31/12/2009	26,00
Taxa de mortalidade infantil indígena	1/1.000	31/12/2009	41,90

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**793.307**	**2.883.453**
Despesas Correntes	680.094	2.454.572
Despesas de Capital	113.213	428.882
Valores Globais	**793.307**	**2.883.453**
	3.676.761	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	2,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	3,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	3,00	unidade

- Delimitação de 56 terras indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	10,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	25,00	unidade

- Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas

- Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	15,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	10,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	20,00	unidade

- Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e outros ilícitos nas terras indígenas

- Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas

- Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	5,00	unidade

- Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	8,00	unidade

- Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	170,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	29,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11,00	unidade

- Homologação da demarcação de 40 terras indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	24,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	5,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11,00	unidade

- Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas

- Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas

- Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	7,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	12,00	unidade

- Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira

- Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas

- Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento

- Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento

- Regulamentação do poder de polícia da FUNAI

Iniciativas

- 0403 - Articular a garantia da participação indígena nos processos de discussão e regulamentação da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e outros mecanismos relacionados a mudanças climáticas e pagamento por serviços ambientais

- 0406 - Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental

- 0408 - Localizar e proteger povos indígenas isolados

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
7/6/2012

- 040A - Realizar a delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas tradicionais e de áreas a serem reservadas aos povos indígenas

- 040B - Regulamentar o poder de polícia da FUNAI

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas

- Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena

- Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	1,00	evento
Bioma Caatinga	1,00	evento
Bioma Cerrado	1,00	evento
Bioma Mata Atlântica	1,00	evento
Bioma Pampa	1,00	evento
Bioma Pantanal	1,00	evento

- Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	3,00	projeto
Territórios Indígenas do Norte	5,00	projeto

- Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Cerrado	2,00	projeto
Bioma Mata Atlântica	1,00	projeto
Bioma Pantanal	1,00	projeto

- Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	2,00	evento
Bioma Caatinga	1,00	evento
Bioma Cerrado	2,00	evento
Bioma Mata Atlântica	1,00	evento
Bioma Pampa	1,00	evento

- Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante

- Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos

- Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas

- Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	175,00	projeto
Territórios Indígenas do Nordeste	84,00	projeto
Territórios Indígenas do Norte	312,00	projeto
Territórios Indígenas do Sudeste	43,00	projeto
Territórios Indígenas do Sul	64,00	projeto

- Implementar 5 Centros de Formação Indígena

- Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas

- Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas

- Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros

- Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos

- Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável

Iniciativas

- 040R - Apoiar o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias indígenas, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas e a participação nos espaços de gestão pública

- 040S - Articulação e promoção da economia criativa de povos e comunidades indígenas, por meio da identificação de arranjos produtivos locais, do estímulo à formação de competências criativas, à produção, difusão, distribuição, consumo e fruição de produtos e de sua inserção nos mercados nacional e internacional, de modo promover a diversidade cultural, a geração de renda e a inclusão social dos povos indígenas, respeitadas suas especificidades e autonomia

- 040T - Articular a qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural em áreas indígenas para a gestão de seus territórios e estruturação dos processos de produção e acesso a mercados diferenciados

- 040U - Articular a qualificação e adequação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a ampliação de entidade emissoras e capacitação das comunidades, para garantir o acesso dos povos indígenas às políticas de desenvolvimento rural sustentável

- 040X - Articular parceria para apoio e fomento a projetos produtivos voltados para o autoconsumo e a inclusão produtiva com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas

- 040Y - Articular parceria para a qualificação de acordos de pesca, cadeias de valor do pescado e acesso diferenciado dos povos indígenas às políticas de desenvolvimento sustentável da pesca

- 040Z - Consolidar parceria com a EMBRAPA para qualificação de processos e projetos voltados para a conservação da agrobiodiversidade, com foco nas sementes tradicionais

- 0411 - Participação em fóruns e conselhos de políticas públicas para a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas e inserção do desenvolvimento sustentável, com ênfase no etnodesenvolvimento, nas políticas públicas voltadas aos povos indígenas

- 0413 - Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas

- 0414 - Promover articulação com instituições federais visando à ampliação do acesso diferenciado das comunidades indígenas aos programas e políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, à conservação da agrobiodiversidade e à garantia da segurança alimentar e nutricional

- 0415 - Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas

- 0416 - Rever a regulamentação da comercialização de produtos indígenas feitos a partir do uso de insumos de origem animal

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
16/2012
7553

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural,

seus costumes e tradições e suas instituições.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas

- Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento

- Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados

- Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas

- Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas

- Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nominação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país

- Promoção de Eventos de Capacitação voltados a prevenção à violência contra a criança indígena.

- Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares e etc), para o atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos

- Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	2,00	projeto
Territórios Indígenas do Nordeste e Minas Gerais	4,00	projeto
Territórios Indígenas do Norte	4,00	projeto
Territórios Indígenas do Sul e Sudeste	3,00	projeto

- Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	1,00	estudo
Territórios Indígenas do Nordeste e Minas Gerais	1,00	estudo
Territórios Indígenas do Norte	1,00	estudo
Territórios Indígenas do Sul	1,00	estudo

Iniciativas

- 0421 - Apoio nas ações de transversalização da temática de gênero e geracional na implementação e construção de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas

- 0422 - Articular a adequação do conjunto de políticas públicas e programas de desenvolvimento social e segurança alimentar e nutricional para povos indígenas, considerando as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos

- 0423 - Articular a promoção da adequação de políticas públicas, programas e ações de combate ao uso de álcool e drogas, considerando as especificidades étnico-cultural e territoriais dos povos indígenas

- 0424 - Atuar em cooperação entre os países que fazem fronteira com o Brasil, com o intuito de regulamentar e promover políticas de proteção dos direitos sociais dos povos indígenas

- 0425 - Definir estratégias articuladas entre Estado, sociedade civil e organizações indígenas no desenvolvimento de ações e programas de infraestrutura voltados para os povos indígenas que promovam a sua autonomia, o usufruto exclusivo e a proteção de seus territórios

- 0426 - Instituir mecanismos de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, incluindo o monitoramento de seus determinantes diversos, orientando o desenvolvimento de políticas e ações norteadas pelo conceito de etnodesenvolvimento, com foco em áreas e grupos vulneráveis

- 0428 - Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
6/10/2015

Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos

- 0429 - Promover, por meio de articulação intersetorial, a identificação de tecnologias adequadas de captação e armazenamento de água para consumo humano e fomento de atividades produtivas dos povos indígenas

OBJETIVO: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais
- Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios
- Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas
- Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas
- Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país
- Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades
- Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas

Iniciativas

- 042A - Apoiar projetos e eventos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas
- 042B - Desenvolvimento de estudos, projetos e oficinas de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, com a capacitação de pesquisadores indígenas
- 042C - Implementação do registro, preservação e difusão do conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas

OBJETIVO: 0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território
- Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista
- Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas

Iniciativas

- 042D - Integrar o planejamento e a execução das ações indigenistas do Estado Brasileiro por meio da implementação de Planos Regionais Indigenistas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio

da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato

- Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11,00	unidade

- Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11,00	unidade

- Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato

Iniciativas

- 042E - Articular com a Secretaria Especial de Saúde Indígena/MS ações de atenção à saúde que contemplem as especificidades da política de proteção e promoção dos povos indígenas de recente contato

- 042F - Formular e implementar política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, bem como coordenar, monitorar e articular as ações governamentais e da sociedade civil junto a esses povos

OBJETIVO: 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia

- Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas

- Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena

- Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis

- Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena

- Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas

Iniciativas

- 042G - Promover ações institucionais e a participação dos povos indígenas na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas de educação em todos os níveis, com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos povos indígenas

- 042H - Regulamentar os instrumentos de avaliação e acompanhamento das ações de educação indígenas

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
05/12/24
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI
- Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas
- Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena
- Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão
- Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI

Iniciativas

- 042I - Construção do edifício sede da FUNAI
- 042J - Formação e capacitação de indígenas para atuação nos comitês regionais e outros colegiados em gestão compartilhada de políticas públicas
- 042K - Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde
- Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena
- Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena
- Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes
- Implantar, reformar e estruturar 68 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015
- Realizar a V Conferência Nacional de Saúde Indígena

Iniciativas

- 0443 - Estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS)
- 0444 - Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersetorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais
- 0445 - Implementação de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias e manejo de resíduos sólidos nas aldeias, em quantidade e qualidade adequadas, considerando critérios epidemiológicos e as especificidades culturais dos povos indígenas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade	%	01/01/2010	0,50
Índice de Ordenamento Fundiário na região da Amazônia Legal	%	01/01/2010	7,26
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	%	01/01/2010	24,16
Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária	%	01/01/2010	32,00
Índice de Regularização Fundiária (exceto região da Amazônia Legal)	%	01/01/2010	77,36

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.672.560**	**8.423.771**
Despesas Correntes	369.612	1.159.496
Despesas de Capital	2.302.948	7.264.275
Valores Globais	**2.672.560**	**8.423.771**
	11.096.331	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Ampliar em 50% o número de estações ativas de cobertura da Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS - RIBAC mediante a instalação de 40 novos equipamentos, totalizando 120, e disponibilizar oportunidades para cooperação internacional em georreferenciamento de imóveis rurais

- Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB), mediante a.Formalização da parceria INCRA e RFB; b.Fechamento do modelo conceitual; c. Desenvolvimento e produção

- Disponibilizar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais 120 mil polígonos de imóveis rurais através do acervo fundiário digital do INCRA, mediante: a. Inserção no banco de dados geográfico do INCRA de limites de imóveis rurais particulares e áreas públicas georreferenciadas e certificadas; b. Interoperabilidade de dados via rede mundial de computadores, segundo os padrões da infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE)

- Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)

- Fiscalizar a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros em todo o território nacional, com ação cadastral prioritária em imóveis adquiridos por pessoas, inclusive brasileiras com capital estrangeiro, que estejam situados prioritariamente em áreas estratégicas para o País, com alta valoração e acima de 20 módulos de exploração indefinida

- Implantar um Serviço de Certificação de Imóveis Rurais automatizado, acessível através da rede mundial de computadores, mediante: a. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações tabulares; b. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações geográficas

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)

- Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), agregar valor e massificar seu acesso e o dos dados do Acervo Fundiário Nacional à população, mediante: a.Definição dos requisitos necessários para concepção de um novo sistema que contemple os conceitos previstos na Lei nº 10.267/2001; b.Contratação de serviço tecnológico para o desenvolvimento do SNCR; c.Desenvolvimento e implantação dos módulos do novo SNCR; d.Implementação do módulo específico de acessibilidade para a população

- Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)

- Realizar a fiscalização cadastral de imóveis rurais, elegendo preferencialmente aqueles cuja área ultrapassa a 15 módulos fiscais, verificando a legalidade do domínio e o cumprimento da função social e classificando os imóveis rurais

Iniciativas

- 01DT - Aperfeiçoamento dos marcos legais relacionados ao controle e gerenciamento da malha fundiária e à certificação de imóveis rurais

- 01DU - Controle da aquisição e do arrendamento de terras por estrangeiros

- 01DV - Fiscalização cadastral das propriedades rurais

- 01DW - Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e ampliar a inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a integração dele com outras bases geográficas para qualificar o controle e o gerenciamento da malha fundiária nacional, dar apoio à certificação de imóveis rurais e promover a massificação do seu acesso

- 01DX - Regulamentação dos quesitos trabalhista, ambiental e de bem estar que determinam o cumprimento da função social da propriedade

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha

- Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária

- Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal

- Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal

- Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de ha de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal - Terra Legal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	104.000,00	unidade

- Promover a regularização e a ratificação de 200 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal

- Regularização fundiária de 49 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	49.000.000,00	ha

- Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
Ver 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 01DY - Ampliação do trabalho de regularização fundiária de áreas rurais da União, sob a jurisdição da Secretaria do Patrimônio da União, prioritariamente nos imóveis ocupados por comunidades tradicionais
- 01DZ - Aperfeiçoamento do marco legal relacionado à questão da regularização e legalização de imóveis rurais
- 01E0 - Aperfeiçoamento dos marcos legais sobre regularização de imóveis rurais e urbanos na Amazônia Legal
- 01E3 - Construção de malhas fundiárias municipais, a serem consolidadas em banco de dados estaduais, contribuindo com a governabilidade fundiária plena
- 01E4 - Destinação de terras públicas nos marcos da Lei 11.952/2009
- 01E6 - Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais
- 01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais
- 01E8 - Gestão de malha fundiária nos marcos da Lei 11.952/2009
- 01E9 - Identificação de áreas da União, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União, aptas à regularização fundiária, dando-se prioridade àquelas ocupadas por comunidades tradicionais
- 01EB - Qualificação dos beneficiários e potenciais beneficiários das ações de regularização fundiária visando ao acesso às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, com ênfase para os que se encontram em situação de pobreza
- 01ED - Regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Apoiar o usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território através do assentamento de ocupantes não-indígenas no processo de regularização das Terras Indígenas
- Assentar 200 mil famílias
- Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher
- Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água
- Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria
- Construir e/ou reformar 120 mil casas
- Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas
- Criar 800 projetos de assentamento
- Obter 1 milhão de hectares
- Promover articulação para a construção e reforma de postos de saúde, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias
- Promover articulação para a construção e reforma de prédios escolares, com prioridade para os 946 projetos de assentamento com mais de 200 famílias
- Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 01EE - Aperfeiçoamento do marco legal do licenciamento ambiental nos projetos de assentamento
- 01EF - Aperfeiçoamento do marco legal relativo ao pagamento do crédito instalação pelas famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária
- 01EH - Articulação institucional para captação de investimentos complementares à qualidade de vida nos projetos de assentamento
- 01EI - Avanço na destinação de áreas da União, sob a jurisdição da Secretaria do Patrimônio da União, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária com o intuito de promover a reforma agrária, prioritariamente nos assentamentos diferenciados na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)
- 01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)
- 01EL - Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento
- 01EM - Identificação de áreas da União, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União, para a implantação de projetos de reforma agrária e de assentamos diferenciados, com enfoque para a Amazônia Legal
- 01EO - Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização
- 01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Apoiar o acesso ao Programa de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas
- Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização
- Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso
- Construir instrumentos de priorização dos grupos produtivos de mulheres no Programa Terra Sol
- Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento
- Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento

Iniciativas

- 01ER - Aperfeiçoar a metodologia de avaliação da consolidação dos projetos de assentamento e da qualidade de vida das famílias, para contemplar as dimensões social, ambiental, econômica e organizacional
- 01ES - Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento
- 01EU - Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental
- 01EW - Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres
- 01EX - Viabilizar o acesso ao Programa de Financiamento da Agricultura Familiar Pronaf e demais programas de financiamento e compras públicas, bem como às políticas de Seguro Agrícola, para incrementar a produção e a comercialização de alimentos e a renda agrícola das famílias beneficiárias da reforma agrária

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 763

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Ampliar as iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) nos assentamentos
- Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente
- Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social
- Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária
- Manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente
- Promover articulações com o objetivo de captar investimentos em equipamentos esportivos e desenvolvimento do esporte, com prioridade para os assentamentos com mais de 200 famílias
- Promover articulações com o objetivo de contemplar, nas iniciativas de prevenção e assistência integral à saúde, ações específicas direcionadas ao público da reforma agrária
- Promover articulações com o objetivo de inscrever nos editais de fomento e difusão cultural ações específicas destinadas ao público da reforma agrária

Iniciativas

- 01EY - Articulação institucional para proporcionar ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária o acesso à cultura, à saúde, à alimentação, ao esporte e lazer
- 01EZ - Articular as políticas de reforma agrária dirigidas às mulheres com o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural
- 01F0 - Implantação de bibliotecas rurais, visando a incentivar a leitura entre as populações do campo
- 01F1 - Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional

OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Implementar o cadastramento das famílias acampadas para fins de inclusão nas políticas públicas
- Reduzir o número de mortes decorrentes de conflitos agrários, por meio da mediação e prevenção de tensão social no campo

Iniciativas

- 01F2 - Intensificar o combate à violência no campo e a prevenção de tensão social no meio rural
- 01F3 - Proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais às políticas sociais

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls 6/10/12
764

rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2012-2015

- Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário

Iniciativas

- 02UG - Acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
- 02UI - Concessão de financiamento para aquisição de imóveis e infraestrutura básica rurais às famílias de trabalhadores rurais, por meio de crédito fundiário
- 02UL - Construção de instrumentos de titulação conjunta obrigatória entre o casal em situação de casamento ou união estável no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
- 02UM - Expansão do número de contratos de Selo Mulher do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) por meio da articulação com o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
- 02UN - Implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários e manutenção, capacitação e assistência técnica às famílias, com vistas à consolidação dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/10/12

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de cooperativas ou associações de catadores	unidade	31/10/2008	1.175,00
Número de catadores ligados a cooperativas ou associações	unidade	31/10/2008	30.390,00
Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações	%	31/10/2008	8,00
Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva	%	31/10/2008	17,80
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados	tonelada por dia	31/10/2008	40.695,00
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários	tonelada por dia	31/10/2008	167.636,00
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões	tonelada por dia	31/10/2008	45.710,00
Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgância e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo+ rpu) coletada	%	31/12/2008	0,96

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**216.475**	**338.005**
Despesas Correntes	177.228	273.948
Despesas de Capital	39.247	64.056
Valores Globais	**216.475**	**338.005**
	554.480	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- Apoio a 150 municípios para implantação de programas de coleta seletiva
- Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores
- Fomento a constituição e implementação de 120 consórcios públicos com a atuação em resíduos sólidos
- Fomento e fortalecimento de 600 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem
- Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores
- Viabilizar infraestrutura para 350 mil catadores

Iniciativas

- 00ZE - Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 00ZG - Fortalecimento do poder público para a gestão regionalizada dos serviços de resíduos sólidos urbanos
- 00ZH - Implementação de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos

OBJETIVO: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2012-2015

- 20 estados com inventário de áreas contaminadas disponibilizado
- 8 Acordos Setoriais de cadeias produtivas implementados
- Elaborar 27 Planos de Resíduos Sólidos em todos os estados e no Distrito Federal
- Elaborar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos
- Elevar para 20% o percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantada
- Implantar Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em 35% dos municípios do país
- Sistema de Informação de Resíduos Sólidos implantado

Iniciativas

- 010G - Desenvolver novas tecnologias voltadas para atender os princípios da não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos
- 010H - Elaboração, implementação e monitoramento da Política Nacional de Resíduos Sólidos
- 010I - Fortalecimento da gestão local dos resíduos sólidos
- 010J - Implementação de práticas de produção e consumo sustentável
- 010L - Promoção de monitoramento de áreas contaminadas por resíduos e recuperação de áreas órfãs contaminadas

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/06/2012

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Cobertura de abastecimento de água em áreas rurais	%	31/12/2009	62,00
Cobertura de esgotamento sanitário em áreas rurais	%	31/12/2009	24,00
Índice de economias atingidas por intermitências no abastecimento de água	%	31/12/2008	31,00
Índice de esgoto tratado referido à água consumida	%	31/12/2008	34,60
Índice de perdas na distribuição de água	%	31/12/2009	41,00
Índice de tratamento de esgotos	%	31/12/2008	66,00
Municípios com gestão organizada do serviço de abastecimento de água	%	31/12/2008	86,90
Percentual de domicílios rurais atendidos por coleta direta e indireta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	33,00
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitários	%	31/12/2009	4,00
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede geral de distribuição ou outra forma com canalização interna	%	31/12/2009	97,00
Percentual de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	92,00
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2009	26,00
Percentual de municípios com plano de saneamento básico ou ambiental	%	31/12/2008	4,00
Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos	%	31/12/2008	51,00
Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo à abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos	%	31/12/2009	62,30

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.001.044**	**15.652.066**
Despesas Correntes	44.359	165.726
Despesas de Capital	3.956.685	15.486.340
Outras Fontes	**5.700.000**	**8.800.000**
Valores Globais	**9.701.044**	**24.452.066**
	34.153.110	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	200.000

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Apoiar 1.125 comunidades com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação de ações de saneamento

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	225,00	município
Região Nordeste	525,00	município
Região Norte	450,00	município
Região Sudeste	150,00	município
Região Sul	150,00	município

- Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, nas sedes e/ou nas áreas rurais
- Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental
- Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico
- Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento
- Apoiar a elaboração de 20 estudos e/ou pesquisas para desenvolvimento científico e tecnológico de saneamento básico
- Apoiar a realização de 10 atividades de capacitação dos membros dos órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor saneamento
- Apoiar municípios com fomento de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental
- Contratar R$ 2 bilhões para a execução de intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água
- Contratar R$ 600 milhões para realização de projetos e planos de saneamento básico
- Elaborar 3 Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES)
- Estruturar e implantar o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA)
- Fortalecer e ampliar a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA), mediante o apoio a implantação de 5 núcleos regionalizados por macrorregião brasileira
- Fortalecer e monitorar as ações do trabalho socioambiental
- Implantar as atividades de monitoramento e revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)

Iniciativas

- 011L - Implantação de medidas estruturantes de apoio à gestão e à prestação de serviços, inclusive de capacitação e assistência técnica, e de desenvolvimento científico e tecnológico

OBJETIVO: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos
- Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais

Iniciativas

- 011Q - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária,

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
16/6/2012
769

reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras)

OBJETIVO: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2012-2015

- Beneficiar 45 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem
- Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos
- Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares
- Contratar R$ 1,28 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória
- Contratar R$ 1,5 bilhão para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final
- Contratar R$ 14,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente
- Contratar R$ 3 bilhões para apoio à execução de intervenções de saneamento integrado em municípios com baixos índices de acesso ou qualidade insatisfatória em dois ou mais componentes do saneamento
- Contratar R$ 6,5 bilhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória
- Contratar R$ 960 milhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória

Iniciativas

- 02DO - Ampliar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para os municípios operados mediante mecanismos de gestão associada
- 02DP - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de abastecimento de água
- 02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias nos sistemas públicos de esgotamento sanitário
- 02DR - Implantar soluções integradas de saneamento, com ênfase na promoção das condições de salubridade, habitabilidade e infraestrutura de populações com carência simultânea de serviços
- 02DS - Promover a gestão sustentável da drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas com ações estruturais para minimização dos impactos provocados por cheias e alagamentos em áreas urbanas e ribeirinhas vulneráveis
- 04B7 - Construção de Canais de Drenagem e Obras Complementares na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju/SE

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/10/12

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Contaminação de alface por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	19,80
Contaminação de cenoura por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	30,39
Contaminação de mamão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	17,31
Contaminação de morango por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	36,05
Contaminação de pimentão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	64,36
Contaminação de tomate por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	18,27
Contaminação de uva por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	32,67
Disponibilidade interna de arroz para consumo humano	tonelada	31/12/2009	12.193.800,00
Disponibilidade interna de carne bovina para consumo humano	tonelada	31/12/2009	6.740.000,00
Disponibilidade interna de farinha de trigo (massas) para consumo humano	tonelada	31/12/2009	1.320.800,00
Disponibilidade interna de farinha de trigo (panificação) para consumo humano	tonelada	31/12/2009	4.248.190,00
Disponibilidade interna de feijão para consumo humano	tonelada	31/12/2009	3.525.000,00
Disponibilidade interna de frango para consumo humano	tonelada	31/12/2009	7.386.700,00
Disponibilidade interna de mandioca para consumo humano	tonelada	31/12/2009	532.200,00
Disponibilidade interna de milho para consumo humano	tonelada	31/12/2009	11.413.900,00
Disponibilidade interna de ovos para consumo humano	mil dúzias	31/12/2009	21.254.000,00
Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento	índice numérico	31/12/2009	0,51
Monitoramento do teor de iodo no sal	%	31/12/2009	95,90
Percentual de domicílios com segurança alimentar	%	31/12/2009	69,80
Percentual de adolecentes com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	19,40
Percentual de adolecentes com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	21,50
Percentual de adultos com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	48,00
Percentual de adultos com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	50,10
Percentual de adultos com obesidade (feminino)	%	31/12/2009	16,90
Percentual de adultos com obesidade (masculino)	%	31/12/2009	12,50
Percentual de carboidratos no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	59,20
Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade	%	31/12/2006	1,80
Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade	%	31/12/2006	6,70
Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade	%	31/12/2006	7,20
Percentual de domicílios com insegurança alimentar grave	%	31/12/2009	5,00
Percentual de domicílios com insegurança alimentar leve	%	31/12/2009	18,70
Percentual de domicílios com insegurança alimentar moderada	%	31/12/2009	6,50

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	2,00
Percentual de gastos das famílias com alimentação total	%	31/12/2009	19,80
Percentual de lipídeos no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	28,70
Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	12,10
Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	0,80
Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos	%	31/12/2006	17,40
Renda domiciliar média per capita (total da renda do domicílio dividido pelo número de moradores)	R$	31/12/2009	776,00
situação de segurança alimentar existente no domicílio, por tipo de insegurança alimentar, segundo sexo, grupos de idade, cor ou raça	unidade	01/01/2011	0,00
Taxa de adesão das unidades da federação ao SISAN	%	30/06/2011	0,00
Taxa de adesão dos municípios ao SISAN	%	30/06/2011	0,00
Taxa de Fóruns Bipartites instituídos e em funcionamento	%	30/06/2011	0,00
Taxa de mortalidade infantil (número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos)	1/1.000	31/12/2006	20,70
Taxa de municípios com Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0,00
Taxa de unidades da federação com Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**3.692.360**	**9.751.824**
Despesas Correntes	1.845.629	5.355.316
Despesas de Capital	1.846.731	4.396.508
Valores Globais	**3.692.360**	**9.751.824**
	13.444.184	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Adesão de 3339 Municípios ao SISAN

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	279,00	unidade
Região Nordeste	1.078,00	unidade
Região Norte	269,00	unidade
Região Sudeste	1.000,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
Vor 6/10/14

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	713,00	unidade

- Adesão de todos os estados e do Distrito Federal ao SISAN

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- Implementação do SISAN nos estados, Distrito Federal e municípios através da (i) instituição dos Fóruns de Pactuação, (ii) elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e (iii) apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional

Iniciativas

- 014L - Apoio aos estados, Distrito Federal e municípios para (i) adesão ao SISAN; (ii) sua gestão; (iii) instituição dos Fóruns Bipartites de Pactuação (estados/Distrito Federal e municípios) para a instituição do Fórum Tripartite de Pactuação (União, estados/Distrito Federal e municípios); (iv) elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional; (v) a execução de ações intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como (vi) o apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional para sua adequada participação do sistema

- 014M - Articular o campo da ciência, tecnologia e inovação em prol das políticas de segurança alimentar e nutricional

- 014N - Instituição e implementação de mecanismos e instrumentos de financiamento e co-financiamento para a descentralização de recursos para gestão do sistema e para a execução de ações intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional de forma direta e continuada

- 014P - Intercâmbio de experiências, normas e boas práticas em Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito internacional

- 014Q - Monitoramento, avaliação e revisão do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir do desenvolvimento e da definição do mecanismo, instrumentos e responsabilidades, no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	%
Região Nordeste	50,00	%
Região Norte	10,00	%
Região Sudeste	20,00	%
Região Sul	10,00	%

- Elaboração de estratégias e planos de gestão descentralizada e de integração de ações de segurança alimentar

- Implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana

- Promover a integração dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) com outras políticas territoriais estimuladas pelo Governo Federal, com vistas a fomentar e estruturar sistemas públicos agroalimentares

Iniciativas

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 014U - Consolidar ações de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização de alimentos, bem como à capacitação, assistência técnica e inovações tecnológicas para tanto, considerando também a agricultura urbana, e a articulação de mecanismos, junto aos municípios, que viabilizem a destinação de espaços públicos para essa agricultura

- 014V - Implantação e qualificação de equipamentos e serviços públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos, fomento às atividades de formação e capacitação profissional voltados à inclusão social e produtiva de pessoas inscritas no CadÚnico, com ênfase na participação das mulheres, integrando-os aos equipamentos da assistência social, educação, saúde e outros, bem como apoio aos sistemas agroalimentares locais para a promoção do DHAA

OBJETIVO: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração das ações em nível local

- Criar protocolo de ações de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias beneficiárias dos Programas Socioassistenciais, integrando as redes e equipamentos públicos e instituições que compõem o SISAN

- Incluir ações de Educação Alimentar e Nutricional nos planos político pedagógicos das escolas

- Inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social

- Inserir nos processos de Educação Alimentar e Nutricional, estratégias de sensibilização e orientação à população para adoção de hábitos alimentares mais saudáveis; e de formação e qualificação dos profissionais e produtores familiares e/ou urbanos para atuarem com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável

- Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais

- Realizar campanhas de sensibilização de profissionais, agentes do SISAN e da população para o preparo e consumo de produtos alimentares regionais, da sociobiodiversidade, agroecológicos e de maior valor nutritivo

Iniciativas

- 0152 - Atualização e divulgação do Guia Alimentar para a População Brasileira para todos os setores da sociedade

- 0153 - Atualizar o Guia de Alimentos Regionais da População Brasileira

- 0154 - Dar continuidade às atividades do Projeto Educanvisa (Educação e Saúde no Contexto Escolar), com vistas à promoção da alimentação saudável

- 0155 - Definir estratégias de educação alimentar e nutricional nas escolas, utilizando a alimentação escolar como ferramenta pedagógica

- 0157 - Implementar a Estratégia Nacional de Promoção da Alimentação Complementar Saudável nas creches

- 0159 - Instituir ações de Educação Alimentar e Nutricional, prioritariamente para as famílias beneficiárias dos programas sociais, fomentando as organizações sociais e integrando as instituições que compõem o SISAN no território, além de estratégias de comunicação e sensibilização da população e de formação de profissionais sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do DHAA, de forma sinérgica com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Plano Brasil Sem Miséria

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Vol 6/14

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas

- Ampliar a destinação ao Ministério do Desenvolvimentos Social (MDS) de bens e mercadorias apreendidos pelos órgãos de fiscalização e apreensão e de material vegetal suprimido de grandes obras pelos órgãos da administração pública federal, elevando a arrecadação do Fundo de Erradicação e Combate a Fome, visando o apoio a ações de estruturação da produção e inclusão socioeconômica, de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como de suas organizações, incluindo aquelas que atuam sob os princípios da economia solidária

- Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes

- Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos

- Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 57% dos agricultores participantes enquadrados nos Grupos A, A/C e B do PRONAF

- Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C e B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

- Consolidar rede de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas, com equipamentos, serviços, mecanismos de abastecimento e distribuição de alimentos em pelo menos 700 comunidades

- Expandir a destinação dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos para as redes socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição

- Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	50,00	%
Região Norte	10,00	%

- Implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e gestão do Programa de Aquisição de Alimentos, que permitam a expansão qualificada do Programa, bem como a transparência nas operações realizadas no seu âmbito

- Qualificar, em articulação com parceiros institucionais, o fornecimento de alimentos aos grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e integrá-los aos programas sociais e de inclusão produtiva, visando a sua melhoria socioeconômica

Iniciativas

- 015B - Ampliar o conhecimento dos agricultores familiares sobre a atuação e regulamentação da vigilância sanitária

- 015C - Aprovação do novo marco legal do Programa de Aquisição de Alimentos

- 015D - Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiverdade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos

- 015E - Aquisição de alimentos, inclusive de agricultores familiares, para composição e distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e a famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública, de forma qualificada e em articulação com parceiros institucionais

- 015L - Suplementação de ações de apoio a projetos sustentáveis de segurança alimentar, economia solidária e inclusão produtiva, bem como de comunidades urbanas e do público alvo do Programa de Aquisição de Alimentos, a partir de recursos financeiros e insumos oriundos das destinações de bens e mercadorias ao MDS pelos órgãos de fiscalização e apreensão

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e

diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2012-2015

- Adquirir produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e dos pescadores artesanais, perfazendo um total de 3.000 famílias produtoras, com atuação nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira, utilizando, para tanto 4 embarcações fluviais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	3.000,00	unidade

- Fortalecer o segmento dos varejistas de pequeno porte, até cinco checkouts, que atuam com a linha básica de consumo (mercearias), assegurando sua rentabilidade e melhorando a qualidade dos serviços prestados às comunidades locais, por meio do incentivo ao associativismo

- Implementar um observatório dos preços dos alimentos, buscando reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos

- Realizar interação do setor hortigranjeiro com agentes da cadeia de produção e distribuição

Iniciativas

- 02DV - Abertura de novos canais de comercialização para os produtos da agricultura familiar, do extrativismo e dos pescadores artesanais, com a aproximação aos comerciantes varejistas de pequeno e médio porte

- 02DW - Aprovação de um novo marco legal para a política de abastecimento, que esteja de acordo com as diretrizes e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- 02DX - Desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em interação com os agentes da cadeia de produção e distribuição, promovendo a reorganização, a modernização e a gestão das Centrais de Abastecimento

- 02DY - Implantação de unidades de serviço de abastecimento móvel para aquisição de alimentos da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca artesanal e de produtos de outras fontes de produção, com o objetivo de abastecer as populações em extrema pobreza, urbana e rural, em especial as ribeirinhas da Amazônia Legal, favorecendo o suprimento regular e a preços compatíveis

- 02E0 - Incentivo ao comércio varejista de pequeno e médio porte para a sua estruturação e organização em Centrais de Negócios

- 02E1 - Inclusão de ações comunitárias nas unidades de serviço de abastecimento móvel, através da articulação com órgãos federais, estaduais e municipais, visando implementar e otimizar o uso dos equipamentos em benefício das comunidades assistidas

OBJETIVO: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3.000,00	unidade

- Criar intercâmbio de experiências e tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, para apoio no nível internacional de ações de acesso à água

- Estabelecer cooperação e apoio para que as famílias beneficiárias de ações de acesso à água sejam assistidas por políticas que garantam a qualidade da água consumida

- Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água

- Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	657.583,00	unidade
Região Sudeste	72.417,00	unidade

Iniciativas

- 02E2 - Constituição de comitês gestores federais e estaduais que colaborem com a coordenação das ações de universalização de acesso à água
- 02E5 - Identificação, implantação e monitoramento de tecnologias para a captação e armazenamento de água, para famílias rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e em escolas rurais, associadas à capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, convivência com a seca, segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, além de execução de ações de monitoramento da qualidade da água consumida
- 02E6 - Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2012-2015

- Adotar medidas para ampliar a aplicação de recursos advindos de leilões de bens apreendidos em operações de crimes ambientais e de empreendimentos de interesse público ou social que tenham sido objeto de licenciamento ambiental que possuem autorização de supressão vegetal, em ações de desenvolvimento social de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais
- Apoiar 800 iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas, em áreas rurais e periurbanas
- Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais
- Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito
- Integrar pelo menos 700 comunidades quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos

Iniciativas

- 02E7 - Apoio a povos indígenas e povos e comunidades tradicionais por meio da identificação, mobilização, capacitação, assistência técnica e fornecimento de instalações, equipamentos e insumos necessários ao fomento de projetos e ações de segurança alimentar e nutricional, estimulando sistemas agroecológicos, saberes tradicionais e a recuperação da cobertura florestal
- 02E8 - Atendimento de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, por meio da transferência de recursos financeiros para o fomento às atividades produtivas, articulado com serviços de assistência técnica e extensão rural, adequados às especificidades socioculturais dos beneficiários
- 02EB - Estabelecimento de sinergias entre as ações de fomento e estruturação das atividades produtivas dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e o Plano Nacional da Sociobiodiversidade, o Programa de Aquisição de Alimentos, a Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas e o PRONAF
- 02EC - Identificação e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água para fomentar e estruturar as atividades produtivas de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade social, associadas ao intercâmbio de experiências, a capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, segurança alimentar e nutricional, convivência com a seca e uso sustentável dos recursos naturais
- 02ED - Incentivar a integração entre as áreas de vigilância sanitária e de assistência técnica e extensão rural
- 02EF - Incentivo às ações de segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva de famílias socialmente

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OST 6/2012

vulneráveis e de suas organizações coletivas, por meio de iniciativas de estruturação produtiva, mobilização, capacitação, assistência técnica, acesso a mercados e fornecimento de instalações e equipamentos necessários à estruturação da produção, apoio à comercialização e o provimento de mudas e sementes, estimulando a segurança alimentar e nutricional, os sistemas agroecológicos, o conhecimento tradicional e a recuperação da cobertura florestal quando associada à iniciativa

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2012-2015

- 33% ao ano das unidades básicas de saúde equipadas com balanças e antropômetros
- Aprovação da atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do SUS
- Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos
- Aumento de 35% na cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50,00	%
Região Nordeste	25,00	%
Região Norte	30,00	%
Região Sudeste	50,00	%
Região Sul	50,00	%

- Avaliar a redução dos limites tolerados de micotoxinas em alimentos, tendo como base o disposto em legislação específica
- Elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade
- Implantação de uma nova estratégia para o controle e prevenção da anemia ferropriva
- Implantar o Sistema Eletrônico de Notificação e Registro de Produtos na Área de Alimentos
- Promover o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares e gorduras em 50% dos estados
- Redução de 25% da oferta de sódio nos alimentos processados prioritários

Iniciativas

- 03X7 - Apresentar relatório anual das atividades referentes à aplicação da RDC 24/2010 e às atividades de fiscalização de publicidade de alimentos sujeitos à vigilância sanitária, incluindo a promoção comercial de produtos abrangidos pela Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância (NBCAL)
- 03X8 - Aprimoramento da regulação da publicidade de alimentos ricos em açúcar, gorduras e sódio
- 03X9 - Comunicar à sociedade os riscos associados ao consumo de alimentos, tendo como base os resultados dos programas de monitoramento de alimentos
- 03XA - Criar marco regulatório para resíduos de medicamentos veterinários em alimentos
- 03XB - Elaboração de diagnóstico da situação alimentar e nutricional da população brasileira
- 03XC - Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde, em especial no âmbito da atenção primária
- 03XD - Indução da pactuação com o setor produtivo para redução dos teores de açúcar e gordura nos alimentos
- 03XE - Induzir, em parceria com a sociedade civil, a publicação do decreto da Lei 11.265/2006 que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também produtos de puericultura correlatos
- 03XF - Instituir mecanismos para a regulação da publicidade de alimentos direcionada ao público infantil

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 03XG - Pactuação com os entes federados da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e de seu financiamento, bem como de uma nova estratégia para a prevenção e controle da anemia

SECRETARIA GERAL DA MESA
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Déficit de vagas no Sistema Penitenciário e Criminal	unidade	31/12/2010	197.976,00
Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais	unidade	31/12/2010	8.623,00
População carcerária	unidade	31/12/2010	496.251,00
Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	50,50
Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	52,80
Taxa de Homicídio	1/100.000	31/12/2009	25,56
Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos	1/100.000	31/12/2009	131,75
Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino	1/100.000	31/12/2009	102,61

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.018.897**	**10.973.097**
Despesas Correntes	1.828.165	5.711.482
Despesas de Capital	2.190.732	5.261.615
Valores Globais	**4.018.897**	**10.973.097**
	14.991.994	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 100% de estados federados e Distrito Federal equipados com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- 100% dos estados federados e Distrito Federal, com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- 150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outra formas de apresentação) apreendida

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	42.855,00	kg
Região Nordeste	11.902,00	kg
Região Norte	25.307,00	kg
Região Sudeste	58.806,00	kg
Região Sul	11.847,00	kg

- 325 Sistemas de Monitoramento e Controle Fronteiriço implantados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	81,00	unidade
Região Nordeste	52,00	unidade
Região Norte	35,00	unidade
Região Sudeste	78,00	unidade
Região Sul	79,00	unidade

- 52.000 armas de fogo apreendidas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	14.560,00	unidade
Região Nordeste	5.720,00	unidade
Região Norte	1.040,00	unidade
Região Sudeste	26.520,00	unidade
Região Sul	4.160,00	unidade

- 80 pessoas indiciadas por crimes relacionados ao tráfico de pessoas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	28,00	pessoas
Região Norte	32,00	pessoas
Região Sul	20,00	pessoas

- Ampliar a aderência do Brasil às recomendações internacionais sobre prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

- Ampliar de 1.195.641 para 5.314.891 o número de ações de fiscalização nas fronteiras (pessoas, veículos, aeronaves e embarcações)

- Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	percentagem
Região Nordeste	27,00	percentagem
Região Norte	10,00	percentagem
Região Sudeste	25,00	percentagem
Região Sul	23,00	percentagem

- Ampliar de 6.300.000 para 9.000.000 o número de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos

- Ampliar de 68.000.000 para 90.000.000 o número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional

- Ampliar em 15% o número de investigações concluídas (inquéritos relatados), chegando a um total de 310.778

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	11,00	percentagem
Região Nordeste	18,00	percentagem
Região Norte	10,00	percentagem
Região Sudeste	43,00	percentagem
Região Sul	18,00	percentagem

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Norte	8,00	unidade
Região Sul	4,00	unidade

- Capacitação e treinamento, pelo CNCP, de 6.800 agentes públicos que atuam no combate à pirataria

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	percentagem
Região Nordeste	20,00	percentagem
Região Norte	15,00	percentagem
Região Sudeste	25,00	percentagem
Região Sul	20,00	percentagem

- Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados

- Desenvolver e implantar novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras, o SISCOAF II, com vistas à modernização tecnológica para o fortalecimento da produção de inteligência financeira e da supervisão de setores econômicos no âmbito da prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

- Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

- Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	350,00	unidade

- Implantação de 51 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	51,00	unidade

- Implantação de um Plano de Aviação Policial em Segurança Pública

- Implantação do Diretório Nacional de Titulares de Marcas com o objetivo de facilitar o contato entre os servidores públicos que atuam no combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual e à sonegação fiscal deles decorrentes e o titular da marca registrada no INPI, na forma da Resolução nº 01 de 03 de maio de 2011 do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP)

- Implantar 12 Sistemas de Comunicação Integrados de Fronteiras

- Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal

- Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	66,00	unidade

- Implantar e aprimorar mecanismos de fiscalização ostensiva de fronteiras, por meio da utilização de inovações tecnológicas: 01 Laboratório de Tecnologia para Fronteiras (LAB Fronteiras); 22 Sistemas de Comunicação; 33 Sistemas Integrados de Inteligência

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	56,00	unidade

- Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras

- Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	21,00	unidade

- Modernização do Sistema de Interceptação de Sinais do Departamento de Polícia Federal

- Modernizar e ampliar os sistemas de emissão de passaporte, de controle de tráfego internacional e de registro de estrangeiros, incorporando os requisitos de segurança recomendados pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), destacando-se a utilização de mídia eletrônica para a gravação de dados biométricos do

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

portador

- Modernizar e reestruturar 85 Unidades de Segurança Pública e Postos de Fiscalização, inclusive os integrados, que se encontram na área fronteiriça e seus pontos estratégicos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	85,00	unidade

- Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras

- Realizar uma Pesquisa Nacional de Parametrização das Vulnerabilidades nas Fronteiras

Iniciativas

- 03DM - Consolidação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e seus produtos

- 03DN - Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições

- 03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões

- 03DP - Implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, conforme Decreto Nº 5.948, de 26 de outubro de 2006

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Disponibilizar 20 novos cursos na Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EAD)

- Firmar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todos os estados e o Distrito Federal

- Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP, na modalidade presencial, com produção de material didático técnico-científico

- Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada

- Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública

- Oferecer ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por unidade da federação

- Produção de um Relatório Anual de Dados Estatísticos de Educação e Valorização Profissional na Segurança Pública, por unidade federativa, a partir de 2013

- Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública

- Reaparelhamento e reestruturação do parque tecnológico dos Telecentros da Rede EAD da SENASP instalados em todo país

- Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública em funcionamento em 2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
07/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 03DQ - Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como ações e mecanismos de valorização e de promoção dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestão e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção biopsicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperação com as instituições de segurança pública das unidades federativas

OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 203.200 horas aula de capacitação executadas na área de inteligência
- 336.000 acessos às ferramentas do portal CINTEPOL
- 68.000 documentos produzidos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal)
- Acompanhar e produzir relatório nacional sobre homicídios cometidos por agentes de segurança pública
- Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação
- Ampliar a capacidade do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS) Central de 6.000.000 para 24.000.000 registros e garantir sua interoperabilidade com os bancos de dados dos estados do Acre, Amazonas, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul
- Ampliar a frota de 2 aeronaves não tripuladas para 14 aeronaves no Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)
- Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a todas as unidades da federação, com a adesão do Acre, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.
- Ampliar o número de acessos à Rede Infoseg
- Ampliar o Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública (SINISP), integrando os sistemas existentes relacionados.
- Apoiar 400 projetos para que as Guardas Municipais reúnam as condições técnicas para atuar na prevenção da violência
- Apoiar 420 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios
- Capacitar 8.000 servidores da Polícia Federal
- Combater a impunidade dos homicídios, cujas principais vítimas são jovens negros, por meio do fortalecimento da Perícia Criminal
- Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio
- Desenvolver e disponibilizar aos entes federados um sistema informatizado para controle da cadeia de custódia da prova material
- Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação, modernizando, prioritariamente, aquelas localizadas nas unidades da federação que sediarão a Copa 2014
- Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública de implantação e fortalecimento de ouvidorias independentes
- Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil
- Implantar e manter um Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (CINTEPOL)
- Implantar uma rede nacional integrada de dados balísticos

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VET 6/01/12

- Implementar um Centro de Difusão de Ciências Forenses em Brasília/DF

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	centro implantado

- Integrar e modernizar as agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) nos estados e no Distrito Federal

- Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores

- Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União

- Proporcionar infraestrutura adequada para 70 unidades policiais da União

- Realizar 27 Pactos Federativos entre a União e os estados e Distrito Federal e 400 Pactos entre a União e os municípios com maiores índices de homicídio para integração, alimentação e utilização do SINISP

- Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual

- Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal

Iniciativas

- 03DV - Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento da Rede Infoseg, do SINISP e do SISP

- 03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial

- 03DX - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Federal

- 03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União

- 03DZ - Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)

- 03E0 - Implementação, ampliação, modernização e manutenção de centros de excelência de Ciências Forenses da União

- 03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas

- 04AD - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Apoiar no mínimo 20% das vagas geradas no sistema carcerário pelas unidades da federação

- Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão

- Implantar o instituto da liberdade vigiada por meio do monitoramento eletrônico

- Implantar o Sistema Nacional de Alternativas Penais

- Implementar mecanismo de mensuração da reiteração criminosa no Brasil

- Reduzir o déficit carcerário em 8%

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 03E2 - Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação
- 03E3 - Capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação
- 03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal
- 03E5 - Contribuir para a manutenção das Casas Abrigo, que integram a rede especializada de atendimento às mulheres em situação de violência, visando ao fortalecimento da rede e ampliação do atendimento às mulheres nesta situação
- 03E6 - Estruturação da política voltada à efetivação dos direitos da mulher encarcerada
- 03E7 - Fomento a práticas de controle social e transparência na execução penal
- 03E9 - Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas
- 03EB - Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias
- 03ED - Reintegração social do preso, internado e egresso

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 1 Backup do Centro de Comando e Controle Integrado Nacional no Rio de Janeiro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	1,00	centro implantado

- 1 Centro de Comando e Controle Integrado Nacional
- 12 Centros de Comando e Controle Integrado Locais nos estádios das cidades sedes da Copa do Mundo 2014
- 12 Centros de Comando e Controle Integrado regionais nos estados sede da Copa do Mundo 2014
- 15 Centros de Comando e Controle Integrado em outros estados que não sediarão jogos da Copa do Mundo 2014
- 34.000 vagas de ensino presencial da SENASP com foco nos grandes eventos
- 51 Centros de Comando e Controle Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções
- Adequar os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública e outras instituições para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014
- Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos

Iniciativas

- 03EE - Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional

- Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	%
Região Nordeste	27,00	%
Região Norte	10,00	%
Região Sudeste	25,00	%
Região Sul	23,00	%

- Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia

- Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária

- Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados

- Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias

Iniciativas

- 03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro

OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 27 Unidades da Federação com a filosofia de polícia comunitária implantada

- Apoio a 280 projetos municipais de prevenção à violência e criminalidade

- Apoio aos 27 Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) dos Estados e Distrito Federal

- Apoio, nas 27 Unidades da Federação, a iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública que combatam o estigma incidente sobre a população negra, visando igualar o índice de vitimização por homicídios da população negra ao mesmo índice no restante da população.

- Construção do Plano Nacional para Prevenção e Redução de Homicídios

- Fortalecimento de 150 secretarias e órgãos de gestão municipal de segurança pública

- Fortalecimento de 30 Conselhos Comunitários de Segurança

- Fortalecimento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com a implantação de 150 Territórios da Paz

- Implantação de 400 projetos Protejo e Mulheres da Paz junto às Praças dos Esportes e da Cultura

- Implantação de 436 Unidades de Preservação da Vida, com prioridade para os municípios com os maiores números de homicídios.

- Implantação de 500 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal

- Implantação de 890 Postos de Segurança Comunitária

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
16/6/2012
187

- Instituição do Comitê Interministerial dos Territórios da Paz

- Reduzir os índices de letalidade na atuação dos profissionais de segurança pública e privada, desenvolvidas principalmente nos territórios pobres e de maioria negra, visando à eliminação da letalidade

Iniciativas

- 03EI - Ampliação e fortalecimento do PRONASCI e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de prevenção à violência e à criminalidade, assim como do Plano Nacional de Prevenção e Redução dos Homicídios, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades

- 04AI - Promover Programas de Combate ao Racismo Institucional nas corporações de segurança pública e fortalecer a abordagem da temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada.

OBJETIVO: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2012-2015

- 1 Unidade Central do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil em Brasília/DF, integrada à infraestrutura do Instituto Nacional de Identificação

- 70.000.000 de Cartões de Registro de Identidade Civil emitidos

- Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil implantado

- Unidades Regionais do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil implantadas em Órgãos de Identificação das unidades da federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul

Iniciativas

- 03EJ - Consolidação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil pela implantação e manutenção da Unidade Central e das Unidades Regionais e pela implementação do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil e pela emissão dos documentos de registro de identidade civil

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Nº 6/2012
188

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado	unidade	31/12/2010	890.560,00
Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado	unidade	31/12/2010	2.015.335,00
Razão entre a participação percentual da população de baixa escolaridade nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	0,68
Razão entre a participação percentual da população de jovens (16 a 29 anos) nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	2,35
Razão entre a participação percentual da população de não brancos nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	1,22
Razão entre a participação percentual de mulheres nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	1,48
Saldo da carteira ativa do microcrédito produtivo orientado	R$	31/12/2010	1.020.986.719,50
Taxa de atividade	%	31/12/2009	62,10
Taxa de cobertura da Política Pública de Qualificação	%	31/12/2009	1,73
Taxa de cobertura do Abono Salarial	%	31/12/2010	96,32
Taxa de cobertura do Seguro-Desemprego	%	31/12/2010	78,12
Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal	%	31/12/2010	6,50
Taxa de desocupação	%	31/12/2009	8,30
Taxa de encerramento de processos de autos de infração e notificação de débitos	%	31/12/2010	33,00
Taxa de incidência de acidentes de trabalho	1/1.000	31/12/2009	21,39
Taxa de incidência específica para acidentes de trabalho típicos	1/1.000	31/12/2009	12,45
Taxa de incidência específica para doenças do trabalho	1/1.000	31/12/2009	0,52
Taxa de inserção dos beneficiários de ações de qualificação ao mundo do trabalho	%	31/12/2009	52,89
Taxa de letalidade de acidentes de trabalho	1/1.000	31/12/2009	3,45
Taxa de mortalidade de acidentes de trabalho	1/100.000	31/12/2009	7,38
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	%	31/12/2010	2,40
Taxa de participação da população negra no total de empregos formais	%	31/12/2009	35,02
Taxa de participação de mulheres no total de empregos formais	%	31/12/2009	41,43
Taxa de trabalho formal (16 anos ou mais)	%	31/12/2009	53,58
Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito	unidade	31/12/2010	1.860.082,00
Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo orientado	R$	31/12/2010	2.848.446.204,64

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**40.440.385**	**156.789.595**
Despesas Correntes	40.416.474	156.726.318
Despesas de Capital	23.911	63.277
Outras Fontes	**12.114.917**	**38.711.480**
Valores Globais	**52.555.301**	**195.501.075**
	248.056.376	

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/2012
189

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Adoção de critérios para oferecimento de cursos que considerem a perspectiva da igualdade de gênero no mundo do trabalho
- Ampliar a articulação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda com as políticas públicas voltadas para o fomento à geração de emprego e renda, a juventude, a educação, a economia solidária, a redistribuição de renda e erradicação da pobreza, e a promoção da cidadania
- Ampliar a certificação de competências profissionais no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- Ampliar a informatização dos processos de identificação e registro profissional
- Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional e a orientação profissional associadas à concessão de crédito produtivo para o autoemprego e para empreendimentos econômicos solidários
- Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades: - atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal; - afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual; - trabalhadoras domésticas; - população em situação de rua; - público do Programa do Seguro-Desemprego; - públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria; - trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; - atividades voltadas para grandes eventos esportivos; - trabalhadores da construção civil; e - presidiários e egressos do sistema penal
- Aprimorar os mecanismos de adequação da oferta de serviços de qualificação social e profissional e intermediação de mão de obra à demanda do mercado de trabalho
- Consolidar o arcabouço legal do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- Criar novos instrumentos e aperfeiçoar os mecanismos existentes para a promoção da integração entre as ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, particularmente do seguro-desemprego, da intermediação de mão de obra e da qualificação social e profissional
- Criar o passaporte para a qualificação social e profissional, visando ao acesso direto do trabalhador, especialmente o beneficiário do seguro-desemprego, a cursos em instituições previamente credenciadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- Desenvolver metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional voltadas para o atendimento dos públicos prioritários
- Garantir a sustentabilidade do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Implantação de padrão nacional de ações e de qualidade de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, respeitando características regionais
- Implantar metodologias de orientação profissional voltadas para o atendimento no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e para a qualificação social e profissional
- Instituir modalidade de cursos de qualificação a distância
- Instituir o cadastro e certificação de instituições de qualificação social e profissional, bem como o selo e prêmio nacional de qualificação profissional
- Otimizar a concessão do benefício do seguro-desemprego, pelo aprimoramento de críticas de sistemas, pela facilitação da reinserção do requerente e do segurado no mundo do trabalho, e pela conscientização dos potenciais beneficiários em relação a seus direitos e deveres
- Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OUT 6/10/12

Iniciativas

- 00WU - Aprimorar a qualificação social e profissional do trabalhador por meio do cadastro e certificação de instituições, criação do selo e prêmio nacional e do desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional
- 00WX - Certificação de competências profissionais
- 00WY - Concessão do registro profissional
- 00WZ - Concessão dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial
- 00X0 - Consolidação do Portal MTE Mais Emprego como instrumento de execução integrada das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 00X2 - Divulgação à população dos serviços prestados no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 00X3 - Emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em todo o território nacional, inclusive mediante ações voltadas para grupos específicos de trabalhadores, e aprimoramento de mecanismos de identificação do trabalhador
- 00X4 - Execução da intermediação de mão de obra e da orientação profissional
- 00X7 - Execução da qualificação social e profissional de trabalhadores e provimento de passaporte da qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 00XC - Manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 00XD - Monitoramento, supervisão e avaliação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

OBJETIVO: 0288 - Estimular e aprimorar as formas de participação e controle social, com intenso envolvimento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e das Comissões de Emprego Estaduais e Municipais, para potencializar o alcance das políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Aprimorar a participação e o controle social por meio da capacitação sistemática e continuada dos atores envolvidos na definição, acompanhamento e controle das políticas públicas de emprego, trabalho e renda
- Desenvolver Modelo de Gestão Participativa dos Recursos do FAT
- Implantar o novo portal do FAT
- Implantar o Sistema de Gestão Operacional do Codefat (SIGOC)
- Realizar estudos, pesquisas, levantamento e disseminação de boas práticas, visando ao aperfeiçoamento das políticas públicas financiadas com os recursos do FAT
- Realizar eventos relacionados às políticas públicas de emprego, trabalho e renda, com periodicidade mínima bienal
- Revisar a legislação e consolidar as resoluções do Codefat, a fim de promover maior racionalidade, eficiência e eficácia na definição das políticas de emprego, trabalho e renda executadas com recursos do FAT

Iniciativas

- 00XH - Elaboração e implementação do Modelo de Gestão Participativa dos Recursos do FAT
- 00XI - Implantação e manutenção de sistemas e portais
- 00XM - Realização de estudos, pesquisas e eventos visando ao aprimoramento das políticas públicas financiadas com recursos do FAT, bem como orientação e suporte à execução e ao funcionamento do Codefat, do Grupo Técnico do Codefat, das comissões de emprego e da Secretaria Executiva do Codefat

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/2012

OBJETIVO: 0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e

social.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Aumentar o espectro da supervisão e do controle sobre a aplicação dos depósitos especiais do FAT
- Garantir recursos para financiamento de programas de geração de emprego e renda mediante depósitos especiais do FAT
- Promover a articulação do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) com as ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, particularmente os serviços de intermediação de mão de obra e de qualificação social e profissional
- Reestruturar os programas e linhas de crédito de aplicação dos depósitos especiais do FAT, reduzindo a sobreposição de linhas de crédito e a dispersão de recursos, e focalizando melhor os beneficiários
- Revisar os normativos do Codefat que tratam do spread bancário, de modo que sua redução reflita percentual equilibrado e ponderado em função do risco de fato assumido pelo agente financeiro na operação
- Revitalizar o Funproger enquanto garantidor das operações do Proger Urbano

Iniciativas

- 00XO - Apoio, por via do crédito, a regiões e setores econômicos sob situação de vulnerabilidade conjuntural, como políticas específicas de governo de curto prazo, visando à manutenção de trabalho e renda
- 00XP - Concessão de crédito para financiamento da produção industrial, exportação e inovação tecnológica, visando à geração e manutenção de trabalho e renda
- 00XQ - Concessão de crédito para investimento em infraestrutura, visando à geração e manutenção de trabalho e renda
- 00XS - Concessão de crédito produtivo a organizações socioeconômicas baseadas na cooperação entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, em Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), visando à geração e manutenção de trabalho e renda
- 00XT - Concessão de crédito produtivo prioritariamente a micro e pequenos empreendimentos urbanos e rurais, visando à geração e manutenção de trabalho e renda
- 00XU - Concessão de financiamento a atividades produtivas de auto-emprego e trabalho não assalariado, visando à geração e manutenção de trabalho e renda
- 00XV - Concessão de financiamento a empreendimentos do setor turismo, visando à geração e manutenção de trabalho e renda
- 00XX - Operacionalização, acompanhamento, controle, avaliação, estudos e divulgação dos depósitos especiais do FAT

OBJETIVO: 0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Alterar a estrutura do Comitê Interministerial com o objetivo de possibilitar a participação regular das instituições da sociedade civil e dos clientes de microcrédito
- Ampliar a divulgação local e regional dos serviços prestados pelas instituições de microcrédito produtivo orientado
- Elevar os valores do volume de crédito concedido, do número de operações de microcrédito, bem como a quantidade de clientes atendidos e o volume da carteira ativa
- Estimular a formação de novos operadores dentro da metodologia de crédito orientado, incentivando a transformação de programas de microcrédito municipais ou estaduais em instituições de microcrédito amparadas pela Lei nº 11.110/2005

SECRETARIA - GERAL DA MESA
OT 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
792
SENADO FEDERAL

- Incentivar a formalização dos microempreendedores populares para que tenham acesso aos benefícios da previdência social, quando do acesso ao crédito por meio das instituições habilitadas ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

- Promover a articulação entre os atores do setor de microcrédito com a finalidade de consolidar um entendimento e propor ações acerca da temática de transformação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de microcrédito em instituições supervisionadas pelo Banco Central, massificando o acesso ao crédito para os microempreendedores populares

- Promover a negociação entre as instituições financeiras e a de microcrédito para a constituição de uma Sociedade Garantidora de Crédito das instituições de microcrédito

- Propor alterações da legislação com os objetivos de autorizar tanto a utilização dos depósitos especiais do FAT, diretamente pelas instituições de microcrédito produtivo orientado, quanto o desenvolvimento de novas modalidades de captação de funding, inclusive a captação de poupança e oferta de outros produtos e serviços financeiros

- Realizar mapeamento do setor de microcrédito, promovendo mecanismos de análise das informações do banco de dados do PNMPO e ampliando a interlocução com os demais órgãos governamentais

- Realizar parcerias com instituições dedicadas à classificação de rating, possibilitando que os custos de análise e controle das operações de microcrédito sejam os menores possíveis

Iniciativas

- 00YD - Concessão de financiamento, bem como constituição de linhas de crédito específicas para empreendedores populares, a partir da disponibilização de recursos do FAT

- 00YE - Concessão de financiamento de crédito produtivo orientado a micronegócios, bem como assessoria empresarial aos microempreendedores populares

- 00YG - Facilitar o acesso às linhas de crédito pelos empreendimentos de economia solidária, por meio do estímulo à habilitação ao PNMPO de Instituições de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento

- 00YH - Fomento ao desenvolvimento institucional das entidades de microcrédito, com foco nas áreas operacional, gestão, governança, estudos e consultorias para avaliação do setor, bem como a promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas afetas ao microcrédito

OBJETIVO: 0292 - Promover o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Fiscalizar 1.183.000 empregadores urbanos, portuários e aquaviários com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	97.500,00	unidade
Região Nordeste	301.900,00	unidade
Região Norte	75.000,00	unidade
Região Sudeste	499.600,00	unidade
Região Sul	209.000,00	unidade

- Fiscalizar 58.000 empregadores rurais com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	9.280,00	unidade
Região Nordeste	15.020,00	unidade
Região Norte	3.590,00	unidade
Região Sudeste	23.820,00	unidade
Região Sul	6.290,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OST 6/2012
793

Iniciativas

- 00YJ - Execução de fiscalizações do cumprimento de atributos de legislação trabalhista e arrecadação do FGTS

- 00YM - Fortalecimento do diálogo e articulação com organizações representativas de trabalhadores e de empregadores, Ministério Público do Trabalho e outros atores do mundo do trabalho, a fim de aumentar o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho

OBJETIVO: 0293 - Promover a segurança e saúde no trabalho, de modo a prevenir doenças e acidentes.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Analisar 3.800 acidentes de trabalho fatais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	367,00	unidade
Região Nordeste	758,00	unidade
Região Norte	283,00	unidade
Região Sudeste	1.855,00	unidade
Região Sul	537,00	unidade

- Analisar 7.000 acidentes de trabalho não fatais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	740,00	unidade
Região Nordeste	1.408,00	unidade
Região Norte	499,00	unidade
Região Sudeste	3.346,00	unidade
Região Sul	1.007,00	unidade

- Aumentar em 30% o número de estudos e pesquisas em segurança e saúde no trabalho

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	%
Região Nordeste	5,00	%
Região Norte	5,00	%
Região Sudeste	10,00	%
Região Sul	5,00	%

- Construir o perfil nacional de segurança e saúde no trabalho

- Criar rede de centros de pesquisa em segurança e saúde no trabalho

- Criar sistema de reconhecimento e incentivo a boas práticas de segurança e saúde no trabalho

- Elaborar diretrizes para os dois setores mais críticos em termos de segurança e saúde no trabalho em cada região geográfica do país

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- Elaborar ou aperfeiçoar 16 regulamentos de segurança e saúde no trabalho

- Implementar a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST)

- Realizar 120 operações de auditoria de obras de infraestrutura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	21,00	unidade
Região Nordeste	32,00	unidade
Região Norte	38,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	16,00	unidade
Região Sul	13,00	unidade

- Realizar 500.000 ações fiscais de segurança e saúde no trabalho

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	35.000,00	unidade
Região Nordeste	100.000,00	unidade
Região Norte	35.000,00	unidade
Região Sudeste	250.000,00	unidade
Região Sul	80.000,00	unidade

Iniciativas

- 00YP - Aperfeiçoamento do processo de certificação dos equipamentos de proteção individual
- 00YT - Elaboração ou aperfeiçoamento dos regulamentos de segurança e saúde no trabalho
- 00YU - Execução das inspeções dos ambientes de trabalho
- 00YV - Execução das operações de auditoria em obras de infraestrutura
- 00YW - Investigação dos acidentes de trabalho, em especial os graves e fatais e encaminhamento de relatórios às Procuradorias Regionais Federais
- 00YZ - Realização de estudos, pesquisas, ações educativas e de difusão de informações em segurança e saúde no trabalho para os setores estratégicos, bem como, de avaliações dos sistemas e equipamentos de proteção e do estado de saúde do trabalhador

OBJETIVO: 0861 - Melhorar a qualidade nutricional do Programa de Alimentação do Trabalhador.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Fiscalizar 500 empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	70,00	unidade
Região Nordeste	70,00	unidade
Região Norte	30,00	unidade
Região Sudeste	230,00	unidade
Região Sul	100,00	unidade

Iniciativas

- 03JJ - Aperfeiçoar o regulamento do Programa de Alimentação do Trabalhador
- 03JK - Fiscalizar empregadores inscritos no Programa de Alimentação do Trabalhador e cancelar a inscrição daqueles que não atendem aos parâmetros nutricionais
- 03JL - Realizar estudo de impacto do Programa de Alimentação do Trabalhador

OBJETIVO: 0862 - Democratizar as relações de trabalho no país, por meio da consolidação de um modelo de organização sindical baseado em liberdade, autonomia e representatividade, estimulando o diálogo e o tripartismo, a fim de assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Elaborar e encaminhar, em conjunto com as centrais sindicais e as confederações patronais, minuta de anteprojeto de lei que disponha sobre os atos antissindicais, que restringem ou impedem o exercício da liberdade sindical

- Propor projetos de lei e aprovar normativos que atualizem a legislação sindical e trabalhista brasileira

Iniciativas

- 03JM - Acompanhamento, prevenção e solução de conflitos trabalhistas por meio da mediação coletiva e da assistência e homologação da rescisão de contrato de trabalho
- 03JN - Aperfeiçoamento e disponibilização de funcionalidades e subsistemas no Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), oferecendo informações de interesse da sociedade
- 03JO - Atuação para a melhoria das relações de trabalho e aperfeiçoamento da legislação do trabalhador doméstico
- 03JP - Capacitação e disseminação de conhecimentos sobre relações de trabalho, visando ao fortalecimento dos atores sociais e dos servidores públicos
- 03JQ - Criação e manutenção de espaços no MTE de discussão de avanços nas relações de trabalho brasileiras, visando à atualização da legislação trabalhista e sindical e à institucionalização do diálogo social

OBJETIVO: 0863 - Estabelecer e aprimorar as políticas vinculadas à migração internacional com vista ao ingresso e permanência de imigrantes e profissionais estrangeiros no Brasil, bem como de trabalhadores emigrantes no exterior.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Ampliar as estruturas de atendimento, em especial os Núcleos de Informações e Apoio a Brasileiros Retornados do Exterior, e elaborar estudos e publicações para orientar os trabalhadores em processo de migração internacional ou retornantes do exterior em relação a direitos e deveres no Brasil e no exterior, prevenção de exploração laboral e reinserção no mercado de trabalho
- Apoiar a ratificação e a implementação da Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias e da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) número 143 sobre trabalhadores migrantes (PNTD)
- Implementar política e plano de proteção dos trabalhadores migrantes (PNTD)
- Reduzir em 10% o prazo de análise e decisão, implantando procedimentos de análise e concessão de pedidos de autorizações de trabalho de estrangeiros de forma eletrônica, reduzindo a burocracia
- Transformar o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional da Migração, consolidando as atribuições relacionadas à imigração de estrangeiros ao Brasil e à emigração de brasileiros ao exterior em único órgão, tendo em vista a centralidade do trabalho na temática migratória, promovendo melhor proteção aos trabalhadores migrantes e seus familiares

Iniciativas

- 03JR - Aprimoramento dos marcos normativos, institucionais e de procedimentos para política laboral de imigração e emigração

OBJETIVO: 0864 - Ofertar informações integradas das áreas referentes ao mundo do trabalho que apoiem e orientem a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Acompanhar e contribuir, pelo Observatório, para a consolidação de indicadores de trabalho e emprego decente
- Aumentar a segurança, qualidade e agilidade de processamento de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)
- Consolidação do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego como base estatística do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- Consolidar a Seção Nacional do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL para aprimorar sua atuação nas discussões no âmbito do MERCOSUL e no que se refere a indicadores de mercado de trabalho da região

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Consolidar e aprimorar a rede de informações sobre o mundo do trabalho e sobre as políticas de trabalho, emprego e renda, integrando os diversos bancos de dados do Ministério do Trabalho e Emprego e os indicadores de trabalho produzidos por outras instituições governamentais

- Garantir a permanente atualização da Classificação Brasileira de Ocupações, para que reflita as transformações do mercado de trabalho

Iniciativas

- 03JT - Análise e disseminação de informações da economia solidária no Brasil contidas no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)

- 03JU - Aprimoramento das estatísticas disponíveis pela articulação e gerenciamento dos bancos de dados de matrículas e contratos de aprendizagem

- 03JV - Aprimorar a infraestrutura de sistemas de informação de apoio à fiscalização do trabalho

- 03JW - Divulgação de informações sobre relações de trabalho, envolvendo dados de negociação coletiva, organização sindical e atualização da legislação

- 03JX - Fortalecer e consolidar o banco de dados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

- 03JY - Fortalecer e consolidar o Centro de Referência do Trabalhador Leonel Brizola enquanto espaço centralizador das informações sobre o trabalho e os trabalhadores do Brasil

- 03K0 - Institucionalizar, estruturar e equipar o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho

- 03K2 - Manutenção, atualização e distribuição da Classificação Brasileira de Ocupações, e realização de estudos e pesquisas associados

- 03K3 - Manutenção e aprimoramento dos registros administrativos RAIS e CAGED, buscando a melhoria da qualidade, aumento da cobertura e segurança das informações declaradas, por meio da adoção constante de melhorias tecnológicas, implantação de novas críticas e funcionalidades aos sistemas, bem como a ampliação da utilização da Certificação Digital

- 03K4 - Realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego, e consolidação do Sistema Estatístico PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), em parceria com o Dieese

- 03K5 - Realização de estudos e pesquisas para apoio e gestão do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

OBJETIVO: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2012-2015

- Acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para: - aumentar em 25% as taxas de participação e de ocupação das mulheres; - aumentar em 20% a taxa de ocupação da população negra; - aumentar em 10% a taxa de formalidade; - aumentar em 20% o número de trabalhadoras(es) domésticas(os) com carteira de trabalho assinada; - aumentar em 37% o número de trabalhadores(as) autônomos(as) formalizados(as); - diminuir em 20% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres; - diminuir em 15% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos

- Aprimorar e avançar nos estudos sobre a pobreza e a desigualdade social, o desemprego e a informalidade, a extensão da cobertura da proteção social, os baixos níveis de rendimentos e produtividade, os elevados índices de rotatividade no emprego, as desigualdades de gênero e raça/etnia, as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural, e o combate à discriminação, dentre outros

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
MT 6/20

- Aprovar, implementar e avaliar as Agendas e Planos Regionais, Estaduais e Municipais e Setoriais de Trabalho Decente

- Articular para assegurar aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos previstos na CLT aos demais trabalhadores assalariados

- Consolidar a Agenda Nacional do Trabalho Decente e o Plano Nacional do Trabalho Decente

- Estimular, nas negociações coletivas, disposições que visem à promoção da igualdade racial e de gênero, com avanços nas cláusulas sociais e financeiras

- Implementar, monitorar e avaliar o II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
- Incentivar a formalização das relações de trabalho doméstico remunerado
- Institucionalizar a política de valorização do salário mínimo
- Institucionalizar e fortalecer conselhos e órgãos tripartites nos âmbitos federal, estadual e municipal
- Realizar conferências regionais, estaduais e municipais sobre emprego e trabalho decente
- Viabilizar informações desagregadas por sexo e raça/cor dos registros administrativos e banco de dados dos órgãos da administração federal responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito

Iniciativas

- 03KG - Consolidação da Agenda Nacional do Trabalho Decente e do Plano Nacional do Trabalho Decente, realizando as Conferências Nacionais de Emprego e Trabalho Decente e capacitando os gestores públicos para a promoção e monitoramento das Agendas e dos Planos de Trabalho Decente
- 03KH - Consolidar e fortalecer a Comissão de Igualdade de Oportunidades de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiências e de Combate à Discriminação e a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho, garantindo a implementação dos seus planos de ação, inclusive realizando campanhas nacionais de combate à discriminação baseada no gênero, raça/etnia, orientação sexual, deficiência e soro positividade para HIV na contratação e nos ambientes de trabalho

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de acidentes ferroviários	acidentes/(milhão. trens.km)	31/12/2010	15,00
Malha ferroviária	km	31/12/2010	29.785,00
Malha ferroviária inoperante ou subutilizada	km	31/12/2010	18.900,00
Número de acidentes ferroviários	quantidade	31/12/2010	951,00
Participação do modal ferroviário no transporte interestadual de passageiros	%	31/12/2010	2,00
Percentual de carga ferroviária movimentada pelo tráfego mútuo e direito de passagem	%	31/12/2010	7,36
Produto médio anual do transporte ferroviário	R$ / tku	31/12/2010	0,05
Ranking de Qualidade das Ferrovias (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	87,00
Total da produtividade ferroviária	bilhões de tku	31/12/2010	279,00
Total de carga geral transportada	milhão de tu	31/12/2010	103,10
Total de movimentação de cargas por ferrovias	milhão de tu	31/12/2010	497,00
Total de movimentação de passageiros por ferrovias	quantidade	31/12/2010	2.484.930,00
Transações comerciais entre o Brasil e os demais países sulamericanos, via ferrovia	tonelada por ano	31/12/2010	818.844,00
Velocidade média comercial dos trens	km/h	31/12/2010	25,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.911.692**	**21.793.350**
Despesas Correntes	97.550	821.529
Despesas de Capital	2.814.142	20.971.821
Outras Fontes	**6.142.037**	**17.885.758**
Valores Globais	**9.053.729**	**39.679.108**
	48.732.837	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	500.000

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Expandir em 4.546 km a malha ferroviária do país

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	855,00	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	941,00	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.022,00	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.728,00	km

- Realizar estudos de implantação de 8.651 km da malha ferroviária do país

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/20/12
799

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2.571,00	km
Vetor Logístico Centro-Norte	1.076,00	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.456,00	km
Vetor Logístico Leste	928,00	km
Vetor Logístico Sul	1.620,00	km

Iniciativas

- 00BU - Construção de Ferrovia - EF 151 - Ferrovia Norte-Sul
- 00BV - Construção de Ferrovia - EF 232/116 - Ferrovia Nova Transnordestina
- 00BW - Construção de Ferrovia - EF 267 - Ferrovia do Pantanal
- 00BZ - Construção de Ferrovia - EF 334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste
- 00C1 - Construção de Ferrovia - EF 354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste
- 00C4 - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste
- 00C7 - Construção de ferrovias federais
- 00CA - Estudos de extensão ferroviária
- 04AN - (VETADO)
- 04BI - Construção do Trecho Ferroviário Rondonópolis/Cuiabá - no Estado do Mato Grosso
- 04D3 - (VETADO)
- 04D6 - Construção de Ferrovia - Guarapuava / Paranaguá - no Estado do Paraná

OBJETIVO: 0142 - Viabilizar trechos inoperantes ou subutilizados por meio de conexões ferroviárias e acessos até regiões demandantes de cargas, tornando-os mais competitivos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construção de 434 Km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária existente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	30,00	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	217,00	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	186,00	km

- Elaborar estudos e projetos de 434 km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	30,00	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	217,80	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	186,20	km

Iniciativas

- 00CF - Construção de ligações ferroviárias federais

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OUT 6/10/14
800

Metas 2012-2015

- Construir 18 km de acessos a portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	18,00	km

Iniciativas

- 00CI - Adequação de ferrovias de acesso aos portos
- 00CN - Construção de ferrovias de acesso aos portos
- 00CP - Estudos de ferrovias de acesso aos portos

OBJETIVO: 0144 - Aumentar a interligação ferroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Elaborar estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico
- Realizar estudos de implantação de 350 km de ferrovias para a integração sulamericana

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Sul	350,00	km

Iniciativas

- 00CQ - Adequação de trechos de interligação ferroviária sulamericana
- 00CT - Construção de trechos de interligação ferroviária sulamericana
- 00CU - Estudo para conexão ferroviária sulamericana
- 04BA - (VETADO)

OBJETIVO: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Realizar estudos e projetos para implantação de 511 km de Trem de Alta Velocidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	307,00	km
Vetor Logístico Leste	204,00	km

Iniciativas

- 00CW - Adequação de ferrovias para implantação de trens de passageiros
- 00D0 - Construção do Trem de Alta Velocidade - EF 222 (Rio de Janeiro/RJ - São Paulo/SP - Campinas/SP)
- 00D5 - Estudos para a implantação de trens regionais
- 00D7 - Estudos para o Transporte Ferroviário de Alta Velocidade

OBJETIVO: 0146 - Conectar as Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM) e as Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) aos polos industriais e comerciais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Metas 2012-2015

- Realizar estudos para a implantação de 565 Km de conexão ferroviária nas ARIMs e ZPTMs

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	290,00	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	200,00	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	75,00	km

Iniciativas

- 00DC - Construção de acessos ferroviários
- 00DD - Estudos e projetos para identificação de conexões ferroviárias entre ARIMs e ZPTMs

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- 11 projetos para construção de contornos e variantes ferroviárias
- Construir 7 contornos ferroviários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	2,00	unidade
Vetor Logístico Sul	2,00	unidade

- Realizar 5 adequações ferroviárias em perímetro urbano

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade

Iniciativas

- 00DF - Adequação ferroviária em perímetro urbano
- 00DI - Construção de contornos, variantes e anéis ferroviários
- 00DJ - Estudos para a construção de contornos e variantes ferroviárias

OBJETIVO: 0148 - Fomentar a adequação dos trechos ferroviários existentes, os quais limitam a integração da malha e o crescimento da capacidade, por meio de alteração de bitola, mudança de geometria ou duplicação de linhas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Adequar 150 km de trechos ferroviários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	150,00	km

Iniciativas

- 00DS - Adequação de Ferrovia - EF Carajás/MA/PA

SECRETARIA-GERAL DA MESA
0076/20/2
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 00DU - Adequação de trechos ferroviários concedidos
- 00DV - Segregação de trechos ferroviários

OBJETIVO: 0149 - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construção de 2 integrações intermodal e intramodal

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade

- Implantar novo modelo de concessão ferroviária

Iniciativas

- 00DX - Construção de integração intermodal e intramodal
- 00DZ - Estudo para construção de integração intermodal e intramodal
- 00E0 - Estudos para concessões ferroviárias
- 00E1 - Fiscalização das concessões ferroviárias
- 00E2 - Implantação do novo marco regulatório para o setor ferroviário

OBJETIVO: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Realizar a manutenção permanente em 1.536 km de ferrovias federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	855,00	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	681,00	km

Iniciativas

- 01LY - Implantação e manutenção em Centros de Controle Operacionais e Sistemas
- 01M0 - Manutenção da malha ferroviária federal

OBJETIVO: 0492 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura do Sistema Ferroviário Federal.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária federal
- Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada

Iniciativas

- 01NT - Estudos e projetos para o planejamento do modal ferroviário

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OT 6/20
804

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Malha hidroviária navegável comercialmente	km	31/12/2009	9.785,00
Total de autorizações para transporte longitudinal de passageiros e misto	unidade	31/12/2010	22,00
Volume de cargas transportado por navegação interior	tonelada	31/12/2010	21.746,00
Volume do comércio exterior entre Brasil e outros países - volume transportado por via fluvial e lacustre	tonelada	31/12/2010	14.777,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**449.603**	**3.916.204**
Despesas Correntes	10.600	136.595
Despesas de Capital	439.003	3.779.609
Outras Fontes	**120.600**	**390.100**
Valores Globais	**570.203**	**4.306.304**
	4.876.507	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Eliminar 6 pontos críticos em hidrovias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	2,00	unidade
Vetor Logístico Sul	1,00	unidade

- Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	4.534,00	km
Vetor Logístico Centro-Norte	500,00	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.608,00	km
Vetor Logístico Leste	455,70	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	915,30	km
Vetor Logístico Sul	772,00	km

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Iniciativas

- 00Q3 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira
- 00Q5 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio São Francisco
- 00Q7 - Adequação da navegabilidade de corredores hidroviários

- 00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes
- 00QA - Adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai
- 00QB - Construção da Eclusa de Lajeado
- 00QC - Elaboração de cartas náuticas
- 00QE - Gestão, manutenção e operação de eclusas
- 00QF - Manutenção das vias navegáveis
- 04BB - (VETADO)
- 04CC - Construção da Eclusa de Estreito no Rio Tocantins
- 04DA - (VETADO)
- 04DL - Adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia

OBJETIVO: 0236 - Aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	1,00	unidade
Eixo Mercosul-Chile	1,00	unidade

Iniciativas

- 00QI - Estudos para integração hidroviária sulamericana

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Adequar a infraestrutura do Porto de Manaus

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade

- Estruturar plano para a implantação, ampliação e modernização do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade

- Implantar 52 Instalações Portuárias Públicas, na Região Norte

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	47,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	5,00	unidade

Iniciativas

- 00VW - Adequação de Infraestrutura Portuária Pública na Região Norte
- 00W1 - Elaboração e consolidação de estudos para o desenvolvimento do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- 00W2 - Estudos e projetos para infraestrutura de terminais na Região Norte
- 00W3 - Implantação de Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte
- 00W4 - Implantação do Porto de Manaus Moderna/AM
- 00W5 - Implantação do Programa de Modernização da Frota de Embarcações de Passageiros na Região Norte
- 00W8 - Operação e manutenção da Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte
- 04D9 - Implantação do Porto no Rio Madeira em Porto Velho/RO

OBJETIVO: 0283 - Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Definir classes de hidrovias
- Definir comboios tipo para os corredores hidroviários
- Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário

Iniciativas

- 00WQ - Estudos para o planejamento, gestão e operação do transporte hidroviário
- 00WR - Estudos para transposição de desnível em hidrovias
- 0486 - Regulação do transporte hidroviário

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Adequar 2 Instalações Portuárias Públicas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2,00	unidade

Iniciativas

- 037R - Adequação de Infraestruturas Portuárias Públicas
- 037S - Construção de Infraestruturas Portuárias Públicas
- 037V - Incentivo à construção de Infraestruturas Portuárias Privadas
- 037W - Operação e manutenção da Infraestrutura Portuária Pública
- 04BN - Construção do Porto Fluvial Intermodal no Rio Tocantins em Marabá/PA

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Movimentação anual de carga geral nos portos organizados	milhões de toneladas	31/12/2010	119,27
Movimentação anual de granéis líquidos nos portos organizados	milhões de toneladas	31/12/2010	208,52
Movimentação anual de granéis sólidos nos portos organizados	milhões de toneladas	31/12/2010	505,81
Movimentação de carga por tipo de navegação - Cabotagem	milhões de toneladas	31/12/2009	170,25
Movimentação de carga por tipo de navegação - Longo Curso	milhões de toneladas	31/12/2009	531,28
Movimentação geral de contêineres, nos portos organizados e terminais de uso privativo	milhões de toneladas	31/12/2010	74,63
Número de passageiros de cruzeiros marítimos no Brasil	unidade	31/12/2010	720.621,00
Ranking do Índice de Competitividade Global	posição em listagem de países	30/08/2010	58,00
Ranking do Índice de Desempenho Logístico (LPI)	posição em listagem de países	31/12/2010	41,00
Tempo médio de desembaraço de cargas - Índice de Desempenho Logístico (LPI)	dia	31/12/2010	5,47

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**483.911**	**3.084.467**
Despesas Correntes	126.490	728.959
Despesas de Capital	357.421	2.355.509
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**1.070.246**	**6.936.075**
Outras Fontes	**1.257.305**	**2.448.000**
Valores Globais	**2.811.462**	**12.468.542**
	15.280.005	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	300.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	300.000

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	6,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5,00	unidade
Vetor Logístico Sul	2,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

Iniciativas

- 00JI - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros
- 00IJ - Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)
- 00IK - Adequação da navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	4,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

Iniciativas

- 00JJ - Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos
- 00JK - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Santos (SP)
- 00JN - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos
- 00JS - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)
- 00JT - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de São Francisco do Sul (SC)
- 00JU - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Suape (PE)
- 00JV - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vitória (ES)
- 00JW - Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos
- 00KR - Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos
- 00KT - Estudos para infraestrutura portuária
- 048C - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vila do Conde (PA)
- 04AO - (VETADO)
- 04AP - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Cabedelo/PB
- 04CG - (VETADO)
- 04CI - Implantação do Porto Sul - BA

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Elaborar 11 estudos e projetos de planos de uso de áreas portuárias não operacionais e de interface com áreas

urbanas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2,00	estudo
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	estudo
Vetor Logístico Leste	2,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1,00	estudo
Vetor Logístico Sul	4,00	estudo

- Implantar 6 terminais de passageiros em portos organizados marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3,00	unidade

Iniciativas

- 00LL - Estudos e projetos de planos de uso de áreas portuárias não operacionais e de interface com áreas urbanas
- 00LN - Implantação de terminais de passageiros em Portos Organizados Marítimos
- 00LR - Implantação de terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 3 Companhias Docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República
- Implantar o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) em 06 portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	2,00	unidade

- Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária em 06 portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	1,00	unidade
Vetor Logístico Leste	2,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2,00	unidade

- Implantar o Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel em 35 portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	4,00	unidade
Vetor Logístico Leste	7,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	8,00	unidade
Vetor Logístico Sul	7,00	unidade

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
06/06/2012

- Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 09 portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	2,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3,00	unidade
Vetor Logístico Sul	1,00	unidade

Iniciativas

- 00NQ - Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos
- 00NZ - Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS)

OBJETIVO: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2012-2015

- Elaborar 2 estudos para identificação de demanda pela instalação de portos secos
- Elaborar 2 estudos para implantação das Zonas de Atividade Logística dos portos organizados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	estudo
Vetor Logístico Sul	1,00	estudo

- Implantar a Zona de Atividade Logística do Porto de Santos (SP)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1,00	unidade

Iniciativas

- 00OK - Elaboração de estudos para identificação de demanda pela instalação de portos secos
- 00OL - Elaboração de estudos para implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados
- 00OM - Implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Elaborar 22 estudos para a regularização ambiental e uniformização de processos de licenciamento ambiental do Sistema Portuário Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	estudo
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	estudo
Vetor Logístico Leste	3,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6,00	estudo
Vetor Logístico Sul	4,00	estudo

SECRETARIA-GERAL DA MESA
6/12/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Implantação de dispositivos de controle de saúde em 22 portos organizados marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

- Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 22 portos organizados marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

- Implantar o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em 22 portos organizados marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	3,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	unidade
Vetor Logístico Leste	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

Iniciativas

- 00PU - Dispositivos de controle de saúde em Portos Organizados Marítimos

- 00PV - Estudos e projetos para a regularização ambiental e uniformização de processos de licenciamento ambiental do Sistema Portuário Nacional

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Elaborar 11 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	3,00	estudo
Vetor Logístico Leste	1,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	4,00	estudo
Vetor Logístico Sul	3,00	estudo

- Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 8 Portos Organizados Marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1,00	unidade
Vetor Logístico Sul	4,00	unidade

- Elaborar o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
05/06/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

- Implantar o Projeto de Incentivo à Cabotagem (PIC)

Iniciativas

- 00Q1 - Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário
- 00Q2 - Regulação do transporte marítimo

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2012-2015

- Dotar de infraestrutura adequada as instalações portuárias do Porto de Pecém (CE)

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	100,00	% de execução física

- Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	estudo
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2,00	estudo

- Elaborar as diretrizes de outorgas para os Portos Organizados Marítimos
- Implantar 1 novo porto organizado marítimo

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1,00	unidade

Iniciativas

- 01H9 - Reestruturação de instalações portuárias
- 01HA - Estudos e projetos de implantação de novos portos organizados e terminais portuários marítimos
- 01HB - Implantação de novos portos organizados
- 04BZ - (VETADO)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/20/12
813

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Acidentes rodoviários com vítimas fatais em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	7.376,00
Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	158.893,00
Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação	%	31/12/2010	57,00
Malha rodoviária federal pavimentada	km	29/10/2010	62.093,00
Participação do modal rodoviário na matriz de transporte de carga	%	31/12/2010	47,00
Participação do modal rodoviário no transporte interestadual de passageiros	%	31/12/2010	48,00
Percentual de pavimentação das rodovias federais implantadas	%	29/10/2010	81,86
Preço médio das tarifas rodoviárias - concessões	R$/100 km	25/02/2011	4,80
Ranking da Qualidade das Estradas (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	105,00
Total de movimentação de cargas por rodovias	milhão de toneladas por ano	31/12/2010	1.170,74
Transações comerciais com países sulamericanos por rodovias	mil toneladas por ano	31/12/2010	11.303,14

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**13.884.880**	**62.571.697**
Despesas Correntes	330.044	2.358.720
Despesas de Capital	13.554.836	60.212.978
Outras Fontes	**3.444.638**	**2.799.370**
Valores Globais	**17.329.518**	**65.371.068**
	82.700.586	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	500.000

OBJETIVO: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Realizar a manutenção de 13.462,2 km de rodovias federais não pavimentadas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.487,00	km
Região Nordeste	2.375,20	km
Região Norte	7.728,30	km
Região Sudeste	1.315,60	km
Região Sul	556,10	km

- Realizar a manutenção de 52.950,6 km de rodovias federais pavimentadas, de forma permanente

Regionalização da Meta	Total	Unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
814
SENADO FEDERAL
814

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10.673,30	km
Região Nordeste	18.439,30	km
Região Norte	7.518,00	km
Região Sudeste	9.495,50	km
Região Sul	6.824,50	km

- Recuperar, adequar e reforçar 502 estruturas (pontes e viadutos) em estado crítico

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	78,00	unidade
Região Nordeste	241,00	unidade
Região Norte	18,00	unidade
Região Sudeste	67,00	unidade
Região Sul	98,00	unidade

Iniciativas

- 009J - Manutenção da malha rodoviária Região Centro-Oeste
- 009K - Manutenção da malha rodoviária Região Nordeste
- 009L - Manutenção da malha rodoviária Região Norte
- 009M - Manutenção da malha rodoviária Região Sudeste
- 009N - Manutenção da malha rodoviária Região Sul
- 04BY - Adequação da Rodovia BR-304/RN

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Conceder 2.234 km de rodovias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	166,00	km
Região Sudeste	2.068,00	km

Iniciativas

- 009O - Concessão da Rodovia BR-040/DF/GO/MG, Brasília/DF a Juiz de Fora/MG - 956 km
- 009Q - Concessão da Rodovia BR-101/ES, Divisa RJ/ES a Divisa ES/BA - 461 km
- 009R - Concessão da Rodovia BR-116/MG, Divisa BA/MG a Divisa MG/RJ - 817 km
- 009T - Fiscalização e regulação de concessões no transporte rodoviário

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Adequar 4.561,6 km de rodovias federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	362,20	km
Vetor Logístico Centro-Norte	26,30	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.024,80	km
Vetor Logístico Leste	545,20	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	819,50	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	820,60	km
Vetor Logístico Sul	963,00	km

Iniciativas

- 009V - Adequação da Rodovia BR-060/GO
- 009W - Adequação da Rodovia BR-101/AL
- 009X - Adequação da Rodovia BR-101/BA
- 009Z - Adequação da Rodovia BR-101/PB
- 00A0 - Adequação da Rodovia BR-101/PE
- 00A1 - Adequação da Rodovia BR-101/RJ
- 00A3 - Adequação da Rodovia BR-101/RS
- 00A4 - Adequação da Rodovia BR-101/SC
- 00A6 - Adequação da Rodovia BR-101/SE
- 00A8 - Adequação da Rodovia BR-116/RS
- 00A9 - Adequação da Rodovia BR-163/MT
- 00AB - Adequação da Rodovia BR-262/MG
- 00AF - Adequação da Rodovia BR-381/MG
- 00AH - Adequação da Rodovia BR-470/SC
- 00AI - Adequação de capacidade dos eixos rodoviários
- 04AR - Adequação da Rodovia BR-450/DF
- 04AY - Adequação da Rodovia BR-364/RO
- 04B5 - (VETADO)
- 04B8 - Adequação da Rodovia BR-235/SE
- 04BC - Adequação da Rodovia BR-210/AP
- 04BJ - Adequação da Rodovia BR-163/MS
- 04BL - Adequação da Rodova BR-155/PA
- 04BM - Adequação da Rodovia BR-316/PA
- 04BS - Adequação da Rodovia BR-163/PR
- 04BV - Adequação da Rodovia BR-343/PI
- 04C2 - Adequação da Rodovia BR-386/RS
- 04CM - Adequação da Rodovia BR-080/GO
- 04CO - Adequação da Rodovia BR-010/GO
- 04CP - Adequação da Rodovia BR-452/GO
- 04CQ - Adequação da Rodovia BR-153/GO
- 04CR - Adequação da Rodovia BR-364/GO

SECRETARIA - GERAL DA MESA
VET 6/20/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
816
SENADO FEDERAL

- 04CT - (VETADO)
- 04CU - Adequação da Rodovia BR-367/MG
- 04DK - Adequação da Rodovia BR-104/PB
- 04DO - Adequação da Rodovia BR-230/PB

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Adequar 402,9 km de acesso portuário, por meio de rodovias federais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	15,00	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	4,30	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	217,70	km
Vetor Logístico Sul	165,90	km

Iniciativas

- 00AL - Adequação do acesso ao Porto de Rio Grande - BR-392/RS
- 00AM - Adequação do acesso ao Porto de São Francisco do Sul - BR-280/SC
- 00AN - Construção e adequação de acessos rodoviários a portos

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construir 18 contornos ou anéis rodoviários

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	6,00	unidade
Região Sul	4,00	unidade

- Construir 20 travessias urbanas

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	8,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Fls. 6/2012
817

Iniciativas

- 00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG
- 00AX - Construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - BR-101/RJ e BR-493/RJ
- 00B1 - Construção do Rodoanel de São Paulo - SP-021/SP

- 00B2 - Construção e adequação de contornos ou anéis rodoviários
- 00B4 - Construção e adequação de travessias urbanas
- 04AU - Construção do Anel Rodoviário de Goiânia/GO
- 04AV - (VETADO)
- 04BF - Construção do Rodoanel de Manaus/AM
- 04CL - (VETADO)
- 04D5 - Construção e adequação do Contorno Rodoviário Norte de Ponta Grossa na BR-376/PR

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construir 4.451,3 km de rodovias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	1.565,30	km
Vetor Logístico Centro-Norte	885,50	km
Vetor Logístico Centro-Sudeste	646,00	km
Vetor Logístico Leste	245,30	km
Vetor Logístico Nordeste Meridional	573,50	km
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	404,30	km
Vetor Logístico Sul	131,40	km

Iniciativas

- 00B6 - Construção da BR-135/BA
- 00B9 - Construção da BR-163/PA
- 00BB - Construção da BR-235/BA
- 00BE - Construção de rodovias federais
- 04AE - Construção da BR-448/RS
- 04AK - Construção da BR-122/BA
- 04AS - Construção da BR-060/GO
- 04AT - Construção da BR-457/GO
- 04AZ - Construção da BR-432/RR
- 04BK - Construção da BR-419/MS
- 04BU - (VETADO)
- 04CE - Construção da BR-156/AP
- 04CN - Construção da BR-152/GO
- 04D1 - Construção da BR-330/PI
- 04D8 - Construção da BR-080/RO
- 04DB - Construção da BR-431/RR
- 04DC - Construção da BR-433/RR

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Vot 6/2012
8/8

OBJETIVO: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construir 1.207,7 km de rodovias fronteiriças

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Eixo Amazônico	349,00	km
Eixo do Escudo-Guianês	553,20	km
Eixo Peru-Brasil-Bolívia	305,50	km

- Construir 3 pontes internacionais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	1,00	unidade
Eixo de Capricórnio	1,00	unidade
Eixo do Escudo-Guianês	1,00	unidade

Iniciativas

- 00BG - Construção da BR-364/AC
- 00BH - Construção da BR-429/RO
- 00BI - Construção de pontes internacionais
- 00BJ - Construção de rodovias fronteiriças

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construir 1.816,2 km de rodovias

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	1.816,20	km

Iniciativas

- 00BM - Construção da Rodovia BR-230/PA
- 00BN - Construção da Rodovia BR-319/AM
- 00BP - Construção de rodovias de integração nacional
- 04BP - Construção da BR-308/PA
- 04BR - Construção da BR-422/PA
- 04C0 - Construção da BR-392/RS
- 04C1 - Construção da BR-470/RS
- 04D2 - Construção da BR-222/PI

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Construir 11 pontes sobre travessias fluviais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Vetor Logístico Amazônico	2,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Norte	2,00	unidade
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3,00	unidade
Vetor Logístico Leste	1,00	unidade
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1,00	unidade
Vetor Logístico Sul	2,00	unidade

Iniciativas

- 00BR - Construção e adequação de pontes sobre interseções fluviais em rodovias federais
- 00BS - Construção e adequação de viadutos sobre interseções de vias terrestres em rodovias federais
- 04BE - (VETADO)
- 04CB - Construção de ponte sobre o Rio Madeira - na BR-364
- 04D7 - Adequação da Rodovia BR-110/RN

OBJETIVO: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2012-2015

- Implantar e operar 2.696 equipamentos de controle de velocidade e fluxo

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	596,00	unidade
Região Nordeste	788,00	unidade
Região Norte	195,00	unidade
Região Sudeste	715,00	unidade
Região Sul	402,00	unidade

- Implantar e operar 220 equipamentos de medição de peso

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	41,00	unidade
Região Nordeste	65,00	unidade
Região Norte	13,00	unidade
Região Sudeste	69,00	unidade
Região Sul	32,00	unidade

Iniciativas

- 00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário
- 00WH - Instalação e operação de equipamentos de controle de velocidade e fluxo
- 00WI - Instalação e operação de postos de controle de pesagem

OBJETIVO: 0281 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Ver 6/10/12

Metas 2012-2015

- Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha rodoviária federal
- Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada

Iniciativas

- 00WJ - Realização de estudos e projetos para o modal rodoviário

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SF 6/3/12
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
821
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2076 - Turismo

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Chegadas de turistas internacionais	milhão	31/12/2010	5,16
Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs)	milhão	31/12/2010	2,53
Índice de Competitividade do Turismo Nacional	pontos	31/12/2010	56,00
Receita cambial gerada pelo turismo	US$ bilhão	31/12/2010	5,90
Viagens realizadas no mercado doméstico	milhão	31/12/2010	186,00

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.483.929**	**2.449.532**
Despesas Correntes	622.722	1.360.370
Despesas de Capital	1.861.208	1.089.162
Outras Fontes	**1.786.057**	**7.906.884**
Valores Globais	**4.269.986**	**10.356.416**
	14.626.401	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2012-2015

- Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turístico

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5.876,00	unidade
Região Nordeste	5.020,00	unidade
Região Norte	1.536,00	unidade
Região Sudeste	14.615,00	unidade
Região Sul	6.805,00	unidade

- Classificar 4.000 empreendimentos turísticos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.190,00	unidade
Região Nordeste	1.046,00	unidade
Região Norte	327,00	unidade
Região Sudeste	899,00	unidade
Região Sul	538,00	unidade

- Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo

Iniciativas

- 02V4 - Adequação da infraestrutura turística pública para o desenvolvimento sustentável do turismo

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
07/6/2013
822

822

- 02V5 - Apoio ao ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos brasileiros
- 02V6 - Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo
- 02V7 - Cadastramento das empresas, dos empreendimentos e dos profissionais do turismo
- 02V8 - Elaboração de estudos de competitividade do turismo brasileiro
- 02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos
- 02VC - Fiscalização dos serviços turísticos
- 02VD - Incentivo à inserção da produção associada ao turismo nos roteiros e destinos turísticos
- 02VF - Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo
- 02VH - Qualificação de profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo e incentivo a certificação de pessoas, equipamentos, serviços e produtos
- 02VJ - Qualificação dos produtos e serviços turísticos de base local e/ou comunitária na cadeia produtiva do turismo

OBJETIVO: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2012-2015

- Cumprir 100% da execução dos Termos de Compromisso relativos ao setor turismo com a iniciativa privada
- Qualificar 162.000 profissionais da linha de frente do turismo, com foco nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol

Iniciativas

- 02VM - Adequação da infraestrutura turística pública para os megaeventos esportivos
- 02VN - Adequação turística das Unidades de Conservação e seu entorno para a Copa do Mundo 2014 - Parques para a Copa
- 02VQ - Disponibilização de linhas de crédito para empreendimentos turísticos situados nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol e seus entornos
- 02VR - Promoção e marketing dos megaeventos esportivos a serem realizados no Brasil nos mercados nacional e internacional
- 02VT - Qualificação dos profissionais diretamente envolvidos com os turistas para os megaeventos esportivos - Bem Receber, com prioridade para profissionais da terceira idade

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2012-2015

- Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico

Iniciativas

- 02VW - Disponibilização de linhas de crédito direto ao turista para incentivá-lo a viajar pelo país
- 02VY - Implementação de projetos de apoio a organização, integração e fortalecimento da cadeia de distribuição do turismo
- 02VZ - Promoção e apoio a comercialização de roteiros, destinos e produtos - Salão do Turismo - Roteiros do Brasil

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SF
SENADO FEDERAL

- 02W0 - Realização de campanhas de promoção do turismo interno

- 02W1 - Realização de eventos temáticos geradores de fluxo turístico para a comercialização de roteiros, destinos e produtos

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2012-2015

- Aumentar de 9,8 milhões de assentos ofertados em voos internacionais em 2010 para 15,2 milhões

Iniciativas

- 02W2 - Promoção de investimentos turísticos brasileiros no exterior

- 02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculada ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela

OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2012-2015

- Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	24,00	unidade
Região Nordeste	53,00	unidade
Região Norte	29,00	unidade
Região Sudeste	27,00	unidade
Região Sul	21,00	unidade

- Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Iniciativas

- 02W4 - Apoio a gestão e desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras

- 02W5 - Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo

- 02W6 - Apoio a realização do inventário da oferta turística

- 02W8 - Incorporação de melhores práticas internacionais no setor de turismo brasileiro

- 02W9 - Realização de estudos e pesquisas e sistematização de dados para subsidiar políticas de desenvolvimento do turismo

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/2012


SECRETARIA - GERAL DA MESA
SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
6/10/23

PROGRAMA: 0553 - Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**3.184.780**	**9.806.513**
Despesas Correntes	2.977.153	9.065.847
Despesas de Capital	207.627	740.666
Valores Globais	**3.184.780**	**9.806.513**
	12.991.292	

PROGRAMA: 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.286.537**	**6.877.488**
Despesas Correntes	2.232.924	6.714.984
Despesas de Capital	53.613	162.504
Valores Globais	**2.286.537**	**6.877.488**
	9.164.025	

PROGRAMA: 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**222.929**	**730.462**
Despesas Correntes	128.732	427.351
Despesas de Capital	94.197	303.111
Valores Globais	**222.929**	**730.462**
	953.391	

PROGRAMA: 2100 - Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**63.967**	**197.715**
Despesas Correntes	50.614	158.359
Despesas de Capital	13.352	39.356
Valores Globais	**63.967**	**197.715**
	261.682	

PROGRAMA: 0550 - Controle Externo

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
6/2012
826

826

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**960.635**	**2.913.841**
Despesas Correntes	911.681	2.790.307
Despesas de Capital	48.954	123.533
Valores Globais	**960.635**	**2.913.841**
	3.874.476	

PROGRAMA: 0581 - Defesa da Ordem Jurídica

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**3.358.710**	**10.008.822**
Despesas Correntes	3.151.819	9.584.732
Despesas de Capital	206.891	424.090
Valores Globais	**3.358.710**	**10.008.822**
	13.367.532	

PROGRAMA: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.402.626**	**13.218.671**
Despesas Correntes	4.152.206	12.020.413
Despesas de Capital	250.420	1.198.258
Valores Globais	**4.402.626**	**13.218.671**
	17.621.297	

PROGRAMA: 0565 - Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**428.730**	**1.354.786**
Despesas Correntes	372.270	1.150.914
Despesas de Capital	56.460	203.872
Valores Globais	**428.730**	**1.354.786**
	1.783.516	

PROGRAMA: 0566 - Prestação Jurisdicional Militar

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**216.523**	**669.169**
Despesas Correntes	196.955	604.334
Despesas de Capital	19.569	64.835

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
827

Valores Globais	**216.523**	**669.169**
	885.692	

PROGRAMA: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**6.456.523**	**20.382.313**
Despesas Correntes	6.202.890	19.150.093
Despesas de Capital	253.634	1.232.220
Valores Globais	**6.456.523**	**20.382.313**
	26.838.837	

PROGRAMA: 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.431.846**	**4.311.958**
Despesas Correntes	1.356.207	4.155.741
Despesas de Capital	75.639	156.217
Valores Globais	**1.431.846**	**4.311.958**
	5.743.805	

PROGRAMA: 0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**754.506**	**2.277.098**
Despesas Correntes	729.975	2.188.857
Despesas de Capital	24.531	88.241
Valores Globais	**754.506**	**2.277.098**
	3.031.604	

PROGRAMA: 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**10.149.597**	**30.458.694**
Despesas Correntes	9.634.902	29.225.979
Despesas de Capital	514.696	1.232.715
Valores Globais	**10.149.597**	**30.458.694**
	40.608.292	

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**75.513.922**	**226.541.765**
Despesas Correntes	75.513.922	226.541.765
Valores Globais	**75.513.922**	**226.541.765**
	302.055.687	

PROGRAMA: 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.725.452**	**14.064.845**
Despesas Correntes	4.668.589	14.064.845
Despesas de Capital	56.863	0
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**176.351**
Valores Globais	**4.725.452**	**14.241.197**
	18.966.649	

PROGRAMA: 2102 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**74.221**	**231.342**
Despesas Correntes	70.536	219.263
Despesas de Capital	3.685	12.079
Valores Globais	**74.221**	**231.342**
	305.563	

PROGRAMA: 2103 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**17.067**	**54.690**
Despesas Correntes	16.512	52.871
Despesas de Capital	555	1.819
Valores Globais	**17.067**	**54.690**
	71.757	

SECRETARIA-GERAL DA MESA
06/6/15
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
329

PROGRAMA: 2104 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**12.732**	**40.968**
Despesas Correntes	12.532	40.278
Despesas de Capital	200	690
Valores Globais	**12.732**	**40.968**
	53.700	

PROGRAMA: 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**5.516.661**	**16.279.252**
Valores Globais	**5.516.661**	**16.279.252**
	21.795.913	

PROGRAMA: 0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**2.641.110**	**7.801.810**
Valores Globais	**2.641.110**	**7.801.810**
	10.442.919	

PROGRAMA: 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**3.929.813**	**11.909.452**
Despesas Correntes	3.884.530	11.747.361
Despesas de Capital	45.282	162.091
Valores Globais	**3.929.813**	**11.909.452**
	15.839.265	

PROGRAMA: 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.888.690**	**5.616.821**
Despesas Correntes	1.855.400	5.497.476

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
Dor 6/20/12
8304

Despesas de Capital	33.290	119.345
Valores Globais	**1.888.690**	**5.616.821**
	7.505.511	

PROGRAMA: 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**593.014**	**1.800.251**
Despesas Correntes	577.321	1.741.579
Despesas de Capital	15.693	58.672
Valores Globais	**593.014**	**1.800.251**
	2.393.265	

PROGRAMA: 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**21.209.068**	**63.664.882**
Despesas Correntes	20.929.898	63.122.753
Despesas de Capital	279.170	542.130
Valores Globais	**21.209.068**	**63.664.882**
	84.873.950	

PROGRAMA: 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**22.255.168**	**66.816.674**
Despesas Correntes	22.005.810	66.180.880
Despesas de Capital	249.357	635.793
Valores Globais	**22.255.168**	**66.816.674**
	89.071.841	

PROGRAMA: 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**13.033.555**	**40.739.455**
Despesas Correntes	12.247.691	38.198.861
Despesas de Capital	785.864	2.540.594
Valores Globais	**13.033.555**	**40.739.455**
	53.773.010	

SECRETARIA - GERAL DA MESA
6/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**809.169**	**2.531.021**
Despesas Correntes	744.018	2.399.507
Despesas de Capital	65.151	131.513
Valores Globais	**809.169**	**2.531.021**
	3.340.190	

PROGRAMA: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**5.386.387**	**16.175.637**
Despesas Correntes	5.335.844	16.036.179
Despesas de Capital	50.543	139.458
Valores Globais	**5.386.387**	**16.175.637**
	21.562.024	

PROGRAMA: 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aqüicultura

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**104.551**	**333.135**
Despesas Correntes	99.226	315.678
Despesas de Capital	5.325	17.456
Valores Globais	**104.551**	**333.135**
	437.685	

PROGRAMA: 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**5.181.938**	**15.590.740**
Despesas Correntes	5.178.789	15.580.415
Despesas de Capital	3.150	10.325
Valores Globais	**5.181.938**	**15.590.740**
	20.772.678	

PROGRAMA: 2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
832
SENADO FEDERAL

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**9.582.027**	**29.485.840**
Despesas Correntes	9.498.956	29.123.177
Despesas de Capital	83.071	362.663
Valores Globais	**9.582.027**	**29.485.840**
	39.067.866	

PROGRAMA: 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**815.361**	**2.545.115**
Despesas Correntes	787.913	2.463.431
Despesas de Capital	27.448	81.684
Valores Globais	**815.361**	**2.545.115**
	3.360.476	

PROGRAMA: 2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**502.198**	**1.752.013**
Despesas Correntes	476.577	1.675.895
Despesas de Capital	25.621	76.117
Valores Globais	**502.198**	**1.752.013**
	2.254.211	

PROGRAMA: 2118 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.099.996**	**3.296.662**
Despesas Correntes	1.046.666	3.194.427
Despesas de Capital	53.330	102.235
Valores Globais	**1.099.996**	**3.296.662**
	4.396.657	

PROGRAMA: 2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.217.838**	**3.489.696**
Despesas Correntes	1.133.387	3.264.441
Despesas de Capital	84.451	225.255
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**106.827**	**241.306**

SECRETARIA - GERAL MESA
OT 6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
833
SENADO FEDERAL
833

Valores Globais	**1.324.665**	**3.731.002**
	5.055.667	

PROGRAMA: 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**760.383**	**2.334.417**
Despesas Correntes	727.623	2.231.749
Despesas de Capital	32.760	102.668
Valores Globais	**760.383**	**2.334.417**
	3.094.800	

PROGRAMA: 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**262.538**	**885.913**
Despesas Correntes	244.898	773.563
Despesas de Capital	17.639	112.351
Valores Globais	**262.538**	**885.913**
	1.148.451	

PROGRAMA: 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**854.668**	**2.561.782**
Despesas Correntes	791.490	2.499.576
Despesas de Capital	63.179	62.206
Valores Globais	**854.668**	**2.561.782**
	3.416.451	

PROGRAMA: 2123 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**295.868**	**1.004.465**
Despesas Correntes	281.002	945.217
Despesas de Capital	14.865	59.248
Valores Globais	**295.868**	**1.004.465**
	1.300.332	

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VOT 6/2012
834

PROGRAMA: 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.305.578**	**4.151.570**
Despesas Correntes	1.276.792	4.081.127
Despesas de Capital	28.785	70.442
Valores Globais	**1.305.578**	**4.151.570**
	5.457.148	

PROGRAMA: 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**4.161.066**	**11.753.072**
Despesas Correntes	4.142.634	11.687.568
Despesas de Capital	18.432	65.504
Valores Globais	**4.161.066**	**11.753.072**
	15.914.138	

PROGRAMA: 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**1.623.968**	**4.886.589**
Despesas Correntes	1.592.698	4.832.237
Despesas de Capital	31.270	54.352
Valores Globais	**1.623.968**	**4.886.589**
	6.510.557	

PROGRAMA: 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**105.640**	**335.770**
Despesas Correntes	102.540	322.132
Despesas de Capital	3.100	13.637
Valores Globais	**105.640**	**335.770**
	441.409	

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
OUT 6 2012
835
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes

Esfera	Valor 2012 (mil R$)	Valor 2013 - 2015 (mil R$)

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	**2.583.569**	**6.681.776**
Despesas Correntes	1.728.528	5.423.644
Despesas de Capital	855.041	1.258.132
Valores Globais	**2.583.569**	**6.681.776**
	9.265.345	

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
836

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
10/6/2012
837

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Iniciativas

00G0 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê/BA

Custo Total: R$ 536.476.414 **Data Início:** 30/06/1999 **Data Término:** 30/06/2014

00G5 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás/GO

Custo Total: R$ 166.571.750 **Data Início:** 01/07/1998 **Data Término:** 31/12/2014

00GH - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA

Custo Total: R$ 369.150.514 **Data Início:** 31/03/1998 **Data Término:** 30/12/2014

00GM - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernado/MA

Custo Total: R$ 180.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2014

00GR - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú/CE

Custo Total: R$ 233.275.211 **Data Início:** 28/02/2007 **Data Término:** 30/12/2014

00GU - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI

Custo Total: R$ 271.291.128 **Data Início:** 28/02/2007 **Data Término:** 30/12/2014

00GV - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas/CE

Custo Total: R$ 186.036.396 **Data Início:** 28/02/2007 **Data Término:** 31/12/2014

00GW - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí/PI

Custo Total: R$ 309.772.192 **Data Início:** 28/02/2007 **Data Término:** 31/12/2014

00HO - Revitalização do Perímetro Rio Formoso do Araguaia/TO

Custo Total: R$ 110.000.000 **Data Início:** 06/01/2011 **Data Término:** 31/12/2015

00HU - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Estreito/BA

Custo Total: R$ 153.758.500 **Data Início:** 01/01/2005 **Data Término:** 30/11/2019

022H - Implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN

Custo Total: R$ 193.000.000 **Data Início:** 31/12/2007 **Data Término:** 30/12/2014

022O - Implantação do Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS

Custo Total: R$ 100.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2015

04B6 - Implantação do Canal Xingó

Custo Total: R$ 2.430.000.000 **Data Início:** 15/02/2013 **Data Término:** 31/12/2019

04BG - Aprofundamento do Canal da Foz do Rio Coreau em Camocim/CE

Custo Total: R$ 100.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04BW - Construção da Barragem de Castelo

Custo Total: R$ 250.000.000 **Data Início:** 01/12/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Iniciativas

011E - Modernização e ampliação da Unidade Armazenadora de Itaqui/MA

Custo Total: R$ 85.000.000 **Data Início:** 05/06/2012 **Data Término:** 10/12/2015

02C7 - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico (INMET)

Custo Total: R$ 57.250.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2016

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Iniciativas

02PO - Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA

Custo Total: R$ 501.500.000 **Data Início:** 01/07/2009 **Data Término:** 31/12/2015

02QM - Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz

Custo Total: R$ 250.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 30/06/2016

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Iniciativas

006Y - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Brasília

Custo Total: R$ 1.132.230.681 **Data Início:** 30/04/2000 **Data Término:** 31/12/2015

006Z - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Campinas

Custo Total: R$ 1.346.965.515 **Data Início:** 31/12/2007 **Data Término:** 31/12/2016

0070 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Confins

Custo Total: R$ 520.753.751 **Data Início:** 01/12/2008 **Data Término:** 31/12/2015

0071 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Fortaleza

Custo Total: R$ 502.890.709 **Data Início:** 30/06/2009 **Data Término:** 31/12/2015

0072 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Guarulhos

Custo Total: R$ 1.588.631.140 **Data Início:** 31/12/2004 **Data Término:** 31/12/2015

0074 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre

Custo Total: R$ 795.323.100 **Data Início:** 31/08/2007 **Data Término:** 31/12/2015

0075 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional do Galeão

Custo Total: R$ 894.160.168 **Data Início:** 30/07/2007 **Data Término:** 31/12/2015

04BT - Adequação da Capacidade do Aeroporto Internacional Afonso Pena

Custo Total: R$ 580.000.000 **Data Início:** 02/04/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

017B - Ampliação e modernização da infraestrutura para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais

Custo Total: R$ 78.868.466 **Data Início:** 01/11/2008 **Data Término:** 31/12/2015

017O - Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração

Custo Total: R$ 379.247.998 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04C3 - Interiorização da Nova Rede Nacional de Pequisa

Custo Total: R$ 400.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OT 6/2012
839

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Iniciativas

004E - Implantação da Refinaria Abreu e Lima (PE)

Custo Total: R$ 29.639.644.736 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2016

004F - Implantação da Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)

Custo Total: R$ 16.145.261.654 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2015

004G - Implantação da Refinaria Premium I (MA)

Custo Total: R$ 46.331.703.410 **Data Início:** 31/05/2008 **Data Término:** 31/12/2020

004H - Implantação da Refinaria Premium II (CE)

Custo Total: R$ 20.296.983.865 **Data Início:** 01/09/2008 **Data Término:** 31/12/2020

004R - Modernização e ampliação da Refinaria Duque de Caxias - REDUC (RJ)

Custo Total: R$ 11.271.563.428 **Data Início:** 01/01/2001 **Data Término:** 31/12/2015

004S - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR (PR)

Custo Total: R$ 13.172.154.799 **Data Início:** 01/01/2002 **Data Término:** 31/12/2015

004T - Modernização e ampliação da Refinaria de Paulínia - REPLAN (SP)

Custo Total: R$ 10.501.592.723 **Data Início:** 01/01/2001 **Data Término:** 30/12/2018

004U - Modernização e ampliação da Refinaria Landulpho Alves - RLAM (BA)

Custo Total: R$ 7.065.943.967 **Data Início:** 01/01/2002 **Data Término:** 31/12/2015

004V - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC (SP)

Custo Total: R$ 6.495.237.468 **Data Início:** 31/01/2003 **Data Término:** 30/12/2016

04A6 - Modernização e ampliação da Refinaria Gabriel Passos - REGAP (MG)

Custo Total: R$ 4.060.323.721 **Data Início:** 01/01/2002 **Data Término:** 31/12/2015

04A7 - Modernização e ampliação da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP (SP)

Custo Total: R$ 7.013.629.000 **Data Início:** 01/01/2001 **Data Término:** 30/12/2015

04A8 - Reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo

Custo Total: R$ 4.975.140.230 **Data Início:** 01/01/2005 **Data Término:** 31/12/2018

04DM - Implantação do Sistema de Escoamento de Combustíveis - Poliduto - PR/MS/MT

Custo Total: R$ 3.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Iniciativas

03CX - Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores

Custo Total: R$ 60.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 01/06/2016

03D7 - Elaboração e divulgação do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços

Custo Total: R$ 61.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
07/6/2012

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Iniciativas

04CD - Recuperação e ampliação do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Iniciativas

02YT - Lançamento de satélite para comunicações

Custo Total: R$ 716.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

02YY - Apoio a projetos de conteúdos e aplicações

Custo Total: R$ 270.500.000 **Data Início:** 02/01/2012 **Data Término:** 31/12/2016

02Z2 - Implantação de Cidades Digitais

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 02/01/2012 **Data Término:** 31/12/2016

02ZC - Implantação dos canais públicos de TV Digital

Custo Total: R$ 652.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2015

044B - Implantar o Sistema Operador da Rede Nacional de Televisão Pública Digital

Custo Total: R$ 2.800.000.000 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2016

04CF - (VETADO)

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Iniciativas

02GF - Modernização da Rede Hidrometeorológica

Custo Total: R$ 72.044.816 **Data Início:** 31/12/2006 **Data Término:** 30/11/2015

02H2 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do São Francisco

Custo Total: R$ 108.000.000 **Data Início:** 01/01/2004 **Data Término:** 01/12/2024

02H3 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba

Custo Total: R$ 377.159.158 **Data Início:** 01/08/2007 **Data Término:** 31/12/2014

04C7 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das Bacias do Pantanal Matogrossense e Sul-Matogrossense

Custo Total: R$ 110.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04C8 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das Bacias dos Rios Taquari e Vermelho

Custo Total: R$ 110.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04C9 - Recuperação e controle de processos erosivos em municípios da Bacia do Rio da Prata

Custo Total: R$ 110.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CA - Revitalização Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
VOT 6/20/12

04DT - Preservação, Conservação, Recuperação e Uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do Rio Taperoá

Custo Total: R$ 100.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Iniciativas

0353 - Implantação do Canal de Cultura, cuja transmissão será destinada a produções culturais e programas regionais independentes

Custo Total: R$ 200.000.000 **Data Início:** 01/07/2012 **Data Término:** 31/12/2018

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Iniciativas

04AM - Promoção da inclusão produtiva dos agricultores familiares nos territórios rurais, por meio da consolidação de empreendimentos econômicos e estruturação de redes socioprodutivas no território Velho Chico/BA

Custo Total: R$ 52.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04AQ - Estruturação da Rota Produtiva do Vale do São Francisco

Custo Total: R$ 80.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04B9 - Construção de Ponte Sobre o Rio Tocantins em Porto Nacional - To

Custo Total: R$ 350.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Iniciativas

04CX - Implantação de novos campi do Instituro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado da Paraíba

Custo Total: R$ 400.000.000 **Data Início:** 30/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Iniciativas

03GC - Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Custo Total: R$ 176.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

0481 - Implantação da Universidade Federal do ABC

Custo Total: R$ 338.786.966 **Data Início:** 01/12/2005 **Data Término:** 31/12/2013

0482 - Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Custo Total: R$ 306.058.232 **Data Início:** 30/09/2009 **Data Término:** 30/12/2015

0484 - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)

Custo Total: R$ 421.368.197 **Data Início:** 01/12/2008 **Data Término:** 31/12/2014

04B0 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima

SECRETARIA-GERAL DA MESA
06/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Custo Total: R$ 200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04B3 - Implantação da Universidade Federal de Blumenau

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 15/02/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04B4 - Construção do Campus de Osasco da Universidade Federal de São Paulo

Custo Total: R$ 150.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CY - Implantação da Universidade Federal do Sertão da Paraíba (UFSPB)

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 30/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Iniciativas

0008 - Implantação da Usina Hidrelétrica Garabi (RS)

Custo Total: R$ 4.930.520.000 **Data Início:** 01/07/2014 **Data Término:** 28/12/2018

000E - Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá (PR)

Custo Total: R$ 1.279.260.000 **Data Início:** 31/12/2007 **Data Término:** 28/12/2012

000F - Implantação da Usina Hidrelétrica Panambi (RS)

Custo Total: R$ 4.720.300.000 **Data Início:** 01/07/2014 **Data Término:** 28/12/2018

000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RS)

Custo Total: R$ 2.376.052.870 **Data Início:** 02/01/2007 **Data Término:** 31/12/2013

000U - Implantação da Usina Termonuclear Angra III (RJ)

Custo Total: R$ 11.700.196.880 **Data Início:** 31/12/1995 **Data Término:** 20/05/2015

000V - Implantação de Nova Usina Termelétrica em Candiota (RS)

Custo Total: R$ 2.400.000.000 **Data Início:** 02/01/2013 **Data Término:** 30/12/2017

04A5 - Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP)

Custo Total: R$ 1.365.626.516 **Data Início:** 30/06/2004 **Data Término:** 31/12/2012

04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)

Custo Total: R$ 1.130.149.658 **Data Início:** 02/01/2008 **Data Término:** 31/12/2015

04DN - (VETADO)

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Iniciativas

04C6 - (VETADO)

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Iniciativas

00EN - Construção da Barragem Serro Azul (PE)

Custo Total: R$ 400.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DOAÇÃO
CONGRESSO NACIONAL
SENADO FEDERAL

00EU - Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista (RJ)

Custo Total: R$ 105.173.004 **Data Início:** 24/12/2009 **Data Término:** 31/12/2012

00EV - Obras de Macrodrenagem em Salvador (BA)

Custo Total: R$ 110.238.405 **Data Início:** 22/12/2009 **Data Término:** 22/12/2012

00FM - Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais

Custo Total: R$ 226.600.000 **Data Início:** 01/07/2011 **Data Término:** 31/12/2016

04B1 - Desassoreamento do Rio Tubarão

Custo Total: R$ 900.000.000 **Data Início:** 15/02/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04B2 - Controle de Enchentes do Rio Itajaí-Açu

Custo Total: R$ 900.000.000 **Data Início:** 15/02/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BD - Urbanização de Macro e Micro Drenagem de Canais em Macapá/AP

Custo Total: R$ 150.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04BH - Implantação do Sistema de Macrodrenagem na Região Metropolitana de Vitória/ES

Custo Total: R$ 400.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Iniciativas

048X - Ampliação e modernização da infraestrutura, aperfeiçoamento da gestão e integração das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas (OEPAS)

Custo Total: R$ 319.541.868 **Data Início:** 30/04/2008 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Iniciativas

027X - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS

Custo Total: R$ 824.171.000 **Data Início:** 28/02/2008 **Data Término:** 31/12/2012

027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte MG

Custo Total: R$ 597.845.711 **Data Início:** 01/01/1995 **Data Término:** 31/12/2012

0280 - Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA

Custo Total: R$ 917.767.000 **Data Início:** 30/11/1999 **Data Término:** 31/12/2014

0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife PE

Custo Total: R$ 1.225.868.000 **Data Início:** 31/03/1996 **Data Término:** 30/12/2013

0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE

Custo Total: R$ 1.180.645.800 **Data Início:** 31/12/1997 **Data Término:** 31/12/2013

04AX - Implantação do Trecho Eldorado-Betim do Sistema de Trens Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CH - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário na Região Metropolitana de Salvador/BA

Custo Total: R$ 1.500.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

844

04CK - Implantação do Trecho Maracanaú-Maranguape do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza/CE

Custo Total: R$ 520.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CV - Implantação do Trecho Savassi-Lagoinha do Sistema de Trens Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Iniciativas

01L5 - Implantação da Barragem Congonhas (MG)

Custo Total: R$ 259.572.000 **Data Início:** 01/01/2000 **Data Término:** 31/12/2014

01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)

Custo Total: R$ 294.400.000 **Data Início:** 07/01/2008 **Data Término:** 30/12/2014

01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)

Custo Total: R$ 292.000.000 **Data Início:** 03/01/2006 **Data Término:** 31/12/2014

01LA - Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB)

Custo Total: R$ 980.000.000 **Data Início:** 01/06/2010 **Data Término:** 31/12/2014

01LB - Implantação do Canal do Sertão Alagoano (AL)

Custo Total: R$ 1.102.000.000 **Data Início:** 01/01/2001 **Data Término:** 30/12/2025

01LC - Implantação do Canal do Sertão Pernambucano (PE)

Custo Total: R$ 3.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2020

01LF - Implantação do Cinturão das Águas (CE)

Custo Total: R$ 1.100.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2015

01LG - Implantação do Eixão das Águas (CE)

Custo Total: R$ 284.949.999 **Data Início:** 31/12/2006 **Data Término:** 31/12/2011

01LH - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco

Custo Total: R$ 8.735.472.065 **Data Início:** 31/12/2004 **Data Término:** 31/12/2015

01LJ - Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)

Custo Total: R$ 1.259.586.562 **Data Início:** 31/12/2007 **Data Término:** 31/12/2016

01LL - Implantação do Sistema Jequitaí (MG)

Custo Total: R$ 304.159.304 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2014

04AL - Implantação da Adutora de Campo Alegre de Lourdes/BA

Custo Total: R$ 260.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BX - (VETADO)

04CJ - Construção e Implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Aquífero Tucano/BA

Custo Total: R$ 250.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CS - Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo em Minas Gerais

Custo Total: R$ 300.000.000 **Data Início:** 14/02/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CZ - (VETADO)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

04D0 - Construção da Barragem dos Milagres no Estado do Piauí

Custo Total: R$ 255.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Iniciativas

004Y - Aquisição de Unidades Estacionárias de Produção I

Custo Total: R$ 3.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2020

004Z - Construção de Bases de Apoio I

Custo Total: R$ 5.208.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2016

0052 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção I

Custo Total: R$ 14.960.236.207 **Data Início:** 01/01/2001 **Data Término:** 31/12/2012

0053 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção II

Custo Total: R$ 10.522.522.435 **Data Início:** 31/01/2007 **Data Término:** 31/12/2020

0054 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção III

Custo Total: R$ 6.306.866.992 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2014

0057 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção V

Custo Total: R$ 42.985.009.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2020

005S - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Marítimas I

Custo Total: R$ 68.595.960.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2020

005T - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Terrestres I

Custo Total: R$ 3.000.240.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2020

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Iniciativas

00N7 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás

Custo Total: R$ 690.427.886 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2015

047O - Construção das Unidades de Etilbenzeno e de Estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Custo Total: R$ 1.556.819.394 **Data Início:** 31/08/2009 **Data Término:** 31/12/2017

047P - Construção de Unidade de Etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Custo Total: R$ 1.081.827.646 **Data Início:** 31/08/2009 **Data Término:** 01/12/2017

047Q - Construção das Unidades de Polietileno e de Polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Custo Total: R$ 2.723.665.594 **Data Início:** 31/08/2009 **Data Término:** 01/12/2017

047R - Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA). em Ipojuca (PE)

Custo Total: R$ 2.587.726.328 **Data Início:** 17/07/2009 **Data Término:** 31/12/2012

047S - Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE)

Custo Total: R$ 3.080.762.246 **Data Início:** 31/08/2009 **Data Término:** 31/12/2012

SECRETARIA - GERAL
VOT 6/2012
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

047T - Implantação da Unidade de Estireno no Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo (RS)

Custo Total: R$ 503.640.000 **Data Início:** 01/07/2011 **Data Término:** 31/12/2013

047U - Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (período 2011-2017)

Custo Total: R$ 4.223.570.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2017

047V - Implantação de Unidade de Produção de Amônia com capacidade de aproximadamente 520 mil t/ano

Custo Total: R$ 2.887.758.000 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2016

047X - Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Ureia e 796 mil t/ano de Amônia

Custo Total: R$ 3.554.934.793 **Data Início:** 31/08/2009 **Data Término:** 31/12/2015

047Y - Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)

Custo Total: R$ 2.537.522.000 **Data Início:** 01/06/2011 **Data Término:** 31/12/2017

047Z - Construção do Polo de Biotecnologia da FIOCRUZ em Fortaleza/CE

Custo Total: R$ 170.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

0480 - Construção do Polo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da FIOCRUZ em Belo Horizonte/MG

Custo Total: R$ 150.000.000 **Data Início:** 01/12/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04AA - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2016

04DH - Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área da Suframa, com ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas

Custo Total: R$ 350.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Iniciativas

016O - Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)

Custo Total: R$ 825.311.455 **Data Início:** 01/01/2009 **Data Término:** 31/12/2018

02ND - Desenvolvimento de Satélite de Medida de Precipitação

Custo Total: R$ 400.000.000 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2020

02NE - Desenvolvimento de Satélite Radar

Custo Total: R$ 540.300.000 **Data Início:** 01/12/2007 **Data Término:** 31/12/2021

02NG - Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1

Custo Total: R$ 568.000.000 **Data Início:** 01/12/2007 **Data Término:** 31/12/2018

02NH - Desenvolvimento do Satélite Lattes

Custo Total: R$ 165.000.000 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2017

02NI - Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar

Custo Total: R$ 180.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/03/2021

02NM - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro Projeto CBERS-3

Custo Total: R$ 504.131.322 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2012

02NN - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro Projeto CBERS-4

Custo Total: R$ 199.895.544 **Data Início:** 01/12/2007 **Data Término:** 31/12/2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OUT 6/12
847

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Iniciativas

03PH - Aquisição de imóvel para a Chancelaria da Embaixada em Berlim, na Alemanha

Custo Total: R$ 60.500.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2012

03PM - Aquisição de imóvel para a Chancelaria das três Delegações Permanentes em Genebra, na Suíça

Custo Total: R$ 83.000.000 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 31/12/2014

03PY - Construção de Chancelaria para a Embaixada em Bruxelas, na Bélgica

Custo Total: R$ 60.000.000 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 01/12/2015

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Iniciativas

01HD - Adequação tecnológica do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)

Custo Total: R$ 992.732.203 **Data Início:** 31/05/2008 **Data Término:** 31/12/2015

01HF - Desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB

Custo Total: R$ 2.948.575.448 **Data Início:** 31/12/1999 **Data Término:** 31/12/2016

01HR - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)

Custo Total: R$ 4.253.386.000 **Data Início:** 29/06/2009 **Data Término:** 29/06/2016

01IB - Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR)

Custo Total: R$ 4.852.692.092 **Data Início:** 26/03/2009 **Data Término:** 31/12/2020

01IK - Implantação de novos sistemas bélicos

Custo Total: R$ 1.524.672.000 **Data Início:** 30/11/1998 **Data Término:** 31/12/2016

01LT - Implantação de pelotões especiais de fronteira do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

Custo Total: R$ 568.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2022

01LV - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

Custo Total: R$ 5.815.190.000 **Data Início:** 02/01/2012 **Data Término:** 26/11/2022

01LX - Implantação e adequação do sistema de aviação do Exército

Custo Total: R$ 3.785.916.732 **Data Início:** 31/12/2003 **Data Término:** 30/11/2022

01YP - Construção de navios de apoio logístico (PROSUPER)

Custo Total: R$ 1.133.760.000 **Data Início:** 01/06/2014 **Data Término:** 30/06/2017

01YR - Construção de navios-patrulha oceânicos 1800 t (PROSUPER)

Custo Total: R$ 2.377.536.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

01YS - Construção de navios-patrulha oceânicos de 500 t

Custo Total: R$ 2.160.000.000 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2018

01YT - Construção de submarino de propulsão nuclear (PROSUB)

Custo Total: R$ 8.913.028.235 **Data Início:** 01/05/2009 **Data Término:** 31/12/2025

01YU - Construção de submarinos convencionais (PROSUB)

Custo Total: R$ 10.543.832.439 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2025

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

01YW - Implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares (PROSUB)

Custo Total: R$ 6.972.014.082 **Data Início:** 01/05/2009 **Data Término:** 31/12/2015

0200 - Construção do protótipo de reator nuclear

Custo Total: R$ 1.254.215.327 **Data Início:** 01/01/2000 **Data Término:** 30/11/2015

020B - Obtenção de sistemas de artilharia antiaérea

Custo Total: R$ 1.600.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

047H - Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear

Custo Total: R$ 737.448.817 **Data Início:** 01/01/2000 **Data Término:** 31/12/2030

04C5 - Implantação da Segunda Esquadra

Custo Total: R$ 9.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Iniciativas

00ZQ - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro

Custo Total: R$ 814.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

00ZX - Ampliação do parque industrial de reconversão. pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ

Custo Total: R$ 153.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 01/12/2017

00ZZ - Expansão da unidade de Concentrado de urânio em Caetité/BA

Custo Total: R$ 196.799.912 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/08/2015

0100 - Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados

Custo Total: R$ 250.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 30/06/2020

0101 - Implantação da Usina de Conversão de UF6

Custo Total: R$ 460.900.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2021

0102 - Implantação da Usina de Enriquecimento com a contribuição da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica

Custo Total: R$ 785.660.260 **Data Início:** 01/08/2000 **Data Término:** 31/12/2019

010E - Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN)

Custo Total: R$ 260.700.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2020

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Iniciativas

042I - Construção do edifício sede da FUNAI

Custo Total: R$ 52.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2014

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Iniciativas

04B7 - Construção de Canais de Drenagem e Obras Complementares na Zona de Expansão da Cidade de Aracaju/SE

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OUT 6/2012
849

Custo Total: R$ 350.000.000 **Data Início:** 15/02/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Iniciativas

03DX - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Federal

Custo Total: R$ 270.000.000 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2015

03DZ - Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)

Custo Total: R$ 855.936.764 **Data Início:** 01/12/2009 **Data Término:** 31/12/2015

04AD - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Custo Total: R$ 141.500.000 **Data Início:** 01/03/2010 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Iniciativas

00BU - Construção de Ferrovia - EF 151 - Ferrovia Norte-Sul

Custo Total: R$ 9.299.589.407 **Data Início:** 01/12/2006 **Data Término:** 31/12/2017

00BV - Construção de Ferrovia - EF 232/116 - Ferrovia Nova Transnordestina

Custo Total: R$ 4.403.934.120 **Data Início:** 01/01/2006 **Data Término:** 31/12/2017

00BW - Construção de Ferrovia - EF 267 - Ferrovia do Pantanal

Custo Total: R$ 1.557.000.000 **Data Início:** 01/10/2013 **Data Término:** 31/10/2016

00BZ - Construção de Ferrovia - EF 334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste

Custo Total: R$ 4.279.800.332 **Data Início:** 06/12/2010 **Data Término:** 31/12/2017

00C1 - Construção de Ferrovia - EF 354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste

Custo Total: R$ 3.947.025.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

00C4 - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste

Custo Total: R$ 2.500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

00D0 - Construção do Trem de Alta Velocidade - EF 222 (Rio de Janeiro/RJ - São Paulo/SP - Campinas/SP)

Custo Total: R$ 33.241.700.000 **Data Início:** 01/12/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04AN - (VETADO)

04BA - (VETADO)

04BI - Construção do Trecho Ferroviário Rondonópolis/Cuiabá - no Estado do Mato Grosso

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2013 **Data Término:** 31/12/2019

04D3 - (VETADO)

04D6 - Construção de Ferrovia - Guarapuava / Paranaguá - no Estado do Paraná

Custo Total: R$ 1.500.000.000 **Data Início:** 01/06/2014 **Data Término:** 31/12/2019

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
OUT 6/2015

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Iniciativas

00Q3 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira

Custo Total: R$ 154.170.000 **Data Início:** 01/11/2011 **Data Término:** 01/12/2014

00Q5 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio São Francisco

Custo Total: R$ 151.800.000 **Data Início:** 01/08/2011 **Data Término:** 01/12/2015

00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes

Custo Total: R$ 1.385.860.000 **Data Início:** 03/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

00QA - Adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai

Custo Total: R$ 183.940.000 **Data Início:** 01/06/2011 **Data Término:** 01/12/2015

00QB - Construção da Eclusa de Lajeado

Custo Total: R$ 1.079.529.413 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2020

00W4 - Implantação do Porto de Manaus Moderna/AM

Custo Total: R$ 105.000.000 **Data Início:** 01/02/2012 **Data Término:** 01/08/2014

04BB - (VETADO)

04BN - Construção do Porto Fluvial Intermodal no Rio Tocantins em Marabá/PA

Custo Total: R$ 200.000.000 **Data Início:** 08/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

04CC - Construção da Eclusa de Estreito no Rio Tocantins

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D9 - Implantação do Porto no Rio Madeira em Porto Velho/RO

Custo Total: R$ 300.000.000 **Data Início:** 31/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04DA - (VETADO)

04DL - Adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia

Custo Total: R$ 110.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Iniciativas

00IJ - Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)

Custo Total: R$ 456.477.600 **Data Início:** 30/09/2007 **Data Término:** 30/05/2014

00IK - Adequação da navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)

Custo Total: R$ 316.868.682 **Data Início:** 30/09/2007 **Data Término:** 30/04/2014

00JK - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Santos (SP)

Custo Total: R$ 505.811.751 **Data Início:** 15/04/2009 **Data Término:** 31/05/2017

00JS - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)

Custo Total: R$ 2.648.670.520 **Data Início:** 01/06/2011 **Data Término:** 31/12/2015

00JT - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de São Francisco do Sul

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL

(SC)

Custo Total: R$ 300.000.000 **Data Início:** 02/04/2012 **Data Término:** 31/12/2016

00JU - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Suape (PE)

Custo Total: R$ 300.000.000 **Data Início:** 02/01/2012 **Data Término:** 05/05/2015

00JV - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vitória (ES)

Custo Total: R$ 320.865.786 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2014

00LR - Implantação de terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Custo Total: R$ 322.000.000 **Data Início:** 01/03/2011 **Data Término:** 31/12/2014

048C - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vila do Conde (PA)

Custo Total: R$ 1.526.808.470 **Data Início:** 28/10/2009 **Data Término:** 31/12/2015

04AO - (VETADO)

04AP - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Cabedelo/PB

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BZ - (VETADO)

04CG - (VETADO)

04CI - Implantação do Porto Sul - BA

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/02/2012 **Data Término:** 31/12/2015

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Iniciativas

009V - Adequação da Rodovia BR-060/GO

Custo Total: R$ 1.184.000.000 **Data Início:** 01/10/2010 **Data Término:** 31/10/2015

009W - Adequação da Rodovia BR-101/AL

Custo Total: R$ 1.648.347.544 **Data Início:** 28/09/2005 **Data Término:** 30/11/2014

009X - Adequação da Rodovia BR-101/BA

Custo Total: R$ 785.000.000 **Data Início:** 28/09/2005 **Data Término:** 31/12/2017

009Z - Adequação da Rodovia BR-101/PB

Custo Total: R$ 704.804.949 **Data Início:** 05/11/2001 **Data Término:** 30/06/2012

00A0 - Adequação da Rodovia BR-101/PE

Custo Total: R$ 1.394.414.599 **Data Início:** 05/11/2001 **Data Término:** 30/11/2014

00A1 - Adequação da Rodovia BR-101/RJ

Custo Total: R$ 1.452.024.816 **Data Início:** 15/01/2013 **Data Término:** 31/12/2017

00A3 - Adequação da Rodovia BR-101/RS

Custo Total: R$ 1.196.597.250 **Data Início:** 01/11/2000 **Data Término:** 30/03/2015

00A4 - Adequação da Rodovia BR-101/SC

Custo Total: R$ 2.555.451.846 **Data Início:** 01/11/2000 **Data Término:** 31/12/2015

00A6 - Adequação da Rodovia BR-101/SE

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
06/2012
852

Custo Total: R$ 1.113.014.629 **Data Início:** 16/09/1997 **Data Término:** 30/06/2014

00A8 - Adequação da Rodovia BR-116/RS

Custo Total: R$ 1.422.080.495 **Data Início:** 01/10/2006 **Data Término:** 31/12/2015

00A9 - Adequação da Rodovia BR-163/MT

Custo Total: R$ 1.164.930.514 **Data Início:** 01/12/2007 **Data Término:** 31/12/2015

00AB - Adequação da Rodovia BR-262/MG

Custo Total: R$ 676.223.500 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2016

00AF - Adequação da Rodovia BR-381/MG

Custo Total: R$ 2.868.477.148 **Data Início:** 15/02/1994 **Data Término:** 31/12/2017

00AH - Adequação da Rodovia BR-470/SC

Custo Total: R$ 753.713.537 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 30/03/2016

00AL - Adequação do acesso ao Porto de Rio Grande - BR-392/RS

Custo Total: R$ 850.009.353 **Data Início:** 01/12/2001 **Data Término:** 31/12/2015

00AM - Adequação do acesso ao Porto de São Francisco do Sul - BR-280/SC

Custo Total: R$ 961.356.673 **Data Início:** 01/09/2002 **Data Término:** 30/09/2015

00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG

Custo Total: R$ 1.008.606.550 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 30/11/2016

00AX - Construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - BR-101/RJ e BR-493/RJ

Custo Total: R$ 1.240.100.000 **Data Início:** 30/12/2005 **Data Término:** 30/11/2014

00B1 - Construção do Rodoanel de São Paulo - SP-021/SP

Custo Total: R$ 4.378.975.000 **Data Início:** 01/06/2011 **Data Término:** 31/05/2014

00B6 - Construção da BR-135/BA

Custo Total: R$ 578.134.943 **Data Início:** 01/07/2004 **Data Término:** 31/12/2014

00B9 - Construção da BR-163/PA

Custo Total: R$ 1.365.021.220 **Data Início:** 01/10/2000 **Data Término:** 30/12/2013

00BB - Construção da BR-235/BA

Custo Total: R$ 995.000.000 **Data Início:** 01/10/2008 **Data Término:** 31/12/2016

00BG - Construção da BR-364/AC

Custo Total: R$ 2.045.499.939 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 30/12/2013

00BH - Construção da BR-429/RO

Custo Total: R$ 608.900.000 **Data Início:** 01/12/2008 **Data Término:** 30/04/2014

00BM - Construção da Rodovia BR-230/PA

Custo Total: R$ 841.213.836 **Data Início:** 01/12/2000 **Data Término:** 31/12/2015

00BN - Construção da Rodovia BR-319/AM

Custo Total: R$ 846.259.897 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2015

04AE - Construção da BR-448/RS

Custo Total: R$ 932.600.000 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2013

04AK - Construção da BR-122/BA

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04AR - Adequação da Rodovia BR-450/DF

Custo Total: R$ 700.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

SECRETARIA-GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
07 / 10 / 12
853
853

04AS - Construção da BR-060/GO

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04AT - Construção da BR-457/GO

Custo Total: R$ 600.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04AU - Construção do Anel Rodoviário de Goiânia/GO

Custo Total: R$ 600.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04AV - (VETADO)

04AY - Adequação da Rodovia BR-364/RO

Custo Total: R$ 1.400.000.000 **Data Início:** 31/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04AZ - Construção da BR-432/RR

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2004 **Data Término:** 31/12/2019

04B5 - (VETADO)

04B8 - Adequação da Rodovia BR-235/SE

Custo Total: R$ 600.000.000 **Data Início:** 15/02/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BC - Adequação da Rodovia BR-210/AP

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/07/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BE - (VETADO)

04BF - Construção do Rodoanel de Manaus/AM

Custo Total: R$ 1.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BJ - Adequação da Rodovia BR-163/MS

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2019

04BK - Construção da BR-419/MS

Custo Total: R$ 700.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BL - Adequação da Rodova BR-155/PA

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 09/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BM - Adequação da Rodovia BR-316/PA

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 09/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BP - Construção da BR-308/PA

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 09/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BR - Construção da BR-422/PA

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 09/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BS - Adequação da Rodovia BR-163/PR

Custo Total: R$ 600.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BU - (VETADO)

04BV - Adequação da Rodovia BR-343/PI

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04BY - Adequação da Rodovia BR-304/RN

SECRETARIA-GERAL DA MESA
31/6/2012
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL
8554

Custo Total: R$ 1.500.000.000 **Data Início:** 06/06/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04C0 - Construção da BR-392/RS

Custo Total: R$ 600.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04C1 - Construção da BR-470/RS

Custo Total: R$ 700.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04C2 - Adequação da Rodovia BR-386/RS

Custo Total: R$ 550.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CB - Construção de ponte sobre o Rio Madeira - na BR-364

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CE - Construção da BR-156/AP

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 30/09/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CL - (VETADO)

04CM - Adequação da Rodovia BR-080/GO

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CN - Construção da BR-152/GO

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CO - Adequação da Rodovia BR-010/GO

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CP - Adequação da Rodovia BR-452/GO

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CQ - Adequação da Rodovia BR-153/GO

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CR - Adequação da Rodovia BR-364/GO

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04CT - (VETADO)

04CU - Adequação da Rodovia BR-367/MG

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D1 - Construção da BR-330/PI

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D2 - Construção da BR-222/PI

Custo Total: R$ 550.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D5 - Construção e adequação do Contorno Rodoviário Norte de Ponta Grossa na BR-376/PR

Custo Total: R$ 530.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D7 - Adequação da Rodovia BR-110/RN

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/04/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04D8 - Construção da BR-080/RO

Custo Total: R$ 580.000.000 **Data Início:** 31/01/2011 **Data Término:** 31/12/2019

04DB - Construção da BR-431/RR

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
- SENADO FEDERAL -
OST 6 / 2012
855

04DC - Construção da BR-433/RR

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04DK - Adequação da Rodovia BR-104/PB

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04DO - Adequação da Rodovia BR-230/PB

Custo Total: R$ 1.500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

SECRETARIA - GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
SENADO FEDERAL


SECRETARIA - GERAL - MESA
COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA
DO
CONGRESSO
SENADO FEDERAL

Veto 6/2012
MCN 7/2012

Aviso nº 35 - C. Civil.

Em 18 de janeiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Veto parcial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 29, de 2011 - CN, que, com veto parcial, se converteu na Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Veto nº 6 de 2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO
Fls. 858
SENADO FEDERAL

Fls. 858

Recebido em
20/01/2012 às
11:13
Edimar

23.01.12

Ofício nº 43 (CN) Brasília, em 09 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de Deputados para compor Comissão Mista.

Senhor Presidente,

A Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 7, de 2012-CN (nº 12/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 29, de 2011-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015".

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a Vossa Excelência a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Encaminho, em anexo, autógrafo do projeto vetado e cópia da mensagem presidencial.

Atenciosamente,

Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Sec.-Geral da Mesa SEFRO 09/Fev/2012 - 18:17
Ponto: 7396 Ass.:
Origem:

Secretaria de Expediente
VET Nº 06/12
Fls. 859

vpl/Of-CN/Veto ao Pln11-029 - indicação C. Mista

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 149/2012/SGM/P

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
N E S T A

Assunto: **Indicação de membros para compor Comissão Mista**.

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício CN/nº 43, de 09 de fevereiro de 2012, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados **DEVANIR RIBEIRO (PT), GIROTO (PMDB), CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB) E ANDERSON FERREIRA (PR)** para integrarem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial ao Projeto de Lei nº 29, 2011-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015".

Atenciosamente,

MARCO MAIA
Presidente

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 6 / 2012
Fls. 860

Recebido em 28/02/2012, às 16h37 min 41005

Documento : 53636 - 2

2069 (JUN/10)

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 29, DE 2011

EMENTA: "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015".

TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL:

Leitura: 1º/9/2011 - DSF de 2/9/2011 (Suplemento).

Em 1º/9/2011, estabelecidos os prazos para a tramitação da matéria e encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. (DSF de 2/9/2011)

Em 12/4/2011, designada relatora a Senadora Gleisi Hoffman, conforme Ofício Pres. nº 122/2011/CMO, de mesma data.

Em 8/6/2011, a Senhora Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, comunica o afastamento da Senadora Gleisi Hoffman de seu mandato, para exercer o cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a partir de 8/6/2011, conforme Ofício nº 331/2011-SGM, de mesma data.

Em 12/7/2011, designado relator o Senador Walter Pinheiro, em substituição à Senadora Gleisi Hoffman, conforme Ofício Pres. nº 222/2011/CMO.

Em 1º/11/2011, lido, na sessão do Senado Federal, o Ofício nº 361/2011, do Presidente da CMO, de alteração no cronograma de tramitação da matéria.

Em 3/11/2011, aprovado o Relatório Preliminar ao Orçamento.

Em 10/11/2011, lido, na sessão do Senado Federal, o Ofício nº 369/2011, do Presidente da CMO, de alteração no cronograma de tramitação da matéria.

Em 22/11/2011, lido, na sessão do Senado Federal, o Ofício nº 373/2011, do Presidente da CMO, de alteração no cronograma de tramitação da matéria.

Em 28/11/2011, encerrado o prazo, foram apresentadas 2.213 emendas ao projeto, publicadas em Suplemento "B" ao DSF de 3/12/2011.

Em 15/12/2011, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador Walter Pinheiro, ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN (PLPPA 2012-2015), que consolida as alterações decorrentes da aprovação da Errata 1 e dos Adendos 1 e 2, nos

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 6 / 2012
861

termos do substitutivo apresentado. Foram apresentados 248 destaques, todos rejeitados. Publicação do Parecer nº 68, de 2011-CN em Suplemento ao DSF de 20/12/2011.

Em 20/11/2011, em Plenário, na Sessão Conjunta iniciada em 7/12/2012, aprovado o substitutivo, com adendo, errata e solicitação do Relator, apresentados em Plenário. Fica prejudicado o projeto. Aprovado o Parecer nº 75, de 2011-CN, Relator Senador Walter Pinheiro, que oferece a Redação Final. À sanção.

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem CN nº 96, de 29/12/2011

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 6 / 2012
Fls. Rubrica: 862

VETO PARCIAL Nº 6, DE 2012
(Mensagem nº 7/2012-CN)
aposto ao
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2011

Parte sancionada:

Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012
D.O.U. – Seção 1, de 19/1/2012

Partes vetadas:

- Anexos I e III

Programa 2025 – Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Objetivo 0751 – Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Iniciativa 04CF – Implantação da rede de fibra ótica no trecho de Macapá a Oiapoque.

Custo Total: R$ 50.000.000 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2015;

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 6 /2012
Fls. 863 Rubrica:

- Anexos I e III

Programa 2033 – Energia Elétrica

Objetivo 0019 – Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária

Iniciativa 04DN – Implantação da Usina Hidrelétrica do Ribeirão no Rio Madeira

Custo Total: R$ 10.000.000.000 **Data Início**: 31/01/2012 **Data Término**: 31/12/2023;

- Anexos I e III

Programa 2035 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Objetivo 0676 – Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica

Iniciativa 04C6 – Implantação de infraestrutura para realização da Universíade de Verão 2017 no Distrito Federal

Custo Total: R$ 230.454.168 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2019;

- Anexo I

Programa 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Objetivo 0282 – Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Meta – Ampliar a oferta de atendimento a pessoas com deficiência por meio da Rede SUAS, prevendo-se acréscimos orçamentários, em relação ao valor orçado para 2011, de 5% para 2012, de 10% para 2013, de 15% para 2014 e de 20% para 2015;

- Anexos I e III

Programa 2051 – Oferta de Água

Objetivo 0479 – Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Iniciativa 04CZ – Implantação de Adutoras para distribuição das águas provenientes do PISF (Eixo Leste) nas Regiões do Cariri, Brejo e Seridó

Custo Total: R$ 250.000.000 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2015;

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 6 / 2012
Fls. 864 Rubrica:

- Anexos I e III
Programa 2051 – Oferta de Água
Objetivo 0549 – Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.
Iniciativa 04BX – Integração das Bacias do Rio São Francisco com as Bacias da Fronteira Seca do Piauí
Custo Total: R$ 1.000.000.000 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2019;

- Anexos I e III
Programa 2072 – Transporte Ferroviário
Objetivo 0141 – Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.
Iniciativa 04AN – Construção de Ferrovia – EF 232/116/225 – Ferrovia Nova Transnordestina – Ramal Paraíba
Custo Total: R$ 5.700.000.000 **Data Início**: 30/03/2012 **Data Término**: 31/12/2020;

- Anexos I e III
Programa 2072 – Transporte Ferroviário
Objetivo 0141 – Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.
Iniciativa 04D3 – Construção e Adequação de Ferrovia – Maringá/Cianorte/Umuarama/Guaíra/Cascavel – no Estado do Paraná
Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2019;

- Anexos I e III
Programa 2072 – Transporte Ferroviário
Objetivo 0144 – Aumentar a interligação ferroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.
Iniciativa 04BA – Construção de Ferrovia Transcontinental EF 354 de Vilhena/RO a Boqueirão da Esperança/AC
Custo Total: R$ 9.300.000.000 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2022;

- Anexos I e III
Programa 2073 – Transporte Hidroviário
Objetivo 0234 – Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.
Iniciativa 04BB – Construção de Eclusa no Estado do Acre
Custo Total: R$ 150.000.000 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2015;

- Anexos I e III
Programa 2073 – Transporte Hidroviário
Objetivo 0234 – Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.
Iniciativa 04DA – Construção das Eclusas no Complexo do Rio Madeira
Custo Total: R$ 700.000.000 **Data Início**: 31/01/2012 **Data Término**: 31/12/2019;

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 6 / 2012
Fls. 865 Rubrica:

- Anexos I e III
Programa 2074 – Transporte Marítimo
Objetivo 0183 – Ampliar a capaciadade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.
Iniciativa 04AO – Construção de novo porto em águas profundas no Estado da Paraíba
Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2019;

- Anexos I e III
Programa 2074 – Transporte Marítimo
Objetivo 0183 – Ampliar a capaciadade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.
Iniciativa 04CG – Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santana/AP
Custo Total: R$ 100.000.000 **Data Início**: 01/05/2012 **Data Término**: 31/12/2015;

- Anexos I e III
Programa 2074 – Transporte Marítimo
Objetivo 0453 – Ampliar a capaciadade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.
Iniciativa 04BZ – Implantação do novo porto na Cidade de Natal/RN
Custo Total: R$ 2.000.000.000 **Data Início**: 06/06/2012 **Data Término**: 31/12/2019;

- Anexos I e III
Programa 2075 – Transporte Rodoviário
Objetivo 0131 – Adequar a capaciadade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.
Iniciativa 04B5 – Adequação da Rodovia BR-153/SP
Custo Total: R$ 180.000.000 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2015;

- Anexos I e III
Programa 2075 – Transporte Rodoviário
Objetivo 0131 – Adequar a capaciadade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.
Iniciativa 04CT – Adequação da Rodovia BR-040/MG
Custo Total: R$ 1.000.000.000 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2019;

- Anexos I e III
Programa 2075 – Transporte Rodoviário
Objetivo 0136 – Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.
Iniciativa 04AV – Construção do Rodoanel Sul e Norte de Belo Horizonte/MG
Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2019;

- Anexos I e III

Programa 2075 – Transporte Rodoviário

Objetivo 0136 – Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Iniciativa 04CL – Construção do 2° Anel Rodoviário no Estado do Ceará – BR-116/CE, BR-020/CE e BR-222

Custo Total: R$ 510.000.000 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2015;

- Anexos I e III

Programa 2075 – Transporte Rodoviário

Objetivo 0137 – Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestatudual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relavância econômica.

Iniciativa 04BU – Construção do Arco Rodoviário Norte – BR-369/PR

Custo Total: R$ 575.000.000 **Data Início**: 01/06/2012 **Data Término**: 31/12/2019; e

- Anexos I e III

Programa 2075 – Transporte Rodoviário

Objetivo 0140 – Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Iniciativa 04BE – Construção de Ponte Interligando a BR-319 à Rodovia AM-070 no Estado do Amazonas

Custo Total: R$ 1.500.000.000 **Data Início**: 01/01/2012 **Data Término**: 31/12/2019.

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:

SENADORES DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 6 /2012
Fls. 366 Rubrica:

CN – 7-11-2012
12 horas

Sobre a mesa veto presidencial que será lido.

SECRETARIA DE ATA
Folha: 867
Rubrica

Veto Parcial nº 6, de 2012 (Mensagem nº 7/2012-CN), aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2011, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015".

SECRETARIA DE ATA
Folha: 868
Rubrica

De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, das Resoluções nº 2, de 2000-CN e nº 1, de 2012-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Veto Parcial nº 6, de 2012 (PLN 29/2011)

Senadores	**Deputados**
Sérgio Souza	Devanir Ribeiro
Walter Pinheiro	Giroto
Aloysio Nunes Ferreira	Carlos Alberto Leréia
Eduardo Amorim	
Randolfe Rodrigues	Anderson Ferreira

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 27 de novembro de 2012.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 7 de dezembro de 2012.

SECRETARIA DE ATA
Folha: 869
Rubrica